

BRASIL

200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA

 1822 – 7 DE SETEMBRO – 2022 







BRASIL

200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA



1822 – 7 DE SETEMBRO – 2022



INSTITUTO DE GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

BRASIL

200 ANOS DA INDEPENDÊNCIA

 1822-7 DE SETEMBRO-2022 

GENERAL DE BRIGADA MARCIO TADEU BETTEGA BERGO
PROF. DR. MANUEL ROLPH DE VIVEIROS CABECEIRAS
(COORDENADORES)

APOIO FINANCEIRO



REALIZAÇÃO





Copyright© Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Produção: Editora Benedictus

Editor: Gilcemar Hohemberger

Diagramação: Rafael Frota

Idealização da capa: Instituto de Geografia e História Militar do Brasil

Projeto gráfico: Rafael Frota

Imagem de capa: “Independência ou Morte (O Grito do Ypiranga)”. Óleo sobre tela de Manoel Madrugá, 1942 – Acervo do Clube Militar

Imagem de quarta capa: “Monumento à Independência”. Óleo sobre tela de Cristiane Carbone

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Brasil - 200 anos da independência : 1822 - 7 de setembro - 2022 / coordenação Márcio Tadeu Bettega Bergo, Manuel Rolph De Viveiros Cabeceiras. -- 1. ed. -- Rio Bonito, RJ : Editora Benedictus : IGHMB, 2022.

Bibliografia.
ISBN 978-85-53019-40-3

1. História do Brasil 2. Brasil - História - Independência I. Bergo, Márcio Tadeu Bettega. II. Cabeceiras, Manuel Rolph De Viveiros.

22-121965

CDD-981

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Brasil 981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou bancos de dados sem permissão escrita da Editora ou do Autor.

SUMÁRIO

PREFÁCIO: BRASIL – 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA	11
Prof Dra Mary del Priore	
BRASIL 200 ANOS: INDEPENDÊNCIA E DESAFIOS	15
Gen Bda Marcio Tadeu Bettega Bergo	
D. PEDRO DE ALCÂNTARA DE BRAGANÇA E BOURBON: O HOMEM, O REI SOLDADO, O LIBERTADOR	51
Prof Dr Sebastião Amoêdo	
CAMINHOS DA INDEPENDÊNCIA: A VIAGEM DO PRÍNCIPE REGENTE D. PEDRO DE ALCÂNTARA À PROVÍNCIA DE SÃO PAULO EM AGOSTO DE 1822	87
Prof Fábio Arlindo Dias Verócios	
CONSOLIDAÇÃO DA INDEPENDÊNCIA: A(S) GUERRA(S).....	101
Cel João Rafael Mallorca Natal	
O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PARÁ	125
Cel Marco Túlio Freire Baptista	
LIBERDADE, O OUTRO NOME DE MINAS.....	161
Ten Cel PM Murilo Ferreira dos Santos	
RIO DE JANEIRO <i>VERSUS</i> LISBOA: INDEPENDÊNCIA (BRASIL) <i>VERSUS</i> CONSTITUIÇÃO (LIBERAL).....	199
Maj Gen Ex João Vieira Borges	
A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: UMA VISÃO PORTUGUESA	219
CMG Claudio da Costa Braga	

LA PROVINCIA CISPLATINA Y LA INDEPENDENCIA DE BRASIL 241
Prof Alberto del Pino Menck

**EXÉRCITO LIBERTADOR: A FORMAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE
BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL 273**
Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz

**PARTICIPAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE (EXÉRCITO LIBERTADOR)
NO PROCESSO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 295**
Cel Vte Antonio Ferreira Sobrinho

**MARINHA DO BRASIL: 200 ANOS DA CAMPANHA
DA INDEPENDÊNCIA 309**
V Alte José Carlos Mathias

**DA MARISQUEIRA À REALEZA: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA BRASILEIRA 321**
Prof Me Maria Carolina Loss Leite

**A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 339**
Gen Bda José Alberto Leal

**JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E A LUTA PELA MODERNIZAÇÃO DA
AGROPECUÁRIA NO BRASIL INDEPENDENTE 363**
Prof Dr Raoni Rajão

A IMPRENSA NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 387
Prof Dr José Theodoro Mascarenhas Menck

**NAÇÃO E INDEPENDÊNCIA: ESCOLHAS, EXCLUSÕES E PERSPECTIVAS
NO CAMINHO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA 417**
Prof Dr Leonardo Judice AmatuZZi

INDEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL: APONTAMENTOS INICIAIS.....	441
Prof Dr Oswaldo Munteal Prof Dr Araré Carvalho Júnior	
MEMÓRIA E RELEVÂNCIA DAS CELEBRAÇÕES NOS MARCOS TEMPORAIS DA INDEPENDÊNCIA: CINQUENTENÁRIO (1872), CENTENÁRIO (1922) E SESQUICENTENÁRIO (1972).....	453
Me Daniel Mata Roque	
NA ROTA DO PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO AO IPIRANGA: FÉ, RELIGIOSIDADE E BRASILIDADE (14 DE AGOSTO A 7 DE SETEMBRO DE 1822)	487
Prof Dr Manuel Rolph De V. Cabeceiras	
SALÃO VIRTUAL DE ARTES “PRINCESA LEOPOLDINA” (SVA 2022)	513
CAMINHOS DA INDEPENDÊNCIA — DE SANTOS A SÃO PAULO	533
Obras de Cristiane Carbone Fotos de Cecília Camargo Textos de Jorge Cintra	



PREFÁCIO

BRASIL – 200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA

Prof Dra Mary del Priore*

* Historiadora, pós-doutora pela École des Hautes Études em Sciences Sociales de Paris e autora de mais de 50 livros de História do Brasil, lecionou na FFLCH/USP, na PUC/RJ e na Universidade Salgado de Oliveira. Com mais de vinte prêmios literários nacionais e internacionais, colabora com jornais e revistas acadêmicos e não acadêmicos, é sócia titular do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sócia do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sócia correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, sócia do Pen Club do Brasil, acadêmica correspondente da Academia Paraguaya de la Historia, da Academia Nacional de la Historia de Argentina, da Academia Colombiana de La Historia, da Real Academia de La Historia de Espanha, da Academia Portuguesa da História, do Instituto Historico e Geografico del Uruguay, membro do Conselho Consultivo da Confederação Nacional do Comércio, sócia das Academias Carioca e Paulista de Letras.

O dicionário é claro: “Comemorar: trazer a lembrança, recordar, memorar; realizar cerimônia de evocação de um fato. E a cerimônia, a solenidade, é a manifestação que nos convida e nos permite lembrar dos fatos e das pessoas neles envolvidas”. Num momento em que as autoridades políticas parecem ignorar o significado mesmo da palavra comemoração, o Instituto de Geografia e História Militar do Exército marca a sua participação no Bicentenário da Independência de 2022 numa obra que reúne vários especialistas: Brasil – 200 anos de Independência, razão de nosso respeito e aplauso. Desta forma ele se incorpora à milhares de comemorações midiáticas, acadêmicas, culturais e sociais que estão resgatando a memória e a história desse momento, dando-nos a conhecer realidades multisseculares que permitiram a emergência e a construção do Brasil.

Há muito a contribuição do Exército brasileiro vem se afastando da História militar como um campo historiográfico que estuda apenas batalhas e seus personagens principais. Debruçados sobre o fenômeno das guerras e seus componentes militares - pessoal, recrutamento, condução das operações, instituição e administração – seus historiadores passaram a analisar o impacto dos conflitos sobre a política a economia, a cultura, a geografia e a sociedade, integrando suas reflexões ao tempo longo da história. A produção que, atualmente, nasce dos arquivos militares, mudou significativamente a maneira de “fazer-história”. Sim, para batalhas, técnicas e guerras. Mas elas são um aspecto entre tantos outros para os quais inúmeras fontes documentais são abundantes, estão à disposição e vem revelando novos talentos da historiografia brasileira.

No início do século XXI, a história militar pouco tem a ver com a disciplina ensinada nas escolas de Estado-Maior desde o século XIX. Ela se enriqueceu de múltiplas disciplinas auxiliares tais como a antropologia, a iconografia e a

iconologia, a sociologia, a medicina e as ciências políticas. Bem resumiu o historiador belga Bruno Colson ao explicar que “hoje, a história militar se enriqueceu com os estudos dos exércitos, de sua composição social, de sua cultura, de sua escala de valores, de suas relações com a autoridade pública e a sociedade civil”.

É o que vemos nesse excelente e tão oportuno Brasil: Duzentos Anos de Independência, dirigido pelo General de Brigada Márcio Tadeu Bettega Bergo e coordenado pelo Prof. Dr. Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, que conta também com a participação de dois historiadores portugueses e um uruguaio. Ao reunir textos de autoria de renomados estudiosos, a obra enfoca trabalhos mais gerais que permitem enxergar a Independência como um fenômeno global, mas, também aspectos específicos capazes de iluminar temas da maior atualidade historiográfica e de interesse de especialistas e não especialistas: a imprensa, a diplomacia, as mulheres, a maçonaria, os projetos de José Bonifácio, o perfil de D. Pedro, a Constituição, a Marinha e a formação do Exército, a participação das províncias do Norte, os antecedentes mineiros do sentimento de independência, a fé e a religiosidade, os pródromos de 1822 e os impactos da Independência no Uruguai e em Portugal, entre outros.

Todos os capítulos do livro comprovam que a vida militar esteve presente num período dos mais importantes de nosso passado, e todos revelam, através de pesquisas inéditas, a complexidade da sociedade no momento da ruptura com Portugal. A obra também nos convida a refletir, a pensar, a interpretar os significados das chamadas independências, pois a luta pela emancipação incluiu a Guerra da Bahia, de Pernambuco e do Grão-Pará, assim como todos os protagonistas, de alto a baixo da sociedade.

Trata-se de obra completíssima que apresenta uma plêiade de trabalhos inéditos, introduz fontes preciosas e se baseia em textos de alto nível. Em suma, uma contribuição que há de dar consistência plural e brilho às comemorações do Bicentenário. Espera-se que sua leitura comprove a que ponto a renovação da história militar está enriquecendo, sempre e muito, o conhecimento e o ensino mais amplos da História do Brasil.



BRASIL 200 ANOS

INDEPENDÊNCIA E DESAFIOS

Gen Bda Marcio Tadeu Bettega Bergo*

* Militar da Reserva do Exército Brasileiro, diplomou-se nos cursos de especialização, aperfeiçoamento e altos estudos, até os de mais elevado nível, Política e Estratégia. É titulado “Mestre em Operações Militares” e “Doutor em Operações Militares”. Foi Comandante de Apoio Regional da 1ª Região Militar e Assistente Militar do Comando da Escola Superior de Guerra (ESG). Exerceu a Chefia do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército (CEPHiMEx) e a 2ª Vice-Presidência da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). Atualmente, é o Presidente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e 2º Vice-Presidente do Clube Militar.

Introdução

O ano de 2022 assinala dois séculos da emancipação política deste imenso País. Uma ocasião de tamanha relevância merece uma igualmente abrangente análise dos caminhos percorridos na formação territorial e no desenvolvimento econômico e social do Brasil. Mais ainda, é altamente salutar, após vislumbrarem-se os sucessos alcançados até o presente momento, serem lançados olhares em direção ao futuro, examinando detidamente os desafios que se apresentam perante nossos horizontes. Estes obstáculos, a cada momento, se avolumam e projetam sombras de dúvidas sobre os rumos que conduzem a novos tempos.



01. Planisfério, por Jerônimo Marini - primeiro mapa conhecido em que o nome Brasil aparece para designar a América Lusitana. Mapoteca Histórica do Itamaraty, Rio de Janeiro/RJ.

Prólogo

Para ancorar nosso estudo, é conveniente entendermos o mundo dito “civilizado” por volta do final do Século XV, pleno Renascimento, Idade Média finda e a Europa considerada o “centro” do planeta, pelos menos para nós, integrantes da dita “civilização greco-romana judaico-cristã ocidental”.

Por séculos, as trocas comerciais entre esta região, a Europa, e as longínquas “Índias”, ou seja, o extremo Oriente, a Ásia, traçaram rotas terrestres de caravanas e percursos marítimos limitados, beirando a orla do Mediterrâneo e as costas do Oceano Índico. Os maiores volumes das mercadorias transacionadas eram agrupados num termo genérico chamado “especiarias”. O vocábulo provém do latim *species* significando literalmente “tipo” ou “variedade”.

Em que pese o fato de que atualmente se possa ir a um supermercado e lá encontrar, numa prateleira sob tal título, itens em sua grande parte ligados à alimentação, temperos em particular, na antiguidade a palavra acomodava muito mais coisas! Naquela época, eram assim titulados os produtos mais raros e valiosos, sobre os quais se aplicavam impostos. Por exemplo, um documento do Século V, a “Tarifa de Alexandria” (porto egípcio, escala do trânsito comercial entre o Oriente e a Europa) listava itens como gengibre, pimenta, canela, cardamomo e mirra, entre outros. Porém, nesses “outros” se incluíam “itens exóticos” como seda, marfim, cascos de tartaruga, leões, leopardos e até eunucos indianos. A lei da oferta e da procura funcionava plenamente e certos itens, diminuindo ou aumentando de preço, podiam ser retirados ou incluídos na lista.

Mercadores orientais, na verdade, dominavam esse comércio e enriqueciam. Até que a Europa começou a se agigantar economicamente, enquanto, no Leste, se erguiam obstáculos ao trânsito das mercadorias, principalmente pela tomada ou controle de pontos estratégicos por parte de povos muçulmanos. Portugal e Espanha, as duas maiores potências europeias da época, se empenhavam em “abocanhar” parte desses lucros. Assim, rotas alternativas começaram a ser buscadas.

À mesma época, um importante “tabu” desmoronava. Por milênios, os homens acreditavam que o planeta era plano, o que amedrontava enormemente os marinheiros e limitava o ânimo de alguém se lançar ao mar para muito longe do litoral. Com muitas controvérsias, conflitos e interferências religiosas, aos poucos a ideia foi murchando, ao passo que se firmava a convicção de que, de fato, a Terra possuía um formato esférico. Simultaneamente, inovações tecnológicas permitiram a construção de naves capazes de flutuarem com mais peso, viajarem por

mais tempo e irem mais longe, com a navegação auxiliada por instrumentos de auxílio inovadores e velames aperfeiçoados. Surgiu a era das “grandes navegações”.



02. Caravela portuguesa.

O primeiro objetivo foi logo atingido, qual seja o de se chegar à Índia contornando o Sul da África, percurso desbravado pelo navegador português Vasco da Gama. Outro desafio logo seria também perseguido, a confirmação de que, navegando para Oeste, seria possível atingir um ponto no Leste, no caso a Índia, dando a volta pelo globo terrestre. Cristóvão Colombo, navegador genovês a serviço dos reis de Castela e Aragão, empreendeu a viagem. Contudo, errou seus cálculos! Em 12 de outubro de 1492, encontrou terras, sim, mas não era o subcontinente indiano. A enorme massa com que ele se deparou no “meio do caminho”, era, na verdade, um Novo Mundo. Acreditando ter atingido a Índia, denominou índios aos habitantes locais. Mais adiante, com novas viagens e exploração, tais terras receberiam o nome de América, numa homenagem a Américo Vespúcio, navegador, geógrafo e mercador florentino que por aqui viajou, mapeando e descrevendo a região.

1. O “surgimento” do Brasil

Portanto, nossa “História” pode ser considerada como iniciada neste contexto, o panorama mundial da época.

Logo em seguida à descoberta do citado Novo Mundo, o Papa Alexandre VI, por intermédio da bula *inter coetera* (“entre outros”), de 4 de maio de 1493, dividiu o planeta: um meridiano a 100 léguas a Oeste das Ilhas dos Açores e de Cabo Verde delimitava que as terras ocidentais à linha seriam espanholas, enquanto as que estivessem a Leste, portuguesas.

Portugal, contudo, não aceita a bula papal, o que conduz, após negociações, a um novo tratado, firmado em Tordesilhas, a 7 de junho de 1494. Firmado com o Reino de Castela (um dos formadores da atual Espanha), basicamente ampliou a distância do meridiano limite para 370 léguas. E assim, surgiu o Brasil! A expedição conduzida por Pedro Álvares Cabral, em 1500, atestou o descobrimento do nosso País. Providência que os portugueses chamam de achamento, pois, afinal, Cabral veio realmente “procurar” o que já se sabia da existência.

Os indígenas que aqui habitavam chamavam o lugar de Pindorama. Os portugueses o denominaram “Ilha de Vera Cruz”, por inicialmente julgarem que se tratava de uma porção de terra cercada de água por todos os lados. Logo em seguida, em 1501, o nome mudou para “Terra Nova” e após, “Terra dos Papagaios” (dada a existência de imensa quantidade dessas aves). Depois, em 1503, “Terra de Vera Cruz” e, ainda neste mesmo ano, “Terra de Santa Cruz”. Novamente alterado, em 1505, o nome ficou “Terra Santa Cruz do Brasil”, logo “Terra do Brasil”, até, finalmente, somente “Brasil”, em 1527.

Nosso nome advém, segundo as teorias mais prováveis, da madeira “pau-brasil” (*Paubrasilia echinata*, nova nomenclatura científica para a antiga *Caesalpinia echinata*). Esta árvore, cuja exploração foi a primeira atividade econômica do lugar, fornecia matéria prima para um pigmento, usado principalmente em tecidos. Seu lenho, de intenso vermelho-vivo, lembrava muito uma brasa, de onde se acredita tenha vindo a palavra Brazil, depois Brasil. Por este motivo nosso gentílico é brasileiro, “aquele que trabalha com brasil”, e não brasileiro, como seria da aplicação da gramática e é, em outros idiomas.

Há, contudo, uma lenda celta, muito comum entre marinheiros da época, que falava da existência, no oceano a oeste da Europa, de um lugar paradisíaco, uma terra de abundância e fartura, onde apenas pessoas de sorte e privilegiadas

por dons divinos iriam viver, em felicidade plena. Este lugar era chamado de “Ilha Brasil”, o Hy Breazil.



03a. *Pau brasil árvore.*

03b. *Pau brasil lenho de cor vermelha.*

2. A posse da terra

Portugal, assim, tomou posse das terras, então limitadas a Oeste pelo traçado de Tordesilhas. Dividiu-a em Capitânicas Hereditárias, iniciando-se a exploração e a colonização. Estas, não se processaram de forma linear nem homogênea, pois uns lugares foram mais “trabalhados” do que outros, recebendo maior atenção e, conseqüentemente, obtiveram maior desenvolvimento, gerando mais riquezas.

Neste mesmo século, iniciou-se o chamado “ciclo do açúcar”, com a cultura da cana-de-açúcar, a princípio centrada na Capitania de São Vicente (atual litoral de São Paulo) migrando depois para o Nordeste, lá se expandindo.

Um fato histórico, entretanto, alterou profundamente nossas fronteiras iniciais. Durante a batalha de Alcácer-Quibir (1578), o rei de Portugal, Dom Sebastião, desapareceu, sem deixar herdeiros. Dom Henrique, tio-avô de Dom Sebastião, foi coroado, porém morreu logo depois, igualmente sem herdeiros. Numa intrincada rede de relacionamentos familiares, o rei da Espanha (já então um País unificado, resultante da fusão dos Reinos de Castela, Aragão, León e



04. *As Origens*, por Pedro Cantalice Estigarribia. 3º Regimento de Cavalaria de Guardas, Porto Alegre, RS.
05a. *Terra Brasilis*.

Navarra), Dom Felipe II, alegando parentesco com Dom Sebastião, assumiu o trono português, anexando Portugal ao território hispânico.

Ocorreu, assim, em 1580, a chamada “união das coroas ibéricas”, status político que trouxe consequências para as colônias americanas, principalmente o Brasil. Os holandeses, inimigos dos espanhóis, de quem se separaram, em sua independência, aproveitaram a unificação das duas coroas para invadir o Nordeste brasileiro e se apossar das técnicas de produção açucareira.

A união, que somente seria desfeita em, 1640, também ocasionou o “rompimento” da linha de Tordesilhas. Afinal, não mais fazia sentido existir uma divisão de terras que pertenceriam a uma coroa só.

No período, portugueses vivendo no Brasil, que antes se aventuravam no rumo Oeste, em expedições chamadas “Entradas”, também passaram a constituir outros empreendimentos, agora denominados “Bandeiras”.

As “Entradas” eram caravanas oficiais, organizadas e financiadas por Portugal e, normalmente, respeitavam os limites do Tratado de Tordesilhas. Tinham como prioridade realizar o mapeamento do território e viabilizar sua colonização além do litoral. Elas também deveriam descobrir a existência de ouro e pedras preciosas, bem como atuar no combate a invasores europeus e, ainda, aos povos indígenas que resistiam ao colonizador.

Já as “Bandeiras” foram as maiores responsáveis pela expansão do território brasileiro, pois não respeitavam os limites impostos por Tordesilhas e, conseqüentemente, “invadiam” o que supostamente seria território espanhol. Não eram patrocinadas oficialmente, seus custos eram bancados por empreendedores

particulares. Tornaram-se mais comuns após a restauração portuguesa, em 1640, e a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654. Os bandeirantes também buscavam metais, pedras preciosas e plantas medicinais do sertão (bandeirantismo prospector) e, em adição, se dedicavam ao apresamento de indígenas (bandeirismo de preação), à captura de escravos africanos fugitivos, ao combate aos quilombolas e indígenas agressivos (bandeirantismo de contrato).

São muitos os bandeirantes, dentre os quais se destacam Antônio Raposo Tavares, Pedro Teixeira, Fernão Dias Paes Leme, Manuel Borba Gato, Bartolomeu Bueno da Silva (o “Anhanguera”), Domingos Jorge Velho.

Assim, Portugal tomou posse efetiva do território, consolidando-o e ampliando suas dimensões. Para sua defesa, iniciou a construção de fortes, atividade que teve início em São Vicente e se expandiu por todo o território, tanto no litoral como no interior, em locais estratégica e precisamente calculados, mais ou menos conformando o atual contorno do Brasil.

3. A conformação territorial

A configuração territorial do Brasil, desta maneira, se inicia com o Tratado de Tordesilhas, rompido no século XVII, como já visto.

Avançando no sul, rumo ao estuário do Prata, os portugueses fundaram a Colônia do Sacramento, várias vezes tomada pelos espanhóis, que se “assenhora-vam” daquelas terras. O Tratado de Lisboa, em 1681, a fez possessão portuguesa.

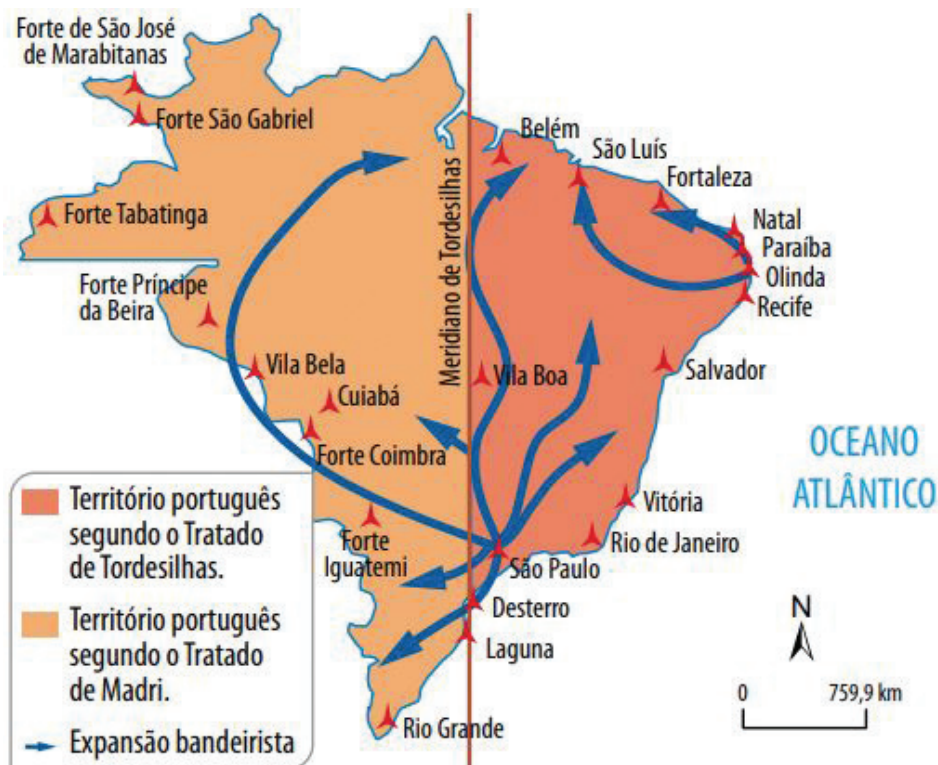
O primeiro Tratado de Utrecht, celebrado entre Portugal e França, em 1713, normatizou as fronteiras portuguesas do norte do Brasil. O segundo, entre Portugal e Espanha, em 1715, oficializou nova devolução da Colônia de Sacramento a Portugal, uma vez mais tomada pelos castelhanos.

Em 1750, pelo Tratado de Madri, ocorreu uma abrangente redefinição das fronteiras entre as Américas portuguesa e hispânica. Na ocasião, houve a primeira utilização do princípio do usucapião, o *uti possidetis*, quando as ocupações e as fortificações portuguesas praticamente corroboraram a posse portuguesa da extensão territorial do Brasil.

Em 1777, pelo Tratado de Santo Ildefonso, aconteceu a confirmação do tratado de Madri e a devolução da ilha de Santa Catarina, então de posse da Espanha ficando esta (novamente) com a Colônia de Sacramento e a região dos Sete Povos da Missões.

Pelo Tratado de Badajós, de 1801, esta área, Sete Povos, foi incorporada definitivamente ao Brasil.

Assim se deu a ação portuguesa na delimitação dos contornos do Brasil. Após a Independência, aconteceu um último acréscimo territorial, de mais de 152 mil km² (1,6 vezes a extensão de Portugal), com a incorporação, em 1903, na região ocidental do País, daquela área, com a resolução da “Questão do Acre”, obtida por negociações que se seguiram a uma guerra.



05b. Expansão territorial.

Já como País independente, submetemo-nos a algumas arbitragens internacionais, que influíram em questões de território. As principais foram:

- » Em 1895, a “Questão de Palmas” ou “Missions”, litígio entre Brasil e Argentina, encerrada com a destinação ao nosso País de

cerca de 30 mil km² (quase o tamanho da Bélgica), na parte oeste dos atuais Estados de Santa Catarina e Paraná;

- » Em 1897, numa disputa com a França, em área entre o Amapá e a Guiana Francesa, crescemos mais 260 mil km² (quase o mesmo tamanho de todo o Reino Unido); e
- » Em 1904, na solução à “Questão do rio Pirara”, região entre a Guiana (então Britânica) e o Brasil, 60% foram atribuídos ao Reino Unido (19.630 km²) e 40% ao Brasil (13.570 km²).

4. A reestruturação da colônia

Uma figura de destaque em nossa organização é a de Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal ou Conde de Oeiras, Secretário de Estado (Primeiro-Ministro) do rei Dom José I (1750-1777).

Ele conduziu, quanto ao Brasil, profunda reestruturação administrativa, mesclando conceitos da monarquia absolutista com o racionalismo iluminista. Aumentou o controle, extinguiu as capitanias hereditárias e transferiu a capital da Colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro. Pombal, também, entre outras providências, expulsou os jesuítas e instituiu a “derrama” do ouro, como instrumento para cobrar impostos atrasados.

No período colonial, especialmente entre o final do século XVIII e o começo do XIX, muitos acontecimentos marcantes, ocorreram no mundo, com influências, diretas ou indiretas, na vida destes rincões. Destacam-se os movimentos iluministas e positivistas na Europa; a crise dos absolutismos monárquicos e colonialistas; a expansão do livre-mercado e da circulação de mercadorias; e a Revolução Francesa, iniciada em 1789, que “decretou” o fim do absolutismo.

Nesse meio tempo, em julho de 1799, em Portugal, com a incapacitação física da rainha Dona Maria I, seu filho Dom João torna-se Príncipe Regente. Logo em seguida, Napoleão Bonaparte se converte em imperador da França e, entre outros procedimentos, ameaça os interesses lusos, decretando, em 1806, um “bloqueio continental” contra a Inglaterra, da qual Portugal era aliado.

Enquanto isso, no Brasil, acontecia a “Inconfidência Mineira” (1789/92), movimento inspirado na Revolução Francesa e na Independência dos Estados

Unidos. Os revoltosos, porém, talvez estivessem mais voltado contra a cobrança de impostos do que propriamente organizando um levante pró-independência.

Como reação à invasão de Portugal por Napoleão, acontece a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808. Esta atitude, que muitos consideram uma “fuga”, na realidade foi uma ação estratégica muito bem pensada, hipótese considerada já desde 1801.

5. O Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

Em catorze navios, chegados a Salvador no dia 22 de janeiro de 1808, além da família real, vieram centenas de funcionários, criados, assessores e pessoas ligadas ao governo português. Trouxeram também muito dinheiro, obras de arte, documentos, livros, bens pessoais e outros objetos de valor. Após a chegada ao Brasil, a comitiva desembarcou na Bahia, tendo, posteriormente, seguido para o Rio de Janeiro, onde foi instalada a corte. Entre muitas atitudes, o monarca abriu o comércio (portos) brasileiro para o mundo, estimulou o estabelecimento de indústrias, a construção de estradas e a reforma em portos. Criou o Banco do Brasil, os Correios, a primeira universidade de medicina e muitas outras medidas.

Em 16 de dezembro de 1815, o Principado do Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido. Tal ato foi consequência do Congresso de Viena, realizado entre setembro de 1814 e junho de 1815, cujo propósito foi redesenhar o mapa político do continente europeu após a derrota da França Napoleônica na Batalha de Waterloo, na Bélgica. A família real portuguesa estava no Brasil numa situação politicamente estranha, Dom João governava o reino a partir de uma colônia, o soberano não se encontrava, formalmente, dentro de seu reino, mas, sim, em uma possessão além-mar; não tendo o mesmo status político. A solução encontrada para a controvérsia foi elevar o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal, ideia retirada do modelo inglês do Reino Unido da Grã-Bretanha;

Em 1818, Dona Maria I faleceu e seu filho foi coroado, com o nome de Dom João VI, titular do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Assim, deu-se uma “inversão metropolitana”: o Brasil deixou de ser colônia a passou a ser metrópole. Ocorreram profundas transformações políticas e econômicas no Rio de Janeiro e no restante do país, com o corte, na prática, dos vínculos

coloniais. E, em análise mais aprofundada, se pode afirmar que o “Estado” brasileiro surgiu mesmo antes de ter sido declarada a nossa independência.

Em 1820, eclodiu a Revolução Liberal do Porto, inspirada na Revolução Francesa, num clima de “anti-absolutismo” em Portugal. Na sequência, muitas decisões portuguesas foram contrárias aos interesses brasileiros. Aprofundou-se a contradição de que o novo reino tinha dois centros políticos, Lisboa e Rio de Janeiro, onde estava o governante.



06. *Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.*

Assim, algum tempo depois, os revoltosos, no Porto, exigiram o retorno do rei a Portugal. Pressionado, Dom João VI regressou àquele País em 21 de abril de 1821. Antes, porém, no dia 7 de março, ao anunciar sua partida, em decreto, atribuiu a regência do Brasil a seu filho Pedro. Na ocasião, já sentindo os anseios de liberdade aqui vigentes, proferiu a célebre frase “Põe a coroa sobre a tua cabeça, antes que algum aventureiro lance mão dela”.

Pedro de Alcântara Francisco Antônio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafael Joaquim José Gonzaga Pascoal Cipriano Serafim de Bragança e Bourbon assumiu seus encargos aqui no Brasil. No entanto, sob fortes pressões, logo Dom João o chama a Lisboa. Simultaneamente, ocorrem muitas tentativas de esvaziamento do poder da monarquia, especialmente no Brasil. Em 1821, deu-se a abolição da Regência, sendo exigida obediência a Lisboa, com a extinção dos tribunais do Rio de Janeiro.

Na época, já existia o “Partido Brasileiro”, de cunho liberal, lutando pela independência, dizendo “Não!” à recolonização, que se encontrava, então, sendo gestada. A 29 de dezembro de 1821, um abaixo assinado insta pela permanência de Dom Pedro aqui. No dia 9 de janeiro de 1822 aconteceu o anúncio da decisão do Príncipe, que resolveu continuar no Brasil, o chamado Dia do Fico - “Se é para o bem de todos, e felicidade geral da nação, diga ao povo que fico”.

Logo em seguida, uma tropa portuguesa, a Divisão Auxiliadora, comandada pelo Tenente-General Jorge de Avilez, recebeu ordens de escoltar o Príncipe para Lisboa, no que é impedida por brasileiros favoráveis a Pedro. Estes, forçam os lusitanos à retirada. A situação se tornou mais crítica, com forças pró e contrárias ao Regente.

Em março e abril de 1822, Dom Pedro empreendeu uma viagem do Rio de Janeiro às Minas Gerais. Foi a primeira vez em que o jovem se aventurava para além dos limites da Corte. Seu objetivo era conquistar apoio a seu governo, bem como submeter a Província à sua autoridade. Neste percurso, compreendeu como era grande este País, como era possuidor de vastos recursos naturais. Numa pequena amostra territorial, se conscientizou da enormidade das possibilidades econômicas do Brasil

Em 3 de junho de 1822, Dom Pedro recusou fidelidade à Constituição portuguesa e convocou a primeira Assembleia Constituinte brasileira. Ainda determinou que nenhuma lei de Portugal iria valer no Brasil sem sua autorização. A 1º de agosto de 1822, emitiu um decreto considerando inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil. Neste mesmo período, lança um “Manifesto às Nações Amigas”, dando conta do rompimento com as Cortes Constituintes de Lisboa.

No outro lado do Atlântico, Portugal anula a convocação da Assembleia Constituinte brasileira, ameaça com o envio de tropas e exige, uma vez mais, o retorno do Príncipe Regente.

6. A Independência

Em agosto de 1822, o Príncipe Regente Dom Pedro viajou novamente, desta feita com destino à província de São Paulo, com a finalidade de efetuar contatos e acalmar focos insurgentes. No dia 7 de setembro, voltando de Santos, se encontrava às margens do riacho do Ipiranga, quando foi alcançado por mensageiros, que lhe entregam cartas de sua esposa Maria Leopoldina da Áustria, de Dom João VI e de José Bonifácio de Andrada e Silva, seu assessor e ministro. Não eram boas as notícias.

Leopoldina, conhecida por sua dedicação ao marido, dizia “O Brasil será em vossas mãos um grande país, o Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará sua separação. O pomo está maduro, colhe-o já senão apodrece”. Em verdade, ela já redigira, a 2 de setembro, uma proposta de texto de independência, declarando o Brasil separado de Portugal. Ela assumira como princesa regente enquanto o príncipe estava em São Paulo. Usou atributos de chefe interina do governo para fazer uma reunião com o Conselho de Estado, ocasião em que tal documento foi idealizado.



07a. Dom João VI, por Jean Baptiste Debret. Museu Nacional de Belas Artes, Rio de Janeiro/RJ.

07b. Dom Pedro I, por Henrique José da Silva.

07c. Maria Leopoldina de Áustria, por Josef Kreutzinger. Museu Nacional, Rio de Janeiro/RJ.

07d. José Bonifácio de Andrada e Silva, por Benedito Calixto de Jesus. Museu Paulista, USP, São Paulo/SP.

Um dos irmãos de José Bonifácio, Antônio Carlos, escreveu, de Portugal, dando conta de “Inimigos de toda a ordem e que não poupavam a real pessoa de Vossa Alteza Real de envolta com ataques ao Brasil.”

Por fim, José Bonifácio lhe reportava “Senhor, o dado está lançado, e de Portugal não temos a esperar senão escravidão e horrores. Venha Vossa Alteza Real o quanto antes e decida-se.”

Dom Pedro se encontrava numa encruzilhada: ou o rumo dos acontecimentos se alterava, ou ele voltaria à Europa. Existiam duas possibilidades para o impasse, a proclamação de uma república, a exemplo de países hispânicos vizinhos, ou a conservação da monarquia, com o apoio de uma Constituição.

Assim, ali mesmo, às margens plácidas de um riacho, foram rompidos os laços de união política com Portugal. Altaneiro, Dom Pedro diz “Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo mais nos une”. Arrancando a braçadeira azul e branca que simbolizava Portugal, conclama “Tirem suas braçadeiras, soldados. Vivas à independência, à liberdade e à separação do Brasil”. Desembainhando e erguendo a espada, confirma seu amor por esta terra “Para o meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade”. E proferiu o famoso Grito do Ipiranga: “Independência ou morte!”



08a. “Independência ou Morte” (ou “O Grito do Ipiranga”), por Pedro Américo de Figueiredo e Melo. Museu Paulista, USP, São Paulo/SP.

E surgiu um novo Estado, o Brasil independente.

A independência foi reconhecida, primeiramente, por Estados Unidos e México. Portugal só fez isso em 1825, depois do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas, dinheiro que Dom Pedro tomou por empréstimo na Inglaterra, que igualmente nesse ano reconhece o Brasil.

Em verdade, o processo da independência teve raízes no conservadorismo da aristocracia rural, a cujos interesses convinha a solução monárquica. E, também, no absolutismo do Príncipe.

Em 12 de outubro de 1822 ocorreu a aclamação do Imperador Dom Pedro I, “O “Libertador” ou “O Rei Soldado”.

Esta década, de 1820, foi marcada pela consolidação da independência.

Inicialmente, ocorreram guerras, entre 1822 e 1825, no Pará, na Bahia, no Maranhão, na Província Cisplatina e no Piauí.

Havia, ainda, conflitos entre elites agrárias beneficiadas, desejosas de conservar privilégios políticos, econômicos e sociais. A escravidão foi mantida, contrariamente aos ideais iluministas.

A primeira Constituição foi promulgada em 1824, de cunho liberal, tipo francês, com um sistema representativo. O poder político era dividido em quatro: Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador (exercido pelo Imperador). Em 1826 entrou em funcionamento o Parlamento brasileiro. O Brasil era um Estado unitário centralizado, forma de governo monárquico, hereditário.

A “Banda Oriental” do rio Uruguai, ou Cisplatina, palco de confrontação de interesses portugueses e espanhóis, além dos combates por ocasião da independência, também levou brasileiros e castelhanos às armas, de 1825 a 1828. Embora os argentinos a chamem de “Guerra do Brasil” e apregoem vitória, o fato histórico é que a região, se não permaneceu incorporada ao Brasil, também não foi anexada àquele País, tendo se convertido em um Estado independente, a atual República Oriental do Uruguai.

Assim, no período, houve a consolidação da independência, a manutenção da integridade territorial e política. Chamado Primeiro Reinado, teve o custo do elevado desgaste de Dom Pedro I, que enfrentou diversos conflitos e insatisfações contra seu governo autoritário e centralizador.

Em Portugal, a situação igualmente era tensa. Com a morte de Dom João VI, em 1826, houve uma crise de sucessão naquele País. O “nosso” Dom Pedro I foi, então, aclamado Rei de Portugal, como Dom Pedro IV, mas logo nomeou sua filha, Dona Maria da Glória (futura Dona Maria II), como herdeira do trono.

Com problemas em ambos lados do Atlântico, na madrugada de 7 de abril de 1831, Dom Pedro I abdicou em nome de seu filho Dom Pedro de Alcântara (1825-1891), que tinha à época apenas 5 anos de idade. Escreveu, em seu documento de abdicação: “Usando do direito que a Constituição me concede, declaro que hei muito voluntariamente abdicado na pessoa de meu muito amado e prezado filho o Sr. D. Pedro de Alcântara. Boa Vista, sete de abril de mil oitocentos e trinta e um, décimo da Independência e do Império. Pedro”. A expressão “Boa Vista” aqui se refere à Quinta da Boa Vista, localização do palácio imperial, no atual Bairro Imperial de São Cristóvão.

Retornando a Portugal, lutou contra seu irmão Dom Miguel, na chamada Guerra Civil Portuguesa, a fim de restaurar o trono para sua filha. Dom Miguel, em 1828, assumira o poder em nome de Dona Maria. Porém, não cumprindo o que fora acertado com o imperador brasileiro, fez-se proclamar rei absoluto, desencadeando o conflito, também conhecido como Guerras Liberais, Guerra Miguelista ou Guerra dos Dois Irmãos, que opôs liberais constitucionais contra absolutistas e durou de 1832 a 1834. Neste mesmo ano, em 24 de setembro, Dom Pedro (I do Brasil e IV de Portugal) morreu.

Aqui, surgiu a impossibilidade legal de Pedro de Alcântara ser coroado, pela tenra idade. Por lei, tal somente poderia ocorrer em 1844, quando ele completasse 18 anos. A solução encontrada foi a instituição de um Sistema de Regência, conhecido como Período Regencial. Este, durou de 1831 até 1840, com quatro

regências se sucedendo: a Provisória Trina, a Permanente Trina, a Una de Feijó e a Una de Araújo Lima.

Seu término estava previsto para 1844, mas foi antecipado por um movimento parlamentar, em 23 de julho de 1840, que acabou conhecido como Golpe da Maioridade, e garantiu a coroação de Dom Pedro II como imperador do Brasil.

No intervalo, Pedro permaneceu aos cuidados de um tutor, José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeado por seu pai. O menino, órfão e sozinho, recebeu cuidados de diversos mestres ilustres, escolhidos por José Bonifácio. Estudou caligrafia, literatura, matemática, latim, francês, inglês, alemão, geografia, ciências naturais, pintura, piano e música, esgrima e equitação.



08b. Bandeira Brasil Império.

Com a coroação, 18 de julho de 1841, aos 15 anos de idade, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Bourbon tornou-se Dom Pedro II, inaugurando o chamado Segundo Reinado. Seus primeiros anos foram de aprendizado político. Aplicava-se inteiramente aos negócios de Estado, seguia a

Constituição à risca.

O período foi um dos mais importantes e agitados do Brasil. Nele, se firmou a unidade territorial do país, foram amplamente discutidas a autonomia das províncias e a centralização do poder, houve estruturação das Forças Armadas, com participação em conflitos, internos e externos. Aos poucos, no decorrer de cerca de meio século, o país se pacificou e progrediu, ainda que com a existência do regime escravista.

Diversas revoltas internas ocorreram, com sérios riscos de fragmentação do País. Dentre elas, se destacam a Confederação do Equador, a Cabanada, a revolução Farroupilha, a Sabinada, a Balaiada, as revoltas Liberais de SP e de MG, a revolução Praieira e a revolta dos Muckers.

No âmbito externo, ocorreram as Guerras Platinas (contra Oribe e Rosas, 1850-52; e contra Aguirre, 1864-65) e a Guerra do Paraguai ou Guerra da Tríplice Aliança (1864-70), o maior conflito armado da América do Sul.

Em todas estas campanhas se destaca a figura de Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, grande chefe militar que prestou mais de 60 anos

de excepcionais e relevantes serviços como político, administrador público de contingência e, inigualados, como soldado de vocação e de tradição familiar, a serviço da unidade, da paz social, da integridade territorial e da soberania do Brasil Império. Muito justamente é o Patrono do Exército Brasileiro e é cognominado “O Pacificador”.

Contudo nas décadas de 1870/80, quase final do século XIX, variados problemas se avolumaram, no Brasil. O modelo monárquico entrou em crise, desgastado pela questão da escravatura e pelo sentimento republicano. Algumas forças que davam sustentação a Dom Pedro II apresentavam sinais de descontentamento: a Igreja Católica, alegando interferências do Imperador em decisões eclesiásticas; o Exército, pelas proibições aos manifestos de críticas à monarquia; os grandes proprietários rurais, insatisfeitos com o iminente fim da escravidão; os fazendeiros paulistas, que já utilizavam mão de obra de imigrantes, também se posicionaram contrários à monarquia, queriam maior participação política e poder decisório em questões nacionais; a incipiente classe média urbana era desejosa de maior liberdade econômica e poder político.

Em 13 de maio de 1888, por intermédio da Lei Imperial n.º 3.353, a Lei Áurea, foi finalmente abolida a escravidão no Brasil, após um longo processo de décadas. E em 15 de novembro de 1889, um levante político-militar provocou uma mudança no regime, proclamando a República. Dom Pedro II e a família abandonam o Brasil, rumando para o exílio na França.

Agora, já sob regime republicano, mais algumas revoltas e movimentos marcaram o fim do século, como a Revolta da Armada (1893/94), a Revolução Federalista (1893/94) e a Guerra de Canudos (1896/97).

Ao alvorecer do século XX, tem o nosso País seu último movimento armado relativo a território, com a chamada Revolução Acreana, quando um exército de seringueiros brasileiros, liderados por Plácido de Castro, obtiveram a vitória que culminou com a anexação de extensa área amazônica, hoje o Estado do Acre. Dois acordos encerraram o contencioso: o Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, entre os governos do Brasil e da Bolívia; e o Tratado do Rio de Janeiro, em 8 de setembro de 1909, entre o Brasil e o Peru.

O Século XX, em sua primeira metade, foi marcado por lento crescimento econômico e populacional. Éramos uma sociedade agrária atrasada, com “ilhas” de comércio e de tímida indústria ao longo da costa atlântica. Os principais produtos eram café, borracha, açúcar, cacau, algodão, couros/peles, fumo e mate. Poucos produtos de exportação, basicamente os mesmos do período colonial, à exceção da borracha.

Em teoria, o Brasil era um País democrático, na prática uma república oligárquica, uma aristocracia latifundiária dominava o sistema político. A representação política se assentava nas camadas superiores da sociedade.

O País recebeu levas de imigrantes europeus, num processo de “branqueamento” da população. Aos poucos, foi desenvolvendo, vagarosamente, sua infraestrutura, ampliando a agricultura e se avolumando a tenra indústria.

Na primeira década do Século, importantes reorganizações foram introduzidas nas Forças Armadas, com embarcações adquiridas, na Marinha, e o envio de oficiais do Exército à Europa para cursos e estágios. Estes, depois, ficaram conhecidos como “Jovens Turcos” e influenciariam ou atuariam nas transformações no país desde as crises políticas dos anos 1920 até os anos 1940.

Entre 1917 e 1918, o Brasil participou da “Grande Guerra” (que posteriormente ficou conhecida como 1ª Guerra Mundial). Nosso País teve alguns oficiais do Exército atuando junto ao exército francês e aviadores navais operando com unidades aéreas britânicas. Também enviou missão médica à França e uma Divisão Naval. Esta, vitimada por surto de gripe, nem chegou a entrar em cena, o conflito teve fim logo após sua chegada ao Teatro de Operações.

Um episódio de consideráveis proporções ocorreu entre 1912 e 1916, na região entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, a “Guerra do Contestado”. Tratava-se de uma região desconhecida e inexplorada, abandonada pelos dois Estados, sem estradas, escolas nem hospitais. Grandes latifúndios produziam madeira e mate e havia muita insatisfação popular.

O período até 1930, chamado “República Velha”, foi marcado pelo predomínio de São Paulo e Minas Gerais, que se revezavam no comando dos destinos nacionais, a política “café-com-leite”. Como previsível resultado, ocorreram variados levantes e revoltas, tumultos que marcaram a vida nacional. Os mais relevantes foram a “Revolta dos Marinheiros” (ou “Revolta da Chibata”), em 1910, a “Revolta do Juazeiro”, no Ceará, 1913/14, os levantes militares de 1922 (Vila Militar, Escola Militar, Forte de Copacabana), a “Revolução Libertadora” de 1923, no Rio Grande do Sul e o chamado “Movimento Tenentista”, que teve suas maiores manifestações entre 1924 (em São Paulo) e 1927 (final da chamada “Coluna Prestes”).

Em 1930, Getúlio Dornelles Vargas chegou ao poder, no embalo da chamada “Revolução de 1930”. O ambiente econômico era problemático, resultante da quebra da bolsa de valores Nova Iorque e início da “Grande Depressão” mundial. Após curto governo provisório, Vargas é eleito presidente e conduz um governo constitucional. Importante movimento aconteceu em 1932, a chamada

“Revolução Paulista” ou “Revolução de 32”, que alguns estudiosos classificam como guerra civil. Em 1934, uma nova Constituição é adotada, mas de curta duração, pois uma polarização ideológica, intensa agitação política e ecos de acontecimentos externos levam a um golpe de Estado, em 1937, que implantou o chamado “Estado Novo”. O período até 1945 fica conhecido como “Era Vargas”.

A 2ª Guerra Mundial, que flagelou o planeta inteiro entre 1939 e 1945, marca um ponto de inflexão nos caminhos da humanidade. E o Brasil não ficou de fora, sofrendo muitas modificações em todos os aspectos, políticos, econômicos e sociais. Participamos do conflito com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e de um Grupo de Aviação de Caça, que atuaram na Itália, além das ações navais no litoral e no Atlântico Sul. Ao término do conflito, Getúlio Vargas é deposto e logo em seguida uma nova Constituição é votada.

A segunda metade do Século vê nosso País avançar na urbanização de seus habitantes, o aumento da escolaridade, a aceleração do crescimento econômico, a implantação de indústrias siderúrgicas, de petróleo e outras melhorias. Na segunda metade de década de 1950 se constrói uma nova capital, Brasília, no interior do País.

Instabilidades políticas também se fizeram presentes. Em 1964, no contexto da “Guerra Fria” que opunha os princípios capitalistas contra socialistas, um movimento cívico-militar implantou um governo forte, que imprimiu novos rumos ao País. Foi período de crescimento econômico, aceleração da industrialização, desenvolvimento tecnológico e obras de infraestrutura (elétrica, comunicações, transportes), embora com restrições de cunho político.

No final da década de 1980, iniciou-se o retorno à normalidade, com mais uma Constituição e abertura política. Acompanhando o mundo mais adiantado, o final do século nos encontra embarcados, ainda que não tão fortalecidos como deveríamos, na “corrida tecnológica”, ditada particularmente pela informática e na chamada “globalização”. Nos modernizamos, mesmo que com certo atraso em relação aos países mais avançados. Intensivou-se a produção agrícola e industrial, atingimos mais relevância e alto posicionamento no contexto internacional.

Agora, ao florescer do século XXI, a formatação territorial de nosso País está plenamente consolidada. No âmbito marítimo, nosso País não tem países oceânicos “fronteiriços”, de forma que inexistem questionamentos quanto a águas territoriais, jurisdicionadas e zonas de exploração econômica exclusiva.

Todos os tratados e acordos internacionais de que o Brasil participa são respeitados. O mesmo se pode afirmar quanto ao espaço aéreo. O Brasil não tem mais problemas “de fronteiras”, muito embora existam inúmeros problemas



09. Marco de fronteira.

“nas fronteiras”! E, mais ainda, a palavra adquiriu novos significados, como veremos adiante.

Assim, se nos primeiros 100 anos após a Independência ficaram estabelecidas em definitivo as fronteiras terrestres do Brasil, configurando seu contorno atual, as décadas seguintes consolidaram o desenvolvimento econômico e social e, ainda que aos “solavancos”, perseguiu-se a maturidade política.

7. Lições da história

Até aqui, vimos um pouco, bastante resumido e rápido, da nossa História, em especial a conformação territorial do Brasil e seu desenvolvimento como nação soberana. Os feitos dos bandeirantes, os fortes construídos pelos portugueses, as lutas contra invasores, os territórios conquistados e os perdidos, os levantes separatistas, tudo isso integra um riquíssimo patrimônio histórico-cultural a ser cultuado e preservado, tanto físico (os sítios e edificações) como, também, imaterial (a honra, a glória de nossos antepassados, seu exemplos e a memória).

**Legenda**

- Limite de Estado
- Limite do País
- Capital de Estado
- ★ Capital de País

Região

- Norte
- Nordeste
- Sudeste
- Sul
- Centro-Oeste

10. Brasil atual.

O estudo da História nos ensina “o quê?” aconteceu, “como?” se passou, o “porquê?” dos conflitos, além de “que consequências?” trouxeram.

Contudo, tão importante quanto conhecer o passado é pensar no futuro! Aí, surge outra pergunta, “e agora?”, para que nos servirão os conhecimentos sobre o passado? Em resposta, vem nossa preocupação resultante, qual seja pensar sobre a construção do futuro. Olhando para o passado, vamos avaliar o que se

pode querer que aconteça novamente, o que apresenta condições de ser melhorado e, finalmente, decidir sobre aquilo que não se deseja que ocorra!

Soren Kierkegaard, filósofo/teólogo dinamarquês (1813/1855) afirmou que “A vida só pode ser entendida olhando-se para trás, mas só pode ser vivida olhando-se para a frente.”

Este se torna o nosso propósito, a partir deste ponto. Visto o nosso passado de formação de Pátria e de Estado, os dois séculos decorridos desde aquele 7 de setembro de 1822, chega o momento de se olhar para adiante, para o porvir.

8. Brasil - Século XXI



11a. Bandeira do Brasil atual.

11b. Armas da República e Selo Nacional.

Já estamos completando a segunda década do Século XXI. Somos a República Federativa do Brasil, composta por 26 estados federados e um Distrito Federal. Somos o 5º maior contingente populacional do mundo, a 5ª maior área da Terra, já constituímos a 8ª ou 9ª maior economia do planeta (os números flutuam), hoje a 10ª ou 11ª. Somos o 3º maior produtor agropecuário do mundo, alimentamos um terço da humanidade. Somos donos de algumas ilhas de excelência tecnológica, apesar do nosso atraso tecnológico e dos poucos recursos investidos em Pesquisa & Desenvolvimento.

Privilegiados pela Mãe Natureza, nosso clima é ameno, temos grande extensão territorial, área compacta, livre de obstáculos intransponíveis, sem grandes cataclismos, num posicionamento geográfico excelente. Em nosso território, tão vasto, abrigamos vários ecossistemas e possuímos um imenso potencial agrícola. A plataforma continental marítima estende nossas riquezas oceano adentro, nossa biodiversidade é enorme, com vidas animais e vegetais esbanjando exuberância e variedade. Temos das maiores disponibilidades em água doce do mundo e recursos minerais incalculáveis. Nossas paisagens encantam os turistas, consumidores

dessa indústria valiosíssima e limpa. Nossa gente é uma população grande e integrada, temos invejável unidade linguística, desenvolvemos enorme criatividade e adaptabilidade.

Tudo isso configura exatamente o que se pode imaginar como o Éden, lugar de abundância, opulência e felicidade! Tudo a ver com a antiga lenda celta, já mencionada, a Ilha Brasil, um lugar paradisíaco...



12a. Agricultura. 12b. Pecuária. 12c. Mineração. 12d. Infraestrutura.

No entanto, ainda “patinamos” em desenvolvimento, ostentamos índices baixíssimos em determinados setores, vivemos problemas que não caberiam numa terra com tamanha disponibilidade de recursos, tão rica. Qual é o Brasil que estamos construindo? Chegamos a 200 anos como Nação independente, o que esperar ou construir para os próximos dois séculos? Então, esta ocasião de Bicentenário é propícia para refletirmos sobre o conceito de “Independência”. Se até agora o termo significava basicamente um espaço físico delimitado, território dentro de fronteiras, com um governo gestor de seus destinos, nos tempos vindouros o significado forçosamente se amplia. Temos que nos preocupar com ideias tais como independência econômico-financeira, independência cultural, independência tecnológica, independência ambiental, independência sanitária...

9. As fronteiras, hoje

Se no passado, fronteira era uma “coisa” concreta, um lugar, onde existia uma linha demarcatória separando duas “gentes” distintas, sítios onde se construía fortés, barreiras, postos de travessia com cerrado controle, hoje, isso mudou.

Em nosso entendimento, damos uma outra definição, com o termo “fronteiras” significando locais ou ambientes onde interesses se defrontam. Esta é a nossa contribuição ao estudo deste tema.

Quando dois grupos (pessoas, cidades, estados, empresas etc) se defrontam, ou seja, se encontram, frente a frente, são três as possibilidades de atitudes:

- A. Concordância, quando há soma de esforços, resultando em cooperação;
- B. Discordância, quando surge a confrontação, surgindo a competição; e
- C. Hostilidade, quando um decide impor sua vontade sobre o outro, utilizando uma das formas de poder, configurando um conflito.

Com esta explicação, entendemos o conceito: tais atos ocorrem nas fronteiras, quer entre estados politicamente organizados, quer entre instituições como empresas, organizações não-governamentais, grupos de interesses comuns, populações, credos religiosos etc.

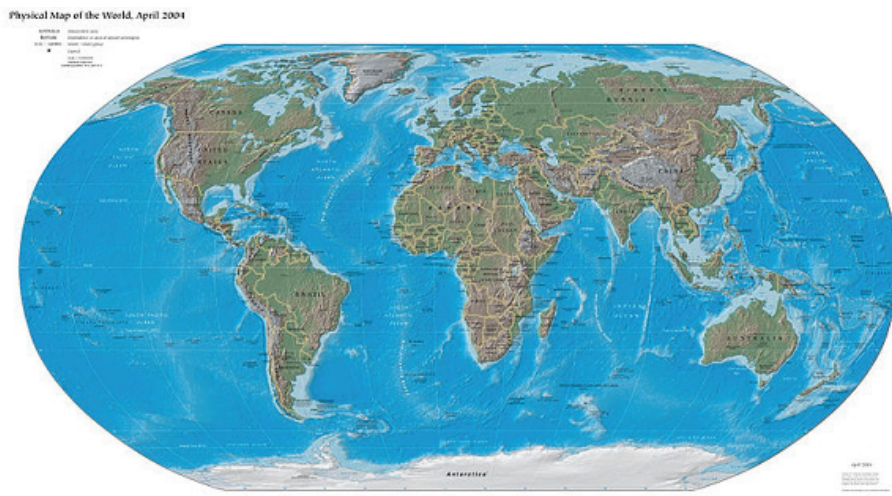
Assim, temos agora uma outra classificação para elas.

- » Políticas, geográficas ou tradicionais, são as fronteiras antigas ou físicas. Constituídas ou identificadas por rios, linhas de montanhas, mares e oceanos, lagos, linhas e marcos geodésicos. Estas, podem ser integradoras, quando aproximam quem vive ou atua em suas margens, ou divisoras, quando apartam ou separam, impedindo ou dificultando o trânsito entre uma e outra. Elas são nítidas, embora nem sempre respeitadas. Há conflitos nelas, e muitos, mundo afora.

- » Já as virtuais, modernas ou metafísicas são as novas fronteiras, constituídas ou identificadas como ambientes ou contatos econômico-financeiros, comerciais, aeroespaciais, ciberespaciais, raciais ou étnicos, ideológicos, culturais, religiosos, de conhecimentos e sanitários. Estas, são difusas, sendo difícil identificar “quem é quem”. Como separar “interno” de “externo”?

Este conceito é o maior enigma, nestas confrontações contemporâneas. Elas ocorrem simultaneamente dentro de um mesmo território politicamente delimitado mas, também, envolvendo duas ou mais entidades distintas, muitas vezes localizadas, geograficamente, a grandes distâncias umas das outras.

A ele, se somam os desígnios da Natureza, como ocorrências climáticas, catástrofes, pestes, pragas de animais daninhos, epidemias, cataclismos e outras. Eventos para os quais há que se preparar.



13. Mapa-múndi.

10. Os desafios para o Brasil

Assim, no mundo atual, repleto de interesses conflitantes, de poder concentrado, de rápida evolução tecnológica, de pessoas com caráter desnivelado, com graus maiores e menores de conhecimento... quais seriam as proteções a buscar?

Quais seriam os “fortes” e as “fortalezas” a construir? E onde “erguê-los”, quais as suas localizações mais adequadas? Como plotar num mapa, hoje, tais “linhas” fronteiriças? Como seria um Tordesilhas do século XXI? Como calcular nosso “grau de independência” em meio a intensos fluxos de dinheiro, mercadorias, recursos, dados, perigos e ameaças? Com novos conhecimentos e tecnologias surgindo em ritmo exponencial?

Nossa referência, quanto a tais questionamentos, é o Brasil, pensamos em nossos problemas, com as suas raízes. Outros países, certamente, terão outros tipos de óbices e optarão por soluções talvez bastante distintas das nossas.

Portanto, aqueles perigos do passado, já elencados, todos os conflitos, fazem parte da História. Os nossos desafios, hoje são outros: apresentamos imensos desníveis em educação, emprego e renda; a infraestrutura do país, com exceção de certas áreas, é precária em demasia; é ínfimo o nosso percentual de aplicações em poupança e em desenvolvimento; temos baixos indicadores em pesquisa, inovação e desenvolvimento científico-tecnológico; são imensos os obstáculos para abertura e funcionamento de empresas, não só pelos tímidos investimentos como pela extremamente complexa legislação fiscal e trabalhista, inibindo o empreendedorismo; a corrupção e a impunidade constituem chagas purulentas; nosso trânsito é um dos mais “selvagens” do mundo, somos “campeões” em acidentes, que, anualmente, ceifam dezenas de milhares de vidas e geram prejuízos financeiros gigantescos. Uma tenra base industrial de defesa limita o poder militar. Urgem as necessidades de elevação do orgulho nacional e de proteção e engrandecimento da nossa cultura. A esses perigos, se adiciona a imprescindível cooperação para a manutenção da paz e para o entendimento entre as nações.

Todos estes desafios se fazem presentes nas diversas defrontações que ocorrem continuamente. Dentro e fora do País, nestas novas fronteiras, gerando conflitos. E estes não são poucos.

Os principais motivos são os relativos à atividade comercial. As “armas” empregadas nestas “guerras” são legislações, tarifas, acordos e tratados, barreiras diversas, financiamentos e investimentos, taxas e impostos, alegações sanitárias e tantas outras medidas, incentivadoras ou restritivas, regulando o trânsito de bens e de serviços.

As ações cibernéticas com objetivos “bélicos” se constituem em outros instrumentos de pressão e de imposição de vontades ou pontos de vista. Podem ser originárias de estados, de organizações ou de grupos de pessoas. Sem ações militares, propriamente ditas, têm autoria anônima e objetivam causar danos ou interrupções a sistemas. São usadas, também, para delitos financeiros. Não



14a. e 14b. Brasil, diferenças de renda, ricos e pobres.

causam danos físicos diretamente, mas ocasionam imensos prejuízos aos alvos atacados, com muitos efeitos colaterais.

Muitas preocupações se originam dos fluxos ilícitos de numerário, a moeda “transitando” nestas “fronteiras”. Com origens em crimes contra a administração pública, crimes contra o sistema financeiro nacional, na bandidagem urbana, no tráfico de substâncias ilícitas, drogas e contrabando, consomem vultosos investimentos em controle e medidas protetivas. Financiam terrorismo, tráfico de armas e outros inúmeros delitos. Complementando, existem crimes de extorsão mediante sequestros ou chantagens.

A criminalidade em geral, organizada ou não, a violência em todos os seus matizes, tudo isso agrava a situação como um todo, com prejuízos de toda ordem. O resultado mais “visível” é a sensação de segurança (ou de insegurança!), que tanto afeta a vida das pessoas.

Outra grande ameaça é o aviltamento da identidade nacional, quando a cultura e o idioma nacionais são subjugados por influências externas. Nosso Brasil padece, e muito, desse mal, que este autor chama de subserviência cultural. Um povo digno desse nome tem a obrigação de preservar e cultuar os mais elevados valores pátrios, dentre os quais se destaca o idioma, nossa identidade primeira. Herdamos dos portugueses sexta língua materna mais falada no mundo. Contudo, a rotina brasileira se encontra, cada vez mais, infestada de estrangeirismos, em particular anglicismos, completamente desnecessários, dada a existência de palavras em português ou “aportuguesadas” com idênticos significados.

Não se trata, absolutamente, da adoção e do recebimento de palavras originadas em outras culturas mas, sim, do uso desnecessário. É perfeitamente normal serem empregadas palavras “naturalizadas” ou “abrasileiradas” como, por exemplo, “football”, introduzido no Brasil e virado futebol, o “goal” tornado em gol, o freio dos carros, de “brake” convertido em breque e o “chauffeur” em chofer.

Também são coerentes aquelas inexistentes em português e “adotadas”, como raças de animais, nomes de esportes, coisas como internet, pizza (sim, não há necessidade alguma de alterar para disco de farinha de trigo coberto com queijo, temperos e molhos, nada disso!) e outras tantas.

O que nos aprisiona culturalmente é a perda (ou o abandono) da capacidade criativa e de adaptação, ao par de uma admiração vassala por ícones provenientes do exterior. A proliferação é cada vez maior de vocábulos como “delivery” (faz a compra chegar mais rapidamente ao consumidor do que uma entrega?); “hair dresser” ou “coiffeur” (tais profissionais trabalham melhor nossos cabelos do que um cabeleireiro ou um barbeiro?), percentuais “off” (diminuem mais os preços do que descontos?), “sale” (oferece melhores opções do que uma liquidação?) ou “self service” (o cliente encontra melhores condições do que num autosserviço?).

Padecemos, ainda, com a “importação” (por nós mesmos forçada) de atitudes que absolutamente nada têm a ver com nossa história, como “black friday” e equivalentes. Esta promoção comercial é totalmente ligada à evolução dos norte-americanos, que, numa quinta-feira em novembro, comemoram o Dia de Ação de Graças (um costume antigo, dedicado ao agradecimento pelas colheitas agrícolas - aliás uma prática que não temos tão difundida em nossa sociedade, de emitir preces antes das refeições!), hoje talvez o feriado mais relevante naquela nação, encontro de famílias. As sextas-feiras, espremidas antes dos fins de semana (esvaziando lojas devido às intensas viagens e mais propícias a problemas ou tumultos), foram aproveitadas para liquidações, que receberam tal denominação. Como vemos, é zero vírgula zero a ligação com nossa cultura, é imitação pura e simples.

Completando o quadro, é cada vez mais abominável a idolatria à cultura externa em nossas emissoras de televisão e de rádio, na sua maioria, executando canções em língua estrangeira (em particular, inglês). Isso acontece tanto na programação musical como no prefixo de programas e como fundo melódico de propagandas. Em eventos públicos e no som ambiente em locais de aglomerações, também se verifica este deplorável fenômeno. É gritante a profusão de palavras, mais uma vez com uma preferência pelo idioma de Shakespeare, aplicadas nos nomes de edificações, lojas, empresas etc. É evidente que existem honrosas e abnegadas exceções, infelizmente em minoria, ao menos nas porções consideradas mais “evoluídas” do Brasil.

Enfim, esta é uma questão muito séria, um imenso obstáculo ao nosso desenvolvimento, a cultura inferir se curvando àquela considerada superior! Desprezamos nossa evolução, nossa criatividade, nos sentimos incapazes de

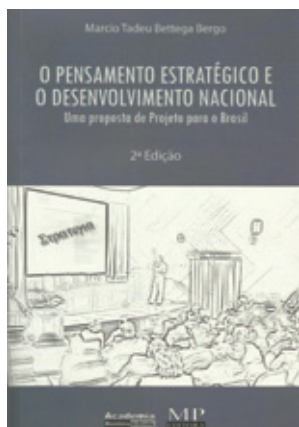
inventar, de incentivar nossas pesquisas, nossos artistas, nossos intelectuais. Nos subjugamos espontaneamente a povos que cultuamos como mais evoluídos do que nós. Nelson Rodrigues, em 1958, cunhou a expressão “complexo de vira-latas” para identificar o que ele entendia como “a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo”.

Em síntese, a esse respeito, se é para “importar” costumes de outros povos, em especial dos norte-americanos, porque, então, não “copiamos” coisas mais produtivas? Como, por exemplo, respeitar leis de trânsito, respeitar contratos, comerciantes emitirem notas fiscais espontaneamente, sem quase “fuzilar” com os olhos os clientes que as pedem?

Em suma, frente aos desafios que assomam frente ao Brasil, o atraso, o subdesenvolvimento, a criminalidade, as competições e os perigos do mundo contemporâneo, enfim nesta verdadeira “guerra” em busca de “um lugar ao sol” no concerto das nações, surge a pergunta: contra tais “inimigos”, que “armas” empregar?

11. A solução - planejamento estratégico

Na definição da Escola Superior de Guerra (ESG), Planejamento “é um conjunto previamente ordenado de ações, com o fim de alcançar objetivos, compreendendo a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, e procedimentos de avaliação.”



15. Capa do livro citado.

Esta metodologia, originalmente de cunho militar, pode perfeitamente ser aplicada ao nosso País, pois que se trata de combater o atraso, vencer as dificuldades, fazer frente aos desafios. Isto se encontra detalhadamente expresso em nossa obra O Pensamento Estratégico e o Desenvolvimento Nacional - Uma proposta de projeto para o Brasil, de 2008.

Não concordamos e nos revoltamos com o subdesenvolvimento. O Brasil pode ter todos os defeitos, mas é nosso. Devemos amá-lo, respeitá-lo e lutar por ele. O que legaremos a nossos descendentes, depende do que fizermos hoje, assim como o que temos é

herança daqueles que nos precederam. Hoje, 200 anos após aquele evento no Ipiranga, pensemos nos anos vindouros.

Nossa “guerra” é complexa, contra incontáveis inimigos. O “diagnóstico” nos mostra que temos baixo nível tecnológico em média, apesar de algumas ilhas de excelência, com técnicos e operários em variáveis degraus de desconhecimento (gerando incompetência, incapacidade ou dificuldade na realização de tarefas); descompromisso político (causando a chamada “politicalha”, que é o uso do poder político em benefício próprio ou de seu grupo); desvios (a famigerada corrupção); e Justiça congestionada e lenta (resultando em elevada sensação de impunidade).

Como agentes maléficos adicionais, há carência de valores, uma burocracia gigantesca, quase intransponível, um “cipoal legislativo” e uma tributação asfixiante.

Em nossa obra, mencionada, apresentamos as ideias para resolver ou minimizar esses fatores adversos. Ao projeto, demos o objetivo de “virar o Brasil de cabeça para cima”. Trata-se de um grupo principal de ações propostas, as quatro revoluções. Seriam elas assim apresentadas:

- » Educacional, atuando sobre os indivíduos, transmitindo-lhes conhecimentos e purificando o caráter com valores éticos e morais. Em paralelo, aplicar pesados investimentos em pesquisas científicas. Isso possibilitaria a eliminação de cerca de 40% das causas de ocorrências negativas, aquelas resultantes da escassez de “saber”.
- » Financeira, alterando regras e fiscalização do sistema circulatório do dinheiro. Poderiam desaparecer mais 40% das causas. As conseqüentes de ineficiência do sistema econômico-financeiro em geral (tributação, controle, burocracia etc).
- » Judiciária, atuação sobre os infratores, com reparação de danos e punição. Solução para os 20% restantes. Esta, uma ação reativa, enquanto as duas anteriores seriam proativas.
- » Finalmente, a Política, conduzindo a uma plena representatividade e a um integral comprometimento dos eleitos com o povo.

O Planejamento Estratégico nos propicia valiosas ferramentas para ações, todas elas presentes como “ingredientes” de nosso projeto. As principais: Educação; Ciência, Tecnologia e Inovação; Valores, família, nacionalidade; Adequação de dispositivos legais; Inteligência; Tecnologia da Informação; Otimização de infraestrutura; Equalização das oportunidades; Regramento da atividade Política; Reformatação do aparato do Estado; e outras.

Obviamente que tudo deve acontecer sob as condicionantes de respeito ao meio-ambiente, de beneficiar a todos os brasileiros e de harmonia com as demais nações.

Como fundamentos filosóficos de nossas proposições, afirmamos que as ocorrências, em geral, se apresentam sob uma das seguintes situações:

- » O que é imutável? As leis da natureza (a física, a química, a marcha do tempo etc) e a essência humana;
- » O que é imprevisível? As mudanças políticas e econômicas, as catástrofes, bem como de onde e quando surgirá um conflito;
- » O que está mudando constantemente? As populações, as tecnologias, as obras humanas e as ideias, que evoluem ou involuem.

Portanto, para que qualquer planejamento surta efeito, temos obrigatoriamente que: aceitar e nos adaptar ao imutável; prepararmo-nos para o imprevisível; e atuar sobre o que pode ser mudado.

Os detalhes e as explicações respectivas se encontram em nossa obra, bem como as demais ações que seriam conduzidas na sequência. Em nosso livro igualmente se encontram os princípios da metodologia aplicada. Aqui, devido à exiguidade de tempo na conferência e ao espaço limitado no texto, abordamos apenas os aspectos educacionais.

O agir humano envolve uma impulsão e/ou uma contenção. Atuam forças solidárias ou independentes, no mesmo sentido ou em oposição. Tais forças se introjetam no indivíduo pelo saber (instrução, conduzindo ao conhecimento) e pelo caráter (educação, moldando o comportamento). São agentes de tais forças a família, a escola e a sociedade.

O sistema “escolar” ou de “ensino”, nele incluída a “pesquisa”, tem responsabilidades sobre obtenção, construção e transmissão de sapiência. A entidade “acadêmica” não tem obrigação primária de ofertar educação, apenas a

complementa, na continuidade de vida escolar da criança e depois do adolescente e do jovem. Educação, neste sentido amplo em que empregamos o termo, é mais do que repassar sabedoria: ela também molda o cidadão, envolve a transmissão de valores, normas de conduta, atitudes de caráter, de respeito aos seus semelhantes e ao meio ambiente. Resumindo, enquanto ensino lida com conhecimento, educação se volta a comportamento.

Educação influencia os sentimentos, a emoção e a motivação, formando o indivíduo consciente e responsável, pautando bons modelos de procedimentos. É encargo de toda a sociedade, em geral, da família em particular. É um processo contínuo e progressivo que acontece em todos os momentos. Inicia na primeira infância, no seio da família, e, depois, continua, sendo ampliada e complementada, pela convivência, rotinas diárias e relacionamentos sociais nas escolas, nas igrejas, nas casernas, nas fábricas, no comércio, no dia-a-dia da vida, enfim. Nas atividades cotidianas, ele decorre de atos como liderança, exemplo, orientação precisa, correção de desvios.

No campo militar, especificamente, este objetivo é perseguido primeiramente com a obediência das regras de conduta ética e moral pelos profissionais fardados. E, em complementação, com a manutenção e o franqueamento de sítios históricos e espaços culturais, com a divulgação de vultos e feitos heroicos, com cerimônias cívicas, com o apoio e incentivo a publicações enaltecidas

dos valores da Nação e outras medidas. Providências estas voltadas tanto ao público interno (militares, da ativa e da reserva, e seus familiares) como ao público externo (população civil em geral).

Contudo, nos meios de comunicação em massa? Como os agentes formadores de opiniões se comportam? Como atuam em relação a todos esses requisitos listados como elementos transmissores de valores? Uma pergunta merecedora de estudo profundo.

Assim, ratificamos o pensamento de que é importantíssimo, para uma nação, o culto aos valores. Coletivos, respectivos à sociedade brasileira:



16. *Brasil Brasilis*, por Carlomagno. Museu Histórico do Exército/Forte de Copacabana, Rio de Janeiro/RJ.

harmonia, soberania, liberdade, fraternidade, Pátria (Brasil), respeito ao ambiente e igualdade de oportunidades. E individuais, relativos a cada um dos cidadãos: cuidados com a res publica (a coisa pública, o Estado), o consumo consciente, a pureza de caráter, a responsabilidade, o desprendimento, a noção do dever, a determinação, a humildade, a disciplina, o altruísmo, a iniciativa, a coragem, a vontade e a fé.

Há que se prezar virtudes. Exemplo marcante nos é fornecido nestes versos, trecho do Hino do Estado Rio Grande do Sul (música de Joaquim José Mendanha e letra de Francisco Pinto da Fontoura):

Mas não basta, pra ser livre,
ser forte, aguerrido e bravo;
povo que não tem virtude,
acaba por ser escravo.

Conclusão

A riqueza nacional, nos dias atuais, não é mais somente física (bens, serviços e finanças). Ela, cada vez mais, evolui também aspectos humanos (saúde, educação, valores, realização pessoal), sociais (segurança, convívio, bem-estar geral) e ambientais (ar puro, água limpa, saneamento). A distribuição justa desta riqueza é tão ou mais importante do que sua geração. E os conflitos, fruto de choques de interesses, estarão sempre presentes. Fazem parte da condição humana.

O que cada país necessita, no mundo contemporâneo, é:

No âmbito interno, tranquilidade, bem-estar geral, desenvolvimento e segurança;



17. *Coração verde e amarelo.*

No âmbito externo, inserção internacional, respeito mútuo e harmonia entre as nações.

Temos uma terra riquíssima, que foi arduamente conquistada pelos nossos antepassados. É nosso dever dar continuidade ao processo de aperfeiçoamento dela, construir um futuro grandioso para o Brasil.

O grande desafio está no campo das ideias, do pensamento humano. Temos que agir buscando moldar um comprometimento de todos com a nação, consolidar propósitos de harmonia, boa convivência, estudo, pesquisa e trabalho.

As palavras-chave que incentivamos são **Pesquisar, Honrar e Defender** o Brasil. O que incentivamos a todos é a dedicação a estes nobres propósitos, com fervor.

Pratiquemos PHD, BRASIL!

Referências

AHEX (Arquivo Histórico do Exército). www.ahex.eb.mil.br.

BERGO, Marcio T. Bettega. **O Pensamento Estratégico e o Desenvolvimento Nacional** - Uma Proposta de Projeto para o Brasil. 2 ed. São Paulo: MP Editora, 2008.

_____. Guerras Contemporâneas e do Futuro. *In: Caderno de Estudos Estratégicos*/Centro de Geopolítica e Estudos Estratégicos, Escola Superior de Guerra. Março 2019; p. 81-90.

_____. Idioma, a identidade de um povo. *In: Revista ADESG (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra)*. n. 284, Novembro 2013; p. 20-21.

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO PREPARATÓRIA E ASSISTENCIAL/
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO.
História do Brasil: Império e República. Rio de Janeiro: Bibliex, 2011.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do Exército Brasileiro**. Brasília: 1972.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). www.ibge.gov.br.

MAGALHÃES, João Baptista de. **A compreensão da Unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.



**D. PEDRO DE ALCÂNTARA DE
BRAGANÇA E BOURBON**

O HOMEM, O REI SOLDADO,
O LIBERTADOR

Prof Dr Sebastião Amoêdo*

* Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Presidente do Conselho de Minerva. Chanceler da Congregação do Colar do Mérito Pedro, O Libertador. Representante dos Antigos Alunos no Conselho de Curadores da UFRJ.

Não se pretende, ao abordar aspectos da vida de Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon, ressaltar o personalismo ou cultuar uma personalidade. Objetiva-se sim apresentar um grande homem, não por sua hereditariedade, mas por suas próprias obras.

Pedro I do Brasil e IV de Portugal é a resultante de um esforço de auto-aperfeiçoamento cujo valor é medido à luz dos méritos da sua coparticipação na edificação de um tempo histórico acumulativo que, inexoravelmente, estaria a impelir a humanidade para uma crescente perfeição.

“O Homem era maior do que o Rei”, assim o Professor Pedro Calmon, Reitor da Universidade do Brasil, apresenta D. Pedro¹. Já o Professor Eugénio de Almeida, Catedrático da Universidade do Porto, propõe que perante as suas enormes virtudes e qualidades, olvidemos-lhe os vícios, que foram muitos, sem dúvida.

Maria Graham descreve D. Pedro:

Com um temperamento sujeito a explosões repentinas de paixão violenta, logo sucedidas por uma generosa e franca delicadeza, pronta a fazer mais do que o necessário para desmanchar o mal que pudesse ter feito, ou a dor que pudesse ter causado nos momentos de raiva. A natureza dotara-o de fortes paixões e de grandes qualidades. As circunstâncias revelaram estas, mas nem a educação, nem a experiência, quando sua conduta, como príncipe soberano, se tornou importante aos olhos do velho e do novo mundo, conseguiu domar as outras.²

-
- 1) CALMON, Pedro. *Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 261.
 - 2) CALLCOTT, Maria, Lady. 1785-1842. *Esboço biográfico de Dom Pedro I / Maria Graham*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 41.

O historiador Octávio Tarquínio de Sousa vai além, adentra a alma de Pedro explicitando:

A marca de uma educação sem esmero e, mais do que isso, o estigma dos traumatismos psicológicos oriundos de uma infância e de uma adolescência passadas à sombra de um pai que disfarçava a fraqueza em astúcia, e de uma mãe que compensava pelo desprezo o malogro das próprias ambições, sobravam-lhe, todavia, partes intactas ou inconspicuas de sua rica e complexa individualidade.³

Hoje poder-se-ia compreendê-lo como alguém de comportamento bipolar, acrescido de uma carência amorosa que lhe assomou desde a tenra idade, porque não conheceu a ternura do amor filial. “A mãe jamais lho dispensara e o pai nunca dele se abeirou, de coração aberto. A este escasseava o tempo, àquela o sentimento maternal”.⁴

Armadilha do destino, afeição ele a teve sim, esta dedicada aos animais, principalmente aos cavalos, herança da mãe exímia amazona. Da ausência de um amor em sua essência de pureza, ao convívio animal onde a procriação explode sem controles, a sexualidade lhe foi apresentada como força da natureza, necessária e indomável. Em tempos quando os Reis eram cobrados a expor sua virilidade, emerge um dos maiores de todos os fêmeiros que se tem notícia.

A alcunha atribuída pelo Professor Eugénio dos Santos, explicita a preferência e os excessos do jovem príncipe ao longo de toda uma vida.

Fêmeiro soa mais elegante do que o vernáculo “mulherengo”, mais em uso em *terra brasilis*. O primeiro apresenta uma opção, ainda que exacerbada, o segundo conota uma certa vulgaridade. Podemos então entender que fêmeiro é uma adjetivação condescendente à casa real, aos membros das Cortes, ou aos homens de fino trato, e mulherengo fica para os simples mortais. Há que se ressaltar, no entanto, que as titulações não diferenciam tais sujeitos da ação.

Preferências à parte, não há que se questionar a qualificação daquele cujo comportamento “roçava uma rudeza quase rural, distanciando-se dos padrões da urbanidade cortesã”⁵ que teve identificados 25 filhos e deixou a dúvida se

3) SOUSA, Octavio Tarquinio de. A vida de D. Pedro I. São Paulo/Belo Horizonte.: Itatiaia, 1988, p. 136.

4) SANTOS, Eugénio dos. D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal. São Paulo: Alameda, 2015, p. 248.

5) *Ibid.*, p. 62.



seriam de fato 40 ou mais, já que muitos pais, para não serem desonrados ou colidirem com a Corte, preferiam internar as filhas em conventos ou providenciar imediatos casamentos de conveniência.

Tão surpreendente produção é compreendida quando se sabe que o jovem príncipe não exercia qualquer restrição de idade, etnia, classe social ou religiosa. Suas parceiras iam da senzala ao convento, ainda que a freira açoriana que se entreteve em seus braços, por certo tinha também sido enclausurada a força pela família, não fazendo, portanto, tanta questão em

manter votos contra a luxúria. Eugênio dos Santos nos oferece uma deliciosa narrativa a bem justificar a alcunha de femeeiro:

Quando seu filho e herdeiro se deslocou em visita imperial a Salvador, foi abordado por uma mulher de cor, bem madura, que lhe apresentou uma mulata, dizendo: “Esta, sinhô imperadô, é sua irmã por parte de pai”. Quarentona, algo perturbada, a moça olhava o imperante. Este, calmamente perguntou. “E a mãe?” A baiana, trajada a preceito, sorriu, mostrou a dentadura branca que contrastava com a pele negra e respondeu: “Está aqui na frente de vossa mercê!”. O jovem Pedro II olhou-as bem, abraçou-as e conferiu-lhes um benefício que lhes permitisse viverem de forma digna”.⁶

Prossegue Eugênio dos Santos:

O prazer da conquista, a volúpia da posse, o desfrute do sexo cobiçado. Voou, como as borboletas, de flor em flor, desde as adolescentes negras e mestiças, como as da Fazenda de Santa Cruz, até às moças brejeiras da Corte, no viço da idade e da beleza, saltitando pelas mais maduras e experientes, talvez,

6) Ibid., p. 296.

atingindo a sua concupiscência também pessoas bem mais velhas do que ele próprio.⁷

Mas nem tudo são flores, ou, as rosas sempre trazem espinhos:

Atravessava o imperador do Brasil viela pouco frequentada de Santos, quando se lhe deparou jovem mulata de grande beleza. Em movimento rápido, de quem não queria perder a caça, embargou-lhe o passo, segurou-a pelos ombros e estalou-lhe, de surpresa, um beijo. Não tardou o revide: desvencilhando-se, respondeu a rapariga com uma bofetada na bochecha do desconhecido, e escapuliu.⁸

De onde tirava Pedro tanta confiança e impetuosidade?

Análises psicomorfológicas poderiam identificar inicialmente os dotes naturais dos quais fora aquinhoado: uma estatura acima da média de então, uma aparência se não exuberante, ao menos bem ao gosto feminino. No campo psicocomportamental uma incontrolável tendência à imprudência, facilmente observada nas 36 quedas do cavalo e no destemor nos campos de combate, notoriamente no cerco do Porto. Mas, uma melhor análise psicanalítica apontaria uma profunda carência afetiva já evidenciada no desamor filial.

Haveria ainda o aspecto psicoabsolutista, a sustentar a supremacia real sobre os demais vassalos, que pode ser observado desde os primórdios da Casa de Bragança, com a história da cristã nova Inês Pires Esteves, que foi amante do Mestre da Ordem de Avis e futuro Rei D. João I de Portugal (1357-1433). Nessa relação nasceu o filho bastardo Afonso I que será o primeiro Duque de Bragança. Seu neto, na sexta geração, D. João II, Oitavo Duque de Bragança, se torna D. João IV de Portugal (1604-1656), dando origem à dinastia.⁹

Será, no entanto, o psicocultural que representará um grande diferencial no jovem príncipe. Precisamente, pelo hábito do banho diário, possivelmente

7) Ibid., p. 289.

8) SOUSA, Octavio Tarquinio de. A vida de D. Pedro I. São Paulo/Belo Horizonte.: Itatiaia, 1988, p.32.

9) Cf. PEREIRA, Isabel Violante. A origem judaica da Casa de Bragança. De Mendo da Guarda a D. Manuel I. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

aprendido nos folguedos da Fazenda de Santa Cruz, com outras crianças e adolescentes de origem indígena.

Um príncipe alto – para os padrões da época, bem afeiçoado, poderoso, decidido, impetuoso, tido como insaciável no leito e ainda mais: cheiroso. Era difícil àquelas damas resistirem a tamanha sedução.

Ainda que volúvel nos relacionamentos, D. Pedro foi um pai extremoso, sempre preocupado com seus filhos, legítimos ou não, a todos tratando com desvelo, carinho e atendendo pessoalmente às suas carências infantis.

Suas cartas são de um profundo sentimento de paternidade e sofrida saudade, sempre preocupado com o futuro de cada um deles.

A todas as mulheres, ainda que em relacionamentos arrebatadores, mesmo que lhe abrissem a sua intimidade mais recôndita, a raras entregou seu coração, que só repousaria em definitivo na Invicta Cidade do Porto, e pelo remorso, à sua inesquecível Leopoldina.

Mas uma delas deixou Pedro privado de sentidos e de inteligência. Esta “estava na idade completiva das graças femininas; nem indecisas acusações de broto, nem pendores de ramo a fanar-se”¹⁰. Seu nome: Domitila de Castro do Canto e Melo.

Na narrativa do para sempre Reitor da Universidade do Brasil, Professor Pedro Calmon:

Suas cartas a Domitila são gritos da sua carne exigente, a depravação, a pieguice, a candura, se permeiam de fortes e claros risos de homem feliz. O seu amor é cioso, exclusivista, rústico. Não se lhe descobre uma espiritualidade, mesmo convencional, um entendimento de almas, algum idealismo limpo de animalidade: é material, sanguíneo primitivo.¹¹

Domitila o levou aos extremos da paixão, numa descontrolada aventura onde não era poupada a honra de sua mulher, Dona Leopoldina. O avaro convicto, que negava recursos advindos das cortes austríacas à sua própria esposa, e que lhe eram de direito, não poupou esforços em gastar energias e esbanjar a fortuna com sua amante e toda a sua família, arrastando seu nome na lama da

10) RANGEL, Alberto. Textos e Pretextos. Tours: Typographia de Arrault e Companhia, 1926, p. 98.

11) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 162-163.

opinião pública, como aquela das rústicas estradas de terra do primeiro império, onde marchavam e se aliviavam as cavalgadas.

Esse foi o momento mais lúgubre de sua vida, que lhe causaria muitas lágrimas e sofrimento após a morte de Da. Leopoldina. Pode-se aspirar que morreu redimido, ao menos pelo espectro de sua querida esposa, aquela que se não teria assinado a independência do Brasil, ao menos o induziu a proclamá-la.

Da. Amélia, sua segunda mulher, foi-lhe querida, mas Da. Leopoldina jamais deixou de constar em suas memórias, senão por seus desvelos a ela dedicados, ao menos pelos arrependimentos pelos não dedicados.

Com tantas e tais razões Pedro pegou fama de femeeiro, mas, reconheçamos, fez muito mais que isso. “Julgá-lo pelo que fazia deitado equivale a julgar o americano Thomas Jefferson pelos filhos que tem com a escrava Sally Hemings”¹², compara Helio Gaspari.

Pela análise de Pimentel:

Dom Pedro IV, filho de portuguez e de hespanhola, era um d'estestemperamentos meridionais, especialmente peninsulares, impressionáveis e arrebatados, expansivo e volúveis, que contrastam com [...] as raças do norte. Creado à lei da natureza, pouco ilustrado, abandonado a si mesmo pela falta de uma prudente tutela paterna, D. Pedro IV faz lembrar as plantas silvestres que nascem sem cultura, que vivem sem resguardos e que morrem crestadas pelo sol violento ou pelas geadas intensas.¹³

D. Pedro “comandou autoritariamente homens e se deixou seduzir e arrastar por mulheres”¹⁴. “A despeito de a casca poder ser grossa, a fruta era, porém, fina, como magistralmente se definiu, na carta de 13 de dezembro de 1827. Observemos a orientação do Professor Eugénio dos Santos: “Saboreemos-lhe o paladar, rejeitando a casca para o lixo dos tempos”¹⁵. Mesmo porque Pedro foi muito mais do que um femeeiro irredutível. Sua educação na Real Fazenda de Santa Cruz, onde desde o período jesuítico, além de diversificada produção agropecuária para abastecer o Rio de Janeiro e exportar alimentos, havia uma escola de música e de inúmeras artes artesanais em madeira, ferro e couro, fez dele

12) GASPARI, Helio. O ano em que o Brasil nasceu. Rio de Janeiro. O Globo, 29.12.2021.

13) PIMENTEL, Alberto. A Côrte de D. Pedro IV. Porto, 1896, p. 11 – 12.

14) SANTOS, Eugénio dos. D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal. São Paulo: Alameda, 2015, p. 210.

15) Ibid., p. 287.

bom modelador, desenhista e pintor. Entre escravos negros e alguns indígenas aprendeu a cantar e a tocar instrumentos musicais, tornando-se autor musical erudito deixando-nos marchas triunfais e as dedicadas aos ritos católicos, uma delas a *Missa in Honorem a Leone Duodecimo* ofertada ao Papa Leão XII que acabara de assumir o Trono de Pedro em 1823, em clara manobra política para estreitar relações e obter apoio do Vaticano em favor da independência do Brasil. A despeito de ser considerado volúvel nos estudos, dominava o Francês e lia autores em Latim, idioma sempre em aprendizado nas Cortes. Se não dominava fluentemente o Inglês, este o era suficiente para as negociações de apoio com os ingleses.

O Rei Soldado de bicórneo napoleônico

A guerra é descrita por historiadores como a segunda ocupação favorita da humanidade e, sem dúvida, tem um papel fundamental na história da riqueza do mundo e no desenvolvimento tecnológico.

Chega-nos Pedro em plena infância, aos 9 anos de idade. Dentre outros folguedos pueris, na Real Fazenda de Santa Cruz, o infante marchou com chapéu de papel bicórneo, ao estilo napoleônico e espada de madeira. Arregimentou soldados dentre seus amiguinhos e combateu com seu irmão Miguel, em atuação antecipatória do que adviria três décadas depois. Verdade ou fantasia histórica, esta talvez pautada nos acontecimentos posteriores, biógrafos há que afirmam que suas vitórias superavam as de Miguel e eram fantasiosamente inspiradas, naquele que se tornara seu ídolo militar, o algoz de Portugal e de sua família, Napoleão Bonaparte, já então considerado um dos maiores generais de todos os tempos.

Ímpeto belicoso e extremado prazer em dominar cavalos, ambos atributos de hereditariedade materna, forjaram uma personalidade ativa e porque não afirmar, altiva. Já na juventude se apresentava aquele que viria a ser considerado por Pedro Calmon uma figura de homem a ser maior do que de rei. Não há que se admirar sua destinação de Rei Soldado.

Ainda que fosse considerado avesso aos estudos, o domínio de idiomas, dentre eles o latim e o francês, fez o jovem príncipe se interessar e consumir toda a literatura e noticiário sobre seu mito Napoleão, mas quis a fortuna que sua sede desse tipo de saber encontrasse uma fonte abundante nas fraldas do morro do Corcovado, no seu Rio de Janeiro.

O Corcovado lhe era habitual. Como narra Pedro Calmon:

Explorou D. Pedro aquele Corcovado, devassou-lhe a floresta que por todas as faces o envolve num oceano de ramagens, alcançou-lhe o cimo (em junho de 1824), assinando o nome em troncos d'árvores, tomando de assalto a cumeada que as nuvens encapuzam, e transformando-a na sua estação de passeio. Dali via, muito em baixo, mergulhada em bruma e luz, a cidade tolhida, a sua fantástica cenografia, a beleza da terra confundida com a majestade do mar. Em 1844 o diplomata francês, Julio Itier, atingindo o alto do Corcovado, onde permaneciam os vestígios da escalada imperial, notaria com respeito: ali “o bravo Pedro I ia refrescar a fronte escaldante ao sopro da brisa vespertina.”¹⁶

Incontáveis foram as vezes que Pedro, eventualmente com Leopoldina, esta “preocupada com a mineralogia, os gneiss porfíroides e os quartzos da serra, num insaciável caçador de horizontes”... “o príncipe não admitia que ninguém conhecesse melhor o Rio do que ele”.¹⁷

Cavalgava amiúde até o Morro do Inglês, nascedouro das águas férreas, contemporaneamente conhecido como o bairro carioca do Cosme Velho. Ali numa região onde hoje se encontra a ladeira do Ascurra, numa edificação modesta, viveu aquele que foi seu preceptor político e, quem sabe, seu instrutor militar, legando sua experiência das batalhas ao lado de um dos maiores estrategistas da história.

Pedro Calmon relata:

Nenhuma vista - de florestas, montes e casas longe, pintando o panorama com a tinta fresca dos telhados novos nenhuma vista encharcada de luz era mais bela do que da encosta do Corcovado, à sombra d'uma varanda, junto d'um cafezal, onde morava um esquivo estrangeiro meio quitandeiro, meio frade ermitão ... Esse homem de olhar duro, muito retraído, vivendo da lenha e dos licores de fruta que mandava vender à cidade, escondia entre as suas árvores grande segredo e gostava do príncipe que o visitava amiúde. Fizeram-se amigos. Fascinara o rapaz com o seu mistério. Só se soube aliás quem fosse três ou quatro anos depois de ali estabelecido, na sua montanha, donde podia contemplar o oceano e a barra. Seria melhor conhecido quando viajantes

16) CALMON, Pedro. *Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 58.

17) *Ibid.*

curiosos lhe publicaram esse fim de vida bucólico, a extravagância poética do seu retiro na selva, mais perto do céu do que dos homens. . . Chamava-se Dirk van Hogendorp, fora governador das Índias holandesas e general de Napoleão Bonaparte. Acompanhara até a agonia o voo da águia. Resistira monstruosamente em Hamburgo, honrando a confiança do Imperador, sacrificando-se por “Ele”. E fugira - tudo perdido - para aquele pedaço de paraíso que lhe lembrava a Batávia e as esperanças coloniais da mocidade. O velho romano transformara o gladio em ferro de charrua: também ele, podia dizer que lavrava com a espada inútil a terra virgem, plantando café. D. Pedro surpreendeu-o na sua melancolia, aqueceu-lhe a alma glacial com o seu entusiasmo ingênuo e alcançou o privilégio de sua intimidade. Subia a cavalo até a cancela da “fazendinha”; abandonava a um negro as rédeas, media com o passo ligeiro o caminho até a varanda tósca, e ficava horas a fio a ouvir do solitário as histórias que o deslumbravam. Hogendorp foi o seu professor de assuntos políticos n’uma época em que o julgavam somente apaixonado pela equitação e pelas aventuras perigosas, nos arrabaldes do Rio. O almirante Jurien de la Graviere em 1820 lá o achou, sumariamente vestido de calça velha e camisa, os pés nus em chinelas, tão diferente do esplêndido diplomata, do galante general de outrora, cujo retrato fulgurante de alamares e medalhas conservava na sala pobre, onde o viu Jacques Arago... “Ce portrait, gage d’amiti de Napoleon, est celui d’un homme qui a voulu vivre pour protéger la memoire de l’Empereur; c’est le general Hogendorp, c’est moi ! ...”. Possivelmente tramava, como os exilados franceses na América do Norte, a evasão do Imperador, a sua instalação n’algum sitio do continente após o rapto, se este fosse possível.¹⁸

Hogendorp chegou ao Rio de Janeiro em 1817, aos 56 anos. Dedicava desmedida devoção a seu líder, pretendeu até acompanhá-lo no exílio em Santa Helena, o que lhe foi negado. Decidiu então embarcar para o Rio de Janeiro, porto próximo da Ilha e com forte participação no seu abastecimento.

Alguns consideram que o velho general se isolou fugindo à sociedade dos homens. Outros afirmam que aqui estava para poder resgatar seu comandante, mas teve sua intensão frustrada por ingleses que constantemente o vigiavam.

Seja qual for que fosse o objetivo final da vida de Hogendorp, no Morro do Inglês se tornou interlocutor permanente de D. Pedro que ouvia atenta e

18) Ibid., p. 60.

maravilhado os relatos das batalhas e com isso ensinamentos de estratégia e a necessária logística para atingir seus objetivos.

Todos sabem o quão efetivo é o ensinamento proveniente de um preceptor verdadeiramente protagonista dos acontecimentos narrados. Hogendorp incluiu-se entre os grandes influenciadores na formação do soldado que já se revelava no jovem príncipe. Não há que admirar que daí adviria um vitorioso combatente.

O cavaleiro do diálogo e das fortes decisões

Não se qualificam grandes soldados apenas no bom uso da espada. O hino do Exército brasileiro bem afirma ser a paz um desejo ardoroso, já que a guerra só causa dor. Pedro, nos embates que tumultuaram os momentos adventícios da independência exerceu toda a sua capacidade persuasória em dissuadir ânimos dos mais exaltados.

As negociações levadas a cabo nos acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821 assim o demonstram. Foram inúmeras cavalgadas entre o Paço de São Cristóvão e o Rocio, atual Praça Tiradentes, no centro da cidade do Rio de Janeiro, onde se reunia o exército, ainda majoritariamente português, que se mostrava em consonância com a revolta liberal do Porto, exigindo que D. João VI jurasse a Constituição. Mais uma vez o relato de Pedro Calmon nos fornece indícios do emergir do soldado, já alçado a general:

Chegou ao Rocio banhado em suor, sorridente, mais general que assume um comando que príncipe a recolher queixas. Os regimentos atulhavam a praça e as ruas confluentes, entre as peças com os armões, os sarilhos das espingardas, os animais de tiro, populares frenéticos metidos com a soldadesca estremunhada.¹⁹

Os vários galopes do Paço da Quinta à Praça do Rocio, completando cerca de 30 Km de idas e vindas, demonstraram a vitalidade e a sua excelência de cavaleiro. Ao término do dia a condução de D. João VI para o aplauso de todos. Inicialmente Pedro e Miguel e mais tarde, pela voz de Pedro ante um pai afônico

19) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 70.

de susto, o Rei também jurava a Constituição, que ainda nem existia. Como sussurravam os cortesãos, “salvara a coroa o fedelho”.²⁰

Mas os episódios se sucediam. Os eleitores paroquiais, ainda em processo de seleção para as Cortes Constitucionais em Lisboa, formados em assembleia, na tarde do dia 21 de abril de 1821, no prédio da Primeira Praça do Comércio, onde hoje está instalada a Casa França Brasil no Rio de Janeiro, julgaram-se corpo deliberativo. Lida a ata, com o decreto da regência de D. Pedro, já que D. João VI retornava a Portugal, bradaram que não queriam ministros nomeados pelo rei. O povo que os escolhesse.

Aquela bisonha coletividade desvairou-se. Elementos estranhos dominaram-na. Pediu-se tudo. O juramento da Constituição espanhola, enquanto não se fazia a nacional. Que o rei anuísse logo a ela. O desembarque de valores já alojados nos navios da esquadra. A proibição de saída de qualquer embarcação. . . Os eleitores não podiam retirar-se: ameaçados, até na própria vida, tinham de aceitar e votar quanto era proposto.²¹

Pedro não gostou dessa pressão exercida por alguns considerados agitadores, reuniu as tropas e abriu fogo. Três vieram a tombar mortos na hora, outros se atiraram ao mar, que chegava aos fundos da edificação. Os comerciantes não se fizeram de rogados ao pendurar uma placa anunciando o “Açougue dos Bragança”. A “Praça” ficou fechada até 1824, quando foi transformada em Alfândega”.²²

D. Pedro mais uma vez dominava. Sem hesitar usava da força bruta para exigir obediência às suas ordens. A constituição ainda em gestação não haveria de nascer prematura, tampouco com desvios, mesmo que para isso fosse preciso impor a coerção. Já àquele momento a mão do jovem príncipe poderia ser amiga, mas o braço não deixaria, jamais, de ser forte. Havia nascido para comandar, não se subordinava a desmandos.

Ao acabrunhado D. João VI só restava deixar o Rio de Janeiro, como o fez no dia 25 de abril de 1821. A mãe, com impropérios e desconsiderações também o deixa, legando à sorte no Brasil um filho que jamais mereceu seu afago de mãe,

20) Ibid.

21) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 78.

22) Cf. PESSÔA, José Simões Belmont. Rio de Janeiro – Antiga Alfândega. Ipatrimônio. IPHAN.

mas para sempre seria herdeiro de sua personalidade impetuosa e determinada, na política e na vida privada.

Não há que se admirar, o que a história testemunhou.

Na dor emerge *O Rei Soldado*

Entre 11 de janeiro e 15 de fevereiro de 1822 emerge O Rei Soldado. Após o histórico “Fico” o Tenente General Jorge Avilez, Governador das Armas da Corte e Província do Rio de Janeiro exige que D. Pedro obedeça às Cortes e retorne a Portugal. Ante o perigo de uma condução coercitiva este envia sua família para Santa Cruz. Na viagem seu filho João Carlos tem a frágil saúde agravada. D. Pedro chora o filho falecido ante idas e vindas, a fugir das hostilidades. Da extrema dor da perda passa à cólera. Convoca o General Joaquim Xavier Curado, que reúne cerca de 6 mil homens e partem para o confronto. Avilez vê que a situação lhe é desfavorável, após alguns reposicionamentos de tropas cede, e deixa o Brasil. No relato de Pedro Calmon:

Transfigurara-se. Passava de um para outro barco, utilizando a galeota, cujos dragões de bronze se enroscavam sobre a amurada, abrindo na prôa fauces sinistras; expedia ordens marcando aos navios os seus fundeadouros; comandava tudo, esbofando-se. A diluir no suor o pranto, pela primeira vez general de verdade, porém tão desenvolvido e brusco como em Santa Cruz, quando batia as hostes infantis do mano Miguel. A Legião aterrou-se. Avilez renunciou a qualquer violência. Entre 10 e 11 de fevereiro embarcou a tropa, que a 15 seguiu viagem. Não voltaria mais: o Brasil expulsara os soldados portugueses! Realmente, as portas da Independência se abriam.²³

O Soldado que não pode lutar

Desde a descoberta da prata em Potosi, na Bolívia, esta era escoada pelo rio homônimo. O ouro do interior do Brasil também tinha acesso à mesma bacia

23) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 99 - 100.

hídrica, transformando a região em altamente estratégica fazendo o governo de Portugal ter interesse de dominar o estuário.

Com a expansão napoleônica na Europa e a invasão da Espanha, a América espanhola ficou à deriva, propiciando a ascensão de anseios separatistas. No mesmo período, no Brasil colônia, Carlota Joaquina de Bourbon reivindicava tropas para invadir a região hispânica da América do Sul e expandir o Reino, em nome de sua família.

As tropas portuguesas passaram então a interferir na região sul desde 1811, gerando grande estípcio coberto com o aumento dos impostos, que veio a ser um dos fatores da Revolução Pernambucana de 1817.

A trajetória histórica da província Cisplatina é complexa, a apresentar ao longo de cada momento a expansão e contração dos espaços territoriais dos principais interessados: Brasil e Argentina.

A 25 de outubro de 1825 tem início a guerra final entre Brasil e Argentina pela província.

Em 26 de novembro D. Pedro embarca com destino ao campo de batalha. Exerceria seu mando à frente de um exército, cujas carências possivelmente desconhecia. Depois de passar por Florianópolis atinge Porto Alegre e recebe a terrível notícia do falecimento da Imperatriz Da. Leopoldina. Nada mais pode fazer a não ser retornar ao Rio de Janeiro.

Sem seu comando desenrolam-se errôneas decisões, dentre elas a ausência da brigada de cavalaria de Bento Manuel, que não tomou parte na batalha. O historiador Tasso Fragoso contextualiza:

É difícil, senão impossível, liquidar hoje esse ponto controverso. Os contemporâneos guardaram da ausência do comandante da 1ª Brigada Ligeira impressão muito desagradável. (...) Quaisquer, porém, que tenham sido as causas determinantes de seu procedimento, minha impressão pessoal é que em nenhuma delas se poderia descobrir seja temor, seja falta de patriotismo.²⁴

Farta literatura analisa esse momento da história militar brasileira, como margens híidas a deter as enxurradas de ilações que se apresentam em roldão em nossa criticidade racional. Se a voz há que emudecer, nossa criticidade nos

24) FRAGOSO, Tasso. A Batalha do Passo do Rosário. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951, p. 9.

permite os voleios alternativos de nossas dúvidas: se O Rei Soldado chegasse ao teatro de operações, como seria contada hoje essa história?

Alenta-nos observar que esse foi o advento de um jovem país, amigo e partícipe dos mesmos ideais, integrado às nações que compõem o sul da América Latina, todas irmanadas em busca do bem comum.

E se de tudo resta um pouco, restou a arte musical. A narrativa da marcha que tem origem em partitura encontrada na mochila de um soldado morto na batalha de Passo do Rosário. De autoria atribuída a D. Pedro I deveria ser executada com a vitória brasileira, o que não ocorreu. Recolhida em 1837 como conquista de guerra foi cognominada como “Ituzaingó” e registrada em 1930 como de autor desconhecido. Em 1957 foi designada Marcha Presidencial da República Argentina.

Insatisfeita com as muitas despesas com a guerra, que fazia os impostos aumentarem, a elite econômica no Brasil passou a manifestar seu desagrado com o jovem Imperador.

Uma nova realidade estrutural do judiciário e das forças militares fundamentava desentendimentos e a limitação do poder de D. Pedro. A criação, pelo Artigo 163 da Constituição de 1824, do Supremo Tribunal de Justiça, que no advento da república viria a ser denominado Supremo Tribunal Federal, a elaboração do Código Criminal de 16 de dezembro de 1830, que vigorou até 1891, e o liberalismo crescente entre militares, davam novos rumos à política.

Um dos líderes da oposição, o jornalista Giovanni Líbero Badaró é assinado a 20 de novembro de 1830. Apontam D. Pedro como mandante. Este segue para Minas Gerais com a princesa Leopoldina, mas a fria recepção mostra tempos inóspitos. A 13 de março de 1831 portugueses e brasileiros se confrontam em agressões físicas na noite das garrafadas. É trocado o ministério, mas este não é aceito por ser considerado de Marqueses. Uma nova realidade fundamenta.

Amotinados no Campo de Santana, no Rio de Janeiro, populares, alguns presentes apenas pela efervescência dos acontecimentos e parcela de militares rasgam a proclamação de D. Pedro reafirmando obediência à constituição. O Batalhão do Imperador, tropa de elite escolhida a dedo, deixa o Campo de Santana e parte para o Paço da Boa Vista e se coloca na defesa do seu Comandante em Chefe.²⁵ Este não aceita o embate bélico e o derramamento de sangue e envia

25) Cf. PESSÔA, José Simões Belmont. Rio de Janeiro – Antiga Alfândega. Ipatrimônio. IPHAN.

o Major Miguel de Frias e Vasconcelos com o documento da abdicação. Era 7 de abril de 1831.²⁶

Já em Portugal, com o pai falecido desde 1826, seu irmão Miguel se sublevara e tomara o trono, com apoio da igreja e de segmentos que desejavam o absolutismo, estes mais por interesses financeiros do que ideológicos. Pedro abdica e parte para a Europa, em defesa da Liberdade Constitucional. No horizonte o trono de Portugal que haveria de pertencer à sua filha Maria da Glória.

Será então nas lutas liberais que Pedro se mostra Soldado e General estrategista em sua plenitude. Negocia apoios em França e Inglaterra, apoia-se nos Açores que desde 1826, na Ilha Terceira erguia a bandeira azul e branca de sua filha e futura Rainha, a carioca Da. Maria da Glória, ganhando de Alexandre Herculano e epíteto de “Rochedo da Salvação”.

Após o aquartelamento nos Açores, onde não faltaram idílios em convento de reputada notoriedade, onde deixou mais um bastardo, ficou a memória de sua apoteótica chegada em baile na Ilha do Fayal, quando se mostrou garboso e atencioso.

“Em 6 de Junho 1832 passou em revista 6.500 homens. Tinha sobre água 42 navios. Dispunha de três brigadas de artilharia e três obuses. Contava com 7.500 soldados para desembarcar em Portugal”²⁷, informa Calmon.

O desembarque do Mindelo

O local de desembarque era ainda uma incógnita. Tudo dependeria da situação na costa. Miguel se põe a defender a capital, considerada principal alvo, reunindo seus mais de 80 mil homens contra uma esquadra a navegar com cerca de 8 mil soldados.

A vitória dos liberais era considerada impossível e os tradicionais apoiadores, institucionais ou financistas, puseram-se em alerta, quando não em oposição.

Após alguma indecisão foi definido o ponto de desembarque ao norte do país, pela tradição liberal da região.

26) Cf. MARQUEZ DE RESENDE. Elogio Histórico ao Senhor Rei D. Pedro IV. Academia Real das Ciências de Lisboa. Tipografia da Academia. 1867.

27) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 262.

Fraca resistência aquela região do Douro e Minho apresentava.

Os soldados do rei desapareciam, como aves migradoras, ao recontarem os bandos constitucionais. As populações abriam aos invasores braços comovidos.

O exército do irmão, 80 mil, cem mil homens, desmanchava-se, como um rebanho que estoura; e o Douro era meio Portugal. As tropas de Pedro marcham com hortênsias azuis e brancas nas espingardas.²⁸

D. Pedro desembarca faminto e encontra um humilde ponto de refeição – ainda hoje em Matosinhos há uma abundância de bons restaurantes de frutos do mar. Pergunta ao proprietário o que tinha para comer e ele pontualmente responde: “Os três F”. Ante a dúvida esclarece: Fanecas, Frescas, Fritas. Após a refeição e, contra a apresentação da despesa, o jovem príncipe soldado aos risos dos bens saciados, contrapõe ao maneirismo carioca:

- Serviste-me os 4 F. Fanecas, Frescas, Fritas e Fiadas.

“Nada sairia barato para as tropas liberais. Miguel percebendo o desembarque determina o recuo e cerca a região do Porto, condenado a morrer de fome num círculo de ferro”.²⁹

Sempre há uma ponte longe demais

O filme “uma ponte longe demais” de 1977 conta o episódio de setembro de 1944, quando os Aliados confidencialmente mandam para a Normandia um grande grupo de soldados para a operação Market Garden, cuja intenção era dar um fim para a Segunda Guerra Mundial, invadindo a Alemanha e destruindo as indústrias de guerra do 3º Reich. Durante a operação, disparidades políticas no campo de batalha, má sorte nas condições meteorológicas e falhas na inteligência levam ao desastre da missão. A história do mais trágico erro tático da Segunda Guerra Mundial, que custou a vida de muitos soldados. O filme, ficcionalmente, ou não, apresenta uma série de desentendimentos entre os comandantes da operação, em batalhas a fazer arder as fogueiras da vaidade – essa por sinal apresentada em outra película “O advogado do diabo”, de 1997, como o pecado preferido do príncipe das trevas.

28) Ibid., p. 266.

29) Ibid., p. 267.

Pedro haveria de administrar a mesma fogueira entre seus generais. Marechal Saldanha, e o Duque da Terceira, sendo obrigado a colocá-los em batalhas em campos distantes. Ambos eram valorosos e lhe foram dedicados. Mas tinham suas idiossincrasias e as faziam valer nas discordâncias ante às decisões estratégicas das lutas a serem empreendidas.

João Carlos Gregório Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Doun, Marechal Saldanha era nono filho dos primeiros condes de Rio Maior e era neto, pelo lado materno, do Marquês de Pombal.

Antônio José de Sousa Manuel de Menezes Severim de Noronha, sétimo conde de Vila Flor, agraciado com o título de primeiro marquês de Vila Flor. Recebeu o título nobiliárquico de Duque da Terceira por decreto do regente do Reino D. Pedro de Bragança, em nome da rainha Dona Maria II de Portugal, em 8 de Novembro de 1832.

A animosidade de ambos obrigava Pedro a, com frequência, apaziguar os ânimos. Não se pode afirmar que o jovem príncipe regente não seria um bom político, a administrar e minimizar as contendas, que chegaram a bom termo. As negociações entre as idas e vindas da Boa Vista e o Rocio, no Rio de Janeiro, no 26 de fevereiro de 1831 já o haviam demonstrado. Sua compreensão das imperfeições humanas haveria de estar alicerçada nos ensinamentos de Salomão, que por certo leria em latim: *dixit Ecclesiastes Vanitas vanitatum omnia vanitas*.

A história viria a testemunhar, em seus atos futuros, o quão era, igualmente, generoso, dentre eles o momento em que determina o cessar fogo, ao saber da presença do irmão no front inimigo, que estava sob a ameaça de sua artilharia.

Idêntica precaução de juízo fundamentado acerca da sua personalidade devemos assumir quando o acusamos de sovina, de avaro, de usurário. É verdade que, sobretudo na hora de despedida do Brasil, foi metuculoso, exigente, reivindicador dos seus bens. Foi também generoso e pródigo. A muitos dos seus criados e servidores doou terras, casas, chácaras, espalhadas pela cidade e arredores, perdoando dívidas a pessoas cujos nomes inventariou. A sua personalidade não pode, pois, ser arrolada na galeria dos avarentos contumazes. Cuidadoso em reivindicar o que lhe pertencia, sim, era-o. Avaro, no que o conceito encerra de mais negativo, não. Antes de deixar o *Warspite* e

se transferir para a fragata Volage, escreveu uma carta sentida para se despedir dos seus amigos e pedir-lhes perdão por alguma ofensa fortuita.³⁰

No Porto a guerra só causa dor

As primeiras contendas marcaram inquestionável derrota. As regiões mais tradicionalistas de Portugal negavam-lhes apoio, os embates eram duros, as perdas consideráveis e até incêndio devastou propriedades na cidade do Porto. Pedro se mostrava irredutível, deixando para a história a memória daquele general a combater ombro a ombro com seus comandados, e a merecer o título de Rei Soldado. Segundo Pedro Calmon:

D. Pedro perambulava por aqueles caminhos pedregosos, metido num casacão que lhe roçava as esporas, em meio dos oficiais cobertos de pó, animando os sapadores que levantavam as barricadas. Por vezes arrebatava aos galegos a pá e o alvião, limpava com as costas da sua ampla mão de Bourbon o suor da frente, e trabalhava como um faxineiro. Doutra feita, porque o operário incumbido de arrancar de um toro bruto o reparo para o canhão, hesitasse em atacar o serviço, tão rija e seca era a madeira, gritou-lhe: Vai-te embora. Não percebes nada do teu ofício. – E de enxó e machado lascou, cortou, feriu, rasgou o berço, a que os munhões se ajustaram, e montou a peça. Andava entre os soldados, que a canícula asfixiava, para que continuassem a senti-lo igual a todos, arriscando-se como os outros, desafiando a morte e com a serenidade dos veteranos.³¹

Carisma! Apontava o querido professor Cid Pacheco, da Escola de Comunicação da UFRJ, como atributo indispensável para um político obter apoio e sucesso nas preferências eleitorais.

Essa talvez tenha sido a maior arma de Pedro nas lutas liberais. Na narrativa de Eugénio dos Santos:

30) SANTOS, Eugénio dos. D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal. São Paulo: Alameda, 2015, p. 333-334.

31) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 272.

Com forças tão desiguais, porque triunfaram os liberais? Por serem conduzidos por grandes chefes. Foram estes que minguaram aos miguelistas. Soldados nunca lhes faltaram, em número. Do que nunca dispuseram foram cabos de guerra determinados, de um comando eficaz e catalisador, de solidariedade de chefias. As rivalidades internas e os ciúmes dos comandantes liquidaram-nos. Nessa coesão interna e solidária do lado liberal foi determinante o papel de D. Pedro. Aí revelou todas as suas grandes qualidades humanas, tantas vezes secundarizadas por força de seus excessos instintivos. No cerco do Porto emergiu o homem total: laboriosos até à exaustão, quase não dormindo, frugal e simples de trato, intrépido e corajosos até à temeridade, firma nas suas convicções, jovial e sensível, atento ao que o rodeava, solidário com quem necessitava de ajuda. Desse modo, quase burguês em comportamento, foi conquistando as boas graças daqueles com quem privava. Os seus longos passeios de descontração pela Cidade Invicta foram-no tornando popular. As pessoas apreciavam-no e ele embevecia-se com isso.³²

D. Pedro por certo conheceu os ensinamentos do lendário General Sun Tzu em sua obra “A Arte da Guerra” que evidencia: “quando a benevolência e a firmeza são evidentes é possível estar seguro da vitória”. Se esta D. Pedro não acessou por certo acessou a obra de mesmo título de Nicollo Machiavelli, chegada com a biblioteca da corte em 1808, escrita em Latim, que ele sabia ler, e hoje está preservada na seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.

Já D. Miguel, segundo Pedro Calmon, era uma criatura de dúbia vontade e gênio reservado, que sempre contou com a influência da mãe. Mas esta agora lhe faltava desde 1830. Há que se entender por que perdeu a guerra.

Apoiado pelos açorianos, portuenses, portugueses exilados, contando com um batalhão de acadêmicos, onde participaram Almeida Garret e Alexandre Herculano e vários mercenários Pedro vagou entre França e Inglaterra arguindo apoios. Neil Macaulay³³ expõe o suporte dos judeus à causa liberal e mais especificamente a grande participação do judeu espanhol Juan Álvarez Y Mendizábal, não apenas com financiamento, mas também com a sua presença física nas lutas e pela grande amizade desenvolvida com D. Pedro.

32) SANTOS, Eugénio dos. D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal. São Paulo: Alameda, 2015, p. 345.

33) MACAULAY, Neil. Dom Pedro: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834. Rio de Janeiro: Record, 1993, p. 296.

A fome devastava O Porto. Depois de várias hesitações e contra a vontade do general Solignac, que se demitiu, propôs-se uma expedição ao Algarve, sendo escolhido para seu comandante o duque da Terceira. Foi-lhe confiada uma divisão de 1.500 homens, que foi embarcada em navios da esquadra comandada por Charles Napier. A expedição saiu do Porto a 21 de Junho de 1833, e a 24 de Junho desembarcava no Algarve, numa pequena praia entre Cacela e Monte Gordo. D. Miguel no afã do cerco do Porto deixou o sul desguarnecido.

“Ataca o inimigo quando não está preparado, e aparece quando não te espera”. Mais uma vez a “A Arte da Guerra” de Sun Tzu se mostrava contemporaneamente pragmática.

Na Batalha do Cabo de São Vicente, em 5 de julho de 1833, sai vencido o almirante Manuel António Marreiros, da esquadra miguelista, que morreu em combate. A derrota naval da armada miguelista apressou o fim da guerra, permitindo o rápido avanço sobre Lisboa das forças comandadas pelo Primeiro Duque da Terceira.

Daí para o histórico momento de Évora Monte foram algumas batalhas a mais. Pedro chega a Lisboa e atira sua espada ao Tejo em sinal de paz. Em 26 de Maio de 1834 foi assinado o Tratado de Paz conhecido como “Convenção de Évora Monte” ou “Concessão de Évora Monte”, que terminou a única guerra civil portuguesa em quase 900 anos de História. Apuseram suas assinaturas o General José António de Azevedo Lemos, pelas forças tradicionalistas e Saldanha e Terceira pelos liberais. Mais uma vez D. Pedro obtinha a vitória, não para si, mas para sua filha carioca Da Maria da Glória.

A generosidade do perdão ao irmão e seus aliados insuflou as massas, que cegas pelo rancor, a exigir vingança, passou a hostilizar D. Pedro, acelerando o crepúsculo do Rei Soldado

O Libertador

Só aquele que detém pode ofertar. Logo após o Fico, de imediato D. Pedro recebe nova pressão, agora partindo de Vila Rica, atual Ouro Preto, nas Minas Gerais. Não hesitou e se pôs a caminho, ao encontro dos reclamantes.

José Sacramento fornece em seu artigo: “Da Corte, passando por Barbacena e São Francisco do Onça, até a vila de São João Del-Rei” relato minucioso da trajetória de D. Pedro I, que “deixou o Rio de Janeiro ainda na condição de Sua

Alteza Real no dia 25 de março de 1822 para terminar a sua viagem em Vila Rica, no dia 09 de abril”, onde permaneceu por 12 dias entre março e abril de 1822.³⁴

Há de ter sido uma viagem bem desconfortável como descreve a viajante inglesa Maria Graham:

A conselho (dos irmãos Andrada) havia visitado todas as capitânicas do sul, onde se tornara extremamente popular, em parte pelas maneiras francas e alegres e em parte pela sua resistência em suportar a fadiga, as vicissitudes do tempo e toda incomodidade pessoal. Frequentemente, após cavalgar durante um dia inteiro por estradas ínvias e perigosas, e molhado até os ossos com as chuvas tropicais, havia se contentado em jantar um bocadinho de toucinho e farinha de mandioca e descansar, durante a noite, protegendo-se do barro úmido somente com uma porta ou uma janela arrancada do portal.³⁵

Havia ainda risco iminente de agressões, ao menos verbais. É preciso lembrar que toda a região ainda se mostrava ressentida com a memória da execução de Tiradentes, a mando de D. Maria I, avó de D. Pedro e era esperada muita animosidade.

A jornada sem escolta constituiu, segundo alguns estudiosos, um ato de coragem, condicionado pelo espírito jovem e destemido, além de conduta livre e de bom convívio do príncipe, então Regente.

Os mineiros foram sinceros e duros em suas ponderações, apresentaram posições bastante firmes em favor da resistência às Cortes Portuguesas, em termos concretos, haviam aprisionado seu pai, D. João VI. Criticavam com veemência que as Cortes impunham ao Brasil, com suas riquezas e imenso território, e que sustentou Portugal por mais de dois séculos, um retorno humilhante à condição de mera colônia, sem governo autônomo. Conheceram então um jovem idealista liberal, com posições convergentes a seus reclamos e com ele confraternizaram, estimulando-o a tomar decisões a favor do Brasil.

Eugénio dos Santos narra que essa viagem correu a bom ritmo. D. Pedro passou na fazenda do Padre Correia, no Córrego Seco, de que muito gostou, foi ganhando as várias povoações mineiras. A despeito dos rumores de que Vila Rica se preparava para o repelir, as excelentes recepções foram mudando o cenário e

34) Cf. SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. Da Corte, passando por Barbacena e São Francisco do Oná, até a vila de São João Del-Rei.

35) CALLCOTT, Maria, Lady. 1785-1842. Escorço biográfico de Dom Pedro I / Maria Graham. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, p. 78.

diminuindo a tensão. Uma verdadeira apoteose se verificou em sua chegada. Ao bradar “Uni-vos comigo e marchareis constitucionalmente: confio em vós. Confiai em mim. Não vos deixeis iludir”³⁶ recebeu as mais efusivas expressões de vivas à el-rei, à religião, à constituição, aos homens honrados, aos mineiros.

Nos dias que se seguiram legislou intensamente sobre as mais variadas matérias e apelou à “união de tão ricas províncias”. Era prevista uma estadia de dois meses para unir os mineiros ao governo da regência e solidarizá-los com o Brasil emergente. Bastaram três semanas.

Como observou Tarquínio de Souza “a partir da sua viagem de pacificação e adesão de Minas, passou a assinar, nas cartas ao pai: “os portugueses e nós brasileiros havemos mister”³⁷.

Amadurece assim a consciência cidadã no jovem príncipe, assume-se brasileiro, sem renegar suas origens, inaugurando a institucionalização da dupla cidadania, ainda vigente. D. Pedro também era brasileiro, de caráter e querências, evoluídas nos folguedos da Fazenda de Santa Cruz, nos festivos salões da Quinta da Boa Vista, nos caminhos exuberantes da floresta tropical, na afabilidade de todo um povo com que se envolvia.

Qualifica-se cidadão, de uma pátria ainda em florescimento, e a esta lega princípios de direito em respeito aos demais concidadãos. A cidadania só pode ser concedida por quem a detém. “Depois do Sol posto, e antes de nascer, nenhuma Autoridade, ou Empregado Publico, poderá entrar em alguma casa sem consentimento de quem nella morar”. Gestada na Villa Rica, assinada ainda pelo pai D. João VI, em 14 de outubro de 1822 e referendada a 20 de outubro de 1823, a cidadania brasileira ensaiava seus primeiros passos, combinando o respeito devido à casa do Cidadão ante a administração da Justiça.³⁸

Foi, pois, em Villa Rica que eclodiu o Pedro I do Brasil e onde a Nação Pátria, por este, oportunizou a seus filhos a dignidade de se apresentarem como indivíduos, de pleno direito, a serem devidamente respeitados.

36) SOUSA, Octavio Tarquinio de. A vida de D. Pedro I. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia, 1988, p. 307.

37) Ibid., p. 308.

38) Lei de 20/10/1823.

E havia uma fazenda no caminho

No caminho de Vila Rica Dom Pedro foi hospedado na Fazenda do Padre Correia (Antônio Tomás de Aquino Correia da Silva, 1759-1824) e ficou encantado com a região. Admirador do clima da serra propôs, em 1829, a compra da Fazenda a D. Arcângela, irmã do falecido Padre Correia, com o intuito de ali edificar um palácio de veraneio para fugir da agitação urbana e o calor do Rio de Janeiro e a fim de passar dias aconchegantes com a família na região. Porém a proprietária alegando motivos sentimentais e familiares não aceitou a proposta, mas indicou ao Imperador uma fazenda próxima do Sargento-Mor José Vieira Afonso, a do Córrego Seco que se encontrava a venda. Feita a compra da propriedade pela quantia de 20 contos réis, ele a rebatizou com o nome de Imperial Fazenda da Concórdia.

D. Pedro I não conseguiu construir um palácio imperial, mas Dom Pedro II, em 1843, determinou ali o assentamento de um povoado e, depois, a construção do palácio de verão da Família Imperial, que ficou pronto em 1847, dando início ao surgimento da cidade de Petrópolis, que até hoje abriga o Museu Imperial.

A Constituição da mandioca e a Independência

Chegavam da Europa ventos liberais dissipando as brumas do absolutismo e conduzindo a nau dos governos em busca de uma constituição. No dia 3 de junho de 1822 o príncipe-regente D. Pedro faz a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa no Brasil. Mas deixa claro desde logo que aceitaria a carta constitucional, contanto que ela fosse digna do país e do imperador, ou seja, não declinava de sua autoridade, ainda fundamentada, pela historicidade de sua cultura, no direito divino. Mas somente após a proclamação da Independência, esta assembleia começou a ser realmente praticada, já que sua real intenção era a elaboração da constituição para o novo Estado soberano.

Em 6 de agosto de 1822, D. Pedro encaminha aos governos das nações amigas, um manifesto, cuja autoria é atribuída a José Bonifácio. Nele esclarece de imediato que deseja “conservar as relações políticas e commerciaes”, pede apoio, e encarece entenderem a posição ante os direitos do Brasil. A Câmara Federal do Brasil dispõe do texto integral, que expõe no primeiro parágrafo:

Desejando Eu, e os Povos, que Me reconhecem como Seu Príncipe Regente, Conservar as relações politicas, e commerciaes com os Governos, e Nações Amigas deste Reino, e continuar a merecer-lhes a aprovação e estimação, de que se fez credor o caracter Brasileiro; Cumpre-Me expôr-lhe succinta, mas verdadeiramente a série dos factos emotivos, que Me têm obrigado a annuir á vontade geral do Brazil, que proclama á face do Universo a sua Independencia politica; e quer como Reino Irmão, e como Nação grande e poderosa, conservar illesos e formes seus imprescriptiveis direitos, contra os quaes Portugal sempre attentou, e agora mais que nunca, depois da decantada Regeneração política da Monarchia pelas Córtes de Lisboa.³⁹

A 7 de setembro, no episódio do Grito do Ipiranga manifesta-se Pedro em toda sua abrangência. Homem, Rei, Soldado, Libertador. O homem se apresenta em toda a sua miséria, com o coração abatido por uma mulher que viria a ser a sua vulgarização, até hoje a ecoar entre sorrisos marotos e imagens luxuriosas; humano a ponto de carecer quebrar o corpo, de cócoras, dobrado para atender ao organismo a exigir providência ante as agruras digestivas de um alimento de má qualidade. O Rei, mesmo que apenas Príncipe Regente pela outorga do pai, mas com poder para tomar decisões absolutistas, ainda não dispersas pelas ondas liberais; O Soldado, disposto a lutar até a morte pela opção tomada, ante os apelos de sua esposa que o advertia: “O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece”.⁴⁰

Teria Leopoldina, a Princesa com poderes de Regente Interina, assinado algum documento a mais? A pesquisadora Lucia Bastos Pereira das Neves, Professora Titular de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro diz que sim, segundo Joelza Rodrigues:

Em 2 de setembro de 1822, Maria Leopoldina, então Princesa Regente Interina do Reino do Brasil e Chefe do Conselho de Estado, devido ausência de D. Pedro, assinou o decreto da Independência que declarava o Brasil separado de Portugal. Usando seus poderes de chefe interina do governo, Leopoldina reuniu-se com o Conselho de Estado, ocasião em que o documento foi assinado por todos os ministros. Com isso, a independência do

40) OBERACKER JÚNIOR, C. H. “O grito do Ipiranga” - problema que desafia os historiadores: certezas e dúvidas acerca de um acontecimento histórico. *Revista de História*, [S. l.], v. 45, n. 92, 1972, p. 446-447.

Brasil estava oficialmente decidida. Após a assinatura do decreto, ela enviou uma carta a D. Pedro para que ele proclamasse a Independência do Brasil.⁴¹

Independência ou Morte



O Rei Soldado agora protagonizava a Libertação, a liberar o Brasil da obediência às Cortes Portuguesas. O homem, príncipe com o mando de rei, soldado por excelência com decisões de general, assumia o papel de Libertador, a ombrear-se com Simon Bolívar, José de San Martín, José Artigas, Bernardo O’Higgins e vários outros libertadores liberais.

As pressões após as celebrações da decisão de independência não tardaram. Vozes se fizeram ouvir na Assembleia Constituinte contra a concessão de poderes ao jovem Príncipe. Em novembro de 1823 ela é descontinuada, alguns dos constituintes são exilados, dentre eles os irmãos Andrada. José Bonifácio afirma que a dissolução da Assembleia foi mais que um crime, foi um erro palmar.

Em 25 de março de 1824 D. Pedro outorga a primeira Carta Constitucional do Brasil, que vigoraria por 65 anos. Esta constituição ficou conhecida como “Constituição da Mandioca”, pois segundo ela só poderiam ser eleitores ou candidatos aqueles que tivessem certa renda equivalente a 150 alqueires de farinha de mandioca.

41) EMANCIPAÇÃO POLÍTICA. In: VAIFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. *Apud*: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/assinado-o-decreto-de-independencia-do-brasil/> - Blog: Ensinar História - Joelza Ester Domingues. Acesso em: 20/04/2022.

A partir dela inicia a disputa de poderes. O partido chamado português defendia o absolutismo para D. Pedro, e o chamado partido brasileiro exigia que o já imperador se submetesse ao parlamento.

A imensidão continental do Brasil restringia em muito o acesso à informação, às decisões de Estado e aos interesses econômicos de cada uma delas. Várias regiões começam a aspirar separações, como as ocorridas na América espanhola, dividida em vários países.

Em 1824 explode a Confederação do Equador, em reação à Constituição outorgada por D. Pedro. Para estes a Constituição mantinha o Brasil preso a um governo centralizador, sob o comando dos portugueses.

Iniciado em Pernambuco, o movimento se espalhou rapidamente para outras províncias da região, como a Paraíba, o Ceará e o Rio Grande do Norte. Ficou conhecido por esse nome, Confederação do Equador, devido à proximidade da região do conflito com a linha do equador. Sua bandeira trazia um ramo de algodão e um talo de cana-de-açúcar e carregava o lema “Religião, Independência, União e Liberdade”.

Essa emblemática bandeira figura a estrutura econômica de Pernambuco. No sul da província, cultivava-se principalmente a cana-de-açúcar; no Norte, a economia era mais diversificada, baseando-se sobretudo no cultivo do algodão além da cana-de-açúcar. Os donos dos engenhos de açúcar apoiavam os portugueses, pois sentiam que as ideias liberais, dentre elas o abolicionismo, ameaçavam suas propriedades. Já a aristocracia ligada ao algodão desejava ver-se livre da influência portuguesa, pois queria autonomia para realizar comércio, a partir da abertura dos portos.

A repressão do governo central foi severa. Pouco tempo depois, o movimento foi derrotado. Vários líderes da rebelião, como frei Caneca, foram enforcados ou fuzilados, enquanto outros, como Cipriano Barata, acabaram presos. “O imperador era liberal por sentimento, por vaidade e por imitação: de coração, permanecia soldado. A liberdade era nas suas mãos um mimo, que depunha galantemente nas mãos do povo; dava-a. Não tolerou jamais que lhe tomassem por força: foi sempre o homem insubmisso em quem ninguém mandou”.⁴²

Já nas lutas liberais, após a conquista de Lisboa, D. Pedro pode deixar O Porto, agora verdadeiramente livre. Em sua despedida em 28 de julho de 1833 O Libertador escreve amorosa carta aos seus concidadãos: “Amigos portuenses:

42) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 132-133.

enquanto esta cidade poderia correr o menor perigo, nunca vos desamparei; agora obedeço [...] à necessidade de deixar-vos por algum tempo, levando comigo a saudade mais pungente de vós e dos meus companheiros de armas” .

À Antiga, Mui Nobre e Sempre Leal Cidade do Porto, D. Pedro acresce o título de Invicta. Mais tarde legaria a ela o seu próprio coração, até hoje depositado na igreja da Venerável Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, instituição criada em 1757 pelo Padre brasileiro Ângelo Sequeira.

D. Pedro I não apenas liberta o Brasil dos mandos dos absolutistas, como também o livra daqueles que o queriam segmentado. D. Pedro IV liberta Portugal desses mesmos absolutistas e restaura a Coroa, instaurando o Reino Constitucional. A Carta Liberal, como esta passou a ser chamada, durou 72 anos. O Hino à Carta, de sua autoria, foi o Hino Nacional de Portugal até 1910.

Entrou D. Pedro para a história como aquele que libertou duas pátrias do passado. O Brasil que constituiu como Império a ele legado a seu filho Pedro II. Em Portugal inaugura o período constitucional, tendo como Rainha Da Maria II, a sua filha carioca que fez soberana.

Irmanam-se até hoje suas duas pátrias, amalgamadas em vínculos indissolúveis de afeto e respeito recíproco.

O crepúsculo

Quão volúvel é a opinião pública, hora assume persona da comédia e de imediato se apresenta em tragédia. Seu pêndulo, mais célere que a periodicidade do movimento descoberta por Galileu Galilei, vai dos louvores à ingratidão em questão de segundos, ao sabor das narrativas dos fatos, nem sempre análogos à veracidade do acontecido.

Mais uma vez a narrativa é de Pedro Calmon:

Lisboa, após Évora-Monte, rabiava o delírio político indignada pela absolvição do infante. Ha em todas as lutas a ala branca dos generosos, que perdoam, e a ala retinta dos vingativos, que castigam. A população, que amara D. Miguel até o fanatismo, queria agora enforcá-lo. Irmão ou inimigo, D. Miguel era para o duque de Bragança o vencido, a quem se respeita, e o vencido honrado, que tem direito à homenagem do vencedor. Não somente deixou que ele saísse do reino, como consentiu se lhe fixasse uma pensão de 60 contos - que afinal ficou no papel. Lisboa insurgiu-se. Aquela palavra de piedade ao fim de

uma guerra barbara a uns parecia traição, a outros ultraje: ultraje á memoria dos que tombaram - no Porto, em Almoester, na ponte de Santa Maria, na Asseiceira, heróis mortos em ódio...⁴³

As concessões feitas a D. Miguel não foram aceitas ante as atrocidades praticadas na guerra. Basta um exemplo. Parte da Ilha da Madeira um jovem advogado entusiasta da causa da liberdade. José Martiniano da Fonseca ao chegar a Lisboa é aprisionado pelas forças miguelistas e condenado a forca e esquartejamento. Seu martírio foi um entre muitos outros. Uma relação de nomes dos Heróis da Pátria está gravada no monumento equestre a D. Pedro IV na Praça da Liberdade nO Porto.

Revoltados com aquilo que consideraram uma traição de D. Pedro a população passou a hostilizá-lo. Sua carruagem foi apedrejada.

No teatro São Carlos na noite de 27 de maio de 1834 a plateia o vaiou retumbantemente e passou a gritar “fora”. D. Pedro tem um acesso de tosse que faz a turba silenciar aterrorizada ao ver seu lenço se tingir de sangue. A maestrina da vida silenciava os opositores do Libertador ante sua presença para reger o seu ato final.

D. Pedro se recolhe ao Palácio de Queluz e ocupa o mesmo quarto onde nasceu. Alfa e Ômega, o começo e o fim, tendo como assistência as referências a D. Quixote.

Quixotesco talvez o fora nos ideais, mas seus combates não se deram ante moinhos de vento. Combateu o bom combate e, dentro de suas possibilidades, guardou a fé.

Emancipa e entrega a coroa de Portugal a sua filha. As Cortes nada mais lhe recusam.

A 27 de julho de 1834 volta aO Porto com Dona Maria da Glória, a nova soberana. Estava restaurado o Reino agora sob o ideal liberal nascido nO Porto. A pátria estava dotada de uma constituição que duraria 72 anos.

- Adeus Porto, nunca mais te verei. Se despede O Libertador.

A debilidade física já não permitia aparições públicas. Chama um dos soldados do Quinto Batalhão para o abraçar e enviar mensagem de agradecimento a toda a tropa. Este sai desconjurando a própria vida que preferia perdida em campo de batalha a assim ver o seu Coronel.

43) CALMON, Pedro. Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro. 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943, p. 292.

No leito de morte recebe o colar da bravura e da fidelidade, a Grã-cruz da Torre e Espada, conferido pela Rainha.

Abraçado ao crucifixo murmura:

– Morro contente porque a ninguém fiz mal.

Às 14h30 do dia 24 de setembro parte para o seu destino final.

A noite ia pura e calma, o céu limpo e semeado de estrelas ... “ O côche fúnebre atravessou Lisboa entre alas de soldados d’armas para o chão, num silencio em que as tóchas e os crêpes punham uma nota fantástica. A pé, de escantilhão, generais, juizes e politicos, mulheres que se pranteavam e os galegos espantados, a multidão seguia a carruagem alumada pelos archotes, numa apoteose tragica, que entre Queluz e S. Vicente estendeu um rio de luz - e de lagrimas. Havia no povo um instinto de adoração; e os moços, os fortes da guerra fratricida, rapazes precocemente envelhecidos no cêrco do Porto, diziam que a fatalidade lhes roubára o primeiro homem da sua raça. “Talvez único na História” - gemia Antonio Feliciano de Castilho; seguramente o maior, afirmava Alexandre Herculano, alteando sobre as cabeças derrubadas a frente rebelde e livre.⁴⁴

Ao saber de sua morte, José Bonifácio de Andrada e Silva, envia carta de pêsames a D. Pedro II, no dia 4 de dezembro de 1834. Hoje arquivada no Museu Imperial em Petrópolis pode-se ler a expressão de “carregado de “pezares” e de profundo amargor”. Mas busca o velho estadista, Patriarca da Independência, forças no profundo de suas convicções para proclamar:

- Dom Pedro não morreu, apenas homens ordinários morrem, heróis não.

Em 13 de junho de 1836, dois anos depois da sua morte, o Marques de Rezende, António Teles da Silva Caminha e Meneses, abre o Elogio Histórico a Sua Majestade Imperial o Senhor Dom Pedro, pronunciado na Academia Real de Ciências de Lisboa:

Senhores. Um príncipe, ainda na flor da idade e já no auge da glória morreu! Dois Mundos tomaram luto por ele. Tarde viria eu consolar-vos desta perda, se, tendo decorrido quase dois anos depois dela, viesse renovar a ferida trazendo-a do silencio à lembrança. Basta o sentimento que ela causou, e que, como o amor, chega onde a língua desfalece. Contente-se a nossa saudade com as lágrimas que verteu (...).⁴⁵

45) MARQUEZ DE RESENDE. Elogio Histórico ao Senhor Rei D. Pedro IV. Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tipografia da Academia. 1867.

“Cometeu muitos erros, mas redimiu-se no final. Despediu-se serenamente da existência transformando-se num herói da liberdade e da concórdia dos dois povos”⁴⁶

Os muitos aspectos da vida de D. Pedro geraram inúmeras publicações em Portugal e no Brasil e, ainda que passados 200 anos, continuam a ser objeto de novas abordagens, algumas mais críticas do que outras, por vezes traídas por um olhar com viés mais contemporâneo. Convergem todas, das mais antigas às mais recentes, na imensa admiração que até hoje detém.

Quanto a nós, mais nos prolongaríamos, se não fora para tão rica existência, tão modesto nosso conhecimento.

Referências

A Batalha do Passo ao Rosário. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1927, 1ª ed. Bibliex, 1951.

BENTO, Cláudio Moreira. **2002: 175 anos da Batalha do Passo do Rosário.** Porto Alegre: Genesis, 2003.

CALLCOTT, Maria, Lady. **1785-1842.** Escorço biográfico de Dom Pedro I / Maria Graham. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010 (Cadernos da Biblioteca Nacional).

CALMON, Pedro. **Vida de Dom Pedro I: o Rei Cavaleiro.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1943. Disponível em: https://www.conselhodeminerva.com.br/_files/ugd/38f988_f6cd81c9819d4399a7d4586a5b4997e3.pdf.

CARVALHO, Ronald. **Estudos Brasileiros.** F. Briguiet & Cia. Editores. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4374>.

DOMINGOS, Marcus Caetano. **A “deputação de Minas Gerais” de 15 de fevereiro de 1822 - um fato histórico em discussão.** Disponível em: https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502996471_ARQUIVO_

46) SANTOS, Eugênio dos. D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal. São Paulo: Alameda, 2015, p. 365.

eputacaodeMinasGeraisde15defevereirode1822umfatohistoricoemdiscussao.pdf. Acesso em: 24/01/2022 .

DUQUE DA TERCEIRA. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Duque_da_Terceira. Acesso em: 03/04/2022.

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA. *In*: VAIFAS, Ronaldo (dir.). Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889). Rio de Janeiro: Objetiva, 2002. *Apud*: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/assinado-o-decreto-de-independencia-do-brasil/> - **Blog: Ensinar História** - Joelza Ester Domingues. Acesso em: 20/04/2022.

FRAGOSO, Tasso. **A Batalha do Passo do Rosário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/373967895/Batalha-Do-Passo-Do-Rosario>.

GASPARI, Helio. O ano em que o Brasil nasceu. Rio de Janeiro. **O Globo**, 29/12/2021.

GUERRA DA CISPLATINA. Exército Brasileiro. *In*: <http://www.eb.mil.br/exercito-brasileiro>.

LEI DE 14/10/1822 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-14-10-1822.htm. Acesso em: 24/01/2022.

LEI DE 20/10/1823. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/antioresa1824/lei-40951-20-outubro-1823-574564-publicacaooriginal-97677-pe.html. Acesso em: 24/01/2022.

MACAULAY, Neil. **Dom Pedro**: a luta pela liberdade no Brasil e em Portugal, 1798-1834. Rio de Janeiro: Record, 1993.

MANIFESTO DE 06 DE AGOSTO DE 1822. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/manife_sn/antioresa1824/manifestosemnumero-41437-6-agosto-1822-576171-publicacaooriginal-99440-pe.html. Acesso em: 20/04/2022.

MARECHAL SALDANHA. Disponível em: [https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/\\$marechal-saldanha](https://www.infopedia.pt/apoio/artigos/$marechal-saldanha). Acesso em: 02/04/2022.

MARQUEZ DE RESENDE. **Elogio Histórico ao Senhor Rei D. Pedro IV.** Academia Real das Sciencias de Lisboa. Tipografia da Academia. 1867.

OBERACKER JÚNIOR, C. H. “O grito do Ipiranga - problema que desafia os historiadores: certezas e dúvidas acêrca de um acontecimento histórico. **Revista de História**, [S. l.], v. 45, n. 92, p. 411-464, 1972.

PARTICIPAÇÃO DO EXÉRCITO NA ABDICAÇÃO DE D.

PEDRO I. Disponível em: http://www.eb.mil.br/exercitobrasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=1540644&_101_type=content&_101_urlTitle=participacao-do-exercito-na-abdicacao-de-d-pedro-i&inheritRedirect=true#:~:text=O%20grau%20de%20participa%C3%A7%C3%A3o%20do,embarcar%20de%20volta%20a%20

PEREIRA, Isabel Violante. **A origem judaica da Casa de Bragança.** De Mendo da Guarda a D. Manuel I. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

PESSÔA, José Simões Belmont. **Rio de Janeiro – Antiga Alfândega.** Ipatrimonio. IPHAN. Disponível em: www.ipatrimonio.org consultado em 06 de abril de 2022.

PIMENTEL, Alberto. **A Côrte de D. Pedro IV.** Porto, 1896.

PRIMEIRO BATALHÃO DE GUARDAS. **Batalhão do Imperador.** Disponível em: <http://www.1bg.eb.mil.br/index.php/historico.html>.

RABAÇO, Henrique José. **História de Petrópolis**, IHP. 1985. Disponível em: http://ahistoriadepetropolis.blogspot.com/2013/04/a-fazenda-do-padre-correia-e-compra-da_16.html. Acesso em: 25/01/2022.

RANGEL, Alberto. **Textos e Pretextos.** Tours: Typographia de Arrault e Companhia, 1926.

SACRAMENTO, José Antônio de Ávila. **Da Corte, passando por Barbacena e São Francisco do Oná, até a vila de São João Del-Rei.** Disponível em: http://www.patriamineira.com.br/imagens/img_noticias/152144290614_Viagem_do_Principe_D._Pedro_a_Minhas_Gerais_em_1822_passando_por_Barbacena_e_pelo_distrito_sao-joanense_de_Sao_Francisco_do_Onca..pdf. Acesso em: 24/01/2022.

SANTOS, Eugénio dos. **D. Pedro Imperador do Brasil e Rei de Portugal.** São Paulo: Alameda, 2015.

SANTOS, Julio. **D. Pedro I de Minas Gerais ao Riacho Ipiranga.**

Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/d-pedro-i-de-minas-gerais-ao-riacho-ipuranga>. Acesso em: 24/01/2022.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. **Projetos para o Brasil.** Organização Miriam Dolhunikoff. São Paulo: Companhia das Letras; Publifolha, 2000.

SOUSA, Octavio Tarquinio de. **A vida de D. Pedro I.** 3 vls. São Paulo/Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

SUN TZU. **A Arte da Guerra.** Cultura Brasil.

WERKEMA, Mauro. **O Bicentenário da Independência e as Influências de Ouro-Preto.** Disponível em: <https://acminas.com.br/conselho/o-bicentenario-da-independencia-e-as-influencias-de-ouro-preto/>. Acesso em: 24/01/2022.

CAMINHOS DA INDEPENDÊNCIA

**A VIAGEM DO PRÍNCIPE REGENTE
D. PEDRO DE ALCÂNTARA À PROVÍNCIA
DE SÃO PAULO EM AGOSTO DE 1822**

Prof Fábio Arlindo Dias Verícios*

* Formado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, especializado em Ordens de Cavalaria; formado em Logística e Mobilização pela Escola Superior de Guerra - ESG.

Foi uma viagem que durou 24 dias e percorreu cerca de 790 quilômetros em uma dúzia de municípios entre a Corte no Rio de Janeiro e a capital da Província de São Paulo, passando por Santos. Montados a cavalo, o Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara, com 24 anos de idade incompletos, e sua pequena comitiva, partiu da Quinta da Boa Vista no dia 14 de agosto de 1822 para mudar a História.

Muito do que nós sabemos a respeito desta jornada vem dos escritos de três membros da comitiva: o Major Francisco de Castro do Canto e Melo, o Padre Belchior Pinheiro e o Capitão-Mor Manuel Marcondes de Oliveira e Mello que, por sua decisiva participação no evento, se tornará o Barão de Pindamonhangaba.

Era um momento muito delicado para o Brasil, mas principalmente para o seu Regente, o Príncipe D. Pedro de Alcântara, primogênito do Rei de Portugal, D. João VI, e herdeiro do trono do Reino Unido e de todo o Império Ultramarino Lusitano. Por um lado, ele estava sendo pressionado sobremaneira pelas Cortes de Lisboa que eram, desde a Revolução Liberal ocorrida na cidade do Porto em 1820, o verdadeiro poder no Reino, para se submeter à sua autoridade e retornar a Portugal. Por outro lado, pelo seu próprio conselho, incluindo sua esposa, a Arquiduquesa austríaca Leopoldine Caroline Josepha von Habsburg-Lothringen, conhecida como a Princesa Maria Leopoldina da Áustria, e por seu principal conselheiro e mentor, o dignitário José Bonifácio de Andrada e Silva, nomeado, no Brasil, Ministro do Reino e Negócios Estrangeiros, e influentíssimo líder na Potência Maçônica ‘Grande Oriente do Brasil’, para desafiar as Cortes e permanecer em território brasileiro.

Havia descontentamentos de todos os lados, pois o Brasil há muito havia deixado de ser uma mera colônia, tornando-se Reino Unido a Portugal e Algarves, e mesmo sede do Império Lusitano, durante o período de permanência em solo

brasileiro da Família Real, desde sua chegada em 1808 até seu retorno a Portugal em 1821, com a consequente elevação da ordenação política e jurídica da antiga colônia.

A aristocracia proprietária de terras não aceitaria o retrocesso político e econômico pretendido pelas Cortes da antiga metrópole, que desejavam o retorno ao Pacto Colonial, e estavam dispostos a lutar, se preciso, para manter seus privilégios, obtidos durante a permanência do Rei D. João VI no Rio de Janeiro, mesmo que isso levasse a ruptura do Reino Unido.

Havia três caminhos a seguir: a submissão às Cortes, com o regresso imediato de D. Pedro a Portugal e o início de conflitos generalizados no Brasil; o desafio às Cortes mantendo as rédeas do poder no Brasil e agindo conforme a evolução dos fatos; ou a inação, que levaria fatalmente o Brasil à desordem e ao caos político e à possível fragmentação do território como ocorreu com as colônias hispânicas no continente.

O caminho escolhido pelo Príncipe Regente, por mais óbvio que fosse, mas também por sua forte personalidade, foi o do confronto.

Duas visões políticas distintas se destacavam no Rio de Janeiro. Uma liderada pelo político maçônico Joaquim Gonçalves Ledo que pregava a independência do Brasil, mas seguindo o caminho das antigas colônias hispânicas e dos Estados Unidos da América: tornar-se uma República Constitucional. A outra, defendida por José Bonifácio de Andrada e Silva, que sempre fora a favor da manutenção do Reino Unido, propunha que, se o Brasil se separasse de Portugal, mantivesse a manutenção do Regime Monárquico Constitucional com a finalidade de preservar sua unidade política e territorial. Esta última mostrou ser mais pragmática e saiu-se vitoriosa.

O Brasil era um embrião de nação extremamente complexo. Com cerca de quatro milhões de habitantes, mas apenas dois por cento alfabetizados, as ideias iluministas da época chegavam a poucos, mas surtiam efeitos poderosos entre as elites e os pequenos proprietários. Profundamente regionalizado por consequência de seu tamanho descomunal, suas populações regionais eram ciosas de suas culturas, tradições e características, mas principalmente de suas liberdades, e não estavam dispostos a perdê-las.

O Príncipe Regente já havia desafiado Lisboa em janeiro daquele mesmo ano no ato conhecido como ‘Dia do Fico’, quando ele, deliberadamente, decidiu desobedecer a uma ordem expressa das Cortes, recebida em dezembro de 1821, para que se retorna imediatamente à Europa. As Cortes alegavam que, como herdeiro direto do trono, o Príncipe necessitava ‘tomar luzes’, ou seja, melhorar

sua educação principesca nas Cortes europeias, para melhor desempenhar sua função pública futura. Em verdade, desejavam sua submissão às então criadas ‘Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa’, como fizeram com seu pai o Rei D. João VI.

E voltou a desafiá-las no mês de maio de 1822 quando promulgou um Decreto, que ficou conhecido como ‘Lei do Cumpra-se’, que ordenava que nenhuma lei ou determinação vinda de Portugal seria válida no Brasil sem sua própria autorização.

Além disso, uma Assembleia Geral Constituinte foi convocada para o mês de junho, no Rio de Janeiro, com o objetivo de elaborar uma nova constituição brasileira, à revelia de Lisboa. Em agosto de 1822, determinou que tropas portuguesas que desembarcassem em qualquer parte do território brasileiro fossem consideradas inimigas, devendo ser aprisionadas ou rechaçadas à força.

A ruptura institucional estava preparada!

E de onde o Príncipe Regente forjou a coragem e o ideário necessário para uma tomada de posição tão forte? Numa viagem às montanhas de Minas Gerais, meses antes!

Em março de 1822 chegaram à Corte Regencial, no Rio de Janeiro, notícias de uma revolta em Minas Gerais, liderada pelo Tenente-Coronel Pinto Peixoto, comandante da guarnição de Vila Rica, e pelo Juiz Cassiano Esperidião de Melo Matos. O Príncipe deixou a corte no dia 25 do mesmo mês em direção à Vila Rica para debelar a preocupante revolta. Era a primeira vez que ele adentrava o Brasil... E ele estava pronto para conhecê-lo...

A província de Minas Gerais era a mais populosa do Brasil e também uma das mais ricas e economicamente ativas. D. Pedro partiu do Rio de Janeiro acompanhado de cerca de dez pessoas, incluindo o Padre Belchior, seu amigo e conselheiro.

Era uma viagem dura, longa e desconfortável. As pousadas eram poucas e acanhadas e as estradas eram muito precárias. Estavam longe dos confortos da Corte, mas ele estava maravilhado com as paisagens e o carinho do povo. Era sua primeira viagem desde sua chegada ao Rio de Janeiro, em 1808. Ele estava finalmente conhecendo o seu país de adoção.

Por onde passou, D. Pedro foi aclamado e festejado pela população, do entreposto de Entre-Rios, às margens do Rio Paraíba do Sul, à Vila Rica das Minas Gerais. Isso mexeu com sua imaginação e criou certezas em seu espírito.

Ao chegar a seu destino em Vila Rica, foi recebido pelo Tenente-Coronel Pinto Peixoto, ajoelhado, que lhe jurou fidelidade e foi perdoado e acolhido. O outro revoltoso, o Juiz Cassiano Esperidião de Melo Matos, foi preso e enviado para o Rio de Janeiro.

Ao retornar à Corte, dias depois com a notícia da pacificação da província, o Regente era outro homem, agora conhecedor de seu reino e líder muito mais decidido.

O Príncipe estava pronto!

Em agosto de 1822, a situação política tomava ares insustentáveis. Se por um lado esperava-se, com ansiedade e apreensão, a reação das Cortes de Lisboa aos decretos e determinações do Príncipe Regente, por outro lado os antagonismos internos entre apoiadores do Príncipe e apoiadores de Lisboa chegavam ao limite da tolerância. E ainda havia problemas nas províncias, como a disputa interna pela liderança política na província de São Paulo que ameaçava se tornar uma revolta armada.

Desde 1821, a Província de São Paulo estava dividida entre dois grupos: um ligado à família do Ministro José Bonifácio, os Andradas, e outro ao Coronel Francisco Inácio, comandante da Força Pública e aliado do Presidente da Junta Provisória, João Carlos Oeynhausien Grevembourg. Em 10 de maio o Príncipe Regente requisitou a presença do Presidente da Junta Provisória de São Paulo na Corte do Rio de Janeiro, determinação em que não foi atendido, e em 23 do mesmo mês eclodiu uma revolta liderada pelo Coronel Francisco Inácio que ficou conhecida com a ‘Bernarda’, causada pelas divergências entre os dois grupos.

Com o objetivo de apaziguar os ânimos na Província de São Paulo, como fizera na Província das Minas Gerais, o Príncipe Regente se dispôs a uma nova jornada conciliatória. Aconselhado por José Bonifácio, que compreendeu corretamente a gravidade da situação, a inevitabilidade dos fatos e o momento político propício para uma possível ruptura institucional, a expedição foi planejada com toda a precaução possível e necessária.

No dia 13 de agosto de 1822, por decreto regencial em despacho oficial, o Príncipe Regente Dom Pedro determinou que, em sua ausência, a princesa

Leopoldina, sua esposa, presidiria o Conselho de Estado. Ela seria assessorada e aconselhada pelo poderoso Ministro do Reino e Negócios Estrangeiros José Bonifácio de Andrada e Silva, o principal artífice político e estratégico de todos os eventos da regência e de tudo o que viria a seguir.

Poder entregue a quem de confiança e competência, o Príncipe Regente partiu para a Província de São Paulo e para os Livros de História.

A viagem iniciou-se de forma lenta e pensada para se pesar prós e contras, sentir verdadeiramente em quem se podia confiar, com quem se poderia realmente contar em caso de adversidades, e com quais meios e recursos. A logística, humana e de materiais, tornou-se tão importante quanto a clareza de entendimento político.

O Palco estava montado!

A Comitiva deixou a Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, em 14 de agosto de 1822. Tinham uma rota definida a ser percorrida a cavalo, aproveitando o fato de o Príncipe Regente ter uma predileção especial por este meio de transporte. À frente iam batedores e mensageiros preparando os locais de descanso e avisando as autoridades políticas e militares da chegada da comitiva.

A primeira parada foi na Fazenda de Santa Cruz, ainda em terras fluminenses. A propriedade pertencia a Família Real e era sua residência de verão. A propriedade ainda existe e atualmente é o 1º Batalhão de Engenharia de Combate / Escola, do Exército Brasileiro. Foi uma parada curta apenas para descanso, jantar e pernoite.

A segunda parada da comitiva, no entardecer do dia 15, foi na fazenda da Olaria, agora submersa pela represa de Lajes, em São João Marcos, hoje município de Rio Claro, ainda em terras fluminenses. Também uma parada rápida para jantar e pernoite.

No dia 16 de agosto de 1822, a comitiva do Príncipe Regente finalmente pisou em terras paulistas, no município de Bom Jesus do Bananal, fazendo sua primeira parada na fazenda das Três Barras, ainda existente, de propriedade, na época, do Capitão Hilário Gomes de Almeida, que se encontrava adoecido e acamado. O Príncipe teve um encontro particular com o proprietário e lá a comitiva jantou e pernoitou, partindo na manhã seguinte.

O Vale do Paraíba paulista, em meados de 1822, era, há muito, uma região economicamente muito forte e ativa, com grande produção de café e uma

aristocracia fundiária rica e antiga, muito ciosa de seus valores, costumes e tradições.

Povoações, vilas e cidades com quase trezentos anos de história consolidada e famílias com a mesma idade. Um local preparado para se fazer política de alto nível e de se tomar decisões fortes.

Desde a época dos Descobrimentos com a fundação de São Vicente por Martim Afonso de Souza, em 1532, passando pela epopeia dos Bandeirantes e os ‘Caminhos do Ouro’, subindo a Serra da Mantiqueira em direção às Minas Gerais, em Taubaté, Pindamonhangaba, Cachoeira Paulista e outras vilas e povoadamentos, sempre acompanhados de suas centenárias figueiras, aquela gente tinha sido forjada na dureza do desbravamento e na construção de uma civilização viável e possível nos trópicos, fato único e inaudito na História da Civilização.

Na manhã do dia 17, a comitiva partiu para São José do Barreiro onde almoçou na Fazenda Pau d’Alho, de propriedade do Coronel João Ferreira, que não se encontrava na propriedade naquele momento (tombada pelo IPHAN, é hoje um monumento vivo daquela época). Conta-se que, adiantando-se sozinho da comitiva por ter vencido uma corrida a cavalo, o Príncipe Regente chegou à fazenda sem ser reconhecido. Recebido como um viajante comum foi mandado pela esposa do proprietário a almoçar na cozinha com os empregados e escravos porque ‘estavam aguardando gente importante’... O Príncipe bem-humorado assim o fez e se dirigiu à cozinha, ainda existente, onde almoçou e conversou animadamente com as pessoas da fazenda. Somente após a partida do Príncipe e a chegada do restante da comitiva, a esposa do Coronel percebeu seu príncipe equívoco...

Na tarde deste mesmo dia, o Príncipe chegou a São Miguel das Areias onde pernitoou na residência do Capitão-Mor Domingos da Silva. A residência, construída em 1798, pelo Capitão-Mor Gabriel Serafim da Silva, ainda existe e encontra-se muito bem preservada, incluindo o quarto em que o Príncipe dormiu. É o atual Hotel e Restaurante Sant’Ana, antigo Hotel Solar Imperial, aberto ao público, verdadeira relíquia histórica da época, é considerado o mais antigo hotel em funcionamento do país.

Após o café da manhã, com novos animais e um novo contingente como guarda de honra, a comitiva partiu, em 18 de agosto, em direção a Silveiras e Santo Antonio da Cachoeira, atual Cachoeira Paulista, onde jantou, à tarde, e se dirigiu a Lorena.

Lorena tornou-se, politicamente, uma parada de importância capital, pois ali o Príncipe, por decreto, dissolveu o Governo Provisório paulista e assumiu

completamente o governo da Província de São Paulo. Ele também dispensou uma guarda de honra, composta de 32 homens a mando do Coronel Francisco Inácio, que, destituído do cargo, teve ordens de se apresentar à Corte no Rio de Janeiro. O Príncipe, em Lorena, se hospedou na residência do Capitão-Mor Ventura José de Abreu, onde pernoitou de 18 para 19 de agosto. Na cidade, o Príncipe recebeu os agrados do povo a quem foi profundamente cordial, visitou a antiga Casa de Câmara e Cadeia, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e plantou, no centro da cidade, uma palmeira que se tornaria a Rua das Palmeiras, existente até os dias atuais.

Deixando Lorena na tarde de 19 de agosto, chegou a Guaratinguetá, onde se hospedou na residência do Capitão-Mor Manoel José de Melo, que aumentou sua comitiva com o envio de novos componentes para a Guarda de Honra do Príncipe, assim como com novos animais para o transporte. Nesta noite, o Príncipe foi assistir a uma missa na Capela de Nossa Senhora Aparecida, hoje no município de Aparecida, um ato extremamente simbólico, pois era a capela que guardava a imagem da santa, encontrada em 1717 nas margens do Rio Paraíba do Sul e chamada, desde então, Imagem de Nossa Senhora Aparecida.

Chegando a Pindamonhangaba em 20 de agosto, a comitiva se dirigiu à residência do Capitão-Mor Manoel Marcondes de Oliveira Melo, o Sobrado dos Marcondes. Nesta residência, o Príncipe Regente se reuniu com o Major Domingos Marcondes de Andrade. Nesta reunião foi reorganizada a Guarda de Honra que acompanhou a comitiva até o ato final, em Sete de Setembro. Ali estavam dezesseis filhos de Pindamonhangaba, dos quais quatorze repousam até hoje na Igreja de São José, neste município, verdadeiro panteão nacional. Nesta estadia, o Príncipe pôde sentir o verdadeiro apoio do povo e das elites.

Desde que entrara em terras paulistas, D. Pedro recebeu, por onde passou, o apoio entusiástico das pessoas, de todas as classes. O mesmo espírito que ele havia observado em sua viagem a Minas Gerais, ele também observava em São Paulo. Agora ele conhecia o Brasil de verdade e não apenas a Corte, com suas conspirações corriqueiras. Em Pindamonhangaba o Príncipe percebeu de fato, depois de seu encontro com a família Marcondes, que ele tinha e teria, das elites e do povo, o apoio necessário para tomar a atitude que tivesse que tomar, tanto na questão paulista quanto na questão, muito mais grave e séria, com Lisboa.

Após se hospedar no sobrado do Monsenhor Ignácio Marcondes de Oliveira Cabral, irmão do então Capitão-Mor, a comitiva deixou Pindamonhangaba em direção a São Francisco das Chagas de Taubaté onde chegou no dia 21 e foi recebida na residência do Cônego Antônio Moreira da Costa, com grande apoio

popular. Uma multidão aguardava a comitiva e o Príncipe Regente foi ovacionado por todo o trajeto. Ali ele visitou o convento de Santa Clara e a Igreja do Pilar.

Em Taubaté a comitiva foi acrescida de oito novos componentes na Guarda de Honra do Príncipe Regente e seguiu caminho para a vila de Nossa Senhora da Conceição do Rio Paraíba de Jacareí, onde se hospedou na residência do Capitão-Mor Cláudio José Machado.

No dia 22 de agosto, em Jacareí, havia, na época, uma balsa para atravessar o Rio Paraíba do Sul. Conta-se que o Príncipe, impaciente, não quis esperar a balsa e entrou no rio a cavalo, saindo, na outra margem, molhado da cintura para baixo. D. Pedro se aproximou das pessoas que o observavam e perguntou se alguém vestia seu tamanho para propor uma troca. Um homem de Pindamonhangaba que ali estava, chamado Adriano Gomes Vieira, aceitou a troca, ficou com as calças molhadas do Príncipe e depois se tornou integrante da Guarda de Honra.

Depois de passar rapidamente pela vila de São José do Paraíba, hoje São José dos Campos, no dia 23, a comitiva chegou à vila de Santana de Mogi das Cruzes, onde Dom Pedro hospedou-se na casa do Capitão-Mor Francisco de Mello e assistiu à missa na então Igreja de Sant'Ana, atual Catedral de Sant'Ana. Em Mogi das Cruzes, D. Pedro se recusou a receber emissários da junta de governo paulista, que havia sido por ele dissolvida, e da Câmara, nomeando, no mesmo dia, o Marechal Cândido Xavier de Almeida e Sousa Governador das Armas da Província de São Paulo.

Existe um relato, baseado em memórias, mas não comprovado por documentação, de que a comitiva teria pernoitado de 23 para 24 de agosto no atual município de Santa Isabel. Tal relato é comum e corriqueiro na região, tendo, em verdade, viabilidade logística pela trajetória seguida pela comitiva e pelo tempo decorrido entre as paradas, mas sua veracidade ainda carece de fontes.

Antes de entrar na capital, a comitiva fez uma última parada em Penha de França, hoje parte do município de São Paulo, entre 24 e 25 de agosto. Dom Pedro pernoitou ali e assistiu, na manhã do dia 25, a uma missa na Capela de Nossa Senhora da Penha.

Na manhã do dia 25 de agosto, a comitiva chegou a São Paulo. Depois de uma entrada oficial, foram recebidos pelas autoridades políticas, militares e religiosas, e pela população em frente à Igreja do Carmo. Em seguida, na Igreja da Sé, assistiram a um 'Te Deum' e depois o Príncipe recebeu as honras do beija-mão das autoridades e do povo.

Com menos de dez mil habitantes, a São Paulo que recebeu D. Pedro era uma cidade pequena, ainda muito provinciana e muito diferente da corte no Rio

de Janeiro. O Príncipe, ao chegar, começou a trabalhar para acalmar os ânimos e pacificar os espíritos. Recebeu delegações de várias cidades e em 29 de agosto, presidiu a escolha, por votação livre, do novo governo provisório. Seu já conhecido e desafeto João Carlos Oeynhausien Grevembourg foi reeleito e D. Pedro respeitou a escolha, demonstrando uma visão liberal e conciliadora.

O Príncipe Regente, imerso nos problemas paulistas, não tinha como saber das nuvens escuras no horizonte. Um dia antes, em 28 de agosto de 1822, o navio Três Corações atracou no porto do Rio de Janeiro trazendo cartas com as ordens das Cortes de Lisboa. As Cortes ordenavam o retorno imediato do Príncipe Regente e de sua família a Portugal, o cancelamento da Assembleia Constituinte e a prisão imediata do Ministro José Bonifácio. O Brasil voltaria a ser tratado como colônia novamente. E essa possibilidade há muito havia se tornado inadmissível.

Seguindo os conselhos de José Bonifácio, a Princesa Leopoldina havia presidido a reunião do Conselho de Ministros em 2 de setembro de 1822 e, naquela mesma reunião, assinou o Decreto da Independência, declarando o Brasil independente de Portugal. Mas era necessário que o Príncipe Regente ratificasse o Decreto.

No dia 5 de setembro, alheio a todos os graves problemas e ameaças no Rio de Janeiro, o Príncipe com sua comitiva oficial, se dirigiu a Santos, no litoral, a fim de inspecionar as fortalezas e verificar as defesas do porto e da cidade, principalmente a Casa do Trem de Artilharia e a Casa da Pólvora.

Regressando a São Paulo, no sábado, dia 7 de setembro, por volta das 16 horas, depois de inspecionar as defesas do litoral, a comitiva foi alcançada por dois emissários vindos da Corte no Rio de Janeiro.

O momento certo chegara! As Moiras teceram sua trama!

Era o Major Antônio Ramos Cordeiro e o emissário Paulo Bregaro como correio-real da Corte. Eles encontraram a comitiva no alto de uma colina próxima do riacho do Ipiranga, nas cercanias de São Paulo. Traziam várias correspondências, da Princesa Leopoldina, do Ministro José Bonifácio, e também as cartas de Lisboa, vindas com a nau Três Corações, uma do próprio Rei D. João VI e outra com as instruções das Cortes. Também havia uma carta de Chamberlain, amigo de confiança e conselheiro do Príncipe Regente.

Após ler a correspondência e sentindo-se imensamente insultado e humilhado pelo teor das cartas das Cortes lisboetas, mas também sentindo-se apoiado e estimulado pelo teor das cartas da esposa e de Bonifácio, o Príncipe Regente, irresoluto, após rápida conversa com o padre Belchior, tomou sua última atitude como Príncipe Regente – Proclama, com o Brado do Ipiranga, a Independência do Brasil.

Após afirmar, frente a sua comitiva, a sua Guarda de Honra, e a alguns passantes do momento, que daquele dia em diante estariam quebradas todas as relações com Portugal, D. Pedro declarou que, para sempre, o Brasil estava separado de sua antiga metrópole colonizadora.

Com o brado de “INDEPENDÊNCIA OU MORTE”, dado pelo agora futuro Imperador, e seguido por todos que o acompanhavam na comitiva, estava declarada a independência política e institucional do Brasil, que, a partir daquele momento, tornar-se-ia uma nação livre, autônoma e independente.

A chegada a São Paulo foi festiva. O apoio do povo e das elites foi total e absoluto, e a notícia se espalhou rapidamente.

Estava feito! A História seguiu seu curso!

Notamos claramente, no transcorrer destes nove para dez dias, da entrada da comitiva em terras paulistas, em 16 de agosto, no município de Bananal, até sua chegada na capital, São Paulo, em 25 do mesmo mês, que muito havia se alterado no caráter e na visão política do Príncipe Regente, seu amadurecimento político era evidente. Uma melhor compreensão dos fatos, seguida de atitudes decididas e conciliatórias, atraíram apoio generalizado e total. Do povo, que via nas atitudes corriqueiras do Príncipe, como entrar no rio a cavalo, uma pessoa próxima e decidida, e das elites, que perceberam nele o nascimento de um líder justo, leal e conciliador, digno de ser seguido, como exemplifica o apoio irresoluto do clã dos Marcondes de Pindamonhangaba e das elites de Taubaté. Foi a transformação de um Príncipe Regente, ainda hesitante, em um Imperador ativo e confiante no futuro grandioso de seu país e na justeza e certeza de seus atos.

O ato no Ipiranga foi o coroamento de um tempo que chegou ao fim e o início de algo novo. Daí em diante a História seria outra. Uma nova época iniciava-se, ainda incerta e duvidosa, mas confiante e entusiasmada pelo próprio alvorecer.

Muito havia a ser feito. Todo o trabalho da construção de um país estava diante deles, mas aquele espírito forte, resistente e indomável, que o Príncipe havia visto na expedição a Minas Gerais, meses antes, tinha se ratificado em sua alma na viagem pelo Vale do Paraíba Paulista. O espírito bandeirante do Vale havia mostrado que, na nova História do Brasil, não havia mais espaço para dúvidas ou hesitações. O futuro da construção de uma nação estava aberto e todos os desafios deveriam ser enfrentados e vencidos.

E em verdade o foram, pois, mesmo longe da perfeição, o Brasil sobreviveu, perseverou e está aqui, dois séculos depois, buscando seu lugar no mundo como todas as outras nações que constroem, no seu dia a dia, a sua vida e a sua história, e juntos compõem o enredo da História da Humanidade.

Em verdade, a ruptura com Portugal foi apenas jurídica, pois a psique lusitana que havia mudado os destinos do mundo com o advento da Época dos Descobrimentos, a construção do Império Ultramarino, e o desbravamento do colossal território luso-americano, sobreviveu, evoluiu e perdurou na construção do Império do Brasil, que enfrentou seus desafios com coragem e confiança, e a todos respondeu à altura, mantendo a integridade do território, expulsando os invasores e assegurando seu lugar entre as nações. A Civilização Luso-Brasileira havia dito a todos, e em alto em bom som: – Estamos aqui, e viemos para ficar.

Então, que a Luz da certeza e da coragem, daquele Príncipe de 23 anos de idade, às margens do Riacho do Ipiranga, no momento mais desafiador de sua vida, inspire a nação a buscar seu lugar, sua vida, seu futuro, sua História, sem medos ou receios, mas com a coragem e a confiança de quem, com apenas duzentos anos de vida, já conhece sua força e despertou a consciência de que tem em suas mãos e apenas em suas mãos, o poder para decidir seus destinos e seu futuro.

Duzentos anos de História, desafiadora, mas realizada... Pois que venham os próximos duzentos!



**CONSOLIDAÇÃO DA
INDEPENDÊNCIA**

A(S) GUERRA(S)

Cel João Rafael Mallorca Natal*

* Coronel de Infantaria da Aeronáutica. Associado Titular Emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB), é também Membro da Academia de História Militar Terrestre do Brasil (AHIMTB) e Pesquisador Associado do Centro de Estudos e Pesquisas em História Militar do Exército (CEPHiMEx).

1. Introdução

“Quando se olha para trás, 1822 parece um milagre.”¹

A frase acima, de autoria do Vice-Almirante Armando de Senna Bittencourt, à época (2008) Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, traz à reflexão o processo *sui generis* da Independência brasileira, o qual produziu uma Nação unida e até certo ponto coesa, não obstante a situação peculiar do Brasil, uma antiga colônia de Portugal, de dimensões continentais, com amplas diferenças regionais, tais como etnias, costumes e pensamento político. As diversas regiões brasileiras eram isoladas entre si, e as comunicações, difíceis e demoradas.

Além dos óbices já mencionados, o processo da Independência possuía um formidável oponente racional: o Reino de Portugal e seu corpo legislativo, as Cortes, que se opuseram à pretensão dos brasileiros de criar um estado independente, utilizando, para tal fim, meios político-diplomáticos, econômicos e sobretudo militares.

Alguns historiadores brasileiros, como Varnhagen², cunharam o chamado “Mito da Independência Pacífica”, que diminui a importância das ações bélicas

-
- 1) GOMES, Laurentino. 1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado. São Paulo: Editora Globo, 2015, p. 15.
 - 2) Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro (1816-1878), foi um militar, diplomata e historiador brasileiro. Publicou, entre 1854 e 1857, a História Geral do Brasil.

para a consecução da Independência do Brasil. Conforme será visto, no entanto, o Brasil teve uma verdadeira **Guerra da Independência**, na qual esteve engajada entre 1,5 e 1,8 % da população brasileira da época, perfazendo uma média de 74.000 combatentes de terra e mar, a maioria brasileiros, com a participação, também, de militares estrangeiros, contratados como mercenários, tais como Cochrane, Labatut, Grenfell, Taylor e Jewett.

Este trabalho tem como objetivos, além de descrever os fatos atinentes à Guerra de Independência, refutar o citado **Mito da Independência Pacífica**, e dessa forma confirmar que a Independência brasileira, da mesma forma que a maioria dos países do continente americano, foi conquistada com “sangue, suor e lágrimas”, parafraseando um dos mais notáveis estadistas da História, Winston Churchill.

Destarte, o trabalho será iniciado com os distúrbios ocorridos no Rio de Janeiro e Bahia, como consequências do chamado Dia do Fico³. Em seguida, serão descritas as hostilidades ocorridas na Bahia, centro de resistência do poder português no Brasil. A situação do Piauí terá um capítulo exclusivo, com ênfase na Batalha de Jenipapo, principal ação militar ocorrida naquela província. O Maranhão será estudado a seguir, em especial os episódios envolvendo a localidade de Caxias e a capital, São Luís, onde Cochrane teve participação fundamental na vitória brasileira. A última parte deste trabalho abordará a Província Cisplatina, derradeiro bastião do poder português em território àquela época integrante do Brasil.

Não serão abordados os aspectos referentes à formação da Marinha e do Exército Brasileiros, nem tampouco ao processo da Independência na então Província do Pará, de vez que tais assuntos serão fruto de trabalhos específicos de outros autores.

2. O episódio do “Fico” e as agitações no Rio de Janeiro e na Bahia

O episódio que passou à História como **Dia do Fico** aconteceu em 9 de janeiro de 1822. Nessa data, o Príncipe-Regente, D. Pedro de Alcântara,

3) Dia do Fico, ocorrido em 9 de janeiro de 1822, foi a data em que o Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara rejeitou a determinação da Côrtes, para voltar a Portugal, e atendendo a um abaixo assinado da população carioca, decidiu ficar no Brasil.

recebeu um abaixo-assinado com oito mil assinaturas, do povo da cidade do Rio de Janeiro. Esse documento solicitava que Dom Pedro permanecesse no Brasil, contrariando assim as ordens das Côrtes, que determinavam seu regresso a Portugal, além de outros dispositivos, que na prática suprimiam ou diminuíam a autonomia brasileira⁴. Uma determinação das Côrtes, em especial, era significativamente preocupante: nomeava **governadores de armas** para cada província, “na prática interventores militares, subordinados diretamente a Lisboa”.⁵

Dom Pedro, ao receber o abaixo-assinado, decidiu ficar no Brasil, em aberto desafio às ordens das Côrtes. Na ocasião a principal força militar portuguesa sediada no Rio de Janeiro era a Divisão Auxiliadora, formada por cerca de dois mil soldados experientes, muitos já veteranos das Guerras Napoleônicas, e comandados pelo General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares.

Em represália à decisão de Dom Pedro, e com a intenção de forçar um recuo na sua decisão de permanecer no Brasil, Avilez ocupa militarmente, no



01. General Jorge de Avilez.

dia 11 de janeiro, o Morro do Castelo, à época uma elevação que dominava as áreas central e portuária do Rio de Janeiro. Os brasileiros, em contraposição, no amanhecer do dia 12 de janeiro, reúnem-se para resistir no Campo de Santana (hoje a Praça da República), com cerca de oito mil homens, não apenas soldados, mas também populares e até mesmo “frades a cavalo armados de pistolas, facas e simples paus”⁶. Ainda no dia 12, Avilez decide retirar seus homens para Niterói, do outro lado da baía da Guanabara. Por ordens de Dom Pedro, Avilez e seus homens, bloqueados, retiram-se pra Lisboa, no dia 15 de fevereiro. Ficava, assim, eliminada a principal fonte de oposição militar à Independência, na capital do

futuro país.

6) GOMES, op. cit., p. 92.

Também na província da Bahia, a principal fonte do poder português no Brasil, o episódio do Fico provocou distúrbios e escaramuças. Em 18 de fevereiro de 1822, o governador de armas naquela província, o brasileiro Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, foi exonerado do seu comando, e substituído pelo português General Inácio Luís Madeira de Melo. Militares brasileiros, favoráveis à Independência ⁷, concentraram-se no Forte de São Pedro, o qual foi bombardeado, por ordem de Madeira de Melo. Portugueses e brasileiros passaram a enfrentar-se nas ruas de Salvador, em tumultos que levaram à morte entre duzentas e trezentas pessoas. ⁸ Nesse contexto, aconteceu o episódio do assassinato da Sórora Joana Angélica, Abadessa do Convento da Lapa, morta por golpes de baioneta de soldados portugueses, provavelmente embriagados, no dia 19 (ou 20) de fevereiro, quando tentava defender a clausura do seu convento.

Na madrugada de 20 de fevereiro, os brasileiros defensores do Forte de São Pedro lograram fugir para o Recôncavo Baiano, de onde iniciaram a resistência contra o domínio português. Logo passaram a receber a adesão dos habitantes de diversos povoados do Recôncavo e de outras localidades da Bahia.

3. A Bahia: centro estratégico do poder português

As Côrtes portuguesas, em seus esforços para neutralizar o poder do Príncipe Regente e seu Governo no Rio de Janeiro, resolveram estabelecer seu principal núcleo na província da Bahia, por diversos motivos. Salvador era a segunda cidade mais populosa, e fora, até 1763, a capital da colônia do Brasil. Além disso, “concentrava uma importante indústria naval, que até então produzia navios para diversas regiões do império colonial português”⁹. A Bahia era também importante centro produtor e exportador de açúcar, tabaco, algodão e, principal atividade portuária, o tráfico de escravos.

Em 25 de junho de 1822, a Câmara da Vila de Cachoeira, no Recôncavo Baiano, reconheceu oficialmente a autoridade do Príncipe-Regente. Seus moradores reuniram-se para comemorar na praça da cidade. Foram atacados

7) GOMES, op. cit.

8) GOMES, op. cit.

9) GOMES, op. cit.

pelos tiros de uma canhoneira portuguesa, que se encontrava fundeada no rio Paraguaçu, próximo à cidade. No dia seguinte, uma flotilha de pequenos barcos brasileiros cercou a canhoneira e logrou dominá-la, usando armas obsoletas e antiquadas, fazendo com que os portugueses solicitassem rendição na tarde do dia 28 de junho, em função da escassez de suprimentos.¹⁰

As forças de que os portugueses dispunham para a defesa de Salvador constituíam-se, principalmente, da Legião Constitucional Lusitana, formada por 1.184 homens, e do 12º Batalhão de Infantaria, que chegou a ter, em novembro de 1822, 1.500 soldados. Para contrapor essa força, os brasileiros dispunham inicialmente de cerca de 1.500 homens, comandados por Felisberto Gomes Caldeira, depois por Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e, a partir de 28 de outubro de 1822, pelo militar francês Brigadeiro Pedro Labatut, contratado por Dom Pedro para ser o Comandante do Exército Pacificador (mais tarde Exército Libertador), na Bahia.¹¹



02. General Madeira de Melo.

Uma vez que não dispunha de forças consideravelmente superiores, para invadir Salvador, o comando brasileiro optou por uma Estratégia de Atrição de forma a cercar, por terra, a capital da Bahia, dificultando a entrada de suprimentos de toda a ordem, os quais só podiam chegar por mar, uma vez que os brasileiros não possuíam a superioridade naval. A par do cerco, Labatut também poderia atritar os efetivos portugueses, diminuindo seu poder de combate por meio de pequenas incursões, escaramuças e emboscadas, enfim, uma espécie de guerra de guerrilhas, a exemplo do que acontecera no século XVII, na guerra contra os holandeses.¹²

Com a finalidade de coordenar as defesas brasileiras, as autoridades das

10) GOMES, op. cit.

11) FRANCHINI NETO, Hélio. *Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks Editora, 2019.

12) FRANCHINI NETO, op. cit.



03. Mapa do Recôncavo Baiano.

Fonte: SILVA, Arlenice Almeida. *As Guerras da Independência*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 17.

principais localidades do Recôncavo Baiano criaram, em 6 de julho de 1822, uma Comissão Administrativa da Caixa Militar, mais tarde designada como **Conselho Superior Interino de Governo**.¹³ Foi assim implantada a unidade de comando nas tropas brasileiras, sendo o comando operativo das forças entregue aos oficiais acima mencionados. Foram ainda criadas novas unidades, sendo a mais famosa delas o **Batalhão de Voluntários do Príncipe**, conhecido como “Batalhão dos Periquitos”, em função da cor verde predominante nos uniformes. Nesse Batalhão serviria a baiana (de Feira de Santana) **Maria Quitéria** de Jesus Medeiros.

Antes ainda da chegada de Labatut, o Conselho Superior Interino de Governo executou ações de grande importância, quer nos aspectos logísticos, quer nos operativos, sendo o principal deles o estabelecimento da linha de cerco

13) GOMES, op. cit., p. 198.

em torno da cidade de Salvador, com o desdobramento de tropas nas colinas do Cabrito e de Pirajá, além das localidades de Nazaré, Funil, Barra e outros pontos do Recôncavo Baiano, nos meses de julho e agosto de 1822. “Ao final, a linha de cerco ia do Cabrito até Itapuã”.¹⁴

De parte dos portugueses, o General Madeira tratou de fortificar a cidade,

com todo o tipo de defesa, trincheiras e fortificações. Dentro da cidade, algumas residências foram transformadas em pontos de aquartelamento, ao passo que a Igreja dos Aflitos transformou-se em parque de artilharia. Árvores foram abatidas, particularmente nos subúrbios da cidade, para uma “melhor visualização de possíveis movimentações promovidas pelas forças brasileiras”.¹⁵

Além do trabalho de fortificações, Madeira tratou de solicitar reforços, os quais chegaram em 7 de agosto de 1822 (770 soldados e navios) e outubro de 1822 (03 batalhões e dez navios).

Uma vez consolidado o sítio da cidade por terra, as tropas de Madeira de Melo, e a população de Salvador, como um todo, só poderiam ser reabastecidos pelo mar e, mesmo assim, com grande dificuldade. Tal dificuldade na obtenção de suprimentos levou o comandante português a tentar romper o impasse, por meio de uma batalha decisiva, que lograsse acabar com o cerco e permitir ressuprir a cidade.

4. As Batalhas de Pirajá e Itaparica

O cerco da cidade de Salvador, localizada numa península, baseava-se numa linha que tinha como pontos-fortes as localidades de Cabrito e de Pirajá. Esta, por sua vez, tinha importância estratégica, uma vez que dominava a principal estrada de entrada e saída de Salvador, conhecida como a “Estrada das Boiadas”.

Em 28 de outubro de 1822, Labatut assume o comando do Exército Pacificador, em substituição a Joaquim Pires. Logo, no dia 8 de novembro, Madeira de Melo inicia um amplo ataque sobre as posições-chave do Cabrito e de Pirajá. Utilizou-se para tal de cerca de 2.200 homens, nucleados no 12º Batalhão, que tomaram como eixo de progressão a “Estrada das Boiadas” e em outras tropas, inclusive de marinheiros; estas desembarcaram no litoral oeste, em Itacaranhã,

15) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 331.



04. Situação na Batalha de Pirajá.

Fonte: SILVA, Arlenice Almeida. *As Guerras da Independência*. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 17.

levaram vantagem, tendo ocupado Pirajá. Um contra-ataque brasileiro permitiu a sua retomada, mas os independentistas ainda se encontravam em situação difícil. De acordo com alguns autores, nesse momento acontece o episódio do Cabo Lopes.

Com o avanço das tropas portuguesas, Lopes, que era corneteiro, teria recebido a ordem de dar o toque de retirada, mas equivocou-se e tocou "avançar cavalaria e degolar". O efeito desse erro teria sido duplo: os brasileiros recobriram a força e o inimigo, crendo que atrás das nossas linhas galopasse todo um esquadrão, parou na carga, titubeante. Forças do Batalhão Pernambucano investiram sobre as tropas de Madeira e os fez retroceder, por um lado até a Lapinha e por outro até a praia de Escada¹⁶.

Tal relato é contestado por muitos historiadores, uma vez que não há referências a ele em fontes primárias, tais como relatórios, notícias de periódicos e outras. Na verdade, há que ser destacado o empenho das tropas brasileiras e a perícia no comando tático exercido pelo Coronel Barros Falcão, elogiado que foi pelo próprio Brigadeiro Labatut.

16) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 349.

A Batalha de Pirajá reforçou o cerco a Salvador, e demonstrou que “as cristas de uma série de colinas pelas quais passava a única estrada de serventia para a península onde ficava a cidade, dominadas pelo Exército Pacificador, representavam posição forte de fácil defesa.”¹⁷

Decidido a tentar romper o impasse, e pressionado pela escassez de gêneros alimentícios, Madeira de Melo ordena uma série de ataques contra a Ilha de Itaparica, no Recôncavo, ataques esses levados a efeito nos dias 7, 8 e 9 de janeiro de 1823.

Tais ataques encontraram uma resistência organizada em Itaparica, com cerca de três mil homens, entrincheirados no Morro de São Paulo, ao sul de Itaparica, onde dispunham de artilharia, e no Forte de São Lourenço. A par disso, a chamada “Flotilha de João das Botas já estava em operação, oferecendo importante meio de defesa marítima”.¹⁸

As tentativas de tomada de Itaparica levaram os portugueses a um sério revés, os quais desprestigiaram o General Madeira de Melo e o levaram a perder a capacidade de iniciativa na Baía de Todos os Santos, mercê, principalmente, da agressividade da Flotilha de João das Botas. Após tais operações malfadadas, a Guerra de Independência na Bahia perdeu as características de guerra móvel, passando a ser uma típica guerra de posição (cerco). O controle da área marítima, no entanto, ainda era disputado, e assim o seria até a chegada da novel Esquadra Brasileira, comandada pelo Almirante Thomas Cochrane.

5. Cochrane e a ação da Marinha Brasileira — A vitória na Bahia

Após o fracasso das investidas portuguesas sobre a Ilha de Itaparica, conforme já visto a situação tática no Recôncavo Baiano evoluiu de uma guerra móvel para uma guerra de cerco à cidade de Salvador.

A situação do abastecimento de gêneros alimentícios para as tropas portuguesas e para a populações de Salvador, em geral, já era bastante grave, em função do cerco terrestre, tornou-se insustentável, a partir de 1º de maio de 1823: nesse

17) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 351.

18) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 351.

dia, a Esquadra Brasileira, a comando do Primeiro-Almirante Thomas Cochrane, consolida o cerco à capital baiana, também por mar.

Em 29 de março de 1823, foi publicada proclamação de Dom Pedro, determinando o bloqueio a Salvador, por terra e por mar. A esquadra tinha seu destino e suas ordens. Segundo Mareschal, o projeto de Cochrane era chegar à Bahia, aproveitando-se do efeito surpresa de sua chegada para avançar sobre a esquadra portuguesa.¹⁹

O efeito da consolidação do cerco total a Salvador fez ouvir-se na escassez de gêneros. Assim escreve Madeira de Melo ao Rei D. João VI: “As nossas privações vão crescendo porque não entra na cidade gênero algum de primeira necessidade”²⁰. No mesmo diapasão, cita Joaquim Epifânio de Vasconcelos que “Não há em toda a cidade da Bahia farinha de trigo nem de mandioca que se possa lançar mão: o gênero de que há ainda mais abundância é carne salgada”²¹.

Já em 4 de maio acontece o primeiro confronto entre as duas esquadras. A refrega teve por consequência dezessete mortos do lado brasileiro, contra cinco mortos e doze feridos na fragata portuguesa Princesa Real, fortemente avariada.²² Cochrane, na verdade, foi forçado a suspender a ação e a retirar-se da batalha, em função de um temporal e, fator mais grave, “pela recusa dos marinheiros em manobrar contra a esquadra portuguesa”.²³

Cochrane criou uma base de operações nas proximidades do Morro de São Paulo, ao sul da ilha de Itaparica. De lá, a maior parte da Esquadra era utilizada para o cerco naval a Salvador, ao passo que Cochrane usava de dois a três navios, especialmente o Pedro Primeiro, a Maria da Glória e a Real Carolina nas ações ofensivas pontuais contra os navios portugueses, aproveitando-se do fato de que esses navios eram mais bem artilhados e dispunham de tripulações mais confiáveis.

Tais ações por parte de Cochrane resultaram no “efetivo fechamento do bloqueio de Salvador e supressão da linha vital de abastecimento da cidade por mar”²⁴. Para poupar seus meios, o Almirante Cochrane optou por utilizar uma

19) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 383.

20) GOMES, op. cit., p. 201.

21) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 377.

22) FRANCHINI NETO, op. cit.

23) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 387.

24) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 389.

Estratégia de Atrição, evitando a confrontação direta com a esquadra portuguesa, e procurando a batalha em seus próprios termos, isso é, apenas os momentos que lhe eram vantajosos para confrontar os portugueses.

A pressão da falta de mantimentos era tal, que o General Madeira de \ Melo passou a considerar a retirada da cidade. Ainda em maio de 1823, tomou a decisão de autorizar a saída de aproximadamente 10.000 civis, de forma a diminuir a quantidade de “bocas inúteis”. Outra informação que provocou grande apreensão nos portugueses foi a de que “os brulotes²⁵ que Cochrane preparava para jogar contra a esquadra portuguesa estavam quase prontos²⁶”.

Na noite de 1º para 2 de julho de 1823, toda a guarnição portuguesa embarca em pouco mais de oitenta navios, entre vasos de guerra e mercantes, e zarpa em direção ao mar aberto. A Esquadra Brasileira, no entanto, “dá caça à esquadra portuguesa. A ordem era de atacar todos os navios com tropa, para que voltassem à Bahia como prisioneiros, impedindo-os de reforçar alguma outra tropa pró-Lisboa que ainda operava no Norte brasileiro.²⁷”

Na verdade, os navios portugueses foram acossados até a foz do rio Tejo, pela fragata brasileira *Niterói*, a bordo da qual navegava um jovem de quinze anos, Joaquim Marques Lisboa, futuro Marquês de Tamandaré e Patrono da Marinha do Brasil.

A entrada das forças brasileira na cidade de Salvador aconteceu ainda na manhã de 2 de julho, sob o comando do Coronel José Joaquim de Lima e Silva, (tio do futuro Duque de Caxias), em substituição a Pedro Labatut, que fora destituído do comando por um motim, em 21 de maio. Assim terminou a principal campanha da Guerra da Independência do Brasil, a da Bahia, com um saldo de, talvez, dois mil a dois mil e quinhentos mortos²⁸, de ambos os lados. Porém, nas palavras do General Sérgio Roberto Dentino Morgado, Associado Honorário Emérito do IGHMB,

Sobre mortos, feridos e desaparecidos, os números são desconhecidos, mas se contarmos os civis que foram envolvidos e considerarmos os sofrimentos e perdas de toda a sorte, incluindo as destruições e o desmonte de fazendas, engenhos e lavouras, o capital humano, social e financeiro empenhado e perdido foi muito elevado.²⁹

29) MORGADO *apud* FRANCHINI NETO, op. cit., p. 396.

A Campanha da Bahia, apesar de ter sido a mais estratégica da Guerra da Independência brasileira, não foi a única. Em outras províncias, no Norte e Nordeste, a autoridade das Côrtes de Lisboa ainda se fazia prevalecer, o que ensejou, por parte de Dom Pedro, a tomada de ações de caráter militar, como foi o acontecido numa província -chave do Nordeste, o Piauí, palco da trágica Batalha do Jenipapo.

6. Fidié e o Piauí – tragédia e vitória no sertão

A então província do Piauí, a meio caminho entre o Nordeste e o Norte, apresentava, à época da Independência, uma característica notável: era uma importante área de criação de gado, principal responsável pelo abastecimento de carne bovina para o Nordeste brasileiro. Destarte, sua posse tinha caráter estratégico, para as Côrtes de Lisboa. Sua defesa foi confiada, por Portugal, ao Major (“Sargento-Mor”), João José da Cunha Fidié, nomeado Governador de Armas do Piauí em 9 de dezembro de 1821, e despachado para o Piauí com tamanha pressa que foi “sem ter recebido o posto, nem a ajuda de custo, achando-me ainda por indenizar de um e outra...(…) Parti imediatamente, por ser essa a vontade do mesmo Augusto Senhor”³⁰.

O Piauí da época era uma província dotada de dois centros de poder. Um deles, a então capital, Oeiras, no interior, além da produção de gado de corte e de couros, funcionava como elo nas comunicações entre a metrópole portuguesa, o Maranhão e o restante do Brasil. Outro importante centro era a vila de São João do Parnaíba, no litoral, junto à foz do rio Parnaíba. Nessa localidade, o gado produzido no interior da província era transformado em charque e “exportado”, bem como os demais produtos da região, e por ela eram importados bens de consumo em geral e artigos de luxo. As principais trocas comerciais eram feitas com o Ceará. Assim, Parnaíba era a principal “porta de entrada” das novas ideias e, desse modo, o avanço da causa brasileira no Ceará propagou-se para o Piauí por meio desse importante entreposto comercial.

Ao chegar à capital do Piauí, Oeiras, em 8 de agosto de 1822, o Major Fidié encontrou a província dividida entre a causa da Independência Brasileira,

30) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 411.



05. Major Fidié.

nucleada em Pernambuco e, sobretudo, no Ceará, e a fidelidade às Côrtes de Lisboa, representada pelas províncias do Pará e do Maranhão.

A 19 de outubro de 1822 a Câmara da Vila de São João de Parnaíba declara sua adesão ao “Sistema da Independência”, ou seja, à causa brasileira. Tal adesão foi fruto de um movimento liderado pelo Coronel Simplício Dias da Silva, importante potentado local, e pelo Juiz de Fora João Cândido de Deus e Silva.

Ao ser informado da sedição em Parnaíba, Fidié parte de Oeiras para aquela localidade, no com a totalidade de sua tropa, 1.110 homens, deixando a capital da província desguarnecida. Logra chegar em Parnaíba no dia 18 de dezembro de 1822, e não encontra a quem punir pela revolta, uma vez que os seus líderes já haviam deixado a vila, indo refugiar-se no Ceará.

Ainda em Parnaíba, no entanto, Fidié é surpreendido pela notícia de que a capital, Oeiras, também se revoltara, no dia 24 de janeiro, e aderira à causa independentista, sob a liderança do Brigadeiro Manuel de Sousa Martins, futuro Visconde de Parnaíba. Fidié parte, então, com suas tropas, de volta a Oeiras, com a finalidade de sufocar mais essa revolta.

As forças de ambos os lados progrediram rumo a Campo Maior, vila situada no caminho entre Parnaíba e a capital. Em 12 de fevereiro de 1823, o Capitão Luís Rodrigues Chaves alcança Campo Maior, com uma força de 180 cearenses³¹. Rodrigues Chaves não recebe reforços de Oeiras ou de qualquer outra localidade e, em função da ameaça da coluna de Fidié, mobiliza localmente cerca de dois a três mil homens.

As tropas independentistas progrediram até o rio Jenipapo, localizado a oeste de Campo Maior. Lá, assumiram posição defensiva no terreno e aguardaram pela chegada dos portugueses. O engajamento das forças ocorreu na manhã de 13 de março de 1823. A falta de disciplina das tropas brasileiras fez com que

31) FRANCHINI, 2019.

parte delas abandonassem o perímetro defensivo, no intuito de auxiliar outra parte do contingente que defendia posição. Isso permitiu a Fidié cruzar o leito do Jenipapo, então seco, e instalar sua artilharia e infantaria em terreno que lhe era favorável. Além de uma disciplina tática superior, as tropas de Fidié eram mais experientes e bem treinadas, e dispunham ainda de equipamento e armamento superiores.

A combinação de todos os fatores acima mencionados, a par de deficiência na liderança tática exercida pelos brasileiros, que fez com que as tropas improvisadas realizassem ataques frontais contra os portugueses bem organizados no terreno, levaram a uma acachapante vitória de Fidié, na qual os brasileiros, combatendo das 9 às 14 horas, sustentaram cerca de “duzentos mortos, muitos feridos e 542 prisioneiros, [...] da minha tropa morreram dezesseis soldados, um sargento, um alferes e um capitão, além de sessenta feridos”³². Muito embora tenha logrado significativa vitória tática, a Batalha do Jenipapo foi uma derrota estratégica para Fidié, pois o desgaste ocorrido no combate impediu que prosseguisse em sua marcha para Oeiras, obrigando-o a deslocar-se para a localidade do Estanhado e, de lá, conforme solicitação da Junta Governativa³³, para Caxias, no Maranhão, ponto forte das tropas fiéis às Côrtes, local em que poderia reorganizar-se para, a posteriori, tentar novamente a reconquista da capital do Piauí.

A evolução dos acontecimentos, no entanto, fez com que o Major Fidié permanecesse em Caxias, não mais retornando ao Piauí. Estava consolidado, assim, o domínio brasileiro sobre importante e estratégica província do Nordeste. No vizinho Maranhão, entretanto, o domínio das Côrtes ainda desafiava o Governo Imperial do Rio de Janeiro. Não só em Caxias, mas, principalmente em São Luís, a capital da província, novas estratégias e táticas seriam empregadas, de forma a que a soberania do novo Império do Brasil fosse finalmente estabelecida, na região Nordeste.

7. O Maranhão: mais uma vez Cochrane faz a diferença

32) FRANCHINI, 2019, p. 443.

33) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 445.

A província do Maranhão, por volta de 1822, apresentava uma característica em comum com o Pará: ambas permaneciam fiéis à autoridade da metrópole, em Lisboa.

O Maranhão era, em 1822, uma província distante do Rio de Janeiro, que passava por um processo de transformação relacionado à ampliação das atividades econômicas e à realização de melhoramentos nas vilas, ainda que de forma lenta. Como na maior parte do Norte-Nordeste da Colônia, depois Reino Unido, a sociedade maranhense mantinha proximidade geográfica, estratégica e econômica com Portugal. Essa proximidade havia se desdobrado, durante algum tempo, no fato de que o Grão-Pará e o Maranhão se correspondiam diretamente com Lisboa, sem passar por Salvador ou pelo Rio de Janeiro.³⁴

Como pode ser depreendido da citação acima, a realidade da proximidade, não apenas física, mas estratégica e econômica favorecia a manutenção da província do Maranhão com Lisboa.

Da mesma forma que o Piauí, o Maranhão também apresentava uma dicotomia, em relação aos seus centros de poder. O principal deles, sem dúvida, era sua capital, São Luís, cidade com aproximadamente trinta mil habitantes, à época, e importante porto, com grande circulação das riquezas produzidas na terra, em especial a exportação de arroz e algodão.

O outro polo de poder no Maranhão era a vila de Caxias, situada a 360 km a sudeste de São Luís, e considerada a localidade mais rica do interior da província:

Todos sabem que a Vila de Caxias abunda em riquezas, sendo a maior parte delas pertencentes a capitalistas desta cidade, levadas àquele ponto central por via do grande comércio interior, a que serve de escala para fazer abundar os sertões da província, em todos os gêneros que eles não produzem.³⁵

Até mesmo o Major Fidié, Governador de Armas do Piauí, considerava que Caxias “era a vila mais importante da província, ponto de comércio e de circulação no interior, ligando-se às rotas com o Piauí e demais províncias do

34) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 448.

35) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 449.

Norte”³⁶. Essa opinião de Fidié acerca da Vila de Caxias, muito provavelmente, exerceu decisiva influência na sua decisão de retrain para aquela localidade, após a Batalha do Jenipapo.

Em um fator, no entanto, São Luís, Caxias e as demais localidades no Maranhão concordavam: o retorno da Família Real a Portugal, um dos objetivos da Revolução de 1820 em Portugal, significaria uma sensível diminuição dos impostos demandados pela Corte do Rio de Janeiro, para sua manutenção.³⁷

Destarte, fica claro que as Côrtes de Lisboa dispunham de amplo apoio, junto aos locais.

O movimento revolucionário vintista foi recebido com esperança pelos cidadãos maranhenses, pois se a transferência da Corte para o Brasil dinamizou a economia provincial, as notícias da Revolução do Porto fizeram com que os comerciantes e agricultores maranhenses tivessem esperança na extinção dos impostos cobrados para a manutenção da Corte portuguesa no Brasil.³⁸

Com tal apoio às Côrtes, a causa brasileira não era popular na província. O movimento independentista, ainda assim, surgiu em algumas localidades da província, como São José dos Matões, Manga e Pastos Bons.

Em Caxias, vila mais importante do interior, o Major Fidié, que se evadira do Piauí, assumiu o comando militar da localidade, com seu contingente de setecentos soldados. Em resposta à declaração de apoio à Independência por parte da vila da São José dos Matões, Fidié atacou essa localidade, que recebera reforços vindos do Piauí, a comando do Capitão Alecrim. Os brasileiros lograram derrotar os portugueses, os quais retraíram para Caxias, onde estabeleceram um perímetro defensivo.

A partir desse episódio, novas forças independentistas, vindas sobretudo do Piauí, avançaram em apoio às localidades de Manga e Pastos Bons e, a 19 de junho de 1823, completaram o cerco à vila de Caxias. A par disso, importante movimento pró-Independência irrompeu em Itapecuru-Mirim, localidade no caminho entre São Luís e Caxias. Após um cerco de dez dias, a guarnição portuguesa rendeu-se. Estavam, pois, cortadas as comunicações entre a capital, São Luís, e a Vila de Caxias.

36) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 449.

37) FRANCHINI NETO, op. cit.

38) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 452.

A interrupção das comunicações entre Caxias e São Luís impossibilitou o ressuprimento daquela vila, bem como envio de reforços de tropas, das quais, na verdade, a Junta Governativa de São Luís já não dispunha³⁹. O mês de julho



06. Mapa do Maranhão.

de 1823 foi particularmente penoso para Fidié, em especial pela escassez de víveres. Em 19 de julho, o Major Fidié lançou seu último ataque contra as forças brasileiras, tentando romper o cerco. Foi derrotado, após cinco horas de combate, com a perda de nove mortos e 67 feridos. A 21 de julho, chega a Caxias o Corpo Expedicionário cearense; ante a chegada desse reforço de meios para os brasileiros, a Câmara de Caxias resolve iniciar entendimentos para a rendição. Fidié não concorda, e pede demissão do seu comando. Finalmente, a 31 de julho, a vila de Caxias concorda em render-se; a 1º de agosto, as forças independentistas ocupam a cidade.

Em São Luís, uma notícia, chegada em julho de 1823, teve consequências indesejadas para a Junta Governativa pró-Lisboa: a revolta, ocorrida em Portugal, denominada Vilafrancada, que dissolveu as Côrtes de Lisboa e trouxe de volta o absolutismo a Portugal. Muitas autoridades maranhenses, destarte, antes pró-Côrtes, passaram a defender a aproximação com o Governo Imperial brasileiro. A Junta de Governo passa a negociar com os independentistas. Mais uma vez, no entanto, o Primeiro-Almirante Thomas Cochrane entra em cena e garante a vitória para o Império.

Em 26 de julho de 1823, Cochrane, próximo a São Luís, a bordo do navio Pedro Primeiro, usa de dissimulação e apreende o brigue Infante Dom Miguel. Libera o comandante desse brigue, informando falsamente “que toda uma esquadra independentista estava a caminho”⁴⁰. Ante tal ameaça, no dia seguinte, a Junta Governativa sobe a bordo do Pedro Primeiro e proclama sua adesão ao

39) FRANCHINI NETO, op. cit.

40) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 487.

Império do Brasil e à sua Independência, a partir de 28 de julho. Sem disparar um só tiro, usando de dissimulação e dissuasão, o Almirante Cochrane garante a tomada de São Luís para a causa da Independência. Restavam ainda, por submeter ao Império, apenas as províncias do Pará e Cisplatina.

8. A Província Cisplatina: derradeiro bastião português no Brasil

A então Província Cisplatina, hoje República Oriental do Uruguai, foi durante muito tempo objeto de disputas entre os impérios coloniais de Portugal e da Espanha. O domínio português estava nucleado na Colônia do Sacramento⁴¹ ao passo que a principal cidade espanhola era a Montevideú, fundada em 1726 para a defesa contra o poder português.

Em 1811, aproveitando-se de conflitos internos na região, causados pelas guerras napoleônicas, Dom João VI envia tropas e anexa a Cisplatina aos seus domínios. O controle português da região, no entanto, foi efêmero, e em 1816 novamente os portugueses, sob o comando do General Carlos Frederico Lecor conquistam a região. Lecor comandava uma unidade denominada Divisão de Voluntários d'El Rei, composta por 4.831 homens.⁴²

Em abril de 1821, um Congresso reunido em Montevideú vota pela anexação da Cisplatina ao Reino Unido do Brasil. Nesse mesmo ano, cresce a tensão entre os militares da Divisão de Voluntários d'El Rei, portugueses, e outras tropas a serviço de Portugal, formadas por brasileiros. A partir de 1822, fruto das articulações de José Bonifácio, o comandante das tropas brasileiras em Montevideú, General Carlos Lecor, adere à causa independentista. Os Voluntários d'El Rei permanecem fiéis às Côrtes de Lisboa. Em julho, Dom Pedro I assina decreto determinando o regresso dos Voluntários a Portugal. A reação dos Voluntários precipita a saída de Lecor, que abandona Montevideú em 11 de setembro de 1822, estabelecendo seu Quartel-General em Canelones, a 52 km da capital, e mais tarde em San José, distante 70km de Montevideú.⁴³ Nessa cidade, assume o comando dos Voluntários D. Álvaro da Costa. Estava formada situação dicotômica, cuja solução, naquele momento, só poderia ser militar.

41) FRANCHINI NETO, op. cit.

42) FRANCHINI NETO, op. cit.

43) FRANCHINI NETO, op. cit.



07. *Carlos Frederico Lecor.*

Lecor estabelece o cerco a Montevideú, estabelecendo como condição sine qua non para seu término o regresso da Divisão de Voluntário d'El Rei a Portugal. Estes resistem, afirmando que só receberiam ordens das Côrtes; a par disso, deveria ser resolvida a questão dos soldados, na ocasião, atrasados havia mais de dezoito meses⁴⁴.

Uma esquadra, a primeira a arvorar a Bandeira do Império do Brasil, chega à Cisplatina, em janeiro de 1823, comandada pelo Comodoro David Jewett. Essa esquadra dispunha de transportes para levar os Voluntários de volta a Portugal. Estes, que a princípio aquiesceram com o regresso, à última hora desistiram, permanecendo em Montevideú, cercada pelas forças de Lecor. Este dispunha, para guarnecer o cerco, de apenas 1.340 homens, e lhes faltava toda a sorte de equipamentos. Lecor escreve a José Bonifácio, em 1º de junho de 1823, informando que,

Quanto mais escassos eram os meios que eu tinha para o fazer; quando a sua longa estada neste País contra seus engagements as trazia descontentes; sem pólvora; sem cartuchame; sem barracas; sem armamentos de reserva; porque a precipitação com que saí de Montevideú, para cumprir as ordens de S.M.I., nada disto me deixou tirar; e que por certo tiraria [...].⁴⁵

Os portugueses, por sua vez, fortificaram a cidade de Montevideú, construindo trincheiras e posições elevadas para a artilharia. A cidade foi transformada em praça forte, com uma defesa bastante eficaz, o que dificultaria sua tomada pelos brasileiros e poderia levar o conflito a uma guerra de longa duração.

A falta de superioridade militar absoluta de quaisquer das partes envolvidas transformou a campanha em uma guerra de atrito, sem possibilidade de uma grande e decisiva batalha, com ações de pequena ou média envergadura sendo efetuadas, desde o início do cerco, por volta de janeiro de 1823.

Os atritos como estes, de fevereiro/março de 1823, e escaramuças isoladas continuaram ao longo de todo o cerco, entremeados por momentos de calma, e sem uma ação que se mostrasse decisiva. Houve, conforme os registros

44) FRANCHINI NETO, op. cit.

45) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 554.

do lado brasileiro, baixas em 18 de abril, 18 de maio (...), 20 de abril, 24 de junho, 15 de junho, 10 de agosto e 27 de setembro.⁴⁶

A partir das notícias da já citada Vilafrancada, surge a real possibilidade de solução política. Na verdade, em 23 de julho de 1823 são emitidas, por Lisboa, instruções ao Comandante dos Voluntários d'El Rei, Brigadeiro D. Álvaro da Costa, para que evacuasse suas forças da Cisplatina. A distância, e a consequente dificuldade nas comunicações, fez com que essa ordem não chegasse a Montevideú, de forma tempestiva, prolongando assim o conflito por cerca de quatro meses.

A partir de 11 de outubro de 1823, a esquadra brasileira, a comando do Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes fecha o cerco marítimo a Montevideú. No dia 21, os portugueses, com quatro navios, tentam romper o cerco brasileiro. A batalha naval que se seguiu durou do nascer do sol até as 16h, com avarias em vasos de ambos os lados. A vitória estratégica, no entanto, foi nitidamente brasileira: os portugueses, do ponto de vista naval, perderam a capacidade de iniciativa bélica, e o cerco continuava, quer por terra e por mar.

Após a derrota nesse combate naval, D. Álvaro da Costa iniciou negociações para sua rendição, as quais foram coroadas em 18 de novembro de 1823, com a assinatura da Convenção para a Suspensão de Armas e Retirada das Tropas Portuguesas em Montevideú. Foram reguladas, nessa convenção, a questão da presença das forças portuguesas na cidade e outras medidas, como a reabertura do comércio e do porto. A efetiva partida dos portugueses, enfim, acontece a 28 de fevereiro de 1824, e no dia 2 de março o General Lecor entra em Montevideú e aclama D. Pedro I como Imperador. É o fim dessa campanha e de todo o processo conhecido como Consolidação da Independência, de fato uma Guerra de Independência.

Considerações finais

A Guerra de Independência brasileira durou cerca de dois anos e dois meses, se considerado seu início como o Dia do Fico, em 9 de janeiro de 1822, e seu término em 2 de março de 1824, data da entrada do General Lecor em

46) FRANCHINI NETO, op. cit., p. 561.

Montevidéu. Nesse período, o jovem Império do Brasil mobilizou, conforme visto na Introdução, um efetivo de cerca de 74.000 homens. As baixas, em termos de mortos, foram de ordem de três a cinco mil, contando-se ambos os lados⁴⁷. É um número significativo, considerando-se que a população do Brasil, na época, era de 4.500.000 pessoas. Assim, pode-se afirmar que em média 1,65 % da população brasileira esteve envolvida na Guerra de Independência. Destarte, de forma alguma pode-se afirmar que a Independência do Brasil foi “pacífica”. A emancipação política deste país foi conquistada pela vontade e pelo sangue dos brasileiros, irmanados pelo desejo de um país livre e soberano.

Referências

FRANCHINI NETO, Hélio. **Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil**. Rio de Janeiro: *Topbooks* Editora, 2019.

GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram Dom Pedro a criar o Brasil – um país que tinha tudo para dar errado**. São Paulo: Editora Globo, 2015.

SILVA, Arlenice Almeida. **As Guerras da Independência**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

47) FRANCHINI NETO, op. cit., 2019.



O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NO PARÁ

Cel Marco Túlio Freire Baptista*

* Coronel-Aviador da FAB, doutorando em História Política pela UERJ, mestre em História Política pela UERJ, mestre em Ciências Aeroespaciais pela UNIFA, especialização em planejamento, implementação e gestão de ensino à distância (PIGEAD) pela UFF, bacharel e licenciado em História pela UERJ, sócio titular do IGHMB - cadeira 56, membro da Sociedade Numismática Brasileira.

Introdução

A historiografia brasileira sobre a Independência foi gestada sob a égide da primeira fase do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Criado em 1838, o Instituto viu-se diante da tarefa de normatizar uma história que guardava íntima relação com os debates então vigentes que giravam em torno do nacional. Sua produção revelou um profundo cunho elitista solidamente baseada no iluminismo e que teve lugar privilegiado na produção historiográfica brasileira até quase o final do século XIX.¹ Os muitos componentes do IHGB que se dedicaram ao tema naquele período analisaram a formação do Estado Nacional brasileiro sob a ótica da continuidade, ou seja, uma evolução inevitável da América portuguesa, na qual o território colonial passou graciosamente a compor o território do Império. Portanto, importantes questões foram deixadas de lado, como a manutenção da integridade do território nacional (ocorrência única na história da América do Sul) e o antagonismo político (embates entre diferentes concepções políticas e projetos de futuro), ou seja, o processo de emancipação política se esvaziou de temas relevantes.² Acresce a essa historiografia o fato de o Rio de Janeiro ter abrigado, não só a Corte portuguesa transplantada para a América, mas principalmente a Corte de dom Pedro. Assim, o centro decisório do nascente império, com a sua vasta documentação produzida, passou a ser também o foco das

- 1) GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Revista Estudos Históricos*, n. 1, Rio de Janeiro, 1988.
- 2) MACHADO, André Roberto de Arruda. As esquadras imaginárias no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. *In: JANCÓS, István (org.)*. Independência: história e historiografia. São Paulo: Hucutec: Fapesp, 2005, p. 304.

minuciosas pesquisas sobre o processo de Independência. Dessa forma, nossa historiografia não tinha como deixar de ser centrada no Rio de Janeiro, ou melhor, nas decisões tomadas na Corte no Rio de Janeiro e constantes nos arquivos oficiais aí sediados. A história da Independência assim elaborada, acabou por encobrir outros matizes regionais do processo. O Sete de Setembro de 1822 para Rio de Janeiro e São Paulo correspondeu ao Dois de Julho de 1823 da Bahia e, finalmente, ao 15 de agosto de 1823 para o Grão-Pará, mas para todos os casos os significados e as lutas foram diferentes. O processo nem de longe foi uniforme para todas as províncias.

Se por um lado, politicamente falando, o Rio de Janeiro era a província mais distante de Portugal, o Grão-Pará, também politicamente falando, era a mais próxima. Portanto, as condições e motivações tinham que ser, na mesma medida, diferentes. De fato, basta olhar para o período das Cortes Gerais Extraordinárias (1821-1823), ou seja, o período de predomínio das Cortes liberais que sucedeu a Revolução do Porto. Essa experiência foi sentida de forma muito diferenciada por parte das diversas províncias. Enquanto o governo das Juntas Provisórias (que substituiu os governadores e capitães-generais) foi percebido como uma verdadeira experiência democrática para as províncias do Norte, já que todos os seus membros eram eleitos localmente, além de escolherem deputados para o Congresso português, a mesma experiência não podia ser sentida no Rio de Janeiro com a presença do Príncipe Regente e toda sua Corte a comandar os destinos da província e se empenhar fortemente para garantir a subjugação das demais. Portanto a história da Independência vista pela ótica do Rio de Janeiro não pode ser igual a vista pelo Pará e, finalmente, a ótica do Brasil deverá ter sua compreensão mediada pelos processos ocorridos em todas as províncias.

A esse cenário acrescenta-se o fato de a construção da história da Independência do Brasil no Pará ter sofrido com outro fator que praticamente excluiu o componente social dos registros históricos. Trata-se da versão divulgada por Lorde Cochrane sobre a adesão do Pará. Esta versão buscava realçar a importância de seus serviços enquanto ele reivindicava seus direitos às presas de guerra. Em 1859 Cochrane publicou sua *Narrativa dos serviços de libertar-se o Brasil da dominação portuguesa*, no qual apresentou sua versão sobre como ele garantiu a adesão da Bahia, Maranhão e Pará. Segundo sua narrativa, depois de pacificar o Maranhão, enviou um único navio ao Pará, o brigade *Dom Miguel* tomado dos portugueses e rebatizado de *Maranhão*. Pelo comandante desse barco, capitão-tenente Grenfell, encaminhou uma carta à Junta Provisória de Governo do Pará na qual afirmava estar com a Esquadra Imperial ancorada fora da barra

da cidade de Belém e exigia a adesão da província ao Império, sob a ameaça de bombardear a capital. Ao receber o documento com a ameaça de bombardeio pela esquadra (imaginária), a Junta de governo, o governador das armas e muitas outras autoridades se reuniram em assembleia e decidiram aderir ao Império brasileiro.³ Assim, por esta versão, a anexação do Pará se deu por um ardid de um oficial estrangeiro que se encontrava com uma pequena e desmantelada esquadra, a centenas de milhas, no Maranhão. Essa versão ganhou força primeiramente por coincidir com a narrativa apresentada anos antes, em 1837, por John Armitage:

Foi o Capitão Grenfell, comandando o brigue *D. Miguel*, e uma força de noventa e seis homens, expedido a tomar o Pará, o que conseguiu por um estratagem. Apresentando-se em frente da cidade intimou às autoridades que se rendessem, fazendo-lhes constar que Lord Cochrane se achava na foz do rio com uma forte divisão para operar se opusessem resistência: seguiu-se a submissão da cidade, e a expulsão de todos os indivíduos suspeitos, antes de se reconhecer o engano.⁴

Essa constatação não pode ser uma surpresa, visto que a história de Armitage baseava-se, muitas das vezes, na transposição direta, quando não literal, de informações retiradas de documentos oficiais para a sua compilação histórica e, nesse caso, as informações foram “fornecidas” pelo próprio Lorde Cochrane em sua intensa correspondência enquanto se encontrava em operações sob a bandeira do Império brasileiro.

Finalmente, esta versão se cristalizou fortemente na historiografia após a publicação da obra de Domingos Antônio Raiol, Barão de Guajará, *Motins Políticos; ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, cujo primeiro volume foi publicado em 1865. Suas principais fontes para narrar a adesão do Pará à Independência foram publicações já mencionadas, além das correspondências do próprio Lorde Cochrane. Ao reforçar o ardid do almirante mercenário foi desprezado todo o cabedal de pensamento político liberal já recepcionado pelo povo paraense até aquele momento. Assim, minimizou-se a participação das massas no processo e corroborou-se com

3) DUNDONALD, Almirante Conde de (Lorde Cochrane). Narrativa de serviços do libertar-se o Brasil da dominação portuguesa. Londres: T. Brettel, 1859, cap. 4.

4) ARMITAGE, João. História do Brasil, desde a chegada da Real Família em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831. Rio de Janeiro: TYP. Imp. e Const. de J. VILLENEUVE e Comp., 1837, p. 71-72.

a falsa ideia de que a Independência foi obra exclusiva das elites, independente de qual província se refira.

Nesse artigo pretende-se oferecer um novo olhar sobre o processo de Independência do Brasil, um olhar do Norte, a partir da província do Grão-Pará. E, com ele, resgatar aspectos importantes da cultura política do povo paraense e, principalmente, recuperar o componente social do processo de Independência, em especial as pressões das massas sobre a elite política e econômica. Com essa perspectiva, faz-se necessário um pequeno recuo no tempo a fim de verificar o trânsito de ideias políticas que, ao circularem pela província, ajudaram a compor o arcabouço prévio do pensamento político radical que viria a receptionar o Vintismo português e o movimento Constitucional.

1. O mito do isolacionismo e a circulação de ideias

A historiografia tradicional, ao focalizar o Rio de Janeiro como epicentro das grandes transformações políticas e administrativas, criou, ainda nas primeiras décadas do Império, o mito do isolacionismo das províncias do Norte, como se estas houvessem se desenvolvido política e economicamente de forma autônoma do resto da colônia. Este mito logo se desfaz ao se pensar na circulação de ideias pela província do Grão-Pará. Um primeiro passo para isso seria localizar espacialmente esta vasta região administrativa de que se está tratando. Raciocinando com o território atual do Brasil, a área corresponde aproximadamente a soma dos estados do Amazonas, Pará, Roraima e Amapá. Como se tratava de uma divisão administrativa muito extensa, cerca de 1/3 do território total do Brasil à época, a província era dividida em duas grandes comarcas, Rio Negro e Pará.⁵

Ao Norte verificava-se as seguintes fronteiras: do lado Ocidental, o Vice-Reinado de Nova Granada e a capitania geral da Venezuela; no lado Oriental, as Guianas (Inglesa, Holandesa e Francesa). A Oeste, o Vice-Reinado do Peru. Tendo essa situação geográfica em mente, deve-se considerar a fluidez das

5) O nome província foi adotado a partir de 1821 sob a égide das Cortes Gerais e Extraordinárias, pois a partir daquele momento todas as possessões portuguesas passaram a ser consideradas como parte do império e não apenas colônias. Anteriormente a divisão das colônias eram chamadas de capitanias. No caso da capitania do Pará, sua porção oeste era considerada como capitania subordinada de São José do Rio Negro.

fronteiras com relação aos movimentos populacionais. Toda essa região, apesar da baixa densidade demográfica, era habitada há milhares de anos e as populações indígenas (sejam provenientes dos domínios espanhóis, portugueses, ingleses, holandeses ou franceses) não reconheciam as fronteiras recentemente estabelecidas pelas nações europeias. Portanto se deslocavam livremente entre uns e outros domínios, realizando trocas, não só de mercadorias, mas, também, de experiências.



01. Posição geográfica da província do Grão-Pará em 1823.

A primeira via de troca de ideias e experiências entre povos sempre foi o comércio. Junto com as mercadorias se fazia uma intensa troca cultural e as novas ideias políticas circulavam com grande velocidade entre o Novo e o Velho Mundo. Segundo Peggy Liss, no final do século XVIII e início do século XIX, havia uma rede mundial que ligava comércio e revoluções, impérios vinculados, movimentos revolucionários e novas repúblicas, tudo interligado e viabilizado pelas trocas comerciais.⁶ O Pará, como qualquer outra região das Américas não ficou imune a esse fenômeno e, desde o início do século XVII, por sua imensa capilaridade fluvial da bacia Amazônica, se ligou comercialmente aos povos

6) LISS, Peggy. Atlantic network. In: LYNCH, John (org.). Latin American revolutions: 1808-1826, Londres: University of Oklahoma Press, 1994, p. 163.

sob domínio espanhol. Ainda no início do século XVII, Pedro Teixeira abriu caminho de Cuzco à Belém. Toda a história comercial da capitania/ província sempre esteve baseada no escoamento de mercadorias (em geral especiarias do sertão amazônico) num trajeto representado por um grande funil, com imensa capilaridade de rios nas duas margens do Amazonas/ Solimões, sendo mais largo e ramificado nos confins das possessões espanholas, para se estreitar já no Médio Amazonas (próximo de Santarém) e, por fim, convergir para um único ponto de escoamento em Belém, como porto fluvial que dá acesso imediato ao oceano Atlântico.⁷

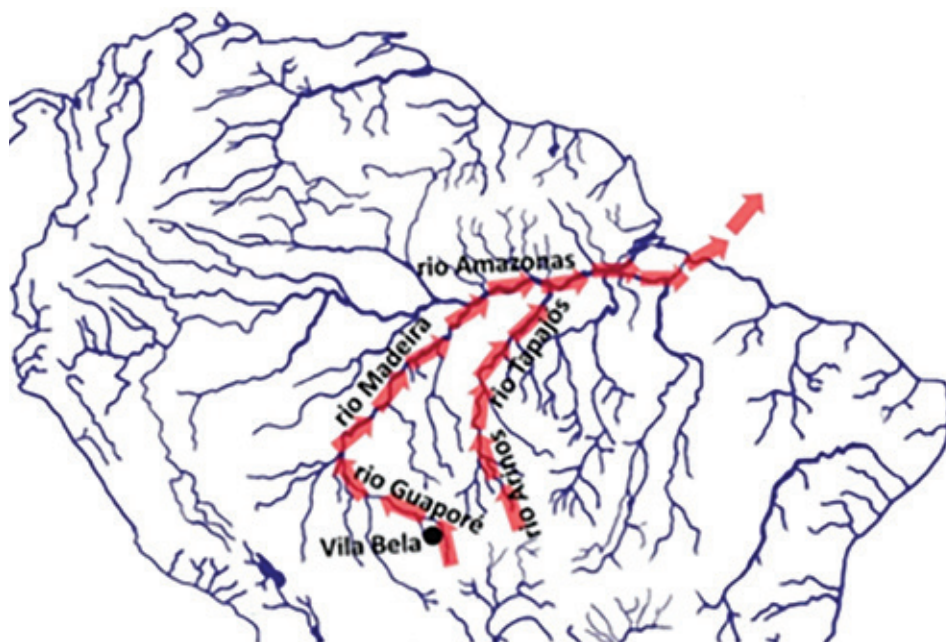
Por causa da rixa entre as nações espanhola e portuguesa é fácil imaginar um fechamento entre as fronteiras, mas nem sempre foi assim. Portugal nutriu por muito tempo o interesse de escoar a prata extraída do Alto-Peru. É verdade que o escoamento da prata espanhola se dava prioritariamente pelo rio da Prata, contudo outras rotas secundárias também cumpriam esse papel principalmente durante o século XVIII. Dessas rotas destacam-se as seguintes: 1) rio Guaporé/ rio Madeira/ rio Amazonas; 2) Vila Bela/ rio Guaporé/ rio Madeira/ rio Amazonas; e 3) Vila Bela/ rio Arinos/ rio Tapajós/ rio Amazonas.⁸ Observa-se que todas essas rotas terminavam em Belém, onde podiam seguir para Lisboa, devido ao rápido acesso ao mar. Logicamente, todo o percurso de comércio ocorria também em sentido inverso, levando-se produtos da metrópole para os limites das províncias espanholas confinantes.

Em 1757 os jesuítas foram acusados de intenso contrabando com os espanhóis,⁹ no entanto, no final do século XVIII o próprio rei de Portugal incentivou o comércio e contrabando da província do Grão-Pará com as possessões espanholas. Isso é claramente indicado na “Instrução Secretíssima com que sua Majestade manda passar a Capital de Belém do Grão-Pará o Governador e Capitão General João Pereira Caldas”, em 02 de setembro de 1772. El Rei trata em “Secretíssima Confiança”, “um dos mais importantes Negócios” que constituíam os interesses reais, o qual consistia “no grosso e fecundo Comércio, que a Companhia Geral”, estabelecida naquela província do Grão-Pará, poderia

7) Para o caráter econômico da empresa portuguesa na Amazônia e o incentivo da Coroa à exploração das drogas do sertão veja REIS, Arthur Cezar Ferreira. *A Amazônia que os portugueses revelaram*. Rio de Janeiro: MEC: serviço de Documentação, 1956.

8) SANTOS, Corcino Medeiros dos. *A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil*. Brasília: Thesaurus, 1998, p. 195.

9) DIAS, Manuel Nunes. *A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão*. São Paulo: USP, 1971, p. 153



02. Rotas secundárias para escoamento da prata do Alto-Peru.

Fonte: BAPTISTA, 2021, p. 44.

facilmente dilatar pela Capitania de Matto Grosso e Cuiabá a outras do Brasil e Poderia introduzir na maior parte das vastas Províncias Espanholas do Orinoco, de Quito, e do Peru com grande vantagem o que antes se fazia pela Colônia de Sacramento, sem que os respectivos Governadores Confinantes, o possam facilmente impedir.¹⁰

Em outras palavras, d. José I determinou ao governador do Pará que reativasse o sistema de contrabando que antes funcionava pelo rio da Prata e agora passaria a funcionar pelas rotas da fronteira do Norte. Este comércio, lícito ou ilícito, com os espanhóis jamais seria interrompido e, no início do século XIX, representaria diversas portas abertas para entrada de ideias políticas durante os processos revolucionários das possessões espanholas.

Essa vocação para o comércio interno e externo foi majorada com a transmigração da Família Real em 1808 e a Abertura dos Portos. Com as novas

10) AHU-ACL-CU - Cod. 596. O Códice 596 encontra-se no seguinte título: “Projeto Resgate - Códices (1548-1821) e (1671-1833)”.

condições, preponderavam os comerciantes ingleses na capital paraense. Baena aponta que os ingleses não vinham apenas comerciar, mas instalar suas companhias e, portanto, residir na província. A presença de súditos de uma monarquia liberal possibilitava que novas ideias políticas penetrassem na região.¹¹ Além dos ingleses, também os norte-americanos vinham comerciar e residir no Pará. Segundo o missionário metodista Daniel P. Kidder que empreendeu viagem ao Pará em 1839, naquela época a província já abrigava a segunda maior colônia norte-americana do Brasil.¹² O contato direto com cidadãos da maior república do mundo só poderia resultar na disseminação entre os habitantes da província de ideias liberais consideradas radicais.

1.1. As ideias revolucionárias

A circulação de ideias políticas radicais na região Norte deixou suas primeiras e mais fortes marcas a partir do longo contato com a colônia francesa da Guiana. Da mesma maneira como os ideais de liberdade e igualdade da Revolução Francesa caíram feito uma bomba na colônia de Saint-Domingue, também a Guiana Francesa recebeu os impactos de tais preceitos. O contato com a colônia francesa trouxe o clima revolucionário para as bordas do Pará no final do século XVIII. Em 1794 a França aboliu a escravidão pela primeira vez, o que causou grande agito na sua colônia da Guiana. Essa notícia fez com que aumentasse o medo na província paraense de possíveis rebeliões de escravos, visto que as novas ideias penetravam no território português, trazidas por proprietários franco-guianeses que também se retiravam de suas terras devido aos distúrbios causados pela Revolução e o medo de um levante geral de negros.¹³ A certeza de que as ideias liberais revolucionárias presentes na Guiana Francesa causariam grandes estragos ao governo da província, ao afetar o ânimo da população pobre, fica explícita na percepção do governador e capitão general da capitania do Grão-Pará e Rio Negro, d. Francisco Maurício de Sousa Coutinho (1790-1803), ao

-
- 11) BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969 [1838] (Coleção Amazônia, série José Veríssimo), p. 273.
 - 12) KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanência no Brasil; províncias do Norte*. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1943 (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 12).
 - 13) MARIN, Rosa E. Acevedo. A influência da Revolução Francesa no Grão Pará. *In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1992 (Série Cooperação Amazônica, v. 11), p. 36.

informar o secretário de Estado interino da Marinha e Ultramar e Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa Coutinho, sobre as rebeliões de negros ocorridas na Guiana Francesa em março de 1796:

Estas notícias tenho por verdadeiras, por conformes, e tais quais eram a esperar, menos que por meio da guerra em país estranho, ou em defesa ocupassem os Negros: porque depois de os constituírem em **liberdade, igualdade e fraternidade**, de os admitirem ao exercício de cargos públicos, de formarem com eles um Corpo Regular, e diversos de Milícias, armando-os, e disciplinando-os sem escolha nem distinção alguma [...], [...] praticassem a sublevação que só admira por ter tardado, e não produzir o efeito que esperavam. [...] e consequentemente tenham os Franceses por muito tempo que lutar com a fome e com a rebelião dos Negros, [...].¹⁴

O medo dessas ideias revolucionárias chegou rapidamente à Corte. Conforme registra Baena, o mesmo governador e capitão-general do Grão-Pará foi advertido para que aumentasse a vigilância sobre a infiltração de tais doutrinas.

É-lhe recomendado em ordem secreta de 24 de julho de 1797, grande vigilância sobre todos aqueles indivíduos que por palavras ou conciliábulos e especialmente pela manifestação dos falsos e desastrosos princípios, que tem infestado toda a Europa, puderem de qualquer modo desassossegarem o Governo: sendo evidente a todas as luzes que é mais acertado prevenir graves mofinas afastando da Sociedade aqueles que as pode efetuar do que tolerando-os [sic.] de introito expor-se depois a proceder contra eles com o mais rigoroso e austero castigo. Toca, pois, à prudência não usar de meios extraordinários se não depois de pleno e exato conhecimento de causa.¹⁵

Por mais que o governo provincial se precavesse contra a infiltração de ideias políticas revolucionárias, a impossibilidade de barrar a circulação se refletia em denúncias e suspeitas que recaíam sobre supostos emissários de tais doutrinas. Assim, como primeira linha de saneamento contra as ideias revolucionárias, no final do século XVIII, o Pará experimentou uma reforma com aumento nas forças

14) AHU-ACL-CU-013, cx. 107, doc. 8431.

15) BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969, p. 232.

militares, visando a fronteira com a Guiana Francesa, tanto motivada pelas ameaças ideológicas quanto pelos frequentes avanços franceses em território português na capitania.¹⁶ Com o agravamento das condições de beligerância na Europa e a transmigração da Família Real para o Brasil, restou como medida para barganhar futuramente com a França a invasão e ocupação da colônia francesa confinante. Em 22 de março de 1808, d. Rodrigo de Souza Coutinho expediu para o governador e capitão-general do Grão-Pará a ordem de operações militares contra Caiena. Formou-se um corpo de voluntários paraenses que se juntou ao Regimento de Estremoz para formar a Força Expedicionária.¹⁷ A expedição paraense obteve rápida vitória sobre as forças francesas durante os meses de dezembro de 1808 e janeiro de 1809, obtendo a rendição do governador francês da Guiana, Victor Hugues.¹⁸ Paradoxalmente, a invasão da Guiana Francesa destruiu os efeitos das medidas profiláticas de fortalecimento militar na fronteira que pretendia evitar a entrada de “ideias perigosas”, pois iniciou-se uma longa ocupação que tinha por base soldados paraenses, em sua maioria índios e caboclos, representantes das parcelas mais pobres da sociedade.¹⁹ Foi justamente essa parcela mais baixa da sociedade paraense que trouxe em sua bagagem mental as ideias e princípios que da Revolução Francesa ecoavam na Guiana. Pode-se imaginar o peso das palavras liberdade e direitos naturais sobre uma população empobrecida e fortemente explorada pelo elemento europeu. As ideias de liberdade e igualdade reverberavam também entre os negros fugidos da escravidão e os indígenas fugidos do serviço militar obrigatório e empreitadas públicas.

O pavor de se repetir no Pará uma revolução das “classes ínfimas” fazia com que se suspeitasse e perseguisse todos aqueles que parecessem ter ideias liberais ou revolucionárias. Alguns religiosos foram acusados de propagar os ideais da Revolução Francesa. O mais conhecido deles foi o frei Zagalo, tachado de iluminista, maçom, pedreiro livre e pregador político dos ideais de 1789. Ele havia

-
- 16) MARIN, Rosa E. Acevedo. A influência da Revolução Francesa no Grão Pará. In: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). *Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia*. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1992, p. 35.
 - 17) REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Portugueses e Brasileiros na Guiana Francesa*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde/ Serviço de Documentação, 1953 (Cadernos de Cultura), p. 10.
 - 18) CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 154.
 - 19) MORAES, Alexandre José de Mello. *História do Brasil-Reino*. T. 1. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1982 (Cão Reconquista do Brasil, nova série, v. 63), p. 409.

ido para a Guiana Francesa e posteriormente veio para o Brasil, estabelecendo-se na vila de Cameté. Seus discursos sobre liberdades não passaram despercebidos pelo bispo, dom Manuel Almeida de Carvalho que se referindo ao dito frei na Pastoral de 1815 acusava-o de difusão das ideias revolucionárias vindas da França, via Caiena:

Tendo surgido dos Cárceres de Lisboa um apostata, este pela invasão do Inimigo na Corte se transportou para o Brasil; e passando em qualidade de Capelão para a praça de Caiena, aqui se fortificou na impiedade com os ditames, e exemplos dos Franceses; como a mostrar com maior individuação do atual conflito. [...]. Sendo-lhe impossível atrair Prosélitos da Classe dos Brancos, recorreu à sublevação dos Escravos, persuadindo-lhes a sua liberdade, em virtude de uma Ordem Régia. Teme-se com razão que os escravos se reúnam em massa; e para se obviarem as funestas consequências de uma Conjuração ruínosa, se retiraram todas as Famílias para as casas de Campo, ficando o ímpio Pastor na Vila, insultando as Pessoas impossibilitadas para a deserção.²⁰

Na fronteira com a Guiana Francesa estabeleceram-se diversos mocambos que congregavam escravos negros fugidos tanto dos franceses quanto dos portugueses, no entanto, muitos indígenas e caboclos aí se refugiavam para escaparem das perseguições e maus tratos do serviço militar.²¹

Embora a Guiana Francesa seja considerada o maior foco de contaminação de ideias liberais e revolucionárias, possessões espanholas limítrofes às terras paraenses, como Venezuela e Peru, também refletiam os impactos das revoluções Francesa e Haitiana, além de seus próprios movimentos autonomistas. A esses se acrescenta uma revolução interna, a Revolução Pernambucana.

1.2. Revolucionários venezuelanos, peruanos e pernambucanos

Em 1793 alguns líderes rebeldes negros da colônia de Saint-Domingue, como Jean-François, George Biassou e Toussaint Louverture, aceitaram lutar sob a bandeira espanhola contra os franceses na ilha. A invasão espanhola levou

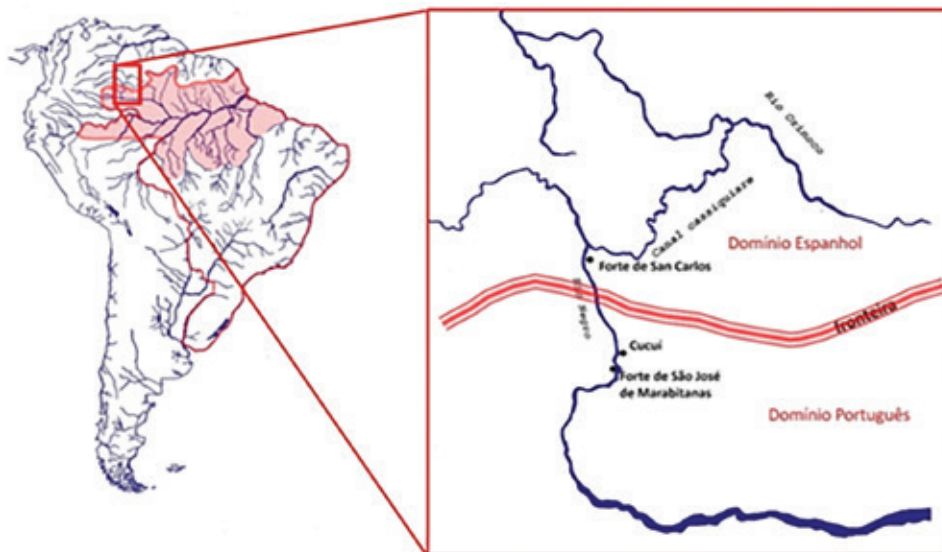
20) CARVALHO, D. Manoel de Almeida de. Pastoral do Bispo do Pará. Lisboa, 1815, p. 13-14.

21) Para melhor compreensão dos quilombos na fronteira norte veja GOMES, Flávio dos Santos. Mocambos e quilombos; uma história São Paulo: Claro Enigma, 2015; em especial, p. 63-72.

a prisão de muitos negros e brancos franceses e colocou a região da Venezuela em contato direto com as ideias dos revolucionários, pois grandes contingentes de prisioneiros foram transferidos para Caracas. Da mesma forma, Cuba também recebia tais ideias via prisioneiros evacuados da ilha *Hispaniola*. Os efeitos desses contatos e da disseminação das ideias de liberdade e igualdade entre os negros e ameríndios logo se fizeram sentir em várias partes da América. Na primavera de 1795 oficiais espanhóis debelaram uma grande conspiração de negros na Venezuela Ocidental. Um grupo de escravos armados, negros livres, mulatos e mestiços com nativos liderados por um escravo fugitivo tentaram tomar o controle de um centro urbano costeiro para estabelecer uma república multirracial livre da dominação espanhola.²²

No início do século XIX as mudanças decorrentes das ações militares de Napoleão na Europa desencadearam diversos movimentos autonomistas de cunho liberal, procurando romper definitivamente com o Antigo Regime e as monarquias. Após a retomada de Nova Granada pelos espanhóis e de ter se refugiado inicialmente na Jamaica e depois no Haiti, Simón Bolívar, com o apoio dos britânicos, retornou à Venezuela e tomou o porto de Angustura (Ciudad Bolívar), onde foi organizado um quartel-general e sede de um novo governo independente.²³ Os rebeldes na Venezuela venceram inúmeras batalhas e conquistaram gradativamente posições mais interiores. De uma forma geral, seguiam o curso do rio Orinoco que é ligado ao rio Negro pelo canal Cassiquiare. Portanto, os ideais revolucionários chegavam perigosamente perto da fronteira da capitania de São José do Rio Negro, capitania subordinada e parte integrante da capitania do Grão-Pará. De um lado da fronteira divisada pelo rio Negro estava o forte português de São José de Marabitanas, do outro lado estava o forte espanhol de *San Carlos*. Embora esta fronteira se encontrasse estável há muito tempo, a proximidade das forças rebeldes espanholas, ou *patriotas* como eles se autodenominavam, trouxe grande tensão ao comandante português daquela praça no ano de 1817, mas logo se transformou num contato amistoso.²⁴

-
- 22) SCOTT, Julius S. *The common winds: afro-american currents in the age of the haitian Revolution*. New York: Verso, 2020, p. 164, 168-173. Para melhor compreensão da influência da Revolução Francesa e da Revolução Haitiana na Venezuela, veja capítulo 7.
- 23) GUZMÁN, Gustavo Machado. *História gráfica de La Guerra de Independência de Venezuela*. Caracas (Venezuela): Marvin Klein, 1998, p. 215.
- 24) REIS, Arthur Cezar Ferreira. Neutralidade e boa vizinhança no início das relações entre-brasileiros e venezuelanos. Documentário [transcrição de correspondências]. *In: Revista do IHGB*, v. 235, abr.-jun., 1957, p. 6.



03. Fronteira da capitania do Grão-Pará com a capitania geral da Venezuela.

Fonte: BAPTISTA, 2021, p. 71.

Embora baste levar em consideração o fato dessa fronteira ser extremamente permeável para as populações locais de ambas as monarquias, espanhola e portuguesa, também existem registros escritos que comprovam a circulação de ideias políticas radicais por estas vias. O comandante do forte de Marabitanas trocou correspondências com diversas autoridades dos revolucionários espanhóis de Bolívar. O tenente revolucionário espanhol Hypólito Cuevas, no comando do forte *San Carlos*, em carta de 21 de dezembro de 1817, ao tenente Pedro Miguel Ferreira Barreto, no comando do forte Marabitanas, revelou o teor de sua missão e pensamento político, resumido da seguinte forma:

[...] restituir a sus moradores **su Libertad Civil y Política y el goze de sus naturales e inprescriptibles Drós** [derechos], pues a si como la seguridad de cada Ciudadano em particular no consiste se no em la proteccion acordada por la sociedad a cada uno de sus miembros **para la conservacion de sus personas de sus Drós** [derechos] **y de sus propiedades**: la gral de la Republica consiste em la identidad de opinion en los Pueblos que la componen.²⁵

Graças a esse relacionamento amistoso gerou-se também uma tentativa de tratado de paz, amizade e cooperação entre os revolucionários venezuelanos e os representantes da monarquia portuguesa no Brasil (assinado unilateralmente

pelos revolucionários espanhóis).²⁶ O periódico criado por Bolívar em Angustura, *Correo del Orinoco*, trouxe em seu primeiro número, de 27 de junho de 1818, a notícia do contato das tropas rebeldes espanholas com as tropas luso-brasileiras em Marabitanas num ambiente de franca colaboração.²⁷

Além das heranças deixadas pelos contatos com a Guiana Francesa e os revolucionários venezuelanos, também não se pode descartar os efeitos da proximidade com o movimento revolucionário do Peru. Por ocasião do início da segunda década do século XIX, o movimento peruano acontecia posteriormente aos processos de independência do Sul. Concluída a Independência da Argentina e a do Chile, formou-se nesta ex-colônia um exército comandado pelo General José de San Martín com o objetivo de tornar livre do domínio espanhol o povo peruano. Por esse motivo, partiu de Valparaíso, em 21 de agosto de 1820, a primeira expedição que daria início ao processo revolucionário peruano, contando inicialmente com 4.118 expedicionários. Após o desembarque em Paracas e a tomada de Pisco, em 7 e 8 de setembro, e, ainda, uma breve e fracassada tentativa de negociação com as tropas coloniais em Miraflores, as tropas vindas do Chile seguiram, conquista sobre conquista, até obterem a retirada total do exército colonial da capital, Lima, em 6 de julho. Lá, finalmente, proclamaram a Independência da República do Peru no dia 28 de julho de 1821. Em 8 de outubro, foi aprovado e jurado por San Martín o Estatuto Provisional, ou seja, a estruturação provisória do Estado que dava plenos poderes ao *Protector del Peru*, assessorado por um Conselho de Ministros.²⁸ Estando os rebeldes senhores de praticamente todo o território peruano, as autoridades espanholas procuraram fugir, descendo o rio Amazonas, para de Belém seguir para a Espanha. Estes “emigrados” procuravam sensibilizar as autoridades portuguesas contra os ideais revolucionários, contudo, fica claro que o conteúdo de tais ideias circulavam por toda a província do Pará. Logo que os rebeldes estabeleceram as bases da nova nação peruana, eles se preocuparam em fazer contatos oficiais e esclarecer o andamento da situação no novo país vizinho. Com data de 16 de novembro de 1821, o presidente da Junta governativa de Truxillo (Trujillo) dirigiu um ofício ao comandante militar da comarca do Rio Negro, no qual encaminhava duas publicações. Uma delas era o *Estatuto Provisional dado por el Protector de la libertad del Peru*, uma espécie de Constituição provisória que dava plenos poderes a San Martín; a outra era

26) REIS, 1957, p. 58-59.

27) CORREIO DEL ORINOCO, n. 1, 27 jun. 1818, p. 4.

28) PINEDA, Virgilio Roel. Los libertadores: proceso social, econômico, político y militar de la Independencia. Lima (Peru): Editora Gráfica Labor, 1971, p. 92, 139, 156, 170.

um periódico revolucionário.²⁹ Tais correspondências foram encaminhadas da Junta provisória do Rio Negro para a Junta Provisória do Pará que, por sua vez, enviou urgentemente para o governador das armas, brigadeiro José Maria de Moura. Este, de posse dessa documentação, dirigiu um ofício, datado de 28 de abril de 1822, ao secretário de Estado dos Negócios da Guerra, em que solicitava orientações de como deveriam agir os comandantes militares da comarca do Rio Negro com os comandantes militares revolucionários do Peru.³⁰

Se por um lado, as heranças revolucionárias externas deixaram suas marcas na população paraense, não se pode deixar de lado o grande terremoto que foi a Revolução Pernambucana de 1817. Revolução cujos principais líderes se diziam liberais e republicanos. Muniz Tavares, ex-revolucionário de 1817, deixou um detalhado relato sobre o episódio, mas o que realmente importa para esta análise é que seus ideais chegaram e circularam pela província do Pará. Após os primeiros êxitos da revolução na Paraíba e no Rio Grande do Norte, os “patriotas” voltaram seus olhos para todo o restante dos domínios portugueses na América, considerando que as províncias do Norte seriam as mais prováveis de responder o chamado dos revolucionários e, da mesma forma, a Corte do Rio de Janeiro via a possível adesão do Norte ao movimento, imaginando que Pará, Bahia e Maranhão eram seus alvos prioritários.³¹ O periódico *O Portuguez* foi proibido de circular na província do Pará a partir de outubro de 1818, por ordem régia de julho daquele ano. Ocorreu que no início de 1818 esse periódico veiculou informações muito detalhadas sobre a Revolução Pernambucana e os procedimentos dos rebeldes republicanos. Suas intenções, motivações, procedimentos e concepções políticas ficaram expostas, em confronto com a forte repressão sofrida.³² Este periódico, inclusive era lido em voz alta nas esquinas das ruas de Belém para que os não letrados pudessem ser instruídos nas novas ideias políticas.³³

29) AHU-ACL-CU-013, cx. 152, doc. 11787.

30) AHU-ACL-CU-013, cx. 152, doc. 11781.

31) MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 44-45.

32) SALLES, Vicente. *Memorial da Cabanagem: esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará*. Belém: Edições CEJUP, 1992 (Coleção Amazônia; 3). O PORTUGUEZ, 1816, v. 5, p. 316.

33) Esta afirmação está contida na “Carta Crime” de Manoel da Costa. COSTA, Manoel da. *Carta crime, para inquirição de testemunhas, passada a requerimento do suplicante Manoel da costa às Justiças da cidade do Pará*. Lisboa: Viúva de Lino da Silva Godinho, 1821.

2. As novas ideias políticas assumem o rótulo de liberalismo

Todas as novas ideias que estavam colocando a Europa na modernidade política foram resumidas em Portugal com a Revolução Liberal do Porto, deflagrada naquela cidade em 24 de agosto de 1820. Em setembro o movimento chegou a Lisboa, as Cortes Gerais foram convocadas e estabeleceu-se um regime liberal.³⁴ Embora tenha sido uma revolução comandada de cima para baixo, a radicalidade de suas ideias e procedimentos punham abaixo todo o arcabouço do Antigo Regime, a começar pelo estabelecimento das bases de uma constituição que limitava fortemente os poderes reais. Entre as novidades estava o fato de transformar todas as capitânias das colônias em províncias do Reino com deputação que os representasse. As notícias foram rapidamente levadas ao Pará por Filipe Patroni que se encontrava em Coimbra estudando Leis e Cânones quando soube da revolução e logo se voluntariou a retornar à sua terra natal como emissário do sistema constitucional português. Desembarcando na capital paraense no início de dezembro de 1820, logo espalhou as novas constitucionais, ou como afirmou Ladislau Monteiro de Baena, logo iniciou “sua pregação e maquinações” para promover um regime fiel às Cortes Gerais.³⁵

Conforme foi abordado anteriormente, o Pará situava-se numa complexa encruzilhada de ideias políticas radicais e revolucionárias, cujas heranças eram assimiladas diretamente pela população. Acredita-se que por esse motivo houve uma grande facilidade dos habitantes em abraçar as ideias liberais e constitucionais naquele momento. Além do mais, pelas narrativas de Patroni percebe-se que na capital paraense já havia agremiações políticas ou *clubs*, como ele chamava, que se reuniam para abordar e discutir as novas tendências políticas.³⁶ Aliás, o pro-

34) ALEXANDRE, Valentin. Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português. Lisboa: Editora Afrontamento, 1993, p. 454.

35) RAIOL, Domingos Antônio. Motins Políticos. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1865, p. 10.

36) Em um opúsculo de sua autoria, Patroni afirma que se reuniam no club da loja do tenente de milícia José Baptista da Silva. Veja Peças interessantes relativas à revolução efetuada no Pará, a fim de reunir à sagrada causa da Regeneração Portuguesa, publicado por Daniel Garção, 1821, p. 61-77.

cesso de adesão ao sistema constitucional das Cortes se deu de maneira sumária, inclusive à revelia do próprio Patroni no dia 1º de janeiro de 1821.³⁷

A nova situação congregou a elite da província, mais especificamente a elite política e econômica da capital, Belém, no sentido de união com Portugal Constitucional. Esta ideia de considerar a província como parte integrante do império e não apenas uma colônia de exploração animava não só os interesses lusitanos tão bem enraizados no Pará e representados pelas mais influentes famílias, mas agradava sobretudo às outras camadas da população que viam a oportunidade de, dentro de um ambiente de liberdade, gozarem de melhores condições de vida. O liberalismo político chegou ao Pará e sua forma reconhecível era o Constitucionalismo. Esta forma se manteria como principal pensamento político na província, resistindo às mais diversas alterações, seja a alternância das facções políticas no poder local, sejam as mudanças na própria metrópole ou, ainda, a alteração de um estatuto de possessão para pertencimento a um corpo politicamente independente de Portugal. As liberdades fomentadas pelos diversos contatos com movimentos políticos radicais entre o final do século XVIII e início do século XIX e fortemente divulgadas pela Revolução do Porto estariam sempre presentes entre os mais ardentes anseios da população paraense, em especial as camadas desfavorecidas. No entanto, este nascente liberalismo tomaria novas formas que seguiriam direções inesperadas.

Um dos efeitos mais significativos da nova ordem estabelecida pelas Cortes Gerais no Pará (e no restante do Brasil) foi o estabelecimento de uma Junta de Governo Civil substituindo a decaída imagem do Governador e Capitão-General, símbolo do Antigo Regime nas capitânicas da América portuguesa. A eleição local, feita diretamente com participação do povo deixou uma experiência democrática sem precedentes.³⁸ De fato, a participação de elementos locais nos postos mais altos da administração da província garantia uma grande independência política com relação à metrópole. Fato bastante perigoso e que brevemente seria questionado. Conforme estabeleciam os decretos das Cortes Gerais, o governo da província era composto por uma parte civil, a junta de governo, e uma

37) Todo o processo também foi facilitado pelo fato de o Governador e capitão-general, o conde de Villa Flor se encontrar licenciado e fora da província, estando ela sob a administração de uma Junta Provisória composta por autoridades locais.

38) Embora a primeira junta tenha sido eleita por aclamação, conforme narra Patroni e as demais tenham sido compostas por eleições provinciais, a presença do “povo” deve ser relativizada, pois nesses casos a palavra povo não se confundia com plebe, ralé, sans-culottes, raia miúda, ou outra qualquer que denominasse as camadas mais baixas da população.

parte militar, representada pelo governador das armas. Este segundo foi entregue inicialmente ao coronel Vilaça, importante partícipe da aclamação do Sistema Constitucional português na província e, posteriormente, passado às mãos do coronel Joaquim Filipe dos Reis, militar mais antigo residente no Pará. No entanto, em primeiro de abril de 1822 desembarcou em Belém o brigadeiro José Maria de Moura, removido por Carta Régia do Governo das Armas de Pernambuco para assumir o do Pará.³⁹ O brigadeiro português levaria seu governo militar até às últimas consequências no sentido de garantir a união do Brasil com Portugal e defender os interesses das Cortes Gerais em nome do sistema liberal e constitucional português.

A elite política paraense, diante desse novo cenário, acabou por se fragmentar, inicialmente na capital e, posteriormente, por toda a província. Ao redor do brigadeiro Moura se reuniram a elite comercial e os latifundiários, defensores dos interesses lusitanos fortemente enraizados no Norte. Liberais, defensores das Cortes e ferrenhos adversários de todos aqueles que se fizessem dissidentes em prol do movimento de independência que ganhava vulto no Sul, seus componentes se autodenominavam constitucionais. O segundo grupo era aglutinado em torno do governo civil da província, mais especificamente da Junta Provisória, e seus eleitores, a qual tinha como figura central ora o vigário capitular, Romualdo Antônio de Seixas, ora o médico Antônio Corrêa de Lacerda. Nesse segundo grupo havia defensores da união com Portugal e secretos dissidentes que só mais tarde se revelariam. Quanto à origem, alguns eram europeus, outros nascidos no Brasil; alguns encontravam-se nesse grupo simplesmente por não terem se decidido e assumiriam uma posição somente quando a situação política estivesse definida. Finalmente, o terceiro grupo se estabelecia em torno do cônego Baptista Campos, redator do primeiro periódico da província, *O Paraense*. Este ganhou vulto e força política na província à medida que fazia aberta oposição ao governador das armas. Este grupo, também de convicções liberais, se autodenominava liberal ou verdadeiro liberal, embora os três grupos fossem liberais e constitucionais. O grupo de Baptista Campos caracterizava-se mais pela presença de profissionais liberais, pequenos funcionários públicos, além de pequenos comerciantes e proprietários rurais. Apesar de formarem um grupo de menor poder econômico, destacavam-se pela constante aproximação com as massas, o

39) RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1865, p. 25-26.

que levava temor à elite paraense.⁴⁰ Entre os meses de maio e setembro de 1822, os paraenses viam uma intensa batalha travada entre as três facções políticas, tornada pública pelas páginas do periódico *O Paraense*.

No dia seis de abril, *Corpus Christi*, chegou à Belém a escuna *Maria da Glória*, trazendo diversos papéis impressos para serem do conhecimento dos governantes locais. A questão se tratava da recusa do Príncipe Regente d. Pedro em retornar para a Europa, conforme ordenaram as Cortes. Assim, permanecia no Brasil como chefe do poder executivo, além de convocar procuradores das províncias para representá-las no Rio de Janeiro, perante sua Corte.⁴¹

3. A escalada dissidente

À medida que se espalhavam notícias sobre a Corte do Rio de Janeiro, a elite paraense se preocupava cada vez mais com uma importante parcela da sociedade que facilmente poderia se sentir atraída por uma alternativa de governo que pusesse abaixo a falta de liberdade. Tratava-se dos homens livres pobres, caboclos que habitavam as matas e pequenos ranchos fora da capital e das principais vilas, frequentemente convocados para o serviço militar compulsório e que transitavam entre os centros urbanos e as matas, os cabanos. As correspondências oficiais desse período chamam a atenção para a existência e perigo representado por esse grupo. A Câmara de Cametá solicitou providências do Governo da Junta em Belém para as hordas de desertores do Corpo de 1ª Linha e de Pedestres e “magotes de negros que se supões fugidos”, os quais “perpetravam roubos” e deixam “em contínuo susto os pacíficos, e indefesos habitantes.” Em outra correspondência, a Câmara de Cametá informava também que “estes indivíduos estavam derramados por uma superfície de muitas léguas, em magotes, uns e outros acoitados em casa de seus parentes, e não formam um Corpo, nem um estabelecimento.” A esse

40) O periódico *O Paraense* foi criado por Filipe Patroni que trouxe a tipografia de Portugal, no entanto, tendo que retornar à Lisboa para se defender judicialmente de ter agido com desacato perante do rei, transferiu a redação do periódico ao cônego Baptista Campos ainda na edição n. 5. Para melhor compreensão do assunto e da ação jornalística de Baptista Campos nesse período veja BAPTISTA, Marco Túlio Freire. *Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834)*. Dissertação de mestrado. UERJ, 2021, p. 115-126.

41) BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das eras da província do Pará*. Belém: UFPA, 1969, p. 339.

grande grupo de homens livres pobres julgados perigosos (ao qual se incluem os negros, escravos foragidos, livres ou libertos), a Câmara de Cameté incluía outro grande grupo de cabanos formado pelas sete Companhias do Regimentos de Milícias, habitantes daquelas matas que poderiam ser convocados para o serviço militar de 2ª Linha. A solicitação de providências foi feita à Junta e ela enviou ao governador das armas que logo informou não ter efetivo para tal tarefa. No entanto, sugeriu que se ativasse as Milícias, pois eram para uso nesse tipo de circunstâncias, advertindo apenas que se pagasse o pão e o soldo dos mesmos.⁴² O medo de um movimento revolucionário para impor a Independência no Pará por parte das classes baixas levou as autoridades civis e militares a se reunirem para deliberar sobre a origem das informações subversivas: o cônego Baptista Campos, seu periódico e seus partidários. Reuniram-se inicialmente no dia 18 de setembro de 1822, a Junta de Governo Civil, o governador das armas e o ouvidor da comarca para deliberar sobre o assunto. O conselho decidiu pela prisão de Baptista Campos e os outros quatro citados nos documentos, os quais foram conduzidos para a fortaleza da Barra, onde foram mantidos separados e incomunicáveis.⁴³ A prisão do cônego e demais partidários só fez insuflar a população pobre no sentido de apoiar o regime que ia se estabelecendo no Sul. Por ocasião de sua soltura, no dia 19 de outubro de 1822, Baptista Campos foi saudado por muitos populares que o ovacionaram. Livre, o cônego tratou de publicar o Manifesto do Príncipe Real aos brasileiros, de primeiro de agosto daquele ano. Outros periódicos que chegavam à província também traziam notícias sobre os acontecimentos no Rio de Janeiro. Foi o caso do *Correio Braziliense*, cujo número de agosto julgou-se que trazia “ideias subversivas do atual Sistema Constitucional, e desorganizadoras da firme união que os Povos d’esta província juraram a Lusa Mãe”, portanto determinou-se que o Ouvidor Geral da Comarca proibisse a circulação de tais números.⁴⁴

O ano de 1823 começou dando sérios indícios da perda de predomínio português no Pará e da plena ascensão brasileira. Já no dia primeiro de janeiro fundeou no porto a galera *Nova Amazona* trazendo a Carta Régia de 9 de novembro de 1822 e as Portarias de 5 e 18 do mesmo mês, as quais determinavam que o brigadeiro Moura passasse o Governo das Armas para o militar a quem

42) O PARAENSE, n. 16, 12 jun. 1822, anexos – Artigos de Ofício – AHU-ACL-CU-013, cx. 155, doc. 11875.

43) O PARAENSE, n. 44, 19 out. 1822, AHU-ACL-CU-013, cx. 156, doc. 11948; BAENA, 1969, p. 350.

44) AHU-ACL-CU-013, cx. 156, doc. 11973.

competisse o cargo e retornasse imediatamente para Lisboa. Rapidamente os oficiais militares se mobilizaram e foram apresentadas seis representações dos corpos militares da província constando a reivindicação de seus chefes e oficiais superiores para que o brigadeiro permanecesse até a chegada de outro oficial general enviado de Portugal.⁴⁵ A Câmara Municipal, sempre alinhada com o governo militar, também enviou ofício encaminhando duas representações, com o mesmo teor das anteriores, constando assinaturas de mais de 300 pessoas, entre elas as de quase todos os negociantes matriculados na capital e de muitos funcionários públicos. Também a Câmara de Cameté providenciou semelhante representação. Todas foram enviadas pelo brigadeiro Moura ao Reino via correspondência ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, juntamente com as justificativas do atraso de seu embarque pelas circunstâncias julgadas graves para abandonar o Pará em momento de turbulência por parte do partido dissidente.⁴⁶ Tais atitudes confirmam que a elite econômica e política da província ainda se mantinha fiel ao constitucionalismo português e à união com Portugal.⁴⁷ Por outro lado, as chamadas “classes infames” começavam a demonstrar claramente sua opção por um Brasil independente. Não se pode afirmar que esta era a melhor opção no pensamento político das camadas mais baixas, mas sem dúvida, era a única opção que se mostrava possível, visto que

45) Enquanto as camadas mais baixas da tropa eram representadas por homens nascidos no Brasil, os oficiais, especialmente de patentes mais elevadas eram representados por homens nascidos em Portugal, ou, pelo menos, com fortes ligações com o Reino e que pretendiam manter a união com a metrópole.

46) AHU-ACL-CU-013, cx. 158, doc. 12060.

47) Tal interesse da elite paraense pode ser verificado pelo fato que em junho de 1823, mesmo antes de chegar a notícia do retorno do absolutismo em Portugal, a Junta de Governo da província não mais acreditando poder salvar o Pará da adesão à Independência, enviou um ofício ao Secretário de Estado dos Negócios do Reino, propondo que a Regência do Reino passasse a residir no Pará ou no Maranhão, a fim de garantir a união com Portugal. Tal fato parece uma atitude desesperada diante da inevitável adesão do Pará ao Império do Brasil (AHU-ACL-CU-013, cx. 160, doc. 12206).

os demais projetos políticos se tornaram inviáveis.⁴⁸ Nesta situação, cresceu rapidamente uma percepção de separação e rixa entre os chamados portugueses europeus e portugueses brasileiros. Essa divisão fica bastante clara na documentação da época, principalmente nas produzidas pelo governador das armas e as Juntas Provisórias que se estabeleceram.⁴⁹ Embora seja extremamente prematuro atribuir tal divisão à diferentes nacionalidades (portuguesa e brasileira), visto que a nacionalidade brasileira só se consolidaria no decurso das duas décadas seguintes. É lícito pensar em grupos rivais: por um lado, brasileiros que defendiam seus interesses, e, por outro, defensores dos interesses lusitanos enraizados no Pará, mesmo que não fossem nascidos na Europa.⁵⁰ A animosidade chegou ao seu extremo quando a eleição para deputados às Cortes e a eleição do novo senado da Câmara, ambas em fevereiro de 1823, marcaram a total exclusão dos europeus no resultado dos pleitos, em favor dos “brasileiros”. No dia 27 deu-se a posse aos eleitos que somada à libertação do cônego Baptista Campos levou uma multidão às ruas a festejar, dando ares de apoio à dissidência do Sul, ou seja, a parte do Brasil já proclamada independente.⁵¹

A alegria dissidente logo seria calada pela elite política e econômica parense. No dia primeiro de março de 1823 procedeu-se um golpe, com utilização das forças militares, que depôs a Junta Provisória e o Senado da Câmara, substituindo todos os membros por partidários da união com Portugal. Uma ação que o comandante das armas, brigadeiro Moura, explicou que teria o objetivo de barrar a “brasílico-mania” que havia tomado de assalto as camadas mais humildes da população.⁵²

48) André Roberto de Arruda Machado observa a existência de três projetos políticos em disputa após 1821. O primeiro seria a manutenção dos laços com Portugal, negando qualquer possibilidade de união com o “Sistema do Sul”; um segundo projeto seria a união da província do Pará com a do Maranhão para uma independência total tanto de Portugal, quanto do Brasil. Por último restou aderir ao processo de independência iniciado no Sul e garantir o mínimo de liberdade com o regime liberal. Veja MACHADO, André Roberto de A. *A quebra da mola real das sociedades: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825)*. São Paulo: Hucitec: Fapest, 2010.

49) AHU-ACL-CU-013, cx. 159, doc. 12137, Termo de Instalação da Junta Provisória, p. 2.

50) Gladys Sabina Ribeiro faz importante estudo sobre o que era “ser brasileiro” ou “ser português” naquele momento. Veja RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção; identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002. Em especial o capítulo 1.

51) AHU-ACL-CU-013, cx. 159, doc. 12112 e doc. 12131.

Embora o domínio lusitano tenha sido restabelecido e a elite política e econômica se mantivesse tendente à união com Portugal, as massas populares rapidamente voltariam a pressionar no sentido de aderir ao processo de Independência iniciado no Sul. No dia 14 de abril estourou na capital, Belém, a revolta do Regimento de Infantaria nº 2. Nos quartéis, proclamaram a Independência e deram vivas ao Imperador. Segundo narram documentos coevos, escondidos pelo véu da madrugada, concorriam grande número de “brasileiros” em combinação, aguardando o levante.⁵³ Orientados pelo comandante das armas, brigadeiro Moura, guarneceu-se rapidamente uma resistência a partir da elite política e econômica da cidade. Tal resistência logo passou à condição de domínio e prisão dos revoltosos. A camada dos habitantes onde repousava o poder econômico também repousava a maioria das armas de fogo, o que contrabalançava rapidamente em desfavor dos sublevados. Segundo informou o brigadeiro Moura, foram feitos prisioneiros mais de 130 praças do Esquadrão de Cavalaria e do Regimento de Infantaria número 2. Além desses, mais 36 pessoas, entre elas estavam alguns oficiais, cujo maior posto foi o do capitão Boaventura Ferreira da Silva, nove civis e um escravo. Quanto a este último, não há qualquer menção sobre o seu senhor ou a motivação para lutar pela Independência do Brasil, mas não deixa de ser um caso interessante: um escravo lutando como um igual, ombro-a-ombro, com um capitão, outros militares e alguns civis.⁵⁴ No dia 15 realizou-se uma parada, quando foi lida para a tropa a proclamação feita pelo governador das armas na qual condenava “os indignos facciosos” que haviam “proclamado a Independência do Brasil, e a obediência do iludido Príncipe, que hoje se acha revestido do fantástico manto imperial”.⁵⁵ Desse episódio fica claro o posicionamento da elite paraense contra a Independência e a pressão popular a favor, embora neste momento tenha sido derrotada.

Vencido na capital, o movimento das massas ressurgia no interior. No dia 28 de maio de 1823 estourou em Muaná, vila na Ilha Grande de Joanes (Marajó), mais uma rebelião em prol da Independência. Da mesma forma que a ocorrida em Belém, os rancores foram dirigidos aos portugueses europeus. O governador militar foi preso na ilha e a Independência do Brasil foi proclamada em nome do Imperador dom Pedro. Com esse quadro, todas as autoridades locais foram destituídas e começaram os preparativos para resistir.⁵⁶ Armou-se imediatamente em

53) AHU-ACL-CU-013, cx. 160, doc. 12154.

54) *Ibidem*.

55) AHU-ACL-CU-013, cx. 160, doc. 12154, anexo: Proclamação.

56) AHU-ACL-CU-013, cx. 160, doc. 12207.

Belém uma grande expedição fluvial para contra-atacar os revoltosos. Ela contou com 180 praças de 1ª linha e mais um segundo destacamento de 80 soldados.⁵⁷ A revolta em Muaná pôde ser controlada e abafada pelas forças expedicionárias, mas a essa altura dos acontecimentos era perceptível que a maioria dos habitantes pobres da província, principalmente os do interior, tinham em seus espíritos convicções de liberdades que não condiziam com o governo da província e claramente depositavam na ideia de Independência suas esperanças de mudança.

Alguns exemplares do periódico governista, *O Liberal*, trouxeram a luz uma detalhada narrativa sobre os acontecimentos e sobre o desfecho da luta pela independência do Brasil na ilha de Marajó, ponto estratégico para manutenção da capital e da província, visto ser o principal depósito e fornecedor de carnes. O suplemento ao número 4 deu conta da fase inicial das operações realizadas na ilha para debelar o movimento revolucionário que havia iniciado em Muaná. Possivelmente, só no momento da publicação daquela edição que as informações foram divulgadas. Dessa forma, a principal notícia da edição número 4, de 19 de junho de 1823, foi a chegada a Belém da primeira leva de insurgentes presos, sendo esses 39 prisioneiros que foram levados para bordo da fragata *Leopoldina*. Informa também que com essa primeira remessa foram enviadas armas apreendidas, contando com 141 espingardas e espadas, alguns arcos e flechas, machados, facões e cacetes, os quais já se achavam recolhidos ao Trem de Guerra. Informou também que uma segunda leva de 49 presos já estava a caminho. Os principais líderes da insurreição também já estavam presos e as autoridades locais reestabelecidas. Com as prisões foram apreendidas algumas ordens por escrito emitidas pelos cabeças da revolução. Tais ordens foram impressas, possivelmente com o intuito de demonstrar que realmente havia uma insurgência coordenada em andamento e que as medidas militares foram extremamente necessárias. Contudo, o desejo de independência não era um segredo absoluto, publicar tais ordens apenas elucidavam os sentimentos por um Brasil independente e, nas palavras do editor, “por elas se conhecerá, o talento, as virtudes, as opiniões, e as intenções de quem as escreveu”.⁵⁸

57) AHU-ACL-CU-013, cx. 160, doc. 12204.

58) *O Liberal*, n.4, 19 jun. 1823, em AHU-ACL-CU-013, cx. 161, doc. 12231.

Primeira Ordem

Faço saber a V. S. que por eleição d'este povo eleito Comandante os dirigir a bem da pátria, e em defesa do **nosso augusto Imperador o Senhor Dom Pedro de Alcântara**, e portanto sou a dizer a V. S. que haja de reter n'esta ilha todos os direitos Nacionais pertencentes à repartição de V. S. até segunda determinação. Deus guarde a V. S. Quartel Comandante de Muaná 29 de Maio de 1823.

Illm. Sñr Capitão Inspetor

Marcelino Antonio Nobre

Simplicio Joze do Valle

Terceira Ordem

Em consequência da resolução em que **estamos na freguesia de Muaná, todos da parte nosso Imperador do Rio de Janeiro** e que todos estamos em reforço na freguesia de Muaná, e Cachoeira, e assim rogo a V. M. faça logo saber a todos os nossos patrícios para logo marcharem para Cachoeira aonde já está o Julio por Comandante, e V. M. toda canoa que entrar do açougue ou outra qualquer que entrar para dentro não deixar mais sair, e se acaso por lá aparecer o governador que foi Antônio Joaquim fugiu, e os mais marinheiros todos estão presos, e assim fará V. M. com todos quantos encontrar. Deus guarde a V. M., 10 de junho de 1823.

Sñr. Tenente Raimundo Franco Pereira.

Comandante feito pelo povo

Joze Pedro de Azevedo.⁵⁹

Essas transcrições demonstram o quanto o apoio ao movimento de independência estava forte e organizado no interior da província e, mais uma vez, verificava-se o posicionamento da elite política e econômica paraense (em favor da união constitucional com Portugal) e a tendência das massas de apoiar o movimento de Independência.

Essas duas revoltas populares em pleno ano de 1823 deixam bem claro que a opção da historiografia tradicional em excluir a ação das massas e reduzir a adesão à Independência somente a um ardil de Lorde Cochrane exclui também grande parte do complicado processo ocorrido na província.

Conforme abordado anteriormente, é importante lembrar que naquele momento havia três facções em disputa pelo poder político da província e que

59) AHU-ACL-CU-013, cx. 161, doc. 12231, grifo nosso.

a mais poderosa era a liderada pelo comandante das armas, brigadeiro Moura, justamente por contar com o apoio dos maiores negociantes da capital e, principalmente, dos militares de mais alta patente, capazes de mobilizar a maioria dos militares de primeira e segunda linha. Esta facção, juntamente com a outra composta pela maioria dos representantes da Junta Provisória e seus eleitores haviam garantido a união com Portugal, mesmo após a chegada das notícias da Independência no Sul, conseqüentemente rejeitavam dom Pedro na chefia do Poder Executivo do Brasil. Estas duas facções, da mesma forma que a facção liderada pelo cônego Baptista Campos (francamente dissidente nesse momento) eram todas liberais e constitucionais, divergindo apenas com relação aos grupos de poder e com relação à união com Portugal.

Com o golpe de primeiro de março, a facção política de Baptista Campos estava desarticulada, com prisões, deportações e o próprio Baptista Campos foragido, isso indicava que a elite política havia vencido a partida e alcançara uma frágil estabilidade, pois dificilmente o Pará se uniria ao Brasil dissidente, deixando Portugal. No entanto, algo veio a quebrar essa frágil estabilidade. No dia 13 de julho de 1823 chegou inesperadamente a Belém a notícia do fim das Cortes Gerais e a retomada do regime absolutista em Portugal.⁶⁰ Os fatos que se passaram em Portugal nos fins de maio chegaram ao Pará como uma bomba para todos aqueles liberais que defendiam piamente a união constitucional com Portugal. As bases liberais, juradas na Constituição, para muitos como o brigadeiro Moura, não poderiam ser simplesmente descartadas. Tudo porque lutara até então estava por terra. Deveria ele se empenhar pela união, contra a sua vontade, apoiar um governo absolutista? Quem mais teria coragem de defender essa união com um regime que há muito se desejava extinguir? Naquele momento o liberalismo existia no Pará e no Brasil, mas deixou de existir em Portugal.

Numa atitude que demonstra desespero, o brigadeiro Moura procurou a Junta de Governo Civil da província para deliberar sobre o que fazer naquela situação. A resposta da Junta foi totalmente insatisfatória para ele, pois ela definiu que defenderia os interesses do monarca, direitos absolutos. Atordoado, procurou reunir os comandantes dos corpos militares a quem persuadiu que deveriam defender, a todo custo, o sistema liberal e a Constituição de 1822 dada pelas Cortes Gerais.⁶¹ As palavras do ouvidor geral da província escritas ao

60) AHU-ACL-CU-013, cx. 161, doc. 12242.

61) *Ibidem*.

rei naquele momento expressam perfeitamente o ânimo do maior defensor da união do Pará com Portugal sob o sistema constitucional:

Moura disse a dois membros da Junta Provisória Francisco Custódio Corrêa e Joaquim Antônio da Silva que com esta mudança ele se considerava perdido pelo que tinha feito em favor do Sistema Constitucional, que se não tivesse mulher e filhos de certo fugia para a América Inglesa, e mais algumas cousas ofensivas à Sagrada Pessoa de V. Mage.⁶²

Assim, o brigadeiro Moura passou a usar a imprensa, a gazeta *O Liberal* para atacar o governo português absolutista, conforme pode-se ler na denúncia do ouvidor ao rei: “Conta-se publicamente nesta cidade que Moura é quem tem redigido os discursos incendiários, e tendentes a revoltar o Povo contra V. Mage. que se acham nos três Periódicos que tenho a honra de oferecer a V. Mage.”⁶³

Depois de dois levantes pró-Independência guiados pelas massas, ou “classes infames”, e a notícia de que Portugal abolira o regime de liberdades, retornando ao absolutismo, a perspectiva da elite mudara drasticamente. Com tal situação passava a ser iminente um novo levante que derrubaria definitivamente a elite em prol das massas unidas ao Imperador do Brasil. Uma perspectiva de cair nas “mãos infames” certamente assombrou o governo da província que passava a ter como única opção aderir também ao Império brasileiro. No entanto, como fazer isso se a elite política lutara ferozmente contra a Independência até aquele momento? Seria necessária uma saída honrosa que justificasse uma diametral mudança de posição.

Menos de um mês depois apareceu a saída honrosa para salvar toda a elite política da província. No dia 10 de agosto por volta das 22 horas fundeou num ponto abaixo da Fortaleza da Barra, fora do alcance da artilharia, o brigue *Maranhão* comandado pelo capitão-tenente Grenfell e encarregado de datar e entregar a correspondência de Lorde Cochrane ameaçando o governo provincial e os intimando a aderir à Independência do Brasil.⁶⁴ O ardil é muito conhecido na historiografia, mas propõe-se aqui uma nova interpretação dos fatos. Certamente o episódio disparou a realização de um conselho composto pelos notáveis da capital para deliberar sobre o assunto. Era sabido que não mais poderiam contar com

62) Ibidem.

63) Ibidem.

64) MUNIZ, 1927, p. 12-17.

o comandante das armas, brigadeiro Moura, para mobilizar a tropa em defesa da união com Portugal, visto que esse passou a atacar a restauração do regime absolutista que se estabelecera na metrópole. A elite só teria essa oportunidade de mudar de lado e garantir sua posição política e social, visto que a facção de Baptista Campos que lutara pela Independência e, portanto, a natural herdeira do governo da província unida ao Império, encontrava-se desarticulada, com o próprio cônego foragido. Fingir que acreditavam piamente na existência de uma esquadra fora da barra esperando para bombardear Belém seria a melhor justificativa para aderir ao Império, mudando de lado, mas permanecendo no poder e de posse de todos os seus bens e privilégios. Eles não teriam uma nova oportunidade e não poderiam desperdiçar essa chance. Quanto a acreditar de fato na existência de uma esquadra ancorada fora da barra não parece ser nada convincente até porque o próprio brigadeiro Moura alertou durante a assembleia que se deveria verificar, enviando barcos parlamentares e que a “simples aparição de um navio de guerra, que se anuncia parlamentar de uma esquadra, não é a mesma esquadra”.⁶⁵ Abrindo-se votação na assembleia, decidiu-se por quase unanimidade pela adesão à Independência do Brasil. Somente o brigadeiro Moura votou contra, fazendo seu voto em separado. A votação contrária à maioria, por escrito e em separado, demonstra primeiramente que ele mesmo não acreditava existir nenhuma esquadra esperando para forçar a adesão. Ocorre também que ele era um militar de alta patente com tempo de sobra para se retirar do serviço ativo e não lhe agradaria enfrentar um conselho de guerra por covardia ou omissão. Assim, registrar em ata ter sido voto vencido por todas as autoridades paraenses garantia-lhe um retorno tranquilo para Portugal. Nem precisaria lutar por uma causa que não acreditava, pois discordava do retorno do absolutismo, nem perderia seu emprego e fonte de renda por entregar passivamente a província ao Império brasileiro. Ultimados os ajustes da adesão, a Independência do Brasil no Pará foi oficialmente proclamada no dia 15 de agosto de 1823.⁶⁶

65) RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1865, p. 63-64.

66) *Ibid*

Conclusão

Dessa exposição pode-se afirmar que a província do Grão-Pará, por sua posição geográfica, importância econômica e facilidade de ligações fluviais e marítimas era um espaço privilegiado de trânsito de pensamentos e ideias, recebendo, assim, variadas heranças de diferentes movimentos políticos, principalmente a partir da virada do século XVIII para XIX. Tais heranças atingiam diretamente a população que as assimilavam a sua moda. A população cabocla da província havia experimentado mais de duzentos anos de exploração direta de seu elemento nativo pelos colonos europeus, portanto ideias de liberdade vindas de qualquer discurso político impactava-os intensamente. É notório os diversos contatos com movimentos revolucionários no início do século XIX, sejam eles externos nas províncias confinantes, francesa e espanholas, ou internamente, vindo de outras províncias brasileiras. Importante é verificar que, ao chegar os primeiros acordos da Revolução Liberal do Porto, o povo paraense já possuía um cabedal de convicções pautadas em diversas doutrinas consideradas radicais para a época. Tais convicções fizeram com que o povo paraense, por mais humilde que fosse, não participasse dos acontecimentos políticos do período apenas como expectadores. Pelo contrário, a participação ativa das massas se fazia presente na luta armada que enfrentou bravamente forças militares tendentes a confirmação da manutenção de interesses lusitanos e de união com Portugal. A partir da adesão ao sistema constitucional de Portugal, a elite paraense, com ênfase na elite política e econômica da capital, dividiu-se entre grupos ou facções que se reconheciam como liberais e constitucionais, divergindo, inicialmente, apenas no que se referia à união com Portugal e à divisão do poder político regional. Posteriormente, à medida que o movimento dissidente do Sul ganhava força entre as massas empobrecidas, a questão da Independência se tornaria ponto fulcral. Mesmo estando dividida a elite política e econômica da província apoiou fortemente o sistema constitucional de Portugal e a união com a metrópole, tendo como principal esteio o comandante das armas, brigadeiro José Maria de Moura, capaz de mobilizar a maioria das forças militares e reservas de armamento da província. Apenas a facção política do cônego Baptista Campos se inclinara inicialmente e depois se decidiu por lutar pela Independência total do Brasil. O início do ano de 1823 marcou, por um lado, a reação lusitana na capital, prendendo e expulsando os partidários do cônego e todos aqueles líderes políticos que pudessem se identificar com o movimento de secessão, mas, por outro lado, foi palco de duas violentas revoltas

populares em defesa da Independência. A primeira, estourada a 14 de abril na capital, foi liderada por militares de baixa patente e a soldadesca empobrecida, representando a maioria cabocla da província. Proclamou-se a Independência do Brasil no Pará, porém as forças rebeldes foram rapidamente sufocadas, levando à prisão mais de uma centena de revoltosos entre militares e civis. Vencidos na capital, uma segunda revolta, ocorrida no mês de maio em Muaná, espalhou-se por diversas vilas e lugares da ilha de Marajó. Ali, em Muaná, também foi declarada a Independência do Brasil em 28 de maio de 1823. Uma força expedicionária, bem armada e municada pela elite política e econômica da capital, foi enviada ao Marajó para debelar a revolta, prender os envolvidos e enviar para Lisboa a fim de serem julgados. Se por um lado estes episódios demonstram o posicionamento da elite paraense em favor da união com Portugal, por outro também evidenciava a iminente vitória das massas, principalmente com o avançar do processo de separação ao Sul. A possível vitória das massas certamente causava terror à elite, pois sabiam que se tornariam estrangeiros em suas próprias terras e perderiam todos os seus bens (como realmente aconteceu com aqueles que persistiram em defender Portugal naquele momento). A situação se agravou a partir do dia 13 de julho quando chegou a Belém a notícia da restauração do absolutismo em Portugal, com a consequente dissolução das Cortes, dando fim ao sistema liberal e constitucional. O único capaz de mobilizar forças militares suficiente para impedir a ação das massas, brigadeiro Moura, agora se apresentava totalmente arrasado. Tudo pelo que tanto lutara, Portugal constitucional, desaparecera. O próprio brigadeiro passou a publicar matéria (no periódico *O Liberal* da província) condenando o retorno do absolutismo e conclamando seus compatriotas e militares a resistir em nome da Constituição. Sem esse apoio, a elite paraense seria facilmente derrotada no próximo levante. A solução poderia ser mudar de lado e apoiar o Imperador do Brasil, contudo, isso também não se afigurava razoável, pois até aquele momento a elite lutara ferozmente contra os dissidentes. Precisavam de uma saída honrosa. Milagrosamente a saída honrosa aportou a barra da cidade de Belém na madrugada do dia 10 para 11 de agosto de 1823. As novas de Grenfell solucionaram todos os problemas. Não importava se era um blefe de “esquadra imaginária”, importava que era uma oportunidade ímpar de serem “obrigados” a mudar de lado, aderindo à Independência, justamente quando os paraenses que deveriam ser os naturais herdeiros políticos da Independência, a facção do cônego Baptista Campos, estava desarticulada pelo golpe lusitano no governo da província em primeiro de março. Desta forma, chegou-se a uma decisão relâmpago e aclamou-se o Imperador dos brasileiros já

no dia 15 de agosto de 1823. No dia seguinte Baptista Campos retornou de seu exílio nas matas, mas era tarde demais, num golpe de mestre a elite paraense havia mudado de lado e se mantido no governo, garantindo todos os seus privilégios, bens e ideais. Nessas condições é lícito dizer que a Independência do Brasil na província foi fruto da ação da elite local, no entanto, deve ser mais bem percebida como a atuação das massas forçando a elite, muito a contragosto, a essa decisão.

Referências

ALEXANDRE, Valentin. **Os sentidos do império: questão nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português**. Lisboa: Editora Afrontamento, 1993.

ARMITAGE, João. **História do Brazil, desde a chegada da Real Família em 1808, até a abdicação do Imperador D. Pedro I, em 1831**. Rio de Janeiro: TYP. Imp. e Const. de J. VILLENEUVE e Comp., 1837.

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. **Compêndio das eras da província do Pará**. Belém: UFPA, 1969 [1838] (Coleção Amazônia, série José Veríssimo).

BAPTISTA, Marco Túlio Freire. **Instabilidade política na província do Grão-Pará: o processo de difusão do liberalismo (1817-1834)**. Dissertação de mestrado. UERJ, 2021.

CARVALHO, D. Manoel de Almeida de. **Pastoral do Bispo do Pará**. Lisboa, 1815.

DIAS, Manuel Nunes. **A Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão**. São Paulo: USP, 1971.

DUNDONALD, Almirante Conde de (Lorde Cochrane). **Narrativa de serviços do libertar-se o Brazil da dominação portugueza**. Londres: T. Brettel, 1859.

RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção; identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e quilombos**: uma história do campesinato negro no Brasil São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Revista Estudos Históricos**, n. 1, Rio de Janeiro, 1988.

GUZMÁN, Gustavo Machado. **História gráfica de La Guerra de Independência de Venezuela**. Caracas (Venezuela): Marvin Klein, 1998.

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanência no Brasil**: províncias do Norte. Tradução de Moacir N. Vasconcelos. São Paulo: Livraria Martins, 1943 (Biblioteca Histórica Brasileira, v. 12).

LISS, Peggy. Atlantic network. *In*: LYNCH, John (org.). **Latin American revolutions**: 1808-1826, Londres: University of Oklahoma Press, 1994, p. 163-177.

MACHADO, André Roberto de Arruda. As esquadras imaginárias no extremo norte, episódios do longo processo de Independência do Brasil. *In*: JANCSÓ, István (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucutec: Fapesp, 2005.

_____. **A quebra da mola real das sociedades**: a crise política do Antigo Regime português na província do Grão-Pará (1821-1825). São Paulo: Hucitec: Fapest, 2010.

MARIN, Rosa E. Acevedo. A influência da Revolução Francesa no Grão Pará. *In*: CUNHA, José Carlos C. da (Org.). **Ecologia, Desenvolvimento e Cooperação na Amazônia**. Belém: UNAMAZ/ UFPA, 1992 (Série Cooperação Amazônica, v. 11).

MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência**: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. 2 ed. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 44-45.

PINEDA, Virgilio Roel. **Los libertadores**: processo social, econômico, político y militar de la Independencia. Lima (Peru): Editora Gráfica Labor, 1971.

RAIOL, Domingos Antônio. **Motins Políticos**; ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Primeira parte. Rio de Janeiro: Tipografia do Imperial Instituto Artístico, 1865.

_____. **Motins Políticos:** ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Segunda parte. São Luís: Tipografia B. de Mattos, 1868.

_____. **Motins Políticos:** ou história dos principais acontecimentos políticos da província do Pará desde o ano de 1821 até 1835. Terceira parte. Rio de Janeiro: Tipografia Hamburgueza do Lobão, 1883.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram.** Rio de Janeiro: MEC: serviço de Documentação, 1956.

SALLES, Vicente. **Memorial da Cabanagem:** esboço do pensamento político-revolucionário no Grão-Pará. Belém: Edições CEJUP, 1992 (Coleção Amazônia; 3).

SANTOS, Corcino Medeiros dos. **A produção das minas do Alto Peru e a evasão de prata para o Brasil.** Brasília: Thesaurus, 1998.

SCOTT, Julius S. **The common winds:** afro-american currents in the age of the haitian Revolution. New York: Verso, 2020.

VARNHAGEN, Francico Adolpho. **História Geral do Brazil.** Imprensa de J. Del Rey. Madrid, 1857.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO: AHU-ACL-CU - Cód. 596; AHU-ACL-CU-013, cx. 107: doc. 8431; cx. 152: doc. 11781, doc. 11787; cx. 155, doc. 11875; cx. 156: doc. 11948, doc. 11973; cx. 158: doc. 12060; cx. 159: doc. 12112, doc. 12131, doc. 12133, doc. 12137, 12147; cx. 160: doc. 12154, doc. 12204, doc. 12206, doc. 12207; cx. 161: doc. 12231, doc. 12242.



LIBERDADE, O OUTRO NOME DE MINAS

Ten Cel PM Murilo Ferreira dos Santos*

* Mestre pela Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais; Professor Titular na Academia de Polícia Militar da Polícia Militar de Minas Gerais; Diretor Presidente do Instituto Brasileiro de Estudo e Pesquisa do Direito Militar (INBRADIM).

1. Raízes dos caminhos de Minas

AS Minas Gerais são muitas. Multitudinária é a formação da alma mineira, do “ser mineiro” nessa terra onde, desde os nossos primeiros arrebóis pugnamos pela liberdade, como veremos no presente estudo.

Tancredo Neves, da sacada do Palácio da Liberdade, em pronunciamento histórico, declarou: “O outro nome de Minas é liberdade!”. Sim. Liberdade herdada dos povos nativos desse chão. Liberdade que está na raiz da mineiridade, que foi duramente obtida à custa de muito labor. Podemos nos orgulhar do “libertas quae será tamen” que tremula impávido em nosso pavilhão.

O enfoque do presente trabalho é refletir sobre fatos determinantes da nossa história. Pretende jogar luz em passagens esmaecidas pelo tempo, abarcando duzentos anos do período colonial, indo de 1622 até 1822, quando se deu a Independência do Brasil que teve o condão de nos libertar dos grilhões da Coroa.

Anteriormente ao ápice representado pela Independência, a Coroa identificou a necessidade de se povoar a colônia para garantir a sua posse. Para tal buscou-se implantar os engenhos na colônia, tendo início o Ciclo da Cana de Açúcar, que dinamizou exponencialmente a região do Nordeste e de São Vicente.

Depois de atingir o apogeu, ante a concorrência da produção nas Antilhas, o Ciclo do Açúcar no Brasil colônia entrou em declínio. Veio a lume ações que possibilitaram início de nova etapa que, desta vez seria o **Ciclo do Ouro**.

Para a sua viabilização tivemos antes o desbravamento, pelas **Entradas e Bandeiras**, das terras montanhosas dos Cataguases que, esquadrinhando o sertão encontraram as desejadas riquezas, ouro de aluvião no rio das Velhas, próximo a Sabarabuçu.

Repentinamente afluíram aos borbotões milhares de migrantes às terras de Minas de Ouro. Como que por encanto, surgiam novos pousos, caminhos e a construção paulatina de Arraiais, Vilas e pequenas capelas. Se estabeleceu uma rede de suprimentos feita por tropeiros, currais para criação de animais e humildes roçados nos arredores dos locais de extração das riquezas.

Não foi fácil, na sequência a Metrópole impôs uma política centralizadora, arrimada no controle dos caminhos, das pessoas e mercadorias, com as respectivas taxações. O Reino criou a Intendência das Minas e passou a taxar e cobrar escorchantes impostos. A sanha arrecadadora lusa provocou descontentamentos, que se adensaram ao longo dos anos.

Interesses foram contrariados culminando com a rebelião dos Emboabas, guerra fratricida entre 1708 e 1709 nas Minas de Ouro que acabou por influenciar para que capital da colônia passasse de Salvador para o Rio de Janeiro. Foi criada a Capitania de São Paulo e das Minas de Ouro e em 1720 nasceu a Capitania das Minas Gerais, desta vez desvinculada de São Paulo.

A produção de ouro viveu um período de esplendor, surgindo no seu rastro diversos arraiais, Vilas e cidades. Vila Rica chegou a contar com mais de 40 mil habitantes.

Depois do apogeu ocorreu o declínio da produção aurífera, na segunda metade do século XVIII, com o atraso no pagamento dos impostos. O Visconde de Barbacena foi designado como novo Governador de Minas e tinha instruções para promover a Derrama, que era dispositivo fiscal, implantado a partir de 1751, para assegurar o recolhimento compulsório de 100 arrobas anuais de ouro referente a arrecadação do quinto.

Instalou-se o pânico na população e a Elite mineira articulou-se, em conluios secretos, com a participação de membros da maçonaria. Os Autos da Devassa dão conta que foram realizadas inúmeras reuniões preparatórias da conspiração que objetivava buscar a liberdade econômica e social através da independência.

Estavam presentes os requisitos desencadeadores para a insurreição, para a contestação daquele estado de coisas. Os inconfidentes idealizavam a Independência, que seria um brado de liberdade para escamotear o jugo da Coroa que sufocava as liberdades.

Entrementes foram delatados e presos. Todos os inconfidentes condenados, alguns ao degredo na África e somente o Alferes Tiradentes foi punido com a morte. Neste ato encerrou-se o Ciclo do Ouro.

Diante de tanta contestação representadas pelas revoltas que “pipocaram” em pontos diversos do país, aliado às contingências externas, como a Independência do Haiti, Independência das colônias Americanas, da prevalência do iluminismo na Europa, com a prevalência da razão, teve início um processo de ***gradativo convencimento das elites*** e governantes, sobretudo com a fundamental participação do Patriarca da Independência José Bonifácio de Andrada e Silva, ***num movimento de dentro para fora***, sobre a oportunidade de efetivar a independência, cortar os liames da colônia em relação à Corte.

A semente da liberdade caiu em solo fértil e produziu bons frutos: a independência do Brasil foi proclamada por Dom Pedro I trinta anos após a morte de Tiradentes e teve início uma nova ordem, onde o Brasil finalmente seria o Senhor dos seus destinos.

No 7 de setembro de 1822 surgia o Brasil impávido, colosso, abrindo as asas da Liberdade, resplandecente no concerto das nações livres.

2. Ciclo do açúcar no Brasil colônia

No século XVI Portugal precisava ocupar a nova colônia para manter a possada terra e a escolha da introdução de engenhos de Açúcar foi adequada, pelo amplo domínio da técnica e experiência no seu cultivo obtido pelos lusitanos nas suas colônias, especialmente em Cabo Verde, Açores e Ilha da Madeira, com o farto emprego de mão-de-obra escrava.

Naquele período histórico os lusos detinham pleno domínio do manejo e execução das atividades do engenho em todas as etapas de produção. Esse conhecimento foi considerado quando a coroa decidiu ocupar a colônia, obtendo grandes benefícios com a comercialização dessa monocultura.



A cana de açúcar é originária do distante continente asiático e, à época era de conhecimento corrente que para a obtenção em “escala” de produção seria fundamental a coexistência de clima quente e solo fértil. O Brasil de então possuía as condições requeridas para a introdução da nova cultura.

Nos albores da nossa formação detínhamos o contexto ideal para a introdução do cultivo da cana, com a respectiva construção dos Engenhos e de todos os apetrechos e estruturas necessários para o impulsionamento da atividade açucareira. De fato, a cultura da cana se adaptou cabalmente bem nas terras de “Santa Cruz”, pela riqueza do seu solo de massapê, clima tropical e quente, propício para o desenvolvimento da indústria açucareira intensiva.

No século XVI o açúcar era uma riqueza extremamente demandada na Europa, onde tinha alta cotação nos mercados internacionais, fato que estimulava a intensiva produção no Brasil.

A criação dos engenhos no Brasil teve início em 1532, primeiramente nas Capitanias de São Vicente (São Paulo), Pernambuco e Bahia, onde floresceram com maior vigor. Depois foram instalados Engenhos produtivos também no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Como dizia o poeta: “A colônia era um imenso canal”.

Com o objetivo de fazer reserva de mercado e priorizar os seus interesses foi instituído por Portugal o “pacto Colonial”, também conhecido como “Exclusivo Metropolitano”. Em face dessa deliberação draconiana, o açúcar produzido nos engenhos coloniais somente poderia ser comercializado com a Metrópole, inexistindo liberdade para comercializar com as demais nações.

A adoção desse pacto perverso significava o estrangulamento da liberdade comercial, garantindo lucros crescentes para a coroa. Também se prestava a precaver contra a incursão de outras nações estrangeiras nos portos da colônia. Essa política oficial representava severa limitação, atentatória ao livre comércio, contra a liberdade e em benefício único da Metrópole.

Fundamentalmente o Projeto de produção se baseava na monocultura de cana de açúcar destinada à exportação, em extensos latifúndios, utilizando predominantemente Mão-de-obra escrava. É forçoso destacar que Portugal obtinha vasta lucratividade com o intenso tráfego de escravos provenientes da África.

Gilberto Freyre, na clássica obra “Casa grande e senzala”, pontifica que *“formou-se na América tropical uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio e negro na composição”*.

Naquele período histórico a utilização da força de trabalho escrava era aceita com naturalidade, apesar do drama humano presente nesta prática,

que consistia na desnaturação do cativo, vítima impiedosa de exploração, corte violento de suas raízes, o aprisionamento, a canga, a chibata, as doenç as. Essa crueldade   chaga aberta que emana dolorosamente do ciclo do a u car. Ainda que permitisse vigoroso desenvolvimento deixou um passivo de horrores perpetrado pela escravidão com seu cortejo de dores.

As linhas se cruzam, e, naquele momento histórico, os bandeirantes tiveram relevante importância na exploração do interior brasileiro para manutenção da economia, fosse pela ativação de incipiente comércio, fosse pela captura de indígenas para disponibilizar mão de obra para os Engenhos nas novas terras.

Estudos abalizados indicam que em 1570 haviam 60 engenhos na Col nia brasileira, traduzindo o florescimento de extraordinária pujanç a econ mica. Em 1627 a quantidade destes já superava 240 unidades produtivas.

No nascedouro do ciclo desta cultura as instalações foram fixadas pr ximosa   costa brasileira, perto de atracadouros, para permitir transportar o a u car para as embarcações que invariavelmente tinham os portos portugueses como destino.

A sua produção implicava em logística complexa, demandando intensa forç a de trabalho para a preparação da terra, formação das mudas, plantio, colheita, engenho, moenda, fermentação em caldeiras, melaço, secagem, dentre outras operações.

A indústria açucareira demandou dispendiosas instalações e geralmente abarcava a Casa Grande do Senhor de Engenho, moenda, o canavial, umaroça para subsistência, a senzala, e algumas casas simples para os trabalhadores livres e agregados, além de currais e cocheiras para os animais.

O labor era extenuante. Na época da colheita um escravo trabalhava de 18 a 20 horas. Eram comuns acidentes incapacitantes e mortes dos cativos explorados. A expectativa de vida era baixíssima. A intensa produção foi obtida   custa de muito trabalho, dor e sofrimento. Enfim, um horror.

Gilberto Freyre menciona que inúmeros destes majestosos engenhos, sendo grandiosos tinham até capela para as rezas, além de outros faustos como ricos tapetes e porcelana fina proveniente da Europa.

Um engenho médio utilizava de 60 a 80 escravos e um grande engenho demandava até 800 cativos, além de considerável quantidade de animais de tração.

Para a implantação da indústria açucareira foram necessários intensos aportes de capitais e investimentos, inviáveis para os Portugueses. Para resolver essa questão estabeleceu-se estratégicas parcerias com os holandeses que financiavam as onerosas instalações.

Os mercadores holandeses recolhiam em Lisboa as cargas de açúcar e distribuía o produto para inúmeras regiões da Europa.

É pertinente mencionar que Colônia brasileira, no seu apogeu nos séculos XVI e XVII chegou a ostentar a posição de *maior produtor mundial de cana de açúcar* e essa performance se refletiu na dinamização da economia colonial.

Mas depois dessa marca culminante sobreveio um período de queda, o caso e de renitentes prejuízos.

Os holandeses foram expulsos do Nordeste em 1654, então paulatinamente o centro da produção açucareira passou para as Antilhas, onde se obteve maior qualidade e menor preço para o produto.

Instalou-se a crise na Colônia. O preço caiu no mercado internacional, levando adversidade na produção que decaiu enormemente. Nova revitalização e esplendor da produção da Cana de Açúcar somente voltaria a ocorrer no Sec. XVIII.

O Açúcar teve papel relevantíssimo para o desenvolvimento econômico naqueles tempos de formação da nacionalidade.

No entanto, devido à derrocada do valor das exportações de açúcar a Metrópole lusa tratou de buscar sucedâneos para esta atividade econômica, dando ênfase a mineração, integrante do Ciclo do Ouro.

Afinal a Coroa Espanhola havia encontrado abundantes riquezas no Oeste, como as minas de prata em Potosi no Peru.

Era bastante previsível que, da mesma forma, se os portugueses estimulassem vigorosamente as Entradas e bandeiras certamente, deparariam com novas riquezas, dando início ao Ciclo do Ouro, cuja evolução será tratado a nossa próxima temática.

3. O Ciclo do Ouro

O intento do presente trabalho é ressaltar a conjunção de fatores históricos e sociais que permitiram o povoamento e a estruturação do Sertão dos “Cataguases”, vinculados aos anseios, uma das divisas mais caras do povo das minas: liberdade.

3.1. Descobertas das Entradas e Bandeiras

Antes da descoberta das primeiras pepitas de ouro no rio das Velhas, estavam estabelecidos nestas gerais seus povos nativos: Maxacalis, Xakriabá, Krenak, Pataxó, Aymores, dentre outras tribos indígenas que viviam em harmonia com a natureza, praticando a pesca, a caça, imersos nos seus costumes.



Naquele momento primevo, de decadência nos ganhos com a cana de açúcar, a coroa passou a estimular grandes expedições oficiais denominadas **Entradas** para a partir de São Paulo, adentrar nos sertões com o objetivo de mapear a terra, explorar o interior da colônia, encontrar pedras e metais preciosos, promover a interiorização e buscar mão de obra indígena. As Entradas eram financiadas pela Metrópole.

As **Bandeiras** recebiam financiamento de particulares, sendo que cada expedição podia congrega de centenas até mais de 2 mil integrantes. Foram elas responsáveis pela expansão do território, pois não acatando demarcações estabelecidas no Tratado de Tordesilhas, se embrenhavam cadavez mais para o interior da colônia, não respeitando os limites cartográficos pactuados com a coroa espanhola.

Fernão Dias Paes, empreendedor vitorioso, dono de vastos latifúndios recebeu missiva do rei a qual continha grandes incentivos para ele buscar explorar os

sertões. A sua Entrada partiu em 1674 em direção ao interior. Ele foi o primeiro bandeirante a esquadrihar a região de minas. Foi pioneiro em descortinar essas montanhas sertanejas em uma grande Entrada, em lombos de burros, em ínvios caminhos, numa época de precariedade da cartografia e inexistência de pontos de referências seguros.



As Entradas e Bandeiras eram investidas complexas, sendo a maioria delas de prospecção. Eram precedidas de cuidadoso planejamento, com elaboração de estratégias para transpor rios, vencer montanhas, suprimentos, ferramentas, canoas e com a ajuda de mateiros e indígenas que conheciam parte da rota.

Levavam especialistas para mapear os acidentes geográficos e percursos desolados e igarapés. Buscava-se sair do litoral, desbravar o Oeste, descortinando tesouros na vastidão do sertão ainda inculto, rústico e desconhecido.

O ouro de aluvião se fez presente nas ribanceiras do Rio das Velhas em 1697, encontrado por Manoel Borba Gato. A notícia alvissareira dessa descoberta vazou, correu o mundo, despertando vívido interesse dos habitantes das outras capitanias e, também, do Reino.

O alvissareiro achado de ouro nas minas provocou grande migração para a região aurífera, em abrupto alvoroço decorrente do afluxo inopinado de milhares de aventureiros sedentos por riqueza, de diversas raças e etnias. Assim se deu o início do Ciclo do Ouro na Colônia.

A novidade do achado aurífero provocou no reino grande regozijo. Os Lusitanos, numa visão idílica, acreditavam na prodigalidade de um ouro inesgotável que seria desvelado em mancheias nas bateias fáceis, em aluvião extraído de rochas rasgadas no solo generoso da colônia brasileira.

Logo após as primeiras descobertas do ouro no Rio das Velhas, próximo a Sabará, a Metrópole se apressou em regulamentar, em éditos rigorosos as formas da extração da riqueza e sobretudo as taxas, o quinhão que deveria ser revertido a coroa.

3.2. Intendência das Minas para regulamentar e taxar

A coroa ficou exultante com as descobertas de ouro de aluvião no sertão deminas e tratou logo de instituir em 1702 a Intendência das Minas, que se organizou para cobrar os impostos sobre a produção e sobre a movimentação de produtos que entravam nos arraiais.

Este órgão da Coroa deveria “*administrar as regiões auríferas respondendo pelo policiamento, a cobrança de impostos e julgamento dos crimes ocorridos nessas localidades*”.

Foi providenciada uma regulamentação, onde ficou assentado que qualquer pessoa que descobrisse veios auríferos ou lavras, deveria cientificar a Intendência das Minas, que providenciava o sorteio das “datas” ou seja da área que seria reservado a cada um dos sorteados.

O descobridor do ouro tinha a prerrogativa de escolher duas “datas” (dois locais para ele proceder a exploração). A coroa, através da Intendência das Minas ficava com outras duas “datas” e as demais eram sorteadas entre os mineiros interessados.

Inicialmente, todo o ouro extraído deveria sofrer o recolhimento do quinto, que correspondência, grosso modo a 20% do total produzido. O quinto foi a primeira modalidade de arrecadação estabelecida onde vinte por cento do ouro e dos diamantes encontrados deveria ser repassado à Coroa.

Para poder receber uma área de extração, chamadas datas, o minerador tinha de possuir no mínimo 12 escravos, ou seja, tinha de ter posses para se habilitar na extração da riqueza.

A Intendência das Minas era minudente e relacionava os produtos que podiam entrar nos garimpos, seja ferramentas, implementos agrícolas, escravos ou gado. Indistintamente, todos eram taxados e os emolumentos recolhidos no

momento da passagem pelos postos fiscais criados nas estradas que conduziam as áreas das lavras.

Para permitir o melhor controle e recolhimento da taxa denominada quinto em 1720 foi decidida a construção das Casas de Fundição. Todo ouro extraído seria convertido em barras que recebia o sinete real (denominado ouro quintado), sendo subtraído o quinhão devido ao reino.



3.3. Impostos da Coroa Portuguesa na Colônia

No período colonial tudo que se produzia na colônia era tributado pela coroa. Os caminhos eram fiscalizados em pontos estratégicos pela Polícia, que exerciam ataxação e o recolhimento dos emolumentos.

- » **A INTENDÊNCIA DAS MINAS:** chefiados por reinóis, cobrava escorchantes impostos sobre açúcar, couros, fumo, tecidos, ferramentas, gêneros agrícolas, homens escravizados, ouro extraído, sendo dividido em ordinários e extraordinários.
- » **QUINTO:** O principal imposto criado pela Intendência sobre a extração de ouro foi o quinto (20 % para a Coroa de todo o ouro encontrado).

- » **CAPITAÇÃO:** Instituído a partir de 1734 o percentual 4 oitavas e 3 quartos de ouro por cabeça de escravo que possuísse. Essa cobrança era devida semestralmente e em caso de inadimplência, perdia-se o escravo que passava a ser posse da Coroa.
- » **DERRAMA:** consoante um dispositivo de 1750, era uma taxa fiscal que onerava toda a população, buscando arrecadar 17 arrobas de ouro fim de assegurar a cobrança forçada dos quintos atrasados.

3.4. Ouro enviado pela Colônia à Metrópole

O ouro, decorrente da taxa, seria a redenção da Metrópole, servindo para pagar dívidas contraídas dos ingleses e obrigações decorrentes do Tratado de Methuen, onde os lusitanos compravam os produtos têxteis e britânicos compravam do Reino a produção vinícola. O tratado acabou por beneficiar os ingleses.

Esse ouro, advindo do sertão de minas, além de se destinar a Inglaterra também foi empregado para revestir de suntuosidade igrejas lusitanas e para construir o Palácio Nacional de Mafra, um convento majestoso e magnífico.

PERÍODO ANOS		Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total
1700	1705	1.470			1.470
1706	1710	4.410			4.410
1711	1715	6.500			6.500
1716	1720	6.500			6.500
1721	1725	7.000		600	7.600
1726	1730	7.500		1.000	8.500
1731	1734	7.500	1.000	500	9.000
1735	1739	10.637	2.000	1.500	14.137
1740	1744	10.047	3.000	1.100	14.147
1745	1749	9.712	4.000	1.100	14.812
1750	1754	8.780	5880	1.100	15.760
1755	1759	8.016	3.500	1.100	12.616
1760	1764	7.399	2.500	600	10.499
1765	1769	6.659	2.500	600	9.759
1770	1774	6.179	2.000	600	8.779
1775	1779	5.518	2.000	600	8.118

1780	1784	4.884	1.000	400	6.284
1785	1789	3.511	1.000	400	4.911
1790	1794	3.360	750	400	4.510
1795	1799	3.249	750	400	4.399
		128.831	31.880	12.000	172.711

Produção do ouro brasileiro no século XVII (kg).

Fonte: PINTO, Virgílio Noya. O Ouro Brasileiro e o Comércio Anglo-português. São Paulo, 1979, p. 114.

3.5. Explosão demográfica na Colônia

Na esteira da descoberta da nova riqueza, afluíram a Minas multidões de exploradores provindos de outras capitanias e muitas levas vindos de Portugal. Todos em busca do ouro.

Celso Furtado aduz que em 1700 a população total da colônia era de apenas 300.000 pessoas, ao passo que em 1800 esse contingente atingiu incríveis 3.250.000 (dez vezes mais). Vila Rica chegou a ostentar a maior população da América Latina com 40.000 habitantes em 1730.

3.6. Primeiros arraiais e vilas

Os primeiros arraiais se originaram da intensiva atividade mineradora. Na sua etapa inaugural, a mineração possibilitou o surgimento de núcleos caracterizados pela precariedade, em função da natureza do ouro, que surgia na algaravia de aluvião. No entusiasmo das descobertas, naquele filão de riqueza não se imaginava que essa dádiva pudesse se esgotar. Ledo engano.

3.7. Estabelecimento do comércio

Essas minas de ouro ensejou a necessidade de abastecimento de víveres, em grande quantidade. Isso era desincumbido por tropas oriundas da Bahia, de São Paulo e do Rio de Janeiro, que estabeleceu uma teia de fornecimentos, que enriqueceu a muitos e impulsionou a economia das minas.

A mineração era uma atividade urbana que facilitava a fixação do povo no entorno do empreendimento, operando uma grande rede econômica: pequenas roças de legumes, mandioca e milho, trocas mercantis de gado tangido pelos tropeiros, que traziam também inúmeros produtos por encomenda numa rede

dinâmica. Nos “pousos” vendia-se ferramentas, pólvora, sal, tecidos e tudo isso era pago com ouro em pó. A medida que a lavra se esgotava, aquela era fechada e partia-se para outra rancharia, que era erguida em novos locais, mas sempre junto das fontes produtoras do ouro.

O comércio paulatinamente foi consolidado, situando-se ao redor dos maiores ajuntamentos populacionais, enquanto a agropecuária ia se desenvolvendo, juntamente com as roças. Os “pousos” de beira das estradas deram origem a outros povoados. Nasceram ao sabor das necessidades e das contingências os primeiros arraiais mineiros, rústicos e despojados.

A implantação da exploração de ouro ocasionou alterações de monta, além de ensejar intensa migração da população. Esse ouro que era facilmente encontrado e extraído, na sua época de esplendor, fez com que a Coroa se posicionasse mais próximas das fontes produtora dessa riqueza. Dessa forma foram criadas as injunções para a mudança da capital da colônia, de Salvador para o Rio de Janeiro, formando as bases de um pujante Centro Administrativo e comercial no Sudeste, onde se desenvolveu forte núcleo de economia agrária.

A vigorosa expansão econômica transformou acanhados arraiais em Vilas, em núcleos urbanos cada vez melhor estruturados. Pouco tempo após o advento do ouro a região das Minas já era a mais populosa e rica da colônia, possuindo intrincada rede urbana, com primorosa arquitetura barroca e edifícios públicos ricamente talhados. Deve-se mencionar a imponência das casas assobradadas e o soberbo calçamento das ruas com pedras, além de magníficas pontes e chafarizes.

A atividade minerária se tornou opulenta, de extrema importância econômica e social. Além de ensejar maior rentabilidade, possibilitou a unidade nacional sobre a vastidão do território nacional. Ela foi uma integradora de suma importância.

Por sua vez, em 1711 foi oficializada a fundação da *Capitania de São Paulo e Minas do Ouro* que foram desvinculadas da *Capitania do Rio de Janeiro*.

4. Nascimento da Capitania de Minas Gerais em 1720

4.1. Formação sociológica do mineiro

No seu berço formador a alma mineira é tributária de um cadinho de culturas migrantes, de diversas etnias, raças e credos, provenientes de diversas regiões do país num movimento de esperança e temor, num mar de gente que enfrentou as maiores dificuldades e até fome: as vezes havia ouro, mas faltava um prato de comida, por isso buscou-se uma culinária de emergência que fincou raízes.

Darcy Ribeiro, na sua obra “O Povo Brasileiro” aduz que “com o esgotamento das jazidas de ouro, veio a diáspora. Aquela civilizadíssima população de negros, mulatos e mestiços se dispersou pelas sesmarias de Minas, implantando ali modos de viver, de comer, de vestir, de calar, de entristecer-se que são únicos no Brasil. É a mineiridade”.

Os habitantes das gerais tiveram suas identidades de mineiros esculpidos na reação e resiliência aos éditos inflexíveis emanados do Reino. Resistência muda, mineral, mas indutora da Liberdade que ficou para sempre impregnada nos filhos dessas terras, desse povo, numa permanência de séculos.

Esse “ser” foi fundido num ambiente de conformação geopolítica especial que o tornou sertanejo e cosmopolita. Tendo de esconder o ouro em pó se tornou se armou de artimanhas, em comportamento arisco, desconfiado, cabreiro e prevenido. Garimpo rima com esperança por isso a fé andava junto. Sempre que possível uma ermida era erigida em homenagem aos santos.

Mas, sobretudo, cioso do sol das liberdades, numa espécie de inconsciente coletivo que haveria plasmar e prevalecer como um orientador que adiante desembocaria na independência do Brasil nas plácidas margens do Ipiranga.

A produção de ouro foi crescente, atingindo o auge em 1739 e depois entrou numa etapa de enfraquecimento, estiolação e míngua. Os mineiros passaram buscar a riqueza do ouro nos platôs, na margem dos cursos d’água, “onde surgiram as primeiras catas”, para depois subirem pelas encostas, pelos morros, até chegar aos píncaros denominados “catas altas”, ou seja: a apanha do ouro nas cristas dos morros. A exploração se tornava mais difícil naquele momento histórico.

A Coroa atribuía a diminuição da produção aurífera ao contrabando, à esperteza ladina dos mineradores e não ao natural esgotamento das reservas.

Estavam equivocados: o ouro não mais se apresentava em profusão para encontrá-lo se requeria maior preparo, tecnologia ainda que rudimentar.

Mariana (Ribeirão do Carmo) que foi a primeira vila de Minas, se tornou também a primeira capital de Minas Gerais, que posteriormente passou para Vila Rica.

4.2. Governadores de Minas Gerais

Nº	Governante	Capitania	Início	Fim
1	Antonio Paes de Sande	Cap. Rio Janeiro/ São Paulo/ Minas	1693	1695
2	Sebastião de Castro Caldas	Cap. Rio Janeiro/ São Paulo/ Minas	1695	1697
3	Artur de Sá Meneses	Cap. Rio Janeiro/ São Paulo/ Minas	1697	1702
4	Alvaro da Silveira e Albuquerque	Cap. Rio Janeiro/ São Paulo/ Minas	1702	1705
5	Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro	Cap. Rio Janeiro/ São Paulo/ Minas	1705	1709
6	Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho	Cap. Rio Janeiro/ São Paulo/ Minas	1709	1710
7	Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho	Capitania São Paulo/ Minas	1710	1713
8	Bras Baltazar da Silveira	Capitania São Paulo/ Minas	1713	1717
9	Pedro de Almeida Portugal (Conde de Assumar)	Capitania São Paulo/ Minas	1717	1720

Nº	Governante	Capitania	Início	Fim
1	Lourenço de Almeida	Capitania de Minas Gerais	23 de dezembro de 1720[12]	1º de setembro de 1732
2	André de Melo e Castro	Capitania de Minas Gerais	1º de setembro de 1732	26 de março de 1735
3	Gomes Freire de Andrade	Capitania de Minas Gerais	26 de março de 1735	15 de maio de 1736
4	Martinho Proença	Capitania de Minas Gerais	15 de maio de 1736	26 de dezembro de 1737
5	Gomes Freire de Andrade	Capitania de Minas Gerais	26 de dezembro de 1737	17 de fevereiro de 1752
6	José António Freire de Andrade	Capitania de Minas Gerais	17 de fevereiro de 1752	28 de abril de 1758
8	Gomes Freire de Andrade	Capitania de Minas Gerais	28 de abril de 1758	1º de janeiro de 1763
10	Antônio do Desterro	Capitania de Minas Gerais	1º de janeiro de 1763	16 de outubro de 1763
11	José Fernandes Pinto Alpoim	Capitania de Minas Gerais	1º de janeiro de 1763	16 de outubro de 1763
12	João Alberto Castelo Branco	Capitania de Minas Gerais	1º de janeiro de 1763	16 de outubro de 1763
13	Antônio Álvares da Cunha	Capitania de Minas Gerais	16 de outubro de 1763	28 de dezembro de 1763

14	Luís Diogo Lobo da Silva	Capitania de Minas Gerais	28 de dezembro de 1763	16 de julho de 1768
15	José Luís Castelo Branco	Capitania de Minas Gerais	16 de julho de 1768	22 de maio de 1773
16	Antônio Carlos Furtado	Capitania de Minas Gerais	22 de maio de 1773	13 de janeiro de 1775
17	Pedro Antônio Freitas	Capitania de Minas Gerais	13 de janeiro de 1775	29 de maio de 1775
18	Antônio de Noronha	Capitania de Minas Gerais	29 de maio de 1775	20 de fevereiro de 1780
19	Rodrigo Meneses e Castro	Capitania de Minas Gerais	20 de fevereiro de 1780	10 de outubro de 1783
20	Luís da Cunha Meneses	Capitania de Minas Gerais	10 de outubro de 1783	11 de julho de 1788
21	Luís Antônio Faro	Capitania de Minas Gerais	11 de julho de 1788	9 de agosto de 1797
22	Bernardo Lorena e Silveira	Capitania de Minas Gerais	9 de agosto de 1797	21 de julho de 1803
23	Pedro de Ataíde e Melo	Capitania de Minas Gerais	21 de julho de 1803	5 de fevereiro de 1810
24	Francisco de Assis Mascarenhas	Capitania de Minas Gerais	5 de fevereiro de 1810	11 de abril de 1814
25	Francisco Portugal	Capitania de Minas Gerais	11 de abril de 1814	21 de setembro de 1821

Francisco Portugal (Presidente) José Vasconcelos Visconde de Caeté (Vice-Presidente) João Mendes Ribeiro (Secretário)		21 de setembro de 1821	24 de maio de 1822
Francisco Portugal (Presidente) Luís Maria da Silva Pinto (Secretário)		24 de maio de 1822	29 de fevereiro de 1824

4.3. O Caricato Cunha Meneses e as Cartas Chilenas

Minas teve como um dos seus piores **Governadores** o inexpressivo e patético Luís da Cunha Meneses, denominado Conde de Lumières, que após governar Goiás aportou em Vila Rica em 1783 nomeado pela Metrópole como Governador de Minas. Era o período germinal da Conjuração Mineira.

Cunha Meneses exercia o poder com um autoritarismo flagrante, tendo desempenho cruel, pífio e ruinoso como governador. Mostrou-se infenso aos reclamos da população, recolhendo-se em uma redoma de distanciamento. Proveu os cargos mais relevantes com seus parentes e áulicos, no exercício desbragado do nepotismo.

Tantas fez que foi alvo de sátira atribuída a Tomás Antônio Gonzaga, que fez circular anonimamente as Cartas Chilenas, conjunto de treze missivas satíricas ao Governador, tratado como cruel, inconsequente, satirizado como Fanfarrão Minésio.

O resumo abaixo é da lavra de *Daniela Diana*, Professora licenciada em Letras:

Carta 1.^a: *Em que se descreve a entrada que fez Fanfarrão em Chile.* Descrição da chegada do governador.

Carta 2.^a: *Em que se mostra a piedade que Fanfarrão fingiu no princípio do seu governo, para chamar a si todos os negócios.* Descrição sobre a centralização dos negócios do governo.

Carta 3.^a: *Em que se contam as injustiças e violências que Fanfarrão executou por causa de uma cadeia, a que deu princípio.* Descrição das injustiças governamentais.

Carta 4.^a: *Em que se continua a mesma matéria.* Descrição de injustiças e violências do governador.

Carta 5.^a: *Em que se contam as desordens feitas nas festas que se celebraram nos desposórios do nosso sereníssimo infante, com a sereníssima infanta de Portugal.* Festa de casamento do governador.

Carta 6.^a: *Em que se conta o resto dos festejos.* Descrição sobre as confusões causadas na festa de casamento.

Carta 7.^a: Sem subtítulo, a sétima carta aponta sobre as decisões do governador fanfarrão.

Carta 8.^a: *Em que se trata da venda dos despachos e contratos.* De maneira irônica, o autor descreve sobre as corrupções do governador.

Carta 9.^a: *Em que se contam as desordens que Fanfarrão obrou no governo das tropas.* Descrição das desordens do governo.

Carta 10.^a: *Em que se contam as desordens maiores que Fanfarrão fez no seu governo.* Como sequência da nona carta, o autor descreve as maiores desordens do governo.

Carta 11.^a: *Em que se contam as brejeirices de Fanfarrão.* Descrição dos métodos maliciosos do governador.

Carta 12.^a: Sem subtítulo, a décima segunda carta aponta para o nepotismo do governo, ou seja, o favorecimento de pessoas próximas ao governador.

Carta 13.^a: Sem subtítulo, a última carta ficou inacabada. No trecho existente, o autor escreve sobre o sistema e a perversidade do governo.

O execrado Cunha Meneses foi substituído por Luiz Antônio Faro (Visconde de Barbacena) e durante o interregno do seu Governo, que pretendia executar a Derrama, se deu a Inconfidência Mineira.

5. Inconfidência Mineira

A Inconfidência Mineira, ou Conjuração Mineira foi a maior sedição gestada contra Portugal no interregno do período colonial, envolvendo sobretudo as elites na Capitania de Minas Gerais no final do século XVIII.

A razão principal da revolta era descontentamento com a coroa, que não aceitando o fato natural da redução da produção de ouro, persistia na decisão de cobrar os impostos atrasados através da adoção da pavorosa Derrama.

Contribuiu muito para a deflagração da Inconfidência Mineira as administrações ruinosas do corrupto Governador **Luís da Cunha Meneses** (ridicularizado nas Cartas Chilenas) e do **Visconde de Barbacena** que recebeu instruções para cumprir a cota de ouro anual prevista e para isso lançaria mão da “derrama”. Esse foi o estopim do movimento contestatório.

Os altos impostos não beneficiavam a colônia, mas seguiam para Portugal e na sequência para a Inglaterra, que dominava economicamente a Europa.

Assim, o ouro escorchado do Brasil foi uma das fontes de financiamento da Revolução Industrial inglesa.

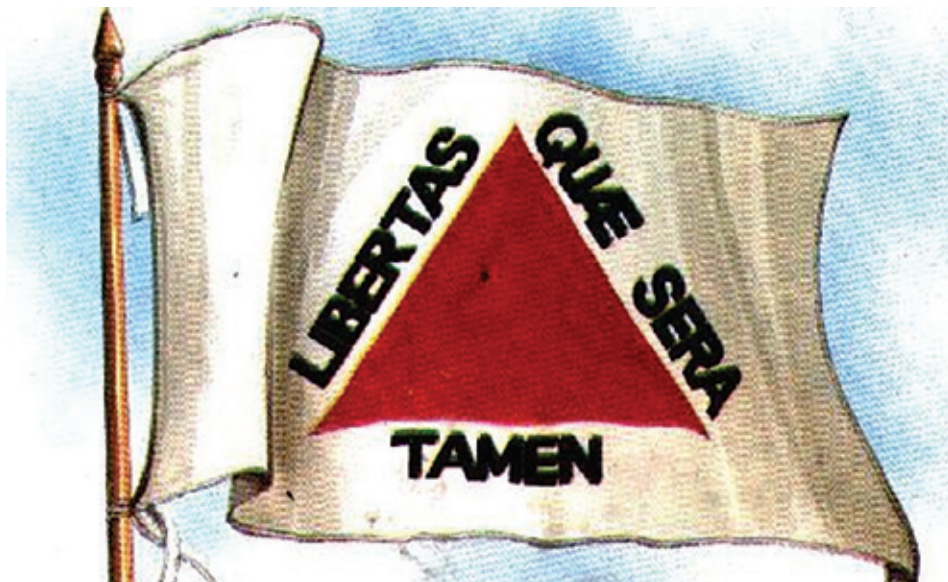


Vista de Ouro Preto (antiga Vila Rica) palco da Inconfidência em 1789.

5.1. Pretensões da Inconfidência

A Inconfidência Mineira tinha caráter separatista e objetivava, sobretudo, obter a independência da região de Minas e do Rio de Janeiro em relação à Portugal. Visava outrossim liberar e favorecer a implantação de manufaturas no Brasil, além de pretender efetivar a criação de uma universidade pública em Vila Rica. Também tinha em vista formar uma corporação Policial Nacional (Estilo dos Dragões), e perdoar as dívidas dos Inconfidentes.

Os autos da devassa desvelaram o conteúdo das diversas reuniões prévias, bem como os principais anelos dos revoltosos, que tinham como modelo a Independência dos Estados Unidos da América.



5.2. Inspiração no Iluminismo

A guisa de inspiração intelectual os Inconfidentes se arrimavam nos conceitos do Iluminismo, denominado de “século das luzes”, onde seus principais teóricos eram Montesquieu, John Locke, Voltaire e Jacques Rousseau,

Essa corrente priorizava o uso da razão para negar o modelo de estado predominante. O Iluminismo pugnava ainda pela defesa da liberdade, progresso e a tolerância, além do distanciamento entre igreja e estado.

5.3. Participação feminina na Inconfidência Mineira

Quem foram essas mulheres? Indagação feita por Alessandra Alkmim – **Presidente do Conselho Empresarial da Mulher Empreendedora**: “*Eo que elas representam dentro da história de Minas Gerais e do Brasil? Se a maioria não souber responder sobre a participação das mulheres na história do Brasil, isso demonstra que a participação feminina no movimento da Inconfidência*” tem de ser melhor estudada pois, com suas ações ousadas elas dignificaram e horaram as mulheres.

Agora se percebe que a **Inconfidência Mineira** não foi um movimento exclusivo dos homens. A revolta teve intensa participação de grandes **mulheres**:

5.3.1. Maria Doroteia Joaquina de Seixas Brandão

Foi uma das mulheres visceralmente envolvidas na Inconfidência Mineira, homenageada com os versos abaixo:

Marília de Dirceu Lira XXXVII

Meu sonoro Passarinho,
Se sabes do meu tormento,
E buscas dar-me, cantando,
Um doce contentamento,
Ah! não cantes, mais não cantes,
Se me queres ser propício;
Eu te dou em que me faças
Muito maior benefício.
Ergue o corpo, os ares rompe,
Procura o Porto da Estrela,
Sobe à serra, e se cansares,
Descansa num tronco dela,
Toma de Minas a estrada,
Na Igreja nova, que fica
Ao direito lado, e segue
Sempre firme a Vila Rica.

Ele tem ao pé da porta
Uma rasgada janela,
É da sala, aonde assiste
A minha Marília bela.
Para bem a conheceres,
Eu te dou os sinais todos
Do seu gesto, do seu talhe,
Das suas feições, e modos.
O seu semblante é redondo,
Sobrancelhas arqueadas,
Negros e finos cabelos,
Carnes de neve formadas.
A boca risonha, e breve,
Suas faces cor-de-rosa,
Numa palavra, a que vires
Entre todas mais formosa.

Entra nesta grande terra,
Passa uma formosa ponte,
Passa a segunda, a terceira
Tem um palácio defronte.

Chega então ao seu ouvido,
Dize, que sou quem te mando,
Que vivo nesta masmorra,
Mas sem alívio penando.

Tomás Antônio Gonzaga

Noiva do jurista e poeta Tomás Antônio Gonzaga, que consagrou a ela os sublimes versos de Marília de Dirceu. Teve participações ativa em inúmeras reuniões conspiratórias.



Casa do poeta Tomás Antônio Gonzaga, da última janela, contemplava sua noiva Maria Doroteia Joaquina de Seixas Brandão.

5.3.2. Hipólita Jacinta Teixeira de Melo

Hipólita Jacinta Teixeira de Mello (1748 — Prados, 27 de abril de 1828) foi a mais rica proprietária rural na região do Rio das Mortes, destacando-se por seu ativo envolvimento na Inconfidência Mineira.

A sua residência era muito luxuosa, servida por grande criadagem, deixando entrever que se tratava de uma pessoa detentora de muitas posses. Contribuiu

financeiramente para diversas ações dos Inconfidentes e na sua fazenda **Ponta do Morro** os revoltosos se reuniam regularmente. Teve participação muito relevante.

A Inconfidente: foi autora da missiva que denunciou Joaquim Silvério dos Reis como traidor e informou que Tiradentes fora preso no Rio de Janeiro.

O envolvimento de Hipólita com o movimento fracassado causou-lhe danos, uma vez que seus bens foram sequestrados em favor da coroa.

Após intrincado processo judicial Hipólita conseguiu reaver boa parte dos seus bens. Foi uma mulher de fibra e deixou um exemplo de dedicação à causa libertária.

5.3.3. Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira:

Mulher formosa e prendada, “teria tido formação primorosa, religiosa, social e cultural. Cultuava as letras e os autores clássicos. Também frequentava os salões da aristocracia da época”.

Seu esposo era o Inconfidente Alvarenga Peixoto. Sendo pessoa de inteira confiança participou de algumas reuniões onde as marchas e contramarchas da planificação do movimento eram ditas à meia voz, sussurradas.

Para o escritor Aureliano Leite, em sua obra “A Vida Heroica de Barbara Heliodora”, foi “a estrela do norte que soube guiar a vida do marido, foi ela que lhe acalentou o seu sonho da inconfidência do Brasil; quando ele em certo instante parecia titubear ela o incentivava”. Nos momentos de dúvidas do inconfidente Bárbara o incentivava no intento de prosseguir na aventura patriótica.

Ela suportou com grande dignidade as consequências da derrocada dos planos dos inconfidentes. A posteridade, reconhecendo o seu valor, a denominou como Heroína da Inconfidência.

Após três anos de prisão seu marido foi condenado ao degredo em Angola, sendo negada a ela a possibilidade de acompanhá-lo.

5.4. Estertores do Movimento

O movimento contestatório da Inconfidência Mineira foi deslindado pela Coroantes da sua deflagração. Silvério dos Reis, grande devedor do reino, “*deu nos dentes*”, alcaguetou a todos, aspirando ter suas dívidas perdoadas.

A reação dos Lusos foi radical e tenebrosa. A soberana D. Maria I (a Louca) não teve clemência. Todos os 35 envolvidos foram presos. Sendo que 16 deles partiram para o degredo na África. Três faleceram no cárcere por causas naturais e seis foram absolvidos. Tiradentes, que foi o único que assumiu na sua inteireza a responsabilidade pela revolta, ficou três anos preso e em 21 de abril de 1792 foi enforcado e esquartejado.



Sentença de Tiradentes 1792 - Rio de Janeiro.

6. Cidades com participações destacadas em minas

Vila rica: Foi levada à condição de Vila em 1711. Em 1720 transformou-se em sede da Capitania de Minas Gerais. Todos os fatos expressivos do ciclo do ouro e da Inconfidência Mineira tiveram como palco a cosmopolita Vila Rica de então. Neste período colonial Vila Rica era densamente habitada e chegou a acolher mais de 40 mil pessoas. A sua origem está no Arraial Padre Faria por volta de 1698. Após a independência foi agraciada por D. Pedro I



Esse epítlogo trágico foi o ato final do Ciclo do Ouro.

com o título de Imperial Cidade de Ouro Preto, tornando-se capital da Província.

Sabará: tem suas raízes num arraial de bandeirantes que lá “pousou” no fim do século XVII. O povoado cresceu e foi criada a freguesia em 1707, que foi elevada à vila e município em 1711, com o nome de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará.

O seu nascimento está intrinsecamente ligado à descoberta de ouro no Rio das Velhas, na região então denominada Sabarabuçu, no final do século XVII. O bandeirante Borba Gato, residiu em Sabará e comandou a força Policial (guarda-mor). Localidade intimamente ligada ao Ciclo do Ouro e à Inconfidência Mineira. Foi uma das primeiras cidades da Capitania das Minas Gerais.

Mariana: Antes de ser elevada da condição de vila para cidade, era denominada Vila de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo. Está visceralmente ligada a história de minas, sendo palco de fatos relevantes como Ciclo do Ouro e Inconfidência Mineira. Foi a primeira Cidade de Minas,

Em 1745 o rei de Portugal, Dom João V, elevou a vila a categoria de cidade, nomeada como Mariana, uma homenagem à rainha Maria Ana da Áustria, sua esposa. Mariana transformou-se em sede do 1º Bispado Mineiro, sendo um centro religioso do estado. Embates importantes da histórica Guerra dos Emboabas aconteceram ali.

Santa Luzia do Rio das Velhas: A história do município originou-se com aventureiros que em busca de riquezas, descobriram Santa Luzia. Tudo começou, em 1692, durante o ciclo do ouro. Uma expedição dos remanescentes da bandeira de Borba Gato implantou o primeiro núcleo da Vila, as margens do rio das Velhas, no garimpo de ouro de aluvião.

Tiradentes A Cidade de Tiradentes foi fundada por volta de 1702, quando os paulistas descobriram ouro nas encostas da Serra de São José, dando origem a um arraial batizado com o nome de Santo Antônio do Rio das Mortes.

Paraopebas: Vimos pela data da chegada dos bandeirantes, pelos idos de 1674, que a Vila de Piedade do Paraopeba é mais antiga que Ouro Preto, Mariana, Sabará e todas as outras cidades históricas de Minas Gerais e que possui uma igreja pré-barroca, do período missionário – jesuítico, inaugurada em 1713.

Sete Lagoas: A fundação de Sete Lagoas data do tempo da febre do ouro, quando Bandeirantes se internavam pelos sertões em sucessivos embates com as feras e com os índios. Por volta de 1667, chegaram às terras do município os primeiros europeus, componentes da Bandeira de Fernão Dias.

A Estrada Real passava nas cercanias de Sete Lagoas e o então Alferes Tiradentes comandou um posto de fiscalização ali instalado e este trabalho está consignado em mapas e documentos de época. Desta forma cidade se inscreve no cenário da Inconfidência Mineira.

Caetes: Palco da Guerra dos Emboabas, fato que a liga à história germinal de Minas.

Diamantina: A formação do município tem liame à exploração do ouro e do diamante. O luso Jerônimo Gouvêa seguiu o curso do Rio Jequitinhonha e encontrou vasta quantidade de ouro no afluente próximo ao Rio Grande.

Por volta de 1722, surgiu o povoado de Diamantina, seguindo as margens dos rios que eram garimpados. **O contratador** de diamantes João Fernandes de Oliveira, representando o Reino, viveu lá e teve relação de concubinato com a escrava Xica da Silva. O termo “contratador” designa aquele que tem o direito de explorar os diamantes concedido pela Coroa.

Barbacena: é a denominação dada ao Arraial da Igreja Nova e teve por origem uma pequena aldeia de índios Puris, formada por jesuítas junto às cabeceiras do Rio das Mortes.

A história da Vila de Barbacena se inicia em 1698, quando o Capitão Garcia Rodrigues Paes, abre um caminho mais curto para a ligação entre o Rio de Janeiro e o interior das Minas. Naquela grande região surgia o entroncamento dos Caminhos Velho e Novo, denominado posteriormente de Estrada Real.

Cinco dos inconfidentes pertenciam ao Arraial da Igreja Nova (que viria a se chamar Barbacena): **Domingos Vidal Barbosa Lage, Francisco Antônio de Oliveira Lopes, José Lopes de Oliveira, Padre Manuel Rodrigues da Costa**, proprietário da Fazenda e Capela do Registro Velho e **José Aires Gomes**.

É mister mencionar que Dom Pedro I esteve em Barbacena antes de seguir para São Paulo e Proclamar a Independência.

Frise-se que Câmara Municipal votou uma aprovou uma lei que oferecia para que Barbacena se tornasse a Capital do Brasil Independente, pois a sua localização interior (longe da costa) proporcionaria uma proteção contra ataques de potências estrangeiras.

Sintetizando, a história de Barbacena guarda relevância com os destinos do Brasil.

7. Absorção pelas elites dos anelos por liberdade

O processo da proclamação da independência não foi o resultado de ato de vontade e impulsividade irrefletida de D. Pedro. O brado nas margens do Ipiranga, no qual declara a independência em relação à corte portuguesa se constituiu no clímax de 322 anos de colonização e exploração do reino, ainda que legal e prevista nos tratados.

Esse foi o desfecho de vitória da liberdade foi muito desejado em inúmeros movimentos, em múltiplas revoltas nativistas ou separatistas que eclodiram e se sucediam naquele período colonial.

Mas para conseguir corporizar aquele momento, foi necessário cumprir custosas etapas, idas e vindas, marchas e contramarchas até que foi conseguida certa aderência, sintetizado em um progressivo processo de convencimento no cerne, no âmago das autoridades coloniais.

Ficou evidente que a Independência era inelutável e representaria efetiva possibilidade de florescimento da economia do país, livre das amarras do reino.

A cada investida em ações contestatórias e libertárias em prol da Independência, com a participação do povo e das elites, a causa se fortalecia, de dentro prá fora, minando as resistências de autoridades antes infensas aos argumentos dos sediciosos.

Essa repetição, esse realejo questionador fixava e inoculava na sociedade crescente consciência dos caminhos libertários que deveriam ser seguidos.

O estadista José Bonifácio de Andrada teve papel crucial na consolidação da irreversibilidade do ato, aparando as arestas, indicando caminhos. Ele foi o Patriarca da Independência. A “fruta da liberdade estava madura” e cumpria colhê-la antes que apodrecesse.

7.1. Revolta dos emboabas

Ocorreu no período de 1708 e 1709, após a descoberta do ouro em minas pelos os Paulistas nas morrarias mineiras. Os paulistas eram liderados por Borba Gato e queriam impedir a entrada nas minas de pessoas egressas de outras capitâneas ou do Reino. Somente os paulistas queriam ter acesso às áreas de minas, para desfrutar com exclusividade as novas riquezas. Por sua vez os revoltosos chamados de Emboabas, era liderado pelo português Manoel Nunes Viana. Os emboabas desejavam a liberdade para que todos pudessem a ter acesso às montanhas e morrarias do reino, onde abundavam as minas de ouro.

Em novembro de 1708, em Cachoeira do Campo, hoje distrito de Ouro Preto, foi um dos palcos do sangrento conflito sendo dizimados mais de 300 revoltosos. A liberdade venceu e os paulistas, que foram vencidos, ora em combates fratricidas, ora em decorrência de traição. Foi um movimento nativista.

7.2. Revolta de Vila Rica por Felipe dos Santos:

A revolta de Vila Rica, protagonizada pelo amotinado Felipe dos Santos, ocorreu em 1720 (ano da Criação da Capitania das Minas de Ouro) e ele se insurgiu contra a criação das Casas de Fundição, e da proibição de circular o ouro em pó, além de prever a taxaço de todos os produtos que entrassem no garimpo.

Ele estava se insurgindo contra a radicalização dos instrumentos de fiscalizaço pela coroa, cada vez mais rígidos.

A tensão entre os mineradores e os administradores portugueses chegou ao limite, quando uma turba de cerca de 2000 revoltosos arrombou a casa do Ouvidor. Foi um ato de insurgência grave.

Os éditos da coroa boliu com os interesses de Felipe dos Santos, revoltoso que tinha muitas posses, sendo um grande tropeiro que seria muito prejudicado com a sanha arrecadatória instituída pela Intendência das Minas. Desejava a liberdade e não ser saqueado pelos prepostos da metrópole.

Em 14/07/1720 as tropas portuguesas reprimiram os revoltosos. Mineiros foram presos, entre eles, Felipe dos Santos, que foi condenado à morte.

Seu fim foi trágico: foi morto arrastado pelos cavalos nas vielas de Vila Rica e sua casa salgada.

Depois de conter a revolta, o governo português resolveu desmembrar a região de Minas Gerais da capitania de São Paulo, com o objetivo de aumentar o controle sob a região.

7.3. Independência dos EUA

Acontecimento que teve o condão de transmitir vivas esperanças de os inconfidentes também conseguirem a independência da região de Minas e do Rio de Janeiro. Tiradentes sempre andava com a Constituição dos Estados Unidos, cuja independência injetou grandes expectativas na elite revoltosa. A efetiva independência das treze colônias americanas provocava uma esperança objetiva de conseguir o mesmo no Brasil. Os ventos libertários conseguidos na América do Norte soprava, regurgitava e enchia de esperança na colônia brasileira.

7.4. Inconfidência Mineira

Foi o mais ousado dos projetos libertários da história colonial em 1789. Tinha o caráter separatista. Ambicionava estruturar uma república como a americana, que ensejaria liberdade de comércio, e promoveria a industrialização.

Era composto pela elite, cléricos, poetas e militares. Os impostos eram cobrados com o Auxílio convincentes dos Dragões. A derrama era a cobrança forçada dos impostos atrasados.

Alguns luminares ilustres participaram da conspiração, Tenente-Coronel Francisco de Paula Freire Andrade como Claudio Manuel da Costa, Alvarenga Peixoto, Alferes Joaquim José da Silva Xavier, dentre outros.

Tiradentes foi um dos líderes mais inflamados. Andava com a constituição americana debaixo do braço.

O movimento foi desencadeado para contrapor a política fiscal da coroa, que não aceitando o fato natural da redução da produção de ouro, persistia na decisão de cobrar os impostos atrasados.

7.5. Revolução Pernambucana

A Revolução Pernambucana, foi um movimento de caráter liberal e republicano verificado em 6 de março de 1817 em Pernambuco.

As ideias iluministas tiveram grande influência para a sua eclosão e combatiam o absolutismo monárquico português. Eram críticos dos gastos excessivos da família real e do seu grande séquito de áulicos, que exigiam o envio de expressivas somas das províncias para o Rio de Janeiro a fim custear o luxo e os requintes da monarquia.

Como Pernambuco enviava vultosas somas para o Rio de Janeiro, para deleite da corte, as obrigações salariais e pagamento dos holerites da Força Pública e as classes sociais desfavorecidas de Pernambuco ficavam desatendidas, gerando grandes insatisfações.

A Revolução Pernambucana foi o único movimento por liberdade do período de dominação portuguesa que ultrapassou a fase conspiratória e atingiu o processo de tomada do poder, ainda que por um período efêmero. Foi durante a insurreição de 1817 que a República foi proclamada pela primeira vez em terras brasileiras.

A repressão da Coroa Portuguesa sempre foi violenta. Quatorze revoltosos da Revolução Pernambucana foram executados pelo crime de lesa-majestade.

7.6. Conjuração Baiana dos alfaiates

A Conjuração Baiana ou Revolta dos Alfaiates foi um movimento político popular ocorrido em Salvador, Bahia, em 1798. Feita quase que totalmente por mulatos e se inspirou na Revolução Francesa e na Independência do Haiti. Os seus principais líderes eram alfaiates.

Objetivava a separação de Portugal e a abolição da escravatura, além de pretender abrir as portas dos mosteiros e das prisões. Augurava-se eliminar os preconceitos de cor e atender às reivindicações das camadas mais humildes da população.

Iniciou com a colagem de manuscritos em locais públicos. Através de confrontação de caligrafia as forças reativas identificaram o Soldado Luis Gonzaga das Virgens e Veiga como responsável.

Pela sua ousadia, Luis Gonzaga das Virgens, foi julgado pela colônia com grande severidade, sendo sumariamente enforcado em 08/11/1799. A conjuração

baiana não teve a participação da Elite, sendo totalmente de extração popular. Mas desejava mudanças. Aspirava a Liberdade.

7.7. Consequências das revoltas contra o Portugal

Cada um dos movimentos libertários, mesmo que tenha se verificado no recuo do tempo, há mais de 300 anos, foram precursores e contribuíram para a consecução da Independência. Foram também construtores do edifício da liberdade para o nosso país.

Tiveram movimentos de **fora para dentro**, ou seja, do povo pressionando a coroa, gerando forte reação, portanto não sendo efetivos, não logrando êxito.

Diante da sequência de movimentos de contestação, o Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrade Silva, implementou uma forma diferente de convencimento das elites, “comendo pelas bordas”, de dentro para fora, foi o grande indutor dessa ação, libertação da coroa após 322 de espoliação portuguesa.

Somente quando, tanto pela *constância das revoltas*, quanto pela gradual percepção das elites de que a nação poderia se beneficiar muito mais com a liberdade a Proclamação da Independência tornou-se factível.

8. Proclamação da Independência em 07/09/1822

Principais acontecimentos da independência do Brasil:

Noticiou-se que a corte em Portugal expediu um decreto determinando que Dom Pedro voltasse ao Reino e fizesse eleger uma junta provisória para desincumbir-se das tarefas da Regência.

Neste momento instalou-se o temor de que o Brasil retroagisse ao status de colônia, retirando os direitos adquiridos com a elevação do Brasil a condição de Reino Unido.

Ocorreram manifestações contra o retorno e as relações se tornaram cada vez mais encrespadas. Veio até um navio com um general português com ordens expressas para o retorno.

Neste imbróglio Dom Pedro recebeu um manifesto do Senado contendo mais de 8 mil assinaturas pedindo a sua permanência em terras Brasileiras.

Então, em 09/01/1822, Dom Pedro pronunciou a célebre frase: “**Se é para o bem de todos e felicidade geral da nação, estou pronto. Diga ao povo que fico**”

A relação entre Portugal e Brasil se deteriorou e em maio de 1822, foi decretado a lei que determinava que as ordens originadas em Portugal somente teriam validade no Brasil se Dom Pedro as aprovasse com o “**cumpra-se**”.

A independência do Brasil foi gradativamente amadurecendo, com a discreta interveniência de José Bonifácio. A classes dirigentes percebeu que a real intenção dos portugueses era restabelecer os laços coloniais, que traria exponenciais prejuízos a nacionalidade.

A situação ficou insustentável e a proclamação da Independência surgia no horizonte como uma possibilidade real. O separatismo se impôs como opção política. O Príncipe regente foi convencido da assertividade desse caminho.

O caminho do rompimento tomava forma e a ideia de elaborar uma Constituição para o Brasil foi encampada. Dom Pedro foi muito influenciado por **d. Maria Leopoldina (sua esposa)**, e por seu principal conselheiro, **José Bonifácio** de Andrada, que tornaria o Patrono da Independência do Brasil, pela sua ação decisiva em momentos cruciais da nossa história.

9. Vultos exponenciais da nossa história

Tiradentes: líder da Inconfidência Mineira no século XVIII. É considerado dos símbolos da luta brasileira contra a colonização portuguesa e pela independência do Brasil.

D. João VI: o rei de Portugal chegou com a corte portuguesa ao Brasil em 1808, dando início a várias ações modernizadoras no Rio de Janeiro, como a abertura dos portos. Em 1815, o Brasil foi elevado à condição de Reino deixando de ser colônia. Tomou medidas que resultaram na construção de universidades, teatros, bibliotecas no Brasil.

Dom Pedro I: recusou acatar as ordens de retorno à Portugal, fez a Constituinte e tornou-se Imperador. Artífice da Independência.

Leopoldina: esposa de Dom Pedro I, assumiu a regência durante a sua viagem. Face às exigências de Portugal para que retornassem ao Reino, ela convocou sessão extraordinária do Conselho de Estado no dia 2 de setembro de 1822, para debater sobre a gravidade daquele momento histórico. Orientou a José Bonifácio que enviasse carta a Dom Pedro I, colocando-o a par dos últimos acontecimentos e decisões.

José Bonifácio de Andrada e Silva: conhecido como Patriarca da Independência, foi um naturalista e estadista brasileiro que teve forte influência política nos primeiros anos do Brasil Império. No momento crucial, pouco antes da independência, enviou o Oficial do Tribunal Militar Major Paulo Bregaro entregar a Pedro uma carta informando sobre a decisão do Conselho de Estado, que culminou com a Declaração da Independência.

Francisco Gomes da Silva, mais conhecido como Chalaça, foi o melhor amigo de Dom Pedro I. Foi secretário e o braço direito de Dom Pedro e juntos construíram uma nação.

Joaquim Gonçalves Ledo: em 15 de setembro de 1821, fundou o jornal *Revérbero Constitucional Fluminense*, órgão de inclinação liberal, que foi um dos primeiros panfletos periódicos que se insurgiu contra o domínio português. Considerado um dos articuladores da Independência do Brasil, foi um dos mais expressivos responsáveis pelo *Dia do Fico* e pela convocação da Assembleia Constituinte de 1822.

Aleijadinho: um dos grandes artistas do Brasil Colonial. É tido como o mais importante escultor do período artístico conhecido como barroco mineiro. Residiu também em Sabará. Suas magníficas obras marcaram época e são admiradas até hoje, pela sua relevância atemporal.

Considerações finais

Até atingirmos à Independência, de forma que a Colônia se transformasse em Império, onde não estaríamos mais submetidos aos caprichos de Portugal, onde poderíamos saudar à abertura dos Portos, onde o Brasil, finalmente livre das amarras do jugo da Metrópole poderíamos exercer nossa autodeterminação.

Logo depois do Descobrimento havia cobiça de outras nações e para ocupar as terras o país foi dividido em Capitânicas Hereditárias doadas aos amigos do Reino. Somente duas prosperaram, a saber: São Vicente (São Paulo) e Pernambuco.

A ocupação da terra se fez necessária, com a implantação dos Engenhos no Ciclo do Açúcar. Em seguida tivemos as Entradas e Bandeiras num movimento de prospecção, interiorização e conhecimento da própria terra. Em seguida encontrou-se Ouro no Rio das Velhas em Minas, dando início ao Cíclico do Ouro.

Portugal se apressou em sistematizar a exploração da riqueza, implantando a Intendência das Minas, que taxava tudo que entrava e que saía da área de garimpo.

Verificou-se uma explosão demográfica, com milhares de pessoas acorrendo ao sertão das Minas. Criou-se “pousos”, que se transformavam em arraiais para depois se tornarem Vilas.

Passamos por conflitos como a Guerra dos Emboabas e depois a Revolta de Felipe dos Santos em Vila Rica que se insurgia contra a adoção das Casas de Fundação.

Em 1720 nasce a Capitania das Minas Gerais e assomaram as nossas terras os primeiros Dragões, origem da Polícia Militar e do Exército. Controle dos Caminhos e da Estrada Real.

Em decorrência do Quinto grandes quantidades de ouro invariavelmente se direcionavam para as “burras” da coroa, servindo para engalanar Conventos faustosos e pagando aos Ingleses. Depois o ouro se tornou escasso e Portugal apertou a cobrança. Teve um governador sabidamente corrupto e indolente (Luis da Cunha Menezes) que ocasionou as Cartas Chilenas que debochava do incompetente governante que infelicitou nossas terras.

Teve a efervescência da Independência das treze colônias nos EUA (que nos estimulou a buscar a nossa) e o iluminismo inaugurava o século das luzes com a prevalência da razão.

Em 1789 Vila Rica era a maior cidade da colônia, com mais de 40 mil habitantes de diversas etnias, raças e credos.

A elite se “fechou em copas”, e foi criada as condições para a revolta da Inconfidência Mineira. Houve participação da elite e de poetas. A presença feminina se fez presente. Os inconfidentes foram delatados em seguida presos. O Alferes Tiradentes assumiu as responsabilidades e depois de 4 anos preso foi enforcado e esquartejado para em seguida se tornar uma lenda e entrar na História como herói.

Foi uma caminhada tortuosa, pontilhada de percalços, de avanços e recuos, marchas e contramarchas para finalmente o sol da liberdade nos sorrir.

Trinta anos após o martírio de Tiradentes, chegamos na almejada Proclamação da Independência. Erigiu-se o Império, felizmente com o território íntegro, com a mesma língua de norte a sul, num país gigante e com imensas possibilidades.

O Hino da Independência sintetizou esse refrão: **Brava gente brasileira longe vá, temor servil; ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil. Ou ficar a Pátria livre, ou morrer pelo Brasil.**

Finalmente, após 322 anos de submissão ao jugo português, surgiu com imponência no horizonte da pátria o fundamental direito à autodeterminação, sem as peias e entraves da condição colonial.

O sol da liberdade raiou na nossa terra, ainda que tardia, com o galardão, flama e garra dos mineiros.

Em última análise, Minas Gerais é orgulhosa de ter contribuído tão decisivamente para a consecução desse objetivo tão majestático que repercutiu e se espalhou em todos os rincões da nacionalidade.

Referências


RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro** – A Formação e o Sentido do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REIS, Eduardo Almeida. **De Colombo a Kubitschek** – Histórias do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

CALMON, Pedro. **História Social do Brasil**. 8ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. 12ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1937.

FOCAS, Júnia Diniz. **Inconfidência Mineira**: A história dos sentidos de uma história. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.



RIO DE JANEIRO
VERSUS
LISBOA

INDEPENDÊNCIA (BRASIL)
VERSUS
CONSTITUIÇÃO (LIBERAL)

Maj Gen Ex João Vieira Borges*

* Presidente da Comissão Portuguesa de História Militar. É Major-General do Exército, licenciado e mestre em Ciências Militares, mestre em Estratégia e doutor em Ciência Política.

Introdução

Nos 200 anos da Independência do Brasil, coincidente com os 200 anos da primeira Constituição em Portugal, pretendemos analisar estes dois acontecimentos marcantes, separados por cerca de quinze dias no ano de 1822 (entre 7 e 23 de setembro), colocando o enfoque nas visões de então, a partir de Lisboa e do Rio de Janeiro. Esta perspectiva analítica e interpretativa, simultaneamente política, diplomática, militar e social, das especificidades e posições de cada um dos lados do Atlântico, não deixará de ter em consideração a narrativa e as principais fontes, mas sobretudo, as posições dos principais atores e autores portugueses e brasileiros.

A separação espacial do Atlântico, a par da separação temporal de cerca de um mês e três semanas que durava a troca de correspondência entre Lisboa e o Rio, foram determinantes, no seu conjunto, para interpretações não sustentadas que deram origem uma evolução não coordenada, nem controlada dos acontecimentos. Durante os cerca de quinze dias, que mediam entre os dois acontecimentos, não houve conhecimento dos mesmos dos dois lados do Atlântico, seja no Rio de Janeiro, seja em Lisboa. Os dois momentos, apesar de tudo previsíveis, mas sobretudo marcantes para o futuro de Portugal e do Brasil, tiveram vários protagonistas internacionais e nacionais, mas dois deles foram claramente decisivos; o Rei D. João VI em Lisboa, e o seu filho D. Pedro I, o novo Imperador do Brasil, no Rio de Janeiro.

Neste artigo pretendemos analisar o período circunscrito aos dois acontecimentos, na perspectiva de Lisboa e do Rio de Janeiro. Nunca saberemos se as ligações entre Lisboa e o Rio fossem mais céleres qual seria o desenlace. Mas duas certezas temos: a primeira, do lado do Rio de Janeiro, relativa à inevitável

Independência do novo Brasil (que só seria reconhecida por Portugal em 1825); a segunda, relativa à implantação da monarquia constitucional em Portugal, que daria origem a uma guerra fratricida (1828-1834) entre os irmãos D. Pedro e D. Miguel, e que se prolongaria mesmo para além da convenção de Évora Monte (26 de maio de 1834) até 1851 (seguindo-se a «Regeneração»). Ainda hoje, a abordagem historiográfica destes acontecimentos tão importantes (que ultrapassaram as fronteiras de Portugal) e próximos no tempo, é feita com pesos diferentes, conforme a perspectiva seja oriunda da “Academia” de Portugal (centrada na Constituição) ou do Brasil (centrada na Independência).

Assim, começamos pelo Congresso de Viena (1815) e caminhamos até à revolução liberal do Porto (1820), que se estende a Lisboa e a todo o Reino (inclusivamente ao Brasil). Neste período, a corte e a capital estão no Brasil (desde 1808) e assim, as posturas de Lisboa e do Rio de Janeiro estão em linha, apesar do desagrado de Lisboa, que se sente colónia do Rio.

Numa segunda parte, destacamos a influência da revolução liberal na alteração do regime político, mas também na relação entre Lisboa e o Rio, numa tentativa de igualar o Brasil a todas as restantes possessões. Deu assim força ao processo da independência do Brasil, obrigou o Rei D. João VI a voltar a Portugal e tornou D. Pedro como principal adversário, que assim liderou um processo único, com visões necessariamente diferentes a partir do Rio ou de Lisboa.

Numa terceira parte destacamos os acontecimentos verificados em setembro de 1822 e tentamos compreender de que modo a referida falta de comunicação (em função do espaço e do tempo) terá contribuído para a Independência do Brasil e para a primeira Constituição Portuguesa.

Deixaremos ainda umas considerações finais, em jeito de análise das visões de Lisboa e do Rio, tanto de ontem como de hoje. Uma visão é hoje comum em Lisboa e no Rio: os dias 7 e 23 de setembro de 1822 fazem parte da história comum do Brasil e de Portugal, que todos os falantes de Camões respeitam orgulhosamente. Compreender a História “no seu tempo”, leva ao respeito dos factos e pelos protagonistas que, em Portugal e no Brasil, lutaram pelas suas convicções (a liberdade, a igualdade, e o princípio do fim da escravatura). Mas leva também (e felizmente) à liberdade de opinião (conquistada nessa altura), seja no (e do) Rio ou em (e de) Lisboa.

1. Do Congresso de Viena à Revolução Liberal

Num novo mundo dominado pelas potências vencedoras de Napoleão (Grã-Bretanha, Prússia, Áustria e Rússia), com um novo equilíbrio de poderes e novos atores decorrentes dos movimentos de sublevação e independência na América espanhola, a participação de Portugal no Congresso de Viena não foi fácil, apesar da legitimidade e autoridade decorrentes dos extraordinários sacrifícios na luta contra o invasor francês.

Portugal participou no Congresso, com uma delegação presidida pelo conde de Palmela, Pedro de Sousa e Holstein (futuro duque de Palmela), claramente condicionado pelo facto do governo e do Rei D. João VI se encontrarem separados pelo Atlântico, mas também pelo *principio da legitimidade* de Talleyrand, ou seja, pelo regresso às fronteiras de 1792, anteriores às campanhas militares desencadeadas no âmbito da Revolução Francesa. Com o apoio da Grã-Bretanha, o conde de Palmela conseguiu negociar quatro questões relacionadas com os interesses nacionais¹, nomeadamente:

- » a restituição de Olivença (perdida para os espanhóis desde 1801²);
- » a proibição do tráfico de escravos, considerado “repugnante aos princípios da humanidade e da moral universal”, sendo limitada a esfera geográfica de abolição da escravatura à costa de África a norte do Equador e tendo assumido um acordo de transição de oito anos para a sua extinção;

1) Ver “ZAMOYSKI, Adam. Rites of Peace: The fall of Napoleon and the Congress of Vienna. New York: HarperCollins Publishers, 2007” e “FARIA, Ana Leal. Arquitectos da Paz: A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815. Lisboa: Tribuna da História, 2008”. Relativamente a indemnizações a pagar pelos franceses, foi atribuída a Portugal a mais baixa de todas, inferior inclusivamente à da Suíça e da Dinamarca.

2) Pelo artigo 105 do “Acto Final”, ficou consagrado o direito da Coroa Portuguesa ao território de Olivença e os outros territórios cedidos à Espanha pelo Tratado de Badajoz. Apesar da resistência inicial, a Espanha acabaria por ratificar o Tratado a 7 de maio de 1817 (mas nunca restituiria Olivença!).

- » a restituição da Guiana francesa, ocupada por Portugal em 1808 (a fronteira com a França ficou nos termos definidos em Utreque, na linha do rio Oiapoque);
- » e a anulação do tratado luso-britânico de 19 de fevereiro de 1810, que estipulava a cedência de Bissau e Cacheu à Inglaterra se, por diligência desta, a praça fosse recuperada.³

Entretanto, foi criado o “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”⁴, por carta régia de 16 de dezembro de 1815, na sequência de aprovação no Congresso e na perspectiva de que a Corte permaneceria no Brasil e de que o governo de Lisboa seria entregue ao Príncipe D. Pedro⁵. O Brasil deixava de ser uma colônia aos olhos do mundo, o que, na prática, já era assim percebido desde a chegada da Corte ao Rio de Janeiro em 1808⁶. Para Oliveira Marques a criação do novo Reino constituiu uma mera tentativa de «esmagar propósitos separatistas»⁷. Para alguns historiadores constituiu um ato meramente simbólico e para outros a concretização de uma proposta de Talleyrand aos delegados portugueses do Congresso de Viena. Na nossa perspectiva, e independentemente dos pressupostos, intenções e interesses então manifestados, a criação do Reino do Brasil constituiu, de facto, o corolário normal da presença da Corte no Rio e, simultaneamente, um dos principais passos no caminho inevitável da Independência.

Pouco depois da criação do Reino Unido, que fragilizou as já desgastadas relações do Rei com os seus súbditos da metrópole, faleceu D. Maria I, a 20 de março de 1816, o que pressuponha, para a maioria dos portugueses e estrangeiros, que o D. João VI voltaria finalmente a Portugal. Entretanto, e apesar da pressão

-
- 4) Invoca a «vastidão e localidade» dos domínios na América, reconhece as vantagens de «uma perfeita união e identidade» e leva «este àquela graduação e categoria política» (FARIA, Ana Leal de. *A Ideia de uma Monarquia Portuguesa Intercontinental*, na *História e na Historiografia*. In: *Actas XXV - Colóquio de História Militar*, Lisboa: CPHM, 2017, p. 34).
 - 5) O que permitiu conduzir (em Viena) as negociações que levariam ao casamento do Príncipe D. Pedro com D. Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo.
 - 6) E em especial a partir de 2 de janeiro de 1809, quando na Carta Régia dirigida pelo Príncipe Regente aos Governadores do Reino, proclamava que a capital do Império português estava no Rio de Janeiro «onde Eu existo e resido é que necessariamente se deve considerar a Sede, e o ponto central do Império» (FARIA, Ana Leal de. *A Ideia de uma Monarquia Portuguesa Intercontinental*, na *História e na Historiografia*. In: *Actas XXV - Colóquio de História Militar*, Lisboa: CPHM, 2017, p. 30).
 - 7) MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal*, v. I. Lisboa: Ed. Ágora, 1972, p. 619.

da Inglaterra, D. João VI não voltou a Lisboa, preferindo adiar a aclamação como D. João VI, para 6 de fevereiro de 1818, ainda no Reino do Brasil, e depois do casamento de D. Pedro com a duquesa Leopoldina, filha do imperador Francisco II (por procuração, a 13 de maio de 1817- a duquesa só chegaria ao Brasil a 5 de novembro). Durante esse período, D. João VI teve ainda de enfrentar a Revolução Pernambucana (6 de março a 20 de maio de 1817)⁸ e a possibilidade da mesma se estender à Baía. A partir da aclamação, com a situação mais estável, passou a discutir-se, tanto em Portugal como na Europa, a razão porque o Rei não voltava a Lisboa.

E a “espoleta” seria a revolução no Porto e depois em Lisboa. Efetivamente, com a revolução liberal de 1820, que teve lugar a 24 de agosto no Porto⁹, e que se estenderia a Lisboa no dia 15 de setembro, a opção de D. João VI de se manter no Brasil tornou-se ainda mais discutível e discutida. Entretanto, a notícia da revolução no Porto só chegaria ao Rio de Janeiro a 17 de outubro, quase dois meses depois. Nessa data, a revolução já se tinha estendido a Lisboa (do conhecimento do Rio de Janeiro somente a 11 de novembro) e muitos outros acontecimentos tinham alterado profundamente a situação política em Portugal e mesmo no Brasil. As condicionantes do espaço e do tempo, que tinham sido favoráveis para Portugal entre 1807 e 1815, agora, tal como durante o Congresso de Viena, dificultavam a tomada de decisão do Rei e do seu governo, que tinham o Atlântico como obstáculo natural.

Depois do marechal William Beresford ter sido afastado da regência, no dia da sua chegada a Lisboa, a 12 de outubro (vinha agindo como se fosse o Rei absoluto), as juntas de Lisboa e do Porto uniam-se a 27 de outubro, num governo em Alcobça, curiosamente “leal ao mais amável dos soberanos, «o nosso adorado monarca»”.

Várias razões deram origem ao movimento liberal, entre as quais estarão, certamente: a frustração da população metropolitana (e em especial dos

-
- 8) Também conhecida por Revolução dos Padres, foi um movimento de cariz liberal e republicano. Teve origem nas ideias liberais propagadas pelas sociedades maçónicas, mas também no descontentamento relativamente ao absolutismo monárquico e ao desvio de grandes somas da região para o Rio de Janeiro. Ultrapassou a fase conspiratória e atingiu o processo de tomada de poder de cariz republicano, tendo atrasado a aclamação e D. João VI e a viagem de Leopoldina da Áustria. O movimento (mais marcante que a Inconfidência Mineira de 1789-1792 e a Conjuração Baiana de 1798-99), que foi apoiado inclusivamente pelos EUA, só seria controlado através de violenta repressão por parte da Coroa.
- 9) Liderada por Manuel Fernandes Tomás, Silva Carvalho e Ferreira Borges - fundadores do «Sinédrio».

negociantes e produtores) com a grave situação económica; o poder excessivo dos britânicos, que também dominavam os quadros superiores de um Exército claramente desproporcional¹⁰; o ressentimento das elites no que respeita à transferência da capital de Lisboa para o Rio (“colónia de uma colónia”); e a influência do que se passava em Madrid com o movimento constitucionalista.

A questão económica era efetivamente muito importante e contribuiu, em parte significativa, para o descontentamento do povo em geral e dos negociantes e produtores em particular, sobretudo a partir de 1815, após a paz geral na Europa. “Sem o exclusivo do Brasil (desde 1808), o valor do comércio externo português contraiu-se, sobretudo depois de 1818: de 66100 contos por ano em 1803-1807 para 58500 em 1813-1817 e 42900 em 1818-1822... [...] O número de barcos portugueses entrados no Rio de Janeiro passou de 777 em 1807 para 212 em 1820... [...] em junho de 1820, o Estado estava à beira de uma «suspensão de pagamentos»”¹¹. A concorrência de outros países, casos dos EUA e de Cuba, num novo sistema liberal de comércio, confrontava os negociantes e produtores portugueses com novos desafios.

Relativamente à convocação das Cortes em Portugal, o governo de D. João VI tinha três modalidades de ação possíveis: dissolvê-las pela força; aceitá-las na íntegra; ou tentar controlá-las. D. João VI, em linha com a sua maneira de ser, preferiu o compromisso (em vez do conflito), autorizando as Cortes com carácter consultivo (de acordo com a tradição portuguesa).

2. Da Revolução Liberal aos Decretos de julho de 1822

Na metrópole, as Cortes iniciaram os seus trabalhos a 26 de janeiro de 1821, com 100 deputados portugueses (a que se deveriam juntar 65 do Brasil, 9 dos Açores e Madeira e 7 pelos domínios da África e da Ásia), enquanto os 46 brasileiros só tomariam parte a 29 de agosto, quando já tinham sido tomadas

-
- 10) O Exército “pesado” da Guerra Peninsular, já depois de liberto da maioria das lideranças inglesas, ainda consumia 73,5 % da receita corrente em 1821 e 76,8 % em 1822 (RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. História de Portugal. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 466).
- 11) RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. História de Portugal. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 451-452.

decisões importantes, como os chamados «decretos de outubro»¹². A Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, seria substituída a 30 de janeiro de 2021 por uma Regência, que passou a exercer o poder executivo e constituinte em nome de D. João VI, animada pela espírito liberal, pela esperança de uma forma melhor de governo, por um certo nacionalismo e por uma nova constituição em construção.

O Rei ainda propôs, a 18 de fevereiro, que o Brasil tivesse uma Constituição diferente da de Portugal, proposta que foi recusada pelas Cortes, que assim rejeitavam a “especificidade” do Brasil. No final de fevereiro sucederam-se vários movimentos que quase colocavam em causa a unidade do Brasil. E foi “a hábil intervenção de D. Pedro que impediu a adoção interina da constituição espanhola como ocorrera na Baía e repeliu o risco de cisão do Brasil em repúblicas independentes, como estava a suceder na América espanhola”¹³.

Feito o juramento à futura constituição, e substituídos os membros do governo (caso de Silvestre Pinheiro Ferreira para ministro dos Negócios estrangeiros e da Guerra), D. João VI emitia novos decretos de cariz mais liberal, logo a seguir a 26 de fevereiro: liberdade de imprensa a 2 de março; aprovação das instruções para a eleição de deputados do Brasil às Cortes de Lisboa, a 7 de março, que incluía ainda a permanência de D. Pedro no Rio e a partida do Rei D. João VI para Lisboa.

A 22 de abril, o Rei ainda anulou os decretos dos dois dias anteriores, em que, sob pressão dos militares, declarara que a constituição espanhola vigoraria no Brasil até à promulgação da nova pelas Cortes, tendo ainda estabelecido os poderes da Regência e do Governo Provisório do Reino do Brasil¹⁴, confiado a D. Pedro.

E assim, após cerca de treze anos no Brasil, o Rei D. João VI percebeu que era imprescindível a sua presença em Lisboa, muito influenciado pelo conde de Palmela, liberal moderado, chegado ao Rio a 20 de dezembro e entretanto

12) Caso da criação de juntas de governo das províncias (em vez de capitânias), diretamente subordinadas às Cortes e ao Rei, da destituição das autoridades militares, da extinção da casa da suplicação e de todos os tribunais superiores instalados desde 1808 e ainda da imposição para que D. Pedro regressasse a Lisboa. Estes decretos só chegariam ao Brasil em dezembro de 1821, tendo provocado grande agitação política e social.

13) LIGHT, Kenneth (org.). *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*. Lisboa: Tribuna, 2007, p. 232.

14) No Rio de Janeiro continuou o governo central e não as juntas governativas como no Pará e na Baía.

nomeado ministro da Guerra e dos Negócios Estrangeiros. Partiu a 26 de abril, numa armada de 12 navios e com cerca de 4000 pessoas, tendo chegado a Lisboa 3 de julho de 1821, na esperança de moderar o radicalismo liberal vigente. Ao deixar o Brasil, tinha consciência de que a antiga colónia se tornaria independente e por isso terá dito a seu filho D. Pedro, novo regente do Reino: «Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me há-de respeitar, do que para algum desses aventureiros». Era espectável que a chegada da Corte, tal como a sua partida, iria ter grandes consequências para o ainda Reino Unido. Mas se ficasse no Rio, certamente que perderia a Coroa de Portugal e assim, apesar de ser quase certa a perda do Brasil, havia a possibilidade da continuidade dos Braganças na América do Sul. Esta reflexão foi feita em panfletos distribuídos no Brasil¹⁵, que depois seriam contestados em Portugal¹⁶.

O Rei D. João VI foi tratado com respeito e cordialidade pelos liberais, e no dia seguinte à sua chegada, jurou as “Bases da Constituição”, com a seguinte fórmula: «Eu, D. João VI, pela graça de Deus e pela constituição, rei do reino unido de Portugal, Brasil e Algarves, juro aos Santos Evangelhos manter a religião católica, apostólica romana, observar e fazer observar as bases da constituição decretada pelas cortes gerais, extraordinárias e constituintes da nação portuguesa, e a constituição que elas fizerem e ser em tudo fiel à mesma nação.» D. João VI dava assim, uma legitimidade dinástica à revolução, o que lhe valeu a popularidade na opinião pública.

Entretanto, as Cortes¹⁷ que elaboraram a Constituição de 1822 foram eleitas segundo o sistema prescrito na Constituição de Cádiz de 1812, no início de um movimento democrático e constitucionalista moderno, que consagrava a doutrina da soberania da Nação, o respeito da personalidade individual e a igualdade jurídica.

15) “Le roi et la famille royale doivent-ils, dans les circonstances présentes, retourner en Portugal, ou bien rester au Brésil”, editado em janeiro de 1821 na Imprensa Régia do Rio de Janeiro, e quase certamente da autoria de Silvestre Pinheiro Ferreira (LIGHT, Kenneth (org.). *A Transferência da Capital e Corte para o Brasil*. Lisboa: Tribuna, 2007, p. 230).

16) “Considerações sobre a integridade da monarquia portuguesa”, contestação publicada em abril de 1821.

17) “Os magistrados, professores da universidade e funcionários estavam em maioria (39%), seguidos de médicos e advogados (27%) e militares (19%). A assembleia distinguia-se ainda por ter poucos padres e nenhum nobre titular.” (RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 461.

Durante o processo de elaboração da nova Constituição, os deputados portugueses atuaram maioritariamente em oposição à posição dos deputados brasileiros, numa postura política que situava a relação entre Portugal e o Brasil no período anterior a 1808. Apesar de muitos dos deputados brasileiros defenderem claramente as ideias liberais, o sentimento generalizado era de que as Cortes (muito influenciadas pelas lojas maçónicas) pretendiam que D. Pedro voltasse a Portugal e o Brasil se transformasse numa colónia igual a todas as outras. Entre as propostas recusadas destacam-se: “que a capital da monarquia alternasse entre Lisboa e o Rio de Janeiro; que houvesse dois parlamentos, um no Brasil e outro em Portugal; que o governo do Brasil fosse mais do que uma delegação do Governo de Lisboa”.¹⁸

Foi neste ambiente de claro antagonismo entre os deputados portugueses e os brasileiros, que D. Pedro decidiu ficar no Brasil, em resposta ao apelo das Cortes para voltar a Portugal. A decisão, que teve o apoio das elites brasileiras, foi tomada publicamente no dia 9 de janeiro de 1822, conhecido como o dia do Fico. A tropa portuguesa (Divisão Auxiliadora), sob a liderança do general Jorge de Avilez bem tentou alterar a posição de D. Pedro (caso do pronunciamento de 11 de janeiro), mas rapidamente se formaram milícias populares armadas com brasileiros e portugueses, que sob o comando do Tenente-general Joaquim Xavier Curado obrigaram as forças portuguesas à retirada. Entretanto, D. Pedro formou um novo governo a 16 de janeiro, tendo José Bonifácio como ministro do reino, o qual liderou, na prática, todo o processo que se seguiu até à Independência do Brasil.

A 21 de fevereiro, por portaria do mesmo José Bonifácio, o desembargador chanceler-mor do reino recebia ordens para que «de hoje em diante não deve fazer cumprir as leis que vierem de Portugal sem que primeiro sejam submetidas ao beneplácito do Príncipe Regente.». A 13 de maio, D. Pedro aceitou o título de “Defensor Perpétuo do Brasil”, oferecido pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro. E a 2 de junho teve lugar a primeira reunião dos Procuradores das Províncias (que requeriam a D. Pedro a convocação de uma Assembleia Constituinte) e pouco depois, a 19 de junho, o ministro José Bonifácio dava instruções no sentido da convocação de uma Assembleia Constituinte. O processo político de um novo Brasil consolidava-se rapidamente no Rio, enquanto em Lisboa se discutiam as grandes linhas da nova Constituição.

18) RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. História de Portugal. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 460.

Entretanto, as posições extremadas de ambas as partes (Cortes de Lisboa e Governo do Rio), levariam a que D. Pedro, por decreto de 1 de agosto, considerasse “como inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil e se recusassem a regressar imediatamente”. Num manifesto do mesmo dia, também assinado por D. Pedro, pode-se ler: “Do Amazonas ao Prata não retumbe outro eco que não seja a independência”.¹⁹ A justificação destas e de outras posições do governo brasileiro, foi tornada pública através de um novo manifesto datado de 6 de agosto e dirigido às nações amigas “convidando-as a entrar em relações com o Brasil e a enviar-lhe agentes diplomáticos”. Apesar de conflitos com partidários das Cortes em regiões como a Baía e o Recife (segundo Guilherme Frota - a soldo da lealdade a ideais e com honra), o processo político consolidava-se muito rapidamente no Rio no sentido da autonomia do Brasil. E de Lisboa não havia essa percepção, talvez pela celeridade do processo e pela distância física e temporal entre o Rio e Lisboa.

Entretanto, novos decretos das Cortes, que tinham saído de Lisboa a 3 de julho, precipitaram a decisão tomada por D. Pedro (e apoiada pelo governo e pela princesa Leopoldina), a 7 de setembro de 1822, nas margens do Ipiranga, em São Paulo: “É tempo! Independência ou Morte. Estamos separados de Portugal!”.

Os novos decretos incluíam a rejeição das Cortes no que respeita ao Ato Adicional à Constituição relativo à organização em particular do Reino do Brasil, à declaração de nulidade do decreto de D. Pedro que convocara procuradores-gerais das províncias, e à responsabilização e processamento do ministério do Rio de Janeiro, assim como aos membros da Junta de São Paulo. Efetivamente, a resposta de D. Pedro não poderia ser outra, caso contrário perderia toda a legitimidade que tinha granjeado e a evolução do processo político seria certamente outra, seguramente com consequências ao nível do tipo de regime, das próprias lideranças e eventualmente da divisão do Brasil. Com cerca de 4,5 milhões de habitantes, o novo Brasil tinha agora o desafio da consolidação do processo político relativo à sua independência como Estado uno e soberano no concerto das Nações.

19) FROTA, Professor Guilherme A. Lutas da Independência do Brasil. *In: Actas do X Colóquio de História Militar*. Lisboa: CPHM, 2000, p. 250.

3. Do Ipiranga à Constituição: o setembro do Brasil e de Portugal

Na sequência dos acontecimentos que tiveram lugar no Rio, as Cortes de Lisboa decidiram reagir pela força, usando tropas portuguesas no Brasil, assim como a fidelidade das províncias do Norte (Baía, Pará, Maranhão e Piauí). Mas a resistência (na denominada guerra da independência) foi curta e de pouca intensidade, pois D. Pedro foi determinado em afastar os defensores das Cortes²⁰ e da nova Constituição Portuguesa.

De acordo com Sérgio Muniz Costa²¹, a “Guerra da Independência foi a série de campanhas, batalhas e combates ocorridos entre 1822 e 1823 que culminaram na expulsão do Brasil das forças portuguesas que não reconheciam o governo do príncipe D. Pedro sediado no Rio de Janeiro.” Na prática, de um lado estiveram as forças portuguesas apoiadas pelas Cortes de Lisboa e do outro, brasileiros, portugueses e até estrangeiros que apoiavam a Independência do Brasil. Tornou-se mais numa questão ideológica, em que havia brasileiros e portugueses de ambos os lados, situação que seria bem mais crítica em Portugal nos anos da guerra civil e até 1851. Ou seja, esta foi uma Guerra da Independência bem diferente de todas as outras que ocorreram na América do Norte e na América espanhola, na busca da união de todas as províncias, que daria origem ao grande Brasil, construído ao longo de mais de 322 anos, desde a chegada de Pedro Álvares Cabral a Porto Seguro (Bahia) a 22 de abril de 1500. E os poucos combates e batalhas, que se iniciaram na Baía, com o bombardeamento da Vila da Cachoeira em junho de 1822, terminariam com o combate naval de Montevidéu, a 21 de outubro de 1823²². Assim, para o mesmo autor brasileiro “... sem a guerra não haveria Sete de Setembro, sem Sete de Setembro a guerra não seria vencida e sem vitória não haveria Independência.”²³. Na realidade nunca saberemos a resposta aos “sem” mas, na nossa perspetiva, a Independência era inevitável, com ou sem

20) Os comerciantes da metrópole sustentavam as lutas dos liberais contra a independência do Brasil, na esperança (nunca assumida) de que assim recuperariam o monopólio das colónias.

21) COSTA, Sérgio Paulo Moniz. Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2021, 417.

22) Numa Paz que seria ratificada pelo tratado de reconhecimento da Independência, a 29 de agosto de 1825.

23) COSTA, Sérgio Paulo Moniz. Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2021, p. 447.

guerra, em setembro ou em outubro, pois todo o processo político fora bem conduzido por José Bonifácio e por D. Pedro.

Para o historiador brasileiro Guilherme Frota²⁴, as batalhas e combates da Guerra da Independência nunca motivaram o povo brasileiro, nem chegaram a despertar o imaginário popular, devido à “ausência de batalhas magníficas”, ao “pouco sangue derramado” e “à rapidez com que tudo se completou”. Para o mesmo autor do livro “500 Anos de História do Brasil”, estas mesmas lutas e batalhas, independentemente das suas características, levaram ao reconhecimento da autoridade de D. Pedro I, de norte a sul de todo o Brasil e a conservar o Brasil em toda a sua grandeza, tendo constituído ainda, “a verdadeira certidão de nascimento da Força Militar Brasileira”.

Por outro lado, para o português Rui Ramos

A revolta separatista no Brasil foi assim o resultado, não de um movimento independentista prévio, mas da dinâmica política criada pelas Cortes, e cresceu através da imprensa, associações e reuniões que o constitucionalismo também fomentou nas grandes cidades brasileiras (O Rio de Janeiro e Salvador eram a segunda e a terceira maiores cidades da monarquia, depois de Lisboa).²⁵

Do lado de Lisboa, a Constituição portuguesa seria aprovada a 23 de setembro de 1822, por 141 deputados, entre os quais os representantes vintistas e Manuel Fernandes Tomás (e 36 deputados do Brasil, 25 dos quais do nordeste). E a 1 de outubro do mesmo ano, D. João VI, o primeiro Rei constitucional, jurava a constituição²⁶ com a seguinte fórmula: «Aceito, e juro guardar e fazer guardar a Constituição política da monarquia portuguesa, que acabam de decretar as Cortes constituintes da mesma Nação.». De acordo com a nova Constituição o poder legislativo cabia à Câmara dos deputados (as Cortes), o executivo ao Rei (que designava os ministros) e o judicial aos Tribunais, com juizes nomeados pelo executivo. Apesar de aceitar o catolicismo como religião de Estado, atribuía

24) FROTA, Professor Guilherme A. Lutas da Independência do Brasil. *In*: Actas do X Colóquio de História Militar. Lisboa: CPHM, 2000, p. 261-262.

25) RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. História de Portugal. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 471.

26) D. Carlota Joaquina recusou-se a jurar a Constituição. Assim, dois decretos de 4 de dezembro retiraram-lhe os direitos civis e políticos e só não foi expulsa do Reino, porque alegou mau estado de saúde. O Rei fixou-lhe residência em Sintra, onde continuou a conspirar contra o regime, tendo arrastado D. Miguel para o partido absolutista e assim para a guerra civil.

a direção política ao parlamento (em vez do rei – que não tinha direito de veto sobre a legislação aprovada na Câmara).

Pouco depois, no Rio, a 12 de outubro, D. Pedro foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil no Rio de Janeiro (sem renunciar ao trono de Portugal) e somente a 3 de maio de 1823 presidiria à abertura da Assembleia Constituinte, altura em que reconduziu as tropas portuguesas da Divisão Auxiliadora para Lisboa, onde chegariam em dezembro do mesmo ano.

No entanto, a referida Assembleia Constituinte seria dissolvida pouco depois, por decreto do Imperador D. Pedro, a 12 de novembro de 1823. Assim, a primeira constituição do Brasil só seria outorgada pelo novo Imperador (que a encomendara ao Conselho de Estado), a 24 de março de 1824, tendo sido considerada como uma das mais liberais de seu tempo, baseada na constituição francesa de 1791 e na espanhola de 1812. Mas teria longa duração, pois só seria revogada a 24 de fevereiro de 1891.

Entretanto, Portugal reconheceria a independência do Brasil e a decorrente separação de Portugal por Carta de Lei de 13 de maio de 1825, após um processo complexo, com intervenção de vários atores e que salvaguardou a manutenção das restantes colónias. O tratado de separação do Brasil, assinado no Rio de Janeiro a 29 de agosto não estipulava os direitos de sucessão ao trono português. A ratificação foi feita por D. João VI a 15 de novembro em Mafra, a última cerimónia pública a que presidiu (viria a falecer a 10 de março de 1826), em ambiente de grande tristeza (em mais de 3000 pessoas presentes - só duas o felicitaram). No entanto, a situação em Portugal foi-se agravando em termos económicos²⁷ e políticos, com uma guerra civil intermitente, que só terminaria em 1851, após muita destruição, pobreza e divisão.

Entretanto, a secessão do Reino do Brasil (logo aproveitada pela GB e pelos EUA para alargarem a sua influência na região) ameaçava abalar a soberania portuguesa noutras colónias, designadamente em África. É importante sublinhar a relação do Brasil com África no que concerne à escravatura, tão apoiada pelos comerciantes portugueses e em sentido contrário às ideias liberais. “Estima-se que entre 1790 e 1830, 700 mil africanos terão sido vendidos como escravos no

27) “Sem o exclusivo do Brasil, o valor do comércio externo português diminuiu 75 por cento entre 1800 e 1831” (RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. História de Portugal. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010, p. 457).

porto do Rio de Janeiro, a maioria deles oriundos de Angola”.²⁸ Seria a própria GB a impedir que a independência brasileira pudesse arrastar consigo a absorção de outras possessões portuguesas (no reconhecimento do Brasil colocou como condição “a renúncia aos domínios africanos da Coroa Portuguesa” e pouco depois, em 1828, celebrava um pacto de defesa com Portugal para prevenir interferências externas nas colónias africanas em geral). Apesar da independência do Brasil o Império manteve-se unido e defendido.

Considerações finais

O Rio de Janeiro tornou-se no centro político, social, cultural e económico do Império Português, após a chegada da Corte em 1808. Do outro lado do Atlântico, Lisboa tornou-se gradualmente numa “colónia da colónia” para a maioria dos continentais, situação agravada pelo domínio dos ingleses e pela grave situação económica.

Entretanto, o liberalismo, que estava em crescendo dos dois lados do Atlântico, tinha defensores da Independência do lado do Rio e de uma monarquia constitucional em Lisboa. Com a elevação do estatuto do Brasil a Reino, em 1815, na sequência do Congresso de Viena, acentuou-se o poder do Rio de Janeiro, assim como o descontentamento em Lisboa. Se do lado da América, houve desentendimentos em função da concentração de poderes e da manutenção da Corte no Rio, como a Revolução Pernambucana de 1817, do lado de Lisboa, o descontentamento acentuou-se entre a população em geral até que não foi possível controlar a revolução do Porto em 1820, a qual rapidamente se estendeu a Lisboa e a todo o país.

Efetivamente, a grande espoleta seria liberta com a revolução liberal de 1820 em Portugal. No período entre 1820 e 1822, a alteração do regime em Portugal, em vez de proclamar a liberdade, a igualdade e a abertura a novas perspetivas para o sistema imperial como um todo, “produziu uma crise de enormes proporções entre Lisboa e o Rio de Janeiro”.²⁹ Se para os continentais a revolução era entendida como a libertação (política, ideológica, económica e religiosa), para os brasileiros era percebida como uma manifestação de prepotência dos

28) COSTA, Sérgio Paulo Moniz. Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2021, p. 351.

29) COSTA, Sérgio Paulo Moniz. Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2021, p. 348.

poderosos de Lisboa. “As Cortes vintistas subestimaram a insatisfação que as suas intenções suscitaram entre amplos sectores das elites brasileiras, elas próprias expostas à influência dos movimentos independentistas na América Espanhola e às doutrinas livre-cambistas então em voga, e mediram mal as reações internacionais que uma reposição dos status quo poderia desencadear, desde logo junto dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha”.³⁰ Mas os brasileiros já eram diferentes, já dispunham de elites que podiam continuar a ser a cabeça de um novo Império na América, mesmo combatendo pretensões separatistas como no Pará, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí, as quais colocaram em causa o sentimento de pertença comum a um só Brasil,³¹ desafio que D. Pedro conseguiu ultrapassar com determinação, mas sobretudo com o apoio das elites e dos novos militares brasileiros.

As duas cidades, Lisboa e o Rio de Janeiro, foram marcantes em todo o processo de Independência do Brasil e da aprovação da nova Constituição Liberal em Portugal. As visões diferentes, decorrentes de interesses diferentes, levariam a uma Guerra da Independência, de curta duração, com poucas batalhas e felizmente com “pouco sangue derramado”, que se tornou numa verdadeira guerra pela união do Brasil. Foi como se tratasse de um filho que se libertou dos pais, mas também de alguns amigos que consigo viviam, para ter a sua autonomia.

Em todo este processo, o mês de setembro de 1822 foi determinante para Lisboa e para o Rio de Janeiro, mas sobretudo para a História de Portugal e do Brasil. O tempo e o espaço foram determinantes para que o 7 de setembro no Brasil, e o 23 de setembro em Portugal, tivessem lugar sem qualquer possibilidade de intervenção, de resposta ou de moderação. Na prática, o elo que unia os dois lados do Atlântico era a revolução liberal, a razão primária de todas as manifestações e de todos os combates. Foram realmente os ideais, que construíram a Independência do Brasil e alteraram o regime em Portugal. Portugueses ou brasileiros, ficando ou voltando, foram influenciados pelas ideias de liberdade e de igualdade, no fundo pelos ventos da revolução francesa e norte-americana.

D. João VI e D. Pedro foram os pilotos da mudança, apoiados em Lisboa e no Rio de Janeiro por elites capazes, bem formadas, flexíveis e conhecedoras das mudanças que se verificavam no Mundo do seu tempo. Só assim a separação dos dois reinos e a mudança de regime político não deram origem a lutas, combates

30) COSTA, Sérgio Paulo Moniz. Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2021, p. 349.

31) COSTA, Sérgio Paulo Moniz. Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2021, p. 343.

e desgraças maiores. Infelizmente, no caso de Portugal, o processo que se seguiu daria origem a uma guerra fratricida, mas já sem o Rei João VI, o Clemente.

Ontem como hoje, os escritos sobre estes dois acontecimentos de setembro de 1822, apresentam diferentes pesos de abordagem consoante sejam do lado do Rio Janeiro ou de Lisboa, do Brasil ou de Portugal. A narrativa não é muito diferente e a análise tem maior relação com a postura ideológica dos historiadores do que com a origem dos mesmos. Se do lado do Brasil o peso é centrado na Guerra da Independência, no processo político que conduziu à Independência, e em D. Pedro, do lado de Portugal a questão da constituição liberal tem maior peso, assim como D. João VI e todo o processo que daria origem à guerra civil.

Em conclusão, e independentemente da riqueza da liberdade de opinião, das visões mais ou menos ideológicas, e dos fatores espaço-temporais, é importante que os portugueses leiam (e citem) estudos brasileiros e os brasileiros leiam (e citem) estudos portugueses sobre a Independência do Brasil e sobre a primeira Constituição portuguesa. O Atlântico é hoje mais um fator de coesão do que um obstáculo natural e a nossa História comum ficará certamente mais enriquecida com o respeito pela História de cada um dos lados, seja verde e amarelo ou vermelho e verde.

Referências

BORGES, João Vieira. Transferir a Capital e Corte para o Brasil: ou como Manter a Soberania sem dar um Tiro. **Revista Militar**, n. 8/9, Agosto, Lisboa, p. 805-822, 2010.

CARVALHO, Manuel Emílio Gomes de. **Os deputados Brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

COMISSÃO PORTUGUESA DE HISTÓRIA MILITAR. **Actas XXV - Colóquio de História Militar: Bicentenário da criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves: as causas, o desenvolvimento e as consequências do seu estabelecimento**. Lisboa: CPHM, 2017.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.); RODRIGUES, João Damião; OLIVEIRA, Pedro Aires. **História da Expansão e do Império Português**. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

COSTA, Sérgio Paulo Moniz. **Cinco Séculos de História Militar do Brasil: espaço, cultura, sociedade e nação**. Rio de Janeiro: WalPrint Gráfica e Editora, 2021.

CURADO, Tenente-General Silvino da Cruz. A Política e o Dramático Final da Divisão de Voluntários Reais D'El-Rei. *In: Actas XXV - Colóquio de História Militar*, Lisboa: CPHM, 2017, p. 123-133.

DIÉGUES, Fernando. **A Revolução Brasílica; o projeto político e a estratégia da independência**. Rio de Janeiro e São Paulo: Objetiva, 2004.

FARIA, Ana Leal de. **Arquitectos da Paz: A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815**. Lisboa: Tribuna da História, 2008.

_____. A Ideia de uma Monarquia Portuguesa Intercontinental, na História e na Historiografia. *In: Actas XXV - Colóquio de História Militar*, Lisboa: CPHM, 2017, p. 27-37.

FERREIRA, Armando Seixas. **1821: O Regresso do Rei**. Lisboa: Planeta, 2021.

FROTA, Professor Guilherme A. Lutas da Independência do Brasil. *In: Actas do X Colóquio de História Militar*. Lisboa: CPHM, 2000, p. 247-264.

LIGHT, Kenneth (org.). **A Transferência da Capital e Corte para o Brasil**. Lisboa: Tribuna, 2007.

MACEDO, Jorge Borges de. **História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força**. Lisboa: IDN, 1987.

MARQUES, A. H. de Oliveira. **História de Portugal**, v. I. Lisboa: Ed. Ágora, 1972.

MIRANDA, Jorge. **As Constituições Portuguesas, de 1822 ao texto actual da Constituição**. 4.^a ed. Lisboa: Livraria Petrony, 1977.

NOGUEIRA, José Manuel Freire. **As Guerras Liberais: Uma Reflexão Estratégica sobre a História de Portugal**. Lisboa: Edições Cosmos/IDN, 2004.

PEREGRINO, Umberto. História Militar da Independência: circunstâncias e contradições. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Brasília – Rio de Janeiro, n. 326, p. 279-304, jan-mar, IHGB, 1980.

PINHO, José Wanderley de Araújo. A Guerra da Independência. *In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Brasília – Rio de Janeiro, n. 278, p. 35-86, jan-mar, IHGB, 1968.

RAMOS, Rui (coord); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **História de Portugal**. 4ª ed. Lisboa: Esfera dos Livros, 2010.

SERRÃO, Joel (dir.). **Pequeno Dicionário de História de Portugal**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1976.

SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (dir.); SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso-Brasileiro 1750-1822**. v. VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. **História da Independência do Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1957.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva: a corte portuguesa no Rio de Janeiro 1808-1821**. Porto: Livraria Civilização Editora, 2005.

ZAMOYSKI, Adam, **Rites of Peace: The fall of Napoleon and the Congress of Vienna**, New York: HarperCollins Publishers, 2007.



A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

UMA VISÃO PORTUGUESA

CMG Claudio da Costa Braga*

* Capitão de Mar e Guerra. Entre outros, autor dos livros: A Guerra da Lagosta; O Último Baile do Império: O baile da Ilha Fiscal; 1910: O Fim da Chibata.

A história da Independência do Brasil, principalmente o período que a antecedeu, de 1808 a 1822, já foi muito estudada pelos historiadores brasileiros. Achei-me, então, na obrigação de fazer uma abordagem que fosse pouco conhecida. Por isso, fui buscar em autores portugueses os seus pontos de vista sobre a nossa Independência. Não que eles sejam, necessariamente, diferentes podendo ser até semelhantes, entretanto com enfoques distintos daqueles que sempre nos foram apresentados. Diversas são as abrangências, ênfases e qualificações apresentadas pelos historiadores, portugueses ou brasileiros, ao tratarem da ruptura política do Brasil e Portugal ocorrida em 7 de setembro de 1822.

Observei nesse estudo que alguns deles, principalmente os brasileiros, apresentam a nossa independência dentro de um processo cheio de tensões, conflitos, guerras e profundas alterações na ordem vigente.

Outros, entretanto, aí incluídos os portugueses, tentam mostrar nossa independência inserida dentro de um processo amplo, relacionado de um lado com a crise do sistema colonial tradicional e com a crise das formas absolutistas de governo e, de outro lado, com as lutas liberais e nacionalistas que se sucederam na Europa e na América nos fins do século XVIII, aqui incluídas a Independência Americana em 1776, a revolução francesa em 1789 e o fim do império espanhol nas Américas a partir de 1810.

Em todos os casos, porém, são marcantes três acontecimentos que iriam contribuir, profundamente, para o nosso processo de independência:

O **primeiro** deles inicia-se com a mudança da sede da Monarquia portuguesa para o Brasil, em decorrência da invasão da Metrópole por forças napoleônicas. Sob ameaça avassaladora das tropas francesas ao território de Portugal, pondo em ameaça até a dinastia dos Braganças, D. João, Príncipe Regente, resolve

transferir o Reino e toda a estrutura de governo, para sua colônia de maior importância, o Brasil. Partindo do Tejo em 29 de novembro de 1807, após viagem, às vezes tempestuosas, outras de total calma, mas sempre com muito desconforto, chegaria a Salvador em 27 de janeiro, e no dia seguinte promulga a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, que franqueava os portos do Brasil ao comércio internacional com as nações amigas, encerrando o monopólio secular do comércio com Portugal, vindo a contribuir para o crescimento econômico da colônia e mudanças políticas significativas.

Com a vinda da Corte para o Rio de Janeiro, a partir de 1808, diversas foram as alterações que se processaram na sociedade brasileira, principalmente nos aspectos econômico, social e cultural. Essas mudanças foram tão marcantes que provocariam modificações políticas irreversíveis entre o Brasil e Portugal. As exigências de melhores bens de consumo aumentaram e tornavam-se necessários o seu provimento sem que se dependesse das importações estrangeiras.

Consta que foram trazidos para o Brasil, não só do Tesouro Real, mas também pelas famílias que para cá vieram, o volume de 200 milhões de cruzados, uma fortuna na época, e que se tornaram disponíveis para investimento e consumo. A Colônia se capitalizara de uma hora para outra. Como fator comparativo, no retorno da Família Real para Portugal foram levados cerca de 50 milhões, valor este que caracterizaria uma quase falência do Brasil.

O Impacto da chegada da Corte portuguesa causou dois sentimentos antagônicos. O primeiro deles foi o de hostilidade aos novos residentes, em decorrência do grande incômodo que tal quantidade de pessoas, e das mais exigentes, provocaram aos moradores da cidade, tendo alguns deles sido obrigados a cederem suas próprias residências para os nobres portugueses que aqui chegavam. Como dado para comparação, o acréscimo de pessoas na cidade foi da ordem de 15 mil para uma população de 60 mil. O outro sentimento era de regozijo pelo fato de estarem podendo desfrutar da convivência de tão requintadas famílias, de uma nobreza das mais antigas da Europa.

As mudanças sociais aconteceriam rápidas tendo em vista a predisposição de se aceitar modos e costumes de tão requintados personagens. Uma das maiores características foi nas vestimentas, que passaram a ter as características europeias, principalmente no elemento feminino.

Também na construção houve modificações sensíveis, principalmente nas habitações, onde luxuosas residências passaram a ser erguidas para a acomodação dos nobres e burgueses mais endinheirados, normalmente de portugueses e estrangeiros, e também de diplomatas que para cá se transferiram. Outras

modificações mais aconteceriam principalmente nos hábitos alimentares, no incremento de festividades e manifestações culturais como a vinda da *Missão de Artes da França*, a ópera e o teatro, a criação de curso de medicina, comércio, belas artes, a Biblioteca Pública e o Jardim Botânico. *Em Salvador, criou-se a Escola Científica Médico-Cirúrgica.*

Não seria mais possível continuar o Brasil a ser governado como colônia. Era necessário fazê-lo funcionar como um Reino, e assim organizar e implementar os serviços governamentais e de atividade política de um Estado. Criou-se, então, o Conselho Superior de Justiça, o Arquivo Militar do Brasil, a Mesa do Desembargo do Paço, a Mesa da Consciência e Ordens, a Intendência Geral, a Polícia da Corte, a Junta de Comércio – Agricultura - Fábricas e Navegação, a Casa da Moeda, um Banco Público, a Fábrica Real da Pólvora, a Imprensa Régia, o Erário e o Conselho de Fazenda. Elevou-se a Relação do Rio à Casa de Suplicação do Brasil e Superior Tribunal de Justiça. Remodelaram-se o Arsenal Real de Marinha e o recrutamento para recompletar os Regimentos de Linha. Todos esses nomes são os da época, que decidi preservá-los.

Diversos passam a ser os Atos liberalizantes editados pela Coroa, principalmente no comércio exterior, dentre eles podemos destacar: a abertura dos portos às nações amigas; o favorecimento aos ingleses, com taxas baixas para importação de seus produtos; a instalação no Brasil de várias indústrias tais como do vidro, pólvora, moagem do trigo, indústria canaveira, criação de gado, cultivo do algodão, tabaco e as salinas.

O fim da prática mercantilista aplicada pela metrópole à sua colônia, permitiria maior comércio do Brasil sem a interferência da metrópole, provocando grande incentivo econômico e marcantes mudanças sociais e políticas decorrentes.

Também a imigração de estrangeiros foi estimulada a partir de 1808, principalmente suíça, italiana e alemã, assim como o de manter aqui os portugueses.

O **segundo** foi a criação, através de Carta de Lei de 16 de dezembro de 1815, do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pondo um fim ao regime colonial nas Terras de Santa Cruz. Esse Ato criou uma situação paradoxal - o Brasil faria parte do Reino, tinha a sua sede no momento, porém os brasileiros não desfrutavam dos mesmos direitos e benefícios dos portugueses, apesar de com seus impostos sustentarem a Corte e o Governo. A elevação do Brasil a Reino foi necessária para que Portugal pudesse ter representação política e participar do Congresso de Viena, na Áustria, que só reconhecia Lisboa como a sede do governo português. A propaganda que se fez na Europa da criação de um novo Reino na América do Sul, aguçou a curiosidade estrangeira sobre essa terra tão

distante que era o Brasil. Com isso, os interesses despertados nos estudiosos das ciências naturais os levaram a virem para cá, tendo sido eles os responsáveis pelo grande incremento no conhecimento, mais profundo, sobre nossos recursos naturais. Nessa ocasião, *várias expedições científicas vieram ao Brasil para registrar a fauna, a flora e estudar o povo brasileiro*. Todas essas alterações viriam a modificar os modos de ser e de pensar dos brasileiros, muito influenciados também pela repentina abundância de livros e periódicos que passaram a circular, divulgando novas ideologias, de tendência liberal e de formação de um espírito de autonomia. Com isso, o *Brasil* passou a gozar de privilégios políticos iguais à Portugal.

Não podemos deixar de destacar a Revolução Republicana Pernambucana de 1817, que estabeleceu, por 80 dias, uma República, com a adesão das Províncias de Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tendo chegado inclusive a adotar uma Constituição. Sairia desse cenário, anos mais tarde, o título do Patrono da Marinha do Brasil – o Marquês de Tamandaré.

O **terceiro** seria decorrente do processo que levaria ao retorno de D. João VI a Portugal.

Esse processo colidiria com as liberdades comerciais agora vividas pelo Brasil. D. João postergava o seu retorno à Lisboa, mesmo após solicitação do Conselho de Governadores em Portugal e da “Santa Aliança” composta por diversas Casas Reais da Europa. Se adaptara muito bem no Brasil, assim como grande parte da aristocracia portuguesa que com ele viera de Portugal, tendo, muitos deles, se casado com pessoas da elite do Brasil e se tornado donos de terras e de negócios financeiros e comerciais. Para os portugueses, na Europa, todos os males pareciam advir da permanência da Corte no Rio de Janeiro e da autonomia concedida à Colônia. Era pensamento comum em Portugal que o regresso da Corte teria como consequência natural o fim dos privilégios da Colônia e o retorno dos benefícios que o Pacto Colonial lhes proporcionava. A Grã-Bretanha, uma das maiores incentivadoras desse retorno, chegou a enviar uma Esquadra para comboiar o regresso. Essa manifestação seria um dos primeiros indícios de que apoiaria a independência do Brasil, trazendo para si grandes vantagens comerciais com o país independente. Era para D. João VI uma situação muito difícil: ser ao mesmo tempo Rei de Portugal e do Brasil, dois povos que naquele momento possuíam interesses opostos.

Após as invasões napoleônicas, Portugal passou a ser governado pelos Generais franceses Jean-Andoche Junot e Nicolas Jean de Dieu Soult e depois pelo General inglês William Carr Beresford, tendo ambas administrações sido muito prejudiciais para os portugueses.

Esse desequilíbrio teria consequências, culminando com a Revolução Liberal, de 24 de agosto de 1820, na cidade do Porto, com a pretensão de reerguer a monarquia portuguesa, a união de todos os seus territórios e a volta do controle de Lisboa sobre suas colônias, inclusive o monopólio comercial e exigindo o regresso de D. João. Seria denominada de “Regeneração”, com características antagônicas com as liberdades, principalmente a do comércio, vivida pelo Brasil. Era de se esperar que com a saída de D. João VI, os brasileiros não aceitariam mais o retrocesso de suas liberdades, principalmente as comerciais. Os Governadores das Províncias do Reino foram destituídos e criou-se uma Junta Provisional do Governo Supremo do Reino.

D. João insistia em ficar no Brasil.

Em 15 de janeiro de 1821, no convento de Nossa Senhora das Necessidades, em Lisboa, reuniram-se as Cortes, na condição de Congresso Soberano, acima do Rei D. João VI, proclamando-se Cortes Gerais Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, exigindo o regresso imediato do Rei.

O posicionamento liberal e nacionalista dessa revolução que, intransigentemente e radicalmente, desejava manter o regime colonial no Brasil, criaram fortes reações dos brasileiros, apressando com isso a nossa independência política, embora esta estivesse na lógica dos acontecimentos.

Essa manifestação seria um dos primeiros indícios da Grã-Bretanha em apoiar a independência do Brasil trazendo para si grandes vantagens comerciais com o Brasil independente.

A Revolução Liberal de 24 de agosto de 1820, na Cidade do Porto, logo se repercutiria em várias Províncias do Brasil, que aderiram à causa da “Regeneração”. A Província do Pará em 1º de fevereiro de 1821, Bahia e Maranhão em 10, foram as primeiras onde seus Governadores portugueses à aderiram.

D. João VI sob pressão das tropas portuguesas no Rio de Janeiro, com o apoio de D. Pedro, publica, então, a 24 de fevereiro, um Decreto Real apoiando a Constituição portuguesa, tendo ela sido jurada por D. Pedro como procurador de seu pai.

Em continuação, no Rio de Janeiro um movimento militar, em 26 de fevereiro de 1821, pressionou o regresso da Corte à Lisboa, levando à assinatura, por D. João VI, do Decreto de 7 de março que estabelecia a sua volta a Portugal, ficando D. Pedro como Regente no Brasil. Nessa ocasião D. João teria dito a seu filho Pedro: *“Põe a Coroa sobre a tua cabeça antes que algum aventureiro lance mão dela”*.

Esse ato se torna de muita importância no processo de nossa independência, pois com o regresso à Lisboa da Corte e uma consequente tentativa de se retirar do país, as liberdades conquistadas, levar-nos-ia à ruptura do Brasil com Portugal.

Em abril, o Congresso português promulga uma Portaria onde considera legítimos todos os governos estabelecidos ou que se estabelecerem nos Estados portugueses do Ultramar e Ilhas adjacentes que abraçarem a Causa da Regeneração. Em seguida, manda que se procedam as devidas eleições de Deputados para a sua representação à Corte. Com essa ação, as Províncias, agora de norte a sul do Brasil, passam a apoiar a Regeneração.

Em 26 de abril de 1821, D. João e parte da que com ele viera em 1808, deixaram o Rio de Janeiro numa esquadra, sob o comando do Vice-Almirante D. João Manuel de Meneses, composta de uma nau, uma fragata, uma corveta, um brigue e duas charruas, transportando de regresso à Lisboa.

Chegaram em 3 de julho, e no dia seguinte, D. João jura a Constituição Liberal, que os Monarcas da Europa se opunham, isolando ainda mais o Reino.

Vale destacar que quando de sua chegada à Lisboa, D. João VI encontraria um Reino fragilizado politicamente, com ameaças substanciais até da manutenção da Monarquia, além de muito endividado. O problema se agravaria quando a Corte passa a tomar novas deliberações no intuito de fazer retirar do Brasil a situação de liberdade política e comercial que alcançara, tentando retorná-lo à situação de colônia. Esses Atos eram promulgados mesmo sem a presença dos representantes das Províncias do Brasil, criando um conflito com a recusa dos representantes provincianos em aceitar tais deliberações.

Três delas se destacam:

- A. Decretos nº 124 e 125, de 29 de setembro de 1821, transformado em Carta de Lei de 11 de outubro de 1821, das Cortes Gerais, que estabeleciam, para o Brasil, nova administração **política** (cada Província seria governada por Juntas Provisórias), **militar e financeira**, sendo todas sujeitas diretamente à Corte em Lisboa; e exigia o regresso imediato de D. Pedro, por não ser mais a sua presença no Brasil, necessária. Esses Decretos só chegariam ao Rio de Janeiro, pelo navio Infante D. Sebastião, em 9 de dezembro de 1821 e em 10 foram conhecidos, provocando forte reação do grupo que defendia uma separação de Portugal. Na verdade existiam no Brasil, no aspecto ideológico, três partidos:

- 1º – que defendia a união luso-brasileira, constituída basicamente de portugueses;
 - 2º – constituída por senhores de engenho, empregados públicos e alguns eclesiástico influentes, defendiam um governo independente, com sede no Rio de Janeiro com uma Constituição Moderada e duas Câmaras; e
 - 3º – um Partido Democrata, muito numeroso, constituído pelo povo em geral que defendia a existência de governos provinciais independentes.
- B. outra foi quando, em 13 de janeiro de 1822, extinguiram-se os Tribunais de Justiça aqui estabelecidos depois de 1808; e
- C. a outra foi relacionada à situação da tropa militar portuguesa no Brasil, pois era desejo dos brasileiros que as tropas militares fossem formadas por elementos aqui nascidos.

Era de se esperar que os brasileiros não aceitariam mais o retrocesso de suas liberdades, principalmente as comerciais.

Representações de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro chegariam a D. Pedro rogando pela sua permanência e o descumprimento dos Decretos acima mencionados.

Em 1º de janeiro de 1822, D. Pedro recebeu a Representação da Província de São Paulo, datada de 24 de dezembro de 1821 e, em 2 de janeiro, encaminhou correspondência a seu pai, D. João VI:

Meu pai e meu Senhor. Ontem, [...], chegou de São Paulo [...] o ofício que ora remeto incluso para que Vossa Majestade conheça e faça conhecer ao Soberano Congresso, quais são as firmes intenções dos paulistas, e por elas conhecer quais são as gerais do Brasil [...]. Farei todas as diligências por bem para haver sossego, e para ver se posso cumprir os decretos 124 e 125, o que me parece impossível, porque a opinião é toda contra, em toda a parte.

É célebre uma declaração da Província de São Paulo a D. Pedro:

Ou vai e nós nos declaramos independentes, ou fica e então continuamos a estar unidos e seremos responsáveis pela falta de execução das ordens do Congresso; além disso, tanto os ingleses europeus como os americanos ingleses nos protegem na nossa independência no caso de ir Sua Alteza.

Essa atitude revelaria que os separatistas contavam obter o apoio dos EUA e da Grã-Bretanha.

Em 9 de janeiro de 1822, na Sala do Trono, após discurso emocionante do Presidente do Senado da Câmara, José Clemente Pereira, pedindo a permanência do Príncipe, e opondo-se a toda pressão de Lisboa, D. Pedro teria se pronunciado: **“Como é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto. Diga ao povo que fico”, ficando esse dia celebrizado como “O dia do Fico”.**

A permanência de D. Pedro no Brasil se mostraria de grande importância, a fim de evitar a ameaça de uma guerra civil e a divisão do país em diversos Estados, à semelhança das colônias espanholas na América.

A fim de materializar as pressões que as Cortes Gerais vinham decretando para o regresso de D. Pedro a Lisboa, em 16 de janeiro de 1822, uma Divisão Naval suspende do Tejo rumo ao Rio de Janeiro, sob o Comando de Francisco Maximiliano de Souza, constituída pela nau *D. João VI* (capitânia), fragata *Real Carolina*, charruas *Princesa Real*, *Orestes* e *Conde de Peniche* e galeras fretadas *Sete de Março* e *São José Fênix*.

A tropa embarcada era de 1192 homens comandados pelo Coronel Antônio Joaquim Rosado. Também embarcado o Brigadeiro José Correia de Melo, nomeado Governador das Armas de Pernambuco. Essa expedição tinha os propósitos de conduzir o novo Governador das Armas de Pernambuco e empossá-lo se necessário, mesmo pela força; e entregar no Rio de Janeiro, pessoalmente a D. Pedro, a correspondência oficial de Lisboa.

Depois do “Fico”, tendo as Províncias de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro se mantido em favor das Cortes Gerais em Lisboa, D. Pedro pressiona para que a tropa do Rio retorne a Lisboa. Eram 1.046 homens, que sob o comando do General Avillez, embarcam em 10 de fevereiro rumo a Lisboa, na Galera sardenha *Verdadeiros Amigos* e nas galeras portuguesas: *Três Corações*, *Duarte Pacheco*, *Glória Constitucional*, *Indústria* e *São José Americano*.

A expedição vinda de Portugal chegou a Pernambuco em 17 de fevereiro. Em 18, o Governador das Armas desembarcou sozinho sem objeção da Junta Provisória de Governo da Província, que apenas solicitou que a tropa não desembarcasse. Nesse porto, ficou-se sabendo do que acontecera no Rio de

Janeiro: a decisão de D. Pedro de não regressar a Lisboa, a partida da tropa para Portugal e que a tropa vinda de Portugal não seria autorizada a desembarcar no Rio de Janeiro.

Em 21 de fevereiro a expedição saiu de Pernambuco e rumou para o Rio de Janeiro, não tendo sido necessário o desembarque da tropa em Recife. No caminho, cruzou com a galera *São José Americano*, que transportava para Lisboa parte da tropa que deixara o Rio de Janeiro, tendo confirmado as informações recebidas no Recife. Mesmo assim, o Chefe da Esquadra portuguesa decide continuar a viagem a fim de cumprir a sua missão, até porque, pensava ele, as circunstâncias no Rio podiam se modificar de uma hora para outra, sendo por isso mais necessária ainda a sua presença.

No amanhecer de 9 de março, já se via a entrada da Baía da Guanabara, tendo recebido nessa ocasião intimação vinda da Fortaleza de Santa Cruz, a manter-se fora do alcance da artilharia de terra.

Fundeando seus navios, logo receberia o capitão de fragata Joaquim José Pires, emissário de D. Pedro, para que o Comandante da Esquadra e o Comandante da Tropa embarcada fossem à presença de sua Alteza Real.

Entregue a correspondência ao Príncipe, recebem a explicação de que mandara a tropa do General Avillez sair da cidade pelo fato dela ter se comportado mal com a população. Após assinarem um compromisso de observarem as ordens de Sua Alteza, até porque nada impedia a esse procedimento, recebem autorização para entrarem à barra no dia seguinte, 10 de março, fundeando próximo a Boa Viagem como determinado.

Em 12 de março, o Chefe da Expedição apresentou ao Príncipe os oficiais dos navios e da tropa.

Em 13, o Secretário de Negócios de Guerra apresenta-lhes um Decreto de D. Pedro concedendo regalias aos que desejassem se incorporar à guarnição da cidade. Dessa ordem resultou o desembarque de 394 praças voluntárias.

Em 20 de março, D. Pedro manda a fragata *Real Carolina* passar para o Departamento Marítimo do Brasil.

Em 22 é determinado que a expedição saia no dia seguinte, 23, e retorne a Lisboa. Sob o comando de Maximiliano de Souza, capitaneada pela nau *D. João VI*, acompanhada das charruas *Princesa Real*, *Orestes* e *Conde de Peniche*, suspenderam como determinado, tendo em 26 demandado escoteiro devido à baixa velocidade das charruas.

Por achar que Maximiliano não cumprira as ordens recebidas, foi levado por duas vezes a Conselho de Guerra, a mando das Cortes Gerais, em Lisboa.

Por duas vezes o Conselho o condenou tendo sido absolvido pelo Ministro da Marinha nas duas vezes.

Nessa “batalha”, ficaria caracterizado explicitamente que as Cortes Gerais desejavam fazer o Brasil retornar à condição de Colônia.

A Província da Bahia, a banda Oriental do Uruguai (Cisplatina), Grão-Pará, Piauí e Maranhão nesse ano de 1822 continuavam a defender a união à Portugal.

Após o “Dia do Fico”, observa-se o início de uma separação nítida entre as Províncias do Norte: Bahia, Maranhão, Piauí e Grão-Pará, fiéis à Corte e com centro na Província da Bahia e as do sul, separatistas. Destaca-se o posicionamento independente de Pernambuco que não só queria mudar a relação de dependência como também modificar a forma de governo no Brasil.

Se desencadeia um processo de emancipação definitiva de Portugal.

Eram muitos os que conspiravam a favor da União, dentre eles os irmãos Andradas, podendo destacar José Bonifácio de Andrada e Silva, que viria a ser designado nosso “Patriarca da Independência”.

Devemos considerar, também, o papel relevante da Maçonaria e da Imprensa no processo de articulação da independência, com participação especial da aristocracia brasileira. O povo dela não participaria, ou melhor, não teve atuação relevante em decorrência de serem coibidos de se manifestar em assuntos da política do Estado. Não podemos deixar de destacar a nossa primeira Imperatriz, D. Leopoldina, Princesa Austríaca, figura marcante em nossa emancipação como país independente.

Em consequência, em 11 de janeiro, D. Pedro demitiu o Ministério nomeado por seu pai e, em 16 de janeiro, empossa o novo Ministério, com José Bonifácio assumindo como Ministro dos Negócios do Reino e Estrangeiros, sendo o primeiro brasileiro a ocupar tal cargo.

Chegando ao Rio de Janeiro, José Bonifácio se instala na Travessa de São Francisco nº12, no Largo do Rocio, esquina da Rua do Sacramento, atual Praça Tiradentes.

Sua primeira medida, em 21 de janeiro de 1822, determinava ao Desembargador do Paço, Chanceler-Mor, que quaisquer leis ou decretos vindos de Portugal deveriam passar pela avaliação e autorização de D. Pedro.

Em 30 de janeiro, Bonifácio endereçou documento aos governos Provisórios das Províncias, convocando-os a se unirem sob a Regência de D. Pedro. Desde sempre, tinha convicção de que, sem o Príncipe e a centralização do governo no Rio de Janeiro, a ruptura com Portugal provocaria o esfacelamento do Brasil. A ideia de várias Repúblicas, à semelhança das colônias espanholas, era cultivada

por comerciantes portugueses e brasileiros donos de grandes fortunas e negócios comerciais.

Em 15 de fevereiro, partem do Rio de Janeiro uma Cia de Artilharia, uma de Engenheiros e três batalhões de Caçadores portugueses.

Em 16 de fevereiro, Decreto cria uma Junta de Procuradores ou Representantes das Províncias que deveriam atuar no Rio de Janeiro, como um “Fórum” comum de união e interesses recíprocos, para aconselhar o Regente e defender as necessidades das Províncias. Logo entrariam em choque, Bonifácio e a Junta de Procuradores, em opiniões divergentes quanto a exploração do comércio e do trabalho escravo, combatidos pelo Ministro. Oposições políticas surgem por parte de José Clemente Pereira, o Almirante Rodrigo Pinto Guedes, Joaquim Gonçalves Ledo e o padre Januário da Cunha Barbosa, todos proeminentes políticos na ocasião. Começaria, então, uma “briga” pela preferência do Príncipe Regente. Embora todos empenhados na causa da emancipação do Brasil, teriam posturas distintas na condução desse processo.

Vale destacar que o fator tempo e distância fizeram com que nem sempre os Atos promulgados em Portugal e no Brasil fossem um decorrente do outro. Muitos deles foram promulgados sem se ter conhecimento de Atos promulgados pelo outro.

Como resposta das Cortes portuguesas ao que acontecia no Brasil, fora criada em 12 de março de 1822, a Comissão Especial dos Negócios Políticos do Brasil que em seu primeiro Parecer, do dia 18, propunha que:

- 1° - o Príncipe permanecesse no Rio de Janeiro enquanto não se fizesse a organização geral do governo do Brasil;
- 2° - não se instalasse a Junta Provisional no Rio de Janeiro;
- 3° - se fizesse executar o Decreto de extinção dos Tribunais;
- 4° - as Juntas de Fazenda passassem a ficar subordinadas às Juntas Provisionais em Lisboa;
- 5° - a dívida pública do Brasil e a contraída pelo Banco do Rio de Janeiro seriam declaradas dívidas nacionais;
- 6° - se informasse às Províncias do Brasil que o Congresso em Lisboa estava disposto a conceder um ou dois Centros de Delegação do Poder Executivo que evitassem os inconvenientes da distância entre os dois Reinos; e

7º - avançava o dispositivo que estabeleceria um capítulo na Constituição que estatuiria as “Normas da Administração Interna do Brasil”.

Esse mesmo documento aconselhava o Congresso a não transigir quanto às relações comerciais que a Comissão considerava um dos mais fortes vínculos de união e que deviam ser discutidas na base da reciprocidade.

No Brasil, o projeto de União das Províncias precisava ser consolidado: Rio, São Paulo e o Sul apoiavam o Regente; Minas, apesar de tão próxima, ainda estava indecisa, pois nem apoiava e também não se submetia às Cortes em Lisboa, porém, era importantíssimo o seu apoio. No norte, Grão-Pará e Maranhão tinham ligações mais estreitas com Lisboa do que com o Rio de Janeiro. Era preciso trazê-los para a União que se pretendia. No nordeste, Pernambuco ainda trazia as lembranças nefastas de 1817 e possuía certa independência econômica como a Bahia. Em todas elas, interesses comerciais e grande presença portuguesa afastavam-nas do projeto de União. Era necessário atraí-los.

Em abril de 1822, D. Pedro inicia uma viagem de conciliação à Minas Gerais. Sem tropa militar expressiva e viajando com pequena comitiva, o Príncipe teria declarado: “Sois constitucionais, uni-vos comigo e assim marchareis constitucionalmente; confio tudo em vós; confiai em mim [...]; vós amais a liberdade, eu adoro-a”!

Promessas de melhorias nas estradas, algumas benfeitorias e acordos comerciais, trouxeram Minas para apoio ao projeto de União. Bastou essa ausência de D. Pedro da Corte para que articuladores preparassem um golpe, liderado pelo Almirante Rodrigo Pinto Guedes, que não prosperou graças a denúncia de José Clemente Pereira, e da arquiduquesa Leopoldina, apoiadora de José Bonifácio no governo. A desconfiança era generalizada. Boatos, se juntavam às verdades. A conspiração dos que não desejavam apoiar Bonifácio estava acontecendo.

Em 18 de abril, quando seria eleito o Conselho de Procuradores, era o marco dos conspiradores. José Bonifácio, desconfiado que o Ministro da Guerra, General Oliveira Álvarez, estivesse envolvido, foi conversar com o Governador de Armas da Província, General Joaquim Xavier Curado, e adiou o dia da eleição, e determinou a prisão de vários envolvidos, em especial portugueses que apoiavam o golpe. Depois desses acontecimentos D. Pedro sairia mais fortalecido, formando-se um bloco poderoso com as Províncias de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. D. Pedro regressaria de Minas no dia 25 de abril de 1822.

Em 21 de maio de 1822, D. Pedro assim escrevera para seu pai:

É necessário que o Brasil tenha Cortes suas. Esta opinião generaliza-se cada dia mais. O povo desta capital prepara uma representação que me será entregue para suplicar-me, porque o povo tem razão(...): sem Cortes, o Brasil não pode ser feliz. As leis feitas tão longe de nós, por homens que não são brasileiros e que não conhecem as necessidades do Brasil, não poderão ser boas.

E continuando, assim termina:

Sem igualdade de direito, em tudo e por tudo, não há união. Ninguém se associa para ver piorar a sua condição, e aquele que é o mais forte, melhor deve saber sustentar os seus direitos. Eis porque o Brasil jamais perderá os seus, que defenderei com o meu sangue, sangue puro de brasileiro(...).

Em 23 de maio, o Senado da Câmara entrega a D. Pedro uma petição para a convocação da Constituinte, respondida em seguida:

Fico ciente da vontade do povo do Rio e, tão depressa saiba a das mais Províncias, ou pelas Câmaras ou pelos Procuradores-gerais, então imediatamente me conformarei com o voto dos povos deste grande, fértil e riquíssimo reino.

Nesse mesmo dia, 23 de maio, Bonifácio tomara um ato de grande significado, em especial relacionado a atrair a Inglaterra: autorizava a abertura da primeira igreja protestante no Brasil.

Em 2 de junho, acontece a reunião do Conselho de Procuradores das Províncias e, no dia seguinte, 3 de junho de 1822, é convocada a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, composta de deputados das Províncias do Brasil, com a pretensão de atingir autonomia legislativa, embora mantendo a união com a Coroa portuguesa, além de se declarar Regente Constitucional.

Como podemos deprender, o Brasil queria a sua independência, mas firmada sobre a união bem entendida com Portugal. Mas o Congresso em Lisboa não tinha um perfeito conhecimento da realidade brasileira, recusando-se a votar os artigos referentes à criação de dois Congressos, um em Portugal e outro no Brasil.

José Bonifácio defendia que uma monarquia constitucional traria grandes benefícios para o desenvolvimento econômico e a preservação da ordem interna. Entendia que o Estado e o Parlamento deveriam construir a ideia de nação

e cidadania, onde reformas significativas seriam necessárias. Mas a elite que o apoiava não estava interessada num futuro glorioso, mas sim num presente lucrativo. Logo, não precisariam mais de Bonifácio.

No Brasil continuava a evolução do sentimento de independência. As Províncias de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais pressionavam o Príncipe a tomar medidas de oposição às deliberações portuguesas. Uma delas consistia na determinação do regresso à Portugal das tropas portuguesas sediadas no Brasil.

No entanto, as Províncias do norte, lideradas pelo Pará, opunham-se às decisões do Príncipe Regente.

Nesse período pré-independência do Brasil, a opinião pública portuguesa, orientada por diversos jornais, defendia uma posição de força contra as liberdades, principalmente comerciais, concedidas ao Brasil, sendo hostil à nossa separação e ou a qualquer solução de conciliação. Apoiavam mesmo o uso da força para impor ao Brasil a sua subordinação à Corte. Ora, uma solução deste tipo, que só atenderia aos interesses portugueses, nunca poderia ser aplicada sem o apoio externo. Entretanto, esse apoio externo não aconteceria devido ao quase completo isolamento internacional que Portugal vivia naquele momento.

Em 15 de junho, um outro ato de grande significado em direção a independência era tomado por Bonifácio: notificava o Cônsul inglês que os navios ingleses não precisariam mais do certificado do consulado português, em Londres, para entrar nas alfândegas do Brasil e que um novo representante brasileiro para lá seria enviado.

Nesse mesmo dia, D. Pedro envia Carta ao Governador das Armas da Bahia determinando que este abandone a Província. Tal ordem não foi cumprida pelo Governador das Armas por considerá-la ilegal.

Em julho largaria do Rio de Janeiro rumo à Alagoas uma força naval com ordens de levar reforços para aquela Província. Ao passar pela Bahia deteve-se ao avistar uma força naval subordinada do General Madeira de Melo, tendo ambas arvoradas em seus mastros principais a bandeira do Reino. Por ponderação oportuna, ambas não se enfrentaram, apesar de chegarem a se preparar para o combate. A emoção daria lugar à razão.

A Carta de D. Pedro informando sobre a convocação da Assembleia Constituinte e a sua proclamação como Regente Constitucional só se tornariam do conhecimento em Lisboa a 26 de agosto. Nessa ocasião, o ambiente no Congresso em Lisboa já estava tenso. Os representantes brasileiros haviam

solicitado a anulação de suas representações. A Comissão de Constituição em Lisboa, reunida em urgência, renega a solicitação dos Deputados brasileiros.

Os Deputados de São Paulo, em Lisboa, assim se pronunciaram: “Os povos do Brasil são tão portugueses como os de Portugal e por isso hão de ter iguais direitos e se assim não fosse a nossa união não duraria um mês”.

Em agosto, D. Pedro declarou como inimigas as tropas portuguesas que desembarcassem no Brasil sem a sua autorização. Aos governos das Províncias foi recomendado que não dessem posse a funcionários nomeados em Portugal e que, para admissão a cargo público, se deveria prestar juramento à causa da União e da Independência do Brasil.

Em 6 de agosto, José Bonifácio encaminha um manifesto às “Nações Amigas”, em nome do Príncipe, garantindo que os seus interesses seriam respeitados. O manifesto dizia: “Tendo o Brasil, que se considera tão livre como o Reino de Portugal, sacudido o jugo da sujeição e inferioridade com que o reino irmão o pretendia escravizar, e passando a proclamar a sua independência ...”.

Em 14 de agosto, D. Pedro parte em viagem, com o propósito de apaziguar os descontentes em São Paulo.

Em 19 de agosto, na cidade de Lorena - SP, D. Pedro emitiu decreto dissolvendo o Governo Provisório de São Paulo.

Entre 25 de agosto e 5 de setembro, ficaria hospedado no Colégio dos Jesuítas, em São Paulo. Daí seguiria para Santos. Entretanto, o clima político no Rio de Janeiro estava em eferescência.

Em 2 de setembro de 1822, D. Leopoldina, com José Bonifácio e demais membros do Conselho de Estado reuniram-se na Fazenda Santa Cruz, hoje um bairro do Rio de Janeiro, para analisarem o Decreto de 23 de julho de 1822, recém-chegado de Portugal. Embora permitisse a permanência de D. Pedro no Brasil até a publicação da futura Constituição Portuguesa, exigia a aplicação imediata dos Decretos 124 e 125, de 29 de setembro de 1821, e a instalação das Juntas Provisionais, que ficariam subordinadas diretamente a Portugal. Após lido e tratado pelo Conselho, o documento, juntamente com uma carta da Imperatriz e outra de seu Ministro, foi enviado a D. Pedro pelo Major Cordeiro, acompanhado do estafeta Paulo Bregaro¹.

Tal acontecimento culminaria com a nossa independência. Nada mais, além da diplomacia, restaria nas relações entre os dois reinados. Já nada podia fazer Portugal para recuperar o Brasil.

1) Ele é hoje o Patrono dos Carteiros do Brasil.

Essa separação seria calamitosa para Portugal em diversos segmentos, em especial no econômico. Portugal estava arrasado depois de tantos percalços devido às guerras napoleônicas, a administração francesa e depois a inglesa. Era necessária a manutenção das condições de comércio estabelecidas com o Brasil. Essas, rompidas, agravariam, ainda mais, a situação econômica portuguesa. Os problemas econômicos e comerciais que se agravariam para Portugal com a separação do Brasil já haviam sido detectados há algum tempo. Em 5 de fevereiro de 1821 em relatório apresentado às Cortes, vislumbrava-se o incremento das transações comerciais de Portugal com suas demais colônias, principalmente as africanas.

Em 8 de setembro de 1822, portanto, um dia após a Proclamação de nossa independência, por demora natural de propagação das informações na época, Portugal ainda enviaria uma outra expedição à Bahia com reforços militares, para com a força militar obrigar D. Pedro à obediência à Corte. Ao chegar à Bahia, tomou conhecimento do último ato que ainda nos ligava a Lisboa que foi o brado de “Independência ou Morte” dado por D. Pedro às margens do riacho Ipiranga.

Interessante destacar é que devido ao fator tempo e distância, que dificultavam e tornavam demoradas as disseminações dos conhecimentos na ocasião, é que em 24 de setembro de 1822, quando nossa independência já estava proclamada por D. Pedro, a Assembleia Constituinte em Lisboa decreta a nomeação de uma Regência no Brasil nos termos da Constituição, devendo o Príncipe Regente voltar a Portugal no prazo de 30 dias, sob pena de perda dos seus direitos ao trono português, anulando o Decreto de 3 de junho de 1822 que convocava a Constituinte do Brasil, assim como todos os Atos de D. Pedro. Esse Decreto tornou-se inócuo e inaplicável, pois o Brasil já era independente desde o glorioso “7 de setembro”, nas margens do Ipiranga, em São Paulo.

Conclusão

Considerando aspectos de estudo e análise e pontos de vista de historiadores portugueses, a Independência do Brasil não foi um acontecimento isolado do contexto internacional. Podemos inseri-lo em dois grandes movimentos que se caracterizaram no início do século XIX: o liberal e o das nacionalidades.

A chegada da família real portuguesa em 1808 e o incremento de desenvolvimento que se processou na colônia, tendo em vista as medidas liberalizantes decretadas pelo Príncipe Regente D. João, nos aspectos políticos, econômico e social, foram marcantes para estimular o sentimento de independência das

lideranças e população brasileiras, juntamente com um profundo descontentamento na Metrópole em Lisboa, ajudariam conduzir a um processo de ruptura.

Outro aspecto interessante de se destacar foi o das promulgações dos Atos Governamentais, tanto do Brasil como de Portugal. Devido a distância entre os dois países e a demora para se tomar ciência de uma e de outra decisão, isso impedia que se tomasse uma decisão em decorrência de uma tomada pelo outro.

Um outro aspecto a se destacar foi o radicalismo político e a crise econômica que vivia Portugal, limitando-o e impedindo que decisões mais moderadas ou temporizadas pudessem evitar a ruptura de “7 de setembro”. Portugal afastou-se de soluções conciliatórias que aceitasse uma autonomia moderada e impedisse a Independência.

Os avanços econômicos e culturais alcançados pelo Brasil não poderiam mais serem travados, e por isso, qualquer decisão no sentido de suprimir privilégios já adquiridos, seria sempre mal aceita por quem está ávido por autonomia.

O processo de Regeneração Política da Nação Portuguesa levou-a a um isolamento internacional, isto é, da Europa Monarquista, não permitindo qualquer apoio militar externo. Além disso, do ponto de vista econômico, o Brasil oferecia muito mais vantagens aos países europeus do que Portugal, daí o desinteresse daqueles pela manutenção da soberania portuguesa sobre o Brasil.

Outro fato marcante era a hegemonia inglesa na ocasião. Pioneira na revolução industrial, a nossa independência e dos demais países da América do Sul era de grande importância no desenvolvimento do capitalismo britânico. Essa hegemonia fez com que os Gabinetes britânicos procurassem sempre inserir o processo de Independência do Brasil no contexto geral da emancipação americana, impedindo todas as tentativas das potências europeias ou dos Estados Unidos para intervirem na América Latina, onde os novos países representavam um vasto mercado para os produtos da sua indústria.

Existem dois documentos antagônicos, encaminhados ao Rei D. João VI, a respeito de como Portugal deveria agir em decorrência de nossa independência. O primeiro deles, elaborado pelo Primeiro Ministro – General Manoel Ignácio Martins Pamplona, 1º Conde de Suberra, que defendia a linha de retorno da subordinação do Brasil a Portugal, mesmo com a intervenção militar, posição esta que se coadunava com forte influência francesa no Governo de Portugal.

Uma segunda posição, agora sob forte influência da Grã-Bretanha, era defendida pelo Encarregado dos Negócios Estrangeiros – Marques de Palmela, que defendia o reconhecimento de nossa independência e a aproximação ao novo Império, principalmente nos aspectos comerciais.

Por fim, desejo destacar o posicionamento da Marinha Real portuguesa, conservadora e idealista, que transferiu para a Marinha Nacional e Imperial do Brasil muitas de suas unidades, mas o mais importante foi o legado de muitos de seus marinheiros que ao se transferirem para a nova Marinha, trouxeram consigo tradições e costumes seculares.

No Brasil, como em Portugal, alguns historiadores, após analisarem as cartas trocadas entre D. Pedro e D. João VI, nos meses que antecederam o “7 de setembro”, cartas essas mais de pai para filho do que de súdito para Monarca, chegam a vislumbrar que diante das circunstâncias que aqui se vivia e no crescente clima de liberdade, a nossa Independência nada mais teria sido do que fruto de uma brilhante estratégia de D. João VI e de D. Pedro. Independentemente de ter havido simulação ou emprego de estratégia, a verdade é que seria um remédio amargo para Portugal, mas atenderia os interesses da Corte Portuguesa, mantendo como primeiro Imperador do Brasil um Príncipe Regente de Portugal.

Como a história nos ensina qualquer processo de independência de um país de seu opressor, sempre foi precedida de verdadeiras, longas e sangrentas guerras entre o colonizador e o colonizado. Entretanto, a nossa independência aconteceu sem derramamento de sangue e sem guerras expressivas.

Pela Carta Patente de 13 de maio de 1825, D. João VI legitimou a independência política do Império do Brasil, ressaltando para ele o título de Imperador do Brasil e Rei de Portugal e Algarves e para D. Pedro o de Imperador do Brasil e Príncipe de Portugal e Algarves.

Em 29 de agosto de 1825 é assinado o Tratado de Independência do Brasil, ratificado pelo Reino de Portugal em 15 de novembro.

O cenário da Independência do Brasil ficaria registrado para a posteridade no quadro de **Pedro Américo** de Figueiredo e Melo, representando o relato deixado pelo Major Francisco de Castro Canto e Mello², que fazia parte da comitiva de D. Pedro na viagem à São Paulo, quando após receber correspondências enviadas pela Princesa Leopoldina e José Bonifácio, assim teria pronunciado:

“Amigos, as Cortes Portuguesas querem escravizar-nos e perseguir-nos. A partir de hoje as nossas relações estão quebradas. Nenhum vínculo mais nos une.”

Em ato contínuo, arranca o laço português que trazia no chapéu e a braceadeira azul e branca que simbolizava Portugal, lançando-os para longe de si, continua:

2) Irmão da Marquesa de Santos.

“Tirem suas braçadeiras, soldados. Vivas à Independência, à Liberdade e à separação do Brasil !”

Após desembainhar sua espada e erguê-la, proclama:

Pelo meu sangue, minha honra, meu Deus, eu juro dar ao Brasil a liberdade”.

É tempo!

Independência ou Morte!

Estamos separados de Portugal!

Estava assim proclamada a nossa independência.

Após as celebrações em São Paulo, D. Pedro chega ao Rio de Janeiro em 14 de setembro.

Referências

PROENÇA, Maria Cândida. **A Independência do Brasil**. Livros Horizonte, 1987.

LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SÁ, D. José de Almeida Correia de. **D. João VI e a Independência do Brasil** (últimos anos do seu reinado). Lisboa, 1937.

BARRETO, Vicente. **A ideologia liberal no processo da independência do Brasil** (1789-1824). Brasília, 1973.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Linguagem, cultura e sociedade, o Rio de Janeiro de 1808 a 1821**. São Paulo: C. Ed. Nacional, 1973.

_____. **Cultura e sociedade no Rio de Janeiro** (1808-1821). S. Paulo: C. Ed. Nacional, 1977.

_____. **A Repercussão da Revolução de 1820 no Brasil**. Eventos e ideologias, Coimbra, 1979.



LA PROVINCIA CISPLATINA Y LA INDEPENDENCIA DE BRASIL

Prof Alberto del Pino Menck*

* Licenciado en Historia por la Universidad Católica del Uruguay, Miembro del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay; del Instituto de Historia y Cultura Militar del Uruguay “Cnel. Rolando Laguarda Trías”; de la Sección Nacional (Uruguay) de Historia del Instituto Panamericano de Geografía e Historia; del Grupo de Investigación “Guerra y Sociedad” Asociado a la Universidad Católica del Uruguay; Asociado Correspondiente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil; del Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

Introducción

Algunos investigadores uruguayos señalan el vacío historiográfico que existe sobre la Cisplatina, al observar la escasez de estudios del período de la dominación luso-brasileña de la Banda Oriental. Escribe el historiador Juan E. Pivel Devoto, que la pugna secular entre España y Portugal “en defensa una y procura la otra del límite del Río de la Plata.”, ha dado carácter a la historia colonial de la región. Este pleito se mantuvo vivo durante todo el ciclo artiguista, y se renovaba desde 1808 con nuevos bríos por la presencia de la corte lusitana en Río de Janeiro hasta la invasión militar de agosto de 1816.¹ Invasión justificada por la protección de la frontera, vulnerada por las depredaciones sufridas por la “anarquía de las montoneras artiguistas”, y favorecida por el directorio y la diplomacia de Buenos Aires, centralista y opuesto al sistema de liga federal de las provincias, denominada “sublime intriga” por Nicolás Herrera. Pivel Devoto llama a la dominación portuguesa (1820-1824), etapa “intermedia”, posterior a la Patria Vieja (1811 a 1820)², luego de consumada “la usurpación legalizada contra los intereses de Portugal en el Congreso de 1821, aparentemente a su favor, pero en realidad con vistas a la inmediata sucesión brasileña.”; y la etapa “nueva” que surge con Lavalleja en abril de 1825.³

Las ciudades de Maldonado y Montevideo – esta última, capital de la provincia, el 20 de enero de 1817 - habían caído tempranamente en poder del invasor. ¿No había ordenado acaso Artigas en diciembre de 1816, el abandono de Montevideo ante el embate continuo e irresistible de las fuerzas luso-brasileñas? Sin embargo, las llaves de la ciudad le fueron entregadas solemnemente

al general Lecor por Jerónimo Pío Bianqui.⁴ La capital de la provincia, desde el principio de la dominación, comenzó lentamente a restituirse a su antigua vida perdida, quedando en el pasado aquel efímero gobierno presidido por el caudillo artiguista Otorgués en 1815, que había desplazado momentáneamente a las clases conservadoras y al comercio montevideano por lo que éste, sufrió la “desconexión con la campaña de donde extraía los frutos de su giro mercantil.”⁵ El Cabildo de Montevideo, comisionará rápidamente a la Corte de S.M.F. Don Juan VI en Río, a dos conspicuos y destacados ciudadanos: el padre Dámaso A. Larrañaga y el escribano Gerónimo Pío Bianqui – ya mencionado - para solicitar al monarca, la incorporación de la Provincia Oriental al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarve.⁶ Las instrucciones recibidas y que fueron contenidas en actas secretas del cuerpo capitular, sesiones de los días 23 y 27 de enero de 1817, rezaban lo siguiente: “Solicitaran con el mayor empeño que S.M. se digne incorporar a sus dominios del Brasil este territorio de la Banda Oriental del Río de la Plata, elevándolo a la categoría de Reino, para que sea uno que forme las bases de su gran imperio.”⁷ Ya se mencionaba en la petición, que el alto rango con que se deseaba esa incorporación llevara el nombre de “Reyno Cisplatino, uniéndolo al poderoso Reyno lusitano”. Se suplicaba mantener las

-
- 4) Nota del autor: Durante el gobierno del capitán general Lecor, será el “brazo derecho del Barón” según el historiador Pivel Devoto: “Jefe de Puertos, Administrador de Aduanas, el más exaltado súbdito de S.M.F. en estas tierras, [...]”. Cfr. PIVEL DEVOTO, Juan E “El Congreso Cisplatino (1821)”, Repertorio documental, seleccionado y precedido de un Análisis, en Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, Tomo XII, Montevideo, Imprenta El Siglo Ilustrado, San José 938, Montevideo, 1936, p. 134.
- 5) CASTELLANOS, Alfredo. La Cisplatina, la Independencia y la República caudillesca. 1820-1838, Serie Historia uruguaya, volumen 3. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986, p. 10.
- 6) Nota del autor: Fungían los siguientes títulos: Gerónimo Pío Bianqui era Síndico Procurador General de ciudad y Personero de todos los pueblos de la Jurisdicción y el Doctor Presbítero Dámaso Antonio Larrañaga, Cura Rector y Juez Eclesiástico de la Iglesia Matriz de Montevideo, Vicario General y Comisario de la Santa Cruzada en las tres Provincias de la Banda Oriental del Paraná, Capellán Mayor Castrense y Director de la Biblioteca de la ciudad de Montevideo (DE MARÍA, Isidoro. Compendio de Historia de la República O. del Uruguay, Tomo IV. Montevideo: Imprenta del Siglo, 25 de Mayo Núm. 58, 1900, p. 14).
- 7) FERNÁNDEZ CABRELLI, Alfonso. Presencia masónica en la Cisplatina. Montevideo: Editorial América Una, Imprenta Alvarez, 1986, p. 1, p. 231. Cfr. PIVEL DEVOTO “El Congreso Cisplatino”, op. cit., p. 231 y ss, donde se transcribe el acta secreta del cabildo del 23 de enero de 1817, pidiendo la incorporación de la Banda Oriental al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarve.

siguientes prerrogativas: cabildos elegidos por sus respectivos pueblos, con sus fueros, privilegios y atribuciones, y que el de Montevideo continuara con el gobierno político del futuro Reino Cisplatino, elegido en la forma como lo fue en 1816, y presidido por el gobernador militar de la plaza; la conservación de las leyes, usos y costumbres que habían regido hasta entonces en la provincia; que al menos dos terceras partes de los empleos políticos, militares y cívicos fuesen ocupados por hijos del país a propuesta del mismo cabildo; la organización de una Cámara de Apelaciones y un Tribunal de Concordia para causas civiles, así como el mantenimiento del Tribunal del Consulado para las causas mercantiles; la garantía de los derechos individuales y abolición de la pena de muerte y de los tormentos; la abolición del Tribunal de la Inquisición pasando sus causas a la autoridad eclesiástica; la libertad de imprenta sin previa censura; la organización de una enseñanza pública, gratuita y común a todos los ciudadanos y pueblos del Reyno Cisplatino; prohibición de introducción de esclavos después de cuatro años de la pacificación de la provincia oriental por las armas portuguesas.⁸

Esta misión no tuvo el asentimiento de Don Juan VI, y a pesar de su “humillante objetivo” – como lo denomina Alfredo Castellanos - cuando aún no había cesado la resistencia de las fuerzas artiguistas a la invasión (Colonia recién sería ocupada en mayo de 1818), es interesante apreciar cómo igualmente se intentaba mantener por parte del Cabildo montevideano, prerrogativas para una determinada autonomía. Algunas de estas serían implementadas posteriormente por Lecor como ser: mantenimiento del Tribunal del Consulado (1817); fundación de la Casa de Niños Expósitos (1818); creación de la Cámara de Apelaciones (1818); y la fundación de la Escuela Lancasteriana (1821). Este último, en el plano educacional, uno de los mayores logros de la gobernación de Lecor, junto con el comienzo de la erección del Hospital Maciel.

1. Marechal-do-Exército Carlos Frederico Lecor, Visconde da Laguna

Fuera de periodizaciones, la figura central por antonomasia del período de análisis es el general Lecor. El futuro Visconde da Laguna, nació el 11 de setiembre de 1764 en la ciudad de Faro, capital del distrito del mismo nombre

8) CASTELLANOS, op. cit. p. 12-13.

en la Provincia de Algarve, Reino de Portugal. Era hijo de Luis Pedro Lecor y de Quitéria María Cruz. Comenzó la carrera de las armas en el Regimiento de Artillería de Faro, como “Soldado de pé de castela”. Teniente coronel en noviembre de 1807, por orden del Marqués de Alorna, tuvo la misión de avisar al regente Juan de la invasión francesa a suelo portugués. Se exilió en Inglaterra, abandonando las banderas de la Legión Portuguesa aliada al ejército invasor, participando activamente en la creación de la “Leal Legión Lusitana” y con ella combatió en Portugal y en España, llegando a comandar una gran unidad a las órdenes de Lord Arthur Wellesley, futuro Duque de Wellington.

Ascendió a coronel el 23 de noviembre de 1808 a los 44 años de edad, siendo jefe del Regimiento de Infantería nº 23, combatiendo las tres invasiones francesas a suelo portugués (Junot, Soult y Massena). En mayo de 1811, ya era brigadier, y en 1815, sucesivamente mariscal de campo y teniente general, siendo con esta jerarquía que se puso al frente de la Divisão de Voluntários Reais do Principe, luego del Rey, formado por tropas veteranas de la guerra peninsular. Al frente de esa gran unidad, ocupó Montevideo a fines de enero de 1817. Decidido Lecor a congraciarse con un sector de la sociedad montevideana, repartió prodigamente títulos nobiliarios y cargos altamente remunerados a integrantes de su círculo más cercano: “Nicolás Herrera, Conde del Rosario, Tomás García de Zúñiga, Marqués de Campo Verde, Juan José Durán, Conde del Cordobés, Francisco Juanicó, Visconde del Miguelete y los Bianqui, Llambí, Bejar, Alvarez, Caballeros Comendadores de la Orden del Lazo Verde, pensionados sobre las rentas de la Provincia, [...]”⁹). Asimismo, propiciando enlaces entre su oficialidad y damas orientales, dando el mismo el ejemplo como veremos.

Lecor fue agraciado con el título de Barón de la Laguna por Carta Régia do Rei de Portugal, de 6 de febrero de 1818, y confirmado por el Emperador D. Pedro I, por Decreto del 2 de enero de 1823; obteniendo el título de Visconde el 4 de abril de 1825. Comendador de las Ordenes Imperiales de Cristo, São Bento de Avis e da Torre e Espada, Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, poseía además la Medalha de distinção concedida por el Rey de Portugal a los que hicieron la Guerra de la Península (1808-1814), por decreto del 28 de junio de 1816, y la medalla creada por el gobierno brasileño por Carta del 31 de enero

9) BERAZA, Agustín. “El reencuentro con la Patria Vieja” *In*: “Tres estudios de la Cruzada Libertadora”, Revista de Biblioteca Nacional, n. 10, setiembre 1975, Montevideo, p. 13. El Coronel Fructuoso Rivera recibirá de Don Pedro I, el título de Barón de Tacuarembó, que fue rechazado por aquel según su biógrafo Carlos H. Freire, “El General Fructuoso Rivera”, Montevideo, 1970, p. 27, nota 56.

de 1823, destinada a las fuerzas del ejército y la escuadra que actuaron bajo su comando en el Río de la Plata.

A pesar del revanchismo que asumió Lecor al retornar a Montevideo en marzo de 1824, tomando medidas traducidas en persecución y destierro contra quienes habían combatido la causa imperial, y de la acusación de corrupción por actitudes suyas en el manejo de las finanzas de la Cisplatina, sus rasgos de hidalguía insospechadamente quedaron grabados en semblanzas de escritores uruguayos. Alberto Palomeque dice de él que tenía cualidades negativas para “conquistador guerrero”, sin embargo, destaca que era “un conquistador social, caballero cultísimo, amante de los hombres de trato afable, atento con las damas”. Zorrilla de San Martín nos habla de Lecor como “un gran señor, un príncipe”. Juan E. Pivel Devoto escribe: “De hermosa figura, alto y erguido, cabellos muy rubios que llamaron la atención de Brackenridge y Saint-Hilaire, de ojos claros y mirada penetrante, era Lecor un señor de gran prestancia y fino trato.”¹⁰ El general Queiroz Duarte destacará también ese donaire que caracterizó al personaje:

E, por sua conduta sempre cordial e fina, mais diplomática, ou política, que militar, o General Lecor em todas as ocasiões conquistava as mais importantes personalidades orientais. Não só [Nicolás] Herrera que trouxera consigo, quando da invasão; conseguiu reunir também Tomás Garcia de Zuniga [sic] [Zuñiga] e Santiago Vásquez, além de militares de grande projeção, como Rivera e Lavalleja, isto é, a fina flor da sociedade montevideana e da bravura inata das coxilhas orientais.¹¹

Este distinguido militar portugués, naturalizado brasileño, murió muy pobre el 3 de agosto de 1836, a los 72 años de edad en Rio de Janeiro, y fue sepultado el día 4 del mismo mes y año, en la Iglesia de San Francisco de Paula

2. El Congreso Cisplatino

Triunfantes las revoluciones liberales de Riego en España – que malogró en enero de 1820 la partida de una fuerza expedicionaria destinada a la reconquista del Río de la Plata - y del 24 de agosto de 1820 en Oporto, Portugal, los monarcas

11) DE QUEIROZ DUARTE, Paulo. Lecor e a Cisplatina. 1816-1828, v. 2, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985, op. cit. p. 394.

Fernando VII y Juan VI sucesivamente fueron forzados al acatamiento de sendas constituciones liberales basadas en la gaditana de 1812. Además, Don Juan VI sería obligado en abril de 1821 a volver a Lisboa por esas y otras circunstancias, abandonando su corte de Río de Janeiro.

El nuevo ministro de asuntos extranjeros portugués, D. Silvestre Pinheiro Ferreira, ferviente liberal propicia que esta prerrogativa se extienda a la Provincia Oriental, ocupada militarmente por Portugal, lo cual juzgaba que era perjudicial para los intereses de Lisboa. Diplomáticamente era inconveniente la usurpación de un territorio ultramarino que España - a la sazón con un gobierno liberal y por ende amigo y aliado ante la amenaza de la reacción absolutista europea - reclamaba insistentemente. Algo similar a los reclamos que se recibían periódicamente desde Buenos Aires y las provincias del litoral Entre Ríos y Santa Fé. Era por lo tanto conveniente que la provincia oriental decidiera sobre su futuro, sin coerción, todo propiciado por el momento político que vivía entonces el Reino unido de Portugal, Brasil y Algarve:

El 16 de abril de 1821, diez días antes del embarque del Rey y su familia, le fueron expedidas a Lecor las Instrucciones para la reunión del Congreso que debía decidir, ya la incorporación a Portugal, la independencia de la Provincia, o su incorporación a algunas de las otras del Río de la Plata. El Congreso debía nombrarse “tomando cuanto fuese posible por base”, la fórmula a que se habían ajustado en Portugal y en el Brasil, las elecciones de los diputados para las Cortes Extraordinarias. Era ese el sistema establecido en la Constitución española de 1812.¹²

Refiriéndose al propósito que anima a Pinheiro Ferreira respecto a la Provincia, y que pretendía a dejar a sus habitantes en “plena libertad de acción”, el autor que seguimos infiere que esto obviamente no podía ser compartido ni por Lecor ni por el círculo que le rodeaba, conocido por el Club del Barón, (Larrañaga, Durán, García de Zuñiga, Pío Bianqui, Llambí...), y que había satisfecho tantas ambiciones. En la memoria elevada a la Corte, Lecor indicó que la Ciudad “ilustrada, entera y de probidad”, no guardaba paridad con “los enemigos del buen orden”, divididos en “parcialidades bélicas”. Su idea era prescindir de los habitantes de la campaña, pero como esto era imposible, se propiciaría una fórmula que contemplara este propósito permitiendo la intervención de la

12) PIVEL DEVOTO, “Congreso Cisplatino”, op. cit. p. 119.

campaña en el congreso. ¹³ Concluye su reflexión Pivel Devoto, entendiendo que la clave está en el papel que jugaron los cabildos, tanto el de Montevideo como los de la campaña, “que le sirvieron para revestir de aparente sanción popular a tanto engendro político”. En ellos, encontró Lecor las instituciones que, sin convocar reunión alguna, eligieran a sus diputados para acogerse a las instrucciones del ministro Pinheiro Ferreira.”¹⁴ Las instrucciones a los cabildos enviadas el 18 de junio de 1821 por Juan José Durán, Gobernador Intendente, disponían que el congreso constaría de 18 diputados de los respectivos departamentos, y ese número se computaba por un cálculo aproximado de sus poblaciones donde resultaba la siguiente fórmula para aplicar a su designación:

Cuatro por la Capital de Montevideo;
 Dos por la población de Extramuros [de Montevideo], “incluso el vecindario de Peñarol”;
 Dos por la Ciudad de S. Fernando de Maldonado, San Carlos, Minas y Rocha con sus respectivas comarcas;
 Dos por la Villa de Guadalupe de Canelones, Santa Lucía, Pando y Piedras;
 Dos por la Colonia de Sacramento, Colla, Real de San Carlos y Víboras incluidos en su comarca;
 Uno por la Villa de San José, Florida y Trinidad pertenecientes a su jurisdicción;
 Uno por el pueblo de San Salvador;
 Uno por Santo Domingo Soriano;
 Uno por la Capilla de Mercedes;
 Uno por Paysandú;
 Uno por Cerro Largo incluidas las respectivas comarcas y jurisdicciones de los respectivos pueblos.

Observa el historiador Pivel Devoto que la elección de esos diez y ocho diputados, preparada por Juan José Durán, estaba dispuesta para evitar en lo posible, “la intervención directa de los habitantes de cada una de esas poblaciones.” La fórmula aplicada, en realidad solo se limitaba a la elección de nueve diputados, porque los Síndicos Procuradores Generales de los Cabildos de Montevideo, Maldonado, Canelones y Colonia, al ser “representantes legales de los pueblos y departamentos cabeceras de partido”, serían considerados diputados de sus

13) *Ibíd.*, p. 126 y 128.

14) *Ibíd.*, p. 128.

respectivos departamentos. En igual sentido, para “evitar los inconvenientes de las reuniones populares”, serían también considerados diputados al congreso, los alcaldes ordinarios o territoriales de Cerro Largo, Paysandú, Mercedes, Santo Domingo Soriano y San Salvador, electos por juntas populares, como “vecinos propietarios de opinión y crédito”, y por lo tanto, mercedores de la confianza pública.¹⁵ Resumiendo, en lugar de diputados elegidos en número proporcional a su población, fue establecido un número fijo de aquellos en dieciocho (18), integrado por los síndicos procuradores de los cabildos de la Provincia (que eran cuatro), y los alcaldes ordinarios o territoriales de la campaña (que eran nueve) como miembros natos del congreso, restando solamente cinco diputados para ser elegidos no popularmente, sino por los respectivos cabildos. “De este modo se evitó la elección directa por parte de los habitantes de los pueblos de la Provincia, sustituyéndola por la intervención de magistrados y autoridades llegados a sus cargos por influencia o nombramiento del propio Lecor.”¹⁶ Para entender la procedencia de los futuros diputados, vayamos a la división política de la Provincia Cisplatina en 1826. Son los mismos departamentos que la componían en 1816, según información extraída del Almanak de Montevideo, Provincia Cisplatina:

La Provincia Cisplatina se divide en nueve Departamentos con las Ciudades, y Villas siguientes. / Departamento de Montevideo: cuya Capital y de toda la Provincia es la Ciudad de San Felipe y Santiago. / Departamento de Canelones: contiene la Villa de Guadalupe [o Villa del Canelón], su Capital, la de San Juan Bautista [o Villa de Santa Lucía], Y los Pueblos de Pando y [Las] Piedras. / Departamento de San José: cuya Capital es la Villa de su nombre, y contiene además la de la Florida y el Pueblo [de la Santísima Trinidad] de los Porongos. / Departamento de la Colonia: su Capital la Ciudad de la Colonia del Sacramento, y contiene la Villa del Rosario del Colla, y los Pueblos del Real de San Carlos, Vivas, y el Carmelo. / Departamento de Soriano: cuya Capital es la Villa de Sto. Domingo Soriano, y tiene además las de San Salvador, y Mercedes. / Departamento de Paysandú: su Capital es la Villa de su nombre, y contiene también la de Belen, y Pueblo del Salto. / Departamento del Cerro Largo: cuya Capital es la Villa de Melo. / Departamento de Maldonado: su Capital es la Ciudad de San Fernando, y contiene las Villas de San Carlos,

15) *Ibíd.*, p. 129-130.

16) CASTELLANOS, *op. cit.* p. 16.

Rocha, y Minas, con el Fuerte de Sta. Teresa./ Departamento de Entre Ríos Yi y Negro: cuya Capital es la Villa de San Pedro del Durazno.

El 15 de julio se instala el congreso en la sala capitular en Montevideo, bajo la presidencia de Juan José Durán, el padre Larrañaga como vicepresidente y Francisco Llambí, como secretario. En una de las sesiones iniciales, la legitimidad del congreso será impugnada por el diputado por San José, D. Luis Eduardo Pérez, alegando que los usos y costumbres del país, exigían la votación de todos sus habitantes, dado que había sido siempre la práctica, y en que se había seguido para el nombramiento de los Diputados de Hacendados. El 18 de julio serían dictados tres discursos donde exponen Dámaso A. Larrañaga, Francisco Llambí y Gerónimo Pío Bianqui, Coincidirán Llambí y Pío Bianqui, en agoreros pero convincentes conceptos, en cuanto a la inviabilidad de convertir a la provincia en estado independiente por carecer de población, recursos y elementos para gobernarse, el peligro que significaba ser absorbidos por las provincias limítrofes en medio de conflictos permanentes, o peor aún por España que buscaba recuperar su dominio en el Río de la Plata, por lo que no quedaba otro recurso mejor que la incorporación a Portugal.

Larrañaga también acompañaba la propuesta de incorporación, siendo su parecer, deber de los congresistas, “consultar los intereses públicos de la Provincia”, siendo solo esa consideración lo de que debía guiarles: “porque en los extremos, la salud de la Patria es la única y más poderosa ley de nuestras operaciones. Alejemos la guerra, disfrutemos de la paz y tranquilidad que es el único sendero que debe conducirnos al bien público”.¹⁷ La provincia debía incorporarse como un estado separado, con sus mismas leyes, fueros, privilegios, principios y autoridades, con los límites que poseía cuando fue ocupada por los portugueses, libertad de comercio, industria y pastura, procurando evitar todo gravamen de contribuciones, “y finalmente acordemos cuando creamos más útil y necesario para conseguir la libertad civil, la seguridad individual y la de las propiedades del vecindario.”¹⁸ El persuasivo discurso del padre Larrañaga fue aclamado y votada por unanimidad la incorporación a Portugal, bajo la circunstancia de que fueran atendidas las condiciones a ser aprobadas por el congreso en días venideros - plasmado en las sesiones de los días 23, 24, 26 y 27 de julio - de lo que resultaron aprobadas esas condiciones el 28 de julio de 1821.

17) *Ibidem.* p. 17.

18) *Idém.*

Las veintiuna bases o condiciones, reproducían y ampliaban algunos de los términos propuestos por el padre Larrañaga en la misión que realizó junto a Pío Bianqui a la corte de Río de Janeiro en 1817. Para empezar, la denominación de la provincia a saber: (1º) Territorio: Estado “Cisplatino (a) Oriental”, “diverso de los demás del Reino Unido”; (2º) Límites: los reconocidos “al principio de la Revolución”, sin perjuicio de reclamación ulterior; (3º) Gobierno: que gozará del mismo rango que los demás de la monarquía y con representación en el congreso nacional; (4º) Se mantendrían las mismas leyes “por ahora” en cuanto no se opusieran a la constitución general; (5º) también los “privilegios, exenciones, fueros, costumbres, títulos, preeminencias y prerrogativas que gocen por fuero y derecho” todos los pueblos, autoridades constituidas, familias y los individuos de la Provincia; (6º) también las autoridades civiles independientes de las militares y los “habitantes particulares” solo podrían ser juzgados por jueces civiles; (7º)- El comercio, la industria y agricultura, serían eximidos “de toda traba, conforme a los principios de las Naciones liberales”...; (9º)... y por ningún motivo se impondrían contribuciones extraordinarias; (8º) Excepto por ahora la Capitanía General, todos los empleos de la Provincia y cargos consejiles, serían adjudicados a los naturales o “habitantes casados o avecindados en ella.”; (10º) ningún habitante podría ser compelido al “servicio veterano” excepto “vagos y mal entretenidos.”; (11º) y las milicias no serían obligadas a salir de sus departamentos, salvo “lo exija la tranquilidad pública” o en caso “de invasión de este Estado”. Bajo ningún pretexto, fuera de sus límites; (12) mientras no se determinara la forma de arreglar los derechos por el Congreso General de la Nación, podría hacerse alteración alguna, sino como hasta entonces “en la Junta General de real Hacienda, oyéndose a los Cabildos”, con la asistencia del Síndico General de los Pueblos, que deberá nombrarse con las atribuciones correspondientes en el modo y forma que se determinará; (13º) Se refiere a la atención de los gastos de administración civil, “pagados con preferencia”, y los gastos para “la mantención del Ejército, como hasta aquí por el Banco de Río de Janeiro o en el modo que determine la Nación”. (14º) Aceptación de las bases constitucionales aprobadas por el Congreso General de la Nación (libertad civil, seguridad individual y la de las propiedades) (15º) Sin lugar a las reformas acordadas para Europa, “sobre religiosos y monacales” y “necesidad de ministros”, trato de “abusos eclesiásticos”, etc. (16º) Se estipulaba que el territorio “no será parte de algún otro Obispado”, siendo que habría un jefe espiritual acordado entre Su Majestad Fidelísima y Su Santidad”. Mientras tanto, habría un “Delegado del Gobernador del Obispado”, que lo era el propio Larrañaga...; (17º) “Los vecinos

no serán gravados con alojamientos sino por el término de tres días en tiempo de paz”; (18º) Juramento de todas las autoridades, y responsabilidades ante infracciones; (19º) “Continuará en el mando de este Estado el señor Barón de la Laguna.”; (20º) Mientras no fuera publicada la Constitución General del Reino, se nombraba por el Congreso un Síndico Procurador del Estado para reclamar contra cualquier violación de las anteriores condiciones, habiendo sido designado anteriormente D. Tomás García de Zuñiga; (21º) “Será de cargo del Gobierno, transar cualquiera reclamación que haga algún otro poder sobre este territorio, sin que pueda disponer de su suerte, sin su conocimiento y expresa voluntad.”

Las bases para la incorporación, fueron debatidas y aprobadas por los diputados congresistas el 28 de julio de 1821, y los diputados Fructuoso Rivera y Gerónimo Pio Bianqui, los encargados de entregarlas a Lecor. El 31 de julio de 1821, se solemnizó el pacto de incorporación “al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarve, constitucional”, refrendado por Lecor el 2 de agosto de aquel año. Un día antes, había sido aprobada la base 22º, relativa al escudo y a la escarapela a ser usada por las fuerzas del nuevo estado Cisplatino, agregándose una esfera armilar al escudo de Montevideo, y la inclusión del color celeste. Fueron firmantes del acta de incorporación, el Barón de la Laguna, Juan José Durán, Presidente.-Dámaso A. Larrañaga, Diputado por Montevideo, Fructuoso Rivera, diputado por Extramuros; Tomás García de Zuñiga, diputado por Montevideo, José Vicente Gallegos, Diputado por Soriano, Loreto de Gomensoro, Diputado por Mercedes, Alexandro Chucarro, Diputado por Guadalupe, Romualdo Ximeno, Diputado por Maldonado, Mateo Visillac, Diputado por la Colonia, José de Alagón, Diputado por la Colonia, Manuel Lago, Diputado por el Cerro Largo, Luis Eduardo Pérez, Diputado por San José, Manuel Antonio Silva, Diputado por Maldonado, Salvador García, Diputado por Canelones; Francisco Llambí, Diputado por Extramuros y Secretario.¹⁹

Sorpresa causó en Portugal, lo resuelto por el congreso cisplatino. El ministro Pinheiro Ferreira, reclamó a éste, los informes correspondientes de actuación, desaprobando su conducta, por no haber cumplido con las instrucciones impartidas oportunamente para realizar el congreso de julio de 1821, dando pie a sospechas en Europa, y sobre todo un grave diferendo con España, a la sazón aliada. También se trató el tema en las Cortes Extraordinarias de Lisboa, impugnando los diputados portugueses su legitimidad y defendiéndola los diputados

19) Nota del autor: Estuvieron ausentes los diputados por Paysandú y San Salvador por lo que faltaron sus firmas en la firma de las bases de la incorporación al Reino de Portugal.

brasileños. Pinheiro Ferreira escribirá desde Lisboa el 3 de diciembre de 1822, un duro aunque postrero y anacrónico reproche a Lecor, debido a las noticias que llegaban a Europa, donde se afirmaba que Lecor, “ajuntando um simulacro de Assembléa nacional, composta não de deputados livremente eleitos por ese Povo, mas escolhidos e convocados por V. Exa, lhes fez declarar, como vontade e desejo universal de toda a Banda Oriental, o voto unânime de ficarem unidos ao Reino do Brasil debaixo da denominação de Provincia. Cisplatina.”²⁰

3. Enlaces cisplatinos

Durante el período 1817-1828, numerosas familias del patriciado de linaje hispano, se emparentaron con los ocupantes luso-brasileños. El caso más connotado fue el del propio capitán general Carlos Federico Lecor, Barón da Laguna, quien, siendo soltero y con 54 años, se casó en la Iglesia Matriz de Montevideo el 3 de diciembre de 1818, con Doña Rosa de Herrera y Basavilbaso, joven de 18 años de edad. Ofició la ceremonia el cura vicario Dámaso Antonio Larrañaga.²¹ A propósito de este aspecto del que mucho puede decir la Genealogía, el general Queiroz Duarte se refiere extensamente a la frecuente unión matrimonial oficiales luso-brasileños con jóvenes damas de la sociedad oriental. Para este autor, uno de los posibles motivos era el que brindan cronistas como J. Armitage, simple observador y narrador “das ocorrências que se registraram nos agitados dias que antecederam e precederam a nossa Independência” que al referirse a los casamientos de los oficiales en el curso de la ocupación de la Banda Oriental, señalaba que en Brasil habían muy pocas relaciones sociales. “As mulheres são retidas em reclusão quase claustral e tomam muito pequena parte na conversação da sociedade.” Todo lo contrario, a lo que acontecía en Montevideo y Buenos Aires en que la actividad social no cesaba: “todas as noites são dedicadas ao teatro, ao baile, ou tertulias ou ás partidas; nem a guerra, nem a revolução, nem a fome, podem mudar a inclinação nacional a este respeito; daqui nasce a superior atração das senhoras espanholas.” No era de admirar entonces, que a este contraste, “tanto preponderasse sobre os oficiais brasileiros acharam nas senhoras espanhoias muitos atrativos e mais acessível sociabilidade do que jamais

20) QUEIROZ DUARTE, op. cit. p. 447.

21) HERRERA, Eduardo de Salterain. Lavalleja. La redención patria. Montevideo: Talleres Gráficos A. Monteverde y Cía, 1957, p. 68.

haviam experimentado nas suas patricias, de modo que muitos casamentos se efetuaram, [...].”²²

Como vimos, dio ejemplo el propio Barón de la Laguna al casarse con Doña Rosa. Según el autor citado, esta práctica propiciada por el veterano capitán general de la Cisplatina, había partido “do próprio Rei D. João VI”, fundado en la “remota e benéfica iniciativa que tivera Alexandre Magno, o Grande Soldado, rei da Macedónia”, quien para consolidar sus inmensas conquistas en el Reino Persa, desposó a una hija de Darío y ordeno a sus lugartenientes hicieran lo mismo con mujeres de la nobleza persa.²³ Al mencionar Queiroz Duarte señala, que de los muchos “consorcios matrimoniais entre oficiais portugueses e brasileiros”, vencidos “pelos encantos das moças uruguaias”, nacieron militares que prestaron señalados servicios al ejército brasileño. Menciona el caso del propio secretario militar del general Lecor, “oficial que em Portugal cursara a Universidade de Coimbra, casou-se com D. Rosa Juana Ximénez e, depois de terminada a campanha, passou a residir no Brasil com a família.”²⁴ Otros “bons exemplos para ilustrar o acontecimento” son citados por el autor que seguimos: Coronel João Crisóstomo Calado, comandante del 4º Batalhão de Caçadores en 1816, casó en Montevideo D. María Dolores Oribe, hija de un coronel del Cuerpo de la Real Artillería española, hermana de Manuel e Ignacio Oribe, el primero de ellos, “caudilho oriental que não poucas dores de cabeça deu ao Barão da Laguna”²⁵; “Felipe Neri de Oliveira, capitão da Divisão de Voluntários, comandante da sexta companhia do 2º Corpo de Cavalaria; de seu casamento nasceu em 1825 Carlos Betbezé de Oliveira Neri,” oficial de caballería, futuro general brasileño; “José Joaquim da Rocha, de cujo casamento nasceu em Montevideú, em 1826, Justiniano Sabino da Rocha, que fez a guerra do Paraguai e faleceu no posto de brigadeiro”. La lista prosigue con João Fernandes de Oliveira, de cuyo enlace en Montevideo nació Isidro Fernandes, “digno oficial da cavalaria que fez as

22) DE QUEIROZ DUARTE, op. cit., p. 538.

23) Ídem.

24) Ídem. Nota del autor: Aunque no es mencionado, obviamente el autor se refiere al futuro Brigadier Miguel Antonio Flangini, quién casó con Doña Rosa Jiménez. Cfr. de Salterain Herrera, Eduardo, op. cit. 69.

25) Nota del autor: Anota Salterain y Hererra que Juan Crisóstomo Calado, enlazó primero con María Dolores Oribe, y al enviudar de ella, casó luego con Carolina Juanicó. Cfr. HERRERA, Eduardo de Salterain. Lavalleja. La redención patria. Montevideo: Talleres Gráficos A. Monteverde y Cía, 1957, p. 69.

campanhas de 1851-1852, de 1864 e a de 1865-1870”, alcançando la jerarquía de Marechal-de-Campo.

Francisco de Paula Avelar Cabrita, fue otro oficial de la Divisão de Voluntários, perteneciente al 4º Batalhão de Caçadores y de cuyo matrimonio con “D. Apolónia de Vilagran, de origem castelhana, nasceu, em Montevidéu, João Carlos de Vilagran Cabrita, morto a 10 de abril de 1866, no posto de Tenente-Coronel, na Guerra do Paraguai, hoje elevado a patrono da Arma de Engenharia do nosso Exército.”²⁶

Otros oficiales portugueses, casados en la Cisplatina, luego del convenio pactado entre los generales Carlos Federico Lecor y Alvaro Da Costa el 18 de noviembre de 1823, regresaran a su patria llevando a sus familias. Tal es el caso de “Luís Xavier de Sá Valente da Gama, que viera com a Divisão no posto de alferes do 3º Batalhão de Caçadores; casara-se em Montevidéu com D. Maria Izidora Ladrón de Guevara, e levou-a consigo, deixando descendentes em Portugal”.²⁷ Curiosamente, se relaciona con estos enlaces matrimoniales, propiciados por João VI y por Lecor, el conocido memorialista argentino general Tomás Iriarte. Entonces teniente coronel graduado de artillería, a la sazón emigrado en Montevideo e integrante de la sociedad secreta de los “Caballeros Orientales” escribe que concurría a tertulias nocturnas en la casa de Oribe, donde se reunían “algunos argentinos”, añadiendo que era “poco asiduo” por evitar encontrarse “con los oficiales portugueses, contra los que abrigaba una prevención que rayaba en

26) Cel. Francisco de Paula de Avelar Cabrita (Lagos, Algarves c. 1780, --Rio de Janeiro, 22 de octubre de 1846) Resumo: Primeira praça no Regimento de Infantaria num 2 de Lagos, em junho de 1795. Participou na campanha da Península de 1801 e na de 1808 até 1814, sendo ferido na Batalha de Pamplona em 1813. Ofereceu-se para integrar a divisão de Voluntários Reais do Príncipe, destinada ao Rio da Prata. Na Campanha Cisplatina participou desde 1816 até 1822, atingindo o posto de Ten Cel em 12 de outubro de 1825. Francisco de Paula casou em 16 de março de 1820 na Catedral de Montevidéu, então Colônia Cisplatina, com Polônia de Villagran y Olivera. Participou da campanha de 1825 na defesa da Vila de Mercedes (abril a outubro de 1825) e atuou na defesa das praças sitiadas da Colônia do Sacramento e Montevidéu até 31 de outubro de 1828, quando se recolheu ao Rio de Janeiro. Cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro. (12 de outubro de 1825) Nesse mesmo dia é promovido a Tenente-Coronel graduado. Cfr. da Costa Fernandes, Luiz Alberto “Tenente-Coronel João Carlos de Vilagran Cabrita e a Ilha da Redenção” en Revista da AHIMTB, v. 1, n. 3, 2021, p. 49-50. Según el estudioso portugués Jorge Brandão Quinta-Nova, encuentra al “tenente Francisco de Paula Cabrita, no 2.º Regimento de Infantaria, oriundo de Infantaria 2 (Lagos). Aliás, o sobrenome é tipicamente algarvio. Recebeu a cruz de guerra por 4 campanhas na Guerra Peninsular.”

27) DE QUEIROZ DUARTE, op. cit. p. 539

fanatismo. No podía hablar sin un interior disgusto con los altivos conquistadores que dominaban el país a su guisa y placer; [...]”, reconociendo otro de los motivos de su “prevención” contra los oficiales portugueses: estos “en general eran mejor mirados por las muchachas lindas de Montevideo que los hijos del país.²⁸ A pesar de su sorprendente comentario que contrasta con el que brindaba Queiroz Duarte al inicio de este apartado, irónicamente Iriarte terminó siendo cuñado de uno de estos mismos “altivos conquistadores” como les denomina. Al casarse sus hermanas y abandonar la casa materna en Buenos Aires, su madre Doña María Josefa Rosario Villoslada Somalo Arroyo, solo contaba para acompañarla con Margarita, la menor de aquellas, comprometida con el mayor portugués José de Barros Abreu. El artillero argentino confiesa que tanto él como su madre, tenían esperanza de que el enlace no tuviera efecto: “Mi madre y yo lo resistíamos, pero yo aún más que ella, porque casándose Margarita con un militar extranjero, madre iba a perder, también para siempre como las otras dos hijas, la única que le quedaba soltera.” Sin embargo, el mayor Abreu “joven de excelentes cualidades, y de una familia acomodada y noble de la provincia de Braga en Portugal: tenía un crédito extraordinario y bien adquirido como oficial valiente” además de que Margarita y José “se amaban con un cariño ultra romántico: era un delirio; y la constancia de entrambos a toda prueba porque hacía cuatro años que la familia rechazaba su unión.²⁹ Margarita de Iriarte, ya casada con el mayor Abreu, se embarcó con su marido rumbo a Río de Janeiro, “donde los Voluntarios Reales debían hacer escala y seguir después su viaje a Portugal.” Concluye el memorialista: “Mi buena madre quedaba sola, sin uno solo de sus hijos, y vino a Buenos Aires a establecerse a mi lado.”³⁰

Otro caso relevante para esta reseña, es el del Barón Leonardo de Souza Leite de Azevedo. Citado por Fernando Octavio Assunção como nacido en Braga el 4 de abril de 1794, hijo de Leonardo y de Josefa Vieira de Araújo, luchó en España contra Napoleón en el año 1812, distinguido en la batalla de Arapiles,

28) DE IRIARTE, Tomás. *Memorias*, tomo 3, “Rivadavia, Monroe y la Guerra argentina-brasileña. Buenos Aires: Sociedad Impresora Americana, 1945, p. 5.

29) DE IRIARTE, op. cit., Tomo 3, p. 90.

30) *Ibidem*. p. 91. Es a este mismo oficial que se refiere el general Queiroz Duarte al incluirle en la nómina que estamos siguiendo: “José de Barros Abreu Souza e Alvim, que também viera em 1816 com a Divisão expedicionária, com o posto de capitão, no 2º Corpo de Cavalaria, e que casou-se em Montevideu com D. Margarida Iriarte y Somallo Aymerick Broslo de Lócio, senhora de letras, com ela regressou em 1824 a Portugal e lá atingiu o posto de tenente-general e o título de Conde de Casal, par do Reino.” Cfr. Queiroz Duarte, op. cit., p. 538.

cercanías de Salamanca, donde fue herido gravemente. “Volvió a las acciones en el sitio de San Sebastián. Ya en momentos de la expulsión de los franceses, Souza Leite vuelve a distinguirse en el asalto a Bayona.” Culminada la guerra contra los franceses, se alista como voluntario para viajar al Río de la Plata como oficial del 4° de Cazadores, comandado por João Crisóstomo Calado.³¹ Tras la ocupación de Montevideo en 1818, Souza Leite casó con la joven oriental Joaquina Conde, enlace del que nació Luisita Leite. Según el autor que seguimos, en 1820, viajó a Portugal, donde participa en el movimiento liberal (en Braga, Ponte de Lima y Valenga do Minho), siendo actor en los enfrentamientos en Morougos y Vouga. Emigra a Galicia, y sucesivamente a Inglaterra, Francia y Brasil. Regresó a Montevideo, cuando Uruguay era estado independiente. En 1835, recibió el título de cónsul de Portugal en la República Oriental, acrecentado con el consulado ante la Confederación Argentina pero siempre residente en Montevideo. En 1865 el rey de Portugal le nombró barón. Viudo en 1863, Souza Leite volvió a casarse en Río de Janeiro con doña María Emilia Figueira (1868), falleciendo en Montevideo en setiembre de 1871.³²

No solo en Montevideo tuvo lugar esta persistente serie de enlaces entre damas orientales y oficiales portugueses. El lisboeta Jacinto Roque de Sena Pereira, a la sazón, capitán de fragata y jefe de la escuadrilla de operaciones en el Río Uruguay, casó en Soriano con Doña Eugenia Gadea Paredes.³³ También en el seno de la familia Gadea, la historiadora Ana Frega informa que otras dos hermanas de Eugenia – todas ellas hijas del cabildante Patricio Joseph Gadea - casaron

31) ASSUNÇÃO, Fernando Octavio. Portugueses en el Río de la Plata (presencias y herencias del S. XVI al S. XX). Embajada de Portugal - Montevideo: La Imprenta, 2004, p. 28-29.

32) Ibidem, p. 29

33) Capitán de Fragata Jacinto Roque da Senna Pereira. (Lisboa 1784-Río de Janeiro 1850). De distinguida actuación al servicio de la monarquía lusitana y luego del Imperio del Brasil. Culminó su carrera naval con el grado de Jefe de Escuadra. Jefe de la 3ª División Naval brasileña en Juncal. Prisionero del Almirante Brown tras el combate naval, este último reconoció su valentía, y lo recomendó a su gobierno “por su bravura e intrépida defensa, que lo presentan como un compañero de armas.” Se fugó y a principios de 1829, fue uno de los que entregaron la plaza de Montevideo como consecuencia de la Convención Preliminar de Paz. Murió a los 66 años en Río el 28 de junio de 1850. Arguindeguy, Pablo E. Capítulo XI. El Juncal. Preliminares, en Historia Marítima Argentina, Departamento de Estudios Históricos Navales, Buenos Aires, 1988, p. 330. Cfr. “Memorias y reflexiones sobre el Río de la Plata” por Jacinto Roque de Sena Pereira, en Boletín Histórico del Ejército n. 100-103, Montevideo, 1964, p. 177-202.

con militares portugueses. Tal fue el caso de María Tomasa con el Teniente de Navío José Francisco d'Alvares; y Martina con el Teniente Antonio Moreira.³⁴

Agreguemos otros ejemplos para culminar esta reseña. El futuro general uruguayo José Augusto Possolo (Lisboa 1800-Montevideo 1888), casó con doña Manuela Ramírez y en 1851, luego de enviudar de aquella, contrajo enlace con la montevideana Dolores Obregón. Para algunos investigadores, sobrino del general Lecor y para otros, guardó igual parentesco con el teniente coronel Enrique Xavier Ferrara. Oficial del regimiento de Dragões da União en 1825, en abril de aquel año, continuó sirviendo con Rivera en el ejército que formaba Lavalleja. Ministro de guerra de su nación adoptiva en 1869; el portugués Antonio Cândido Gomes da Silva, comisario de la Divisão de Voluntários, quien casó con la oriental Petronila de la Sierra, ambos progenitores del conocido periodista, tribuno, político y hombre de letras montevideano Juan Carlos Gómez (Montevideo 1820-Buenos Aires 1884); Francisco Borges, portugués y María del Carmen Lafinur, cordobesa, de cuyo enlace en Montevideo, nació el futuro coronel argentino Francisco Isidro Borges Lafinur (Montevideo 1835-La Verde, Provincia de Buenos Aires 1874), abuelo del mundialmente afamado hombre de letras argentino Jorge Luis Borges.

Por último, mencionamos a José Antônio Freire de Andrada, portugués natural de Elvas, donde sentó plaza en el Regimiento de Infantería nº 20, veterano de la guerra peninsular, capitán del Regimiento 1º de Infantería de la Divisão de Voluntários Reais, que casó a fines de 1817 en Montevideo con doña Francisca Paula Álvarez Cienfuegos De Navia y luego de enviudar de esta, contrajo nupcias en 1826, en Buenos Aires con doña Calendaría Carranza, dama cordobesa. Este oficial siguió el movimiento acaudillado por el coronel Pimentel y se mantuvo fiel a D. Álvaro da Costa durante el período de enfrentamiento con las fuerzas imperiales. Acompañó en 1825 el levantamiento de Lavalleja, revistando como mayor en el estado mayor. Coronel del ejército uruguayo, murió en Montevideo en 1868, siendo tatarabuelo por línea materna de doña Sarah Emilia Menck Freire, madre de quien esto escribe, y, por lo tanto, antepasado directo.

34) FREGA, Ana. Pueblos y soberanía en la revolución artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007, p. 336.

4. Logias militares en la Cisplatina: el “Clube dos Dezenove” y los “Caballeros Orientales”

En el mes de marzo de 1821, se hizo público en Montevideo, la existencia de una corporación de 19 jefes y oficiales portugueses de la División de Voluntarios Reales, liderada por el coronel Claudino Pimentel, comandante del 1º Regimiento de Infantería con el propósito de adherirse al nuevo orden de ideas impuesto en Portugal, como también el descontento por la falta de pago a las tropas, el deseo de regresar a Lisboa y la novedad que la división sería disuelta por lo oneroso que resultaba para el erario portugués el mantenimiento de esa fuerza armada fuera de la metrópoli. Según Queiroz Duarte, pertenecían en su mayoría a la caballería, y organizaron “um clube, à semelhança do Sinédrio do Porto, em cujo âmbito se discutiam os planos subversivos.”³⁵

Pimentel, que viniera para Brasil con la Divisão de Voluntários Reais do Rei en 1816, siendo teniente coronel y comandante del 3º Batalhão de Caçadores, en Portugal alcanzaría la jerarquía de Brigadeiro, teniendo destacada actuación en la campaña de 1826-1827 contra las fuerzas que intentaban implantar el régimen absoluto, mandadas por Don Miguel.³⁶ Pero en Montevideo, este militar, veterano de las campañas contra Napoleón como los demás, “muito inteligente, ativo e honrado”, se mostró “sumamente ambicioso, agitado e despótico”, tratando a sus soldados con excesiva severidad. El “turbulento” oficial – como le llama Queiroz Duarte – al considerarse postergado ante la promoción que había elevado a brigadier al coronel Álvaro da Costa de Sousa Macedo, incentivo aún más su liderazgo al frente de una facción de “revanchistas”. Lecor estaba al tanto de las reuniones que practicaba esta logia militar en la residencia de Pimentel, pero aparentaba no dar importancia a tales expresiones secretas y subversivas. La facción mereció para el memorialista argentino general Tomás de Iriarte, el siguiente juicio: se trataba de una logia cuyos miembros eran en su totalidad, jefes de los cuerpos de la “división portuguesa, cabezas ardientes y adictos todos al sistema liberal”, los cuales formaron un día la tropa, sin conocimiento de su general para proclamar “la constitución española del año doce, que ya había jurado provisionalmente el

35) DE QUEIROZ DUARTE, op. cit. p. 415.

36) Ibídem. p. 414.

gobierno de Lisboa.³⁷ Con fecha domingo 20 de mayo de 1821, en Montevideo estalló la rebelión, concentrándose los cuerpos en la Plaza Matriz, presentando un programa de cuatro puntos, con el propósito de proclamar la constitución liberal portuguesa y con los siguientes puntos: 1º. El Teniente General Barón de la Laguna, continuaría al frente de la división, si se adhería al nuevo orden, caso contrario, sería reemplazado por el coronel Pimentel; 2º Sería formada una diputación compuesta de un oficial de cada cuerpo de tropa de la división con el título de Consejo Militar, del cual sería presidente el general Lecor y vicepresidente el coronel Pimentel; 3º Si el Rey no aprobara el plan, la división partiría rumbo a Lisboa; 4º En la eventualidad de que las cortes no aprobaran la iniciativa, la división haría un desembarco en Argel, Africa, hasta obtener el perdón real. El general Lecor concurrió a la plaza donde estaban formadas las tropas, y juró la constitución en los siguientes términos impuestos por Pimentel: “A Divisão de Voluntários Reais d’El-Rei jura a Constituição que formarem as Cortes de Portugal.” Luego leyó el manifiesto elaborado por el grupo, que pedía la creación del Consejo Militar y su votación, lo que se hizo en forma forzada y nada grata por el general portugués.³⁸ El general argentino Iriarte en sus memorias resume la situación imperante en Montevideo:

Claudino adquirió de ese modo un gran ascendiente y coartó el poder militar de Lecor, estableciendo un consejo militar compuesto de un individuo de cada clase, hasta la de subteniente, desde la más elevada de general; sujetando así al general Lecor que era muy opuesto al nuevo sistema y á las deliberaciones de aquel cuerpo tumultario. Y este fue el principio de la decadencia del poder preponderante que hasta entonces Lecor había ejercido sin trabas ni coacción, [...].³⁹

Era obvio que la disciplina de las fuerzas lusitanas se había quebrantado y sería imposible restablecer el mando natural de las mismas por parte su veterano comandante en jefe. Esta causa, la proclamación de la independencia del Reino de Brasil en setiembre de 1822 por el príncipe regente D. Pedro, las órdenes de éste a Lecor, respecto a la disolución del Consejo Militar que consideraba

37) TOMÁS DE IRIARTE, T. I, p. 393-394, ob. cit. por E. de Salterain y Herrera “Lavallega”, p. 79.

38) DE QUEIROZ DUARTE, p. 415 y 417.

39) TOMÁS DE IRIARTE, T. I, p. 393-394, ob. cit. por E. de Salterain y Herrera “Lavallega”, p. 79.

ilegal y anárquico, impulsaron al capitán general de la Cisplatina a abandonar Montevideo el 11 de setiembre de aquel año, dirigiéndose primero a Guadalupe (hoy Canelones) y luego a San José donde se pronunció por Brasil, jurando el 12 de octubre obediencia al príncipe regente Don Pedro del Brasil y de la Provincia Cisplatina.

Parecía obvio que la independencia brasileña, arrastraría a la Cisplatina. El Cabildo de Florida – departamento de San José - en sesión del 10 de octubre de 1822, declaró que habiendo llegado la noticia de que “todos los Pueblos, Cabildos y Pueblos Militares de la Provincia del Reino del Brasil han declarado solemnemente su Independencia, estableciendo un Imperio de todas las Provincias Confederadas, y han proclamado por su primer Emperador Constitucional al señor don Pedro de Alcántara, antes Príncipe Regente, y defensor, protector del Brasil, bajo la condición de prestar previamente el juramento solemne de jurar, guardar, mantener y defender la Constitución que hiciere la Asamblea General Constituyente y Legislativa del Brasil”, se adhería a los juramentos protocolizados en forma análoga a similares demostraciones de adhesión juramentada en la campaña, dominada por el Barón de la Laguna., viviendo a la santa religión a la independencia del Brasil y del Estado Cisplatino, y a la Asamblea Constituyente Legislativa del Brasil.⁴⁰ El 17 de octubre, el Regimiento Dragões da União proclamaba con el juramento de su coronel Fructuoso Rivera, de su segundo al mando, teniente coronel Juan Antonio Lavalleja, y de toda su oficialidad, adhesión a la independencia del Brasil y de la Cisplatina.

El general D. Álvaro da Costa en Montevideo, fiel al rey João VI de Portugal y el barón de la Laguna establecido en su cuartel general en San José, fiel al emperador D. Pedro I y con dominio de la campaña de la provincia conformarían dos bandos del inminente conflicto, y en torno a ellos arrastraron a las facciones orientales que también participarán como auxiliares. En Montevideo, el mayor Manuel Oribe será el exponente más destacado al frente de las milicias cívicas, apoyando la vanguardia de las operaciones de Da Costa; en la campaña, el coronel Fructuoso Rivera y su regimiento de dragones, así como milicias de distintos puntos de la campaña, apoyando la causa brasileña. Es en este marco, en que se desarrolla en Montevideo la logia secreta o sociedad “Caballeros Orientales”; para el historiador Salterain y Herrera, “junta secreta de paisanos a semejanza de algunas logias extranjerías” – americanas y europeas – de carácter político y

40) ARCOS FERRAND, Luis. La cruzada de los Treinta y Tres. Montevideo: Biblioteca Artigas, Colección Clásicos Uruguayos, 1976, p. 81-83.

que estaban en auge en aquella época, adversa a la dominación luso-brasileña y con miras en connivencia con el Cabildo de Montevideo, de emancipar a la Provincia Oriental e integrarla a las Provincias Unidas.

Montevideanos por origen o radicación, componían un estamento burgués, con íntimas prevenciones contra los caudillos rurales producto de la gesta revolucionaria de la “Patria Vieja”, y buscaban el apoyo de los hombres de orden de Buenos Aires para sus trabajos independientes, [...].⁴¹

La integraron entre otros, Manuel, Ignacio y Francisco Oribe, Tomás y Juan Zufriategui, Juan Francisco Giró, Santiago Vázquez, Gregorio Pérez, Juan Benito Blanco, Francisco Solano Antuña, y algunos argentinos como Tomás de Iriarte y Carlos de Alvear. La clave será solicitar apoyo a Buenos Aires. El porteño Iriarte será el candidato elegido para esta tarea frente al ministro Rivadavia.⁴²

5. Talaveras contra imperiales: combates terrestres y navales en la Cisplatina.

Desde el alejamiento del Barón de la Laguna de Montevideo el 11 de setiembre de 1822, hasta el mes de abril de 1823 - excepto algunas escaramuzas con escasas bajas - el antagonismo entre las facciones en pugna se había limitado a reproches, invectivas y denuncias publicados en la prensa o en proclamas que circulaban en la capital y en la campaña. El 16 de diciembre de 1822, D. Cristóbal Echeverriarza – miembro de la logia de los Caballeros Orientales - expuso en sesión del Cabildo de Montevideo, un prolongado discurso impugnando “la autoridad que sin ser órgano legítimo de su voluntad, decide de la suerte de ellos, exponiéndoles á los azares de la incertidumbre”, destacando el conflicto de poderes que mantenía la capital de la provincia, ocupada por la División de Voluntarios Reales de S.M.F. y la campaña por fuerzas que reconocían la autoridad de S.M.I. En esa alternativa, Echevarriarza expresó el solemne momento que vivía la provincia: “la suerte del Brasil es tan incierta, como lo son sus operaciones en este territorio”, mientras que “las fuerzas de S.M.F. se anuncian

41) CASTELLANOS, op. cit., p. 20.

42) SALTERAIN Y HERRERA, op. cit., p. 82-83.

próximamente por mar”. Lo que señaló con vehemencia es que esos poderes eran “por naturaleza extraños á esta tierra”, estando de nuestro lado, los “gobiernos americanos, de quienes se puede asegurar que no serían indiferentes á nuestros derechos, [...]”.⁴³ Terminaba su prolongado discurso, exponiendo dos aspectos: 1º.- la incorporación aprobada por el Congreso Cisplatino fue al Reino Unido de Portugal, Brasil y Algarbe, y este reino unido no existía entonces; 2º proponiendo la reunión de un congreso representativo que exprese el voto libre de sus habitantes, en la parte de la provincia, no dominada por las fuerzas imperiales que se reducía entonces a Montevideo y alrededores.⁴⁴

Mientras que Lecor convocaba a su cuartel general en San José a todas las fuerzas que le seguían, destinó a la vanguardia, según decir de Francisco Berra, a los “hijos del país” a órdenes del coronel Fructuoso Rivera. Luego de pedir refuerzos al emperador, el teniente general ocupó la línea del río Santa Lucía y comenzó a sitiar a Montevideo. El brigadier Álvaro Da Costa, también obstado de recursos se dirigió en setiembre de 1822 al brigadier Madeira que ocupaba una fuerte posición en Bahía, solicitando auxilio o buques para trasladarse y reforzarlo en la guerra contra el príncipe regente D. Pedro, ahora en rebeldía. Mientras tanto, organizaba su “pequeño ejército, poniendo en la vanguardia los cívicos á las órdenes de D. Manuel Oribe.”⁴⁵

Lo cierto es que las fuerzas de la plaza sitiada, habían comenzado a sufrir una fuerte desertión. La otrora poderosa división de las tres armas compuesta por más de 4.000 efectivos, había quedado reducida a la mitad. Aun así, Da Costa mandó compañías de infantería y un escuadrón de caballería para guarecer el paso del Miguelete y el potrero de Casavalle, mientras que las fuerzas imperiales tenían su vanguardia y luego su cuartel general, cercano a la Villa de Las Piedras.

El 20 de enero de 1823 Lecor declaró sitiada la plaza fuerte de Montevideo por tierra y mar, haciendo avanzar su vanguardia al mando de Rivera y obligando a da Costa a reforzar sus posiciones con infantería. Es precisamente en el Paso del arroyo Casavalle (puntas de Toledo señala Alfredo Pretextato⁴⁶), donde tendría lugar el primer encuentro. Y no fue el 16 de marzo de 1823 como indican

43) *Ibíd.* p. 80.

44) CASTELLANOS, *op. cit.*, P. 22.

45) BERRA, Juan Francisco. *Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay*, Cuarta edición, Montevideo, Francisco Ybarra, Editor, 1895, p. 503.

46) PRETEXTATO Maciel da Silva, Alfredo. *Os Generais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889. Traços biographicos*, v.1, Reinado de D. Pedro I, Impresores, M. Orosco & C., Rio de Janeiro, 1906, p. 117.

la mayoría de las fuentes, sino un día después: en el amanecer del 17 de marzo de 1823. Tampoco queda claro que haya sido un choque de las vanguardias al mando de Oribe y Rivera, irreconciliables y tradicionales enemigos en la república independiente, sino entre fuerzas de la vanguardia al mando del mayor Manuel Oribe, e imperiales al mando del coronel Gomes Jardim.⁴⁷

Paulo de Queiroz Duarte resalta la inactividad en los primeros meses del asedio, hasta que D. Álvaro da Costa, viendo agotarse los géneros de primera necesidad apelo por una salida a fin de conseguir algo que aliviara la situación de los sitiados. “Assim, na segunda-feira, 17 de março, uma força sob seu direto comando, reforçada pela cavalaria oriental de Manuel Oribe, transpôs os limites da praça e conseguiu, em curto combate, surpreender as Forças imperiais, comandadas pelo Coronel Braz Jardim, nas vizinhanças de Toledo, sem conseguir, contudo, o objetivo colmado.”⁴⁸

Según el pormenorizado relato del periódico *La Aurora* del 18 de marzo de 1823, el combate tuvo lugar poco antes del amanecer del día 17 de marzo de 1823, entre una fuerza de la guarnición montevideana, comandada por el general Álvaro da Costa y compuesta por 400 soldados de caballería y 600 infantes de la división de Voluntarios Reales, así como la “partida de caballería del comandante Oribe”. En el saladero de Durán, a las dos y media de la mañana, “se verificó la reunión” con milicias de Canelones al mando del comandante Bonifacio Vidal que desertaron de la división del brigadier García de Zuñiga en número de 217 hombres, entre los que se encontraban, los capitanes Simón del Pino, Santos Casavalle, Felipe Irureta, Santiago Alemán y Atanasio Lapido, los tenientes Manuel Ubal y Francisco Rodriguez, y los alféreces Manuel Arias, Patricio Martínez, Santos Ortiz, Celestino Castro, y José Vega.⁴⁹

La infantería de Voluntarios siguió sin embargo su marcha incesantemente con el fin de verificar una sorpresa en el campo enemigo, pero por un lado la noche que iba declinando a toda prisa, y por otro un arroyo cenagoso que retardaba considerablemente el movimiento de la infantería forzándola a rodearlo hasta un paso dificultoso, obligaron al Exmo. Sr. General à suspender la marcha recelando con fundamento que el sol le precedería en una empresa cuyo éxito dependía de la sorpresa y debía ser auxiliada por la obscuridad.

47) Cfr. SANTIAGO BOLLO, op. cit, p. 515, cit por de Salterain y Herrera, E. “Lavallega”, p. 91.

48) DE QUEIROZ DUARTE, op. cit. p. 500.

49) Periódico *La Aurora* n. 13, Montevideo, 18 de marzo de 1823, p. 51-52.

Renunciando por estas circunstancias á la satisfaccion que indudablemente hubiera conseguido de derrotar todo el Ejercito Imperial y aprisionar al general Lecor con su estado mayor y el parricida Garcia que dormian incautamente en la chacara de Saravia, hizo retirar la infanteria a su posicion, y resolvió atacar con la caballería a una division de 400 continentales al mando de Jardin que segun informe que dieron las Milicias pasadas vivaqueaba en las faldas de un arroyo situado en las inmediaciones de Pereira. Al rayar el día se chocaron con las abanzadas imperiales las del comandante Oribe. El general d. Alvaro da Costa le seguía de cerca con 500 caballos que cargaron sobre el enemigo aturrido y no le dieron mas lugar que. para ver y huir dejando en el campo 47 cadaveres y 72 heridos.— La caballeria de Voluntarios Reales tubo un hombre muerto y cinco heridos. La partida del comandante Oribe cuatro muertos y siete heridos. Los Voluntarios se han comportado con el valor y disciplina porque siempre los hemos admirado. - El mayor Abreu como un brabo militar. El comandante Oribe con su valor acostumbrado. ⁵⁰

Otro combate del cual no hemos encontrado anteriormente referencias, fue el ocurrido dos días después. El 19 de abril de 1823, un destacamento del ejército imperial “como de 100 hombres, olvidado ya del pasado chasco de la noche, del 17 del pasado, fue sorprendido, acuchillado, y perseguido en dispersión, en las inmediaciones del saladero de Duran”. Según el periódico El Pampero, esta fuerza fue batida por otro destacamento de caballería de la división de Voluntarios Reales al mando del comandante Juan Nepomoceno de Macedo, dos compañías de caballería ligera a órdenes del mayor Manuel Oribe, y don Cayetano Rodríguez, y las milicias de Canelones del mando de Bonifacio Vidal, las que emboscaron a las fuerzas contrarias, atraídas por Oribe. Según la Orden del Día del 21 de marzo de 1823, las fuerzas imperiales sufrieron “20 muertos, 6 prisioneros, muchos heridos, el enemigo destrozado, y escarmentado, hasta que vuelva á olvidarse y nos de materia dentro de algunos días para otro artículo como el presente.”⁵¹

El 18 de mayo de 1823 tendría lugar otro embate similar al ocurrido dos meses antes en el Paso de Casavalle. Esta vez fue en Las Piedras donde se enfrentan fuerzas partidarias del emperador del Brasil Pedro I, comandadas por el Brigadier Manoel Marques de Souza (filho) y fuerzas de la plaza sitiada. El

50) Ídem.

51) Periódico El Pampero, N. 13, Montevideo, abril 25 de 1823. p. 54

joven brigadier nacido en la Villa de Rio Grande de São Pedro do Sul en 1780, “infligiu pesada derrota a uma partida inimiga, perseguindo-a até os suburbios de Montevideú”.⁵² Pocas posibilidades restaban a los portugueses confinados dentro de los muros de la ciudad a pesar de que sus fuerzas, según un informe del Barón da Laguna, labrado en acta del 31 de mayo de 1823, contaban aún con efectivos considerables que consistían en 1.400 infantes, 100 cazadores de los extintos 1º y 2º Batallones, sumados a la plaza “por falta do necessário bloqueio tem recebido pelo Porto, vindo de Buenos Aires, e de outras partes”, 400 hombres de caballería y 100 de artillería. Estas fuerzas de la División de Voluntarios, eran “tropas de linha veteranas bem pagas até ao presente, e completamente fornecidas de munições de guerra e de boca”. Además, 250 hombres de milicias y guerrillas del país que actuaban como auxiliares, sin hablar de los dos batallones de libertos, cuya fuerza no era muy importante, ni las Guardias Cívicas que solo en la defensa de la plaza de Montevideo podían ser empleadas. La posición de Casavalle la describe como defendida por un parque de artillería guarnecido por 700 a 800 infantes, un destacamento de artillería y toda la caballería. Lecor y sus comandados, en su pormenorizado informe, manifiesta no contar con fuerzas suficientes para romper las líneas enemigas terrestres, confiando en que el futuro, con una fuerza naval adecuada, podría fortalecer el bloqueo por agua hasta ahora burlado por da Costa.

El general Madeira que había resistido hasta entonces el bloqueo realizado por Lord Cochrane, finalmente abandonó San Salvador a principios de julio de 1823, rumbo a Lisboa perseguido por la flotilla imperial, con lo que culminaba la resistencia portuguesa en Bahía.⁵³ Esta noticia cuando llegó a Montevideo, desalentó las últimas esperanzas de D. Álvaro da Costa, además de que “notícias procedentes de Lisboa anunciavam que o Rei D. João VI deitara abaixo a Constituição portuguesa. A partir desses desastrosos acontecimentos a Divisão de Voluntários Reais, reclusa em Montevideú, vivía seus últimos días de venturosa empreitada, à mingua de alimentos, rota e sem parco soldo...”.⁵⁴

La situación del general da Costa era similar a la experimentada por Madeira anteriormente. Por tal razón, intentó en la mañana del 21 de octubre de 1823, romper el bloqueo con las cuatro unidades de la flotilla naval portuguesa al mando del 1º Tenente José María de Souza Soares de Andréa. La Divisão Imperial

52) Cfr. PRETEXTATO, op. cit., p. 303.

53) DE QUEIROZ DUARTE, op. cit. p. 501.

54) Ídem.

no Prata (seis unidades flotantes), al mando del Capitão-de-Mar-e-Guerra Pedro Antônio Nunes, terminó imponiendo la superioridad numérica y en horas de la tarde, la flotilla portuguesa halló refugio nuevamente, fondeando en el puerto de Montevideo. Los días estaban contados para la permanencia de la Divisão de Voluntários Reais en Montevideo. Solo restaba un cese de hostilidades. En tal sentido, el general Álvaro da Costa dirigió un oficio fechado el 24 de octubre de 1823 al Barón da Laguna con los siguientes enunciados: 1º sabiendo de la voluntad del Rey Juan VI que sus fuerzas no hostilizaran a las del Brasil y que se retiraran a Portugal; 2º ignoraba si el Barón tenía autorización suficiente para garantizar ese regreso; 3º caso contrario, enviaría un parlamentario a Río de Janeiro para conseguir garantías y medios necesarios; proponiendo finalmente un armisticio. La respuesta de Lecor llegó el día 27 del mismo mes respondiendo que tenía todos los poderes para deliberar sobre el embarque y aceptaba el armisticio, aunque por pocos días. El día 30, oficiales de la plaza sitiada fueron a parlamentar a Las Piedras, para arreglar los términos de la cesación de hostilidades y el final de la guerra civil en la Provincia Cisplatina.

La reacción del Cabildo de Montevideo no se hizo esperar, y en sesión del 29 de octubre de 1823, después de una “ilustrada y madura discusión”, resolvía por unanimidad, declarar “nulo, arbitrario y criminal el acto de incorporación a la Monarquía Portuguesa”, sancionada por el congreso de 1821, por los medios arbitrarios y de coacción en que había sido realizado; y declaraba que esta “provincia Oriental del Uruguay no pertenece, ni debe, ni quiere pertenecer a otro Poder, Estado o Nación que las que componen las Provincias de la antigua Unión del Río de la Plata”, de la que se sustrajo desde 1814, del dominio español.⁵⁵

El 18 de noviembre de 1823, tuvo lugar el convenio entre los generales portugueses Lecor y Da Costa, siendo delegados para representarlos respectivamente el coronel Inácio José Vicente da Fonseca, comandante da Legião de Tropas Ligeiras da provincia de São Paulo, y por el coronel Felipe Neri Gurjão, Quartel-Mestre general da Divisão de Voluntários Reais. El convenio tenía 9 artículos, quedando separadas las fuerzas ocupantes de la plaza por el Arroyo Miguelete.⁵⁶ Según Isidoro de María, la retirada definitiva de las fuerzas portuguesas, tuvo efecto el 28 de febrero de 1824. De María consigna que la partida fue sentida por el vecindario montevideano, mereciendo su jefe el general Álvaro da Costa

55) CASTELLANOS, op. cit., p. 24-25.

56) Cfr. DE QUEIROZ DUARTE, op. cit., p. 524-525.

una cumplida despedida a cargo del cura vicario Larrañaga.⁵⁷ En realidad, ese día comenzaba el embarque de las fuerzas que recién finalizaría el 2 de marzo de 1824. Queiroz Duarte informa que en la “terça-feira, 2 de março de 1824, o Exército Brasileiro reentrava na Cidade de Montevideú, onde o Tenente-General Lecor de novo instalou seu governo, acompanhado dos oficiais que mais o tinham auxiliado nesta campanha, entre eles os Brigadeiros Manoel Marquês de Souza e Frutuoso Rivera.”⁵⁸

Reflexiones finales

Este escrito trató en forma parcial aspectos políticos (Congreso Cisplatino), sociales (enlaces matrimoniales y grupos de poder y de presión existentes en la Cisplatina), y militares (guerra entre los partidarios de Lecor y de da Costa), contemporáneos al proceso que comienza con el regreso del Rey Don João VI a Portugal, la permanencia del Príncipe Regente Don Pedro en Brasil, luego del “fíco”, culminó en la proclamación de éste como Emperador y la secesión de Brasil y del estado Cisplatino del Reino de Portugal.

Bajo coacción del Barón de la Laguna - que recobró su poder político y militar en toda la Provincia luego de evacuado Montevideo por las fuerzas de D. Álvaro da Costa – el Cabildo de Montevideo juró al Emperador constitucional del Brasil el 6 de mayo de 1824, celebrándose pública y solemnemente la Constitución brasileña (promulgada el 25 de marzo de 1824), el día 9 de mayo de aquel mismo año.

La limitación de la autonomía y la violación de los pactos y compromisos asumidos cuando la incorporación de 1821, harán que aquel cabildo que tan dócilmente se había convertido en instrumento manejado por Lecor, asuma durante el período de ausencia de éste (setiembre 1822-febrero 1824), una actitud revolucionaria, y contestaría a la dominación luso-brasileña.

Referencias

ARCOS FERRAND, Luis. **La cruzada de los Treinta y Tres**. Montevideo: Biblioteca Artigas, Colección Clásicos Uruguayos, 1976.

57) DE MARÍA, Isidoro, op. Cit., p. 277.

58) DE QUEIROZ DUARTE, op. cit., p. 538.

ASSUNÇÃO, Fernando Octavio. **Portugueses en el Río de la Plata** (presencias y herencias del S. XVI al S. XX). Embajada de Portugal. Montevideo: La Imprenta, 2004.

BERAZA, Agustín. El reencuentro con la Patria Vieja. *In*: Tres estudios de la Cruzada Libertadora. **Revista de Biblioteca Nacional**, n. 10, setiembre 1975, Montevideo.

BERRA, Juan Francisco. **Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay**, 4ª edición, Montevideo, Francisco Ybarra, Editor, 1895.

CASTELLANOS, Alfredo. **La Cisplatina, la Independencia y la República caudillesca**. 1820-1838, Serie Historia uruguaya, volumen 3. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1986.

DE IRIARTE, Tomás. **Memorias**, tomo 3, “Rivadavia, Monroe y la Guerra argentina-brasileña. Buenos Aires: Sociedad Impresora Americana, 1945.

DE MARÍA, Isidoro. **Compendio de Historia de la República O. del Uruguay**, Tomo IV. Montevideo: Imprenta del Siglo, 25 de Mayo Núm. 58, 1900.

DE QUEIROZ DUARTE, Paulo. **Lecor e a Cisplatina**. 1816-1828, v. 2, Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1985.

FERNÁNDEZ CABRELLI, Alfonso. **Presencia masónica en la Cisplatina**. Montevideo: Editorial América Una, Imprenta Alvarez, 1986.

FREGA, Ana. **Pueblos y soberanía en la revolución artiguista**. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

HERRERA, Eduardo de Salterain. **Lavalleja. La redención patria**. Montevideo: Talleres Gráficos A. Monteverde y Cía, 1957.

PERIÓDICO EL PAMPERO. n. 13, Montevideo, abril 25 de 1823.

PERIÓDICO LA AURORA. n. 13, Montevideo, 18 de marzo de 1823.

PIVEL DEVOTO, Juan E. El proceso de la Independencia Nacional *In*: Tres

estudios de la Cruzada Libertadora. **Revista de Biblioteca Nacional**, n. 10, setiembre 1975, Montevideo.

_____. El Congreso Cisplatino (1821), Repertorio documental, seleccionado y precedido de un Análisis. *In: Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay*, Tomo XII, Montevideo, Imprenta El Siglo Ilustrado, San José 938, Montevideo, 1936.

SILVA, Alfredo Pretextato Maciel da. **Os Gerais do Exército Brasileiro de 1822 a 1889**. Traços biographicos, 1º v., Reinado de D. Pedro I, Impresores, M. Orosco & C., Rio de Janeiro, 1906.

EXÉRCITO LIBERTADOR

**A FORMAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE
BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GUERRA
DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Cel Carlos Roberto Carvalho Daróz*

* Coronel de Artilharia, associado titular emérito e Diretor de Comunicação Acadêmico do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil. Licenciado e mestre em História pela UNIVERSO, especialista em História Militar pela UNIRIO e doutorando em História Social pela UFF/ Université Libre de Bruxelles. Autor de nove livros de história militar.

Introdução

O famoso quadro de Pedro Américo que mostra o Príncipe Regente D. Pedro erguendo a espada diante de sua escolta de dragões às margens do rio Ipiranga é, sem dúvida, a mais importante representação da Independência do Brasil. Apesar de guardar imprecisões e encerrar boa dose de licença artística, a obra, associada ao mito da cordialidade nata do brasileiro, ajudou a consolidar na sociedade um consenso de que nosso processo de emancipação política de Portugal teria sido desenvolvido de modo relativamente pacífico, em oposição ao que ocorreu na América Espanhola e nos Estados Unidos da América, onde as revoluções e guerras foram a tônica para encerrar a dominação colonial e conduzir à formação dos novos países.

José Honório Rodrigues, um dos mais destacados historiadores brasileiros de sua geração, no entanto, apresentou uma interpretação diferenciada do nosso processo de emancipação política. Em sua extensa obra *Independência: revolução e contrarrevolução*, publicada em cinco volumes na década de 1970, trouxe uma nova contribuição à historiografia ao assegurar que, longe de ser pacífico, nosso processo de Independência também foi violento, e teve sua própria guerra de emancipação. Segundo ele, o processo de emancipação política do Brasil

não foi um desquite amigável, mas uma guerra, maior que a de muitas independências da América, na durabilidade e na mobilização de forças. Quando não houve luta, houve exibição de força, que continha e afastava o inimigo.

[...] Daí se segue, como consequência lógica, que nossa história tem horas cruentas, e não é tão cordial como se supõe e se sustenta¹.

Transcorria o mês de janeiro do ano de 1822 na cidade do Rio de Janeiro. Depois de ser pressionado pelas Cortes Constitucionais de Lisboa para retornar a Portugal, o príncipe-regente D. Pedro recusou-se e afirmou sua disposição em permanecer no Brasil, naquele que ficou conhecido como “o dia do Fico”².

A atitude desafiadora do príncipe desagradou os militares portugueses no Brasil, pois estes se colocavam como fiadores da autoridade das Cortes e da Constituição portuguesas. Dois dias depois, soldados da Divisão Auxiliadora, mais poderosa unidade militar portuguesa baseada no Rio de Janeiro, espalharam-se pelas ruas da cidade realizando depredações e agredindo os brasileiros que encontravam.

Em meio à desordem, foi descoberto um plano elaborado pelo comandante da divisão – general Avilez – que previa o sequestro de D. Pedro e seu envio à força para Portugal. Tendo tomado conhecimento da manobra, o príncipe-regente determinou a mobilização das tropas de 2ª linha – a milícia – para, sob o comando do general brasileiro Joaquim Xavier Curado, fazer frente às tropas portuguesas. Oito meses antes da proclamação da independência do Brasil, surgia neste episódio o Exército Brasileiro. Para organizá-lo, obstáculos de toda a ordem tiveram de ser superados e um dos maiores foi, sem dúvida, a questão dos recursos humanos. Onde o príncipe-regente conseguiria arregimentar homens suficientes para combater as tropas regulares portuguesas? Quem os comandaria? Quem foram os soldados brasileiros da Guerra de Independência? Como esses homens foram organizados?

O ensejo das lembranças do bicentenário da independência do Brasil abriu perspectivas para novos olhares e diferentes interpretações sobre o processo histórico que tornou o país independente de Portugal. Nessa perspectiva, o presente trabalho tem por objetivo responder a estas questões e analisar os mecanismos e processos utilizados pelo recém-criado Império Brasileiro para

1) RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução ou contrarrevolução. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

2) Na ocasião, José Clemente Pereira leu o documento para o príncipe, que teria respondido com as seguintes palavras: “Se é para o bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto! Digam ao povo que fico”. O episódio foi importante para o processo de independência, pois assinalou a primeira adesão pública do príncipe-regente à causa brasileira.

dotar seu exército com os recursos humanos necessários às ações militares que levariam à consolidação da independência.

1. O exército colonial português

Para compreender o processo de formação do Exército Imperial brasileiro, é necessária uma breve consideração acerca do sistema militar colonial português no Brasil.

Poucos anos depois de descoberto o Brasil, a Coroa portuguesa procurou ocupar e defender sua nova possessão, implantando o sistema de capitânicas hereditárias. Cada capitão-donatário respondia, perante o rei, pela defesa de sua capitania, empregando, para isso, todos os homens válidos, mobilizados em caso de necessidade sob o comando de experientes oficiais contratados. Embora em pequena quantidade, havia a presença de tropas regulares, sob as ordens do governador-geral.

Em 1570 o Rei D. Sebastião reorganizou a estrutura militar portuguesa³, onde as vilas e freguesias deveriam proceder ao alistamento dos cidadãos e distribuí-los em companhias de 250 homens. Tal reforma trouxe reflexos à Colônia, sendo estabelecidas as tropas de guarnição (ou de linha) e as ordenanças, consideradas tropas auxiliares. As ordenanças possuíam efetivo maior, visto que abrangiam todos os homens válidos, mas um simples exame do efetivo das tropas de linha permite vislumbrar a fraqueza militar do Brasil: no Rio de Janeiro, por exemplo, havia 28 soldados comandados por poucos oficiais; no Ceará, 20, e em Pernambuco apenas 60 soldados regulares⁴.

Acompanhando a evolução da arte da guerra na Europa, D. João IV instituiu em seu exército o Terço, grande unidade com efetivo de 3.000 homens divididos em dez companhias de trezentos soldados. No Brasil, a introdução do Terço não provocou mudanças substanciais, embora a quantidade de soldados de linha sofresse um aumento, especialmente nas guarnições de Salvador e do Rio de Janeiro, consideradas as mais importantes da Colônia.

Em face da constante ameaça de conflito contra franceses e espanhóis, em meados do século XVIII, o Rei D. João V procurou dar uma estrutura mais

3) Regimento dos capitães-mores e mais capitães e oficiais das companhias da gente de cavalo e de pé. Acervo do Arquivo Histórico Militar do Exército Português. Lisboa.

4) FROTA, Guilherme. Quinhentos anos de história do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

adequada ao Exército Português, organizando-o em três linhas. A artilharia foi estruturada como arma, tornando-se independente da infantaria. A nova organização dividia o exército em três categorias: tropas de 1ª, 2ª e 3ª linhas.

As tropas de 1ª linha eram constituídas por soldados profissionais, pagos com o soldo e reunidos em Terços, até D. João V, ou em Regimentos, no século XVIII⁵. Inicialmente, na primeira linha a infantaria era constituída por Terços regulares e por Terços auxiliares (da 2ª linha), que podiam ser chamados para servir na 1ª linha em caso de necessidade; a cavalaria era dividida em companhias, enquanto a artilharia formava um corpo separado. Com a transformação dos terços em regimentos, a 1ª linha passou a ser constituída por regimentos de infantaria, cavalaria, dragões e artilharia. No Brasil, os efetivos da 1ª linha variaram no decorrer dos séculos XVIII e XIX, conforme a necessidade e os conflitos. No entanto, em todas as situações, o número de soldados regulares era pequeno para atender às necessidades da Colônia ou se comparado com a 2ª linha.

As tropas de 2ª linha eram as milícias, compostas por soldados em sua maioria nascidos no Brasil e recrutados nas freguesias de origem. As tropas de 2ª linha eram bem mais numerosas do que as de 1ª linha e incluíam soldados de diversas origens – brancos, negros libertos, mestiços, mas eram comandadas por oficiais brancos. Seus integrantes não venciam soldo, mas estavam sujeitos a um rígido código disciplinar. Organizadas também com infantaria, cavalaria e artilharia, a distribuição de unidades de 2ª linha variava muito de capitania para capitania.

A reputação das tropas de milícia brasileiras no período colonial não era das melhores, o que é compreensível face o treinamento deficiente e a organização precária. Eram comuns as queixas dos governadores e vice-reis dando conta da “falta de vocação militar do brasileiro”. Por outro lado, Martinho de Melo, Secretário da Marinha e Ultramar, afirmava que “as principais forças que irão defender o Brasil são as do mesmo Brasil”⁶. Sua observação reveste-se de caráter quase profético, pois, anos mais tarde, seria justamente a milícia quem asseguraria o processo de emancipação do Brasil.

As ordenanças, uma antiga instituição militar portuguesa, constituíam a 3ª linha e arregimentavam todos os homens livres entre 18 e 60 anos de idade, em tese, incapazes de servir nas tropas de 1ª ou 2ª linha. Seus oficiais não recebiam soldo e os soldados eram mobilizados temporariamente, de acordo com

5) WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. Formação do Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

6) RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.

a necessidade. Mais que a defesa contra o inimigo externo, as ordenanças destinavam-se à manutenção da ordem interna, como perseguir e capturar bandidos e desordeiros e impedir revoltas entre os escravos. No interior, era comum que as ordenanças fossem organizadas nos diferentes engenhos, cujos senhores as comandavam. As companhias de ordenanças variavam muito de uma região para outra; na Bahia, por exemplo, havia oito regimentos.

A diferença entre as tropas de 1ª, 2ª ou 3ª linhas pode ser estabelecida segundo a função de cada uma. Tecnicamente, as tropas de 1ª linha se destinavam a defender o território contra ataques do inimigo externo e podiam ser deslocadas para o exterior em caso de guerra. As tropas de 2ª linha tinham por tarefa manter a segurança interna do território e funcionavam como reserva das tropas de 1ª linha, quando mobilizadas para a guerra. As tropas de 3ª linha tinham como atribuição manter a segurança local e geralmente não eram deslocadas para longe de sua sede.

Sob a orientação direta do Marquês de Pombal, o Conde Frederico Guilherme de Schomberg-Lippe foi encarregado de reorganizar o exército de Portugal segundo o modelo prussiano, prestigiado na Europa após a vitória obtida pela Prússia na Guerra dos Sete Anos, introduzindo nova administração, doutrina, táticas, técnicas e regime disciplinar⁷. No Brasil, a missão de promover as reformas no exército coube ao tenente-general João Henrique Böhm, auxiliar do Conde de Lippe, com o cargo de inspetor-geral das tropas sob as ordens e jurisdição do Vice-Rei Marquês do Lavradio. Böhm chegou ao Brasil em julho de 1763, acompanhado pelo marechal sueco Jacques Funk, quando estava em curso à guerra na região sul e a Cisplatina, o Rio Grande e a Ilha de Santa Catarina encontravam-se em poder dos espanhóis. Böhm constatou a precariedade do sistema militar colonial e tratou de reorganizá-lo, além de solicitar novas tropas portuguesas para reforçar a 1ª linha, o que efetivamente ocorreu, com o envio dos regimentos portugueses regulares de Moura, Bragança e Estremoz⁸.

Novas reformas no sistema militar português ocorreram em 1796 com reflexo na Colônia, quando as tropas auxiliares (2ª linha) passaram a ser denominadas regimentos de milícias. Em 1808 e 1816, novas legislações criaram os batalhões de caçadores e alteraram os quadros de efetivos.

7) FREIRE, Miguel. Um olhar actual sobre a “transformação” do Conde de Lippe. Nação e Defesa, Lisboa, n. 112, p. 137-166, out./inv. 2005.

8) MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz. Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Rio de Janeiro, v. Especial, n.87, p. 162-173, 2001.

O sistema militar colonial, embora tenha garantido a integridade da Colônia em diferentes conflitos, não estava livre de problemas. Os oficiais eram, em sua maioria, portugueses, alguns com valor profissional, outros nomeados para postos elevados por conveniências nobiliárquicas ou familiares. As promoções eram demoradas, não havendo qualquer critério, e alguns oficiais envelheciam em seus postos. Um problema que acompanhou as tropas pagas portuguesas durante todo o período colonial foi o atraso no pagamento do soldo, o que acarretou muitas deserções e alguns motins. Outro problema enfrentado era a baixa qualidade do treinamento das tropas, até mesmo entre as unidades de 1ª linha, teoricamente profissionais e mais bem adestradas. Por fim, a própria atividade militar, desde o recrutamento até o serviço em campanha, era extremamente dura, fazendo com que o soldado vivesse um regime comparado com a escravidão⁹. A disciplina, por exemplo, era mantida por intermédio de punições que incluíam bengaladas, chicotadas, pranchadas e, em alguns casos, a morte.

2. O exército português no Período Joanino

Com a transmigração da família real para o Brasil em 1808, D. João encontrou as instituições militares debilitadas e estagnadas. As tropas não eram instruídas adequadamente e sua distribuição geográfica não permitia o emprego eficaz em caso de necessidade. Se a situação na 1ª linha já não era das melhores, a milícia encontrava-se ainda em piores condições. Seus homens demonstravam “tão pouco apego à profissão que, quando não estavam na formatura eram os escravos que lhes carregavam os mosquetes, os tambores e a própria bandeira do regimento”¹⁰.

Diante deste cenário, D. João, por intermédio do Conde de Linhares, seu secretário de Negócios Estrangeiros e Guerra, tratou de implementar melhorias no sistema defensivo do Brasil, criando o Conselho Supremo Militar, impulsionando a fabricação de armas e de pólvora e contratando espingardeiros alemães. Criou a Academia Real Militar, organizou o Arsenal de Guerra, construiu o Quartel-General e reorganizou as unidades do Exército.

9) FROTA, 2000, op. cit., p.163.

10) LIMA, Oliveira. D. João no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996, p. 288.

Para executar sua política externa, que incluiu a invasão da Guiana Francesa e a incorporação da Banda Oriental do Uruguai, D. João dotou o Brasil de um exército moderno.

A partir de 1815, expulsas as tropas de Napoleão de Portugal, chegaram ao Brasil novas unidades do Exército Português. A Divisão de Voluntários d'El Rei, comandada pelo tenente-general Carlos Frederico Lecor e contando com cerca de 10.000 homens, foi enviada para a Cisplatina, a fim de reforçar as tropas de 1ª e 2ª linhas que, sob as ordens do general Joaquim Xavier Curado, combatiam os platinos no sul do país.

Para a Corte, em 1817 veio a Divisão Auxiliadora, sob o comando do general Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares, composta por quatro batalhões de infantaria, um de caçadores e uma brigada de artilharia¹¹. Além dessas forças, chegaram batalhões destinados à Pernambuco, Bahia e Piauí, comandados, respectivamente, pelo brigadeiro José Maria de Moura, pelo brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Mello e pelo major João José da Cunha Fidié. Tais unidades seriam, pouco tempo depois, os principais elementos de resistência à independência do Brasil.

Como resultado das reformas no Exército realizadas por D. João, a distribuição de tropas na corte em 1817, dois anos depois de o Brasil ter sido declarado Reino Unido a Portugal e Algarve, era a seguinte: Estado-Maior do Exército, Secretaria do Governo das Armas, Inspeção Geral de Artilharia, Inspeção Geral de Infantaria de Linha e Milícias, Inspeção Geral de Cavalaria de Linha e Milícias, Inspeção Geral da Fábrica de Pólvora, Secretaria do Conselho Supremo Militar, Real Corpo de Engenheiros, fortalezas e fortes. Na 1ª linha havia três regimentos de infantaria de linha, o 1º Regimento de Cavalaria do Exército e o Regimento de Artilharia da Corte. A 2ª linha era composta por 15 regimentos de infantaria de milícias, duas brigadas ligeiras de infantaria de milícias. Tais unidades milicianas tinham como área de responsabilidade, além do Rio de Janeiro, outros distritos e cidades próximos, como Inhomirim, Macacu, Cabo Frio, São Gonçalo, Parati, Resende, Saquarema, Macaé, Campos e São João¹².

11) MACHADO, Francisco Lacerda. O tenente-general Conde de Avilez (1785-1845). Gaia: Edições Pátria, 1931.

12) Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, n. 290, p.315-346, jan./mar. 1971.

3. O processo de independência e a reação militar portuguesa

Mesmo com o território português já livre das tropas franco-espanholas que o haviam invadido, D. João VI – coroado rei de Portugal após a morte de sua mãe D. Maria I – permaneceu reinando do Brasil. Tal postura desagradou aos portugueses reinóis, que não viam a necessidade da presença do rei em território brasileiro e encaravam sua postura como desprestígio a Portugal e às cortes de Lisboa. A reação não tardou e, em 1820, foi deflagrada na cidade do Porto a Revolução Constitucionalista. O movimento, que rapidamente se alastrou para Lisboa e outras cidades e vilas, exigia o regresso da família real para Portugal.

Antes de retornar a Portugal, D. João VI baixou decretos e instruções e incumbiu seu filho, o Príncipe D. Pedro, da Regência do Brasil. Preocupado com o que ocorria em algumas colônias espanholas vizinhas, o rei recomendou a D. Pedro que tomasse a dianteira dos fatos, caso estes se encaminhassem para a independência do Brasil. Na manhã de 26 de abril de 1821, o rei D. João VI partiu em direção a Portugal, abrindo uma nova perspectiva para o Brasil. Mesmo com o retorno do rei para Lisboa, logo ficou claro quais eram as intenções do novo poder instalado em Portugal. No que se referia ao Brasil, pretendia eliminar as concessões liberais feitas por D. João no período em que aqui esteve.

As Cortes começaram a tomar medidas para restringir a liberdade administrativa e restaurar monopólios na Colônia. Ficou claro para os deputados brasileiros – apenas 75 contra 205 portugueses¹³ – que nada poderiam fazer para deter o processo de recolonização do Brasil.

Desde o início da Regência, duas forças se contrapuseram: os portugueses, com a intenção de reafirmar a autoridade das Cortes de Lisboa e reduzir os privilégios legados ao Brasil por D. João, e os brasileiros, em busca de autonomia e liberação do domínio imposto por Portugal. Apesar de inicialmente as duas correntes coexistirem, não demorou para que as divergências culminassem na radicalização, inclusive com uso da violência, mesmo com as tentativas de D. Pedro em contemporizar ou fazer concessões. Grande era o ressentimento entre brasileiros e portugueses.

13) CARVALHO, Manuel Emílio. Os deputados brasileiros nas Cortes de 1821. Brasília: Senado Federal, 1979.

A marcha dos acontecimentos levou D. Pedro a posicionar-se pela causa brasileira. Diante das repetidas medidas restritivas decretadas pelas Cortes em relação ao Brasil, o príncipe-regente percebeu a inexorabilidade da independência do Brasil. Havia, no entanto, um problema: as forças portuguesas existentes no Brasil e o alinhamento político das tropas de 1ª linha, as quais compreendiam unidades das armas de infantaria, cavalaria e artilharia e compunham o exército regular. Em algumas províncias, a influência portuguesa era particularmente forte, de modo que as tropas julgavam-se subordinadas, diretamente, às Cortes de Lisboa. Em outras, entretanto, prevalecia o sentimento de subordinação e lealdade às novas autoridades constituídas no Brasil.

A Divisão Auxiliadora havia sido trazida de Portugal em 1817, por determinação de D. João VI, encontrava-se aquartelada no Rio de Janeiro e, por ação de seu comandante, o general Avilez, colocava-se na posição de fiadora da autoridade das Cortes de Lisboa e guardião da Constituição de Portugal. Em diversas oportunidades, as ações do príncipe-regente foram questionadas por Avilez, submetendo D. Pedro a repetidos vexames. Somente a título de exemplo, D. Pedro determinou, certa vez, um exercício de tiro com a artilharia de milícias da Corte e mandou buscar os canhões e a munição no quartel da divisão, mas Avilez desobedeceu à ordem, alegando haver impedimento na Constituição.

Um decreto de 9 de dezembro de 1821 nomeou os novos governadores de armas do Brasil, todos portugueses e diretamente ligados ao governo de Lisboa, causando mais instabilidade no campo militar.¹⁴ Diante do apoio da maioria das tropas de 1ª linha e dos governadores de armas a Portugal, ficou claro para os brasileiros e para o príncipe D. Pedro que a independência somente poderia ser garantida com a existência de uma força militar genuinamente brasileira.

O Brasil estava dividido: a autoridade do príncipe limitava-se, na prática, ao Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. As demais províncias estavam alinhadas com as Cortes de Lisboa. Em mais um ato que desafiava a autoridade do príncipe-regente, as Cortes determinaram seu regresso a Portugal “para viajar na Europa e aprimorar sua educação na França, Inglaterra e Espanha”¹⁵. Diante de dezenas de petições que pediam ao príncipe para ficar no Brasil, no dia 9 de janeiro de 1822 D. Pedro resolveu por sua permanência, no que passou

14) RODRIGUES, op. cit.

15) PINTO, Paulo Sousa. Os Dias da História: o Dia do Fico. Lisboa: RTP Ensina, 2017.

à história como “o dia do Fico”¹⁶. A atitude do príncipe, além de desafiadora perante as Cortes, deixou clara sua posição favorável à emancipação do Brasil.

Dois dias depois, contrariada com a decisão do príncipe, a Divisão Auxiliadora se rebelou sob a orientação do general Avilez. Os soldados portugueses saíram às ruas do Rio de Janeiro provocaram desordens e agredindo os brasileiros que encontravam. Após uma reunião com o príncipe, o tenente-general Joaquim Xavier Curado, brasileiro de 79 anos de idade, o marechal-de-campo Joaquim de Oliveira Álvares, português, e o coronel Luís Pereira da Nóbrega de Souza Coutinho, também brasileiro, recomendaram a convocação imediata da milícia. Em poucas horas, mais de 6.000 homens, de todas as idades, acorreram ao Campo de Santana para fazerem parte do Exército do Príncipe. No dia 12, o general Curado foi nomeado por D. Pedro Governador de Armas da Corte. Surgia, de fato, o Exército Brasileiro.

Após ser rendido no Morro do Castelo, para onde deslocara suas tropas, o general Avilez levou sua divisão para a ponta da Armação, em Niterói, onde acampou. No dia 9 de fevereiro, D. Pedro foi em pessoa à Niterói e expulsou a Divisão Auxiliadora do Brasil, determinando seu retorno a Portugal.¹⁷

Nem o “Fico”, nem a expulsão da Divisão Auxiliadora configuraram a ruptura de D. Pedro com as Cortes Constitucionais portuguesas. Todavia, no dia sete de setembro de 1822, quando o príncipe viajava com sua escolta de Santos para São Paulo, recebeu novas ordens das Cortes de Lisboa que continham restrições humilhantes à sua autoridade. Contrariado, D. Pedro arrancou o laço português de seu uniforme e proclamou a independência do Brasil¹⁸.

A proclamação da independência do Brasil foi recebida em Portugal como uma declaração de guerra. D. Pedro I, agora Imperador, teve que enfrentar a resistência e a hostilidade de tropas portuguesas estacionadas no Brasil, em um conflito que duraria mais de um ano, tendo como principais cenários as províncias da Bahia, Maranhão, Piauí, Cisplatina e Grão-Pará. O Exército Imperial precisava ser rapidamente organizado. A guerra era inevitável.

16) Ibid.

17) ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). História da expansão portuguesa: do Brasil para a África (1808-1930), v.4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998.

18) MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) Viagem incompleta: a experiência brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000.

4. Surge um novo exército

O Brasil necessitava da rápida formação de um exército para garantir a soberania do Império e neutralizar a ameaça das tropas portuguesas. Tal necessidade decorria da grande presença de soldados portugueses no território recém-emanipado, o que causava instabilidade e revolta entre os brasileiros. A organização de um novo exército, no entanto, enfrentou obstáculos de toda ordem.

Um dos maiores problemas enfrentados pelo governo imperial para organizar seu exército foi a questão do pessoal para mobiliar os novos batalhões, necessários para combater os portugueses. Embora numerosas, as tropas de milícia pró-independência possuíam treinamento deficiente. Seriam elas capazes de vencer as forças portuguesas? E os oficiais para comandá-las, estariam disponíveis? Afinal, as tropas de 1ª linha eram, em sua maioria, formadas por soldados e oficiais portugueses.

O Exército Brasileiro teve origem no sistema militar português e, em função disso, manteve, ao menos inicialmente, sua organização e estrutura. Desde a separação militar entre portugueses e brasileiros, processada durante a revolta da Divisão Auxiliadora no Rio de Janeiro de 11-12 de janeiro de 1822, nenhuma providência foi tomada no sentido de alterar a organização, distribuição, serviço, armamento e equipamento das forças brasileiras até 1824 quando, vencidos os portugueses, foi formalmente criado o exército do Brasil.

Diante da necessidade urgente de arregimentar homens para mobiliar as novas unidades brasileiras – quando unidades de milícia converteram-se em unidades de 1ª linha no Exército Brasileiro¹⁹ – é natural que fossem empregadas as duas modalidades comuns para incorporação de soldados: o voluntariado e o recrutamento forçado. Desde 1808, um decreto estabelecia o tempo de serviço militar em oito anos para os voluntários e dezesseis anos para os não voluntários, entenda-se, os recrutados à força.

O voluntário, como o próprio nome sugere, apresentava-se por vontade própria nos quartéis. Com o propósito de aumentar o alistamento de voluntários, após a crise com a Divisão Auxiliadora D. Pedro reduziu o tempo para os voluntários de oito para três anos de serviço. O fato de ser voluntário não significava que o soldado brasileiro apresentava-se para o serviço apenas pelo idealismo. Geralmente os voluntários vinham das classes menos favorecidas e

19) CIDADE, Francisco de Paula. O soldado de 1827. Rio de Janeiro: Bibliex, 1927.

acorririam ao exército em busca de emprego. Também era comum os filhos de famílias abastadas, considerados incorrigíveis, apresentarem-se como “voluntários” para atenderem a imposições familiares. O cidadão passava de civil a soldado em um processo rápido e não havia muitas exigências para que fosse aceito na força. Após o alistamento, completadas as formalidades administrativas, lidos os artigos do regulamento e conhecidas as penas para o caso de deserção, o novo soldado jurava bandeira, era incorporado ao Exército e distribuído a uma unidade de tropa, onde recebia o treinamento para entrar em combate²⁰.

A redução do tempo de serviço dos voluntários de oito para três anos, contudo, não foi suficiente para completar as unidades de tropa necessárias no novo exército e, como solução, recorreu-se a um expediente comum no Exército Português que era fonte de intermináveis reclamações por parte da população: o recrutamento forçado. Essa modalidade de obtenção de homens recaiu, como de costume, sobre indivíduos de má conduta, vagabundos e ociosos²¹. A legislação estabelecia o universo do recrutamento compulsório: homens brancos e solteiros, pardos e libertos, entre 18 e 35 anos de idade. Ficavam de fora algumas categorias julgadas essenciais, como caixeiros, boleiros, feitores, administradores de fazendas, marinheiros, estudantes com bom aproveitamento ou trabalhadores de unidades fabris²².

Para se ter uma ideia da legislação que regulamentava o recrutamento forçado e o universo para aquisição de recrutas, transcreve-se o Decreto nº 9-Guerra, de 11 de fevereiro de 1811, assinado pelo Conde de Linhares:

Ilmo. e Exmo. Sr. – Fazendo desde já necessário 200 a 300 homens para cada um dos três regimentos de Infantaria e Artilharia desta Côrte, apesar de ainda não se acharem feitos os quartéis respectivos: é o Príncipe Regente Nosso Senhor servido, que V. Exa de acordo com o Intendente Geral de Polícia proceda a um recrutamento do mencionado número de homens, que vem a ser 800 a 1200, na forma seguinte. V. Exa. expedirá uma circular a todos os Commandantes de Milícias desta Capitania, para que, destinando cada um delles as suas vistas sobre os indivíduos que tiverem nos seus districtos, que sejam de má conducta, ou vagabundos, ociosos, de os prender em um só dia, afim de que sendo deste modo sorprendidos, não tenham tido meios de subtrahir-se, e immediatamente os remetterão para esta Capital, à ordem de V. Exa.²³

Como havia reações por parte de alguns que não desejavam ser incorporados ao exército, a atividade de recrutamento era feita, muitas vezes, em condições que beiravam a brutalidade. Na chegada ao Rio de Janeiro, era comum ver os brasileiros recrutados no interior, manietados em grupo. Por fora, formando o

quadrado, a escolta armada que, com frequência, desferia porretadas nos mais agitados²⁴.

As ações de captação de voluntários e de recrutamento deram resultado, ao menos quantitativamente, e as guarnições do Exército Brasileiro começaram a ser completadas. Preenchidos os claros na 1ª linha, em seguida os homens restantes eram distribuídos à 2ª linha e às Ordenanças. Em que pese à qualidade e o espírito combativo duvidosos destes homens, foram eles que combateram e expulsaram os portugueses do Brasil.

Na luta pela independência, o Exército Brasileiro contou com o apoio dos negros e mestiços. Por todo o Brasil formaram-se milícias de negros e pardos. Ao se apresentar como voluntário o negro precisava apresentar testemunhas que assegurassem sua condição de liberto. Geralmente, os mulatos eram distribuídos aos corpos de tropa de 1ª linha, enquanto os negros libertos formavam batalhões especiais denominados “Henriques”, trazendo à memória Henrique Dias, combatente negro que ajudou a expulsar os holandeses do Brasil. Além dos batalhões “Henriques”, que possuíam estrutura e efetivos correspondentes aos caçadores, também foi organizado um batalhão de artilharia de negros livres, comandado por oficiais negros.

Apesar da participação efetiva dos negros na guerra – particularmente na Bahia – muitos oficiais e membros da sociedade brasileira julgavam ser uma temeridade armar negros e mestiços, pois temiam uma rebelião destes contra as classes dominantes. Além dos negros, uns poucos indígenas tomaram parte das lutas pela independência na Bahia. No acampamento de Pirajá, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque trouxe, junto com suas tropas, índios armados com flechas²⁵, provavelmente motivados pela alimentação que poderiam obter junto às tropas. Muito embora tenham atuado em pequena escala, os índios baianos não foram incorporados formalmente às fileiras do exército e, em função das desordens que provocavam, acabaram afastados das forças brasileiras²⁶.

Também na Bahia, combateram os portugueses os Corpos de “Jagunços” e de “Couraças”, de trajes exóticos de couro – daí o nome dessa tropa - e armamento irregular, surgidos do próprio solo e cobrindo-se com o chapéu dos

24) LEMOS, op. cit.

25) AMARAL, Braz. História da independência na Bahia. Salvador: Progresso, 1957.

26) GUERRA FILHO, Sérgio Armando. O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Salvador: UFBA, 2004.

vaqueiros. Tais “Couraças” ressurgiriam quarenta anos mais tarde, atuando como voluntários na Guerra da Tríplice-Aliança.²⁷

Na luta entre brasileiros e portugueses, é interessante observar que, embora pareça ser um paradoxo, brasileiros lutaram pela causa portuguesa ao mesmo tempo em que portugueses optaram pela independência do Brasil. No Maranhão e no Piauí, por exemplo, o Major João José da Cunha Fidié combateu os partidários da independência com soldados brasileiros, sem que houvesse um único português em seu efetivo de praças. O baiano Luís Paulino de Oliveira Pinto da França foi o único general nascido no Brasil que serviu a Portugal na luta pela emancipação do Brasil²⁸.

Na contramão desse processo, no entanto, diversos portugueses, de simples soldados até generais, optaram pela fidelidade a D. Pedro e foram admitidos no Exército Brasileiro. A primeira vez que soldados portugueses bandearam-se para as forças brasileiras ocorreu após os tumultos provocados pela Divisão Auxiliadora nos dias 11 e 12 de janeiro de 1812. Depois de dominar a rebelião e determinar que a divisão se transferisse para Niterói, D. Pedro convidou os soldados a darem baixa do Exército Português prometendo-lhe terras e promoções, ao mesmo tempo em que os intimidava com a possibilidade de enviá-los para guerrear na Europa. Apesar da tentativa do general Avilez de impedir a saída dos soldados, calcula-se que entre quatrocentos e seiscentos soldados abandonaram as fileiras da Divisão Auxiliadora e foram incorporados ao Exército Brasileiro²⁹.

A segunda incorporação de portugueses ao novo exército ocorreu em 9 de março de 1822, por ocasião da chegada ao Rio de Janeiro da esquadra que trazia tropa portuguesa de 1.250 homens, sob o comando do coronel Antônio Joaquim Rosado³⁰. D. Pedro instou as tropas a obedecerem a suas ordens e somente permitiu o desembarque dos soldados que decidissem passar para os corpos brasileiros. Quase 900 praças desembarcaram, com o compromisso de servirem como voluntários por um período de três anos, e foram distribuídos por diversos corpos de tropa de 1ª linha do Rio de Janeiro. Não foram aceitos oficiais portugueses, em função de sua lealdade duvidosa à causa brasileira.

27) BARROSO, Gustavo. História militar do Brasil. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

28) RODRIGUES, op. cit.

29) MONTEIRO, Tobias do Rego. História do Império – a elaboração da independência. Rio de Janeiro: Briguiet, 1927.

30) A esquadra, comandada pelo Chefe-de-Divisão Francisco Maximiano de Souza, trazia ao Brasil as tropas portuguesas que iriam substituir a Divisão Auxiliadora, sem saber que esta havia sido expulsa por D. Pedro.

Uma terceira incorporação de portugueses causou indignação e revolta entre os brasileiros quando foram admitidos soldados portugueses - prisioneiros de guerra na Bahia – nos corpos do Rio de Janeiro. Tal medida foi causa de acalorados debates na imprensa e na Assembleia Constituinte.

Diversos oficiais portugueses optaram por servir ao Brasil e desempenharam papel relevante na criação do novo Exército Brasileiro. Entre estes, destaca-se o marechal-de-campo Joaquim de Oliveira Álvares, português da Ilha da Madeira, que se posicionou ao lado de D. Pedro durante a crise provocada pelo levante da Divisão Auxiliadora e se tornou um dos primeiros ministros da Guerra do Brasil.

Outra solução adotada para dotar o exército com soldados em número apropriado foi a contratação de soldados mercenários na Europa. Depois de cogitar, sem sucesso, a obtenção de soldados na Áustria, Inglaterra e França³¹, surgiu como alternativa o recrutamento de alemães. Para burlar a legislação da maioria dos países europeus, inclusive de diversos Estados alemães, que proibia a saída de mercenários, os soldados foram recrutados sob o estatuto de colonos.

Coube ao médico alemão Johann Anton von Schaeffer a tarefa de trazer colonos e soldados para o Brasil. Tendo chegado ao Brasil em 1821 e nomeado major da Guarda Imperial pelo imperador D. Pedro I, Schaeffer foi designado Agente de Afazeres Políticos no Brasil, por influência de José Bonifácio. Sua missão foi assim definida em correspondência de Bonifácio para Schaeffer, datada de 21 de agosto de 1822:

[...] Depois de ter saudado as vistas de Corte de Viena e de outros príncipes da Alemanha, e de ter procurado interessá-los a favor do Brasil, passará a outro ponto essencial de sua missão, que vem a ser: ajustará uma colônia rural-militar que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos Cossacos do Don e do Ural; a qual se comporá de duas classes.

1ª De atiradores que debaixo do disfarce de colonos serão transportados ao Brasil, onde deverão servir como militares pelo espaço de seis anos.

2ª De indivíduos puramente colonos, aos quais se concederão terras para seu estabelecimento, devendo porém servirem como militares em tempo de guerra, à maneira dos Cossacos ou milícia armada, vencendo no tempo de serviço o mesmo soldo que tem as milícias portuguesas quando se acham em campanha.

31) LEMOS, op. cit.

Quanto a 1ª Classe composta dos indivíduos que devem servir como militares pagos, ou soldados, pelo espaço de seis anos, logo que expirar esse prazo entrarão na 2ª Classe e receberão terras para as cultivarem. [...]³².

Vencidas dificuldades de toda a ordem, Schaeffer conseguiu trazer os mercenários alemães a tempo de incorporá-los ao Exército Brasileiro, os quais foram reunidos no Batalhão de Estrangeiros³³, sob o comando do tenente-coronel Jean Auguste Bellard, francês, antigo sargento da Guarda Nacional de Paris.

A busca de recursos humanos para o exército no estrangeiro não ficou restrita aos soldados. Para comandar o novo exército que se formava, cogitou-se buscar um general com experiência, sendo o principal candidato o general Sir Robert Wilson, que comandara as tropas anglo-portuguesas contra as tropas de Napoleão durante a Guerra Peninsular. Embora tal medida não tenha se concretizado – o Exército Brasileiro foi comandado por um general brasileiro, Joaquim Xavier Curado –, coube ao francês Pierre Labatut³⁴, também veterano das Guerras Napoleônicas, o comando das tropas nacionais contra os portugueses na Bahia³⁵.

Voluntários, recrutas compulsórios, negros, mestiços, índios, portugueses e estrangeiros; esses homens fizeram o Exército Brasileiro de 1822. Embora heterogêneos e insuficientemente treinados, os soldados brasileiros conseguiram expulsar as tropas portuguesas leais às Cortes de Lisboa e consolidar, pelas armas, a independência do Brasil.

Vencida a Guerra de Independência, a força que existia de fato passou a sê-lo de direito. Por Lei de 1º de dezembro de 1824, foi formalmente organizado o primeiro exército regular do país – o Exército Imperial Brasileiro. Algumas unidades foram extintas e outras se fundiram dando origem a uma nova estrutura militar, a primeira de vulto no Brasil. Foram mantidas a 1ª e a 2ª linhas, com concepção semelhante às adotadas pelo exército nos tempos coloniais, ao passo que a 3ª linha foi extinta. Foram atribuídos números às diversas unidades, resultando em uma organização mais funcional.

Considerações finais

As pressões, que assolaram o Brasil após o retorno do rei D. João VI para Portugal, conduziram a uma ruptura entre o príncipe-regente e as Cortes Constitucionais de Lisboa, e, como em todas as rupturas, o emprego do poder

32) BRASIL. A obra política de José Bonifácio. Brasília: Senado Federal, 1972.

militar tornou-se essencial. Se por um lado Portugal utilizou suas tropas no sentido de impedir a emancipação, na mão inversa, os brasileiros sentiram a necessidade de organizar um exército próprio, que fosse capaz de se contrapor ao poderio militar luso.

Gestado e nascido no seio do Exército Português, a força terrestre brasileira herdou muitas de suas características, tendo em comum a organização, o armamento, o recrutamento, os uniformes, a hierarquia, dentre outros aspectos. A separação militar entre os dois exércitos deu-se, na verdade, no confronto ocorrido no Rio de Janeiro nos dias 11 e 12 de janeiro de 1822, quando o general Avilez insubordinou-se com sua Divisão Auxiliadora e D. Pedro foi obrigado a mobilizar a milícia para enfrentar, inclusive, a ameaça de ser sequestrado e levado à força para Portugal. A partir daí, mesmo que ainda não tivesse sido proclamada a independência do Brasil, tornou-se impositiva às tropas realizarem a opção pelo Brasil ou por Portugal.

Como a maioria das unidades regulares no Brasil era portuguesa, a organização das forças imperiais baseou-se, fundamentalmente, nas milícias e ordenanças, tropas de 2ª e 3ª linha que, de uma hora para outra, foram alçadas à condição de 1ª linha do Exército Brasileiro. Apesar de possuírem treinamento de baixa qualidade e organização deficiente, coube a esses homens lutar na Guerra de Independência do Brasil.

O exército foi criado e forjado na luta contra os portugueses. Por ocasião da Aclamação de D. Pedro como imperador do Brasil em 12 de outubro de 1822, já era uma força regular organizada e treinada sob a liderança do general Joaquim Xavier Curado. Pouco mais de um ano depois, finalizada a guerra, contava com mais de 4.500 homens, experientes e endurecidos pelo combate.

Às tropas da milícia, convocadas por todo o território para sustentar a causa da independência, juntaram-se alguns corpos de tropa de linha, organizadas sob o calor dos acontecimentos. Ao lado de voluntários e recrutas compulsados, cerraram fileiras escravos libertos, portugueses que optaram pela causa brasileira e mercenários estrangeiros. Lutaram em diferentes regiões do imenso território brasileiro e conseguiram repatriar para Portugal as tropas fiéis às Cortes.

Os soldados da independência, muitos dos quais tiveram seus nomes perdidos no tempo, foram os artífices de uma separação que não foi amigável, pelo contrário, processou-se com lutas e ao custo de muito sangue derramado. Cumpriram sua função de vencer pelas armas as resistências ao processo de independência e consolidar a unidade do país que nascia. O soldado brasileiro de 1822-24

correspondeu plenamente aos anseios do Brasil, integrando um exército improvisado que fez muito mais do que dele era possível esperar.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. O processo de independência do Brasil. *In*: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kitti (Orgs.). **História da expansão portuguesa**: do Brasil para a África (1808-1930), v.4. Círculo de Leitores, Lisboa, 1998, p.7-39.

Almanaque do Rio de Janeiro para o ano de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n.290, p. 315-346.

AMARAL, Braz. **História da independência na Bahia**. Salvador: Progresso, 1957.

ANDRADE, Manuel. **Pernambuco**: cinco séculos de colonização. João Pessoa: Grafset, 2004.

BARROSO, Gustavo. **História militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

BARROSO, Gustavo; RODRIGUES, José Washt. **Uniformes do exército brasileiro (1730-1922)**. Brasília: Saga, 1994.

BRASIL. **A obra política de José Bonifácio**. Brasília: Senado Federal, 1972.

_____. Índice das Decisões, 1811. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-B4.pdf>. Acesso em: 18/04/2021.

CARVALHO, Manuel Emílio. **Os deputados brasileiros nas Cortes de 1821**. Brasília: Senado Federal, 1979.

CIDADE, Francisco de Paula. **O soldado de 1827**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1927.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **História do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972.

O EXÉRCITO NA HISTÓRIA DO BRASIL. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército/Salvador: Odebrecht, 1998.

FREIRE, Miguel. Um olhar actual sobre a “transformação” do Conde de Lippe. **Nação e Defesa**. Lisboa, n. 112, p. 137-166, out./inv. 2005.

FROTA, Guilherme. O exército e o Rio de Janeiro: evolução histórica. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, n.85, p. 95-104, 1999.

_____. As lutas da Independência do Brasil. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, v. Especial, n. 87, p. 181-196, 2001.

_____. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 2000.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando. **O povo e a guerra**: participação das camadas populares nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Salvador: UFBA, 2004.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. **Os mercenários do imperador**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1996.

LIMA, Oliveira. **D. João no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MACHADO, Francisco Lacerda. **O tenente-general Conde de Avilez (1785-1845)**. Gaia: Edições Pátria, 1931.

MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. *In*: MOTA, Carlos Guilherme (Org.) **Viagem incompleta**: a experiência brasileira. São Paulo: Editora Senac, 2000.

MAGALHÃES, J. B. **Evolução militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1998.

MELO, Evaldo Cabral. **Olinda Restaurada**. São Paulo: Forense, 1975.

MONTEIRO, Tobias do Rego. **História do Império**: a elaboração da independência. Rio de Janeiro: Briguiet, 1927.

MOURA, Aureliano. Os regimentos portugueses no Brasil – Moura, Bragança e Estremoz. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, v. Especial, n.87, p. 162-173, 2001.

PINTO, Paulo Sousa. **Os Dias da História**: o Dia do Fico. Lisboa: RTP

Ensina, 2017.

RIOS, José Arthur. O soldado luso-brasileiro. **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, v. Especial, n.87, p. 14-27, 2001.

RODRIGUES, José Honório. **Independência**: revolução ou contrarrevolução. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

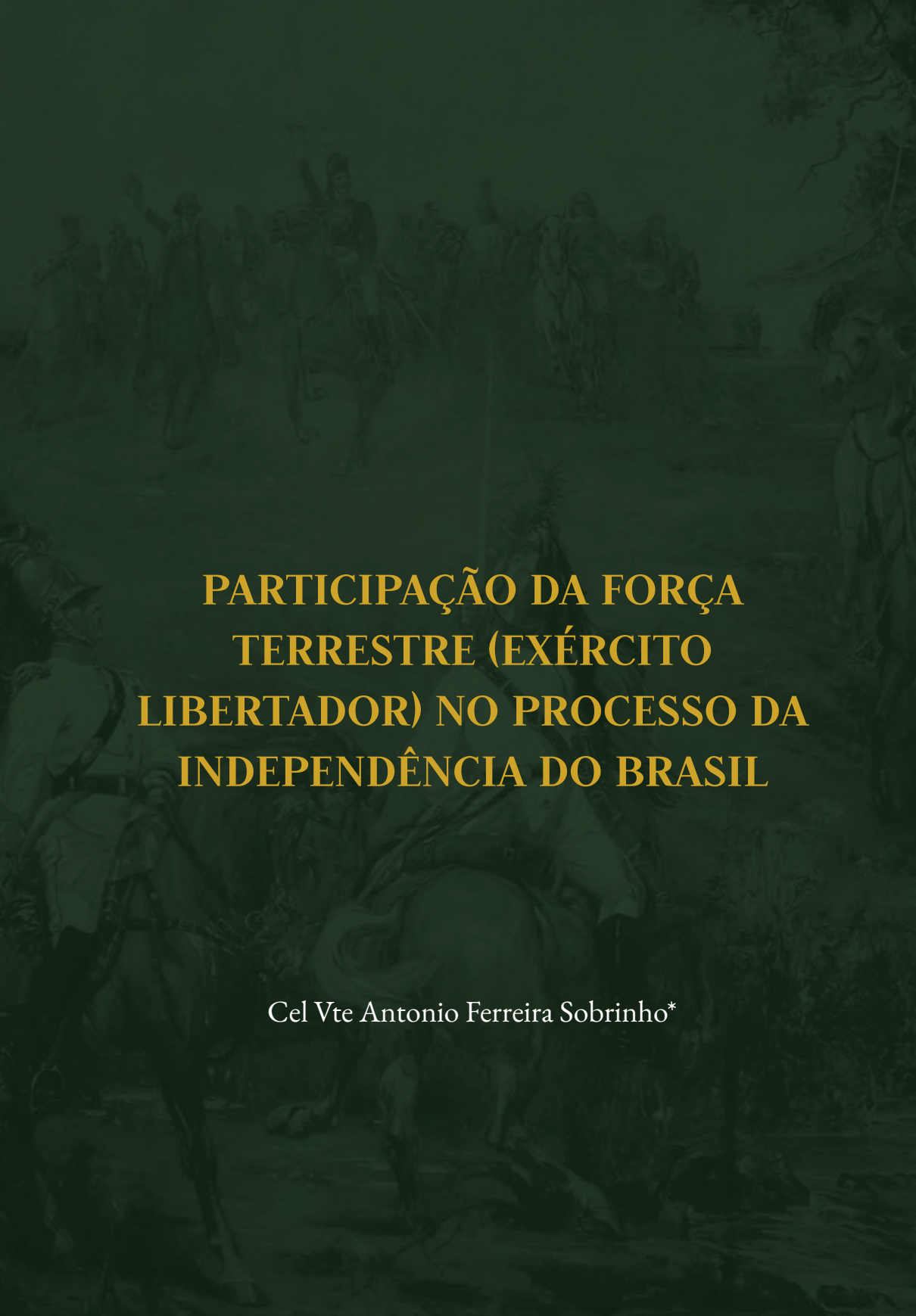
RUY, Afonso. **Dossier do marechal Pedro Labatut**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1960.

SELVAGEM, Carlos. **Portugal militar**. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1994.

SOUZA, Adriana Barreto. **O exército na consolidação do império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

WEHLING, Arno e WEHLING, Maria José. **Formação do Brasil colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

_____. Exército, milícias e ordenanças. **Revista Da Cultura**, Rio de Janeiro, n.14, p. 26-32, 2008.



**PARTICIPAÇÃO DA FORÇA
TERRESTRE (EXÉRCITO
LIBERTADOR) NO PROCESSO DA
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Cel Vte Antonio Ferreira Sobrinho*

* O Coronel Antônio Ferreira Sobrinho é o atual Chefe da Seção de Pesquisas Históricas do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército Brasileiro (CEPHiMEx). Graduado em Ciências Militares na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), 1971; Mestre em Ciências Militares na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), 1982; Doutor em Ciências Militares na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), 1986. Especialista em História Militar - Pós-Graduação Lato Sensu em História Militar - na Universidade Federal do Estado do Rio de JANEIRO (UNIRIO), 2008. É membro efetivo da Federação de Academias de História Militar Terrestre do Brasil (FAHIMTB), da Asociación Cultural Mandu'Ara do Paraguai e sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB).

Introdução

A historiografia do processo de Independência do Brasil perante Portugal demonstra que a ideia de um movimento pacífico e conciliatório não correspondeu aos fatos ocorridos no período de 1822 a 1825. O Grito do Ipiranga repercutiu como um mero acontecimento emblemático, enquanto a emancipação política se identifica como uma conquista, palmilhada passo a passo.¹

A Independência foi o resultado de várias etapas políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo estamento colonial português a partir de acontecimentos históricos determinantes, como a vinda da família real para o Brasil e a transformação da colônia em reino unido à metrópole, culminando com a introdução das ideias do liberalismo político em Portugal e a sua consequência direta, a Revolução Liberal do Porto, em 1820. Esse movimento transformou a monarquia portuguesa absolutista em uma monarquia constitucional, obrigando o retorno de D. João VI a Portugal e a regência de seu filho, D. Pedro, no Brasil, a quem foram impostas sérias limitações à sua autonomia política e à sua autoridade de Príncipe Regente.

Com o apoio das elites políticas e econômicas locais, D. Pedro rompe os laços com as Côrtes de Lisboa, assume o seu lugar soberano no Brasil e precisando de soldados para enfrentar a resistência militar das forças portuguesas aqui estacionadas, decreta a mobilização de tropas regionais das províncias aliadas,

1) Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Parlatina ao Silogeu*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006, p. 141.

contrata mercenários estrangeiros, organiza e lidera um Exército Libertador, garantidor da vontade do povo brasileiro.

Os integrantes dessa força militar nascente se originam de uma sociedade marcada pela intensa miscigenação, cujo sentimento nativista surge nas lutas pela sobrevivência, conquista e manutenção do território. Em uma verdadeira simbiose da organização tática portuguesa com operações irregulares, índios, brancos e negros formaram a primeira força militar brasileira, que lutou e expulsou os invasores do nosso litoral.

O detalhamento dessa estrutura militar será visto na sequência, acrescido da sua organização e composição, dos principais combates em que se envolveu, bem como do estudo da força portuguesa adversária. Terão foco especial os personagens de ambos os lados, que se destacaram por seus valores militares como líderes, chefes ou comandantes das tropas combatentes.

1. As origens do Exército Libertador

A instituição militar no território brasileiro fazia parte do aparato político-administrativo estatal português, e foi inicialmente organizada para atender a defesa e a administração das extensas terras coloniais. A impossibilidade de centralizar o emprego dessas forças em áreas extensas e afastadas, fez com que as atividades militares, das quais era encarregado o exército local e demais corpos portugueses, recaíssem nas mãos dos donatários das Capitânicas. Estes tinham a obrigação de arcar com as despesas de colonização e defesa, mantendo e comandando essas tropas.

Essa informalidade militar propiciava, portanto, a coexistência de militares profissionais portugueses (muito poucos, 600 homens em 1548 e 926 em 1616), civis donos de terras, mercenários e ordenanças (milícias organizadas pelas câmaras locais, cujo princípio básico de hierarquia se dava a partir da nomeação estabelecida pelos senhores de terras).

Portugueses e brasileiros formavam nos mesmos quadros, possuíam as mesmas instituições militares, e a discórdia maior que os separava era devida á nítida vantagem que na escala hierárquica obtinham os naturais do Reino.²

2) RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contrarrevolução. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975, p.71.

No entanto, se por um lado essa composição heterogênea revelava algo de inédito e específico - posto que não se tinha um exército colonizador formalmente constituído, nem tampouco um aparato militar nativo - por outro, se mantinha uma estrutura hierárquica formal basicamente igual a dos exércitos originários do mundo feudal, isto é, assentava-se sobre patentes militares cujas posições equivaliam às “originais” e, inclusive, apresentavam uma nomenclatura praticamente idêntica àquelas.

Esse quadro se manteve até meados do século XVIII, quando o Brasil adquiriu mais peso econômico e demográfico que a própria metrópole, ficando evidente para a Coroa portuguesa a importância da sua colônia na América.

As Cartas Régias de 1747, 1766 e de 1797 provisionaram muitas instruções transformadoras na organização, recrutamento e distribuição dessas forças no território. As reformas implantadas nesse período pelo Marquês de Pombal na política e na economia portuguesa, refletiram-se no Brasil, na racionalização do processo de produção e envio de riquezas para a metrópole, manutenção do monopólio comercial entre Portugal e Brasil e no aprofundamento da dominação colonial. Para sustentar esse domínio, Pombal buscou a centralização da defesa, a reformulação da instituição militar e sua consequente “profissionalização”. Para isso mandou contratar e enviou para o Brasil o Ten Gen HENRIQUE BOHN, discípulo do Conde de LIPPE, responsável pela reorganização do Exército Português no mesmo período.

As mudanças implementadas naquela oportunidade sofrerão alterações novamente, a partir da chegada da família real ao Brasil (1808) e da sua elevação a Reino Unido a Portugal (1815). O Exército no Brasil cresce em tamanho, qualidade e importância, apresentando uma organização bastante diferenciada das suas origens coloniais, em 1817 havia:³

- » 11 Marechais de Campo, 5 Marechais de Campo graduados, 7 Brigadeiros e 4 Brigadeiros reformados;
- » Estado-Maior do Exército, composto do Quartel General da Corte e de Coronéis graduados;

3) RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contrarrevolução. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975, p. 85.

- » A Secretaria do Governo das Armas, a Inspeção Geral da Artilharia e da Infantaria de Linha e Milícias, da Cavalaria de Linha e Milícias;
- » A Fábrica de Pólvora, a Secretaria do Conselho Supremo Militar, o Real Corpo de Engenheiros e os Oficiais dos Fortes e Fortalezas;
- » 3 Regimentos de Infantaria de Linha, 1º Regimento de Cavalaria do Exército e o Regimento de Artilharia da Corte;
- » 15 Regimentos de Infantaria de Milícias, 2 Brigadas Ligeiras de Infantaria de Milícias, 3 Regimentos de Cavalaria de Milícias da Corte.

Esse Corpo Militar permanece mais ou menos o mesmo, com algumas poucas alterações até passada a guerra pela Independência, quando, obedecendo as diretrizes da Constituição de 1824, uma ordenança especial regulou a organização do Exército, suas promoções e disciplina.

2. A participação no processo da independência

a. Considerações

A resistência ao processo de emancipação política e a obediência às Cortes Portuguesas foram mais intensas fora do eixo central, sendo notadamente mais expressivas nas Províncias do Norte e Nordeste como no Pará e Maranhão, no Piauí, na chamada Banda Oriental – Cisplatina (atual Uruguai) e na Bahia onde o conflito deixou marcas profundas e o *Dois de julho*, data da derrota e expulsão de Madeira de Mello se tornou dia de grande festa nacional.

Como forma de efetivar a emancipação e conter os levantes, fora necessário constituir um exército a partir, inclusive, da contratação de militares franceses e ingleses e com recursos coletados entre a elite financeira, que apoiava o movimento, consolidá-lo. Nesse sentido, podemos entender todo esse processo como o cerne da formação do Exército Brasileiro, bem como a reafirmação de seus

preceitos constitucionais originários de manutenção da ordem e da estabilidade do país.

A seguir estão listados os principais eventos onde a atuação do Exército Brasileiro se fez fundamental para a consolidação do processo de emancipação política do Brasil, bem como, os principais nomes que nos servem de balizador daqueles que podemos considerar heróis nacionais e que tiveram parte nessas lutas pela ordem:

b. As Guerras da Independência

1) No Rio de Janeiro

No dia 9 de janeiro de 1822, o príncipe decidiu desobedecer às Cortes portuguesas e permanecer no Brasil, atendendo a um chamamento da junta provisória de São Paulo e a um abaixo assinado com oito mil assinaturas, no mesmo sentido, da população do Rio de Janeiro, no incidente que foi conhecido como *o Fico*.

O general Avilez, que comandava a Divisão Auxiliadora, se insurgiu contra a decisão de D. Pedro e reuniu suas tropas – 2.000 homens – nas fortificações do Morro do Castelo, que dominavam a cidade, ameaçando bombardeá-la.⁴ O 3º batalhão de caçadores, aquartelado em São Cristóvão, manteve-se fiel à D. Pedro. Devido às atitudes dos militares portugueses, o General Joaquim Xavier Curado (brasileiro), o Coronel Luís Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho (brasileiro) e o Brigadeiro Joaquim de Oliveira Álvares (português), convocaram seus comandados a fim de apoiar o Príncipe Regente e para se prepararem para alguma oposição que fosse surgir.

D. Pedro resolve desligá-los do Comando das Armas e encarregou-lhes de reunir nos quartéis do Campo de Santana os regimentos de linha e corpos de milícias integrados por brasileiros, sob suas ordens diretas; mandou ainda mobilizar voluntários na Província do Rio de Janeiro e solicitou reforços de São Paulo e Minas Gerais. No Rio de Janeiro e arredores, consta que mais de seis mil homens se alistaram voluntariamente à tropa, formando batalhões patrióticos.

Um combate só não ocorreu, por conta da inexistência de reservatórios de água no Morro do Castelo, de forma que uma resistência dos portugueses no local

4) CASTRO, Adler Homero Fonseca. Bicentenário da Guerra da Independência do Brasil. Revista da Cultura, n. 36, 2018, p. 8.

era inviável e o general Avilez, ao receber um ultimato de sair ou ser atacado por forças que se reuniram no Rio de Janeiro, aceitou ser removido para o outro lado da baía de Guanabara. Em Niterói, já estavam concentradas unidades regulares e de milícias, fiéis à causa brasileira, que tinham vindo do interior da província, para manter os portugueses sob vigilância. Em fevereiro, a Divisão Auxiliadora embarcou para Portugal.

2) Na Bahia

Em fevereiro de 1822, as Cortes de Lisboa deram mais um passo tentando reassumir o controle da antiga colônia: o brigadeiro Manoel Pedro de Freitas Guimarães, nascido no Brasil e que era comandante das armas da Bahia, foi substituído pelo tenente-coronel português Madeira de Melo, uma séria quebra na hierarquia militar. A população de Salvador peticionou para que o brigadeiro fosse mantido, mas o pedido não foi aceito e no dia 11 de fevereiro eclodiu um renhido combate nas ruas da cidade, que durou até o dia seguinte. O brigadeiro Guimarães se retirou para o forte de São Pedro, onde o Regimento de Artilharia da Bahia e milicianos se reuniram para o apoiar, sendo municidados pelos paióis do forte.

No dia 20, cercado por forças portuguesas e ameaçado de ser bombardeado, o forte se rendeu e o brigadeiro foi preso e deportado para Lisboa. Nesse mesmo dia, tropas portuguesas, em desordem, saquearam prédios da cidade e a abadessa do convento da Lapa, Joana Angélica, foi morta a baionetadas, quando tentava defender o convento da invasão. Mais tarde, parte das tropas da Divisão Auxiliadora, removida do Rio de Janeiro, desembarcou em Salvador, reforçando a guarnição que começou uma guerra aberta: no dia 10 de junho de 1822, Madeira de Melo ordenou um ataque contra Itaparica. O Capitão Joaquim José Teixeira, conhecido como “Trinta Diabos”, assaltou o forte de São Lourenço, matou a sentinela que cumpria o seu dever e inutilizou os canhões do forte. Também destruiu e saqueou casas na vila, fazendo com que a população fugisse para os matos.

Os brasileiros, descontentes com a situação, moveram-se para o interior, indo para a cidade de Cachoeira, onde foi instalada uma *Junta Interina Conciliatória e de Defesa*, em 25 de junho, com várias outras povoações da Bahia aderindo ao movimento, que já possuía todas as características de uma guerra e que envolvia irmãos contra irmãos: além das forças vindas de Portugal, parte dos moradores de Salvador, especialmente os com maiores interesses com o comércio europeu

da época, permaneceu fiel à Portugal, enquanto os milicianos mais pobres e os moradores do interior começaram a se armar para combater a opressão colonial que se tentava reimplantar.

Para auxiliá-los, o príncipe regente enviou para a Bahia uma pequena força naval controlada por brasileiros para bloquear Salvador – mas essa força teve que abandonar o bloqueio, devido aos reforços navais recebidos por Madeira de Melo.

Por sua vez os baianos organizaram uma flotilha com barcos mercantes, que operavam nas águas rasas e nos inúmeros canais entre as ilhas, armados com canhões retirados dos fortes do Recôncavo, sob o comando do João Francisco de Oliveira, conhecido como “João das Botas”. Na Ilha de Itaparica, então escassamente povoada, foram mobilizados 3.264 voluntários, além de 500 homens que tripulavam a flotilha de pequenos barcos de João das Botas.

Em terra, foi enviado o brigadeiro Labatut, com outros oficiais e alguns soldados, agrupados de forças em Pernambuco, marchando para Salvador, que se preparava para um cerco, recolhendo mantimentos e armamentos nos fortes da cidade – tudo isso antes de 7 de setembro de 1822.

Foram feitas nada menos do que 110 novas fortificações no Recôncavo e montada toda uma infraestrutura para abastecer o exército em operações: um arsenal foi erguido em Cachoeira, o relatório do Conselho Interino em Prol do Império, escrito em 1823, dizia que: “A pólvora, parte foi tirada das lojas e casas de negócio, e parte fornecida por um cidadão, que a fabrica mui perfeitamente; que o chumbo foi tirado dos sinos das igrejas, serpentinas d’alambiques e pesos das vendas, à exceção da quantidade, que ultimamente recebemos do Rio de Janeiro; que as balas ou foram conquistadas ao inimigo, ou mendigadas de porta em porta daqueles que as tinham, que em suma, o Patriotismo Baiano fizera aparecer através de sacrifícios,[tudo] quanto ali se nota.” O relatório continuava dizendo que faltava tudo: “superabundava apenas o desejo de livrar a Pátria do julgo colonial”.

Os portugueses tentaram ativamente derrotar os patriotas. Na batalha de Pirajá (8 de novembro de 1822), participaram 1.300 patriotas e 3.200 portugueses, que não conseguiram romper o cerco brasileiro, a vitória foi obtida por sorte de um erro cometido pelo corneteiro brasileiro Luís Lopes, que tinha recebido ordens de tocar a retirada, resolveu, ao invés, dar o toque de “avançar a cavalaria e degolar o inimigo” – apesar de não haver cavalaria no lado brasileiro. Os portugueses, dispersos no campo de batalha e vulneráveis a um ataque de cavalaria, preferiram se retirar, dando uma grande vitória moral aos brasileiros, que conseguiram vencer um exército mais numeroso e melhor treinado. Não foi

um combate rápido e sem importância: uma fonte portuguesa da época menciona que os lusitanos teriam perdido nada menos do que 375 homens, entre mortos e feridos.

Em abril de 1823, chegou a Salvador a esquadra Imperial comandada pelo Almirante inglês Thomas Cochrane, bloqueando o porto. Sem abastecimento de gêneros alimentícios e impossibilitados de receber reforços, os portugueses se retiraram na madrugada do dia 1 para o dia 2 de julho com as riquezas que puderam levar, e aos 2 dias do mês de julho de 1823, o “Exército Libertador” entrou triunfante na cidade já desocupada pelo inimigo.

3) No Piauí e no Maranhão

No Piauí e no Maranhão, onde havia um forte partido favorável aos portugueses, devido aos interesses comerciais de lá serem mais próximos aos de Lisboa do que ao Rio de Janeiro, a reação às Cortes de Lisboa se inicia no Piauí com a adesão da Vila de São João da Parnaíba. O Comandante das Armas do Piauí, o major português João José da Cunha Fidié reúne suas tropas e parte de Oeiras (capital da Província à época) em direção à Parnaíba. No dia 18 de dezembro de 1822, Fidié entrou com sua tropa na Vila São João da Parnaíba, encontrando as ruas desertas, tendo em vista que o povo se trancara em suas casas e ninguém ousou sair para recebê-lo. Arrastando a artilharia e demais petrechos de guerra, percorreu as ruas desertas e mandou a tropa ficar perfilada em formação no Largo da Matriz. Logo se dirigiu para Casa da Câmara, para dela exigir a imediata renovação do juramento de fidelidade a D. João VI.

Outra cidade que aderiu de imediato à Independência foi Oeiras. Em 24 de janeiro de 1823, sob liderança de Manoel de Sousa Martins (atualmente nomeia o 3º Batalhão de Engenharia de Construção – Batalhão Visconde da Parnaíba) - é proclamada a Independência de Portugal. Fidié resolveu marchar de volta a Oeiras para reprimir o movimento emancipacionista. Saiu de Parnaíba no dia 1º de março de 1823. No meio do caminho, na altura de Campo Maior, encontrou as forças emancipacionistas lideradas pelo capitão Luís Rodrigues Chaves à frente de 400 cearenses. No dia 13 de março de 1823, pela manhã, tem início a batalha entre suas tropas, bem armadas e experientes, e uma força de patriotas piauienses e cearenses, sem uma organização militar convencional, utilizando paus, pedras e outros materiais de pouco poder ofensivo. Devido à superioridade bélica, o que se viu à beira do riacho Jenipapo foi um massacre. Os brasileiros perderam 1.200 homens e o restante debandou pela caatinga.

Mesmo assim, Fidié resolveu retrair para a cidade de Caxias, no Maranhão, principal centro produtor do vale do rio Itapecuru, afim de precaver-se da resistência dos brasileiros, e lá se estabeleceu defensivamente. Tropas brasileiras, compostas por contingentes oriundos do Piauí e do Ceará, o cercaram, obrigando-o a capitular em 30 de julho de 1823, sendo preso em Caxias e depois mandado para Portugal.

Lentamente os brasileiros foram conquistando o apoio de várias cidades e povoados maranhenses, e aos poucos, os portugueses foram sendo derrotados. Contudo, a capital, São Luís, permanecia controlada pelos lusitanos.

Enviada do Rio de Janeiro, uma frota comandada por Lord Cochrane aproximou-se de São Luís e conquistou o controle da cidade. Dessa forma, foi obrigada a render-se, aderindo à Independência em 28 Julho de 1823, passados mais de dez meses depois do Grito do Ipiranga.

4) Adesão do Pará à Independência do Brasil

Na província do Grão-Pará, mesmo antes da Independência já haviam ocorridos lutas entre a população e a junta governativa. O quadro era bastante confuso por causa das constantes divergências entre as lideranças locais.

Para pacificar a província, Cochrane, a mando de D. Pedro, enviou a Belém o Capitão John Pascoe Grenfell, que chegou a 10 de agosto de 1823 no brigue Infante D. Miguel. Lá aplicou um blefe nos governantes do Estado, apresentando um documento afirmativo da presença de uma esquadra em Salinas, pronta para bloquear o acesso ao porto da capital, isolando o Pará do resto do Brasil, caso o Estado não aceitasse a adesão.

A consagração da adesão ocorreu após uma assembleia no Palácio Lauro Sodré, sede da Colônia Portuguesa à época, local em que no dia 15 de agosto de 1823, o documento foi assinado, rompendo de vez com Portugal.

Após dominar a situação, estabeleceu uma junta governativa composta de quatro militares – Coronel Geraldo José de Abreu, Capitão José Ribeiro Guimarães, Porta-Bandeira Félix Antônio Clemente Malcher, Capitão João Henrique de Matos – e do Cônego João Batista Gonçalves de Campos.

5) Na Província CISPLATINA

Um grande contingente de tropas portuguesas ainda existia na América, colocando em risco o processo de separação política do Brasil; na então Província

Cisplatina, atual Uruguai, estava a *Divisão de Voluntários Reais*, tropa portuguesa que tinha sido enviada para lá em 1816 e que ajudaram na incorporação da antiga província espanhola ao Brasil, em 1821. Eram 3.678 homens, muitos deles veteranos das guerras napoleônicas e ligados à causa constitucionalista portuguesa.

Em julho de 1822, seu Comandante, o general Lecor, chegou a pedir navios para fazer o embarque dessas forças para a Europa, mas estes lhe foram negados. Com a ocupação da cidade fortificada de Montevidéu, as tropas que lutavam pela Independência do Brasil, principalmente gaúchos e paulistas, assim como outros uruguaios, que apoiavam o Império, não tinham condições de derrotar os veteranos portugueses, de forma que se estabeleceu um cerco a distância, com vários pequenos choques entre as duas forças. A situação permaneceu indecisa no Uruguai enquanto a flotilha lusitana, de sete navios, controlava as águas do rio da Prata, permitindo que abastecimentos fossem enviados para Montevidéu. Somente em outubro de 1823, com a chegada de uma esquadra brasileira e com a derrota da força naval lusitana em um longo combate travado no dia 21, é que a situação das tropas cercadas se tornou insustentável, o comando da Divisão de Voluntários Reais decidiu capitular: em 14 de fevereiro de 1824, as forças portuguesas embarcaram para a Europa, encerrando o período de combates da Guerra da Independência, um ano e cinco meses depois do Grito do Ipiranga.

Conclusão

A paz, que poria fim aos conflitos, foi assinada em 29 de agosto de 1825, pois Portugal já não tinha condições de sobrepujar o Exército e a Marinha Imperiais depois das sucessivas derrotas na América. Esse foi o resultado da grande revolução empreendida pelas nossas elites políticas da época, encampada pelo povo, ao constituir uma força militar capaz de vencer um poderoso inimigo.

Como vimos ao longo dessa apresentação, mesmo que os combates tenham sido de pequena monta e pouco numerosos, sem o Exército Libertador e a Marinha, recém constituída, não seria possível a Independência. Foi a ostentação da força, foi a mobilização armada que permitiu a independência e sustentou a unidade e a integridade da Nação.⁵

5) RODRIGUES, José Honório. Independência: revolução e contrarrevolução. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975, p. 313.

Não foi fácil combater os planos portugueses de reconquista da sua valiosa colônia. Foram muitas as tentativas imaginadas e algumas realizadas para derrotar a causa brasileira.

O diferencial a favor do Brasil decorreu por conta da liderança política (formação de uma consciência nacional) e liderança militar do Príncipe Regente, D. Pedro, de seus fiéis Generais, fossem eles brasileiros ou estrangeiros (Lecor, Labatut, Cochrane, Greenfell, Xavier Curado, Oliveira Alvares, José Joaquim de Lima e Silva) e das suas lideranças civis (José Bonifácio, João de Oliveira Botas, Rodrigo Antonio Falcão Brandão, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque e José Pereira Filgueiras).

Como nos definiu Afonso Celso nas comemorações do centenário da Independência, em 1923

[...] Foi a esforçada vitória de bisonhos fatores genuinamente brasileiros, acoossando, subjugando, expelindo, consideráveis e disciplinadas forças lusitanas de terra e de mar, consagrando a liberdade com o sangue das batalhas, dando à nossa autonomia política a nota mavórcia, rubra, épica, título de orgulho dos povos briosos [...].⁶

Referências

CASTRO, Adler Homero Fonseca. **Bicentenário da Guerra da Independência do Brasil**. Revista da Cultura, n. 36, 2018.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. **Da Escola Parlatina ao Silogeu**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução e contrarrevolução**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1975.

6) GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. *Da Escola Parlatina ao Silogeu*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2006, p.141.



MARINHA DO BRASIL

200 ANOS DA CAMPANHA
DA INDEPENDÊNCIA

V Alte José Carlos Mathias*

* Formado pela Escola Naval em 1978, e aperfeiçoado em Sistemas de Armas, o Vice-Almirante José Carlos Mathias é natural de São Paulo e, desde de junho de 2016 exerce o cargo de Diretor do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha.

Preponderante no contexto do processo de consolidação de nossa Independência, especialmente para a manutenção da integridade territorial do Brasil, ainda nos tempos coloniais o Poder Naval figurou como elemento de significativa importância em um período de constantes ameaças aos interesses ultramarinos de Portugal em seu maior e mais importante território colonial, onde as lutas contra invasões e pela expansão dos limites territoriais marcaram os séculos de domínio português.

A partir da transmigração da Família Real e da Corte portuguesa para o Brasil, e da consequente abertura dos portos para o comércio com as nações amigas, teve início um progressivo processo de ampliação da autonomia brasileira, que ainda se viu aumentada com a elevação do Brasil a condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815. A aclamação de D. João como rei de Portugal, em 1818, e seu retorno à Lisboa, em 1821, elevou a pressão das elites portuguesas pelo regresso do Príncipe D. Pedro de Alcântara a Portugal e a recondução do Brasil à condição de colônia. Desagradando parcela importante das elites brasileiras e muitos portugueses com propriedades e negócios no Brasil, que passaram a considerar a Independência como solução para aquela crise.

1. A Independência do Brasil e a Marinha como garantidora da emancipação

Com o aprofundamento da crise entre o então Reino do Brasil e Portugal, o único caminho viável para alcançar a Independência em todo o território era o mar. Essa era a percepção de José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro da

Secretaria de Estado do Interior e dos Negócios Estrangeiros do governo do Príncipe Regente D. Pedro de Alcântara.

A rápida organização da Marinha Imperial, dotada de navios de guerra bem armados, poderia impedir a chegada de reforços portugueses ao Brasil e dar combate às tropas portuguesas no litoral, além de transportar soldados e suprimentos para apoiar a luta pela Independência em terra. A relevância atribuída por José Bonifácio à formação de uma Esquadra – um conjunto de navios de guerra sob comando unificado – se mostrou bastante acertada na medida em que os principais núcleos populacionais do Brasil estavam no litoral, isolados da capital do novo Império pela absoluta precariedade de uma rede de estradas e caminhos. Assim, a organização de uma Marinha se apresentava como necessidade premente para assegurar a consolidação da Independência e a manutenção da unidade territorial do Brasil.

2. Preparo de material e pessoal

Uma das primeiras ações tomadas para o estabelecimento da Marinha Imperial foi a imediata incorporação dos navios portugueses deixados nos portos nacionais, entre os quais estavam as Fragatas *União* (rebatizada, posteriormente, como *Piranga*) e *Real Carolina* (rebatizada, *Paraguaçu*) e as Corvetas *Maria da Glória* e *Liberal*, navios da Armada Real portuguesa que permaneceram no Brasil, sob o controle de Dom Pedro. Logo em outubro de 1822, foi nomeado o primeiro brasileiro nato para a cadeira de Ministro da Marinha do Brasil Independente, o então Capitão de Mar e Guerra Luís da Cunha Moreira, Visconde de Cabo Frio.

Dado o mau estado de conservação de muitos desse navios, foi fundamental o trabalho do Arsenal de Marinha da Corte (atual Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro), onde foi recuperada a Nau *Martin de Freitas*, rebatizada *Pedro I* e tornada o navio capitânia da nova Esquadra. A Fragata *Sucesso* e o Brigue *Reino Unido* também foram reparados e rebatizados, respectivamente, *Niterói* e *Cacique*. E o governo adquiriu ainda alguns navios, como os Brigues *Maipu* e *Nightingale*, rebatizados *Caboclo* e *Guarani*, nesta ordem.

Com poucos brasileiros natos nos corpos de oficiais e praças, a solução foi a contratação de europeus, especialmente britânicos, haja vista a desmobilização das forças militares europeias com o fim das Guerras Napoleônicas. O General Francisco Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta foi então incumbido de organizar o recrutamento de marinheiros na Europa. Em março

de 1823, Thomas Cochrane, oficial de Marinha britânico que acabara de deixar o comando da Marinha do Chile, também engajada numa guerra de emancipação, assumiu o comando em chefe da Esquadra brasileira.

3. A Esquadra na expulsão dos portugueses da Bahia

Com o início das ações militares para a consolidação da Independência, as atenções se voltaram para as regiões onde os portugueses haviam melhor reforçado suas guarnições. A resistência mais forte estava em Salvador, na Bahia, onde existia grande concentração de tropas sob o comando do Brigadeiro Inácio Luís de Madeira de Melo e uma poderosa Força Naval comandada pelo Chefe de Divisão João Félix Pereira de Campos. Apesar disso, as forças brasileiras, sob o comando do General Pierre Labatut, conseguiram cercar a cidade, enquanto o Patrão-Mor, Segundo-Tenente João Francisco de Oliveira Botas, estabelecido na Ilha de Itaparica, comandava uma flotilha que fustigava as embarcações que abasteciam Salvador, contribuindo para o isolamento daquela capital.

A 1º de abril de 1823, a Esquadra brasileira, já sob o comando do Primeiro Almirante Thomas Cochrane, embarcado na Nau *Pedro I*, deixava a Baía de Guanabara com o objetivo de estabelecer o bloqueio naval de Salvador.

O primeiro combate aos navios portugueses, em 4 de maio, apesar de um início promissor, graças a uma ousada manobra de Cochrane, foi desfavorável aos brasileiros, que foram obrigados a recuar. O fator de maior peso para o insucesso brasileiro naquele combate foi a indisposição de marinheiros de origem portuguesa em lutar contra sua bandeira, o que foi claramente verificado na capitânia, quando marujos portugueses chegaram a impedir momentaneamente o fornecimento de pólvora durante o combate. Outros navios estiveram próximos ao motim, tendo a Corveta *Liberal* e o Brigue *Guarani* se retirado da ação pelo receio de que suas guarnições entregassem os navios à Forças portuguesa. Contudo, no dia 13 de maio, após a chegada de reforços de marinheiros estrangeiros, Cochrane reorganizou suas Forças e estabeleceu, efetivamente, o bloqueio naval sobre Salvador.

Pressionados pelo desabastecimento, em 2 de julho as tropas de Madeira de Melo abandonaram Salvador em um comboio de, aproximadamente, 70 embarcações escoltadas pelos navios de Félix de Campos. A Esquadra brasileira foi então

incumbida de perseguir o comboio português para capturar o maior número de navios, tropas e equipamentos militares, além de impedir que desembarcassem em outras localidades do território brasileiro.

A Esquadra acompanhou por alguns dias os navios portugueses. Porém, logo Cochrane incumbiu o Capitão de Fragata John Taylor, ao comando da Fragata *Niterói*, de seguir com a perseguição, o que cumpriu até as proximidades da foz do Rio Tejo, quando foi informado sobre a chegada dos navios remanescentes da Força Naval de Félix de Campos a Lisboa. Nessa missão, a Fragata *Niterói* foi responsável pela captura de cerca de dois mil soldados e mais de uma dezena de navios.

4. O jovem “Tamandaré” nas lutas pela Independência

Nascido em 13 de dezembro de 1807, em Rio Grande (RS), filho do Patrão-Mor e prático da barra daquela localidade, aos 15 anos de idade Joaquim Marques Lisboa iniciou sua trajetória na Marinha do Brasil ao apresentar-se como voluntário, em 1823, durante as lutas pela Independência.

Ainda muito jovem, a bordo da Fragata *Niterói*, sob o comando do Capitão de Fragata John Taylor, o futuro Marquês de Tamandaré exerceu a função de ajudante de navegação e participou dos combates na costa da Bahia e do bloqueio a Salvador, contra as forças de mar portuguesas comandadas pelo Chefe de Divisão Félix de Campos. Nesse cenário, tomou parte também da histórica perseguição empreendida pela Fragata *Niterói* ao comboio português que seguiu para Portugal após abandonar Salvador.

Em 1824, Joaquim Marques Lisboa foi matriculado na Academia Imperial de Marinha. Já experimentado em combate, foi convocado pelo Comandante em Chefe da Esquadra brasileira, o Primeiro Almirante Thomas Cochrane, para participar da campanha contra a Confederação do Equador. Certamente a experiência em combate acumulada na Guerra de Independência e nas posteriores campanhas da Confederação do Equador e da Cisplatina contribuiu sobremaneira para a formação pessoal e militar-naval daquele que seria o maior marinheiro do Brasil, Patrono de nossa Marinha.

5. A Marinha do Brasil na adesão das províncias do Norte e Cisplatina

Após submeter Salvador, o governo brasileiro direcionou suas forças para outras províncias do Norte e a Cisplatina. No Maranhão, onde uma Junta Governativa se mantinha leal a Portugal e a cidade de São Luís estava sitiada por tropas favoráveis à Independência, Cochrane, utilizando-se de um hábil ardil, informou ao comandante das tropas portuguesas que a Nau *Pedro I* estava estabelecendo um bloqueio à cidade e que seria a ponta de lança de uma grande Força Naval que viria próxima, transportando um grande contingente militar. Uma inteligente manobra para levar à deposição da Junta Governativa e submeter o Maranhão, o que, de fato, ocorreu em 27 de julho de 1823.

Por ordem de Cochrane, a mesma estratégia foi adotada no Pará, para onde foi enviado o Capitão-Tenente John Pascoe Grenfell, ao comando do Brigue *Maranhão*, com cartas do Primeiro Almirante comunicando à Junta Governativa a adesão do Maranhão à Independência e o bloqueio naval a Belém. Em 15 de agosto de 1823, a Província do Pará também declarava sua adesão ao Império.

A estratégia adotada por Cochrane para submeter as elites de maioria portuguesa em São Luís e Belém à Independência brasileira não se consolidou tão facilmente quanto um exame superficial desse evento histórico permite concluir. Nesse sentido, a disputa pelo poder regional entre brasileiros e portugueses levou o contingente da Marinha naquelas cidades a atuar de maneira diplomática, de modo a trazer a paz e a ordem por meio da força das armas.

Na Província Cisplatina, último reduto da resistência portuguesa, as tropas comandadas por D. Álvaro Macedo se encontravam isoladas na cidade de Montevideú, cercada por tropas leais ao Imperador e submetida a um bloqueio imposto pela Força Naval brasileira naquelas águas, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Nunes. Em março de 1823, essa Força Naval foi reforçada por navios vindos do Norte do Império, o que intensificou o bloqueio à Montevideú a tempo de frustrar a tentativa em rompê-lo, em 21 de outubro.

Após intensa batalha naval entre brasileiros e portugueses, que culminou em uma vitória estratégica das Forças brasileiras que conseguiram manter o bloqueio, o desabastecimento provocado pelo cerco resultou na rendição do efetivo lusitano, em 18 de novembro de 1823, e a consequente evacuação de todo contingente português do território brasileiro.

6. A Marinha do Brasil no pós-Independência

Desde as Guerras de Independência até a atualidade, a Marinha do Brasil tem figurado como instituição essencial para o país. Atuando de modo decisivo em alguns dos principais episódios de nossa história, com destaque para a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

6.1. A Marinha do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança: a Batalha Naval do Riachuelo

No contexto da Guerra da Tríplice Aliança, quando Brasil, Argentina e Uruguai aliaram-se para enfrentar as forças paraguaias de Francisco Solano López, a Esquadra brasileira figurou como elemento fundamental para o triunfo aliado. Nesse quadro, a vitória da força naval brasileira, sob o comando do Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, na Batalha Naval do Riachuelo, travada no Rio Paraná, foi decisiva. Além de, praticamente, aniquilar a Marinha paraguaia, o controle daquele rio, conquistado após a vitória, comprometeu seriamente o abastecimento e a logística das tropas de Solano López.

A coragem de Barroso, ao lançar a Fragata *Amazonas*, sua capitânia, contra os navios paraguaios para colocá-los a pique, e sua arrojada convocação às tripulações brasileiras a combater o mais próximo possível dos inimigos, a fim de anular a vantagem dos canhões paraguaios postados nas margens, levaram à vitória brasileira. Assim como os incontáveis atos de bravura e heroísmo observados naquele combate, como o sacrifício do Imperial Marinheiro Marcílio Dias, mortalmente ferido em combate contra quatro oponentes no convés da Corveta *Parnaíba*.

6.2. A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial: a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG)

Adotando um posicionamento de neutralidade no quadro de beligerância que se estabeleceu no continente europeu a partir de 1914, somente em outubro

de 1917 o Brasil passou ao estado de guerra contra o Império Alemão, após o afundamento de 4 navios mercantes brasileiros por submarinos alemães.

Coube à Marinha do Brasil o preparo e envio de uma Divisão Naval para atuar junto às Marinhas aliadas que combatiam nas costas da África e no Mediterrâneo. Sob o comando do Contra-Almirante Pedro Max Fernando de Frontin, em 1º de agosto de 1918 a DNOG deixou as águas de Fernando de Noronha rumo a Freetown, em Serra Leoa. Mesmo duramente atingida pela gripe espanhola durante a passagem pelos portos africanos de Freetown e Dakar, que vitimou cerca de 10% das tripulações, cumpriu seu papel, apoiando as forças de mar aliadas até o armistício, em novembro de 1918.

6.3. A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial

No contexto das hostilidades que se estabeleceram entre as potências europeias a partir de 1939, o Brasil manteve uma postura de neutralidade até agosto de 1942, quando, diante dos diversos torpedeamentos de navios mercantes brasileiros por submarinos alemães, inclusive em águas nacionais, o Brasil declarou guerra à Alemanha e a Itália. Nesse quadro, além de escoltar os navios que transportaram a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para o front europeu, a missão da Marinha do Brasil foi patrulhar o Atlântico Sul e proteger os comboios de navios mercantes que trafegavam entre o Mar do Caribe e o litoral sul brasileiro contra a ação dos submarinos e navios germânicos e italianos.

Para adequar-se à situação do conflito, foi então necessário um rápido e intenso processo de preparo de material e pessoal e, em especial, de reorganização das Forças Navais. Foi nesse quadro que se deu a criação da Força Naval do Nordeste, em outubro de 1942, cujos navios constituíram a Força-Tarefa 46 da 4ª Esquadra da Marinha dos Estados Unidos da América. Durante todo o conflito os navios da Marinha do Brasil comboiaram 3.164 navios, entre nacionais e estrangeiros, em um total de 575 comboios.

Considerações finais

Preponderante para a manutenção da integridade territorial e para a própria consolidação do processo de Independência do Brasil, o Poder Naval foi elemento de significativa importância em um período marcado por constantes ameaças aos interesses brasileiros.

Em condições de atuar com mobilidade e flexibilidade em um curto espaço de tempo, a nascente Esquadra brasileira cumpriu sua missão de consolidar a Independência, promulgada em 7 de setembro de 1822, mantendo a soberania brasileira sobre todo o território.

A Marinha, por meio de sua Esquadra, foi, e continua sendo, capaz de negar o uso do mar às Forças Navais inimigas e proteger as linhas de comunicação marítimas que interligam os diferentes pontos do nosso extenso litoral com o exterior, permitindo o trânsito seguro dos navios mercantes responsáveis pela maior parcela do comércio internacional brasileiro.

Atualmente, a Marinha do Brasil se mantém fiel à memória da Esquadra da Independência, assegurando a soberania sobre a nossa “Amazônia Azul” e figurando como elemento essencial para a Defesa Nacional. Contribuindo também para o desenvolvimento do país por meio da produção de conhecimento científico e de tecnologias nacionais, além de atuar em diversas ações de caráter cívico e humanitário. Desde o alvorecer de nossa jovem nação independente até os dias atuais, a invicta Marinha de Tamandaré e Marcílio Dias segue defendendo os interesses do Brasil e dos brasileiros.

Referências

- ABREU, Guilherme Mattos de (Org.). **Marinha do Brasil: Uma Síntese Histórica**. Rio de Janeiro: SDM, 2018.
- ALONSO, Wladimir; SCHUCK-PAIM, Cynthia; SHANKS, G. Dennis; ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A alta mortalidade da pandemia espanhola na divisão naval em operações de guerra em 1918. **Revista Navigator**, v.9, n.17, 2013, p. 11-21.
- CASTRO, Robert Wagner Porto da Silva; FERREIRA, Moisés Mendes. **Vultos, Patronos e Ex-Ministros da Marinha do Brasil nascidos nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul**. Itajaí: Univali, 2019.
- LEITE, Jorge da Silva. Aspectos da participação da Marinha de Guerra Brasileira na Primeira Grande Guerra. **Revista Marítima Brasileira**, jul./dez., 1987, p. 9-40.

MAIA, João do Prado. **DNOG, uma página esquecida da história da marinha brasileira**. Rio de Janeiro: SDGM, 1961.

SALDANHA DA GAMA, Arthur Oscar; MARTINS, Hélio Leôncio. A Marinha na Segunda Guerra Mundial. *In*: BRASIL; Ministério da Marinha. **História Naval Brasileira**. 5º v., Tomo II. Rio de Janeiro: SDGM, 1985.

VALE, Brian. A ação da Marinha nas Guerras da Independência. *In*: BRASIL; Marinha do Brasil. **História Naval Brasileira**. 3º v., Tomo I. Rio de Janeiro: SDM, 2002.

VÉRAS, Francisco Accioli. **DNOG**. Rio de Janeiro: A Noite, 1920.



DA MARISQUEIRA À REALEZA

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES
NO PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA
BRASILEIRA

Prof Me Maria Carolina Loss Leite*

*Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP- UERJ).

Introdução

O momento mais comentado quando nos aproximamos de um Sete de Setembro no Brasil é o grito dado por Dom Pedro I às margens do Ipiranga, em São Paulo. E desde a mais tenra idade, sabemos sobre o evento de forma pomposa, onde uma atmosfera viril e aguerrida estava presente em torno do Imperador. Mas, neste trabalho, pretendo abordar a participação de mulheres que, com bravura e coragem, se dispuseram a participar deste histórico movimento político brasileiro, as quais, até hoje, são tidas como atrizes sociais secundárias daquele processo. Por isso, aqui, contarei de forma breve sobre algumas das protagonistas da Independência¹, que, ao contrário daquilo que se imagina sobre mulheres, em especial as daquela época, fizeram muito mais que bradar à beira de um riacho e, de fato, se articularam em prol de uma mudança social.

Maria Filipa de Oliveira: uma marisqueira, uma capoeirista e uma heroína nacional

Sem sabermos ao certo se nossa heroína era uma escravizada, se estava alforriada ou se já nascera livre (por conta de nossas falhas históricas), a baiana

1) Ressalto que quando me referir a independência é sobre o processo político, na tentativa de construção de um estado-nação. Não abordarei sobre a construção de um Brasil como um povo reconhecidamente brasileiro, apesar de ser um tema altamente relevante. Infelizmente, o texto não comportaria em poucas páginas tamanha complexidade.



01. Imagem que é associada à Maria Filipa, feito por Alberto Henschel, em 1870. (“Negra com turbante”).
 Fonte: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/05/Mariafilipadeoliveira.jpg>.

nascida na Ilha de Itaparica foi uma das mulheres que lutou pela Independência do Brasil. Marisqueira, capoeirista e líder das “vedetas da praia”, sabia sobre o que se passava em relação à Guerra da Independência nas rodas de capoeira e enquanto andava pela zona portuária.

Segundo algumas informações históricas, Maria Filipa² era uma mulher alta e de muita força física, que se envolveu na luta contra as tropas portuguesas, já que as mesmas queriam ocupar pontos estratégicos da ilha, em especial os locais onde os escravos libertos utilizavam para comercializar os mariscos e faziam suas próprias atividades, sendo, assim, uma forma de defender seu próprio ganha-pão diário.

Seu grupo, de quase 200 pessoas, lançou-se contra as tropas e embarcações portuguesas armado com peixeiras e pedaços de paus com espinhos - chegando a queimar mais de 40 barcos portugueses com tochas feitas com a palha do coco. Além disso, através da se-

dução, as mulheres atraíam os portugueses que, após serem embebedados, eram despidos. E enquanto esperavam receber o que pensavam, eram surpreendidos com uma surra de cansação - uma planta que provocava uma sensação de queimação na pele - dada por estas mulheres, expulsando-os, dessa forma, da Ilha.

Mas, por conta de nossas tradicionais brechas históricas, ninguém sabe ao certo sobre seu paradeiro após os conflitos. Dada nossa Independência política e a expulsão das tropas portuguesas da ilha, Maria Filipa continuou exercendo uma forte liderança sobre a população mais vulnerável de Itaparica, incluindo, em seu grupo, os índios tupinambás e tapuias. Apenas seu atestado de óbito foi encontrado, datando sua morte em 4 de julho de 1873³, em Maragogipe e sobre seu nascimento, infelizmente, ainda é um dado incerto.

-
- 2) OLIVEIRA, Maria Filipa de. Escrava liberta que lutou contra os portugueses. Avalara, 09 jun. 2021. Disponível em: <https://www.avalara.com/br/pt/blog/2021/06/mulheres-extraordinarias-maria-felipa-de-oliveira.html>. Acesso em: 02/05/2022.
- 3) SOUZA, Duda P. de S; CARARO, Aryane. Maria Filipa de Oliveira. *In: Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil*. 1ª ed. São Paulo: Seguinte, 2017.

Clara Camarão: a heroína da Guerra dos Guararapes



02. Imagem que é associada à Clara Camarão.

Fonte: <http://arquivos.tribunadonorte.com.br/fotos/191974.jpg>.

A indígena, de etnia potiguara, Clara Camarão⁴, ou Maria Clara, já que foi catequizada pelos jesuítas, nascida no Rio Grande do Norte, ao liderar uma tropa feminina, foi a responsável por expulsar os invasores holandeses, em meados do século XVII. Em 1646, os holandeses tentaram invadir o povoado de

Tejucupapo, em Pernambuco, após saberem que estava se organizando uma escolta para proteger Salvador. Mas, foram recebidos por uma resistência de mulheres fortemente armada de arcos, tacapes e uma arma inteligente e, no mínimo inusitada: água fervida com pimenta.

Os invasores, além de terem recebido um banho de água fervendo, por conta do vapor, ficaram temporariamente cegos, pois, ao ser levado pelo vento, o vapor “apimentado” acabou irritando seus olhos, que decidiram bater em retirada. Por conta disso, para lutar a primeira Batalha de Guararapes, em 1648, o exército de Clara Camarão⁵ foi convocado. Diante de seus feitos em prol da resistência aos holandeses, nossa guerreira recebeu o título de “Dona” de Filipe IV, o qual era oferecido para a alta nobreza e a notáveis chefes militares, além da Comenda de Hábito de Cristo, dada, até então, apenas a homens.

4) CLARA Camarão, a primeira heroína indígena do Brasil. 14/04/2021, Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2021/04/primeira-heroína-indígena-brasil/>. Acesso em: 07/03/2022

5) FERNANDES, Fernanda. Quem foi Clara Camarão, heroína indígena brasileira. MultiRio, 13 out. 2020. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/16671-quem-foi-clara-camar%C3%A3o,-hero%C3%ADna-ind%C3%AAdgena-brasileira>. Acesso em: 02/05/2022.

Cabe lembrar que as Batalhas dos Guararapes foram as principais ações bélicas que aconteceram na Região Nordeste contra os holandeses. Ocorridas entre abril de 1648 e fevereiro de 1649⁶, tais eventos enfraqueceram os invasores na colônia portuguesa, levando à sua saída em 1654. Além disso, as Batalhas trouxeram novos elementos de combate, a fim de entendermos nossa história de forma mais abrangente. No que diz respeito ao militarismo, vimos surgir as táticas de guerrilha. Já no âmbito social, vimos, de forma conjunta, europeus, africanos e indígenas lutarem para defender suas realidades contra um inimigo externo: a Holanda. Porém, por falta de registros históricos, seja de propósito ou não, não sabemos quando esta mulher nasceu nem quando faleceu. Mas, sua marca em nosso processo de Independência ficou registrada.

Maria Quitéria de Jesus Medeiros: a primeira soldada brasileira

Conhecida como a “soldada⁷ Medeiros”, a baiana Maria Quitéria⁸ (ou Maria Quitéria de Jesus Medeiros) - nascida em 27 de julho de 1792, caiu praticamente no esquecimento, apesar de ter sido uma exemplar oficiala de nosso Exército contra as tropas portuguesas, em 1822. Vestiu-se de homem, cortou seus cabelos e fugiu de casa, contrariando o seu pai. Tornou-se a primeira mulher a ser uma soldada no país. E, mesmo tendo sido aceita na artilharia, foi transferida para a infantaria.

Seu pai, ao descobrir a farsa, pediu à filha que retornasse para casa. Mas, ela não voltou nem a pedido do pai, até porque sua fama por sua valentia e disciplina já havia se espalhado além da Bahia. Transferida para o Batalhão de Caçadores Voluntários do Príncipe Dom Pedro, o Batalhão dos Periquitos (chamado assim por conta da cor verde nas golas e nos punhos dos uniformes), lutou sua primeira guerra na Baía de Todos os Santos.

6) PINTO, Tales dos S. Batalhas dos Guararapes. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilestola.uol.com.br/guerras/batalhas-dos-guararapes-1648-1649.htm>. Acesso em: 02/05/2022.

7) Todos os textos sobre ela referem-se como a “soldado” Medeiros. Entretanto, farei a marcação do gênero, flexionando a patente.

8) SOUZA, Duda P. de S; CARARO, Aryane. Maria Quitéria. *In*: Extraordinárias: mulheres que revolucionaram o Brasil. 1ª ed. São Paulo: Seguinte, 2017.



03. Tela “*Maria Quitéria*”, por Domenico Failutti, de 1920.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/e/ed/Domenico_Failutti_Maria_Quit%C3%A9ria.jpg/1200px-Domenico_Failutti_-_Maria_Quit%C3%A9ria.jpg.

Junto a seu grupo de mulheres, expulsou os portugueses, tornando-se famosa e reconhecida como heroína, recebendo, do próprio Dom Pedro I, a condecoração de Cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro. Sua chegada ao Rio de Janeiro para ser condecorada acabou gerando um alvoroço, tendo em vista que já era conhecida por seus feitos. Entretanto, nem Maria Quitéria escapou de comentários de cunho sexista a seu respeito. A escritora britânica Maria Graham, aos escrever, na época, sobre a nossa soldada, em uma visita ao Brasil, não ressaltou o que de fato importava: a bravura e heroísmo de nossa guerreira, descrevendo-a apenas como uma mulher iletrada que, mesmo não tendo uma aparência masculinizada, possuía uma peculiaridade: fumava um charuto após suas refeições.

Faleceu em 21 de agosto de 1853 - quase cega e esquecida por todos. Em 1953, cem anos depois de sua morte, algumas homenagens foram feitas: o Ministro da Guerra, à época, ordenou que todos os quartéis e unidades do Exército brasileiro exibissem o quadro, de 1920, pintado pelo italiano Domenico Failutti. Em 1996, foi escolhida como a Patrona⁹ do

Quadro Complementar de Oficiais (QCO) do Exército Brasileiro (EB) e teve seu nome na primeira turma de oficiais do EB. Entretanto, isso não foi o suficiente para ter seu devido reconhecimento dentro da organização brasileira.

Joana Angélica de Jesus: um exemplo de heroísmo

A Abadessa franciscana - que já havia sido escritã, mestra de noviças, conselheira e vigária - do Convento de Nossa Senhora da Conceição da Lapa, em

9) PATRONOS. Exército Brasileiro. Disponível em: http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhfx3Ut/content/maria-quitéria-1. Acesso em: 02/05/2022.



04. Imagem associada a Joana Angélica.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/5/58/Santinhos_da_Madre_Joana_Ang%C3%A9lica.jpg/200px-Santinhos_da_Madre_Joana_Ang%C3%A9lica.jpg.

Salvador, Joana Angélica de Jesus¹⁰, nascida em 12 de dezembro de 1761, literalmente deu sua vida para salvar suas irmãs de religião com a chegada dos portugueses: enquanto ficava em frente à entrada do prédio, com o receio de que suas irmãs fossem violentadas de todas as formas de crueldade, a Abadessa ordenou que as monjas fugissem pelos fundos. Ao ser derrubado o portão pelos invasores, em um gesto digno de uma heroína, Joana Angélica abriu seus braços e se colocou em frente a ele na tentativa de impedir a invasão.

Suas palavras, ao ser atacada, possui uma potência até hoje indescritível: “Para trás, bárbaros. Aqui é a casa de Deus e só entrareis por cima do meu cadáver.” E, em 20 de fevereiro de 1822, aos 60 anos, a Soror foi atingida em seu peito por uma baioneta portuguesa devido à suspeita de que o local serviria de abrigo para os soldados brasileiros e suas armas, acirrando, ainda mais, o espírito de libertação contra os abusos lusitanos.

Chamados de bárbaros por Joana, o crime atingiu a alma baiana, haja vista a perversão daqueles homens contra as religiosas indefesas, não por serem mulheres, mas por estarem a serviço de sua fé. O ato apenas demonstrou que nada justificaria tamanha desumanidade, especialmente com uma das figuras mais antigas do local e, por isso, o povo não iria digerir o ocorrido facilmente, lutando de forma ainda mais aguerrida na luta pela independência. Sua frase fica marcada em nossa história como um ato de resistência, nomeando-a como a primeira heroína e mártir de nosso país.

10) MELLO, Raphaela de C. Mártir armada com o próprio peito: a impressionante história de Joana Angélica. Aventuras na História, 13/04/2022. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/martir-armada-com-o-proprio-peito-impressionante-historia-de-joana-angelica.phtml>. Acesso em: 28/04/2022.

Dona Maria Leopoldina: a Imperatriz que decretou a história do Brasil

Em 1817, desembarcava em solo brasileiro¹¹ nossa imperatriz: a Arquiduquesa Dona Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda Beatriz de Habsburgo-Lorena (ou Caroline Josepha Leopoldine Franziska Ferdinanda von Absburg-Lothringer), nascida em 22 de janeiro de 1797, em Viena, a qual foi educada na corte mais formal dentre as velhas cortes da Europa: a austríaca. Casou-se em Viena com Dom Pedro de Alcântara - o então príncipe real do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves - através de uma procuração, em 13 de maio de 1817, justamente no dia do aniversário de seu sogro e na data futura que sua neta assinaria um documento muito importante no Brasil: a Abolição dos escravizados brasileiros ou a chamada Lei Áurea¹².

Ao chegar na sede do poder monárquico do Reino Unido, o Rio de Janeiro, adotou o nome de Maria Leopoldina por saber que as infantas portuguesas usavam esse prenome por aqui e, assim, estaria homenageando sua nova morada. Dona Leopoldina teve 7 filhos, sendo um deles, Dom Pedro II, rei aqui no Brasil, e Dona Maria da Glória II, rainha em Portugal. Em abril de 1821, a corte, comandada por Dom João VI, decidiu retornar a Portugal, ficando o casal herdeiro no Brasil.

Em dezembro de 1825, Dona Leopoldina trouxe ao mundo D. Pedro de Alcântara, seu último filho e que seria nosso segundo Imperador D. Pedro II, que governou de 1840 a 1889.

Sua relação conjugal com Dom Pedro I era sofrida, haja vista que o mesmo a trancava em seu quarto todas as noites, bem como recolhia as quantias financeiras às quais ela teria direito. Sofreu, de acordo com suas cartas e relatos históricos, intensa violência psicológica por parte de seu marido. Alguns autores o culpam por tanta humilhação e maus-tratos junto à nossa Imperatriz, haja vista que naquela época já não era mais de bom grado desfilar com suas amantes publicamente, remontando à uma época absolutista.

11) Irei me referir, ao longo do trabalho, às nossas terras como Brasil, sem entrar no mérito de quando realmente passamos a usar tal identificação, a fim de facilitar a leitura.

12) Embora esse assunto gere debates calorosos nos dias atuais em torno do real interesse de tal ação, não irei me aprofundar na questão por não s tratar do assunto deste texto. Mas, reconheço a importância sobre um bom debate sobre.

Em agosto de 1822, Dona Leopoldina estava como Regente do Reino do Brasil, nomeada por Dom Pedro, enquanto este estava em visitas por Minas Gerais e São Paulo. Como presidenta de o Conselho de Estado, Dona Leopoldina seguiu os conselhos do Ministro e Conselheiro José Bonifácio de Andrada e Silva - que não concordava com a posição dos deputados portugueses em tentar colocar o Brasil na situação anterior à vinda da família real - e sugeriu ao Imperador que rompesse em definitivo com Portugal.

O marco da Independência é nada mais que a ratificação de uma decisão tomada por Dona Leopoldina cinco dias antes no Conselho dos Ministros do, na época, Brasil Colônia. Sobrinha de Maria Antonieta - decapitada nas guilhotinas francesas - nossa imperatriz estava atenta às revoltas populares. Dom João VI, ao retornar a Portugal, após refugiar-se das tropas napoleônicas acabou por intensificar os pedidos da Metrópole para uma recolonização, expondo o Brasil em uma delicada situação política.

Antes de Dom Pedro, Dona Leopoldina concluiu que caso acatassem as ordens de Lisboa para retornarem, o Brasil iria se transformar, assim como ocorreu na América Espanhola, em diversas colônias distintas. Por causa disso que, dias antes da declaração de independência, uma série de movimentos locais fizeram D. Pedro I viajar, a fim de conter as insurreições e manter a unidade do país.

Na ausência de seu marido, Dona Leopoldina, então como Regente, ficou sabendo que 7.200 homens do Exército português seriam enviados a fim de um retorno da realeza para Portugal. Imediatamente, e com muita coragem, Dona Leopoldina convocou o Conselho de Estado, em dois de setembro de 1822, e assinou o decreto que declarava o Brasil separado de Portugal.

O conselheiro Vasconcelos de Drumont ficou impressionado com a sagacidade política e a diplomacia daquela jovem mulher de 25 anos ao ver os apontamentos políticos na carta que iria ser entregue ao Imperador, comunicando a decisão. José Bonifácio, Ministro e Secretário de Estado, reagiu a tal comentário, alegando uma superioridade política de Dona Leopoldina a seu marido: “Meu amigo, ela deveria ser ele”¹³. Assim, nosso processo de Independência foi assinado e, após, ratificado por Dom Pedro, seguindo Dona Leopoldina, atuante politicamente para reconhecer este Novo Império e mostrando que nosso processo havia, de fato, sido tutelado por uma grande e inteligente mulher.

13) Ver em: <https://rainhastragicas.com/2017/09/02/maria-leopoldina-da-austria-a-primeira-mulher-a-governar-o-brasil-independente/>.

Seu papel ativo havia raízes: austríaca de nascença (Carolina Josefa Leopoldina Francisca Fernanda Beatriz de Habsburgo- Lorena), portuguesa de casamento (de Bragança) e brasileira por adoção (do Brasil), a princesa se *abrasileirou*. Em suas cartas, se referia a “nós”, se incluindo como povo brasileiro.

Por conta de sua erudição - era culta, poliglota, amava música e a ciência - organizou a Missão Austríaca, onde médicos, pintores, botânicos e outros profissionais, vieram ao Brasil para participar da principal expedição científica no Brasil, até então, onde deu ao país forças para reconhecer sua fauna e flora¹⁴, dando a devida importância à nossa identidade.

E, ao ser educada de que caberia às mulheres serem protagonistas apenas por estarem casadas com figuras importantes, Dona Leopoldina acabou vivendo um relacionamento infeliz em prol de um bem maior estatal. Em uma de suas cartas, escreveu: “Nós princesas somos tais quais dados, lançados à sorte ou ao azar”. Mas, a história está aqui para trazer à tona a principal figura política de nossa Independência, onde seus conhecimentos e empenhos políticos mudaram os rumos do Brasil.

Dona Leopoldina, enquanto estava de Regente brasileira, em quaisquer decisões tomadas, deveria, apenas, remetê-las para aprovação e ratificação do príncipe, e, às vezes, chegava a ficar reunida com os ministros por até seis horas seguidas. Em uma das primeiras manifestações públicas do povo brasileiro, especialmente de mulheres, recebeu uma comitiva de baianas que lhe entregaram uma petição com 186 assinaturas, onde elogiavam sua posição em prol das causas brasileiras, bem como reconheciam sua importância nas questões políticas do país.

O representante diplomático em Viena, Teles de Oliveira, relatou ao pai de Dona Leopoldina que a princesa se comportou como uma autêntica bisneta de Maria Teresa. E, após um dia da visita das baianas, Dona Leopoldina não providenciou nenhum festejo para comemorar o aniversário da Revolução Portuguesa, como sempre foi feito nos anos anteriores, não realizando nem o ato do “beija-mão”¹⁵.

14) VENDRUSCOLO, Stephanie. Maria Leopoldina, a mulher que decidiu a Independência Brasileira. El País, 08 mar. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-08/maria-leopoldina-a-mulher-que-decidiu-a-independencia-brasileira.html>. Acesso em: 02/05/2022.

15) TAPIOCA NETO, Renato D. Estadistas, santas e guerreiras: mulheres e a luta feminina pela independência do Brasil. Rainhas Trágicas, 07 set. 2020. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2020/09/07/estadistas-santas-e-guerreiras-mulheres-e-a-luta-feminina-pela-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 05/05/2022.

Em dois de setembro de 1822, Dona Leopoldina, como presidenta do Conselho, ouviu atentamente a opinião dos ministros em relação aos insultos da Corte Portuguesa direcionados a seu marido. Juntos, chegaram à conclusão de que o estado de vassalagem brasileira era insustentável e decidiram pela emancipação política. Assim, com pena e papel em mãos, escreveu uma carta colocando sua decisão para Dom Pedro I. A mesma chegou até São Paulo, onde Dom Pedro se encontrava, junto com outra de José Bonifácio em Sete de Setembro de 1822. E, ao ler ambas, decidiu romper definitivamente os laços entre Portugal e Brasil. A independência, de fato, se deu após três anos (em 1825).

O Chanceler da Áustria, Príncipe de Metternich, acatou a independência brasileira justamente por conta da influência de Maria Leopoldina junto a seu pai - o imperador Francisco I da Áustria, o último imperador do Sacro Império Romano-Germânico - vindo a forçar, por conta disso, o próprio reino português a aceitar nossa emancipação política.

Mas o legado de Leopoldina não ficou apenas em decretar a Independência brasileira. A mesma tornou-se uma verdadeira diplomata nos assuntos voltados ao Brasil junto a seu pai, o imperador da Áustria. Definindo-se como “brasileira de coração”, em uma carta enviada para ele em abril de 1823, escreveu que seria seu dever interceder ao povo brasileiro, já que este havia feito muitos sacrifícios em amor a esta pátria para proteger sua unidade e poder real.

Sua atuação política vinha antes de ser Imperatriz. Enquanto Princesa, Maria Leopoldina já influenciava o marido nos assuntos estatais, incentivando-o a se posicionar contra as arbitrariedades da Corte Portuguesa. E por já ter demonstrado, diversas vezes, sua inteligência e capacidade política, e também por conta de estar grávida, Dom Pedro I concedeu, por decreto, em 13 de agosto de 1822, e sem titubear, a nomeação de Princesa Regente em sua ausência.

Logo, Dom Pedro I delegou à sua companheira poderes para ser presidenta de diversas secretarias estatais e de repartições públicas em seu nome, desde que enviasse seus despachos, juntamente com o Conselho de Ministros, para sua aprovação e ratificação.

Poucos sabem que a atuação da Imperatriz brasileira fazia parte de uma educação onde o contexto feminino exerceu o poder na casa d'Áustria. Desde o século XIII, as princesas austríacas governaram diversas possessões do império Habsburgo, obtendo muito sucesso. Como exemplo, a Arquiduquesa Margarida de Áustria (10 de janeiro de 1480 - 1º de dezembro de 1530), que reclamava para seu pai, o Imperador Maximiliano, sobre as dificuldades de se governar sendo uma mulher. Porém, tal questão não foi um empecilho para que se tornasse uma

grande estadista, que negociava diretamente com outros reis e firmava diversos tratados.

A bisavó de Dona Leopoldina, a Imperatriz Maria Teresa da Áustria, a Grande, já superava em poder os reis da Prússia e da França. A avó de Dona Leopoldina, Maria Carolina da Áustria, por causa de se inteirar dos assuntos de Estado e de governar através de seu marido, ganhou o apelido de “encrenqueira” dentro dos círculos políticos da Europa. Logo, devido sua história de vida convivendo com personagens femininas poderosas, no sentido mais amplo da palavra, não seria estranho seu gosto pela política.

Dona Leopoldina, em dois de setembro, data histórica para o nosso país, se reuniu às 11 horas da manhã com o Conselho de Estado, no Paço da Boa Vista, para deliberar sobre as informações trazidas pelo o navio português Três Corações. Compartilhando das mesmas opiniões políticas do Ministro José Bonifácio, e sempre assistida por ele, acatou sua decisão em se separar da Coroa Portuguesa em definitivo.



05. Reunião decisiva de D. Leopoldina com o Conselho de Ministros para oficializar a Independência do Brasil. O quadro foi pintado por Georgina de Albuquerque (“Sessão do Conselho de Estado” - 1922).

Fotografia tirada pela autora em visita ao Museu de Miniaturas em Passa Quatro - MG, em dezembro de 2021.

Ela, visualizando que a situação pedia urgência, atrasou o despacho dos correios para que sua carta chegasse até São Paulo, onde o Imperador se encontrava, pedindo sua posição. A Imperatriz temia que caso Pedro I não acatasse sua posição, outros viriam a fazer. Ele, após ler a carta de Dona Leopoldina e de Bonifácio, proclamou nossa emancipação de Portugal.



06. Retrato de Dona Leopoldina por Josef Kreutzinger, em 1815.

Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/a/a8/29_Imperatriz_rainha_D._Leopoldina.jpg/255px-29_Imperatriz_rainha_D._Leopoldina.jpg.

Em 1826, novamente grávida, Dona Leopoldina, sofrendo desgastes em sua relação com o Imperador, bem como com a conjuntura política brasileira e portuguesa, acabou tendo um aborto espontâneo e, por conta dele, veio a falecer em 11 de dezembro de 1826. Sua morte provocou o que alguns historiadores consideram o primeiro luto nacional brasileiro¹⁶.

Por isso, exaltar a figura de Dona Maria Leopoldina, mesmo sendo uma europeia, deveria fazer parte de nossa história desde a mais tenra idade dos brasileiros, haja vista que nosso destino político foi traçado por suas mãos, ficando o ato simbólico ao seu esposo. Esta grandiosa mulher, mais que uma figura real, foi corajosa e mostrou preocupação à nação que adotou em seu coração.

Considerações finais

Nesse texto, tentei trazer figuras femininas que foram de suma importância no processo de Independência de nosso país. Mulheres que, de certa forma, foram, e ainda são, escanteadas, fazendo, desta forma, uma construção errônea

16) MENCK, José Theodoro M. 200 anos de Independência do Brasil. Câmara dos Deputados, Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/camara-noticias/camara-destaca/200-anos-de-independencia-do-brasil/imperatriz-leopoldina>. Acesso em: 02/05/2022.

de nossa marcha histórica. E uma história contada por apenas um lado, torna-se uma verdade. Por isso, a importância de trazer à tona nossas figuras femininas quando o Brasil comemora seus 200 anos de Independência poderá auxiliar as novas gerações a entender, também, seu lugar como brasileiro e brasileira.

Todas as mulheres aqui citadas, constam em um livro pouco conhecido de nosso povo: o Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Essa iniciativa - uma obra de Oscar Niemeyer com páginas gigantes feitas em aço - localizado no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, na Praça dos Três Poderes, em Brasília, e inaugurado em 07 de setembro de 1989, possui imortalizados nomes de personalidades merecedoras de destaque em nossa história.

Cada nome é escolhido através de uma lei, onde integrantes do Senado e da Câmara de Deputados aprovam quem receberá a honra de ser incluído ou incluída e de fazer parte, de verdade, da memória de nosso povo. E cada personagem que lá se encontra, faz parte de nosso quebra-cabeça histórico e é fundamental para o entendimento da História do Brasil, incluindo a História Militar.

E nossas Heroínas da Pátria, aqui trazidas, lutaram para expulsar os invasores de nossas terras desde os tempos mais remotos, com seus corpos das mais diversas cores e etnias, pertencendo a realidades sociais diferentes, com coragem e bravura, protegendo não apenas nosso Brasil, mas, também, seus ideais.

Especialmente este ano, dois nomes merecem nossa atenção: o de Joana Angélica, que, além de já fazer parte do Livro, em fevereiro de 2022 completou 200 anos de sua morte. E em março deste ano, uma proposta¹⁷ apresentada por um parlamentar, já aprovada pela Comissão da Educação (CE), e aguardando a aprovação da Câmara dos Deputados, prevê a inclusão no Livro dos Heróis e das Heroínas da Pátria de mais uma grandiosa mulher, a qual foi a responsável pela nossa “canetada rumo à Independência”: Dona Maria Leopoldina do Brasil.

Felizmente, em breve, apesar de sempre ser citada em nossa história como uma Princesa traída e humilhada por conta das traições conjugais de Dom Pedro I, em um casamento por conveniências, ou como a mãe de Dom Pedro II, teremos seu nome imortalizado e devidamente reconhecido, mostrando a todos e todas sua importância no processo político de Independência brasileira.

17) RESENDE, Rodrigo. Imperatriz Leopoldina poderá ser inscrita no ‘Livro de Heróis e Heroínas da Pátria’. Senado Federal, 18 mar. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/03/imperatriz-leopoldina-podera-ser-inscrita-no-livro-de-herois-e-heroinas-da-patria>. Acesso em: 02/05/2022.

Muitas de nossas heroínas, sejam da Independência ou não, não possuem, ao certo, dados que remetam às suas existências¹⁸, como datas e locais de nascimento, bem como de morte ou o que ocorreu com elas após seus feitos bélicos. Clara Camarão, após a morte de seu companheiro, também “morreu”, já que registros posteriores a tal acontecimento não existem; Maria Quitéria só tem registros por conta de uma inglesa (Maria Graham) que por aqui passou, sendo, inclusive suas características físicas conhecidas por conta disso.

Por fim, neste trabalho, homenageei mulheres que diretamente estiveram envolvidas no processo de Independência política brasileira. Mas, quantas outras deram seu sangue e suor nessa luta e que não surgem em documentos oficiais? Pecamos, e ainda hoje o fazemos, ao tentar apagar a histórias dessas mulheres que com honra, coragem e bravura venceram o medo e seguiram rumo a seus feitos. E que o grito para exaltar os 200 anos de Independência seja “Salve todas as mulheres da Independência do Brasil!”.

Referências

Clara Camarão, a primeira heroína indígena do Brasil. 14/04/2021, **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://plenarinho.leg.br/index.php/2021/04/primeira-heroína-indígena-brasil/>. Acesso em: 07/03/2022.

FERNANDES, Fernanda. Quem foi Clara Camarão, heroína indígena brasileira. **MultiRio**, 13/10/2020. Disponível em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/16671-quem-foi-clara-camar%C3%A3o,-hero%C3%ADna-ind%C3%ADgena-brasileira>. Acesso em: 02/05/2022.

OLIVEIRA, Maria Felipa de. Escrava liberta que lutou contra os portugueses. **Avalara**, 09/06/2021. Disponível em: <https://www.avalara.com/br/pt/blog/2021/06/mulheres-extraordinarias-maria-felipa-de-oliveira.html>. Acesso em: 02/05/2022.

MELLO, Raphaela de C. Mártir armada com o próprio peito: a impressionante história de Joana Angélica. **Aventuras na História**, 13/04/2022. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/martir-armada-com-o-proprio-peito-impressionante-historia-de-joana-angelica.phtml>. Acesso em: 28/04/2022.

18) REZZUTTI, Paulo. Mulheres do Brasil: a história não contada. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

MENCK, José Theodoro M. 200 anos de Independência do Brasil. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/comunicacao/camara-noticias/camara-destaca/200-anos-de-independencia-do-brasil/imperatriz-leopoldina>. Acesso em: 02/05/2022.

Patronos. **Exército Brasileiro**. Disponível em: http://www.eb.mil.br/patronos/-/asset_publisher/e1fxWhhfx3Ut/content/maria-quiteria-1. Acesso em: 02/05/2022.

PINTO, Tales dos S. **Batalhas dos Guararapes**. Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/guerras/batalhas-dos-guararapes-1648-1649.htm>. Acesso em: 02/05/2022.

RESENDE, Rodrigo. Imperatriz Leopoldina poderá ser inscrita no "Livro de Heróis e Heroínas da Pátria". **Senado Federal**, 18/03/2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/03/imperatriz-leopoldina-podera-ser-inscrita-no-livro-de-herois-e-heroínas-da-patria>. Acesso em: 02/05/2022.

REZZUTTI, Paulo. **Mulheres do Brasil**: a história não contada. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

SOUZA, Duda P. de S; CARARO, Aryane. Maria Felipa de Oliveira. *In*: **Extraordinárias**: mulheres que revolucionaram o Brasil. 1ª ed. São Paulo: Seguinte, 2017.

TAPIOCA NETO, Renato D. Estadistas, santas e guerreiras: mulheres e a luta feminina pela independência do Brasil. **Rainhas Trágicas**, 07 /09/2020. Disponível em: <https://rainhastragicas.com/2020/09/07/estadistas-santas-e-guerreiras-mulheres-e-a-luta-feminina-pela-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 05/05/2022.

VENDRUSCOLO, Stephanie. Maria Leopoldina, a mulher que decidiu a Independência Brasileira. **El País**, 08 /03/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-08/maria-leopoldina-a-mulher-que-decidiu-a-independencia-brasileira.html>. Acesso em: 02/05/2022.



**A PARTICIPAÇÃO DA MAÇONARIA
NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

Gen Bda José Alberto Leal*

* General de Brigada Veterano. Membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil
– cadeira 149.

Preâmbulo

Diversos foram os atores, instituições e pessoas, que concorreram ao processo que culminou com a Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, efeméride máxima da História nacional, e que ora celebramos seu bicentenário. Dentre as entidades que contribuíram para que o Brasil se apartasse de Portugal, uma é pouco citada e sua participação nunca foi suficientemente esclarecida. Trata-se da Maçonaria brasileira, cuja atuação é abordada tangencialmente ou até mesmo relegada ao esquecimento pelos historiadores não-maçons, apesar da existência de farto material histórico. Sem dúvida, contribuiu para tanto o seu caráter de corporação hermética, pautada pelo sigilo e discrição, que dificultava o acesso dos não-iniciados aos arquivos e saberes da Ordem.

O segredo que envolvia suas atividades e a oposição de inimigos poderosos açularam a curiosidade popular e deram origem a muitos mitos e lendas, fazendo-a, por vezes, incompreendida e injustificada, sem que isso impedisse sua contribuição na história do Brasil e do mundo.

Este trabalho propõe-se a analisar a atuação da Maçonaria na Independência do Brasil, concluindo sobre a sua relevância nesta importante página de nossa história.

Por ser desconhecida da maioria das pessoas, faz-se necessária a apresentação do que é a Maçonaria, como se originou, desenvolveu e expandiu-se pelo mundo, para que se compreenda melhor sua contribuição à independência nacional.

1. O que é Maçonaria

Na literatura disponível, encontram-se diversas definições do que é a Maçonaria. Aliás, essa nunca foi a preocupação primeira dos maçons. As Constituições e os Manuscritos, primeiros documentos escritos sobre a Ordem e que até hoje balizam sua doutrina, não a definem, preocupam-se em estabelecer os parâmetros do comportamento maçônico, moral e social de seus adeptos¹. Dentre as definições existentes, selecionamos a apresentada pelo Grande Oriente do Brasil: a Maçonaria é uma instituição essencialmente filosófica, filantrópica, educativa e progressista. É filosófica porque em seus atos e cerimônias ela trata da essência, propriedades e efeitos das causas naturais. Investiga as leis da natureza e relaciona as primeiras bases da moral e da ética pura. É filantrópica porque seus recursos se destinam ao bem-estar do gênero humano. É progressista porque partindo do princípio da imortalidade e da crença em um princípio criador regular e infinito, não se aferra a dogmas, prevenções ou superstições. E não põe nenhum obstáculo ao esforço dos seres humanos na busca da verdade, nem reconhece outro limite nessa busca senão o da razão com base na ciência. Tem por princípios a liberdade dos indivíduos e dos grupos humanos; a igualdade de direitos e obrigações sem distinção de religião, raça ou nacionalidade e; a fraternidade de todos os homens e entre todas as nações. Seu objetivo é a investigação da verdade, o exame da moral e a prática das virtudes.²

Aos neófitos é ensinado que, à semelhança do cinzelamento da pedra, retirando suas asperezas e fazendo-a de cantos retos e arestas direitas, facilitando sua colocação, a construção de um caráter virtuoso passa pelo mesmo processo, na qual o maçom, mediante a prática contínua dos princípios maçônicos, vai burilando a si mesmo, removendo imperfeições e defeitos da alma.

Sendo uma sociedade iniciática, os futuros membros passam obrigatoriamente pelo crivo da Loja e, se aprovados, são então convidados. São acolhidos em uma cerimônia marcante, repleta de simbolismo e ensinamentos, denominada iniciação³. Ao ser iniciado, o maçom se compromete, em juramento, a guardar os segredos que lhe forem revelados e a defender seus irmãos de Ordem, assistindo-os

1) DA CAMINO, Rizzardo. Rito Escocês Antigo e Aceito – Loja de Perfeição (Graus 1º ao 33º) - 2. Ed. São Paulo: Madras Editora Lda-1999, p.3.

2) GRANDE ORIENTE DO BRASIL. O que é Maçonaria? Disponível em: <https://www.gob.org.br/o-que-e-maconaria/> Acesso em: 6/04/2002.

3) CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA MAÇONARIA DO BRASIL. O Que é Maçonaria. Disponível em: <https://www.cnmb.com.br/maçonaria>. Acesso em: 6/04/2002.

e às suas famílias quando necessário. É preciso esclarecer que essas defesas e apoios devem ser prestados quando forem legítimos e necessários.

É vedado aos maçons, atualmente, tratar de política partidária ou de religião em loja, ou seja, quando a congregação estiver reunida ritualisticamente.⁴

Os maçons reúnem-se em um local ao qual denominam Loja, e dentro dela, praticam seus rituais. Uma Loja para ser considerada regular, precisa ter sua instalação autorizada pela Potência à qual pretende se filiar, assim como atender aos preceitos estabelecidos para seu funcionamento. A Loja é dirigida por uma diretoria eleita, presidida pelo Venerável Mestre. O termo Loja abrange dois significados, um a localização física e outro, um grupamento particular de maçons, uma entidade coletiva definida, que tem sua vida própria, seu espírito particular.⁵ Secretas no passado, as Lojas Maçônicas são hoje associações civis de direito privado, com seus estatutos registrados no Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas, tendo todos os direitos e submetendo-se às obrigações legais decorrentes.⁶ É importante destacar que o termo Loja na Maçonaria, nada tem a ver com estabelecimento comercial. Sua origem é o termo inglês “lodge”, referindo-se à casa, próxima da obra, onde os construtores guardavam as ferramentas e realizavam suas assembleias.⁷

Cada Loja possui independência em relação as outras Lojas da jurisdição, mas estão todas ligadas a uma Grande Loja ou Grande Oriente. Cada Grande Loja ou Grande Oriente denomina-se “potência” ou “obediência” e são dirigidas por um Grão-mestre. Obediências e Lojas pautam-se pelas regras, normas e leis máximas, denominadas “Landmarks”, contidas nas Constituições de Anderson, e que são consideradas cláusulas pétreas, imutáveis e comuns a todos.⁸

4) FILARDO, J. O maçom e o momento político brasileiro. Biblioteca Fernando Pessoa, disponível em <https://bibliot3ca.com/o-macom-no-momento-politico-brasileiro/>. Acesso em: 10/04/2002.

5) PANTANO FILHO, Rubens. Breve Histórico da Maçonaria no Brasil. Revista Intellectus, p. 140. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/17.184.pdf>. Acesso em: 10/04/2002.

6) BALLERINI SILVA, Julio Cesar, A Maçonaria enquanto pessoa jurídica de Direito Privado. Disponível em: <https://jcballerini.jusbrasil.com.br/artigos/1126714105/a-maconaria-enquanto-pessoa-juridica-de-direito-privado>. Acesso em: 10/04/2002.

7) ISMAIL, Kenno. Por que “Loja” Maçônica???. No esquadro, disponível em <https://www.noesquadro.com.br/termos-e-expressoes/por-que-loja-maconica/>. Acesso em: 10/04/2002.

8) CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA MAÇONARIA DO BRASIL. O Que é Maçonaria. Disponível em: <https://www.cnmb.com.br/maçonaria>. Acesso em: 06/04/2002.

O crescimento exponencial da Maçonaria pela Europa e colônias levou ao aparecimento de ritos. Rito Maçônico é um conjunto sistemático de cerimônias e ensinamentos maçônicos. Variam de acordo com o período histórico, conotação, objetivo e temática dada pelo seu criador, mas sempre obedecendo aos “Landmarks”. Estima-se em 200 o número de ritos já existentes.⁹ Importante salientar a diferença entre rito e ritual. O ritual é a explicação cultural do rito. No ritual estão contidos os modos como o rito deve ser executado ou vivenciado¹⁰.

Desde suas origens, a Ordem Maçônica foi uma instituição exclusivamente masculina, pois assim eram as antigas guildas. Um de seus “Landmarks” determina que o maçom seja homem¹¹. Isto não impede que as esposas, filhas e parentes de maçons organizem associações paramaçônicas femininas, dedicadas à filantropia e ao aprimoramento pessoal, como as Filhas de Jó, Ordem da Estrela do Oriente, Filhas do Nilo e outras. Entretanto, há lojas e potências que admitem mulheres, seja em lojas mistas ou exclusivamente femininas. Tais associações são consideradas pela Maçonaria regular como espúrias ou não-regulares. Reflexo da sociedade atual, se verifica uma forte pressão para a aceitação de mulheres na Ordem e um movimento contrário, e até agora preponderante, de maçons que não a admitem.

2. A Maçonaria na história

Muito embora alguns autores situem os primórdios da maçonaria no Egito antigo ou os remetam aos Templários — ordem monástico-militar de grande projeção na Europa medieval — tem-se como historicamente comprovado que a Maçonaria nasceu dentro das corporações de artífices da Idade Média, em particular a dos pedreiros construtores, ofício que reunia habilidades e conhecimentos de arquitetura, engenharia e construção, para planejar e construir os grandes

9) Biblioteca Fernando Pessoa. Quais são os Ritos Maçônicos. Disponível em: <https://biblioteca3ca.com/quais-sao-os-ritos-maconicos/>. Acesso em: 14/04/2002.

10) Ibidem.

11) ISMAIL, Kenyoo. As mulheres na Maçonaria. No esquadro, disponível em <https://www.noesquadro.com.br/conceitos/as-mulheres-na-maconaria/>. Acesso em: 14/04/2002.

edifícios da época: fortalezas, palácios e igrejas.¹² Em razão disso, a simbologia maçônica é fortemente influenciada pelas ferramentas e artefatos destinados à edificação dessas obras.

Os integrantes dessas corporações, posteriormente denominadas guildas, eram estruturados em três níveis, de crescentes graus de conhecimento e responsabilidades: Aprendiz, Companheiro e Mestre.¹³ Para ser admitido na guilda, um homem deveria ter seu nome aprovado pela congregação, por apresentar qualidades físicas, morais e de inteligência que o fizessem apto a receber os conhecimentos e desempenhar as duras tarefas de um aprendiz. Com o passar dos anos, se demonstrasse as virtudes necessárias e procedimento adequado, era promovido a Companheiro e, posteriormente, a Mestre. A cada ascensão de grau, o construtor recebia os conhecimentos necessários ao desempenho de seu mister e comprometia-se a não os revelar a não ser para os que tivessem o mesmo nível. Estes graus foram adotados na Ordem Maçônica, sendo “Landmark” para a Maçonaria Simbólica¹⁴. A guilda apoiava seus membros, quando em dificuldades, e tinha mais força nas negociações com seus clientes: a nobreza e o clero. Na estrutura social feudal, os pedreiros eram homens livres, daí serem chamados “freemasons” na Inglaterra e “franc-maçons” na França.

O primeiro registro histórico da Ordem Maçônica foi o “Manuscrito Regius” ou “Poema Regius”, difundido por volta de 1390, escrito em versos e registrado em 64 páginas de pele de carneiro. Nele, se descrevia as normas de conduta e moralidade que deviam orientar a vida dos pedreiros, estabelecia um código moral bem definido e defendia a necessidade de um forte laço de irmandade entre os membros, assim como definia os padrões de perícia exigidos no ofício de pedreiro-construtor e discutia as regras da guilda.¹⁵

Com o correr dos tempos, diminuiu a demanda de grandes construções e as Lojas de pedreiros, praticantes da Maçonaria Operativa, começaram a declinar,

-
- 12) Blog ENGENHEIRO DE VIDA. Maçonaria e Engenharia-algumas relações. Disponível em: <http://engenheirodevida.blogspot.com/2014/09/maconaria-e-engenharia-algumas-relacoes.html>. Acesso em: 14/04/2002.
 - 13) DA CAMINO, Rizzardo. RITO ESCOCÊS ANTIGO E ACEITO LOJA DE PERFEIÇÃO (GRAUS 1o AO 33°)- 2. Ed. São Paulo: Madras Editora Lda-1999, p.12.
 - 14) PANTANO FILHO, Rubens. Breve Histórico da Maçonaria no Brasil. Revista Intellectus, p. 142. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/17.184.pdf>. Acesso em: 15/04/2002.
 - 15) CARNEIRO, Jorge; VENTURA, Rogério. A Maçonaria na História. Rido de Janeiro: Ediouro Publicações, 2015. p. 11. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s5v005s>. Acesso em: 15/04/2002.

mas, em movimento inverso, as Lojas da Inglaterra e da Escócia passaram a admitir burgueses e estudantes de ciências ocultas (alquimistas, rosa-cruzes...) que tentados pelos conhecimentos e pelo proceder dos pedreiros operativos, afluíram para elas, dando origem à Maçonaria Especulativa. Não mais foram tratados temas de construção e fraternidade entre homens, mas o Homem passou a ser o centro da discussão. O maçom deixou de ser o construtor de catedrais nas cidades para construir seu templo interno, seu Eu.¹⁶

Em 1717, foi fundada a Grande Loja de Londres, resultado da fusão de quatro lojas londrinas. Um conjunto de leis, normas e princípios que a nor-teassem foi estabelecido em 1723, em um livro conhecido depois como “The constitutions of the free-masons”, (As constituições dos franco-maçons) ou “As Constituições de Anderson”, nome de seu autor. Nelas, foram estabelecidas determinações, depois denominados “Landmarks”, que vem sendo seguidos desde então por todos os maçons. Um dos mais significativos tratava da religião, ficando patente a obrigatoriedade de o maçom crer num “Ser Supremo”, tendo a liberdade de seguir a religião que melhor lhe aprouvesse. No ritual maçônico, Deus era e ainda é chamado de Grande Arquiteto do Universo. Essa disposição franqueou os templos a todas as denominações, inclusive o judaísmo.¹⁷

A Maçonaria se disseminou pelo mundo ocidental, atraindo homens que, influenciados pelo pensar libertário e democrático do Iluminismo que a inspirava, conduziram suas Lojas e Obediências a uma participação cada vez mais ativa na vida política dos países que as sediavam e levando os ideais maçônicos a terras onde a Ordem ainda não se fazia presente. Suas propostas político-institucionais faziam com que seus adeptos se opusessem à tirania dos reis e lutassem pelo estabelecimento de leis que abolissem a escravidão, garantissem as liberdades essenciais de culto, pensamento e expressão e oferecesse maiores oportunidades a todos, incluindo o acesso ao poder. Obviamente, esta postura a colocava em oposição frontal à nobreza que, até essa época, geria os destinos dos povos.¹⁸

Com o incremento da ação política, a Maçonaria na Europa passou a ter duas vertentes: as chamadas Maçonaria “Azul” e Maçonaria “Vermelha”. Ambas

16) RAIMUNDO, Nuno. Maçonaria Operativa/Maçonaria Especulativa. FreeMason, disponível em <https://www.freemason.pt/maconaria-operativa-maconaria-especulativa/>. Acesso em: 15/04/2002.

17) CARNEIRO, Jorge; VENTURA, Rogério. A Maçonaria na História. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2015. p. 18.

18) GOMES, Laurentino. 1822: ... - 2. Ed. São Paulo: Globo, 2015 p. 223. Acesso em: 20/04/2002.

se batiam contra o absolutismo, mas apresentavam soluções que a diferenciavam. A “Azul”, influenciada pela nobreza inglesa, pugnava por um regime monárquico parlamentar e constitucional. Já a “Vermelha”, inspirada pelas Lojas francesas, incutidas das ideias de Montesquieu e Rousseau, queria a República em lugar do absolutismo.¹⁹

Essa atuação levou a que a Ordem estivesse envolvida em todas as grandes transformações político-sociais ocorridas nos Sec. XVIII e XIX. Na Revolução Francesa, se não foi protagonista, foi importante êmulo no seu desencadeamento e desdobramentos²⁰. O lema “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” foi criado em lojas maçônicas, assim como em uma delas foi composta a “Marselhesa”, marcha revolucionária depois adotada como hino da França²¹. Os principais condutores dos movimentos libertários da América Espanhola, Simón Bolívar, Bernardo O’Higgins e José de San Martín eram maçons, sob influxos da Maçonaria “Vermelha”²².

O protagonismo de maçons e da Maçonaria na independência dos Estados Unidos da América é manifesto. Dos 56 assinantes da Declaração da Independência, 50 eram maçons, aí incluídos seus principais condutores, George Washington e Benjamin Franklin²³. George Washington, Grão-Mestre da Loja Alexandria, planejou construir a cidade que viria ser a capital do país utilizando um projeto arquitetônico baseado em princípios maçônicos e, em seu traçado, pode-se identificar o esquadro e o compasso. Além disso, na nota de um dólar e no Grande Selo americano figuram outros símbolos maçônicos como a pirâmide e o Olho que tudo vê.

Em sua existência, a Ordem Maçônica defrontou-se com poderosos adversários, em amplo espectro ideológico e religioso:

Foi perseguida e caluniada. Os comunistas acusaram-na de reacionária e aliada dos grandes interesses financeiros. Os fascistas apodaram-na de plutocrática e

19) FERREIRA, Tito L.; FERREIRA, Manuel R., *A Maçonaria na Independência Brasileira*, v.1, p. 68. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n18escn>. Acesso em: 20/04/2002.

20) COQUARD, Olivier. *Maçonaria e Revolução Francesa: Uma importância relativa*. traduzido por J. Filardis, disponível em <http://bibliot3ca.com/maconaria-e-revolucao-francesa-uma-influencia-relativa/> Acesso em: 25/04/2002.

21) GOMES, Laurentino. *1822: ... - 2*. Ed. São Paulo: Globo, 2015, p. 223.

22) *Ibidem*.

23) *Ibidem*, p. 224.

ligada ao comunismo e judaísmo internacionais. A Igreja crismou-a de «herética pravidade», ao serviço do demónio (...).²⁴

Não obstante as restrições impostas pelas congregações a que pertenceram ou pertencem, muitos clérigos e pastores, alguns deles famosos, foram e são maçons. Só para recordar, a Questão Religiosa, em 1874, uma das causas da queda do Império brasileiro, nasceu de determinações episcopais para que membros do clero não prosseguissem na Ordem Maçônica.²⁵

3. A Maçonaria no Brasil

A doutrina maçônica veio para o Brasil com brasileiros que foram à Europa estudar, a maioria na França, e lá se iniciaram na segunda metade do Sec. XVIII. Entre eles, Manoel de Arruda Câmara, monge e médico que, ao retornar da França em 1.796, fixou residência em Itambé - PE, e ali fundou o Areópago, uma sociedade secreta, que seguia princípios maçônicos e era voltada, principalmente, à atuação política. Da mesma forma, outras sociedades secretas de cunho maçônico foram fundadas, a Academia Suassuna e a Paraizo, em Pernambuco, e a Cavaleiros da Luz na Bahia. Estas e outras entidades desenvolveram intenso proselitismo político que resultou na Revolução de 1817, duramente reprimida pelos portugueses. Há ainda referências, sem a devida comprovação documental, que a Maçonaria estaria envolvida na Inconfidência Mineira, em 1789, e na Conjuração Baiana, de 1798²⁶.

A primeira Loja regular brasileira foi a Reunião, fundada no Rio de Janeiro em 1801 e filiada ao Grande Oriente de Île de France, nome de então das Ilhas Maurício, possessão francesa.²⁷ Outras lojas seguiram-se à precursora, no Nordeste e no Rio de Janeiro. Livres ou filiadas aos Orientes de França ou de Portugal, exerceram vigoroso ativismo político. Nos primeiros anos do Sec. XIX, foram instaladas lojas no Rio de Janeiro, Bahia e Campos dos Goyatacazes.

24) ARNOT, Antonio. Introdução à Maçonaria. 8.ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017, p.12. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/42529>. Acesso em: 25/04/2002.

25) OAB-SP. A Questão Religiosa. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/a-questao-religiosa>. Acesso em: 26/04/2002.

26) GOMES, Laurentino. 1822: ... - 2. Ed. São Paulo: Globo, 2015, p. 224.

27) CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil, *In*: Revista de Estudios Históricos de la Masoneria Latinoamericana y Caribeña, v. 2, n. 10, p.32.

Em 1808, a corte de D. Maria I, fugindo de Portugal ante a aproximação das tropas de Napoleão Bonaparte, aportou ao Brasil. Maçons portugueses que com ela vieram, fundaram novas Lojas no Rio de Janeiro, ligadas à Maçonaria “Azul”. Entre elas, a Loja Distintiva, fundada no ano de 1812, em Niterói, RJ, tendo entre seus membros Antonio Carlos de Andrada e Silva, irmão de José Bonifácio de Andrada e Silva, depois denominado “Patriarca da Independência”. Destaca-se a fundação, em 1815, da Loja Comércio e Artes, embrião do Grande Oriente Brasileiro, criado em 1822.²⁸ Também em 1815, o Brasil era elevado à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, o que lhe proporcionou novo status político-econômico.

A Revolução Pernambucana de 1817 e a Conspiração Liberal de 1818 em Portugal, ambas com a participação capital de maçons, fez com que o governo expedisse um alvará, em março de 1818, proibindo as sociedades secretas. Os maçons fecharam suas lojas, mas continuaram a conspirar em segredo, fundando sociedades secretas como o Clube da Resistência, no Rio de Janeiro.²⁹

Em 1820, estourou a Revolução do Porto, liderada pela Maçonaria “Azul” portuguesa, que passou a exigir o retorno de D. João à Portugal, para constituir uma monarquia aos moldes de seus ideais.³⁰ Em 1821, as tropas portuguesas no Rio de Janeiro, insurretas, exigem do agora D. João VI que jure a nova Constituição e retorne a terras lusitanas.

No Brasil, a Maçonaria “Vermelha” tinha como líder Joaquim Gonçalves Ledo e a “Azul”, José Bonifácio de Andrada e Silva. Ambos os ramos tinham o apoio de seus congêneres em Portugal. A rivalidade entre os dois grupos, atenuada na luta pela Independência, se acirrou e muito, nos primórdios do novo Brasil, como veremos mais adiante.³¹

Nos meses iniciais de 1821, a ordem do dia nos meios maçônicos era a Independência do país. As agitações provocaram forte repressão, sendo preso Gonçalves Ledo, juntamente com outros membros da irmandade. Em abril de 1821, D. João VI voltou a Portugal, por exigência das Cortes, deixando como

28) *Ibidem*, p.33.

29) *Ibidem*.

30) *Ibidem*.

31) FERREIRA, Tito Lívio. José Bonifácio e a Independência. Palestra proferida na Rádio Atlântica, de Santos, em 14 de maio de 1963, p. 2. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322609852_Jose_Bonifacio_e_a_maconaria. Acesso em: 26/04/002.

Regente seu filho D. Pedro de Alcântara. Nesse período, Gonçalves Ledo foi solto e retomou suas atividades na Loja Comércio e Artes.³²

Como afirma Laurentino Gomes, no seu 1822:

Numa época em que ainda não havia partidos políticos organizados, foi o trabalho das sociedades secretas que levou a semente da independência às regiões mais distantes e isoladas do território brasileiro. O historiador Manuel de Oliveira Lima diz que a maçonaria funcionou em 1822 como “uma escola de disciplina e de civismo e um laço de união entre esforços dispersos e dispersivos”.

A agitação política atraiu grande número de seguidores para as Lojas e, na sua iniciação, era-lhes exigido, além dos juramentos rituais, o compromisso com a causa da Independência. Esse afluxo de prosélitos fez com que tomasse vulto a ideia de se criar uma Obediência Maçônica genuinamente brasileira, o que acabaria acontecendo em dia 17 de junho de 1822, com o desdobramento da Loja “Comércio e Artes”, agora chamada “Comércio e Artes na Idade do Ouro” em mais duas outras. Criou-se, então, o Grande Oriente Brasília ou Brasileiro, posteriormente Grande Oriente do Brasil, sendo seu Grão-mestre José Bonifácio e 1º Vigilante (o 2º cargo na hierarquia) Gonçalves Ledo, que efetivamente a conduziu.³³

José Bonifácio já tinha fundado, em 2 de junho de 1822, uma instituição paramaçônica chamada Apostolado da Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz — conhecida como Apostolado, e que se disputava influência com o Grande Oriente.³⁴

32) PANTANO FILHO, Rubens. Breve Histórico da Maçonaria no Brasil. Revista Intellectus p. 156. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/17.184.pdf>. Acesso em: 27 /04/2002.

33) CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil, *In*: Revista de Estudios Históricos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña, v. 2, n. 10, p.34

34) *Ibidem*. p. 35

4. A Maçonaria em ação

4.1. O fico

A 9 de dezembro de 1821, chegaram ao Rio de Janeiro os decretos 124 e 125 das Cortes Portuguesas, um convocando o Príncipe Regente a retornar a Portugal e o outro alterando o regime político-administrativo das províncias brasileiras, praticamente restabelecendo o sistema colonial.³⁵

A divulgação do conteúdo dos decretos causou forte comoção no Rio de Janeiro e os maçons do Clube da Resistência passaram a colher assinaturas para apoiarem representações pedindo a D. Pedro que permanecesse no Brasil. Lojas de São Paulo e Minas foram acionadas. Em resposta, José Bonifácio, Grão-Mestre do Grande Oriente de São Paulo e Vice-Presidente da Junta do Estado, redigiu candente representação, que José Clemente Pereira, maçom e Presidente do Senado da Câmara, fez publicar em jornal na noite de 8 de novembro. Dom Pedro havia sido adrede consultado e teria respondido “que se viessem as representações das províncias, ficaria no Brasil”.³⁶

José Clemente Pereira foi o encarregado de levar as representações e abaixo-assinados a D. Pedro, o que ocorreu a 9 de janeiro. Nesse dia, ele e os vereadores do Senado da Câmara se dirigiram ao Paço, tomado pela multidão e pronunciou veemente discurso, que continha sutil alerta ao referir-se a um partido republicano, conclamando o Regente a que ficasse. D. Pedro assentiu, pronunciando palavras mais tarde substituídas pela famosa frase “Como é pelo bem de todos e felicidade geral da Nação, estou pronto: — diga ao povo que fico”³⁷. Nesse contexto, os secretários de Estado portugueses entregaram seus cargos e, no dia 16, o príncipe regente nomeou um novo ministério, com José Bonifácio assumindo a Secretaria de Estado dos Negócios do Reino e Estrangeiros.³⁸

A influência de José Bonifácio provocou a edição de decreto de 16 de fevereiro, estabelecendo e convocando o “Conselho de Procuradores-Gerais das

35) CALMON, Pedro. História do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1981, v.5, p.1513.

36) Ibidem. p. 1514

37) Ibidem. p. 1515.

38) Arquivo Nacional. MAPA Memória da Administração Pública Brasileira. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/238-secretaria-de-estados-dos-negocios-do-reino-e-estrangeiros>. Acesso em: 28/04/2002.

Províncias do Brasil”, órgão consultivo e propositivo, não decisório, constituído por representantes das províncias, os ministros e presidido pelo Regente. O Ministro via na criação desta Junta uma forma de evitar o estabelecimento da Assembleia Constituinte, da qual receava o predomínio do republicanismo, que resultasse em Constituição aos moldes da lisboeta, com a primazia do Parlamento sobre o Executivo.³⁹

Gonçalves Ledo e seus seguidores, obviamente, não concordaram com a destinação do referido Conselho e intensificaram a campanha pela convocação da Assembleia Constituinte. No dia 30 de abril de 1822, o jornal “Revérbero Constitucional Fluminense”, publica um artigo de Gonçalves Ledo, no qual sugere ao Príncipe Regente a necessidade de proclamar desde logo a Independência do Brasil. Esse artigo produziu entusiasmo popular no Rio de Janeiro, sendo Ledo aclamados nas ruas por onde passavam, sensibilizando D. Pedro às suas aspirações.⁴⁰

4.2. O título de “defensor perpétuo do Brasil”

Os maçons entenderam que era necessário atrair D. Pedro para a Maçonaria e, sob a liderança de Gonçalves Ledo, resolveram outorgar ao Príncipe Regente o título de Defensor Perpétuo do Brasil, oferecido pela Maçonaria e pelo Senado, o que foi feito em 13 de maio de 1822.⁴¹ A deferência já era parte do plano dos “Vermelhos” para diminuir a influência de José Bonifácio junto ao Regente.

4.3. A Assembleia Constituinte

No dia 2 de junho de 1822, no Paço, foi instalado o Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, também chamado Conselho de Estado. Já na segunda sessão, realizada no dia seguinte, Gonçalves Ledo e José Clemente

39) CÂMARA DOS DEPUTADOS. Império do Brasil - Primeiro Período - D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/presidentes/imperio1.html>. Acesso em: 28/04/2002.

40) ESTUDOS. História da Maçonaria Brasileira. Disponível em: <http://iblanchier3.blogspot.com/2019/01/historia-da-maconaria-brasileira.html>. Acesso em: 28/04/2002.

41) PORTAL SOCIEDADE E CONSPIRAÇÕES. O papel decisivo da Maçonaria na Independência do Brasil. Disponível em: <https://mortesubita.net/sociedades-secretas-conspiracoes/o-papel-decisivo-da-maconaria-na-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 29/04/2002.

requereram que fosse convocada a “Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil.”⁴² D. Pedro concorda, escreve a seu pai afirmando que o Brasil deveria ter suas Cortes, e convoca a Assembleia Constituinte para elaborar uma Constituição mais adequada ao Brasil.⁴³ Era outro passo importante em direção à independência e mais uma derrota para José Bonifácio.

4.4. D. Pedro maçom

Em sessão do dia 2 de agosto de 1822, D. Pedro de Alcântara foi proposto, por José Bonifácio⁴⁴, para ser iniciado na Loja Comércio e Artes. A proposta foi aprovada por aclamação e, na mesma data, D. Pedro foi iniciado, adotando o nome simbólico de Guatimozim. Na sessão seguinte, dirigida por Gonçalves Ledo, em 5 de agosto de 1822, na mesma Loja, o Aprendiz Pedro de Alcântara foi exaltado ao grau de Mestre Maçom.⁴⁵ Embora legal, esta ascensão meteórica é bastante incomum no meio maçônico pois, normalmente, atingir o grau de Mestre demanda anos. Ser Mestre possibilitou a D. Pedro conhecer segredos e participar de reuniões, além de dar as necessárias condições para que, em 04 de outubro de 1822, numa jogada política de Ledo, o Imperador ser eleito e empossado no cargo de Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil.⁴⁶

Acontece que José Bonifácio já havia se antecipado ao rival político. Em 22 de junho, instalava D. Pedro no cargo máximo do Apostolado, com o título de Arconte-Rei.⁴⁷ Como o Apostolado era uma entidade paramaçônica, isto

42) CALMON, Pedro. História do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1981.v.5, p.1527.

43) PORTAL SOCIEDADE E CONSPIRAÇÕES. O papel decisivo da Maçonaria na Independência do Brasil. Disponível em: <https://mortesubita.net/sociedades-secretas-conspiracoes/o-papel-decisivo-da-maconaria-na-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 29/04/2002.

44) Alguns autores apontam Gonçalves Ledo como o proponente, mas na ata da 9ª sessão do GOB consta José Bonifácio. Coletânea José Castellani, p. 44. Disponível em: [http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani\(1\).pdf](http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani(1).pdf). Acesso em: 29/04/2002.

45) GOMES, Laurentino. 1822: ...- 2. Ed. São Paulo: Globo, 2015 p. 226.

46) PORTAL SOCIEDADE E CONSPIRAÇÕES. O papel decisivo da Maçonaria na Independência do Brasil. Disponível em: <https://mortesubita.net/sociedades-secretas-conspiracoes/o-papel-decisivo-da-maconaria-na-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 29/04/2002.

47) CALMON, Pedro. História do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1981.v.5, p.1527.

pode explicar uma carta enviada por D. Pedro a José Bonifácio, em 20 de julho de 1822, em que são utilizadas terminologias, grafias e símbolos maçônicos.⁴⁸ Na realidade, José Bonifácio viu-se suplantado, em prestígio, no Grande Oriente do Brasil. A análise das atas das sessões realizadas à época mostra que eram, na sua maioria, presididas por Gonçalves Ledo, 1º Vigilante, quando deveriam sê-lo pelo Grão-Mestre, José Bonifácio.⁴⁹

D. Pedro soube se aproveitar do apoio que lhe prestavam as Maçonarias “Vermelha” e “Azul”, bem como da rivalidade instalada entre elas, concordando ora com uma, ora com a outra, conforme melhor se ajustassem aos seus objetivos. Exemplo primoroso disto, são dois manifestos por ele expedidos. O primeiro, de 1º de agosto de 1822, dirigido ao povo brasileiro e cometido a Gonçalves Ledo, declara que convocara a Assembleia Constituinte “a fim de cimentar a Independência política deste reino”, que os brasileiros já eram um povo soberano e atribui à Constituinte “para que marque com mão segura e sabia, a partilha dos Poderes, e firme o Código da vossa Legislação na sã Philosophia, e o applique às vossas circunstancias peculiares”⁵⁰. No seguinte dia 6, o manifesto elaborado por José Bonifácio e dirigido “às nações” diz que foi “obrigado a anuir a vontade geral do Brasil, que proclama à face do Universo a sua independência política”, enquanto critica ferozmente as Cortes portuguesas, se diz representante do pai preso e, que este, estivesse ainda no Brasil, adotaria as medidas políticas que havia tomado.⁵¹

5. A independência

A situação política em São Paulo se agravava, com ações e reações entre os partidários de José Bonifácio e seus adversários. Diante deste quadro, D. Pedro

48) GOMES, Laurentino. 1822: ...- 2. Ed. São Paulo: Globo, 2015, p. 226.

49) Coletânea José Castellani, p. 44. Disponível em: [http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani\(1\).pdf](http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani(1).pdf). Acesso em: 29/04/2002.

50) CÂMARA DOS DEPUTADOS, Legislação. Proclamação de 1º de agosto de 1822. Disponível em: ww2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/anterioresa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-p-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html. Acesso em: 29/04/2002.

51) CÂMARA DOS DEPUTADOS, Legislação. Proclamação de 6 de agosto de 1822. Disponível em: ww2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/anterioresa1824/proclamacao-41282-6-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html/. Acesso em: 02/05/2002.

decidiu visitar a província para pacificá-la em prol dos Andradas. Nomeou regente provisória a Princesa Leopoldina e partiu em 14 de agosto de 1822.⁵² Ainda em Moji das Cruzes, recusou-se a receber a Junta Provincial, a dissolveu e nomeou novo Comandante de Armas. A seguir, seguiu para São Paulo, onde foi muito bem recebido e homenageado. Em 5 de setembro, desceu à vila de Santos, de onde retornou a 7.⁵³

No retorno, na colina do Ipiranga, encontrou-se com um correio que trazia decretos da Corte portuguesa que o tratavam como rebelde ou inimigo, além de cartas da Princesa e de José Bonifácio estimulando-o a proclamar a Independência do Brasil, o que efetivamente fez, no muito conhecido Grito do Ipiranga.

Inicialmente, foi aclamado como Rei do Brasil e, posteriormente, Imperador, por iniciativas creditadas à Maçonaria.

Em sessão extraordinária de 9 de setembro de 1822, reunidos maçons das três lojas no Grande Oriente Brasílico, sem que soubesse dos acontecimentos no dia 07, Gonçalves Ledo presidiu sessão na qual foi proposta a Independência do Brasil e a proclamação do Príncipe Regente como Rei Constitucional do Brasil, pauta que foi “aprovada com unânime e simultânea aclamação”.⁵⁴

Em 12 de setembro, na ata de outra Assembleia Geral, sob a presidência de Gonçalves Ledo, consta que:

Em seguida propôs mais, o sobredito presidente, à assembleia, que atenta à boa disposição dos ânimos de todos os brasileiros, conformes em aclamar o nosso augusto defensor perpétuo, **Rei Constitucional** do Brasil, e devendo os Maçons, **que foram os primeiros a dar esse necessário impulso à opinião pública** (os negritos são meus), adianta e por em execução os meios precisos para que nenhuma corporação civil os precedesse na glória desta honrosa empresa, acertado era que desta augusta Ordem se enviassem às províncias do Brasil emissários encarregados de propagar a opinião abraçada e dispor os ânimos dos povos a esta grande e gloriosa obra...⁵⁵

52) CALMON, Pedro. História do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1981, v.5, p.1530.

53) Ibidem. p. 1532.

54) Coletânea José Castellani, p. 45. Disponível em: [http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani\(1\).pdf](http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani(1).pdf). Acesso em: 02/05/2022

55) Ibidem, p. 46.

Já na sessão de 4 de outubro, também em Assembleia Geral conduzida por Gonçalves Ledo, D. Pedro foi empossado como Grão-Mestre da Ordem, prestou juramento e assumiu a condução dos trabalhos. No correr destes:

o Maçom brigadeiro Domingos Alves Branco tomando a palavra declarou que o augusto defensor perpétuo devia ser aclamado Imperador do Brasil e não Rei, e subindo sobre uma mesa aclamou por três vezes e com voz forte “Viva o Senhor D. Pedro d’Alcântara, 1o Imperador e defensor perpétuo do Brasil”, o que foi unânime e entusiasticamente repetido pela assembléia...⁵⁶

Ainda nessa sessão, “... Por esta ocasião, propôs o Maçom José Clemente Pereira, os vivas que, como presidente do Senado da Câmara tencionava dar ao Sr. D. Pedro, 1º Imperador Constitucional do Brasil, à sua augusta Esposa, e à Independência do Brasil...”⁵⁷

Há historiadores, como Menezes Drummond, citado por Pedro Calmon, que contesta a primazia maçônica na escolha do título, atribuindo-a ao próprio D. Pedro e a José Bonifácio. Entretanto, o próprio Pedro Calmon a comete à Ordem, em particular a Gonçalves Ledo e seus seguidores, e os registros nas atas o comprovam.⁵⁸

6. A discórdia se estabelece

A ala republicana da Maçonaria, Gonçalves Ledo à frente, não estava satisfeita com o desfecho do processo de independência. Queria a República e temia que D. Pedro se tornasse absolutista como o pai. Incrementou a campanha pelos jornais e a articulação política. Via ofício, José Clemente Pereira, como presidente do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, convidou as câmaras das províncias a aclamarem D. Pedro como imperador. Neste documento fazia menção a um juramento constitucional prévio, que D. Pedro deveria fazer à futura Constituição.

56) Ibidem, p.48.

57) Ibidem.

58) CALMON, Pedro. História do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981, v.5, p.1536.

A isto se opôs José Bonifácio, defensor de que caberia ao Imperador apreciar o texto da futura Carta e ainda, se fosse o caso, exercer o direito de veto.⁵⁹

O dissenso em torno dessa questão levou ao rompimento definitivo entre “Azuis” e “Vermelhos”. Contribuiu para tanto, informação prestada pelo representante brasileiro em Buenos Aires, Correa da Câmara, de que o Grande Oriente da Bahia tramava com Lojas do Rio, Montevideo e Buenos Aires “levantar o Brasil contra o sistema atual”.⁶⁰

José Bonifácio, com a autoridade que lhe dava o cargo e a preeminência no Conselho de Ministros desencadeou dura repressão aos seus adversários. Jornais de oposição foram fechados e seus editores presos ou exilados. Fez chegar a José Clemente insinuação para demitir-se. Descontente pelo Imperador resistir à adoção de medidas ainda mais radicais, José Bonifácio se demite a 26 de outubro. Sua saída provocou um forte movimento da opinião pública que o apontava como o “ministro da independência”. Uma comitiva de amigos, depois de impedir que José Clemente reassumisse a Câmara, vai até sua residência, seguidos pelo Imperador e o convencem a reconsiderar sua atitude. Reempossado e desagravado, continuou a promover o expurgo político.⁶¹

É interessante destacar que livros de História dizem que foi mandado fechar as Lojas Maçônicas. Na realidade, D. Pedro, atuando como Imperador e Grão-Mestre, encaminhou à Gonçalves Ledo, 1º Vigilante, correspondência determinando a suspensão dos trabalhos, afirmando que seria por pouco tempo. A posterior prisão de Ledo e outros maçons inviabilizaram que os trabalhos fossem retomados e D. Pedro tomou medidas administrativas, como Grão-Mestre, para preservar os documentos, bens e recursos financeiros da Obediência, que só retomaria os trabalhos anos mais tarde.⁶²

Monarquistas e republicanos seguiram defendendo com veemência suas posições. A instalação da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823, trouxe o debate para dentro dela, com vantagem para os republicanos que podiam dispor de sua tribuna para a propagação de suas ideias. Assestaram suas diatribes contra os portugueses e contra o Ministério, controlado pelos Andrada. Pugnavam pela

59) MASCARENHAS MENCK, José T. José Bonifácio, Patriarca da Nacionalidade. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019, p. 152.

60) CALMON, Pedro. História do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo Editora, 1981, v.5, p. 1538.

61) Ibidem.

62) Coletânea José Castellani, p. 49. Disponível em: [http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani\(1\).pdf](http://www.lojajosecastellani3883.mvu.com.br/Loja/2189/Midia/Coletanea_Jose_Castellani(1).pdf) Acesso em: 02/05/2002.

predominância e liberdade da Assembleia para cumprir seu mister e o outro lado insistia em que cabia ao Imperador a última palavra. Este já havia declarado que queria uma Constituição que “merecesse sua Imperial aceitação... se fosse digna do Brasil e dele”.⁶³

Manobras palacianas de um grupo de cortesãos composto por membros da nobreza e funcionários do palácio, apoiados por Da. Domitila de Castro Canto e Melo, a amante do Imperador e inimiga de Bonifácio, levaram a que os Andrada pedissem demissão do Ministério e passassem à oposição, reunindo em torno de si os deputados descontentes com o Imperador.⁶⁴

Na Constituinte, teve início a análise do projeto de Constituição apresentado por Antonio Carlos de Andrada e Silva, mas as paixões partidárias impediam que progredisse. Tumultos populares deram ao Imperador motivos para dissolver a Assembleia em 12 de novembro de 1822, com muitos deputados maçons, entre eles os Andrada, presos e exilados.⁶⁵

As ações de D. Pedro contra a Maçonaria e a Assembleia Constituinte, uniram as correntes antes adversárias num movimento que culminaria com sua abdicação em 7 de abril de 1831, após o que foi reinstalado o Grande Oriente.⁶⁶

Conclusão

Em face do apresentado, pode-se concluir que a Maçonaria, instituição estruturada e com atuação mundial, fiel ao ideal de defender a liberdade do homem, exerceu forte influência nos acontecimentos políticos de muitos países que, nos Sec. XVIII e XIX, resultaram na queda dos regimes absolutistas que os governavam.

No Brasil, com fulcro nos acontecimentos que culminaram com a Independência brasileira, analisados sob a ótica da participação de maçons e da Maçonaria, é legítimo afirmar que a Ordem Maçônica, como instituição ou por intermédio de seus filiados, foi parte ativa e importante e que sua participação foi fundamental para o sucesso da empreitada de libertação do jugo português.

Não se pode atribuir à dissensão entre maçons republicanos e monarquistas impeditivo que minorasse essa participação. As divergências giravam entre o regime político a ser adotado após a independência e ambos os lados não mediram

63) CALMON, Pedro. História do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1981.v.5, p.1555.

esforços para que esta primeira e mais importante etapa fosse alcançada, como o foi.

Por ser o foco deste trabalho a participação dos maçons e sua Ordem, pouco se abordou sobre a atuação de outras instituições e pessoas. Entretanto, é necessário reconhecer que os Maçons não foram os únicos atores no processo de libertação, que contou com o apoio e empenho de uma gama de pessoas e entidades.

Acreditamos ser igualmente estéril discutir qual entidade ou indivíduo foi o mais importante, pela incerteza sobre que parâmetros adotar e a subjetividade deste julgamento. É mais racional e correto afirmar que, em cada momento dessa epopeia, houve maior destaque de um ou outro participante e que foi o esforço conjunto de todos que possibilitou a concretização do objetivo almejado.

É preciso também reconhecer que a maioria dos acontecimentos que conduziram à Independência contaram com a participação destacada de maçons ou da Ordem constituída, o que permite inferir que, se não foi única ou decisiva, como diz Laurentino Gomes⁶⁷, a participação da Maçonaria foi crucial para que o brado de Independência soasse naquela tarde de 7 de setembro de 1822, às margens do Ipiranga.

Referências

ARQUIVO NACIONAL. **MAPA Memória da Administração Pública Brasileira**. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-periodo-colonial/238-secretaria-de-estados-dos-negocios-do-reino-e-estrangeiros>. Acesso em: 28/04/2002.

ARNOT, Antonio. **Introdução à Maçonaria**. 8.ed. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2017, p.12. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316.2/42529>. Acesso em: 25/04/2002.

BALLERINI SILVA, Julio Cesar, **A Maçonaria enquanto pessoa jurídica de Direito Privado**. Disponível em: <https://jcballerini.jusbrasil.com.br/artigos/1126714105/a-maconaria-enquanto-pessoa-juridica-de-direito-privado>. Acesso em: 10/04/2002.

67) GOMES, Laurentino. 1822: ...- 2. Ed. São Paulo: Globo, 2015, p. 227.

BIBLIOTECA FERNANDO PESSOA. **Quais são os Ritos Maçônicos.**

Disponível em: <https://bibliot3ca.com/quais-sao-os-ritos-maconicos/>. Acesso em: 14/04/2002.

BLOG ENGENHEIRO DE VIDA. **Maçonaria e Engenharia-algumas relações.** Disponível em: <http://engenheirodevida.blogspot.com/2014/09/maconaria-e-engenharia-algumas-relacoes.html> . Acesso em: 14/04/2002.

CALMON, Pedro. **História do Brasil.** v.5. 4.ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpyo Editora, 1981.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Império do Brasil - Primeiro Período - D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831).** Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/presidentes/imperio1.html>. Acesso em: 28/04/2002.

_____. Legislação. **Proclamação de 1º de agosto de 1822.** Disponível em: ww2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/antioresa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-p575736-publicacaooriginal-99010-pe.html. Acesso em: 29/04/2002.

_____. Legislação. **Proclamação de 6 de agosto de 1822.** Disponível em: ww2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/antioresa1824/proclamacao-41282-6-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html/. Acesso em: 02/05/2002.

CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil, In: **Revista de Estudios Históricos de la Masoneria Latinoamericana y Caribeña**, v. 2, n. 10.

CARNEIRO, Jorge; VENTURA, Rogério. **A Maçonaria na História.** Rio de Janeiro: Ediouro Publicações, 2015. p. 11. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/s5v005s> . Acesso em: 15/04/2002.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA MAÇONARIA DO BRASIL. **O Que é Maçonaria.** Disponível em: <https://www.cnmb.com.br/maconaria>. Acesso em: 06/04/2002.

COQUARD, Olivier. **Maçonaria e Revolução Francesa: Uma importância**

relativa. traduzido por J. Filardis. Disponível em: <http://bibliot3ca.com/maconaria-e-revolucao-francesa-uma-influencia-relativa/> Acesso em: 25/04/2002.

DA CAMINO, Rizzardo. **Rito Escocês Antigo E Aceito Loja De Perfeição** (Graus 1o Ao 33°). 2ª Ed. São Paulo: Madras Editora Lda-1999.

ESTUDOS. **História da Maçonaria Brasileira**. Disponível em: <http://iblanchier3.blogspot.com/2019/01/historia-da-maconaria-brasileira.html>. Acesso em: 28/04/2002.

FERREIRA, Tito Lívio. **José Bonifácio e a Independência**. Palestra proferida na Rádio Atlântica, de Santos, em 14 de maio de 1963, p. 2. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/322609852_Jose_Bonifacio_e_a_maconaria. Acesso em: 26/04/2002.

FERREIRA, Tito L.; FERREIRA, Manuel R., **A Maçonaria na Independência Brasileira**, v.1. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/n18escn>. Acesso em: 20/04/2002.

FILARDO, J. O maçom e o momento político brasileiro. **Biblioteca Fernando Pessoa**. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/o-macom-no-momento-politico-brasileiro/>. Acesso em: 10/04/2002.

GOMES, Laurentino. **1822**. São Paulo: Globo, 2015.

GRANDE ORIENTE DO BRASIL. **O que é Maçonaria?** Disponível em: <https://www.gob.org.br/o-que-e-maconaria/>. Acesso em: 06/04/2002.

ISMAIL, Kenyo. Por que “Loja” Maçônica???. **No esquadro**. Disponível em: <https://www.noesquadro.com.br/termos-e-expressoes/por-que-loja-maconica/>. Acesso em: 10/04/2002.

MASCARENHAS MENCK, José T. **José Bonifácio, Patriarca da Nacionalidade**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019.

OAB-SP. **A Questão Religiosa**. Disponível em: <https://www.oabsp.org.br/sobre-oabsp/grandes-causas/a-questao-religiosa>. Acesso em: 26/04/2002.

PANTANO FILHO, Rubens. Breve Histórico da Maçonaria no Brasil.

Revista Intellectus. Disponível em: <http://www.revistaintellectus.com.br/artigos/17.184.pdf>. Acesso em: 27/04/2002.

PORTAL SOCIEDADE E CONSPIRAÇÕES. **O papel decisivo da Maçonaria na Independência do Brasil.** Disponível em: <https://mortesubita.net/sociedades-secretas-conspiracoes/o-papel-decisivo-da-maconaria-na-independencia-do-brasil/>. Acesso em: 29/04/2002.

RAIMUNDO, Nuno. Maçonaria Operativa/Maçonaria Especulativa. **FreeMason.** Disponível em: <https://www.freemason.pt/maconaria-operativa-maconaria-especulativa/>. Acesso em: 15/04/2002.



**JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA
E A LUTA PELA MODERNIZAÇÃO
DA AGROPECUÁRIA NO BRASIL
INDEPENDENTE**

Prof Dr Raoni Rajão*

* Professor Associado de Gestão Ambiental e Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia no Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Minas Gerais e Pesquisador no Wilson Center (2022/23). Mestre e Doutor pela Universidade de Lancaster. Membro Correspondente no Brasil do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil com a cadeira n. 78, General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos (1881-1982).

Introdução

José Bonifácio de Andrada e Silva foi um dos mais destacados líderes civis e militares da história brasileira. Nasceu em 1763 em Santos, então capitania de São Paulo, tendo ingressado na Faculdade de Direito de Coimbra em 1783. Nesse período de formação também estudou Filosofia Natural, incluindo História Natural (disciplina genitora da Biologia), Geologia, Química e Matemática. Visto seu brilhantismo acadêmico, foi convidado pelo Estado Português para fazer parte de uma viagem filosófica pela Europa com duração de quase uma década, com o objetivo de gerar conhecimentos, principalmente na área de Geologia. Ao patrocinar a formação acadêmica de Bonifácio, Portugal buscava contribuir para o aumento da produção de ouro em Minas Gerais, já em processo de decadência.

Ao retornar a Portugal em 1802, tornou-se Intendente Geral das Minas, sendo responsável pela gestão da mineração e outros recursos minerais, incluindo florestas, em todo o Império. Com a invasão de Portugal pelas tropas napoleônicas em 1808, Bonifácio ajudou na formação e comandou o Corpo Voluntário Acadêmico, responsável pela guarnição de Coimbra. Como militar, Bonifácio chegou ao posto de Tenente-Coronel ao combater valorosamente as tropas de Napoleão no Porto e outras localidades no Norte de Portugal.¹

Já com posição de destaque no Império Português, José Bonifácio retornou finalmente ao Brasil, em 1819, constituindo-se em um dos protagonistas da vida

1) SANTOS, E. F. José Bonifácio revisitado: o universitário e o militar. Revista de Faculdade de Letras, História, Porto, 2008.

política brasileira em um período breve, porém intenso. Foi nesse período que se tornou um dos principais mentores da Assembleia Constituinte do Brasil, e juntamente com a Princesa Leopoldina convenceu Dom Pedro a desobedecer às ordens da corte em Lisboa e a tornar-se uma Nação independente.

Bonifácio também tratou diretamente da organização e funcionamento interno das Forças Armadas brasileiras, essencial para combater os portugueses e manter a unidade territorial do país. Por esse motivo, até hoje é comumente conhecido como “Patriarca da Independência”. Sua trajetória política no Brasil durou pouco, em novembro de 1823 foi preso e exilado após a dissolução da Assembleia Constituinte. Após reatar sua relação com D. Pedro I, Bonifácio retornou ao Brasil e assumiu em 1831 o cargo de tutor do futuro D. Pedro II até ser destituído à força do cargo, em meio a conspirações políticas após de três anos, concluindo assim sua carreira meteórica na vida pública brasileira.²

As contribuições de Bonifácio para a formação da Nação brasileira ainda hoje são sentidas de diversas formas. Existe, porém, uma faceta de sua vida e obra ainda relativamente pouco conhecida: a sua contribuição para o desenvolvimento da agropecuária moderna do Brasil.

O restante deste capítulo está organizado da seguinte forma: na próxima seção será apresentada a situação da produção agropecuária no Brasil-Colônia com base em relatos da época. Na seção seguinte será aprofundada a trajetória intelectual de Bonifácio, com ênfase nos campos da Fisiocracia e Economia da Natureza. A partir de mais clareza das origens das ideias de Bonifácio, será mostrado um apanhado de textos e discursos do patriarca, nos quais são delineadas a sua visão para o futuro da agropecuária no Brasil. A última seção do capítulo tratará do legado das ideias de Bonifácio e sua influência no desenho dos Códigos Florestais de 1934 e 1965, sancionados por Getúlio Vargas e Castello Branco, respectivamente, trazendo considerações para o Brasil Contemporâneo.

Agropecuária e Iluminismo

Durante a Idade Média, a maior parte das florestas europeias já havia sido devastada, mas com o surgimento do Estado Moderno e a expansão ultramarina a gestão dos recursos madeireiros para indústria naval tornou-se uma questão de segurança nacional. Isso fez com que surgisse, a partir do século XVI, uma série

2) ANJOS, J. A. José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil. Brasília: FUNAG, 2008.

de legislações rigorosas, que previam a pena de morte no caso do corte ilegal de madeira.³ Também nesse período foram iniciados programas de florestamento que começaram a dar frutos significativos em séculos posteriores, com a gradual recuperação de parte da área florestal, principalmente a partir do início do século XIX.⁴

Ao mesmo tempo, a restrição territorial e uma forte vinculação do agricultor à sua região de origem, herança do regime feudal, faziam com que se estabelecessem práticas que buscavam a manutenção da fertilidade do solo ao longo das diversas gerações. Claro exemplo disso é a existência de áreas agrícolas que se mantinham produtivas por mais de um milênio, a exemplo da produção vinícola e de azeite de oliva no Douro e Alentejo, introduzida pelos romanos.

Apesar da inegável pujança da agropecuária brasileira, desde o período colonial, diferentes observadores se mostravam preocupados com as práticas que se estabeleciam no Brasil em comparação àquelas já mais bem estabelecidas na Europa. A cultura da cana de açúcar, em particular, foi marcada por ser itinerante, pois além de utilizar intensamente o solo, chegando a exauri-lo, necessita de grande quantidade de madeira para abastecer os fornos para produção de açúcar. Além disso, a agricultura de subsistência ensinada aos colonos pelas populações indígenas era baseada no corte e queima para abertura de novas áreas para o plantio da mandioca e milho, que em poucos anos eram abandonadas com a busca de novas áreas.⁵ Já no primeiro livro de História do Brasil publicado em 1627, Frei Vicente do Salvador registra que tanto os portugueses que emigraram para a nova terra como os nascidos nas Américas tratavam a terra com descaso e buscavam somente acumular riquezas para levá-las à metrópole. Portanto, “usam da terra não como senhores, mas como usufrutuários, só para desfrutarem e a deixarem destruída”.⁶

Mais de um século depois, o Capitão Geral de São Paulo, Luís Antônio de Souza, durante a infância de Bonifácio, trouxe um relato similar em 1766, ao descrever a prática de destruir a fertilidade do solo e desmatar novas áreas para lavouras. Segundo ele, os lavradores iam “seguindo o mato virgem, de sorte que

3) RAJÃO, R.; SCHMITT, J.; NUNES, F.; SOARES-FILHO, B. Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto/UFMG, 2021.

4) KAUPPI, P.; AUSUBEL, J.; FANG, J.; MATHER, A. S.; SEDJO, R.; Wagonner, P. E. Returning forests analyzed with the forest identity. Proceedings of the National Academy of Sciences, 2006, 103(46), p. 17574-9.

5) HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

6) SALVADOR, V. D. F. História do Brasil: 1500 a 1627. São Paulo: Itatiaia, 1982, p. 58.

os Fregueses de Cutia, que dista desta Cidade sete léguas, são já hoje Fregueses de Sorocaba, que dista da dita Cutia vinte léguas”. E tudo porque, ao modo do gentio, só sabiam “correr trás do mato virgem, mudando e estabelecendo seu domicílio por onde o há”.⁷ A mesma situação também era observada em outras Capitânicas do Brasil. Dom Rodrigo Souza Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e patrono de Bonifácio, demonstrou em 1797 preocupação com a falta de madeira para a construção civil e naval nas proximidades dos portos de embarque por conta das práticas predatórias prevalentes:

A indiscreta e desordenada ambição dos habitantes, que com o pretexto das suas lavouras tem assolado e destruído preciosas matas à ferro e fogo, de tal sorte que, a não acudir Eu com as mais enérgicas providências, ficarão em poucos anos reduzidas à inutilidade que poderem fornecer os paus de construção que tanto abundaram e hoje ficam em distâncias consideráveis de portos de embarque.⁸

Ainda no fim do século XVIII, alguns observadores mais atentos já ressaltavam os efeitos negativos das práticas agropecuárias destrutivas dentro do próprio setor. Veterano de Bonifácio na Universidade de Coimbra, o também brasileiro Baltasar da Silva Lisboa publicou em 1786 um livro no qual argumenta sobre a necessidade de se modernizar a agropecuária brasileira com base em métodos científicos. Por exemplo, ao notar que em muitas áreas de produção de açúcar a produção está ameaçada pela falta de madeira para abastecer os fornos e práticas agrícolas ineficientes, ele escreve:

É incompreensível a imensa quantidade de lenhas que inutilmente consome a feitura do açúcar pela construção das suas fornalhas, pois que para uma carrada de cana se requer outra de lenha. A boa construção dos fornos de reverbero sanaria este mal, que causa gravíssimo prejuízo aos lavradores e senhores de engenho, vindo a suceder que aqueles que não possuem grandes matas não fabriquem o açúcar e os que possuem pelo Diante deixam de trabalhar seus engenhos pela falta de lenhas, pois assim confirma a experiência” ...“A mão de obra era exercida “pelos miseráveis escravos que mal educados,

7) HOLANDA, S. B. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995, p. 70.

8) PÁDUA, J. A. Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

nus, tiranizados, mortos muitas vezes de fome, não hão de se interessar na fortuna do senhor.⁹

Preocupações evidentes também estão presentes na obra de Domenico Vandelli, professor de Filosofia Natural de Bonifácio na Universidade de Coimbra, que veio a se casar com a filha primogênita do antigo mestre. Vandelli (1735-1815) idealizou a partir de Coimbra as primeiras expedições científicas no Brasil e publicou em 1789, um ano após a formatura de Bonifácio, o livro “Memória sobre a Agricultura de Portugal e de suas Conquistas”. Nessa obra Vandelli tece dura crítica às práticas agrícolas vigentes na América portuguesa:

Vai-se estendendo a agricultura nas bordas dos rios no interior do país, mas isso com um método que com o tempo será muito prejudicial. Porque consistem em queimar antiquíssimos bosques cujas madeiras, pela facilidade de transporte pelos rios, seriam muito úteis para a construção de navios ou para a tinturaria, ou para os marceneiros. Queimados estes bosques, semeiam por dois ou três anos, enquanto dura a fertilidade produzida pelas cinzas, a qual diminuída deixam incultos esse terreno e queriam outros bosques. E assim vão continuando na destruição dos bosques nas vizinhanças dos rios.¹⁰

As preocupações apresentadas por Coutinho, Vandelli, Lisboa, entre outros, estão fortemente ligadas aos debates nesse período sobre a prosperidade das Nações. Entre as diferentes linhas de pensamento, são particularmente relevantes para o tema da agropecuária a Fisiocracia no campo da Economia e a noção de Economia da Natureza no campo das Ciências Naturais. Com as grandes navegações surgiu uma série de práticas e perspectivas econômicas entre as nações europeias, que competiam pelas crescentes riquezas do além mar.

De um lado, governos absolutistas estabeleciam fortes medidas intervencionistas na economia, com o objetivo de controlar e unificar o mercado interno em um momento crucial na formação dos estados nacionais. As medidas internas

9) Lisboa como citado em PÁDUA, J. A. Nature conservation and nation building in the thought of a Brazilian Founding Father: José Bonifácio (1763-1838). Anais da Conference of the American Society of Environmental History. Tucson, Arizona, 1999.

10) VANDELLI, D. Memória sobre a agricultura deste Reino, e das suas conquistas. Memórias econômicas da Academia Real das Sciencias de Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas. Tomo 1. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias, 1789, p. 165.

restritivas eram acompanhadas por práticas protecionistas no comércio exterior e no fluxo de moeda, buscando uma balança comercial favorável. Na base desse conjunto de políticas econômicas estava a crença de que a riqueza de uma Nação residia no acúmulo de metais preciosos, principalmente ouro, por intermédio do incentivo das exportações da metrópole e colônias e limitação das importações. Durante a segunda metade do século XVIII um grupo de pensadores na França formulou uma teoria econômica que desafiou as práticas estatais vigentes à época. Enquanto o mercantilismo colocava ênfase no resultado do crescimento econômico de uma nação (i.e., balanço comercial positivo e acúmulo de metais preciosos pelo Estado), os fisiocratas buscavam entender a origem do crescimento econômico, baseado em um estudo minucioso da produção e circulação de mercadorias agrícolas e industriais. Em particular, os fisiocratas observavam que o comércio nacional e internacional constitui um jogo de soma zero, em que não se gera, mas somente se muda a riqueza de mãos.

Por outro lado, somente a agricultura era capaz de gerar um excedente econômico (*produit net*) capaz de multiplicar os insumos (ex. sementes, trabalho) “graças à ordem natural feita por Deus em benefício da humanidade”. E mesmo reconhecendo a importância dos serviços e bens industriais, os fisiocratas enfatizavam que toda riqueza tem sua origem na agricultura, sendo que somente os excedentes desta são eventualmente transformados em outros bens. Com base nesse entendimento os fisiocratas defendiam uma política liberal que desse espaço ao “Governo da Natureza”, de onde deriva o nome dessa escola econômica.¹¹

Em sintonia com a ênfase dos fisiocratas no papel da agricultura como verdadeiro gerador de riqueza para as nações, crescente número de pensadores contribuía para um novo entendimento do mundo natural. Na cosmologia medieval, derivada da filosofia grega, classificam-se animados e inanimados em uma hierarquia que vai desde os seres mais próximos e similares a Deus até os animais, plantas e minerais de menor valor. Dessa forma, aqueles animais que representam a beleza e majestade divinas (ex. leões, pombas brancas, frutas comestíveis, etc.) diferem de outros que são reflexo da maldade e símbolo das tentações que nos afastam da missão espiritual (ex. serpentes, vermes e plantas venenosas). Nesse conceito é aceitável ou até mesmo desejável eliminar algumas plantas e animais ao estabelecer o domínio do homem sobre a natureza.¹²

-
- 11) HARCOURT, B. E. *The illusion of free markets: Punishment and the myth of natural order*. Harvard University Press, 2011.
 - 12) FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 2016, jun.

Com base no método científico que pregava a observação sistemática da realidade empírica, uma nova geração de filósofos naturais questionou a importância relativa entre as espécies, enfatizando no seu lugar o conceito que mais tarde veio a ser entendido como de ecossistema. Nesse sentido, o Reverendo Gilbert White escreveu, em 1777:

Os insetos e répteis mais insignificantes têm muita mais consequência e muito mais influência na Economia da Natureza, que os incultos recebem... As minhocas, apesar de na aparência serem pequenas e desprezíveis elos na cadeia da natureza, se perdidas, iriam gerar um caos lamentável. Para começar, metade dos pássaros e alguns quadrúpedes, que se alimentam quase tolamente das minhocas, sofreriam muito sem elas. Ao perfurar e deixar o solo mais aerado e permeável à chuva e fibras das plantas, e o mais importante, ao jogar um número infinito de pedaços de terra, que são excremento das minhocas, e que fornecem um adubo de excelente qualidade para os grãos e a grama.¹³

Nesse mesmo período outros cientistas passaram a estudar de forma mais atenta a relação entre clima (ex. padrões de chuva e temperatura) e alterações na Economia da Natureza.¹⁴ É de particular relevância a obra de Alexander von Humboldt, polímata alemão que, assim como Bonifácio, estudou Geologia em Freiburg e tornou-se um dos mais influentes cientistas naquele período. Humboldt revolucionou o estudo da natureza ao coletar, organizar e comparar observações do clima, fauna, flora e Geologia em diferentes partes do planeta durante expedições na América do Sul e Eurásia. Em uma das suas observações mais significativas está a teorização do papel da vegetação na regulação do regime hidrológico.

Durante trabalho de campo na Venezuela, Humboldt estudou o caso de um lago que reduziu seu nível de água nas últimas décadas, antes de sua visita. Em contraste com a opinião de outro cientista que acreditava na existência de um sumidouro subterrâneo, Humboldt chegou à conclusão de que o principal fator causador foi a destruição das florestas e cultivo de índico na região. Ao cortar as árvores o solo tornou-se mais exposto, aumentando a secura e reduzindo a infiltração da água que abastecia as nascentes. Ele também afirmava que as árvores, por conta da evapotranspiração, geravam névoas que facilitavam a formação de

-
- 13) WHITE, G. *The natural history of Selborne*. (v. 24). Gibbings, 1890, p. 216. Tradução livre realizada pelo autor a partir do original.
- 14) WORSTER, D. *Nature's economy: a history of ecological ideas*. Cambridge University Press, 1994.

nuvens. Dessa forma, Humboldt concluiu que: “Ao cortar as árvores que cobrem o topo e as encostas das montanhas, os homens de todos os climas produzem de uma só vez duas calamidades para as gerações futuras: a falta de combustível e a escassez de água”.¹⁵

A importância de entender os fenômenos naturais e a interdependência entre os seres vivos e o meio ambiente foi sumarizada de forma elegante décadas antes por Carl Linnaeus, com quem Vandelli manteve intensa correspondência: “A Economia da Natureza deve ser a base da nossa própria, por ser imutável. Um economista sem conhecimento da natureza é como um físico sem conhecimento da Matemática”.¹⁶

Bonifácio: patriarca da agropecuária moderna

A escola fisiocrática e os debates sobre Economia da Natureza foram centrais na formação intelectual de José Bonifácio e estiveram presentes desde suas primeiras publicações e na atuação como gestor público. Em seu primeiro trabalho escrito para a Academia de Ciências de Lisboa, em 1890, logo no início da sua Viagem Filosófica, Bonifácio escolheu o tema da pesca das baleias no Brasil. De um lado, ele refere que a indústria pesqueira no Brasil ainda é subutilizada, visto que é feita somente em poucos lugares da extensa costa brasileira. Ao mesmo tempo, critica de forma dura as práticas adotadas pelas armações de pesca da baleia no Rio de Janeiro e Bahia. Nesses locais os pescadores se habituaram a caçar primeiramente os baleotes de mama, com o objetivo de atrair as mães que ficam normalmente em águas mais profundas. Apesar de facilitar a caça, Bonifácio argumenta que essa prática gera muito desperdício, pois os baleotes têm pouco proveito (em comparação a um adulto) e sua caça provoca a redução das fêmeas a uma interrupção do ciclo e reprodução e redução do estoque futuro. Bonifácio inferiu que “causa isto o irreparável prejuízo de ir-se anualmente diminuindo o número as gêmeas, crescendo à proporção o dos machos, que

-
- 15) VON HUMBOLDT, A. *Equinoctial regions of America*. Produced by Sue Asscher. (v. 2), 2012 Jun.
- 16) MILLER, D. P.; REILL, P. H. (eds.). *Visions of empire: voyages, Botany and the representations of natures*. Cambridge University Press, 1996, p. 125.

assim de nada servem. Eis aqui uma das razões, porque as Armações da Bahia e Rio de Janeiro estão abandonadas, e em geral porque tem vindo grande quebra à pesca do Brasil.¹⁷

Após o período de formação de quase uma década nas principais capitais intelectuais da Europa, Bonifácio retornou ao Reino de modo a assumir diferentes cargos administrativos nos quais era esperado que ele pudesse colocar em prática o que aprendeu. Em 1802 foi nomeado Intendente Geral das Minas e Metais do Reino, cargo criado um ano antes por Dom Rodrigo de Souza Coutinho, com o objetivo de revitalizar as minas de ouro, já em processo de decadência em Minas Gerais, e buscar novas matérias-primas para a indústria. Inspirando-se na experiência britânica, Coutinho encarregou Bonifácio de buscar em solo português minério de ferro e carvão mineral, a base da indústria pesada que surgia nesse período.

O interesse pelo carvão mineral estava provavelmente ligado também à busca de um substituto para o carvão vegetal, que estava gerando a destruição das florestas do Reino, causando falta de matéria-prima e impactando negativamente a agricultura. Por esse motivo, a atuação da Intendência das Minas incluía não só as áreas de mineração, mas também agricultura portuguesa e ultramarina, proteção florestal e reflorestamento.¹⁸ Por esse motivo, Bonifácio foi responsável por implementar um programa de reflorestamento das areias das costas portuguesas e de cultivar grãos para o sustento do gado empregado na Mina de Buarcos, uma das mais antigas fontes de carvão mineral em Portugal.

A experiência de Bonifácio como Intendente Geral das Minas levou-o a publicar, em 1815, um longo tratado intitulado “Memoria sobre a necessidade e utilidade do plantio de novos bosques em Portugal”. Logo na abertura da obra ele busca explicar ao leitor incauto a sua experiência anterior e os motivos que o levaram a focar nesse tema: “não me estranhe que sendo metalúrgico de profissão, ouse também tratar nesta Memoria objetos de lavoura. A agricultura, tão

17) ANDRADA E SILVA, J. B. Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite. Memória Econômica da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1970 (tomo 2, p. 399-400).

18) VARELA, A. G., LOPES, M. M.; FONSECA, M. R. F. D. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua ‘fase portuguesa’(1780-1819). História, Ciências, Saúde, Manguinhos, 11, 685-711, 2004.

necessária quanto aprazível e honrosa, sempre atraiu a minha atenção e amor”.¹⁹ Na sequência, Bonifácio argumenta que é preciso ir além dos conhecimentos que “se adquirem pela prática mesquinha, e muitas vezes cega”, e buscar sistemas cotejados pela “balança da razão, iluminada em nossos dias pelas ciências auxiliares, quais a história natural dos seres organizados, a Mineralogia, a Química, a Meteorologia e a Física”. Ele também propõe que deva ser criada uma polícia para “guardar as matas, castigando pronta e irremissivelmente os que roubam e incendiam, ou lhes metem gados daninhos fora do tempo e lugar”.

Assim como seus mestres, Bonifácio se mostra muito preocupado com a rápida destruição das matas por uma agricultura primitiva, seja em Portugal, seja nas Américas. Seguindo a mesma linha de Humboldt, Bonifácio chama a atenção para a relação entre a vegetação, clima e fertilidade dos solos:

Sem matas a humidade necessária para a vida das outras plantas, e dos animais, vai faltando entre nós. A terra se faz árido e nu... Diminuem os orvalhos e chuvas, diminuem os cabedais certos e perenes, dos rios e das fontes; e só borrascas e trovoadas arrasarão as ladeiras, areão os valores e costas, e inundarão e irão subterrâneas as searas. O Suão abrasador apoderou-se das Províncias; e novo clima, e nova ordem de estações estragarão campos outrora férteis e temperados.²⁰

Após retornar ao Brasil, em 1819, Bonifácio continuou dedicando-se ao tema da modernização da agricultura e proteção das florestas. Em resposta às articulações na Corte Portuguesa, que pretendiam retornar o Brasil a *status* de colônia, José Bonifácio iniciou em 1820 a organização das lideranças paulistas. Desde o começo da sua atuação política Bonifácio defendia a união do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em que as diferentes Nações se manteriam “irmãos e irmãos inteiros, não seus escravos” da corte em Lisboa.²¹ Atendendo ao pleito brasileiro, o governo português aceitou a eleição de deputados representando o interesse das províncias a serem enviados para a corte em Lisboa. José

19) ANDRADA E SILVA, J. B. Memória sobre a necessidade e utilidade de novos bosques em Portugal, particularmente de Pinhaes nos areas de Beiramar, seu methodo de sementeira, costeamto e administração. Lisboa: Na Typographia da Acedemia Real das Sciencias, 1815, p. 4-5.

20) Ibid. p. 10.

21) BARRETTO, V. Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977, p. 144.

Bonifácio, seu irmão - Antônio Carlos Ribeiro de Andrada - e outras quatro lideranças políticas foram eleitas para representar São Paulo.

A visão de Bonifácio para o futuro do Brasil, subscrita por todos os deputados recém-eleitos, foi apresentada de forma clara ao Príncipe Regente Dom Pedro I, no texto “Lembranças e apontamentos do Governo Provisório de São Paulo para os deputados da província”.²² Bonifácio propõe uma estrutura de governo que inclui como órgãos essenciais um Tribunal Supremo de Justiça, um Conselho da Fazenda e uma Direção Geral da Economia Pública com a responsabilidade de “vigiar e dirigir” não só as obras de infraestrutura, mas também a “agricultura, matas e bosques”. Além de ser pioneiro na proposta do que viria a ser no século XX o Ministério do Meio Ambiente, Bonifácio também sugeriu a criação de uma legislação que obrigasse os produtores rurais a conservarem como “matos e arvoredos a 6ª parte do terreno, que nunca poderá ser derrubada e queimada”.²³

Afeito à escola fisiocrática, Bonifácio também enfatizou o papel da agricultura, a “primeira fábrica da indústria humana”, na prosperidade da nova Nação.²⁴ Em um texto escrito provavelmente em 1821, portanto, após assumir o cargo de Ministro do Reino e dos Negócios Estrangeiros, Bonifácio propôs a criação de uma Academia de Agricultura no Brasil. Essa nova instituição teria como objetivo o mapeamento do ainda desconhecido e imenso território do novo país, a identificação de espécies úteis para agricultura e o estudo das leis naturais que devem ser respeitadas para a manutenção do clima e solos, o que inclui a proteção das matas nos topos de morro e entornos dos rios. Para Bonifácio, a agricultura moderna é condição necessária e irremediável para o desenvolvimento do Brasil:

Se a nossa agricultura for conduzida por princípios bem calculados e apropriados à nossa situação local, e chamarmos em nosso auxílio a clínica, ciência encantadora e quase divina, ofereceremos sem dúvida às artes nacionais e estrangeiras matérias ou novas ou melhores, fazendo crescer de uma maneira extraordinária e incalculável o nosso comércio e a opulência do país, a fortuna

22) DOLHNIKOFF, M. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

23) ANDRADA E SILVA, J. B. Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1820, p. 10.

24) ANDRADA E SILVA, J. B. Necessidade de uma academia agrícola no Brasil. Biblioteca Nacional do Rio. Revista Popular, XVI, 1862, p. 290.

dos povos e a riqueza do Erário; aumentando de dia em dia os meios de manter a paz interna e defesa exterior.²⁵

A posição de Bonifácio a favor da abolição da escravidão do Brasil é outro aspecto importante da sua vida e obra. Também nesse caso, porém, a preocupação de fundo do patrono da independência era mais uma vez com a modernização da agricultura do Brasil. Para ele, somente uma mão de obra livre, assalariada e com conhecimento técnico-científico poderia garantir uma agricultura pujante em respeito às leis da Economia da Natureza. Portanto, ao argumentar a favor do fim da escravidão, Bonifácio vinculou as práticas predatórias prevalentes no país ao tipo de mão de obra empregada. Essa perspectiva era evidente no discurso preparado por Bonifácio para ser lido perante a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil em 1823:

Se os senhores de terras não tivessem uma multidão demasiada de escravos, eles mesmos aproveitariam terras já abertas e livres de matos, que hoje jazem abandonadas... Nossas matas preciosas em madeiras de construção civil e náutica não seriam destruídas... É, pois, evidente que, se a agricultura se fizer com os braços livres dos pequenos proprietários, ou por jornaleiros, por necessidade e interesse serão aproveitadas essas terras... e desse modo se conservarão, como herança sagrada para nossa posteridade, as antigas matas virgens, que pela sua vastidão e frondosidade caracterizam o nosso belo país.²⁶

Em um clima de intrigas políticas, José Bonifácio foi exonerado do cargo de Ministro e preso em novembro de 1823. Entre os fatores que contribuíram para a sua queda são normalmente citados a relação conflituosa com a Marquesa de Santos e o seu estilo autoritário.²⁷ Deve-se considerar também que as propostas de Bonifácio, apesar de terem como objetivo a prosperidade de longo prazo da agricultura brasileira, contrariavam uma elite rural atrasada que não estava pronta para abrir mão dos lucros rápidos provindos da escravidão e da destruição ambiental. Durante o final do primeiro reinado, não só José Bonifácio foi expulso da vida política, mas também suas ideias perderam força no debate nacional.

25) Ibid., p. 292.

26) ANDRADA E SILVA, J. B. Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil. Paris: Typographya de Firmin Didot, 1825, p. 18-19.

27) ANJOS, J. A. José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil. Brasília: FUNAG, 2008.

Durante o período monárquico do Brasil Independente e Primeira República, nenhuma das propostas de Bonifácio para a modernização da agricultura foi implementada, pelo contrário. A partir da Independência do Brasil as legislações de proteção das florestas vigentes durante o Período Colonial foram sistematicamente revogadas, enquanto os efeitos negativos com a falta de madeiras nobres se multiplicavam.²⁸ Ao mesmo tempo, diferentes parlamentares argumentavam que manter a escravidão era uma questão de soberania nacional, enquanto panfletos que circulavam nesse período afirmavam que a abolição “interessava somente à agenda do governo britânico”.²⁹

Ao retornar ao Brasil e assumir o prestigioso cargo de tutor de Dom Pedro II, Bonifácio sofreu uma campanha de difamação nos jornais da época. Em uma longa série de artigos se insinuava que ele ora tramava pela restauração de Dom Pedro I e o fim da independência do Brasil, ora buscava assassinar os herdeiros do trono para criar uma república no Brasil. Em ambos os casos eram constantes as insinuações de que Bonifácio era um traidor do interesse nacional, enquanto deputados e senadores que foram favoráveis à sua destituição do cargo foram exaltados nominalmente nos jornais como patriotas.³⁰

Somente meio século após a morte de Bonifácio algumas de suas ideias relativas à modernização da agricultura começaram a dar frutos. Nos últimos anos do Segundo Reinado e no Período Republicano foram criados institutos de ensino e pesquisa de Agronomia em diferentes partes do Brasil. Entre essas instituições têm destaque o curso de Agronomia da Imperial Escola Agrícola da Bahia iniciado em 1877³¹ e o Instituto Escola Agrícola Prática de Piracicaba criado em 1900, a partir do projeto inicial de Luiz de Queiroz de duas décadas antes.³² Por causa da resistência política no Senado às propostas de Dom Pedro II, a abolição da escravidão se arrastou por décadas, sendo finalmente promulgada em 1888, por ordens do Imperador, o que acabou contribuindo para o fim da monarquia.

28) RAJÃO, R.; SCHMITT, J.; NUNES, F.; SOARES-FILHO, B. Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto/UFMG, 2021.

29) PARRON, T. P. A política da escravidão no Império do Brasil - 1826-1865. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, 2009.

30) BENTIVOGLIO, J. Demos com o colosso em terra: o ocaso de José Bonifácio e a ascensão política de Aureliano Coutinho nas páginas do jornal A Verdade. História, São Paulo, 2010, n. 29, p. 248-267.

Já a proposta de Bonifácio para a proteção obrigatória de parte das florestas nos imóveis privados foi intensamente discutida e combatida pela elite rural durante o Período Republicano. São muitos os escritos de lideranças naquele período que mostram o alinhamento com o pensamento de Bonifácio. Por exemplo, o Marechal Candido Rondon, após liderar uma comissão para investigar as causas da seca no Nordeste, concluiu que:

Quando a chuva cai passa célere por sobre os chapadões desnudos cuja irradiação intensa lhe altera o ponto de saturação, diminuindo as probabilidades das chuvas. É claro que a criação e a conservação das florestas constituem providência básica, seja qual for o ponto de vista, como meio de modificar as causas da irregularidade no regime de chuvas.³³

Somente em 1934, com o fim da política do café-com-leite e a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, foi promulgado o primeiro Código Florestal do Brasil. Além de proteger os topos de morros e áreas nos entornos dos rios, já indicados por Bonifácio como sendo essenciais para a conservação dos solos e rios, o Código Florestal estabelecia que um quarto de todas as áreas florestais dos imóveis rurais deveria ser conservado, sendo, portanto, mais rigorosa que a proposta original de Bonifácio. O regime militar iniciado em 1964 também avançou significativamente na implementação da visão proposta por Bonifácio. O relatório do Ministro da Agricultura Hugo Leme, encaminhada pelo Presidente Castello Branco, juntamente com a proposta do novo Código Florestal para o Congresso Nacional em 1965, mostra claramente a influência do patrono:

O dilema é este: ou impõe-se a todos os donos de terras defenderem à sua custa a produtividade do solo, contra a erosão terrível e crescente, ou cruzam-se os braços, ante a incapacidade, pela pobreza do Poder Público, na maioria dos Estados do Brasil, para deter a transformação do País num deserto, em que as estações se alternem entre inundações e secas, devoradoras de todo o esforço humano.³⁴

O texto do novo Código Florestal foi recebido de forma entusiasmada pelos parlamentares de Norte a Sul do Brasil e aprovado em poucos meses. Por exemplo: João Veiga, Deputado pelo Amazonas, afirmou que, “daqueles deputados que representam a Amazônia nesta Casa [...] novo Código Florestal brasileiro só poderá beneficiar o Estado que tenho a honra de representar”. Já o Deputado Wilson Chedid, do Paraná, elogiou a proposta como meio de proibir a agricultura predatória, “utilizando-se da derrubada e da queima de matas, sem

indagar se elas eram necessárias à conservação e à fertilidade do solo ou do regime das águas”.³⁵ Entre as principais mudanças da nova lei se destacam a ampliação da proteção de todos os imóveis rurais na Amazônia para 50% (sendo 20% no restante do país) e a definição da localização das áreas de proteção permanente no entorno dos rios e topos de morro.

Conclusão

Após 200 anos da independência do Brasil, a visão de José Bonifácio de Andrada e Silva sobre a importância da Ciência, trabalho livre e conservação da natureza para a modernização da agropecuária manteve sua centralidade no debate nacional. Nesse período a produção agropecuária e silvicultura deram saltos significativos, com a introdução de novas tecnologias e aumento da produção. Durante a segunda metade do século XX o Brasil passou de importador de alimentos para um dos maiores exportadores em escala global. Também, a partir dos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, a produção madeireira com espécies exóticas de pinus e eucalipto trouxeram o fim da falta de matéria-prima para a indústria. Ao mesmo tempo, muitos dos problemas ambientais denunciados por Bonifácio no início do século XIX se aprofundaram desde então. Em consequência de práticas agrícolas predatórias, hoje se acumulam no Brasil 130 milhões de hectares de pastos degradados.³⁶ Enquanto isso, o Brasil segue como líder global na perda de florestas tropicais, com desmatamento maior que o do Congo e Indonésia somados - o segundo e terceiro colocados, respectivamente.

Sendo assim, apesar de o Brasil ter 61% do seu território conservado, sendo esse percentual superior a 80% na Amazônia, as demais regiões do país já perderam mais da metade da vegetação nativa original. Por exemplo, hoje em São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Minas Gerais resta cerca de um terço da cobertura florestal, percentual similar ao observado em países que já exauriram grande parte dos recursos naturais, como Alemanha, França e Itália.³⁷

Os efeitos do desmatamento na mudança do clima local, já observados por Humboldt e Bonifácio, já são mensuráveis, inclusive na Amazônia. Em consequência

35) Ibid.

36) EMBRAPA. Embrapa Agrobiologia: Pastagens. 2022.

37) RAJÃO, R.; SCHMITT, J.; NUNES, F.; SOARES-FILHO, B. Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto/UFMG, 2021.

da perda florestal na porção sul do bioma, a duração da estação chuvosa no Mato Grosso e Rondônia já foi reduzida, em média, 27 dias, aumentando o risco de quebra da segunda safra.³⁸ Portanto, o projeto agrícola de Bonifácio segue incompleto, visto que a agricultura moderna brasileira convive lado a lado com a minoria de 2% de produtores que são responsáveis por dois terços do desmatamento na Amazônia e Cerrado.³⁹

Para completar a visão de José Bonifácio para a agricultura brasileira, é preciso separar as dimensões política e internacional daquela estritamente nacional e científica, respectivamente, no debate sobre a modernização da agricultura. Desde os anos 1980 o governo brasileiro vem sofrendo crescente pressão internacional em relação ao desmatamento. Diferentes líderes políticos de países como França e Estados Unidos da América sugeriram que a Amazônia deveria se submeter a algum tipo de tutela internacional, o que por sua vez interfere na soberania brasileira na região. Mais recentemente essas críticas se intensificaram por conta das emissões de gases de efeito estufa causados pelo desmatamento e os impactos das mudanças climáticas globais.

Ao mesmo tempo, enquanto o tema da conservação das florestas era o foco da atenção principalmente de nacionalistas e conservadores no Brasil, como Rondon e Bonifácio, após a queda do muro de Berlim o ambientalismo foi adotado como uma das principais bandeiras dos partidos de esquerda. A partir desse contexto, vários líderes conservadores civis e militares brasileiros passaram a interpretar toda discussão sobre a importância da gestão racional dos recursos naturais como demanda ligada a interesses que buscam impedir o desenvolvimento do Brasil.

Para trazer luz a esse tema, é preciso, em primeiro lugar, reconhecer que a necessidade de uma boa gestão ambiental em apoio à agricultura moderna deve ocorrer independentemente da dimensão internacional. Com a redução do desmatamento haverá certamente um benefício global, mas esse ganho só irá ocorrer se for acompanhado também de ações em outros setores, já que o desmatamento é responsável por 17% das emissões de gases de efeito estufa, enquanto a queima

38) LEITE-FILHO, A. T.; COSTA, M. H.; FU, R. The southern Amazon rainy season: the role of deforestation and its interactions with large-scale mechanisms. *International Journal of Climatology*, 2020, 40(4), p. 2328-2341.

39) RAJÃO, R., DEL GIUDICE, R., VAN DER HOFF, R., CARVALHO, E. B. Uma breve história da legislação florestal brasileira. Florianópolis: Expressão, 2020.

de combustíveis fosseis, realizada principalmente pelos países industrializados, representa 57%.⁴⁰

Simultaneamente, o Brasil contribuiu em 2020 com menos de 3% para as emissões globais.⁴¹ Pode-se inferir que o Brasil é também vítima dos impactos das mudanças climáticas globais, que afetam principalmente a agricultura e segurança hídrica, mesmo contribuindo pouco para isso. Ao mesmo tempo, como já referido por Humboldt e Bonifácio, há mais de dois séculos o desmatamento gera efeitos locais notáveis na regularidade das chuvas. Assim, a boa gestão ambiental com a conservação das florestas traz benefícios principalmente para o Brasil e deve ser buscado independentemente das pressões e interesses internacionais e mudanças climáticas globais. Em segundo lugar, é necessário pautar o debate sobre as políticas públicas do meio rural pela ciência, e não por preferências político-partidárias.

O fato de que partidos de um lado do espectro político adotem um tema como bandeira não significa necessariamente que esse tema deva ser rechaçado de forma irracional. Seguindo a visão deixada para nós por Bonifácio, é preciso reconhecer que a defesa, educação, segurança pública, economia e meio ambiente são pilares para a construção de um país melhor para todos, devendo ser preservados dos efeitos destrutivos da polarização política.

Referências

ANDRADA E SILVA, J. B. **Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Império do Brasil**. Paris: Typographya de Firmin Didot, 1825. Disponível em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4492/1/016889_COMPLETO.pdf.

-
- 40) Intergovernmental Panel on Climate Change. IPCC (2020). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2020/02/ar4-wg3-sum-vol-en.pdf>.
- 41) CLIMATE WATCH (2022). World Resources Institute. Washington, DC. Disponível em: <http://www.climatewatchdata.org/>.

_____. **Lembranças e apontamentos do governo provisório da província de S. Paulo para os seus deputados.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1820. Disponível em: https://www.brasiliana.usp.br/bitstream/bbm/4175/1/038774_COMPLETO.pdf.

_____. **Memória sobre a necessidade e utilidade de novos bosques em Portugal, particularmente de Pinhaes nos areas de Beiramar, seu methodo de sementeira, costeamento e administração.** Lisboa: Na Typographia da Acedemia Real das Sciencias, 1815. Disponível em: <https://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1119/digitalizacao/pagina/1>.

_____. Memória sobre a pesca das baleias e extração do seu azeite. **Memória Econômica da Academia Real das Ciências de Lisboa, 1970 (tomo 2).** Disponível em: <https://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1170/digitalizacao/pagina/1>.

_____. Necessidade de uma academia agrícola no Brasil. Biblioteca Nacional do Rio. **Revista Popular**, XVI, 1862, p. 290-330. Disponível em: <https://www.obrabonifacio.com.br/colecao/obra/1113/digitalizacao/pagina/1>.

ANJOS, J. A. **José Bonifácio, primeiro Chanceler do Brasil.** Brasília: FUNAG, 2008. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-767-jose_bonifacio_primeiro_chanceler_do_brasil.

BARRETTO, V. **Ideologia e política no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BENTIVOGLIO, J. Demos com o colosso em terra: o ocaso de José Bonifácio e a ascensão política de Aureliano Coutinho nas páginas do jornal A Verdade. **História**, São Paulo, 2010, n. 29, p. 248-267.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Parecer da Comissão de Agricultura e Política Rural no Projeto de Lei nº 2874/1965, que institui o novo Código Florestal, de autoria do Poder Executivo. Relatores: Deputados Ivan Luz e Newton Carneiro. **Constante do Dossiê Digitalizado do Projeto de Lei nº 2874/1965.** Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1194507.

CAPDEVILLE, G. O ensino superior agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, 1991, 72 (172).

CLIMATE WATCH. World Resources Institute. Washington, DC. 2022. Disponível em: <http://www.climatewatchdata.org/>.

DEAN, W. **With broadax and firebrand**: the destruction of the Brazilian Atlantic Forest. University of California Press, 1997.

DOLHNIKOFF, M. **O pacto imperial**: origens do federalismo no Brasil. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

EMBRAPA. Embrapa Agrobiologia: **Pastagens**. 2022. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agrobiologia/pesquisa-e-desenvolvimento/pastagens>.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

HARCOURT, B. E. **The illusion of free markets: Punishment and the myth of natural order**. Harvard University Press, 2011.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. IPCC (2020). Disponível em: <https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/2020/02/ar4-wg3-sum-vol-en.pdf>.

LEITE-FILHO, A. T.; COSTA, M. H.; FU, R. The southern Amazon rainy season: the role of deforestation and its interactions with large-scale mechanisms. **International Journal of Climatology**, 2020, 40(4), p. 2328-2341.

KAUPPI, P.; AUSUBEL, J.; FANG, J.; MATHER, A. S.; SEDJO, R.; WAGONNER, P. E. Returning forests analyzed with the forest identity. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 2006, 103(46), p. 17574-9.

MILLER, D. P.; REILL, P. H. (eds.). **Visions of empire**: voyages, Botany and the representations of natures. Cambridge University Press, 1996.

MOLINA, M. C.; FREITAS, H. C. A. Avanços e desafios na construção da educação do campo. Brasília: **Em Aberto**, 2011, 24(85), 17-31.

NOVAIS, F. A. A proibição das manufaturas no Brasil e a política econômica portuguesa do fim do século XVIII. **Revista de História**, 2000, (142-143), 213-237.

PÁDUA, J. A. Nature conservation and nation building in the thought of a Brazilian Founding Father: José Bonifácio (1763-1838). **Anais da Conference of the American Society of Environmental History**. Tucson, Arizona, 1999.

_____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

PARRON, T. P. **A política da escravidão no Império do Brasil - 1826-1865**. Dissertação (Mestrado em História Social) – USP, 2009.

RAJÃO, R., DEL GIUDICE, R., VAN DER HOFF, R., Carvalho, E. B. **Uma breve história da legislação florestal brasileira**. Florianópolis: Expressão, 2020.

RAJÃO, R.; SCHMITT, J.; NUNES, F.; SOARES-FILHO, B. **Dicotomia da impunidade do desmatamento ilegal**. Belo Horizonte: Centro de Sensoriamento Remoto/UFMG, 2021.

ROHTER, L. **Rondon, uma biografia**. Belo Horizonte: Objetiva, 2019.

RONDON, C. **Rondon: história da minha vida - autobiografia**. Ebook Kindle, 1957.

SALVADOR, V. D. F. **História do Brasil: 1500 a 1627**. São Paulo: Itatiaia, 1982.

SANTOS, E. F. José Bonifácio revisitado: o universitário e o militar. **Revista de Faculdade de Letras, História**. Porto, 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/13869/2/6741000072328.pdf>.

VANDELLI, D. Memória sobre a agricultura deste Reino, e das suas conquistas. **Memórias econômicas da Academia Real das Ciências de**

Lisboa, para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal, e suas conquistas. Tomo 1. Lisboa: Oficina da Academia Real das Sciencias, 1789.

VARELA, A. G.; LOPES; M. M.; FONSECA, M. R. F. D. As atividades do naturalista José Bonifácio de Andrada e Silva em sua ‘fase portuguesa’ (1780-1819). **História, Ciências, Saúde, Manguinhos**, 11, 685-711, 2004.

VON HUMBOLDT, A. **Equinoctial regions of America.** Produced by Sue Asscher. (v. 2), 2012 Jun. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/cache/epub/7014/pg7014-images.html>.

WHITE Jr, L. The historical roots of our ecologic crisis. **Science**. 155(3767), 1967, p. 203-1207.

WHITE, G. **The natural history of Selborne.** (v. 24). Gibbings, 1890.

WORSTER, D. **Nature’s economy:** a history of ecological ideas. Cambridge University Press, 1994.



**A IMPRENSA NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

**HIPÓLITO JOSÉ DA COSTA PEREIRA E
O CORREIO BRAZILIENSE**

Prof Dr José Theodoro Mascarenhas Menck*

* Bacharel em Direito, Mestre e Doutor em História pela Universidade de Brasília - UnB, Pós graduado em Direito Romano pela Universidade de Roma; Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Geográfico e Histórico Militar do Brasil.

Aurora da imprensa luso-brasileira

O ano de 1808 tem, para a história do Brasil, singular importância, em função de dois fatos: foi o ano em que a Corte portuguesa, ameaçada pelos invencíveis exércitos de Napoleão Bonaparte, transmigrou-se para o Rio de Janeiro, fato esse nunca assaz festejado, pois representou o verdadeiro momento em que se iniciou o processo de construção do Estado Nacional brasileiro, bem como sua emancipação política.

O próprio então Príncipe-Regente D. João teve a intuição da importância daquele fato histórico, quando, na proclamação redigida para explicar a transferência da sua Corte, dizia que vinha criar em terras americanas um novo império.¹

Paralelamente com a transcendência desse fato, registra-se outro acontecimento de suma relevância: a criação da imprensa no Brasil. É de 13 de maio daquele ano o decreto da criação da Impressão Régia, primeiro momento em

1) O Manifesto de D. João às Nações, no qual ele declara ter vindo à América “criar um novo Império” foi transcrito no v. I do Correio Braziliense, publicado em setembro de 1808, Secção Política, Subtítulo: Coleção de Documentos Oficiais relativos a Portugal, título da publicação: Manifesto, ou Exposição Fundada e Justificada do Procedimento da Corte de Portugal a respeito da França, desde o princípio da Revolução até a época da Invasão de Portugal; e dos motivos que obrigaram a declarar a Guerra ao Imperador dos Franceses pelo facto da Invasão, e da subsequente Declaração de Guerra feita em consequência do Relatório do Ministro das Relações Exteriores, págs. 255 a 268.

A ideia do Brasil como Império, no então, já havia aparecido antes. O próprio Hipólito José, já no primeiro número do Correio Braziliense, em junho de 1808, v. I, inaugurou a secção que denominou Miscelânea com um artigo chamado: Pensamentos vagos sobre novo Império do Brasil, p. 57.

que o Brasil se vê capacitado a possuir uma oficina tipográfica. Possibilitado pela criação da Impressão Régia, o país vê surgir o primeiro jornal que se imprimiu em território nacional, a intitulada Gazeta do Rio de Janeiro (10 de setembro de 1808).²

No entanto, como muitos outros eventos da história do nosso país, curiosamente o jornalismo brasileiro já havia nascido. Ou seja, o jornalismo precedeu, em alguns meses, a própria imprensa, no Brasil. Foi no mês de junho, daquele mesmo ano de 1808, que Hipólito José da Costa iniciara, já radicado em Londres desde sua fuga dos cárceres da inquisição lusitana, deu início ao jornalismo não apenas brasileiro, mas também português, com a publicação do **Correio Braziliense**.

É verdade que Hipólito José, no texto que inicia aquela que será a obra maior de sua vida, lembra um precedente:

Foi em Lisboa, na imprensa de Craesbeck, e, 1649, que este Redator traçou, com evidência, debaixo do nome de Boletim os acontecimentos da guerra da aclamação de D. João o Quarto. Neste folheto se viam os factos, tais quais a verdade os devia pintar, e desta obra interessante se valeu, ao depois, o Conde da Ericeira, para escrever a história da aclamação com tanta censura, e acertada crítica, como fez.³

Já Matias Martinez Molina, em seu livro **História dos Jornais no Brasil**, nos lembra que no fim do século XVI até o século XIX, circularam em Portugal papéis avulsos, “*com notícias sobre acidentes, naufrágios, batalhas e fatos curiosos, misturando dados reais com fantasia.*”⁴ Não poderíamos, porém, chamá-los de jornais, uma vez tratava-se de folhas manuscritas e de circulação irregular, ainda que tenham tido importância na divulgação de informações, e de boatos (hodiernamente denominados de *fake news*).

Atualmente considera-se a *Gazeta em que se Relatam as Novas Todas, que Houve nesta Corte, e que Vieram de Várias Partes no Mez de Novembro de 1641*

-
- 2) Hipólito José anuncia as alvissaras do estabelecimento da Imprensa no Brasil no número 5 do Correio Braziliense, em outubro de 1808, v. I, nº 5, Seção Miscelânea, págs. 393 e seg., artigo sob o título: Estabelecimento da Imprensa no Brasil. Já o Decreto em si foi publicado no número seguinte - 6, v. I, correspondente ao mês de novembro de 1808. Seção Miscelânea, págs. 517 e 518, sob o título: Introdução da Imprensa no Brasil.
 - 3) Correio Braziliense, v. I, n. 1, junho de 1808, Introdução, p. 2.
 - 4) Matias M. Molina, *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 61.

como sendo o primeiro jornal português. Texto engajado na restauração do trono português quando do fim da União Ibérica.⁵

No Brasil, têm-se aventado que a tipografia teria sido introduzida ou nas missões jesuíticas⁶, ou no Brasil holandês⁷. Ambas experiências são muito pouco documentadas. No entanto, ainda que tenham ocorrido, não tiveram sequência.

Matias M. Molina nos traz ainda algumas notícias de tentativas de introdução da tipografia no Brasil no século XVIII, mas não há referência a noticiários jornalísticos.

Mesmo sem negar o pioneirismo do boletim de Craesbeck, de 1649, não podemos, outrossim, negar a Hipólito José da Costa Pereira o mérito de ter sido o pioneiro na criação da Imprensa jornalística, seja no Brasil, seja em Portugal. Foi o primeiro, e o mais longo, dos jornais em língua portuguesa publicado em Londres e, sem sombra de dúvida, o mais influente.

O **Correio** foi editado em Londres por não ser possível fazê-lo nem em Portugal, nem no Brasil, em função da censura e pelos perigos a que os redatores se exporiam falando livremente dos poderosos. Assim como o **Correio Brasileiro**, várias foram as publicações em língua portuguesa impressas na França e na Inglaterra na época, sempre com o objetivo de fugir da censura.

A preciosa coleção da folha londrina ficou formando uma coleção de 29 grossos tomos, os quais se estendem de 1808 até 1822, ano em que o bacharel, transformado em jornalista, se julgou quite com o seu dever e encerrou a publicação do jornal. Em verdade, trata-se de uma publicação que lembra pouco o jornal típico de nossos dias. Hipólito José numerou cada edição do seu jornal, tendo chegado a 175 fascículos. A cada seis números, correspondendo a um semestre, fechava um volume, tendo chegado a 29 volumes. A numeração das páginas recomeça em cada volume. Os fascículos tiveram, em média, entre 72 a 140 páginas, embora alguns tenham ultrapassado 200. Os fascículos foram divididos em quatro seções gerais: Política, Comércio e Artes, Literatura e Ciência e, ainda, Miscelânea (que se subdividia em Correspondência e Reflexões).

5) Idem, p. 62.

6) O Pe. Serafim Leite em sua portentosa História da Companhia de Jesus no Brasil declara que os jesuítas imprimiram textos no Rio de Janeiro em 1724, o que não seria de se espantar, dado o desenvolvimento que davam aos seus Colégios no Brasil. *Apud* Matias M. Molina, História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840), São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 82.

7) *Apud* Matias M. Molina, História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840), São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 78.

Encontramos, no Correio Brasiliense, todos os grandes problemas da nacionalidade em formação, bem como o espírito de um homem de talento, que acrescenta a todas as vantagens que possuía a vantagem de ter uma vasta perspectiva diante de seus olhos – ele, que contempla a paisagem brasileira de fora, da sede, de então, do mundo ocidental que se formava.

Hipólito José da Costa Pereira estava familiarizado com todos os problemas de seu tempo, e é com os socorros de uma excelente erudição que apresenta e discute os assuntos brasileiros. Pena que não foi sempre ouvido.

Examinemos algumas de suas ideias:

Ponto político relevante foi o da necessidade, em que se encontram os países fracos, tais como os estados americanos, de se tornarem aptos a se verem livres da perigosa proteção dos povos fortes. Que tratem de garantir a sua liberdade por intermédio da criação de uma sociedade que tenha espírito de sadia moralidade:

Deixemos, pois, essa palavrosa exclamação sobre liberdades e tiranias, no caso em que tratamos: as republicas mais livres, como essa da França se supunha então ser, manterão nos países estrangeiros o despotismo, a Inquisição, o sistema opressivo colonial, e todos os mais horrorosos abusos, com tanto que assentem que isso lhes convém. O povo que deseja ser livre e feliz, cuide de assegurar com suas virtudes próprias essa liberdade, e essa felicidade, que deseja, porque em quanto se esperançar n'outras nações, para gozar esses bens, será escravo, será infeliz. Não dispute sobre a forma de Governo, reflita no modo de melhorar seus costumes. Um povo sem moral, se não tem liberdade, nunca a obterá; se a tem certamente a perderá.⁸

Outro assunto que insistentemente abordou, como uma das garantias da segurança e, por vias travessas, do progresso do Brasil, foi o da mudança da capital do país para o interior, onde nos ficassem mais asseguradas as possibilidades de defesa no caso de uma agressão. Não chegou a dizer qual seria o melhor local; queria-o, porém, perto das férteis vertentes, em região onde a vida humana se pudesse tornar doce e agradável. Sabemos que esse seu ponto de vista, que era o ponto de vista também de José Bonifácio e, mais tarde, de Porto Seguro, e acabou por ficar vitorioso em 1961, quando da transferência da capital para o até então inóspito e deserto Planalto Central brasileiro.

8) Correio Braziliense, v. XXIV, nº 140, janeiro de 1820, Secção: Miscelânea. Artigo: Justificação do Correio Braziliense contra o Correo de Orinoco, p. 77.

Palavra frequente do seu apostolado é a defesa das duas populações mais frágeis que serviram para a formação da nacionalidade brasileira – a do índio e a do negro. Hipólito José confrange-se ante a política de destruição com que o Brasil faz desaparecer o índio e confrange-se ante a escravidão que criamos para o negro. Mostra que um país que possui escravos só pode possuir uma mentalidade de escravo. E põe os brasileiros neste duro dilema:

Se a sua abolição repentina seria um absurdo rematado, a sua perpetuação n'um sistema de liberdade constitucional é uma contradição de tal importância, que uma cousa ou outra devem acabar. Os Brazilienses, portanto, devem escolher entre estas duas alternativas; ou eles nunca hão de ser um povo livre, ou hão de resolver-se a não ter com sigo a escravatura.⁹

Conhecedor da Europa como era, deseja ter em mão o meio de promover para o nosso país uma corrente migratória europeia. “*Temos por várias vezes indicado a necessidade que há de procurar ao Brasil uma população tirada das nações Europeias.*”¹⁰

Levanta, em numerosos editoriais, a bandeira que constitui o núcleo do seu pensamento político – a bandeira da monarquia constitucional.

Como bom e esclarecido liberal, defende todas as liberdades humanas, dentre as quais a plena liberdade de expressão, mormente a da imprensa.

Profundamente preocupado com as condições do desenvolvimento econômico do Reino do Brasil, propugna por: um conselho de minas, uma inspeção para a abertura de estradas, uma redação de mapas, um exame da navegação dos rios e muitas outras melhorias tidas como fundamentais.

Contemplando as liberdades pregadas pelo século, e tendo como modelo as liberdades públicas inglesas, insurge-se contra as opressões e ergue-se contra os excessos do poder e da autoridade absolutas:

Uma multidão ajuntada pela força, ainda que exista debaixo de uma só e única cabeça, não se pode dizer que está unida; nem tal corpo constitui jamais um povo. He a liga social, a confederação, o mutuo consentimento, fundado em

-
- 9) Correio Braziliense, v. XXIX, nº 174, novembro de 1822, Secção: Miscelânea - Reflexões sobre as novidades deste mês. Reino Unido Portugal Brasil e Algarves. Artigo: Escravatura no Brasil, p. 574.
- 10) Correio Braziliense, v. XVIII, nº 105, fevereiro de 1817, Secção: Comércio e Artes. Artigo: Comércio do Reino Unido, p. 159.

algum bem ou interesse comum, expresso pelas leis, que une os membros da comunidade, e faz qualquer povo Um. O poder absoluto anular o Público; e aonde não há público, ou constituição, na realidade não há nem Pátria, nem Nação.¹¹

Acerca da permanência de D. João no Brasil, o pensamento de Hipólito José é cristalino: o rei só tem um real interesse – o de permanecer a sede da Corte no Rio de Janeiro, e de não regressar a Lisboa. Em essência, escreveu: achando-se na Europa, o rei de Portugal achar-se-á a frente de um pequeno país, pouco povoado, e que dispõe de pequena força militar, quase uma província espanhola. Isso no meio de um continente repleto de cabeças coroadas – onde cada cabeça coroada representa grandes exércitos, por vezes acompanhado de grande força naval. Que importância pode ter o monarca do pequeno Reino lusitano? Se essa era a situação que D. João encontraria, caso voltasse à Europa, inteiramente distinta, oposta mesmo, seria a situação caso se mantivesse na América. Este último era um continente de inseguras repúblicas. Repúblicas, muitas vezes por falta de cabeças à coroar, trêfegas e sem solidificação interna conveniente, por vezes submetidas a pronunciamentos militares, bem como a movimentos subversivos. Estando entre eles um legítimo monarca, de uma das mais tradicionais dinastias europeias, pela coerência e pela da tradição que trazia consigo, adquiriria incontestável força moral. Baseado nesse raciocínio, Hipólito José da Costa pregava que existem todas as vantagens, para os dois reinos, a permanência da Corte no Rio de Janeiro.

Particularmente interessante foi o evoluir de seu pensamento no que diz respeito à independência do Brasil. No princípio, foi partidário e ferrenho defensor da unidade do Reino Unido. Não passava por seu espírito a ideia dos reinos Portugal e Brasil separados. O desastre, para ele, era óbvia consequência de qualquer eventual separação. O evoluir dos trabalhos das Cortes de Lisboa, no entanto, levaram-no a concluir que as medidas legislativas tomadas afastaram, definitivamente, o Brasil do Reino Unido, esgarçando a herança bragantina.

Sabemos que a história seguiu um curso não desejado por Hipólito José da Costa Pereira. D. João, malgrado sua vontade, foi forçado pela tropa estacionada no Rio de Janeiro a regressar a Portugal. Tal regresso, bem como as medidas legislativas que levavam à desagregação da obra joanina no Brasil, contra as quais

11) Correio Braziliense, v. X, nº 60, maio de 1813, Secção: Miscelânea - Reflexões sobre as novidades deste mês. Brasil. Artigo: Decreto porque se Concedeu ao Intendente da Polícia o Poder Despótico de Prender a Quem Quiser, p. 681.

o Correio Braziliense vociferou com todas as suas forças, tiveram como consequência o que Hipólito José temia e previa: a emancipação política do Brasil.

Acerca da reconquista militar do Brasil por tropas portuguesas, ameaça formulada por deputados lusitanos no plenário das Cortes, quando se viram desobedecidos por D. Pedro no Brasil, retorquiu:

Diz o Deputado Girão, no meio de mil declamações intempestivas, e irrelevantes, que se o Brasil arvorar o estandarte estrelado; isto é, se se declarar independente; ou a mãe pátria usar de seus direitos; ou nações ambiciosas irão colonizar as províncias, que mais conta lhe fizerem; ou os escravos renovarão as cenas de S. Domingos.

Nenhuma das três alternativas, porém, são de temer; apesar das profecias do Deputado Girão, e apesar dos esforços dos de seu partido. Não a primeira; porque se pela expressão, usar a mãe pátria de seus direitos, entende o deputado Girão, que Portugal mandará forças militares a conquistar o Brasil; a experiência tem mostrado o ridículo de tais ameaças, pois as tropas Europeias tem sido expulsas do Brasil, em todas as províncias, em que os povos a isso se determinaram; e o estado exausto, endividado e falto de recursos do Tesouro de Portugal, prova a todas as luzes a impotência daquele Erário, até para ocorrer ás despesas diárias, quanto mais para pensar em mandar expedições contra o Brasil, que sejam capazes de produzir algum efeito, naquele país, favorável ás vistas desse partido, que o deseja fazer voltar à dominação colonial.

A segunda alternativa é puramente quimérica; porque não ha nação alguma na Europa, que possa tentar uma invasão no Brasil; e a única, que estaria em circunstâncias de o fazer, por sua força marítima, é a Inglaterra; mas esta conhece demasiado bem os seus interesses, e o povo Inglês tem demasiados sentimentos de justiça, para empreender uma guerra, que destruiria uma considerável fonte de seu comércio externo, e não lhe apresentava vantagem alguma equivalente.

A terceira alternativa foi amplamente respondida pelo deputado Andrade, em sua fala, que copiamos a p. 64¹²; até ridiculizando a ideia, de que os negros do Brasil, na Bahia só um terço dos habitantes, noutras províncias só um décimo, pudessem assoberbar todo o resto da população, que lhe é tão superior em todos os sentidos.¹³

Diante da notícia da convocação de uma Assembleia Constituinte no Reino do Brasil pelo Príncipe Regente D. Pedro: “- *Está enfim decidido, que o Brasil vai a ser um Estado Soberano Independente; e estão convocados os Representantes do Povo, para decidirem qual é a forma de Governo, que esse Povo quer ter*”¹⁴ – já nas antevésperas da ruptura definitiva dos laços políticos entre os dois países, à guisa de contribuição, oferece um Projeto de Constituição Política do Brasil. Composto de 86 artigos desenha a estrutura de uma Monarquia Constitucional.

Após os três artigos introdutórios em que declarava quem eram os cidadãos do Reino e seu território, o Projeto se referia sucessivamente aos Poderes Legislativo, Executivo e Judicial. O Legislativo seria composto por três entes: o rei, um Conselho de Estado renovável e pelos Representantes eleitos. O Executivo, por sua vez, seria composto pelo Rei, pelo Conselho de ministros, pelas Juntas de Província e por fim pelas Câmaras de Distritos. Por fim o Poder Judiciário seria composto por um Tribunal Supremo; pelas Relações das Províncias e pelos Juízes dos Distritos. O projeto também previa em suas grandes linhas o Processo Legislativo e a Administração da Fazenda Pública.

-
- 12) Trata-se de referência ao discurso resposta do deputado Antônio Carlos Ribeiro d’Andrada ao citado Deputado português Girão na 400ª Sessão das Cortes – dia 26 de junho de 1822, quando constava na Ordem do Dia os artigos adicionais à Constituição para o Brasil, mais especificamente a existência de um parlamento próprio para o Reino do Brasil, em que Antônio Carlos disse estar o Deputado Girão enganado, pois a maioria dos habitantes do Brasil eram homens livres, ao contrário do que ocorrera na ilha de São Domingos, quando da insurreição dos escravos que levou ao massacre de todos os brancos no Haiti, onde o extraordinário número de escravos superava esmagadoramente o número de brancos franceses. Correio Braziliense, v. XXIX, nº 170, julho de 1822, Secção: Miscelânea – Cortes de Portugal. 400ª Sessão – 26 de Junho de 1822, p. 64.
- 13) Correio Braziliense, v. XXIX, nº 170, julho de 1822, Secção: Miscelânea - Reflexões sobre as novidades deste mês. Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves. Artigo: Medidas das Cortes sobre o Brasil – Artigos Adicionais à Constituição Respectivos ao Brasil, p. 184.
- 14) Correio Braziliense, v. XXIX, nº 172, setembro de 1822, Secção: Miscelânea - Reflexões sobre as novidades deste mês. Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves. Artigo: Constituição do Brasil, p. 371.

Ou seja, o projeto se enquadrava dentro das características promovidas pelo liberalismo clássico no início do século XIX.¹⁵

Reação Contra o Correio brasileiro

Na correspondência de um leitor ao redator (hoje diríamos editor) publicada no Correio Braziliense de julho de 1822 podemos ver a principal reação contra a linha editorial adotada por Hipólito José da Costa Pereira. Trata-se da postura de um metropolitano indignado contra a “rebelia” das províncias austrais do Brasil que não aceitam retornar passivamente à condição de meras colônias, isso depois de haverem espontaneamente aceito a volta de D. João a Portugal, bem como aderido à revolução de 1820. Insurge-se, outrossim, contra as ações do Príncipe Real D. Pedro, pregando sua punição, pois “*chegou o tempo, em que a lei não faz distinção de pessoas*”. Todos os eventos contra quais o leitor se insurge eram bandeiras caras ao Correio Braziliense, tanto que o leitor, que ironicamente assina “Amigo do Brasil”, desafia ao final Hipólito José a publicar essa sua correspondência. Podemos tomar essa troca de correspondência como exemplificativa da postura do público contrário ao periódico.

Vejamo-la, *in verbis*:

Lisboa 15 de junho de 1822.

Snr. Redator do Correio Braziliense!

A invasão deste Reino, no ano de 1807, fez baixar Portugal à humilhante categoria de Colônia, e elevar-se o Brasil à inesperada preeminência de metrópole. Em quanto a guerra absorvia todos os nossos ânimos e esforços, não foi possível atentarmos sobre a nossa degradação política, e sobre o grande desabe, e intoleráveis inconvenientes, que delia nos provinham, vendo-nos reduzidos de metrópole a colônia; apenas porem assomou a aurora da paz fixamos nossas vistas, sobre a nossa deprimida situação, e brotou em nossos corações um vivíssimo ressentimento, que de dia em dia se foi agravando. Daquí se seguiu a insurreição, que rebentou no Porto aos 24 de agosto de

15) Correio Braziliense, v. XXIX, nº 172, setembro de 1822, Secção: Miscelânea - Reflexões sobre as novidades deste mês. Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves. Artigo: Medidas das Cortes sobre o Brasil – Artigos Adicionais à Constituição Respectivos ao Brasil, págs. 375 e segs.

1820, e produziu o mágico efeito de nos fazer recobrar o predicamento perdido, e fazer voltar o Brasil ao que dantes era.

Apesar de ver regressar para a Europa o trono Português, não mostraram os povos do Brasil, que se sentiam com isso humilhados; e bem longe de tomar medidas algumas, para se oporem ás consequências de tão importante mudança, com a maior leveza, sem mais consideração nem reparo, juraram homenagem ás Cortes deste Reino, e à Constituição, que elas fizessem, fosse boa, fosse má, pois nesses juramentos não consta, que fizessem reserva alguma. Não só se quiseram assim todas aquelas províncias tornar a reduzir ao estado de colônia, de sua livre vontade, e sem que as Cortes tal lhe pedissem, mas a Bahia até pediu humildemente, que queria ser considerada como parte de Portugal e não do Brasil, baixeza esta, que não somente se lhe não pediu, mas até ninguém esperava.

Isto posto; diga-me, Snr. Redator, ¿com que aparências de razão se atrevem as províncias do Sul do Brasil a falar desacatadamente a sua atual Metrópole? Não pertence ás Cortes o julgar da leveza, ou pusilanimidade ou vileza, com que os Brasileiros assim se quiseram submeter voluntariamente, e passar da categoria de Reino independente, ao estado de colônia, como dantes era; mas o que pertence às Cortes e ao Governo é castigar com a maior severidade esses rebeldes colonos, que disputam uma autoridade, a quem devem obedecer cegamente. É preciso atalhar o mal antes que cresça; porque se assim se não fizer, o exemplo das províncias rebeldes pôde contagiar as que se acham no devido estado de submissão.

Uma vez, que aqueles povos de sua própria vontade se quiseram sujeitar a Portugal, o que deviam fazer, por ser Lisboa a natural metrópole de todo o Império Português, já não têm liberdade de subtrair-se a sua dominação, ainda que os declarassem escravos. Esta proposição não foi até agora contrariada por nenhum membro das Cortes e é ela tão evidente, que nem mesmo os galrados Deputados do Brasil, e os mais fatnos (sic) dessa recova de estúpidos, se atreveu ainda a pôr em dúvida; posto que grasnem algumas vezes contra as mais sabias providencias, que as Cortes adoptam.

Concluo daqui, que não só é político mas é do dever das Cortes, enviar ao Brasil as tropas, que forem necessárias para trazer em ferros à Lisboa todos os malévolos cabeças daquela rebeldia, sejam eles quem forem; porque chegou o tempo, em que a lei não faz distinção de pessoas; e nem o Príncipe por ser Príncipe deve ser isento do castigo devido à rebeldia; quanto mais que o não obedecer ele aos decretos das Cortes o incapacita de reinar sobre o nosso trono

constitucional, e se incapaz é de reinar, com ele não deve haver mais contemplação do que com os outros culpados. Para executar isto tem Portugal tropas de sobejo, e até tem à sua disposição os recursos daquelas províncias, que não imitaram ainda os rebeldes; e por isso é preciso dar pressa, a não negligenciar meio algum para extirpai o mal, antes que ele contamine os não infectos. Espero, Snr. Redator, da sua imparcialidade, que publicará esta no seu Periódico, se é que realmente quer que a verdade seja discutida e achada, e não que prevaleçam somente os sonhos de quatro visionários, que desenca-minham os Brasileiros.

Sou de V M.
Constante Leitor.
Amigo do Brasil.¹⁶

Hipólito José publica em seguida sua resposta, em tom sarcástico mais incisivo, reiterando suas bandeiras de luta, *in litteris*:

Inserindo a carta, que fica acima, lemos provado nossa imparcialidade, e mostrado a demais até onde chega nossa condescendência pelo Snr. Constante Leitor, Amigo do Brasil; mas ainda assim resta-nos o direito de lhe responder, e desse direito, nem podemos nem queremos prescindir.

Começa o nosso Correspondente com a queixa de que Portugal sofria o grande desaire e os inconvenientes de ser reduzido de Metrópole a Colônia. ¿Ora não terá o Brasil também razão de sentir o ver decair sua graduação de Metrópole a Colônia? Mas no Brasil são os incentivos muitos maiores.

Portugal não sofria mais do que a ausência e distância do Rey: isto mesmo sofre agora o Brasil, e sofre mais o ver alterado seu sistema comercial, com restrições, que só se impõem a colônias; sofre ver desligadas suas províncias umas das outras, desligado mesmo o Governo de cada uma, dando-se a autarquias independentes entre si, o poder civil militar, e de fazenda: sofre mais o ver guarnecidas suas cidades por tropas Portuguesas, que lhe vem de fora, que assoberbam o país, que se portam verdadeiramente como estrangeiros conquistadores.

Argumenta depois nosso Correspondente, que os povos do Brasil não têm direito a disputar agora a autoridade das Cortes; porque juraram obedecer-lhe

16) Correio Braziliense, v. XXIX, nº 170, julho de 1822, Secção: Correspondência. Carta ao Redator sobre os maus procedimentos do Brasil, págs. 218 e segs.

e à Constituição, que elas fizessem. Este argumento não é novo, tem sido mil vezes produzido nas Cortes e fora delas; mas aqui tem o sainete dos epítetos, que se dão ao Brasil, por tal haver feito; atribuindo isso à leveza, inconsideração, falta de reparo, fraqueza, vileza, &c.; carregando-se mais a mão na Bahia. Não nos parece que seja verdadeira a acusação; porque em vez de se dever atribuir a esses vícios e defeitos o desejo, que mostrou o Brasil de se unir prontamente à causa de Portugal na reforma do Governo, fui isso motivado por um excesso de virtude, por uma sinceridade sem suspeita, e por uma fraternal cordialidade, que não podia esperar tão ingrata correspondência da parte de Portugal. Não suspeitou o bem-intencionado Brasil, que o ingrato Portugal responderia a uma ilimitada confiança com o pérfido plano deu dividir para melhor o subjugar, e de oprimir com força armada para o obrigar a receber as leis coloniais, que caprichasse ditar-lhe. Menos podia ainda alguém suspeitar, que esses atos de fraternal cordialidade do Brasil lhe fossem agora imputados, em Portugal, a leveza, inconsideração, baixeza, &c.

Demos, porém, que a Bahia merecia esses reproches, sem dúvida não era aos Portugueses, que competia fazê-los; por que em seu benefício eram; e muito mal está ao pobre, que recebe uma esmola, taxar de pródigo a quem lha dá, ainda que outrem pudesse com justiça fazer esse reparo. A demais esses atos procederam da Junta, a quem ninguém tinha dado poder de declarar a província da Bahia unida a Portugal. O povo só desejou abraçar o sistema constitucional, mas como o poder caio em mãos de uma facção devota ao despotismo de Lisboa, a Junta obrou nisso arbitrariamente, sem consultar os povos nem as Câmaras, que eram as únicas corporações, que os representavam.

Que as províncias todas do Brasil se quizeram, voluntariamente, reduzir ao estado de colônia, diz o nosso Correspondente. Mas que isto não seja assim prova o facto de que, logo que o maquiavelismo das Cortes abriu os olhos ao Brasil, se revoltaram contra isso todas as províncias, que tiveram meios de o fazer, e não foram menos do que todas as províncias do Sul; e que as outras seguirão o exemplo, quando se lhes proporcione ocasião, parece confessar o mesmo nosso Correspondente, quando insiste em que se mandem mais tropas ao Brasil, para impedir o que chama o contagio; e dessa opinião se mostram claramente as Cortes.

Quer mais o nosso Correspondente, que uma vez, que o Brasil declarou, que se sujeitava às Cortes, deve receber qualquer Constituição, que elas fizerem seja boa seja má. Mas isto é um princípio, que se fosse admitido legitimaria os mais atrozes despotismos do mundo; e se tal é o direito público, que traz com

sigo o sistema constitucional de Portugal, quanto mais depressa se renunciar a ele tanto melhor.

Pergunta o nosso Correspondente ¿com que aparências de razão se atrevem as províncias do Sul do Brasil a falar desacatadamente à sua atual metrópole? Respondemos com outra pergunta. ¿Com que aparências de razão se atreveu Portugal a falar desacatadamente à sua então metrópole, que era o Rio de Janeiro, aonde residia El Rey; responderão; porque esse Governo era mau, ou não nos convinha. Pois isso mesmo agora responde o Brasil, e quem não quer passar por lobo, que lhe não vista a pele.

Diz mais, que Lisboa é a natural metrópole de todo o Império Português. Nós não vemos o porquê seja isso naturalmente: se é por ter ali existido a Corte antes de estar no Rio de Janeiro: então que se mude para Guimarães aonde esteve primeiro que em Lisboa; e se a capital deve naturalmente estar no centro, e não em um canto do Império, então esse centro se acha no Brasil em não em Portugal; porque dali lhe ficam mais próximas as possessões de África e Ásia; e ali é o empório das principais riquezas da Monarquia.

Conclui o Correspondente, que se mandem fazer em ferros a Lisboa os malévolos, que são cabeças da rebeldia, e inclui nisso a S.A.R. o Príncipe Regente. Permita-nos dizer-lhe, que esse disparate, pronunciado primeiramente nas Cortes, e depois repetido por tantos insensatos, só contém desejos impraticáveis, e ameaças inexecutáveis. A repetição de tais absurdos só pôde servir de abrir os olhos aos povos Brasileenses, que ainda esperarem levar as Cortes por bem: acelerará a união das províncias dissidentes; e procurará a que mandem mais depressa retirar esses Deputados nas Cortes, a que se chamam grasnadores, e que, pelo modo com que tem sido tratados, são ali já pior que inúteis. Quanto aos insultos, que com mão tão liberal o nosso Correspondente distribui ao Brasil, o efeito que eles têm produzido, vão produzindo e produzirão, servirão de resposta em quanto, nós vamos cuidar de outras matérias, que muito interessam, e que talvez o nosso correspondente testemunhará os resultados.

Londres 28 de julho, 1822.

Além das grandes e graves divergências de pauta para o Reino Unido, retratadas na troca de correspondência acima transcrita, Hipólito José provocou durante todo o tempo em que existiu, viva e inquieta repulsa por parte da autoridade lisboetas. Foram muitas, e de várias naturezas, as tentativas feitas para breçar a pena do jornalista.

A primeira providência imaginada pelo governo português para fazer cessar a atividade de Hipólito José da Costa consistiu na ideia de extraditá-lo para o território português. Este alvitre já havia sido aplicado anteriormente com sucesso contra José Anselmo Correia, redator de vários jornais portugueses em Londres que o Conde de Funchal conseguiu que fosse expulso da Inglaterra. Cedo, entretanto, verificou-se a impossibilidade dessa providência, em função de ter Hipólito José, com a proteção do duque de Sussex, prestado juramento de *Denizen*, o que o tornou imune à extradição.¹⁷

O segundo expediente imaginado foi o caminho da cooptação. É conhecida a troca de correspondência entre D. Domingos Antônio de Sousa Coutinho - Conde de Funchal, Ministro representante de Portugal junto ao governo inglês e seu irmão, D. Rodrigo de Sousa Coutinho - Conde de Linhares, então o principal ministro de D. João, no Rio de Janeiro. Nesta correspondência combina-se a compra de 500 assinaturas do Correio Braziliense em troca de Hipólito José adotar uma postura mais simpática a administração de D. Rodrigo e deixasse de criticar D. Domingos. A transação não chegou a ser concluída. Hipólito José da Costa continuou a publicar até o fim o seu Correio Brasiliense veementes críticas tanto a D. Rodrigo como a D. Domingos.

Outra providência tentada várias vezes foi proibir a circulação do jornal. Tal medida, ainda que tenha incomodado os assinantes do jornal, não foi de forma alguma eficaz para impedir sua leitura. A primeira proibição contra a circulação do **Correio Braziliense** data de 1809, e foi decretada pelo Conde de Linhares, antigo patrono de Hipólito José, cuja administração era alvo frequente do jornal. Exemplares do jornal passaram a ser retidos na alfândega do Rio de Janeiro. Mecenas Dourado chega a dizer que D. João somente teria sido informado dessas apreensões anos depois. Em Portugal, a proibição deu-se em dezembro de 1811, por determinação dos regentes do Reino. Há notícia de apreensão de exemplares na alfândega do Grão-Pará em 1810, na administração de D. José

17) Conforme já expusemos no final do capítulo I deste livro, pesquisa, levada a cabo por Mecenas Dourado, concluiu que, ao contrário do que é comumente dito, que Hipólito José da Costa Pereira não se naturalizou inglês. Ele aproveitou-se de um antigo instituto jurídico então existente no Direito Inglês e prestou uma espécie de vassalagem diretamente ao monarca inglês - *denizen*, que lhe acarretou algumas vantagens, inclusive a de não ser passível de extradição, mas não lhe concedia a cidadania. O vínculo era com o monarca, não com o Estado. Lembremo-nos que então o rei da Inglaterra era também o soberano do Principado de Hanover, Estado completamente independente da Inglaterra.

Narciso de Magalhães.¹⁸ Em 1811, Ordem Régia mandou proibir a circulação do **Correio Braziliense**. Medida reiterada em 1817, e novamente repetida em 1820. Sempre sem sucesso.

Por fim, tentou-se combater o Correio Brasiliense alugando-se a pena de vários escribas, encarregados de escrever panfletos contra Hipólito em Londres. Chegou-se mesmo a financiar periódicos. O Conde de Funchal promoveu e financiou o lançamento de um jornal concorrente, ***O Investigador Português em Inglaterra, ou Jornal Literário, Político, &c.***, que circulou de 1811 a 1819, tendo tido 92 exemplares.

Fundado por três médicos: Bernardo José de Abrantes e Castro – adido da embaixada portuguesa em Londres e seu principal redator; Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro em 1811, ***O Investigador Português***, constituiu-se num órgão de combate à folha de Hipólito José. O Conde de Funchal, depois de ver naufragar seu acordo com Hipólito José, comunicou ao Rio de Janeiro que como “*não se havia podido arranjar com o Correio Braziliense*”, pedia ajuda para ***O Investigador***, que “*ao menos não seria um inimigo declarado como era o Correio Braziliense*”. O jornal recebeu ajuda do governo em pagamento de “*cento e tantos*” exemplares que assinara, mas que não eram entregues, além de ter as despesas com papel e tipografia pagas.¹⁹

Era tão notória a interferência de D. Domingos que ele chegou a ser conhecido como sendo o Redator Encoberto d’***O Investigador***. Como resposta Hipólito José baixou a nível: “*Sabemos que pela parte materna, se acha na seguinte descendência americana: uma mulata, filha bastarda, teve em dote as terras do Rio Verde, no Brasil, para se casar com o ouvidor; deste casamento nasceu a avó, ou mãe de Maria Antônia, que foi mãe do nosso amigo*” [o Conde de Funchal]. Hipólito José foi ainda mais longe em seus ataques ao embaixador chamando-o de “*nosso parente macaco*”.²⁰

Independente dos insultos trocados, foi a falta de capacidade dos redatores d’***O Investigador*** a razão do seu fracasso. Mecenas Dourado assim nos define aquela publicação: era uma publicação que não podia “*preencher, plenamente, as funções não só como defensor do governo, mas como empresa jornalística. Era*

18) SODRÉ, Néelson Werneck. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EdipucRS, 2011 [1966], pág 52.

19) José Liberato Freire de Carvalho, Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho, Lisboa: Editorial Minerva, 1982 [1855], p. 81.

20) *Apud* Matias Martinez Molina. História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840), São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 147.

*pouco interessante como revista literária e política, e conheceu as vicissitudes de um órgão que não é animado pela convicção das ideias, nem pela capacidade de direção de seus fundadores.*²¹

A partir de janeiro de 1814, assume a direção do periódico o frade José Liberato Freire de Carvalho, outrora amigo de Hipólito e agora seu adversário. Muito ligado ao Conde de Funchal, mostrou mais independência quando o Conde foi substituído na embaixada pelo Conde de Palmela. O principal objeto das críticas de Liberato diziam respeito às relações da Corte Joanina com o Brasil, que, segundo ele, reduziam o Reino Português a colônia do Brasil.²² Não suportando as intervenções de Palmela, para quem *O Investigador* publicava artigos “*impróprios do carácter que ele deve ter no público*”, e concluía “*e por isso julgo que esses futuros artigos sejam aqui combinados na minha secretaria.*”²³ José Liberato, entretanto, continuou indócil. Além disso, julgava os seus vencimentos insuficientes. Depois de vários atritos com o governo do Rio de Janeiro, principalmente pela insistência em dizer que El Rey deveria voltar a Lisboa, José Liberato resolveu romper com “*os assassinos de minha pátria*” e abandonou o jornal, em junho de 1818. O periódico durou até fevereiro do ano seguinte.²⁴

O expediente de calar o **Correio Braziliense** via concorrência, no final, mostrou-se igualmente baldada.

Considerações finais

É indubitável que a obra maior de Hipólito José da Costa Pereira foi a publicação, por quase três lustros, do **Correio Braziliense**. A relevância desta sua obra para a formação de toda a geração que fez a independência é, também,

21) Mecenas, Dourado. Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 321.

22) José Liberato chegou a escrever em sua auto biografia que: “Hoje, sem governo próprio da sua categoria, e ainda sem a posse exclusiva de suas próprias riquezas, que o Brasil inumanamente lhe devora em homens e dinheiro, Portugal é, decerto, um tristíssimo exemplo das mais fatais vicissitudes humanas!” José Liberato Freira de Carvalho, Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho, Lisboa: Editorial Minerva, 1982 [1855], p. 115.

23) Matias Martinez Molina. História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840), São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 148.

24) José Liberato Freira de Carvalho, Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho, Lisboa: Editorial Minerva, 1982 [1855], p. 100.

indiscutível. Basta dizer que, depois de passar por diversos distribuidores no Rio de Janeiro, no final tinha como agente naquela cidade a Francisco Gomes da Silva²⁵, mais conhecido por “Chalaça”, não apenas fâmulos de D. Pedro, mas um seu amigo e companheiro de todas as horas.

Em sua biografia de Hipólito José da Costa, Mecenas Dourado nos diz que D. Pedro certamente cresceu e se informou politicamente ouvindo falar e lendo o **Correio Braziliense**, provavelmente levado pelo Chalaça. Se o Chalaça, cuja intimidade com o Príncipe Real é dado indiscutível na historiografia, tinha um espírito “lúcido, atilado e operoso”, conforme nos diz Otávio Tarquínio de Sousa, e sendo ele agente do periódico “proibido” na cidade do Rio de Janeiro, é certo que o alcoviteiro do Príncipe Real também contrabandeasse as leituras proibidas para dentro do Paço de São Cristóvão. O **Correio Braziliense** era o maior manancial de informações de fatos políticos, com sugestões teóricas respeito da gestão da coisa pública, disponível. Não há como por em dúvida sobre o fato que “*era lido no paço sem rebuço*”.²⁶

O jornal *O Português*, chegou a escrever que o governador de uma das capitanias brasileiras, toda vez que tinha de lavrar um ato qualquer ou tomar uma medida administrativa, procurava se lembrar do que escrevera o **Correio Braziliense**. Já o governador da capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, D. Diogo de Sousa, permitia a leitura do **Correio Braziliense** na sala pública de uma sociedade mercantil, “*após cuidadosa revisão do conteúdo feita por ele*”, ainda que em 1811 teria revogado a permissão.²⁷ O periódico era lido na Biblioteca Pública de Salvador, assim como diversos outros jornais, bem como na loja do jornal soteropolitano **Idade d’Ouro**. No Ceará, eram encontrados exemplares

25) Matias M. Molina (História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840), São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 123) nos diz que o primeiro representante comercial do Correio Braziliense no Rio de Janeiro foi Jorge Dodsworth, leiloeiro da rua da Alfândega, que anunciava regularmente a chegada, por navios procedentes de Liverpool, de exemplares do jornal. Mais tarde assumiu a distribuição Bernarde da Veiga, que mostrou pouca aptidão para a tarefa.

Só posteriormente é que Francisco Gomes da Silva, protegido por sua intimidade no paço, é que teria assumido esse negócio.

26) Mecenas Dourado. Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, págs. 419 a 422.

27) Nelson Werneck Sodré, História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: Edipucrs, 2011, p. 52.

do **Correio Braziliense**²⁸ Por fim, várias são as fontes que indicam a constante leitura do periódico na comunidade luso-brasileira de Londres, bem como entre os ingleses vinculados ao comércio brasileiro. Eram enviados, pelo ingleses, regularmente, exemplares aos contatos comerciais no Brasil. Assim sendo, é indiscutível que o jornal fosse leitura frequente da elite culta luso-brasileira política e comercial.

O próprio Hipólito José escreveria que, no Rio de Janeiro, “*lê-se o Braziliense até no Paço, sem reбуço algum.*” De fato, o jornal *Astro da Lusitânia* de Lisboa chegou a escrever que: “*S. M. tinha determinado ao cavalheiro Heliodoro Carneiro que lhe enviasse de Londres o **Correio Braziliense** e o **Campeão Português**, com o louvável fim de saber o que na Europa se passava*”. E de acordo com Silvestre Pinheiro Ferreira, mais tarde substituto de Thomaz Antônio de Villa Nova no ministério português: “*O intendente de polícia (...) servia de instrumento para El Rey ver e saber o que queria, tanto que lhe mandava por via dele o **Campeão**, o **Português** e o **Correio Braziliense.***”²⁹

O fato de o próprio monarca ser leitor do periódico que seus ministros perseguiram, tanto no Brasil como e Portugal, nos ajuda a entender outro enigma: Como Hipólito José conseguiu sustentar sua publicação por tantos anos? Essa talvez seja a parte mais polêmica acerca de periódico e de seu editor.

Carlos Rizzini, com base em várias fontes, estimou que uma publicação que imprimisse 500 exemplares com 128 páginas custaria algo em torno de 612 libras esterlinas. Calculou, ainda, que para viver dignamente em Londres seriam necessários umas 450 libras esterlinas por ano, e que outras despesas gerais poderiam ser orçadas em mais 150 libras esterlinas. 1.212 libras esterlinas anuais seriam necessárias. Ou seja, Hipólito José, de acordo com aquele autor, teria de vender pelo menos umas 600 assinaturas mensais. O que é muito.

Ademais, o jornal custava no Rio de Janeiro a ingente soma de 1\$280 réis, dos quais 110 representavam o custo do correio. Na Bahia, era vendido por valor que variava entre 800 a 900 reis. A chegada era irregular, dado a irregularidade do transporte. Com esse preço, fica evidente que o jornal não podia depender apenas de suas assinaturas, dado o elevado preço de cada exemplar.

Há, destarte, consenso de que Hipólito José recebia apoio externo.

28) Matias Martinez Molina. *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015, págs. 134 e 135.

29) *Apud*, Matias Martinez Molina. *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 135.

Corroborando a hipótese da ajuda externa, o historiador José Tengarrinha adiantou a tese que o **Correio Braziliense** não poderia ter vivido tanto tempo sem apoio e que, “*além de eventuais ajudas de círculos políticos e comerciais do Brasil, seu principal suporte teria sido o próprio governo britânico, interessado no desenvolvimento das potencialidades que se lhe abriam com o contestado tratado comercial firmado em 1810 com Portugal.*”³⁰ Crítica que seguiu uma linha similar a Néelson Werneck Sodré.³¹

Entretanto, os dois autores acima citados – José Tengarrinha e Néelson Werneck Sodré – parecem ter se esquecido de que, se efetivamente Hipólito José era um grande admirador das instituições inglesas, nem por isso deixou de ser acérrimo crítico do acordo comercial anglo-lusitano de 1810. Crítico a pondo do conde de Linhares justificar a proibição da circulação do jornal em função das críticas que fazia ao governo inglês, e, por conseguinte, que poderia trazer estragos comerciais e políticos para Portugal. Ademais, é-nos difícil acreditar que os ingleses financiassem quem combatia com tanta firmeza seus principais interesses econômicos.

Por outro lado, há documentos dizendo que Hipólito José teria negociado para suavizar suas críticas, embora não nos primeiros anos de publicação. Em 1809, o Conde de Funchal – então embaixador de Portugal na Inglaterra, teve a iniciativa de fazer diversas assinaturas trimestrais do **Correio Braziliense**, que somente renovou uma única vez. Hipólito José insistia em escrever sobre questões financeiras que deixavam o conde em maus lençóis. Acompanhava as assinaturas, a promessa de aquisição de 500 assinaturas pelo governo português em troca do jornal deixar de “*tocar em objetos que só produzem sedições e nunca*

30) José Tengarrinha, *Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa das Origens a 1865*, Lisboa: Temas e Debates, 2013, págs. 90 e 91. Note-se que o *Correio Braziliense* é, com razão, considerado pela historiografia luso-brasileira como tendo sido o primeiro jornal tanto brasileiro como português.

31) Néelson Werneck Sodré chega a dizer ser “discutível a inserção na imprensa brasileira” do *Correio Braziliense*. “menos pelo fato de ser feito no exterior”, mas pelo fato de refletir “nos seus comentários a posição da burguesia inglesa”. Néelson Werneck Sodré enfatiza o fato de o periódico ser muito mais doutrinário, do que informativo, e muito mais moralizador, do que revolucionário, colocando em dúvida, por conseguinte, sua brasilidade. Sua peremptória conclusão é que: “E por isso é só por exagero [que] se pode enquadrar o *Correio Braziliense* no conjunto da imprensa brasileira.” Néelson Werneck Sodré, *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: Edipucrs, 2011, págs. 42 a 54.

feito algum útil aos homens.”³² O intermediário da negociação foi Vicente Pedro Nolasco da Cunha, maçom e amigo de Hipólito José.

Durante as negociações para a compra das 500 assinaturas, houve um abrandamento nas críticas dirigidas a D. Domingos - Conde de Funchal e a seu irmão, D. Rodrigo - Conde de Linhares, mas não houve condescendência para com um dos regentes de Portugal, D. Miguel Pereira Forjaz. Sabe-se, hoje, que o Rio de Janeiro terminou por concordar com a compra das 500 assinaturas, mas dada a demora das negociações, cerca de um ano, Hipólito José concluiu que não seria fechado o acordo e voltou à sua acrimônia.

Se não se chegou a ser concluído nenhum acordo com o Conde de Funchal, houve, segundo nos narra Mecenas Dourado, negociações posteriores que foram bem sucedidas, levadas a cabo pelo próprio D. João, cujo início se deu em 1812. Os intermediários, desta feita, foram o médico Heliodoro Jacinto d’Araújo Carneiro, do lado de Hipólito José, e o Desembargador Paulo Fernandes Viana, Intendente-Geral da Polícia do Rio de Janeiro.

Em função das negociações anteriores terem fracassado pela demora da resposta do Rio de Janeiro, D. João teria mandado pagar antecipadamente, como “*garantia de ajuste*”, e também para compensar a perda de assinaturas ocorrida em função das apreensões de exemplares nas alfândegas, duas mil libras esterlinas, uma quantia enorme na época, além de estipêndios anuais. Tudo por conta do tesouro da Intendência- Geral de Polícia.³³ Com a obrigação de Hipólito José suavizar suas críticas. Hipólito José nunca atacara a pessoa de D. João, atribuindo todos os eventuais malfeitos da administração a seus ministros.

32) Matias Martinez Molina. *História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840)*, São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 136.

Mecenas Dourado exemplifica melhor as condições propostas pelo Conde de Funchal: “não tratar da maçonaria; encerrar as considerações que vinha publicando relativas ao paralelo entre a Constituição portuguesa e a inglesa; não tocar na religião, etc.” Mecenas Dourado. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 375.

33) Em uma carta do Conde de Funchal a D. João, datada aos 16 de dezembro de 1815, o Conde declarou ser voz corrente em Londres que Hipólito José recebia 4 ou 5 mil cruzados pelo tesouro do Maranhão.

A notícia é corroborada pelo periódico *O Português*, nº 51, de março de 1819, em artigo assinado por João Bernardo da Rocha segundo o qual remetia-se a Londres “a soma de 14 mil e tantos cruzados que a mesma Polícia do Rio lhe mandava vir, vindos por escala do Maranhão.”

Apud Mecenas Dourado. *Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, págs. 392 a 394.

Existe uma curiosa referência acerca desta negociação, contada pelo barbeiro de D. João. A certa altura, D. João teria sido informado que Hipólito José não teria aceito sua oferta, ao saber disso D. João teria comentado com seu barbeiro: “É deixa-lo (...) um homem que não aceita arreglos é de confiança.”³⁴ No entanto, sempre segundo Mecenas Dourado, Hipólito José terminou por se acertar com D. João, o que não o impediu de continuar a criticar a administração real, embora em tons menos ásperos. O Conde de Palmela chegou a escrever, em janeiro de 1817: “o **Correio Braziliense** tem, há tempos a esta parte, cessado quase inteiramente os ataques que fazia contra o nosso ministério.”³⁵

Poupados eram apenas o Monarca, o Príncipe Real e o Intendente Geral de Polícia do Rio de Janeiro. Já os ministros, eram todos, de uma maneira ou outra, fustigados.

O governo de Lisboa, acompanhando parecer do Conde de Palmela, afirmava que a tolerância para com o periódico tinha sua parcela de culpa pela insurreição de 1817 em Pernambuco, e da conspiração do Gal. Gomes Freire Andrade em Lisboa, naquele mesmo ano.

Manuel de Oliveira Lima nos diz que, instado pelos regentes de Lisboa, o Conde de Palmela chegou a alcançar “com sua insistência amável e graciosa persuasão” que os capitães dos paquetes ingleses deixassem de admitir a bordo e transportar para Lisboa, exemplares do **Correio Braziliense**. Assegurava Palmela, em sua correspondência oficial, que seria possível obter o mesmo com relação ao Brasil, caso o quisesse o governo do Rio de Janeiro. Houve muita pouca vontade da corte em associar-se a essa atitude do Conde de Palmela. O que confirmou, para Palmela, o que se dizia em Londres, de ser Hipólito José “protegido do gabinete, senão do próprio monarca.”³⁶

Iniciou-se, inclusive, uma correspondência epistolar pessoal entre o Intendente de Polícia, e por intermédio dele, com o próprio Monarca. Existem, nos arquivos da Biblioteca Nacional, Secção de Manuscritos, missivas de Hipólito José e de Heliodoro Carneiro dirigidas ao Intendente Fernandes Viana, bem como ofícios do Intendente ao Rei, apresentando ao Monarca a correspondência recebida dos dois. A Correspondência chegava de Londres com o sobrescrito ao intendente e

34) *Apud* Matias Martinez Molina. História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840), São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 138.

35) *Idem*, *ibidem* & Manuel de Oliveira Lima. Dom João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 469.

36) Manuel de Oliveira Lima. Dom João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 509.

cobertas com o endereço dos comerciantes Miller e Cia., para evitar que fossem abertas, como já haviam sido, na legação de Londres.³⁷

Em fevereiro de 1820, Hipólito José, antes do estouro da Revolução do Porto, que ocorreria em agosto, publicou que D. João intencionava fazer grandes reformas políticas, estando em seus projetos convocar uma assembleia para dotar o Reino de uma Constituição. A informação lhe teria sido repassada por Heliodoro Carneiro, o médico que era seu intermediário junto a D. João.³⁸

Acerca deste seu arreglo econômico com D. João, Manuel Oliveira Lima nos diz que:

Hipólito, se não foi propriamente venal, no sentido de pôr em almoeda a sua pena de panfletário, não foi todavia incorruptível, pois se prestava a moderar seus arrancos de linguagem a troco de considerações, de distinções e mesmo de patrocínio oficial.

(...) Ele não fizera entretanto da oposição uma mercancia, isto é, descobrira que o melhor meio de ganhar dinheiro, de bem espalhar o seu periódico, fosse o agredir a torto e direito. Nem se pode dizer que o interessasse tanto o auxílio pecuniário (...) como o seduzia o fato de ser tratado como uma potência.³⁹

Em 1821, levantada a censura à imprensa, começam a ser publicados jornais, panfletos e folhas avulsas das mais diversas correntes de opinião, e em grande quantidade. O **Correio Braziliense** já não era a única voz independente. Escrito longe dos acontecimentos, perdeu sua relevância. Hipólito José da Costa considerava encerrada sua missão. Em dezembro de 1822, ao encerrar sua obra magna, escreveu:

Os acontecimentos do Brasil fazem desnecessário ao Redator, o encarregar-se da tarefa de recolher novidades estrangeiras para aquele país; quando a liberdade de imprensa nele, e as muitas gazetas, que se publicam nas suas principais cidades, escusam este trabalho d'antes tão necessário.⁴⁰

37) Mecenas Dourado. Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 390.

38) Mecenas Dourado. Hipólito da Costa e o Correio Brasiliense. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957, p. 407.

39) Manuel de Oliveira Lima. Dom João VI no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908], p. 466 e 467.

40) Correio Braziliense, v. XXIX, nº 175, dezembro de 1822. Seção: Miscelânea. Reflexões sobre as novidades deste mês. Artigo: Aviso aos Leitores, p. 623.

Logo depois, a menos de um ano depois, em setembro de 1823, quando se envolvia com tratativas de reconhecimento da Independência do Brasil, falecia em Londres, inesperadamente, Hipólito José da Costa. Vivera apenas 49 anos, dos quais não passara mais do que os primeiros 19 no Brasil. No entanto, também sabemos que poucos foram as personagens de nossa História que influíram tanto em nossas instituições. É certo, igualmente, que Hipólito José jamais deixara de pensar em sua distante pátria “brasiliense”, como gostava de falar.

Demais veículos de imprensa e a Independência do Brasil

O movimento liberal que acompanhou todo o processo formador da nacionalidade brasileira foi testemunhado não apenas pelo *Correio Braziliense*, reconhecidamente o primeiro periódico luso-brasileiro, que circulou de 1808 a 1822, mas também por toda uma plêiade de jornais.

O presente rol, não busca ser exaustivo. Pretende apenas apresentar aos leitores uma amostra do grande número de periódicos que começaram a circular na época e que testemunham a efervescência daqueles dias, em que, pela primeira vez no mundo lusófono, gozou-se de plena liberdade de opinião e de imprensa.

Ainda na Inglaterra, além do *Correio Braziliense*, foram publicados, em língua portuguesa:

- » *O Investigador Português em Inglaterra*, fundado em 1812 para combater o *Correio Braziliense*, por Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Bernardo José de Abrantes e Castro, dois médicos, protegidos pelo Conde de Funchal, então agente diplomático português junto à Inglaterra, que patrocinou o empreendimento. O periódico sofreu profunda alteração em sua linha editorial quando sua direção foi assumida por José Liberato Freire de Carvalho, em 1814. Tendo sido financiado pelo governo português desde o início, o jornal deixou de circular em 1818, quando teve seu subsídio financeiro cortado.
- » *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário*, redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro. Circulou entre 1814 a 1821 e, segundo Isabel Nobre Vargues,²⁸² foi o mais combativo

e também o mais proibido de todos os jornais portugueses publicados em Londres. Foi a transformação de uma folha semanária efêmera, intitulada *O Espelho, Político e Moral*.

- » *Espectador Português: Jornal de Crítica e de Literatura*, da lavra de José Agostinho de Macedo, publicado de 1816 a, pelo menos, 1819, violentíssimo e com vocábulos de baixo calão.
- » *O Campeão Português ou o Amigo do Rei e do Povo*, redigido por José Liberato Freire de Carvalho, entre os anos de 1819 e 1821. José Liberato, não se sentindo com a necessária liberdade n' *O Investigador*, fundou o *Campeão Português*.

Além dos citados periódicos, encontra-se, para aqueles idos, referência a outras publicações, sempre em Londres, todas de existência muito efêmeras:

- » *Argus*, que teve quatro números em 1809, e *O Zurrague Político das Cortes Novas*, ambos escritos por José Anselmo Corrêa Henriques.
- » *Microscópio de Verdades*, de Francisco Alpoim de Meneses, com seis ou sete números, entre 1814 e 1815.
- » Não apenas em Londres publicavam-se, naqueles anos, jornais em português, mas também em Paris, onde, conforme nos ensina Matias M. Molina, viram à luz:
 - » *O Observador Lusitano em Pariz*, ou *Coleção Literária, Política e Comercial*, sob a responsabilidade de Francisco Solano Constâncio, tendo circulado entre janeiro e abril de 1815. Recebeu muitos elogios por seu estilo puro, profundidade e imparcialidade.
 - » *O Contemporâneo Político e Literário*, que circulou entre janeiro a setembro de 1820, escrito por Manoel Inácio Martins Pamplona.
 - » *Padre Amaro ou Soveia Política, Histórica e Literária*, cuja redação era do padre Joaquim Ferreira de Freitas.

» *Anais das Ciências, das Artes, e da Letras, por uma Sociedade de Portugueses Residentes em Paris*, cuja circulação se deu entre julho de 1818 e abril de 1821. A publicação era dirigida pelo desembargador José Diogo Mascarenhas Neto. Não era política, mas científica. Angariou elogios, tendo sido arrolado como um dos melhores periódicos da Europa em seu gênero.

Já no Brasil, quando ocorreu o processo revolucionário que deu origem às Cortes de Lisboa, circulavam apenas a oficial *Gazeta do Rio de Janeiro*, então redigida por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães; a *Idade de Ouro do Brasil*, na Bahia, redigida por Diogo Soares da Silva de Bivar e pelo padre Ignácio José de Macedo.

Nelson Werneck Sodré nos diz que o primeiro periódico informativo brasileiro foi o *Diário do Rio de Janeiro*, cujo primeiro número é de 1º de junho de 1821. Tratou-se de jornal que fornecia aos leitores informações locais bem como publicava anúncios. Obteve grande popularidade e foi conhecido como o *Diário do Vintém* – pelo seu preço – ou *Diário da Manteiga* – porque trazia os preços dos gêneros cotidianos da população. Era alheio à política. Circulou até 1878.

As folhas políticas da época da independência, publicadas no Brasil, eram, de forma geral, desenfreadas e rápidas nos insultos. Usualmente de vida muito curta e redigidas por um único indivíduo. Houve no Rio de Janeiro o *Revérbero Constitucional Fluminense, Escrito por Dous Brasileiros, Amigos da Nação e da Pátria*, que circulou de setembro de 1821 a outubro de 1822. Os amigos eram Joaquim Gonçalves Ledo e o cônego Januário da Cunha Barbosa. Além deste, podemos citar como sendo do gênero liberal exaltado: *Correio do Rio de Janeiro, A Malagueta, Sentinela da Liberdade, O Typhis Pernambucano*. Conservadores, porém sempre exaltados, foram *O Tamoio*, dos irmãos Andrada, e *O Espelho*, de José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu.

Procuraram ser moderados apenas uns poucos, como o *Aurora Fluminense*, de Evaristo da Veiga.

Referências

- ARMITAGE, João. **História do Brasil**. São Paulo: Martins, [1836] 1972.
- BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre. **Antologia do Correio Brasileiro**. Rio de Janeiro/ Brasília: Livraria Editora Cátedra/ Instituto Nacional do Livro, 1977.
- _____. **Hipólito da Costa: Pioneiro da Independência do Brasil**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand/ Verano Editora, 1996.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: Typographia/Imprensa Nacional, 1883-1902.
- BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. v. 1, Brasília: Senado Federal, 1996.
- CASTRO, Therezinha de. **Hipólito da Costa: Idéias e ideais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.
- COSTA, Hipólito José da. **Correio Brasileiro ou Armazém Literário/ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça**. Vols. I, XXIV, XXV, XXVI XXVII, XXVIII e XXIX, São Paulo/ Brasília: Imprensa Oficial do Estado/ Correio Brasileiro, 2001 [1808]- 2003 [1822].
- _____. **Diário da Minha Viagem para Filadélfia (1798 – 1800)/ Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça**. Brasília: Senado Federal, 2004 [1954].
- _____. **Narrativa da Perseguição/Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça**. Brasília: Fundação Assis Chateaubriand, 2001 [1811].
- DE PLÁCIDO E SILVA, Oscar Joseph. **Vocabulário Jurídico**. Rio de Janeiro: Forense, 1991 [1963].
- DOURADO, Mecenas. **Hipólito da Costa e o Correio Brasileiro**. 2 tomos. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957.

FREIRE DE CARVALHO, José Liberato. **Memórias da Vida de José Liberato Freire de Carvalho**. Lisboa: Editorial Minerva, 1982 [1855].

GOMES DE CARVALHO, Manuel Emílio. **Os deputados brasileiros nas Cortes Gerais de 1821**. Brasília: Senado Federal, [1912] 2003.

LUSTOSA, Isabel. **O Jornalista que imaginou o Brasil: tempo, vida e pensamento de Hipólito da Costa (1774 – 1823)**. Campinas, SP: Ed. da Unicamp, 2019.

_____. **O Nascimento da imprensa brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A Imprensa no Processo de Independência do Brasil**. Brasília: Edições Câmara dos deputados, 2022.

MOLINA, Matias Martinez. **História dos Jornais no Brasil: Da era colonial à Regência (1500 – 1840)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

OLIVEIRA LIMA, Manuel de. **Dom João VI no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996 [1908].

PERES, Damião (Org.) **História de Portugal: Edição monumental comemorativa do 8º centenário da fundação da nacionalidade, Quinta Época (1816 – 1818), v. VII**, Barcelos: Portucalense Editora, 1935.

QUEVEDO, Raul. **Construtores da Liberdade: A história de dois jornalistas que mudaram a consciência do mundo**. Canoas, RS: Ed. Ulbra, 2001.

RIZZINI, Carlos. **Hipólito da Costa e o Correio Braziliense**. São Paulo: Melhoramentos, 1957.

SACRAMENTO BLAKE, Augusto Victorino Alves. **Dicionário Bibliographico Brasileiro**, v. 3, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Verbete Hyppolito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça.

SODRÉ, Néelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Intercom; Porto Alegre: EdipucRS, 2011 [1966].

TENGARRINHA, José. **Nova História da Imprensa Periódica Portuguesa das Origens a 1865**. Lisboa: Temas e Debates, 2013.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de; Visconde de Porto Seguro. **História Geral do Brasil**. v. 5º, São Paulo: Melhoramentos, 1953 [1857].

_____. **História da Independência do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1957 [1916 – obra póstuma].



NAÇÃO E INDEPENDÊNCIA

ESCOLHAS, EXCLUSÕES E PERSPECTIVAS
NO CAMINHO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA

Prof Dr Leonardo Judice AmatuZZi*

* Doutor em Arqueologia formado pelo Museu Nacional e Bolsista de Pós-Doutorado – Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.

Tomando por base o título deste artigo, se pode imaginar que o conteúdo deste texto seja inteiramente voltado para questões envolvendo o Brasil do período oitocentista. Porém, antes de centrar o olhar de forma mais direta no processo envolvendo a formação de um Estado Imperial no Brasil e nas escolhas que ditaram os rumos de sua trajetória, gostaria de começar este texto colocando em discussão o sentido que a palavra “civilização” carregava para os agentes responsáveis por esse processo.

Tal debate me parece particularmente importante para poder compreender a complexidade do movimento percorrido até a consolidação do Estado Imperial Brasileiro. Digo isso, pois o conceito de civilização que foi predominante entre os agentes associados à Corte dos Bragança fez parte do conjunto de elementos tidos pela historiografia brasileira interessada neste contexto como um dos elos mais fundamentais para que o processo de Independência do Brasil seguisse pelo caminho que todos nós conhecemos.

Sobre essa questão, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias¹, defende que os principais ideólogos do Estado Imperial do Brasil se enxergavam no papel de continuadores de uma mesma tarefa civilizatória que os portugueses de outrora acreditavam ter iniciado. Tal questão deve, portanto, ser considerada como um elemento importante para a construção de um movimento de ruptura que declarou a Independência do Brasil sem fomentar uma oposição à antiga metrópole, tal como ocorreu com seus países vizinhos.

1) DIAS, Maria Odila da Silva Leite. *A Interiorização da Metrópole e Outros Estudos*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

1. Rupturas e continuidades na formação do estado imperial brasileiro

A historiografia brasileira do século XX é farta em produções interessadas em analisar as rupturas entre Brasil e Portugal ocorridas no campo da economia e da política. Autores como Celso Furtado² e o célebre Caio Prado Júnior³ trabalham de forma magnífica o modo o distanciamento entre Brasil e Portugal se deu nesses dois campos.

Inclusive, ambos estão de acordo com a ideia de que os episódios resultantes da assinatura da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808⁴ marcaram o início de um processo que resultou no rompimento oficial do elo que ligava essas duas terras separadas pelo Atlântico. Celso Furtado avança com esse tipo de análise e identifica que as condições econômicas criadas pelos acordos assinados após a abertura dos portos brasileiros eram extremamente favoráveis aos ingleses e certamente prejudiciais ao desenvolvimento econômico do Brasil.

Sua conclusão após compreender a formação desse quadro é a de que tal favorecimento aos britânicos, garantido pelos acordos firmados por D. João VI, está na origem de um impulso liberal e nacionalista que culminou no advento da Independência brasileira.

Apresentadas, mesmo que brevemente, as questões relacionadas às rupturas políticas e econômicas entre Brasil e Portugal no contexto da Independência, voltemos afalar sobre o conceito de civilização e o seu papel na formalização dos laços de continuidades entre o Estado Imperial brasileiro e a antiga metrópole portuguesa. Conhecer bem os esteios que deram suporte para o modelo de civilização que os agentes do Estado Imperial do Brasil se viam continuadores é uma tarefa primordial para aqueles que desejam compreender de modo aprofundado a formação do Império do Brasil.

Digo isso, pois os laços de pertencimento criados pelos que se viam como verdadeiros agentes de um processo civilizatório de longa duração, foram firmados como intuito de diminuir as diferenças entre o Brasil e “as sociedades

2) FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.

3) PRADO JÚNIOR, Caio. Evolução Política do Brasil e outros estudos. São Paulo: Brasiliense. 1933.

4) Falo aqui do documento conhecido popularmente como “Decreto de abertura dos portos”.

estrangeiras iguais naturezas”⁵. Para poder compreender o modo como esses laços poderiam diminuir essas diferenças, senti a necessidade de regredir até o momento da história de Portugal no qual houve uma ruptura da ordem vigente e uma nova dinastia passou a redefinir quais seriam as referências culturais e civilizatórias que dariam sustentação ao seu reino.

A época em que Portugal era regido pelos Reis da dinastia de Avis foi marcada, do ponto de vista cultural, por um distanciamento voluntário da Coroa em relação às referências culturais e civilizatórias que, naquela época, baseavam o movimento renascentista. Esse movimento, conforme sabemos todos, marcou época na história daquilo que hoje chamamos de Ocidente e se tornou o principal responsável pela associação feita entre tradição greco-romana e o epíteto “clássico”⁶. Graças ao Renascimento, um virou sinônimo do outro.

Dentre os monarcas deste período, aquele cujo reinado mais se destacou do ponto de vista do afastamento das referências “clássicas” foi, sem dúvida alguma, o Rei Dom Manuel I, que reinou em Portugal entre (1469-1521). Seu governo coincidiu com época de maior prosperidade para o reino de Portugal, uma vez que foi justamente nesse período que os portugueses tomaram a dianteira dentre todas as nações navegadoras da Europa. Esse quadro se formou graças às buscas de comerciantes portugueses por novas rotas comerciais que levassem até o Oriente.

Considerando, portanto, a existência desse cenário de prosperidade na história do Reino de Portugal, a historiadora Maria Berbara afirma que D. Manuel I soube aproveitar muito bem essas “boas ondas” portuguesas na navegação para reforçar ideias fossem favoráveis ao seu reinado. Assim sendo, ele promoveu diversas iniciativas que afastavam a arte e o próprio humanismo lusitano da época desse tal legado clássico para poder aproximar ambos de uma perspectiva que ressaltasse o protagonismo local.

Segundo Berbara, essa iniciativa acabava fortalecendo o seu próprio reinado junto aos vassallos. A perspectiva de fortalecimento de uma identidade local tão apoiada pela monarquia produziu esquemas iconográficos próprios que ficaram

5) Tal expressão está presente no estatuto fundacional do IHGB. Ela aparece na apresentação dos objetivos e fins da instituição. Este documento pode estar reproduzido em: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 001. Ano de Publicação: 1839. Terceira edição. 1908. ISSN:0101-4366.

6) PITA, L. F. D. A tradição clássica como totem identitário ocidental. Rio de Janeiro: Principia, 2008 v. 17, p. 55-75.

conhecidos posteriormente como “Estilo Manuelino”, do qual vale muito a pena se aprofundar.

Esse estilo pode ser traduzido como a formalização de um desejo da Coroa em promover e reforçar insistentemente os valores regionais que faziam alusão às conquistas portuguesas daquela época. O Período Manuelino pode ser descrito, portanto, como um exemplo interessante para quem deseja estudar a constante tensão existente entre tradições domésticas e os usos de referenciais culturais estrangeiras.

São vários os exemplos citados pela autora para evidenciar a predominância de uma perspectiva pautada pelo desejo de promover os costumes regionais ao invés de buscar alguma associação com as mesmas referências culturais que eram enaltecidas pelos renascentistas da época. Tal desejo se materializa no reforço de uma estética baseada no passado gótico da Península Ibérica facilmente reconhecida na maioria das construções erguidas pelo Estado na época dos Reis de Avis.

Tal escolha pela estética gótica em detrimento daquela que promovia as “luzes” do período “clássico”, está preservada até os dias de hoje na estrutura arquitetônica do Mosteiro dos Jerónimos, conforme podemos comprovar através da reprodução de sua fachada disposta logo abaixo (ver imagem1).



01. Reprodução imagética da fachada do Mosteiro dos Jerónimos.

Fonte: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/>.
Acesso em: 19/08/2020.

Nesse caso, é possível perceber claramente o interesse da monarquia manuelina em reforçar um modelo estético cujas referências identitárias eram encaradas como “essencialmente ibéricas”. Contudo, esse quadro envolvendo o esforço da Coroa em reforçar um padrão estético com traços majoritariamente ibéricos não se manteve após os episódios que marcaram a chamada “Restauração Portuguesa” (iniciada em 1640 e concluída, de fato, em 1668).

2. Os restauradores da herança cultural greco-romana em Portugal

Quem detalha de forma bastante interessante essa mudança no que diz respeito ao referencial identitário promovido pela monarquia portuguesa após os eventos que marcaram o final do Período Filipino⁷ são os historiadores portugueses António Manuel de Andrade Moniz e Carlos Fabião⁸. A hipótese usada pelos pesquisadores citados para explicar essa mudança de paradigma é a de que os restauradores do trono perceberam a necessidade de legitimar o seu movimento diante das outras nações após as décadas de domínio espanhol sobre a Coroa de Portugal.

Essa busca por legitimidade teria sido, portanto, um dos fatores primordiais para que a dinastia dos Bragança, que havia ascendido ao trono após o fim da chamada ‘União Ibérica’, passasse a associar a Coroa de Portugal com a parte lusitana de uma herança cultural que teria nascido na época da “tradição clássica”. De acordo com os autores citados, foi o contexto de restauração do trono e de ascensão de uma nova dinastia que fomentou a adoção por parte do Estado português de uma ferramenta identitária diferente daquela que os Reis de Avis usavam para ajudar a sustentar o peso de sua Coroa.

Reivindicando-se, então, herdeiros de um passado “clássico” e, portanto, comparamos todas as grandes potências europeias daquela época, os novos ocupantes do trono português pretendiam reforçar a sua posição dentre os demais Estados Modernos estabelecidos na Europa.

Um dos exemplos citados pelos autores para comprovar essa busca por aproximação entre o trono restaurado de Portugal e o período “clássico” da história europeia é o estímulo que foi dado pela monarquia dos Bragança para que fossem produzidas obras artísticas que reivindicassem uma ligação direta entre o trono restaurado e os povos lusitanos do período romano.

A mitificação de figuras que vivenciaram a experiência de “romanização” da Península Ibérica ajudou a criar um dos grandes “heróis nacionais” da história de Portugal, que é o chefe militar tribal Viriato. Esse homem, do qual

7) A dinastia filipina, também conhecida como dinastia de Habsburgo, foi aquela que reinou em Portugal durante o período de união pessoal entre este país e a Espanha. Nesta época, o Rei de Espanha era simultaneamente o Rei de Portugal.

8) Ver: DE MONIZ, António Manuel Andrade. Viriato, herói lusitano: o épico e o trágico. Humanitas. v. 60, 2008.

temos poucas referências em fontes latinas, acabou tendo o seu nome marcado como uma referência das lutas e da resiliência lusitana durante o período romano.

Sem dúvida alguma, o mito criado sobre a figura de Viriato (ver imagem 2) ajudou a reforçar novas referências identitárias que precisaram ser promovidas pela monarquia. Essas novas referências mesclavam as tradições ibéricas com as referências que davam sentido para uma tradição “clássica”.

Conforme vimos, a adoção de uma concepção menos regionalista a respeito dos elementos culturais que sustentavam a nação portuguesa é um tema que vem sendo bastante debatido pela historiografia portuguesa nos últimos tempos. A respeito desses estudos, podemos dizer que o objetivo central deles tem sido investigar se o reforço dessas novas referências se mostrou, de fato, capaz de fortalecer e legitimar o vitorioso movimento de restauração diante das demais potências europeias da época.



02. Monumento a Viriato, escultura fundida em bronze inaugurada em 1940, de autoria de Marianno Benlliure.

Fonte: [https://commons.wikimedia.org/wiki/](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Nt-Viriato_Viseu.jpg)

File:Nt-Viriato_Viseu.jpg.

Acesso em: 5/05/2022.

Amílcar Guerra⁹ é mais um dos historiadores portugueses que trabalham especificamente com esse ponto da relação entre os restauradores do Trono e o Período Romano. Em suas análises sobre o tema, o autor elege o poema heroico *Viriato Trágico*, de Brás Garcia de Mascarenhas (1596-1656), publicado postumamente no ano de 1699, como um dos produtos artísticos de maior relevância para o fortalecimento do mito de Viriato.

Sobre esse poema, Guerra chama particular atenção para o canto XV, no qual Viriato, em sonhos, vê uma espécie de evolução histórica no passado de Portugal que se inicia no domínio romano segue seu fluxo até à Restauração.

9) GUERRA, A, FABIÃO, C. - Penélope: Revista De História e Ciências Sociais, 1992, p. 18.

A questão levantada pelo autor pode ser comprovada a partir da seguinte passagem, que será reproduzida a seguir:

SONHO

CANTO DÉCIMO QUINTO ARGUMENTO

Vê sonhando as futuras Monarquias, Viriato. De Godos e Romanos, Árabes e Espanhóis,

Que em fantasias sonolentas se veem os bens e os danos.

Venturas, desventuras, profecias, que há da restauração dos Lusitanos,

Seu antigo valor e novo estado.

Como podemos identificar nessa passagem do poema, interessava para os restauradores do trono que novas referências identitárias pudessem associar de maneira direta o movimento de retomada da Coroa com os valores recuperados da tradição clássica. Essa perspectiva, que versa sobre o resgate de valores do passado clássico para fortalecer uma nova dinâmica social, é justamente o objeto de análise do historiador grego Kostas Vlassopoulos¹⁰.

Especialista na área dos estudos da Antiguidade, ele identifica que o resgate da chamada tradição clássica, realizado pelas potências europeias ao longo do Período Moderno, foi parte fundamental para a formação de uma premissa de evolução histórica que sustentou a formação de um senso civilizatório responsável pela formação do Ocidente Moderno e dos seus Estados Nacionais. Estou falando aqui basicamente da formação de uma tradição civilizatória que teria se iniciado com os egípcios, passado por Grécia e Roma, entrado num período de “trevas” para depois renascer na Itália e, enfim, chegar ao seu ápice na Idade Moderna.

É justamente a relação entre um Estado que busca legitimação e essa perspectiva que enxerga a evolução histórica de uma mesma civilização que me serviu de chave para compreender o modo como o movimento responsável pela Independência do Brasil pode ser associado ao movimento de Restauração do trono de Portugal. A perspectiva de evolução histórica, que é intrínseca ao conceito de Estado Moderno, é essencialmente que dá sustentação para aquela ideia de que os agentes da Independência do Brasil seriam os continuadores de

10) VLASSOPOULOS, K. Introduction. *Unthinking Greek Polis. Ancient Greek History Beyond Eurocentrism*. Cambridge: CUP, 2007, p. 1-10.

uma tarefa civilizatória que há tempos já vinha sendo promovida no Brasil pelos portugueses.

Sob esse olhar, tanto o movimento de Restauração do trono português quanto aquele que levou o Brasil até a sua Independência buscaram, cada um à sua maneira, se inserir nessa perspectiva de evolução histórica. Essa busca pela inclusão numa tradição civilizatória de longa duração se justificaria pela capacidade que essa mesma tradição tinha de fortalecer todos aqueles que eram herdeiros de sua longa marcha evolutiva. Em outras palavras, essa tradição, acreditava-se na época, poderia fortalecer todos aqueles que fossem de “igual natureza” por herdarem a chama da civilização que havia sido acesa no período “clássico”.

3. Ideias que ganham corpo na vida das cidades oitocentistas

Posta essa questão, cabe agora mergulhar de forma mais profunda na história do Brasil. Esse movimento é necessário para que possamos compreender melhor a maneira como os agentes do Estado Imperial do Brasil procuraram exercer o papel de “continuadores” do um processo civilizatório que eles entendiam ter sido iniciado pelos portugueses.

Nesse sentido, buscarei analisar nas páginas que virão a seguir alguns dos pormenores identificados no processo de inclusão da jovem nação brasileira independente no conjunto dos Estados Nacionais que insistentemente tentavam se associar à mesma perspectiva de evolução histórica mencionada no item anterior deste texto.

Em minha visão, as chaves para entender como se deu tal inserção são construídas a partir das seguintes perguntas: (1) Houve, após o movimento de Independência do Brasil, alguma política de legitimação da jovem nação brasileira diante das Grandes Nações Ocidentais da época? (2) Se houve essa política, o que lhe deu sustentação? (3) Quais passos foram dados para convencer a todos que a formalização e a consolidação de um modelo de Estado Moderno era, de fato, o que de mais positivo poderia acontecer deste lado do Atlântico?

Para que se possa tratar aqui do primeiro ponto colocado, creio que seja interessante fazer um pequeno recuo histórico até o ano de 1808, data marcada pela “Abertura dos Portos brasileiros”. Sobre esse episódio, o historiador Renato Mattos, em recente texto publicado, nos diz que parte expressiva das

interpretações elaboradas sobre o período joanino alçou a chamada “abertura dos portos às nações amigas” ao status de ponto de inflexão da história brasileira.

O motivo para considerar o decreto de abertura dos portos brasileiros aos países estrangeiros como um ponto de inflexão para a história do país é a compreensão de que este decreto serviu como um prenúncio do processo que culminou na Independência em 1822, uma vez que o mesmo suprimiu a principal base do sistema colonial. De fato, muitos são os pesquisadores envolvidos com o tema da formação de um Estado Nacional brasileiro que enxergam nessa decisão de D. João o começo de uma verdadeira onda de transformações promovidas pela Coroa a fim de colocar o Brasil no rumo daquilo que as potências europeias da época consideravam ser o “mundo civilizado”.

Em outras palavras, se pode dizer que essa iniciativa foi à primeira, dentre muitas outras, interessadas em inserir o Brasil no processo de evolução histórica que tem como seu ápice a formação dos Estados Modernos. A adoção de medidas que aproximavam o país do Liberalismo Econômico, com a suspensão do Pacto Colonial, é um dos exemplos mais citados para comprovar essa tese¹¹.

Além desse exemplo, que já foi bastante debatido pela historiografia brasileira, também é possível identificar como elemento de comprovação desse interesse um fato ainda muito pouco comentado pelos historiadores brasileiros. O crescimento dos núcleos urbanos brasileiros, especialmente o da capital, corresponde a movimento capaz de melhorar a estrutura física das trocas comerciais que passaram a ter um volume bem maior após o fim do Pacto Colonial.

No entanto, creio que o papel das cidades não se encerrava na questão da infraestrutura. Tomando por base as reflexões de José Luiz Romero¹² sobre as cidades também serem parte de um modo de vida, é possível compreender o desenvolvimento da vida urbana no Brasil oitocentista como uma medida capaz de diminuir a distância entre o Estado Imperial do Brasil e as referências culturais que davam sentido para a vida social na Europa.

Essa percepção foi o elemento que despertou o meu apetite de investigador das questões históricas brasileiras para um estudo que fosse focado na paisagem urbana do Rio de Janeiro. O interesse por esse tema se justifica, na medida em

11) Ver mais sobre o assunto em: ALEXANDRE, Valentim. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810 *In*: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (orgs). A abertura dos portos. São Paulo: Editora Senac, 2007, p. 100-121.

12) ROMERO, José Luis Romero. América Latina: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

que a paisagem dessa cidade é profundamente permeada por uma gama bastante grande de símbolos que faziam referência ao passado “clássico”.

Dessa forma, a paisagem oitocentista da cidade do Rio de Janeiro mostra-se como importante elemento de associação entre o Brasil e aquela perspectiva de evolução histórica já descrita neste texto como fundamental para a sustentação dos Estados Modernos. Desse ponto de vista, a presença de símbolos clássicos na paisagem dessa cidade pode ser lida como uma prática fomentada pela ideia de que era preciso “adaptar” a vida no Brasil aos mesmos conceitos e tradições que, naquela altura, sustentavam a visão de mundo dos europeus.

Todo esse movimento de adaptação das cidades brasileiras visava inserir na vida pulsante desses núcleos urbanos aquelas mesmas referências que eram tidas como tradicionais (ou clássica) para as nações europeias, que a Corte imperial brasileira enxergava como de “igual natureza”.

A centralidade que as ruas dessas cidades assumem nesse processo se justifica, uma vez que esses espaços são, por sua própria natureza, permeados por disputas, imposições, apropriação e conciliações. Conciliações estas que cotidianamente acontecem e dão forma e sentido para um dos principais aspectos daquilo que chamamos de cultura urbana.

Seguindo por essa linha de pensamento, veremos a partir deste ponto do texto o modo como à tradição clássica passou a fazer parte da vida comum das cidades brasileiras oitocentistas.

4. Por que a tradição “clássica” está presente nas ruas do Rio de Janeiro?

A partir deste ponto, pretendo relacionar as discussões desenvolvidas até aqui com um estudo que realizei recentemente sobre a inserção de elementos próprios dessa tradição clássica na paisagem urbana do Rio de Janeiro¹³. Tal estudo envolve justamente os usos e abusos dessa referida tradição no transcorrer de um longo processo de transformação pelo qual o perímetro da cidade o passou durante a época imperial.

13) Referência feita à Tese de Doutorado que defendi recentemente no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu Nacional.

O elemento material que deu asas para essa pesquisa foi basicamente às fachadas de alguns edifícios identificados com um padrão estético oitocentista que - felizmente - ainda estão de pé nas ruas históricas da zona central da cidade. Contudo, antes de iniciarmos aqui um verdadeiro passeio pelas ruas do Centro, me interessa reforçar que esse tipo de estudo se insere no conjunto das pesquisas sobre o passado brasileiro que estão sendo desenvolvidas a partir dos conceitos de identidade e cultura.

Para trabalhar com esses dois conceitos, fiz uso de alguns preceitos metodológicos que pertencem ao subcampo de estudos arqueológicos conhecido pelo nome de Arqueologia da Paisagem. Tal modelo de pesquisa me permitiu identificar com maior precisão quais símbolos vinculados à “tradição clássica” foram inseridos nas fachadas estudadas.

No entanto, mais do que identificar a presença de símbolos “clássicos” nas ruas da cidade do Rio de Janeiro, me pareceu necessário compreender o que estava por de trás da presença desses elementos na construção de uma paisagem que não é historicamente importante apenas para a cidade do Rio de Janeiro. Assim sendo, percebi que era necessário contabilizar e diferenciar cada um daqueles símbolos “clássicos” para poder produzir uma interpretação consistente dos itens que aparecem nas fachadas dos edifícios estudados.

Tal procedimento envolvendo a quantificação desses elementos é fundamental para o desenvolvimento desta análise, uma vez que este se mostra capaz de revelar com maior precisão quais traços de uma história “clássica” foram mais ressaltados na paisagem do Rio de Janeiro. As repetições de determinados símbolos clássicos nas ruas da cidade mostram quais traços dessa tradição estavam sendo reivindicados ao longo das etapas de expansão do perímetro urbano motivado pela “necessária” adequação da capital imperial aos olhos dos estrangeiros que cada vez mais chegavam da Europa.

Para poder realizar essa quantificação de maneira organizada, precisei tomar as ruas que preenchem o perímetro estendido entre as ruas 1º de Março, da Alfândega, São José e a Avenida Passos como se fossem “trincheiras arqueológicas” abertas num sítio bastante amplo. Este sítio representa basicamente os espaços históricos de uma cidade reformulada no século XIX.

Aos olhos da pesquisa que realizei, esse espaço que foi destacado ganhou os contornos de um sítio arqueológico justamente por concentrar a maior quantidade de símbolos “clássicos” identificados na paisagem histórica da cidade. Cada uma dessas ruas do bairro do Centro acabou recebendo o tratamento que normalmente é dado para um ‘setor’ do sítio arqueológico estudado (ver imagem 3).



03. Representação da setorização proposta para a abordagem de campo.

Fonte: <https://imaginerio.org/#en>.

O reconhecimento do local exato onde cada um desses símbolos se encontra fortalece a pesquisa feita ao mesmo em que favorece a divulgação dos dados levantados. Feito esse registro, vamos, enfim, conhecer os dados que foram registrados nessa etapa de campo da pesquisa (ver tabela 1).

Arqueologia da Paisagem - Centro do Rio	Setor 1	Setor 2	Setor 3	Setor 4	Setor 5	Setor 6	Setor 7	Setor 8	Setor 9	Total
Representação de Hermes/Mercúrio -	4	1		2	3		2	2	1	15
Ordem Dórica -	4	1			2			4	2	13
Ordem Jônica -	1	1		4	2		1	5	1	15
Ordem Coríntia -			2	2	3	1	1	8	1	20
Ordem Composita -				2	2				1	5
Ordem Toscana -	1			1						2
Frontões triangulares -	4	1	4		2	1	2	8	6	28
Cornucópia -	1	2	1	1				1	1	7
Folhas de Acanto -			4	2	4	3	1	1		16
Arco Cocêntrico -	1	2	3	3	4	1	1	7	5	27

04. Quantificação dos símbolos encontrados nos setores do sítio.

Fonte: AMATUZZI, 2021.

A interpretação desses números pode ter como ponto de partida uma reflexão que foi produzida pelo pesquisador outrora citado, José Luiz Romero. Sua discussão sobre o fato das cidades brasileiras, diferente das cidades medievais, não terem surgido de nenhum processo social espontâneo, mas de ideias que amadurecem lentamente, abrem espaço para compreender a presença desses símbolos “clássicos” nas fachadas de edifícios antigos a partir dos debates atualmente travados sobre o tema da identidade.

Sendo as cidades verdadeiras ideias que amadurecem de forma lenta, o momento que marca o início da inserção desses símbolos na paisagem do Rio de Janeiro pode ser compreendido como o começo de uma época na qual afirmar ou reforçar o contato com essa tradição “clássica” era socialmente importante. Tal prática associada claramente a questões identitárias pode ter sido bastante relevante para um grupo grande de indivíduos que viveram na cidade durante a época imperial do Brasil.

Antes de seguirmos com a interpretação desses dados, é válido registrar que essa perspectiva construída em cima da relação entre os conceitos de paisagem e identidade vai ao encontro do pensamento que o arqueólogo James S. Duncan¹⁴ constrói ao explicar sua visão a respeito da Arqueologia da Paisagem. De acordo com o autor, as paisagens das áreas onde há interferência humana tendem a revelar quais ações foram praticadas por esses mesmos homens enquanto buscavam adaptar o meio aos seus desejos.

Por conta dessa característica envolvendo a ação humana e a transformação dos cenários, o autor afirma categoricamente que esses espaços moldados pelo homem possuem a capacidade de participar ativamente da vida social desenvolvida naquele ambiente. Esses espaços participam da vida das pessoas de forma ativa por conta dos elementos neles inseridos pelos seres humanos.

De acordo com o referido arqueólogo, a inserção de marcas pessoais nas paisagens pode representar a impressão de um aspecto identitário naquele espaço. Considerando identidade como um aspecto da personalidade humana que se forma no coletivo e se expressa no plano individual, creio que seja possível identificar nas paisagens moldadas pelos humanos algum tipo de um aspecto histórico relevante para compreender a sociedade imperial estabelecida na capital do Brasil.

As paisagens detentoras desse aspecto histórico participam ativamente da vida das pessoas através dos símbolos nela impressos. Elas podem comunicar

14) DUNCAN, J. S. *The city as text: the politics of landscape interpretation in Kandy*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

tendências, reforçar identidades ou impor determinados padrões de comportamento. Sendo assim, a paisagem disposta no espaço localizado entre os setores que identifiquei como um sítio arqueológico pode ser interpretada sob a luz dos aspectos históricos nela inseridos.

Sendo assim, durante o processo de análise da mesma, foquei minha atenção na elaboração de interpretações que pudessem explicar a intencionalidade que ditou a interação entre os símbolos “clássicos” inseridos nas fachadas de prédios históricos no Centro e as pessoas que viveram o Rio de Janeiro ao longo do Período Imperial.

Estimulado pelo desejo de compreender os aspectos identitários utilizados na paisagem para inserir o Brasil naquela perspectiva de evolução histórica e adequar a vida nas cidades brasileiras às referências de um passado “clássico”, dediquei especial atenção aos “detalhes” que denunciam o significado de cada um dos símbolos clássicos inseridos na paisagem estudada.

O formato de um capitel¹⁵ presente numa das diversas colunas gregas reproduzidas nas fachadas estudadas, por exemplo, permite reconhecer quais valores associados às ordens arquitetônicas do período clássico eram entendidos como parte da identidade de pessoas que viveram o Rio da época imperial. Essa constatação se sustenta na leitura que o antropólogo José Reginaldo dos Santos Gonçalves¹⁶ faz da relação entre seres humanos e os seus bens materiais.

Segundo o autor, a literatura etnográfica é recheada de pesquisas sobre o modo como os bens materiais são associados diretamente à identidade dos seus proprietários. Em muitos casos, diz José Reginaldo, esses bens servem tanto para propósitos práticos quanto para expressar significados mágico-religiosos e/ou sociais.

Outros elementos arquitetônicos que fazem referência direta ao passado “clássico” identificados de forma sistemática na paisagem histórica do Centro do Rio de Janeiro são os frontões triangulares e os arcos concêntricos. Segundo os arquitetos portugueses Eduardo Duarte e Rita Mega, os frontões começaram a aparecer na arquitetura junto dos templos gregos datados de cerca de 650 a.C.¹⁷

15) O capitel é uma extremidade que fica na parte superior de uma coluna, de um pilar ou de uma pilastra. Sua função é transmitir os esforços para o fuste.

16) GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

17) DUARTE, Eduardo. MEGA, Rita. *Frontões e tímpanos dos séculos XIX e XX em Lisboa*. In: *Arteteoria*. - Lisboa, 2000. - n. 11 (2008), p. 154-178.

Para ambos, a função e o simbolismo desse espaço triangular chamado frontão caminham de forma muito próxima. O frontão é o elemento arquitetônico que permite a existência de fachadas simétricas e monumentais, essa é a sua verdadeira função. Entretanto, por ser um elemento que pressupõe justamente a ideia de simetria, esse símbolo é associado à ideia de ordenamento/organização.



05. Frontões triangulares reproduzidos no edifício de número 221 da Rua Sete de Setembro.
Fonte: AMATUZZI, 2021.

Diante dessa explicação dada pelos arquitetos mencionados, creio que seja razoável inferir que os indivíduos responsáveis pela inserção destes símbolos nas fachadas de muitos prédios no Centro do Rio de Janeiro se identificavam com o sentido de organização que tal signo era associado. Abaixo está um dos exemplos identificados ao longo da pesquisa anteriormente mencionada.

Além desses elementos que pertencem aos universos simbólico e estrutural, as construções estudadas nesta Arqueologia da Paisagem reproduzem de forma marcante um signo em especial. Este símbolo ganha destaque aos olhos de quem vos escreve neste texto, uma vez que é ligado diretamente ao universo mitológico greco-romano.

Mesmo parecendo estranho à primeira vista, a trabalho de campo realizado nas ruas do Centro mostrou que foram identificadas 15 representações da divindade greco-romana reconhecida pelo nome de Mercúrio no espaço estudado. Mercúrio é representado na com-

posição da paisagem do Centro sob duas formas.

Há, dentro do perímetro pesquisado, exatas 9 representações dessa divindade em formato de busto (ver imagem 5). Além disso, existem outras 6 representações de Mercúrio sob a forma do emblema que é associado a divindade, o Caduceu com duas serpentes.

A fim de compreender melhor o papel designado para Mercúrio na mitologia greco-romana para poder entender os motivos de sua representação em fachadas de prédios oitocentistas no Rio de Janeiro, busquei auxílio na obra do célebre historiador Jean- Pierre Vernant¹⁸.



06. Representações de Mercúrio inseridas na fachada do edifício de número 136 da Rua do Ouvidor. Fonte: AMATUZZI, 2021.

Tomando como base algumas passagens de textos como a própria *Iliada* e também de outras obras produzidas por Aristófanes¹⁹, o historiador francês posiciona Mercúrio entre aquelas divindades que possuem as ligações mais diretas com o mundo dos homens e com a vida terrestre.

Diferente dos outros deuses, que, nas lendas, observam o mundo dos homens de um plano superior, Mercúrio é descrito na mitologia como um ser divino que frequenta rotineiramente o mundo dos seres humanos. De personalidade errante, ele é descrito como mestre dos caminhos, capaz de guiar tanto os viajantes pelos caminhos terrenos quanto às almas que vêm e vão para o Hades.

Na poesia de Homero, ele está sempre vagando: “entre as cidades, nas fronteiras dos Estados, nas encruzilhadas ao longo das pistas, marcando o caminho, sobre os túmulos, estas portas

18) VERNANT, Jean-Pierre. Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 191.

19) ARISTÓFANES. A paz, 392.

que abrem o acesso ao mundo infernal”²⁰. Tais narrativas colocam a figura mitológica de Mercúrio como uma divindade que está em constante movimento pelos caminhos do mundo humano, do qual também se tornou um profundo conhecedor.

Assim, por ser sabedor de todas as rotas e por estar em constante movimento pelas mesmas, Mercúrio foi cultuado na tradição clássica pelas pessoas que tiveram suas vidas associadas às práticas comerciais e das relações exteriores. Essa relação entre a figura de Mercúrio e as atividades comerciais é justamente o ponto que me parece explicar o elevado número de referências feitas à divindade “clássica” nas fachadas analisadas.

Dado o desejo dos setores hegemônicos da sociedade fluminense daquela época de fornecer ao espaço urbano uma feição diretamente associada ao que a Europa entendia como clássico e, portanto, tradicional, é possível compreender as representações de Mercúrio a partir deste aspecto identitário. Sendo Mercúrio a divindade mitológica associada diretamente à atividade comercial, é possível inferir que essas representações na paisagem histórica da antiga capital do Brasil sejam um produto do desejo de pessoas que tinham o conhecimento dessa tradição “clássica” e queriam reforçar, a partir do uso dessas referências, uma vocação comercial para a cidade.

A constatação de que foram muitas as referências ao passado “clássico” que acabaram sendo inseridas na paisagem do Rio de Janeiro comprova a validade de interpretarmos o chamado Mundo Antigo como uma espécie de totem identitário da civilização que o Estado imperial tanto desejou se associar para legitimar sua posição no mundo. Nunca é demais lembrar que a simbiose entre os Estados Modernos e o passado greco-romano é fruto de uma ideia de evolução histórica com forte viés civilizatório.

Essa relação é, portanto, o elo que explica o motivo do Estado Imperial do Brasil ter promovido tanto as referências simbólicas de uma época não havia sido vivida por terras nacionais. Era importante para a Coroa que cada vez mais pessoas se identificassem com aqueles símbolos e conhecessem aquela cultura, pois a difusão dessas referências nos espaços urbanos do Brasil seria de grande ajuda no que diz respeito ao desejo da Corte de diminuir as distâncias entre o novo reino e as grandes potências da Europa.

20) HOMERO. *Ilíada*, XXIV, 334-5.

Conclusão

Ao fim de toda a análise que foi feita aqui, creio que tenha sido possível identificar o seguinte fato: o processo de transferência da Corte Portuguesa para o Brasil representou muito mais do que um simples processo de abertura econômica do país. Os desdobramentos sociopolíticos da chegada da Família Real criaram um ambiente extremamente favorável à consolidação de um projeto de país vinculado ao conceito de Estado Moderno, que era essencialmente vinculado com a evolução histórica da civilização que hoje chamamos de “ocidental”.

Tal projeto de Brasil tornou-se hegemônico, de modo que suas diretrizes associadas às referências de uma tradição supostamente “clássica” tiveram um peso maior nas decisões que ditaram os rumos das instituições de Estado que haviam sido criadas após o ano 1808 para ordenar a vida social na nova sede do Império. Sobre essa questão, a pesquisa que realizei visou contribuir para o desenvolvimento de compreensão sobre o modo como às instâncias ligadas ao Estado Imperial agiram para que sociedade brasileira se desenvolvesse sem nenhum tipo de estranhamento com algumas referências culturais que, em princípio, poderiam ser profundamente estranhas aos brasileiros justamente por serem eurocêntricas.

Essas mesmas referências, como vimos, fomentaram o desenvolvimento de uma narrativa de evolução histórica que marca a formação do Ocidente. A fim de que as cidades brasileiras pudessem ser inseridas nesse verdadeiro conto de evolução histórica, cujo “ápice” é o próprio Estado Moderno, foi necessário fortalecer no cotidiano da sociedade brasileira algumas referências que pudessem criar laços de pertencimento entre esses espaços e as tradições mais gerais que ditavam o conceito de civilização dos europeus.

Pude chegar nessa conclusão após realizar uma abordagem arqueológica voltada para a interpretação da paisagem historicamente construída no Centro do Rio de Janeiro durante o século XIX. Finalizadas as atividades de campo, tomei posse de dados que sustentaram as minhas suspeitas iniciais: cada um daqueles símbolos “clássicos” reproduzidos nas construções antigas pesquisadas cumpre a missão de aproximar o espaço das ruas do Rio de Janeiro da tradição clássica, fortalecendo em solo brasileiro um modelo de civilização forjado pelos europeus.

Possuindo significados particulares e diversificados, criados através de diferentes narrativas míticas, esses símbolos manifestaram (e ainda manifestam) a presença de uma identidade de base majoritariamente europeia que está ativamente presente nas fachadas das construções oitocentistas na cidade do Rio de

Janeiro. Sendo assim, sinto-me seguro ao afirmar que as inserções de símbolos “clássicos” na paisagem histórica desse núcleo urbano específico expressavam tanto o desejo de alguns indivíduos de manifestar essa sua identidade cultural, quanto o intuito dos mesmos em disputar o predomínio das referências que formam a alma encantadora²¹ daquelas ruas.

Usando da paisagem para disputar a essência desses espaços com as outras identidades de brasileiros que não se identificavam totalmente com as referências eurocêntricas, os proprietários dessas construções parecem ter se interessado em intervir socialmente no campo do cotidiano. Deixando parte de seu íntimo materializada num espaço que, sem dúvida alguma, era o mais movimentado da cidade durante o século XIX, essas pessoas queriam comunicar uma tendência para todo o restante da sociedade fluminense.

Podemos traçar um paralelo dessa prática nos dias atuais com aqueles indivíduos que penduram bandeiras ou ostentam adesivos de times de futebol em suas casas.

No entanto, a análise dessas fachadas, além de nos fazer refletir sobre iniciativas promovidas para reforçar os laços de pertencimento entre indivíduos da época imperial, as próprias cidades brasileiras e a tradição “clássica”, também nos permite notar a exclusão dos “diferentes”. Praticamente não há nas fachadas dos edifícios forjados no século XIX representações de elementos da cultura indígena ou de referências trazidas para o Brasil pelos negros.

Essa exclusão dos chamados “diferentes” nas fachadas de prédios históricos, vale registrar, parece ecoar alguns dos debates que eram promovidos pelos ideólogos da Nação Brasileira durante o período estuado. Figuras como José Bonifácio, tido por muitos como o Patriarca da Nação Brasileira, esteve atento aos perigos que a exclusão total dessas outras identidades poderia trazer para a formação da nação brasileira.

Em muitos de seus discursos é possível notar o ímpeto de Bonifácio em evitar que a história do Brasil fosse moldada unicamente pelo desejo da Coroa de incluir o país naquela perspectiva de evolução histórica que marca o nascimento da ideia de Ocidente. A preocupação de Bonifácio com os perigos que a História do Brasil corria deser lida através de uma única perspectiva aparece claramente na seguinte passagem: “Malgamação muito difícil será a liga de tanto

21) Referência feita ao célebre livro de João do Rio, intitulado “A alma encantadora das ruas”.

metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político.”²²

A busca por esse corpo sólido e político no qual há uma liga entre tantos metais heterogêneos não foi identificada em meu estudo sobre as fachadas de edifícios históricos construídos no Rio de Janeiro durante a fase em que a cidade foi capital imperial do Brasil. Quanto a isso, vale deixar registrado o fato desses prédios que expressam os símbolos da antiguidade “clássica” serem inegavelmente parte da história do Brasil e da cidade Rio de Janeiro.

Suas construções se confundem com uma época de importante expansão do núcleo urbano daquela que foi principal cidade brasileira durante o século XIX. Dessa forma, é importante finalizar este texto indicando que tais ausências identificadas na formação da paisagem histórica do Rio de Janeiro precisam ser mais estudadas pelos pesquisadores interessados na história do Brasil.

Do ponto de vista da construção de uma paisagem, não há muitos indicativos que demonstrem a busca pela representação da diversidade que dá forma para o corpo social do Brasil.

Referências

ALEXANDRE, Valentim. A carta régia de 1808 e os tratados de 1810 *In*: OLIVEIRA, Luís Valente de; RICUPERO, Rubens (orgs). **A abertura dos portos**. São Paulo: Editora Senac, 2007.

DE MONIZ, António Manuel Andrade. Viriato, herói lusitano: o épico e o trágico. **Humanitas**. v. 60, 2008.

DIAS, Maria Odila da Silva Leite. **A interiorização da metrópole e outros estudos**. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2009.

DOLHNIKOFF, M. O projeto nacional de José Bonifácio. **Novos Estudos**. CEBRAP, São Paulo, v. 46, p. 121-142, 1996.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Fundo de Cultura, 1964.

GUERRA, A, FABIÃO, C. Penélope. **Revista de História e Ciências Sociais**, 1992.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

PITA, L. F. D. A tradição clássica como totem identitário ocidental. **Principia** (Rio de Janeiro), v. 17, p. 55-75, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil e outros estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1933.

ROMERO, José Luis Romero. **América Latina**: as cidades e as ideias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os gregos**: estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

VLASSOPOULOS, K. **Introduction. Unthinking Greek Polis. Ancient Greek History Beyond Eurocentrism**. Cambridge: CUP, 2007.



INDEPENDÊNCIA E A CRIAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL

APONTAMENTOS INICIAIS

Prof Dr Oswaldo Munteal*
Prof Dr Araré Carvalho Júnior**

* Coordenador geral do Projeto Estratégico Segurança, Pública, Cidadania e Democracia – UERJ.

** Coordenador acadêmico do Projeto Estratégico Segurança, Pública, Cidadania e Democracia – UERJ. Professor da FACERES-SP.

Introdução

A construção de uma identidade nacional começa com a proclamação da independência em 1822. Mas vai ganhar um peso maior na formação da República. Os governantes acreditavam que era necessário a construção de uma identidade nacional, visto que a multiculturalidade, resultado da formação do Brasil era um dos empecilhos para o avanço da nação. Esta primícia ganhará mais força no século XX, quando a superação da presença negra e de sua cultura será vista como condição necessária para sobrepujar o atraso econômico e civilizatório do país.

Neste contexto, uma série de teses são levantadas na tentativa de se entender o complexo cenário que é criar uma nação a partir da diversidade. A dificuldade de pensar a unidade na diversidade, vai ser, mais ou menos solucionada com a construção da ideia de mestiçagem positiva, que não supera os problemas concretos como desigualdade e preconceitos.

Desenvolvimento

As revoltas de emancipação do final do século XVII e a crise do sistema colonial foram determinantes para desencadear o processo de proclamação da independência do Brasil. Agora, sem a tutela de Portugal, o país se torna uma nação soberana. Este processo significou mais que a autonomia política e administrativa do Brasil, ele representou a necessidade de romper com o passado colonialista. Romper não apenas nas questões políticas e econômicas, mas sobretudo no que

tange aos aspectos culturais e intelectuais. Era necessário criar uma nova identidade para que o povo se reconhecesse como parte de uma nova nação. Neste processo de construção de uma identidade nacional, a proclamação da república reforçou a necessidade da estruturação, ainda que no plano simbólico, de uma unidade nacional.

Como alerta José Murilo de Carvalho (1989), o processo de substituição da monarquia pela república não obteve apoio popular, nem mesmo empolgação na ocasião em que ocorreu. O desejo pela república era um projeto de uma elite agrária que tentava impor um primeiro processo de industrialização ao país. Neste sentido a gestão republicana do estado brasileiro seria fundamental para a constituição do país idealizado. No entanto, esses anseios, não encontraram eco na população de modo geral. Podemos atribuir esse insucesso ao caráter elitista do projeto republicano, este elitismo reverberava na linguagem e nas referências culturais que este grupo defendia como necessários a formação da nova nação.

Nas duas primeiras décadas do governo militar da nova república, há a busca por forjar uma identidade republicana e nacional. Para tanto recorreu-se a constituição de símbolos (bandeiras, brasões, entre outros), e de heróis da pátria, com a intenção de compor, no imaginário popular, uma série de elementos que unisse a povo em torno de um ideal de país.

Essa busca pela coesão nacional através de aspectos culturais não são marcos exclusivos deste período. Através das décadas, as elites nacionais (governo, burguesia rural e urbana) tentaram, hora como forma de aglutinar o povo e território e transformá-lo em nação, hora como forma de superar o atraso econômico, estabelecer uma resposta única para a pergunta: “O que é ser brasileiro?”.

Diversos estudiosos já evidenciaram que a cultura popular é fundamental na construção das nacionalidades, principalmente dos estados que foram constituídos mais recentemente, com é o caso do Brasil, que decretou sua independência há apenas 200 anos. Muito embora, a República e logo após o fim da escravidão, o capitalismo tardio, tivesse organizado toda estrutura política e legal, vai ser com a constituição de uma cultura nacional, que esses valores ganharão corpo.

Por trás da tentativa de universalizar culturalmente o território nacional, está a o objetivo de legitimar este novo Estado. No caso do Brasil, este problema esbarra em outras questões, como as dimensões territoriais, e a multiculturalidade, originária da sua formação, e vista como um problema no processo de universalização das particularidades.

Esta dificuldade de estabelecer uma identidade nacional vai se arrastar e já no início do século XX, mais uma vez, as elites nacionais vão enfrentar o problema da dissociação da cultura popular da cultura da elite, agora fortemente inspirada na Europa. Esse movimento que já vinha desde 1871 e vai até a primeira semana de arte moderna de 1922, vai ser denominado de Belle Époque brasileira. Esse período vai reforçar a ideia de falta de um projeto de nação, já que mais uma vez, nosso projeto não é uma proposta que respeite as idiosincrasias nacionais, mas que se inspira em nações muito diferentes da nossa. Se antes os republicanos se inspiravam nos Estados Unidos da América, agora a inspiração é a França e o progresso técnico científico da segunda metade do século XIX.

Esta falta de um projeto de nação, e o desejo de ser aquilo que não se é, mostra que o Brasil, sofre de um “vício de raciocínio”, como nos dá conta Sérgio Buarque de Holanda (1986) em *Raízes do Brasil*. Para o pensador brasileiro, temos extrema dificuldade de compreensão das nossas reais condições. Para o autor, esse “vício” degenera-se da nossa negação da realidade pelo desencanto e dureza que ela se apresenta. Neste sentido a sociedade brasileira desenvolveu uma espécie de síndrome de Madame Bovary, e assim tal como a personagem flaubertiana, negaria a realidade e se colocaria sempre desejando/sonhando com uma vida idealizada.

Muitos dos que criticam o Brasil imperial por ter difundido uma espécie de bovarismo nacional, grotesco e sensaborão, esquecem-se de que o mal não diminuiu com o tempo; o que diminuiu, talvez, foi apenas nossa sensibilidade a seus efeitos. Quando se fez a propaganda republicana, julgou-se, é certo, introduzir, com o novo regime, um sistema mais acorde com as supostas aspirações da nacionalidade; o país ia viver finalmente por si, sem precisar exibir, só na América, formas políticas caprichosas e antiquadas; na realidade, porém, foi ainda um incitamento negador o que animou os propagandistas: o Brasil devia entrar em novo rumo, porque “se envergonhava” de si mesmo, de sua realidade biológica. Aqueles que pugnaram por uma vida nova representavam, talvez, ainda mais do que seus antecessores, a ideia de que o país não pode crescer pelas suas próprias forças naturais: deve formar-se de fora para dentro, deve merecer a aprovação dos outros.¹

1) HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1986, p. 124-125.

Junta-se a este cenário novas medidas e leis que vão reforçar a dissociação dos valores do Estado republicano em relação aos das camadas populares. Está separação foi intensificada por medidas previstas na constituição que tirava direitos civis de iletrados, condenava expressões artísticas e perseguia as manifestações religiosas de matriz africana, por exemplo.

A falta de tato e de entendimento da cultura popular, levou ao cenário de criminalização das manifestações artísticas e culturais não adequadas dentro do projeto de Estado moderno. Com efeito, as manifestações da cultura popular, por vezes, são vistas como perigosas e como ameaça a instituição de um Estado moderno e forte, daí a perseguição policialesca a manifestações culturais e religiosas.

[...] inviabilizaram a incorporação do povo na vida política e cultural. Porque o povo não se enquadrava nos padrões europeus nem pelo comportamento político, nem pela cultura, nem pela maneira de morar, nem pela cara.²

Este problema vai ganhar novos contornos, pois a criminalização de manifestações culturais populares atinge mais fortemente as de matriz africana. Isso porque esse processo de desaparecimento de qualquer traço da cultura africana do Estado brasileiro coaduna com uma política de embranquecimento da população como meio de criar uma identidade nacional com bases europeias, ao mesmo tempo que ajudaria na superação do atraso econômico nacional. Essa compreensão se deu pela entrada da teoria evolucionista na nossa elite política, mais notadamente do pensamento eugênico, que seria uma resposta/solução para o problema da indolência e da degeneração do povo brasileiro. Essa concepção determinista influenciava muitos pensadores da época que entendiam que a população brasileira era composta, em sua quase totalidade, por homens degenerados, indolentes, analfabetos e doentes. Teses como esta, defendidas por pensadores como GOBINEAU³:

Então foi quando de induções em induções tive de me deixar convencer da evidência: que a questão étnica domina todos os demais problemas da história, constitui sua chave, e a desigualdade das raças, cujo concurso forma uma nação, basta para explicar todo o encadeamento do destino dos povos.

Para além disso, a presença maciça de negros no Brasil era apontada como uma das causas do atraso econômico e civilizatório do país. A tese eugênica defendia que o povo negro era atrasado e limitado, e o que comprovaria esta tese era a pobreza da maioria da população negra e a presença majoritária dela nas prisões e favelas. É óbvio que esta tese desistoriciza todas as condições

de subalternidade, escravidão e falta de oportunidades do povo negro. Este pensamento não enxergava, na inferioridade social do negro, o resultado de um processo histórico de desterritorialização, de escravidão e dominação. Este atraso, era atribuído a competência, ou no caso, na falta dela, por parte do negro.

Na época, estas teorias, ganharam adeptos e defensores, a ponto de se tornar uma política velada do governo (política de branqueamento). Com efeito, para reverter a situação de atraso do país, alguns pensadores promoveram o surgimento da tese do branqueamento (adota, ainda que veladamente, pelo governo). O branqueamento da raçaria um processo de miscigenação gradativo que, após três gerações, produziria uma população de características brancas. O médico baiano, Nina Rodrigues, com seus estudos, conferiu os elementos necessários para a edificação de um discurso negativo, especialmente sobre as religiões de matriz africana e afro-brasileira, e sobre as práticas espirituais e de cura populares praticadas nos terreiros de Candomblé.

Com solução para este emaranhado de “problemas”, a resposta estaria na vinda demais imigrantes europeus que ajudaria na resolução dos problemas de uma só vez, a saber: a falta de mão de obra qualificada para as primeiras indústrias que começam a se formar em São Paulo, já na segunda década do século 20, e também, ajudaria no embranquecimento da população brasileira, através da miscigenação. De fato, no início do século XX há uma nova acentuação na vinda de imigrantes europeus para solo brasileiro.

A atribuição da condição de atraso do País a uma herança étnica, por mais absurda que pareça, foi tomada como verdade por parte das autoridades e da nossa elite. E a transformação das cidades brasileiras em modernas cidades europeias passava pela aniquilação de qualquer traço de cultura negra.

Ano	Número de Imigrantes
1827-1884	37.481
1885-1889	168.127
1890-1899	735.076
1900-1909	388.708
1910-1919	480.509
1920-1929	712.436
Total	2.522.337

Fonte: “Movimento Imigratório do Estado de São Paulo”. Boletim de terras, colonização e Imigração, n.1. São Paulo, 1937 apud Domingues (2002, p.568).

Já uma parcela de outros pensadores, atribuíam o “jeito brasileiro” a uma condição de hereditariedade emotiva, e pouco racional, também desprezava as instituições brasileiras, como a da escravidão. Em especial podemos citar Sérgio Buarque de Holanda, e o seu conceito de “Homem cordial” que acabam por exprimir, em partes, o pensamento que podemos chamar de “oligárquico brasileiro”, reforçando e intensificando as teses de Gilberto Freyre. Teses que defendiam a existência, em nosso país, de uma escravidão amenizada pela relação, muitas vezes fraternal, entre escravizados e escravizadores, tendo como resultado a cordialidade dos primeiros e uma certa passividade dos subalternos. Desta relação teríamos como produto a edificação de uma “democracia racial”, a partir da ilegalidade da escravidão no país.

Algumas tentativas foram feitas para descriminalizar símbolos da cultura popular, como a capoeira, que teve sua prática abolida pela portaria de 31 de outubro de 1890, instituído pelo Decreto 487, e torná-la símbolos de brasilidade. No entanto, é correto afirmar que apenas com o início da chamada era Vargas se vai delinear mais nitidamente uma nova visão política que vai buscar integrar as manifestações populares ao Estado, de maneira a gerar, nas elites e no povo, um início de nacionalidade compartilhada.

Com efeito, foi necessário formatar esta cultura popular, retirar-lhe sua autonomia, ela teve que passar por um processo de ‘mestiçagem’. própria e sua excessiva alteridade: foi preciso torná-la mestiça. Neste sentido, a obra Gilberto Freyre (1933), Casa Grande e Senzala, colabora, sem dúvidas, para quebrar o determinismo das teorias raciais europeias, que só concebiam a mestiçagem enquanto degeneração. Esta nova abordagem cria o paradigma da cultura mestiça que permite pensar positivamente essa incorporação do negro à brasilidade. É fundamental alertar que ainda que cultura mestiça como representação da brasilidade, tenha começado a se estabelecer como amálgama da nação, é importante ressaltar que ela não representou a valorização do negro, continuando marginalizado e excluído.

[...] tratando-se da formulação de um novo projeto identitário, da proposta deveria ser dotada de uma positividade que permitisse a coesão social e inspirasse otimismo à nação. Nesse contexto, nada melhor do que outra abordagem da formação nacional, que se voltasse para o passado na expectativa de justificar o presente e garantir o futuro. Negritude, mestiçagem, lusitanismo, eis o tripé sobre o qual se apoiou o autor (Gilberto Freyre) para resignificar

a alma da nação, valorizando-a e fornecendo dela uma imagem positivada, para os brasileiros e para o exterior.⁴

Considerações Finais

A adaptação e adestramento da cultura das camadas mais populares será uma tônica na busca desta identidade nacional. Dar um “verniz” em manifestações culturais que tire suas características não desejáveis será um processo que acontecerá com o samba, hip-hop e funk, para citar exemplos da música. Um certo elitismo cultural ainda viceja no país, dificultando a construção de uma unidade na diversidade.

O que nos une no fim das contas é a diversidade. Uma diversidade extremamente positiva, que possibilita visões diferentes e por vezes complementares sobre o mesmo processo. Há um entendimento, cada vez mais crescente, que o desejo de pasteurizar as expressões culturais em nome de uma unificação, além de empobrecer o cenário cultural de um país, avilta o seu potencial. Unidade na diversidade é identificar e compreender que povos, grupos, pessoas, de diferentes origens podem estabelecer uma convivência parcimoniosa, desde que estabelecido o respeito as individualidades.

Edgar Morin aponta um dos enfrentamentos que o status quo nos apresenta é o entendimento da relação que se dá entre diversidade e unidade. Segundo o sociólogo e filósofo francês, a diversidade é também a manifestação da unidade. Ainda que a cultura seja um conceito universal, ela se apresenta, se manifesta dos mais variados modos e maneiras. Assim, para Morin, ao tomarmos ciência desta relação, abrimos mão do desejo de homogeneização da diversidade, estando aptos, assim, a relacionar-se com a humanidade e o que há de mais humano nela, a diversidade.

O amadurecimento destas ideias, o fim de um elitismo tacanho, o respeito a diversidade, podem contribuir para a construção de uma nação brasileira, superando assim, a celeuma apresentada por Lima Barreto que afirmava que o Brasil tinha povo, mas não tinha uma nação.

4) PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 179.

Referências

- ARIAS-NETO, José Miguel. Primeira República: economia cafeeira, urbanização e industrialização. *In*: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**: volume 1 o tempo do liberalismo excludente – da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- AZEVEDO, André Nunes de. **Da Monarquia à República**. Um estudo dos conceitos de civilização e progresso na cidade do Rio de Janeiro entre 1868 e 1906. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2003 (Tese de Doutorado).
- BARRETO, Lima. **Diário Íntimo**. São Paulo: Editora Mérito, 1953.
- CAMINHA, Adolfo. **Bom-crioulo**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Culturas Híbridas** - estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.
- CARVALHO, J. M. de. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CHARTIER, Roger, “Cultura Popular”: revisitando um conceito historiográfico. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, v. 8, n.16, 1995, p. 179- 180.
- DOMINGUES, Petrônio Jose. Negros de Almas brancas? A ideologia do branqueamento no interior da comunidade negra em São Paulo de 1915-1930. **Estudos Afro-Asiáticos**: ano 24, n.3, 2002.
- FONTANILLE, Jacques; ZILBERBERG, Claude. **Tensão e significação**. São Paulo: Discurso Editorial/Humanitas, 2001.
- GOBINEAU, Joseph Arthur. **Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas**. Barcelona: Editorial Apolo, 1937.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1986.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

PESAVENTO, Sandra Jatayh. **História & História Cultural**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SCHWARCZ, L. M. **O Espetáculo das Raças** – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. *In*: SCHWARZ, R. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Editora Livraria Duas Cidades, 1981.

**MEMÓRIA E RELEVÂNCIA DAS
CELEBRAÇÕES NOS MARCOS
TEMPORAIS DA INDEPENDÊNCIA**

**CINQUENTENÁRIO (1872), CENTENÁRIO
(1922) E SESQUICENTENÁRIO (1972)***

Me Daniel Mata Roque**

* Esta pesquisa é resultado parcial do Projeto “A Cruz, a Espada e os Trajetos da Identidade Nacional” no Hub do Ipiranga financiado pelo Edital 34/2021 – Apoio a Projetos no Âmbito do Bicentenário da Independência do Brasil –2021 (FAPERJ-Fundação Biblioteca Nacional).

** Cineasta e memorialista. Mestre em História (PP. H-UNIVERSO). Diretor da Pátria Filmes e do Festival Militum. Associado Titular do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Bolsista FAPERJ.

“Eu sou, e o confesso, um patriota de suíças e bigodões, de esporas e penacho, como um dragão de Pedro Américo”¹ – Nelson Rodrigues

Introdução²

Ao nos aproximarmos, em 2022, do Bicentenário da Independência do Brasil, observando as celebrações pensadas, programadas e discutidas, passamos a refletir sobre a importância própria do ato de celebrar esses marcos temporais e, assim, rememorar. Particularmente, é importante compreender ainda a escolha sobre o que e como lembrar.

Henry Rousso, sinteticamente, sustenta que a memória é “a presença do passado”³ e complementa dizendo que “é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado [...]”⁴. Como nos chama a atenção Paul Ricouer, a história não é apenas uma narrativa da memória,

-
- 1) RODRIGUES, Nelson. Só os profetas enxergam o óbvio. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020, p. 58.
 - 2) Agradecimentos aos confrades do IGHMB Manuel Rolph de Viveiros Cabeceiras, João Rafael Mallorca Natal e Alberto Gomes Filho pelas conversas que ajudaram na composição deste texto.
 - 3) ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 94.
 - 4) *Ibid.*

mas também do esquecimento⁵. “A memória é seletiva”⁶, destaca Michael Pollak. Esquecer e lembrar não seriam, portanto, excludentes ou antagônicos, mas duas partes do mesmo processo. “Fala-se tanto da memória porque ela não existe mais”⁷, diz Pierre Nora.

Para Nora não há memória espontânea e, por isso, nascem os “lugares de memória”⁸, com o objetivo de não deixar que determinadas memórias sejam esquecidas. Sua razão de ser “é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento [...]”⁹. Lembrar uma memória. Ao mesmo tempo, esquecer de outras memórias. “Há locais de memória porque não há mais meios de memória.”¹⁰.

No caso dos marcos temporais da Independência, trata-se sempre de observar como, naquele momento de celebração e rememoração, o Estado brasileiro, através de atos oficiais, enxergava a sua própria constituição e seu momento político presente, de que forma intencionava que a população entendesse a Nação e a nacionalidade, quais histórias deveriam transmitir união, pertencimento e legitimidade naquele momento. A celebração do aniversário, da data magna constituidora da Nação, é sempre um período de reflexão sobre a identidade nacional, a memória coletiva, as características que, afinal, nos fazem brasileiros. Reflexão sobre o passado tanto quanto sobre o futuro.

Benedict Anderson, ao definir a Nação como uma “comunidade política imaginada”¹¹, justifica que ela é imaginada “porque mesmo os membros da mais minúscula das nações jamais conhecerão, encontrarão ou sequer ouvirão falar da maioria de seus companheiros, embora todos tenham em mente a imagem viva de comunhão entre eles.”¹². Podemos acrescentar que essa ideia de comunhão se estende, na imaginação, não apenas aos membros contemporâneos da Nação, mas também a todos aqueles que nela já viveram e morreram. Ou seja, estende-se, essencialmente, à história e aos personagens históricos.

5) RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

6) POLLAK, Michael. Memória e identidade social. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992, p. 203.

7) NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo. v. 10, dezembro de 1993, p. 7.

8) Ibid. p. 13.

9) Ibid. p. 22.

10) Ibid. p. 7.

11) ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2008, p. 32.

12) Ibid.

A historiadora Lúcia Lippi diz que os variados conceitos de nacionalismo foram definidos de acordo com os “problemas que cada nação enfrentou ao procurar a realização de um destino comum, que proporcionasse à sua população uma auto-identificação e um sentido de pertencimento”¹³, sentimento que é construído baseado em uma identificação cultural, social, geopolítica e de um passado comum.

Ao falar sobre a construção de uma memória nacional, Paula Hamilton defende que a escolha sobre lembrar (e, particularmente, sobre o que lembrar) é um processo que exige tanto inclusão quanto exclusão, já que “o esquecimento é um dos principais fatores que moldam a lembrança nacional”¹⁴. A história oficial busca, no caso da construção de uma ideia da comunidade nacional, esquecer conflitos, desavenças e traumas em nome de uma união. Segundo Jacques Le Goff, a memória coletiva é parte da luta de forças sociais pelo poder, e os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos¹⁵. É a necessidade de selecionar o que lembrar e o que esquecer, e com qual objetivo, como vimos em Paul Ricoeur¹⁶. Tal operação “[...] resulta da memória como um campo de disputa por excelência”¹⁷, nas palavras da historiadora Cláudia Mesquita, destacando novamente este duplo movimento, uma vez que “lembranças e esquecimento integram o campo de disputa”¹⁸ da memória.

Nas palavras de José Murilo de Carvalho, a “elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político” e é a partir desse imaginário “que as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro”¹⁹. A construção simbólica

-
- 13) OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. SP: Brasiliense, 1990, p. 12.
 - 14) THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. **Os debates sobre memória e história**: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 87.
 - 15) LE GOFF, Jacques. Verbete Memória. In: Enciclopédia Einaudi I, Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.
 - 16) RICOEUR, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
 - 17) MESQUITA, Cláudia. Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009. p. 19.
 - 18) Ibid. p. 171.
 - 19) CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 10.

da memória a respeito da Independência do Brasil, portanto, a cada marco comemorativo e em celebrações públicas oficiais, será feita a partir de interesses e ideologias do presente, reforçando ou alterando tradições e mitos fundadores, pensando em continuidade ou ruptura (ou equilibrando-se entre ambos), uma vez que “o retorno ao passado tornou-se um elemento legitimador das práticas do presente”²⁰, um eterno esforço de memória, esquecimento, união, construção, identidade, representação, reflexão e legitimidade.

Independência (1822)

A compreensão sobre o tipo de nação que se pretendia criar em 1822 partindo das ideias de nossos “pais fundadores”, elite política e intelectual que projetou e agiu, atravessa necessariamente a escolha de forma e sistema de governo, a moderna monarquia constitucional, mas merece especial atenção a nomenclatura imponente: Império do Brasil. Essa escolha, aparentemente pensada por D. Pedro I e José Bonifácio, parece estar relacionada a uma série de diferentes suportes teóricos.

Afinal, quando e onde, exatamente, teria surgido a inusitada ideia de formar um império? Cumpre reforçar que o Brasil não chegou a 1822 como uma colônia, mas desde 1815 fora elevado ao estatuto de Reino do Brasil, integrando sob a coroa de D. João VI o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve. Quando da Independência, portanto, passamos não de colônia, mas de reino a império. Formalmente, aliás, a geógrafa Therezinha de Castro sustenta que nunca tivemos o estatuto jurídico de colônia, mas sim Estado do Brasil e, no século XVII, Principado do Brasil²¹. A opção em 1822 não seria tornar-se, mas manter-se um reino. Criou-se, no entanto, nosso Império tropical no Novo Mundo.

A ideia de que a opção por tonar-se um império, em detrimento de continuar um reino, foi gestada apenas nas semanas posteriores ao Sete de Setembro pode ser corroborada justamente pelos decretos que falam sobre a Bandeira Nacional neste ano de 1822: o Decreto de 18 de setembro de 1822, o primeiro

20) SANTOS, Raquel Paz dos; LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes. O cotidiano da “nova Argentina”: a construção da memória do peronismo. *In*: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de. (orgs). *Memória, Identidade e Representação*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 93.

21) CASTRO, Therezinha de. *José Bonifácio e a unidade nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984, p. 16.

a criar símbolos nacionais no país independente e do qual falaremos novamente mais adiante, menciona a “emancipação política” do “Reino do Brasil” e prevê que o escudo d’armas e a Bandeira Nacional do mesmo “Reino do Brasil” tenham uma “coroa real”. Após a aclamação (12 de outubro) e a coroação (1º de dezembro) de D. Pedro I, “os povos” optam “com a maior espontaneidade” por “elevá-lo” a imperador e a mesma data de 1º de dezembro traz novo decreto, para que a coroa real “seja substituída pela Coroa Imperial, que lhe compete, a fim de corresponder ao grau sublime e glorioso em que se acha constituído este rico e vasto continente”²².

O historiador Yuval Noah Harari diz que um império clássico, “para se qualificar para essa designação é preciso dominar um número significativo de povos distintos, cada um com seu próprio território e identidade cultural. Quantos povos exatamente? Dois ou três não são suficientes”²³. Ainda, “impérios são caracterizados por fronteiras flexíveis e um apetite potencialmente ilimitado”. O Brasil do século XIX certamente não atendeu a esses “requisitos teóricos” para ser um império, mantendo um Estado de característica basicamente europeia (extremamente portuguesa, claro) e católica, aliadas a uma estabilidade democrática não expansionista e com razoável liberdade de culto (particularmente no Segundo Reinado), sem subdivisões expressivas identificando um determinado território com determinada cultura separado de outro território com outra cultura, apesar do evidente e crescente multiculturalismo generalizado da população.

Destacando três fatores centrais para justificar a opção imperial, começamos com o chamado “mito das três raças” (branca, negra e indígena). Essa ideia da união de raças parece ter sido sinônimo, no Império, de união de povos distintos, não necessariamente criando um único povo miscigenado. Daí a opção pelo império, corpo político que demonstra “uma união de múltiplos reinos ou povos diferentes”²⁴. A multiplicidade de povos do império ganharia expressão formal em 1824.

Com uma visão moderna e liberal, a construção do império tropical caminhou para a instalação de uma Assembleia Constituinte em 1823, com eleições indiretas em todas as províncias do vasto e heterogêneo território. O projeto que

22) LUZ, Milton. A história dos símbolos nacionais. Brasília: Edições do Senado Federal, 1999. p. 63-65.

23) HARARI, Yuval Noah. Sapiens: uma breve história da Humanidade. P. Alegre: L&PM, 2018, p. 257.

24) LE GOFF, Jacques. A Idade Média explicada aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2007, p. 68.

Bonifácio planejou para guiar a constituinte incluiria, por um lado, “promover a mestiçagem” e “integrar o indígena”, ao mesmo tempo que previa “civilizar povo e elite segundo padrões europeus”, construindo “na América uma nação de padrão tal qual vira na Europa”²⁵. José Bonifácio enviou o projeto à Assembleia Constituinte, incluindo uma proposta para o fim da escravidão, desagradando poderosos proprietários de terra. Foi uma das principais razões que levaram à sua demissão, prisão e exílio, na crise geral que culminou na autoritária dissolução da Assembleia Constituinte e na outorga da Carta de 1824 diretamente pelo imperador, prometida como “duas vezes mais liberal”, embora fruto de uma ação absolutista²⁶.

Nessa Constituição, nossa primeira e mais duradoura Carta Magna, o soberano é titulado imperador “por Graça de Deus e unânime aclamação dos Povos” (no plural e com inicial maiúscula). A frase seguinte diz que o juramento à Constituição foi requerido “pelos Povos deste Império” (novamente no plural e em maiúscula). A visão em que o povo brasileiro é tratado “num interessante plural”²⁷, mencionando-se sempre “os povos”, atravessa todo o período monárquico e está presente nos discursos oficiais, nas falas dos monarcas e na estrutura formal do Império. A título de comparação, no preâmbulo da Constituição de 1891, nossa primeira Carta Magna republicana, a primeira frase é “Nós, representantes do povo brasileiro” (no singular e com letra minúscula). Essa mesma frase seria usada na Constituição de 1988, quatro constituições depois, ainda no singular. Parece que apenas durante o Império houve formalmente essa visão de união de diferentes povos.

Embora se usasse a imagem da “união pacífica”, não significava entrosamento fácil. “Amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, (...) em um corpo sólido e político”²⁸. É evidente que, na prática, a consolidação nacional de um país recém-formado e com dimensões continentais, ainda bem pouco integrado, escravocrata e semianalfabeto, com um frequente e justificado medo de uma guerra civil que resultasse em fragmentação territorial, como na vizinha América espanhola, não se fez com facilidade e seguiu-se a Guerra de Independência e diversos conflitos locais. “As divergências regionais e as tensões

25) PRIORE, Mary del. As vidas de José Bonifácio. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 205.

26) GOMES, Laurentino. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 217-218.

27) BONFIM, João Bosco Bezerra. Prefácio. In: BRASIL. Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Edições do Senado Federal, 2019, p. 12.

28) SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *apud* GOMES, Laurentino. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 18-19.

sociais foram sufocadas à custa de guerras, prisões, exílios e perseguições”²⁹, desconstruindo o persistente mito da “Independência pacífica”, do “acordo de pai para filho”. Segundo a historiadora Mary del Priore, biógrafa de José Bonifácio, a amplitude e a estabilidade do novo império, uma monarquia constitucional, permitiria “que os conflitos fossem negociados e resolvidos dentro das instituições”³⁰, sem “terror ou confrontos armados”, reforçando que, estes conflitos sangrentos, Bonifácio “os viu, em Paris”, em 1790.

Outro fator a se considerar na opção imperial era a vastidão territorial do Brasil, hoje o quinto maior país do mundo e conservando quase a mesma extensão territorial de 1822, elemento que ajudava a construir a visão de um “vasto império” partindo do “novo mundo”, pensamento que estava há tempos presente no imaginário político e literário luso-brasileiro. Essa expressão aparece antes mesmo da Independência, e não necessariamente com o viés emancipatório, mas com referências informais ao “império português”, este sim um imenso domínio político, espalhado por quatro continentes, com diversas regiões e povos distintos, mas com o título de reino unido, acrescido de “d’aquém e d’além mar, etc”. O historiador José Theodoro Menck destaca que o então príncipe regente D. João, “na proclamação redigida para explicar a transferência da sua Corte [de Lisboa para o Rio de Janeiro, em 1808], dizia que vinha criar em terras americanas um novo império”³¹. No mesmo ano de 1808, com a fundação em Londres do *Correio Braziliense*, considerado o primeiro jornal brasileiro, Hipólito José da Costa “inaugurou a seção que denominou Miscelânea com um artigo chamado ‘Pensamentos vagos sobre o novo Império do Brasil’”³². Era “a utopia do grande império”³³ lusitano: Portugal colonial, na prática um imenso império ultramarino, tinha o título formal de reino, e o Brasil, na prática um extenso reino, passou a ostentar o título de império.

É interessante observar que essa opção imperial, já incomum na época e principalmente na região, parece ter causado preocupação nas novas repúblicas vizinhas (que receavam pretensões expansionistas do imperialismo brasileiro) e certa surpresa internacional, mesmo em jornais e autores que, como visto, já usavam a expressão “império”. É o caso, por exemplo, de Hipólito José da Costa

29) GOMES, Laurentino. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 66.

30) PRIORE, Mary del. As vidas de José Bonifácio. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 155.

31) MENCK, José Theodoro Mascarenhas. A imprensa no processo de Independência do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022, p. 87.

32) Ibid.

33) PRIORE, Mary del. As vidas de José Bonifácio. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 120.

em seu *Correio Braziliense*, periódico de grande alcance e apoiador da causa da Independência: “Temos, pois, o Brasil erigido em novo Império e o seu monarca com o título de imperador; e sem nos demorarmos sobre a fórmula escolhida para designar o monarca, passaremos a considerar os efeitos reais da independência do Império do Brasil [...]”³⁴.

Mas foi preciso justificar na Europa o Império do Brasil. Nas instruções enviadas por Luiz José de Carvalho e Mello, então Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, aos diplomatas brasileiros que deveriam negociar o reconhecimento do novo Império pelas potências europeias, a escolha imperial se dera “por certa delicadeza com Portugal; por ser conforme às ideias dos brasileiros; pela extensão territorial; e finalmente para anexar ao Brasil a categoria que lhe deverá competir no futuro na lista das outras potências do continente americano”³⁵.

O terceiro fator que destacamos na opção imperial é o seu caráter de escolha. Segundo o clássico historiador Oliveira Lima, “o título de imperador correspondia aliás a uma ideia de escolha, eleição ou sagração popular que se coadunava com o espírito democrático do país”³⁶, fórmula que por isso satisfaria, por algum tempo, até as correntes republicanas brasileiras³⁷. Portanto, na ausência de uma hereditariedade dinástica (embora mantivesse um monarca da Casa de Bragança, o país estava diante de um trono recém-criado) e quando a alegação do direito divino já representava “fetiches do passado”³⁸, a aclamação de um imperador (que o Congresso de Viena reconhecera em 1815 não como superior, mas equiparado à dignidade real³⁹) combinava-se com o aspecto de formação nova e de união de variadas forças políticas, já que “a dignidade imperial é essencialmente eletiva”⁴⁰, comparando Oliveira Lima a aclamação de D. Pedro I ao título imperial que, no mesmo sentido, “Bonaparte recebera por votação”⁴¹. Mary del Priore reforça a ideia de escolha popular e a influência napoleônica, já que “D. Pedro foi sagrado

34) COSTA, Hipólito José da. *apud* ALMEIDA, Paulo Roberto de. Introdução. In: MENCK, José Theodoro Mascarenhas. A imprensa no processo de Independência do Brasil. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022, p. 34.

35) MELLO, Luiz José de Carvalho e. *apud* LIMA, Manuel de Oliveira. O reconhecimento do Império: história da diplomacia brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p. 186.

36) LIMA, Manuel de Oliveira. O reconhecimento do Império: história da diplomacia brasileira. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015, p. 41.

37) *Ibid.* p. 113.

38) *Ibid.* p. 47.

39) *Ibid.* p. 131.

40) *Ibid.* p. 113.

41) *Ibid.*

e coroado não rei, mas imperador do Brasil, para mostrar que, apesar do direito monárquico, também fora eleito pelo ‘povo’⁴², inspirando-se em Napoleão, “que admirava”⁴³.

Nestes esforços de reconhecimento do novo país, referindo-se às notícias enviadas por D. Leopoldina ao pai, ele próprio um imperador (da Áustria), alguns dias após a cerimônia de coroação de D. Pedro I em dezembro de 1822, em que a nova imperatriz também busca justificar a separação de Portugal e conseguir apoio internacional para o novo império, destaca o escritor Paulo Rezzutti: “Poderiam ser de fato imperadores, mas isso não fazia do Brasil, automaticamente, um império, e nem o reconhecimento de todas as nações viria de maneira rápida e fácil. Tudo teria que ser disputado, batalhado, enfim, conquistado.”⁴⁴.

Os fatos, porém, se sobrepuseram. Com as exigências constitucionais da Revolução Liberal do Porto, a partir de 1820, e as tentativas das Cortes Gerais da Nação Portuguesa de, na prática reverter drasticamente a relativa autonomia e capacidade de governo alcançada pelo Brasil após 1815, vendo os brasileiros a possibilidade de perder o novo estatuto de reino, chegaria ao ápice uma crise política, econômica e identitária, e “o Reino Unido [de Portugal, Brasil e Algarves] cederia espaço para o Império do Brasil”⁴⁵, ao passo que feria de morte o império ultramarino português.

Não seria apenas uma questão de nomenclatura. Surgia de fato um novo país, que necessitaria construir uma identidade própria e uma unidade interna. Nas celebrações que acompanharam os marcos de aniversário da Independência brasileira, veremos esses esforços.

Cinquentenário (1872)

Embora não exatamente uma celebração, há um marco de grande importância no ano do Cinquentenário da Independência que devemos destacar: em 1872 foi realizado pela Diretoria Geral de Estatística (DGE, criada no ano anterior,

42) PRIORE, Mary del. As vidas de José Bonifácio. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019, p. 198.

43) Ibid.

44) REZZUTTI, Paulo. D. Leopoldina: a história não contada. São Paulo: LeYa Brasil, 2017, p. 243.

45) MENCK, José Theodoro Mascarenhas. Primeiras eleições gerais no Brasil (1821). Brasília: Edições Câmara, 2021, p. 86.

atual Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE) o primeiro Censo Geral do Brasil⁴⁶, o único do gênero realizado no período imperial. Esse primeiro esforço ordenado de se compreender o povo que habitava o território do ainda recente país é bastante significativo. O levantamento revelou uma população de 9.930.478 habitantes⁴⁷, dos quais 15,2% eram escravos (no ano anterior havia sido promulgada a chamada Lei do Ventre Livre). Da população total, 51,6% eram do sexo masculino. A população já era majoritariamente parda (38,3%), equilibrada com brancos (38,1%), seguida de negros (19,7%) e índios (apenas 3,9%). Apenas 3,8% dos habitantes eram imigrantes e, destes, 36% eram escravos. Foi considerada católica 99,7% da população. Apenas 15,8% dos habitantes sabiam ler e escrever (dentre os escravizados, apenas 0,09% eram alfabetizados). A Corte, no Rio de Janeiro, tinha a maior população, seguida pelo município de Salvador.

Aos 50 anos de idade, o jovem país revela-se rural e pouco instruído, disperso e escravocrata, estável e relativamente pacificado, avançando na busca da própria identidade e de conhecimento de seu ainda desconhecido povo espalhado por seu pouco explorado território.

Já no aspecto de celebrações públicas, no Cinquentenário da Independência, não parece ter havido particular engajamento da Coroa ou do Estado brasileiro em promover formalmente grandes festas ou atos de memória em 1872. Na Fala do Trono com que abriu a sessão legislativa do ano, em 03 de maio, o Imperador não menciona a efeméride, assim como não destacam o fato os deputados que assinam o Voto de Graças em resposta, limitando-se a enaltecer o “Império que, fundado sob os auspícios do príncipe egregiamente resoluto na sustentação da independência brasílica, se tem fortalecido pela sabedoria de Vossa Majestade Imperial [...]”⁴⁸. Por um voto de desconfiança contra o Ministério, a Câmara dos Deputados seria dissolvida em 22 de maio, convocando-se nova eleição e inaugurando outra legislatura ainda em 1872, a 21 de dezembro. Na respectiva Fala do Trono, já depois do 07 de setembro, o Cinquentenário também não é mencionado.

46) GOMES, Laurentino. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010, p. 53.

47) PAIVA, Clotilde Andrade. et al. Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872. CEDEPLAR/UFMG, 2012. Acesso em: 22/04/2022. Disponível em: www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wpcontent/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf

48) BRASIL. Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889. Brasília: Edições do Senado Federal, 2019, p. 532.

Não podemos dizer, no entanto, que o momento tenha sido totalmente ignorado pelo Estado brasileiro. É possível encontrar entusiasmo no relato de um correspondente do jornal norte-americano *New York Times* de então, traduzido e publicado pelos pesquisadores Paulo Knauss e Hendrik Kraay:

O quinquagésimo aniversário da independência brasileira foi celebrado, no dia 7 do corrente, com mais do que uma cerimônia habitual. Como é sempre de costume, o amanhecer foi anunciado por salvas de tiros dos fortes militares e intensas badaladas dos sinos das igrejas. [...] a família Imperial chegaria em breve para participar do grande *Te Deum*, que é sempre a primeira cerimônia do dia. [...] Findo o *Te Deum* e o cortejo de costume, houve um grande movimento de pessoas em direção ao Largo de São Francisco de Paula, onde o principal evento do dia deveria ocorrer [...]⁴⁹

Esse “principal evento” esteve a cargo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, “instituição quase oficiosa, tão estreita era sua ligação com o imperador [D. Pedro II]”⁵⁰, responsável então por fazer erigir um significativo marco público, talvez a mais duradoura iniciativa das celebrações do Cinquentenário: a instalação de uma estátua, de corpo inteiro, de José Bonifácio de Andrada e Silva, o “Patriarca da Independência”, no Largo de São Francisco de Paula, na cidade do Rio de Janeiro, cuja inauguração “foi o ponto central das comemorações do 7 de setembro de 1872”⁵¹, contando com a presença da Família Imperial, acompanhada do ministério e da nobreza da Corte, e de descendentes do homenageado. A estátua foi projetada também “como complemento da estátua equestre de d. Pedro I, de 1862, localizada nas proximidades na Praça da Constituição (atual Praça Tiradentes)”⁵², ambas esculpidas em bronze pelo artista francês Louis Rochet. Coube também ao esforço intelectual

49) KNAUSS, Paulo; HENDRIK, Kraay. A inauguração da estátua de José Bonifácio na visão de um correspondente estrangeiro, em 7 de setembro de 1872. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, a.171 (447): p. 279-289, abr./jun. 2010.

50) CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 62.

51) KNAUSS, Paulo; HENDRIK, Kraay. A inauguração da estátua de José Bonifácio na visão de um correspondente estrangeiro, em 7 de setembro de 1872. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, a.171 (447): p. 279-289, abr./jun. 2010.

52) Ibid.

do IHGB todo o trabalho memorialístico no entorno da data, ainda que pouco volumoso, com a publicação de livros alusivos e a realização de palestras.

Concluindo as celebrações do Cinquentenário, observamos os esforços um tanto errantes para a construção de um monumento que não se concretizou, que a despeito de sua enorme importância simbólica ainda não existe, passados duzentos anos: o marco do exato local do Grito do Ipiranga. Em 1825 integrantes do Senado da Câmara de São Paulo, auxiliados por testemunhas oculares de três anos antes, realizaram medições para localizar o ponto exato do discurso de ruptura de D. Pedro com as Cortes de Portugal. Definiram o local a cerca de 405 metros de uma ponte sobre o Riacho do Ipiranga, colina acima, e ali colocaram uma baliza provisória. Retornaram quarenta dias depois para enterrar naquele ponto uma pedra como marco. Por razão não totalmente esclarecida, a baliza havia sido movida cerca de 200 metros adiante, fazendo com que a pedra fosse enterrada no local errado. Curiosamente enterrado, sem visibilidade ou função simbólica exterior, o marco foi perdido. Construiu-se no local “uma espécie de coreto, com um mastro de madeira”⁵³. Em 1872, no contexto do Cinquentenário, foram realizadas buscas para encontrar a pedra-marco, que é desenterrada para que ali se construa um grande monumento à Independência financiado com subscrições públicas, que arrecadam apenas “cerca de 10% do valor da obra”⁵⁴, sendo possível construir somente os alicerces. A obra do monumento, inviabilizada, foi abandonada e a pedra-marco, novamente, enterrada.

Apenas em 1902, por iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), realizou-se nova medição na área, confirmando o erro na localização inicial. Dessa vez, no ponto correto, colocou-se um grande marco de pedra, na superfície, junto a um mastro. Vinte anos depois, nas celebrações do Centenário, com as grandes obras na região do Ipiranga (erigindo finalmente um monumento à Independência, como veremos a seguir, mas em outro local), o marco foi desfeito e a pedra-marco original, novamente achada e desenterrada, foi definitivamente retirada de sua função e levada para o acervo do Museu Paulista, ele próprio um edifício-monumento no Parque do Ipiranga. Segundo o cartógrafo Jorge Cintra, professor do Museu Paulista, “desde 1922 nada mais se fez, permanecendo ignorado ou pouco destacado o lugar mais preciso da Independência”⁵⁵.

53) CINTRA, Jorge. Entrevista concedida ao autor. 06/06/2022.

54) Ibid.

55) CINTRA, Jorge. *apud* FIORAVANTI, Carlos. Erros e acertos de antigos caminhos da serra. Revista Pesquisa FAPESP, n. 315, ano 23. Maio de 2022, p. 82-86.



Estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva no Largo de São Francisco de Paula, no Rio de Janeiro-RJ, inaugurada nas celebrações do Cinquentenário (1872). Fotografia de 2016.

Centenário (1922)

O ano de 1922, Centenário da Independência do Brasil, marcou a vida brasileira em diversos aspectos políticos e culturais: Semana de Arte Moderna, movimento tenentista dos 18 do Forte de Copacabana, fundação do Partido Comunista do Brasil e a conturbada eleição presidencial em março, polarizada entre a oposição da Reação Republicana e a candidatura da situação, que levou à chefia nacional o mineiro Artur Bernardes, “um dos presidentes brasileiros mais odiados de todos os tempos”⁵⁶, tornando-se o penúltimo líder da Primeira República e um dos mais autoritários, que “tendo recebido o governo em estado de sítio por causa da Revolta do Forte de Copacabana, assim o manteve quase

56) SCHMIDT, Paulo. Guia politicamente incorreto dos presidentes da República. São Paulo: LeYa, 2016, p. 146.

todo o mandato”⁵⁷. A já delicada sucessão presidencial foi complicada pelo falecimento, ainda antes da posse, do vice-presidente eleito, Urbano Santos, que já exercera o cargo antes (1914-1918)⁵⁸, sendo necessário realizar uma eleição suplementar ao final de agosto, portanto às vésperas do Centenário, em que foi eleito Estácio Coimbra. Bernardes e Coimbra tomaram posse meses depois, no aniversário da República, em 15 de novembro.

Restringindo-nos, porém, ao contexto das celebrações oficiais e oficiosas do Centenário, encontramos outros marcos de grande importância. Foi a primeira comemoração de uma “data redonda” da Independência feita durante a República, ocasião em que o Governo Federal empenhou grandes esforços para realizar uma pomposa celebração, expondo-se para o mundo como um país moderno, dinâmico e exportador, ao mesmo tempo que se reconciliava com seu passado monárquico.

Diversas transformações políticas e estruturas legais se fizeram necessárias para atender ao campo simbólico nesse processo de reconciliação e legitimação. Merece destaque a oficialização do Hino Nacional Brasileiro. As disputas em torno do tema remontavam mesmo aos primeiros dias do novo regime republicano. O historiador José Murilo de Carvalho detalha as batalhas simbólicas em torno da escolha da Bandeira e do Hino Nacional após a Proclamação da República (1889). A Bandeira Nacional, mantendo fortes características do modelo imperial, que substituíra, foi oficializada já em 19 de novembro de 1889. Vitória dos republicanos positivistas brasileiros, que seguiam a orientação do teórico francês Auguste Comte, segundo o qual “na primeira fase da transição orgânica da humanidade deveriam ser mantidas as bandeiras vigentes, com o acréscimo da divisa política ‘Ordem e Progresso’”⁵⁹. Já “no caso do hino, a vitória da tradição foi total: permaneceu o hino antigo”⁶⁰, sendo essa “a única vitória popular no novo regime”⁶¹. A conclusão aparentemente definitiva do assunto, no entanto, só seria alcançada às vésperas do Centenário da Independência.

57) Ibid. p. 149.

58) BRASIL. Biblioteca da Presidência da República. Acesso em: 15/03/2022. Disponível em: biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/wenceslau-braz/vice-presidente

59) CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 112.

60) Ibid. p. 109-110.

61) Ibid.

Composta pelo maestro brasileiro Francisco Manuel da Silva “logo após a Independência”⁶², a música do atual Hino Nacional Brasileiro foi apresentada pela primeira vez em 1831, celebrando a abdicação de D. Pedro I, “com letra de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva”⁶³. Em 1841, a música voltou a ser hino, desta vez em homenagem à coroação de D. Pedro II, com letra de “autor anônimo”⁶⁴. Nenhuma das letras foi tornada oficial, mas a música agradou e perdurou: foi a melodia tocada pelas bandas marciais que embalsamaram os combates no Paraguai durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) e esteve presente em momentos cívicos da nação por todo o Segundo Reinado, como na já descrita inauguração da estátua de José Bonifácio nas celebrações do Cinquentenário⁶⁵. Para José Murilo de Carvalho, “o fato de ter sobrevivido apenas a música sem dúvida facilitou a aceitação do antigo hino pelo novo regime [republicano]”⁶⁶.

Logo nos primeiros dias da República, o Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889, que “estabelece os distintivos da bandeira e das armas nacionais”⁶⁷ como novos símbolos, não faz qualquer menção a hino. Da mesma forma, o Decreto de 18 de setembro de 1822, o primeiro a falar em símbolos nacionais no Brasil independente⁶⁸, não discorria sobre a criação de um hino oficial. Os republicanos, no entanto, no esforço de legitimação do regime, preparavam um concurso para escolher a música do novo hino, que acompanharia a letra do poeta republicano Medeiros e Albuquerque, escrita meses antes da Proclamação da República e transformada então em hino do Partido Republicano. Mais uma vez recorremos a Carvalho para uma descrição dos acontecimentos:

62) Ibid. p. 152.

63) Ibid.

64) Ibid.

65) KNAUSS, Paulo; HENDRIK, Kraay. A inauguração da estátua de José Bonifácio na visão de um correspondente estrangeiro, em 7 de setembro de 1872. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, a.171 (447): p. 279-289, abr./jun. 2010.

66) CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 152.

67) BRASIL. Decreto nº 4, de 19 de novembro de 1889. Sítio digital do Palácio do Planalto. Acesso em: 17/02/2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0004.htm

68) BRASIL. Decreto de 18 de setembro de 1822. Coleção de Leis do Brasil. Wikisource. Acesso em: 17/02/2022. Disponível em: https://pt.wikisource.org/wiki/Cole%C3%A7%C3%A3o_das_leis_do_Brasil/1822/Decreto_de_18_de_setembro_de_1822

Nesse meio tempo, no entanto, ocorreu um episódio que mudou a direção dos acontecimentos. O major Serzedelo Correia prepara uma manifestação militar a Deodoro no dia 15 de janeiro de 1890, com o fim não declarado de promover por aclamação os membros do governo provisório. Povo e tropas da Marinha ajuntaram-se em frente ao palácio do Itamaraty. Proclamados Deodoro generalíssimo, Wandenkolk, vice-almirante, e o ministro da Guerra, Benjamin Constant, general-de-brigada, as bandas tocaram a *Marselhesa* [marcha francesa transformada em hino dos revolucionários republicanos em todo o mundo] e marchas militares, sem despertar o entusiasmo da pequena multidão que se aglomerava em frente ao palácio. Estabeleceu-se um clima de expectativa. Não se sabe se preparado de antemão ou espontâneo, veio o pedido para que fosse tocado o velho hino de Francisco Manuel da Silva. Serzedelo levou o apelo a Benjamin, este consultou Deodoro. Decidiu-se na hora que fosse tocado o hino e que ele continuasse como hino nacional. As bandas militares, como se esperassem pelo resultado, irromperam com o popular *Ta-ra-ta-ta-tchin*, para delírio da assistência, segundo depoimentos de testemunhas oculares.⁶⁹

Apenas cinco dias depois, o júri oficial do concurso programado escolhia a música de Leopoldo Miguez para acompanhar o poema de Medeiros e Albuquerque. Ao ouvir o novo hino, o Marechal Deodoro teria declarado: “prefiro o velho”⁷⁰. Diante da pressão popular pelo “hino antigo”, demonstrando, segundo Carvalho, o distanciamento entre o povo e os ideólogos republicanos, em um regime que “não possuía suficiente densidade popular para refazer o imaginário nacional”⁷¹, o Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890, confirmaria definitivamente o “velho” como Hino Nacional Brasileiro e oficializaria o “novo” como Hino da Proclamação da República⁷², certamente o menos conhecido e

69) CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 124-125.

70) LUZ, Milton. A história dos símbolos nacionais. Brasília: Edições do Senado Federal, 1999, p. 176.

71) CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 128.

72) BRASIL. Decreto nº 171, de 20 de janeiro de 1890. Sítio digital do Palácio do Planalto. Acesso em: 21/02/2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d171.htm

entoado hino brasileiro. Este decreto é a primeira legislação brasileira a discorrer sobre a formalização de um hino nacional, 68 anos após nossa Independência.

Mantida a música de tradição imperial, permaneceu o Hino Nacional sem letra oficial pelas décadas seguintes. Em 1906 o escritor Coelho Neto propôs à Câmara dos Deputados que se oficializasse uma letra, já que o hino era cantado em regiões e ocasiões diversas “com letras diferentes, nem sempre ajustadas ao bom gosto ou ao ritmo da música”⁷³, mas a proposta não foi adiante. Em 1909, por iniciativa do maestro Alberto Nepomuceno, diretor do Instituto Nacional de Música, foi organizado um novo concurso para escolher a letra que acompanharia a música tradicional, sendo escolhida a composta pelo poeta Joaquim Osório Duque Estrada. Mas o caráter oficial seria atingido somente às vésperas da celebração do Centenário da Independência (e motivado por ele): diante dos grandes eventos programados, e após algumas alterações feitas pelo próprio autor⁷⁴, ainda vivo, a escolha seria enfim formalizada, através do Decreto 15.671, de 06 de setembro de 1922⁷⁵, literalmente na véspera. Durante o Estado Novo (1937-1945) as partituras do Hino Nacional ainda sofreriam novos ajustes de ordem técnica, adaptando-se o arranjo para piano e canto, além de orquestra e banda⁷⁶.

É interessante observar, neste longo processo de disputa política e simbólica, que os dois autores do Hino Nacional Brasileiro, letra e música, jamais se conheceram e sequer viveram a mesma época: Francisco Manuel da Silva, nascido em 1795, faleceu em 1865; Joaquim Osório Duque Estrada nasceu cinco anos depois, em 1870, falecendo em 1927.

Outra importante medida simbólica preparada para as celebrações do Centenário foi a anistia aos membros da Família Imperial do Brasil, até então proibidos de retornar ao país.

73) LUZ, Milton. A história dos símbolos nacionais. Brasília: Edições do Senado Federal, 1999, p. 177.

74) SILVA, Luísa Alcântara e. No centenário do hino nacional, mostra resgata história do autor da letra. *Jornal Folha de São Paulo*, 22/12/2008. Acesso em: 21/02/2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2212200816.htm>

75) BRASIL. Decreto nº 15.671, de 06 de setembro de 1922. Sítio digital do Palácio do Planalto. Acesso em: 21/02/2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d15671.htm

76) LUZ, Milton. A história dos símbolos nacionais. Brasília: Edições do Senado Federal, 1999, p. 177.

O segundo semestre de 1920 foi marcado por um intenso debate em torno da revogação do decreto de banimento da família imperial, o que possibilitaria a volta à terra natal dos despojos dos imperadores Pedro II e Teresa Cristina e de seus familiares ainda vivos, como a Princesa Isabel e o Conde D'Eu, exilados na França. O retorno da família imperial ao solo pátrio simbolizaria a unidade nacional, fundamental para “festejar com sincero júbilo” o 1º Centenário da nossa Independência.⁷⁷

Já no início da presidência de Epitácio Pessoa (1919-1922), mandato-tampão com um magistrado oriundo de um estado pequeno à frente do Executivo, em ambiente já de grande discussão e organização em torno das festividades do Centenário da Independência e da promoção externa que o país conseguiria com essa exposição, o Brasil viu-se diante da tradição monárquica mais uma vez: em setembro de 1920 ocorre a visita dos reis da Bélgica ao país, “a primeira vez que um chefe de Estado [estrangeiro] vinha ao Brasil”⁷⁸. Nesse mesmo mês foi promulgado o decreto que revogava o banimento. A visita real belga teve extenso programa, muitas festas e intensa divulgação, com os monarcas percorrendo diversas cidades nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Era uma espécie de ensaio e abertura para as celebrações de 1922.

Os restos mortais de nossos últimos monarcas, D. Pedro II (falecido em 1891 na França) e D. Tereza Cristina (falecida ainda em 1889, em Portugal), estavam sepultados no Panteão dos Bragança, em Lisboa, e chegaram de volta ao Rio de Janeiro em 8 de janeiro de 1921, no couraçado *São Paulo*, da Marinha do Brasil. Acompanhando os restos mortais, retornou ao Brasil após mais de trinta anos o Conde D'Eu, então saudado e festejado pela imprensa e pelos políticos republicanos, após ter sido tão atacado nos anos finais do Império⁷⁹. D. Isabel, já com a saúde fragilizada, não pôde acompanhá-lo e faleceria no mesmo ano na França, sem jamais retornar viva ao Brasil. O Conde D'Eu, convidado para retornar ao país no ano seguinte e participar das celebrações oficiais do Centenário, faleceria no navio, a caminho do Brasil, em agosto de 1922.

77) MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1992, p. 25.

78) SILVA, Hélio. Os presidentes: Epitácio Pessoa. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 2004. p. 41.

79) FAGUNDES, Luciana Pessanha. De volta à terra pátria: o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para o Brasil. Artigo apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

Os restos mortais dos imperadores, em evento de grande pompa e larga utilização de elementos históricos, foram sepultados na Igreja de Nossa Senhora do Carmo, então Catedral do Rio de Janeiro e local onde nossos dois monarcas haviam sido coroados, enquanto aguardavam a conclusão das obras da Catedral de Petrópolis, para onde seriam trasladados definitivamente em 1939, local sugerido por D. Isabel ainda em 1920, e para o mesmo destino seguiriam os restos mortais dela e do marido em 1971, já no entorno das celebrações do Sesquicentenário da Independência⁸⁰. “A chegada ao Brasil dos restos mortais da família imperial [...] provocou uma romaria dos ‘republicanos históricos’ aos túmulos de Floriano Peixoto e Benjamim Constant, numa clara indicação de que a disputa pelo controle da memória é uma luta pelo poder de encaminhar o futuro do país”⁸¹.

O IHGB, mais uma vez, esteve à frente de iniciativas histórico-culturais, coordenando junto ao Governo Federal e à Família Imperial o traslado dos restos mortais dos imperadores e promovendo a edição e reedição de livros sobre nosso processo de Independência, escritos por seus associados e utilizando o amplo e valioso acervo de documentos ali depositados.

A principal celebração oficial do Centenário, no entanto, ainda estava por vir: em 07 de setembro de 1922 seria inaugurada no Rio de Janeiro a Exposição Internacional, no contexto das grandes feiras que ocorreram na Europa e nos Estados Unidos principalmente na segunda metade do século XIX, expondo e divulgando as cidades como polos de modernidade, desenvolvimento humano e civilização. A Exposição revelaria o Brasil moderno ao mundo, sendo “a expressão da vida econômica e social do Brasil em 1922”⁸², representando um “traço civilizatório”⁸³ e tornando-se uma “vitrine do progresso”⁸⁴ nacional.

A Exposição contou com a montagem de variados pavilhões, que representariam estados e municípios brasileiros, diversos aspectos da produção e das riquezas nacionais e, ainda, abrigariam representações estrangeiras prestigiando nosso Centenário. A escolha do local para os pavilhões era também histórica e significativa: a região do antigo Morro do Castelo. Local icônico na história do Rio de Janeiro, onde instalou-se em 1567 o primeiro núcleo urbano da cidade, fundada em 1565 aos pés do Morro do Pão de Açúcar (onde hoje localiza-se a Fortaleza de São João), o Morro do Castelo foi demolido em 1922, sob alegações de saneamento e salubridade, já que seria responsável por manter a cidade

quente, úmida e pouco ventilada, proliferando doenças contagiosas⁸⁵. O morro já era, então, moradia de milhares de pessoas, em maioria pobres, e passou a ser associado na imprensa como símbolo de nosso “atraso colonial”, “barbárie”, “promiscuidade”, “sujeira” e “misticismo”⁸⁶. Em sua antiga localização, hoje planejada, erguem-se centenas de prédios e avenidas como Presidente Antônio Carlos e Marechal Câmara. Em 1922, exatamente nesta região foi montada a Exposição Internacional, que funcionou até julho de 1923.

Alguns destes emblemáticos pavilhões ainda estão de pé no Centro do Rio de Janeiro: o Petit Trianon, então pavilhão francês e réplica de seu homônimo em Versalhes, que há cem anos abriga a Academia Brasileira de Letras, fundada em 1897; e o então pavilhão do Distrito Federal, projetado pelo arquiteto Sylvio Rebecchi (filho do também arquiteto Raphael Rebecchi, “vencedor do concurso de fachadas realizado por ocasião da abertura da avenida Central, hoje avenida Rio Branco”⁸⁷, em 1905), que abriga o Museu da Imagem e do Som (MIS)⁸⁸. O prédio, que também funcionou como “sede administrativa da Exposição”⁸⁹ durante as celebrações do Centenário, abrigou sucessivamente o Instituto Médico Legal (1923-1944) e o Serviço de Registro de Estrangeiros⁹⁰ (subordinado à Secretaria de Segurança Pública) até 1964, quando iniciou-se ampla reforma nas instalações e “pouco ainda havia da edificação original”⁹¹. A inauguração do MIS no antigo prédio ocorreu em 1965, “para as comemorações do IV Centenário” da cidade, portanto novamente atrelada a um marco de fundação, um “aniversário redondo”, um momento de valorização do passado e da memória, de discussão identitária e de pertencimento. Após um incêndio “dramático”⁹² em 1981, o prédio passou por nova grande reforma nos anos 1990, “que lhe devolveu o fausto do estilo eclético original”⁹³. São dois raros exemplares que, um século

85) MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1992, p. 50-52.

86) *Ibid.* p. 57.

87) MESQUITA, Cláudia. Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009, p. 119.

88) *Ibid.* p. 16.

89) *Ibid.* p. 119.

90) *Ibid.* p. 105.

91) *Ibid.* p. 119.

92) *Ibid.* p. 158.

93) *Ibid.* p. 161.

depois, ainda relembram os grandes esforços empreendidos nas celebrações do Centenário.

Um relevante marco histórico internacional relacionado às celebrações do nosso Centenário foi a primeira travessia aérea do Atlântico Sul, realizada pelos militares da Marinha Portuguesa Gago Coutinho e Sacadura Cabral entre 30 de março e 17 de junho de 1922, utilizando os hidroaviões *Lusitânia* (afundado em um acidente no Arquipélago de São Pedro e São Paulo, primeiro ponto que atingiram em território brasileiro), *Portugal* (que também naufragou, na mesma região, após uma pane no motor) e *Santa Cruz* (que finalmente concluiu a jornada), conectando as capitais Lisboa e Rio de Janeiro (com 10 escalas pelo caminho, 8.383 quilômetros percorridos e 62 horas e 26 minutos de voo)⁹⁴. “De particular valor simbólico, transportavam a obra ‘Os Lusíadas’, de Luís de Camões, que, pela primeira vez na História, atravessava o Oceano Atlântico a bordo de um avião”⁹⁵. Até então, apenas três viagens aéreas de longa distância sobre o mar haviam sido realizadas: França-Argélia, sobre o Mar Mediterrâneo; EUA-Portugal (primeiro voo transatlântico, em 1919) e Canadá-Irlanda, ambos sobre o Atlântico Norte⁹⁶. Na capital brasileira, os dois pioneiros aeronautas portugueses foram recebidos “como heróis, de forma calorosa e apoteótica”⁹⁷. Complementarmente, as celebrações do Centenário contaram com outro marco aeronáutico: a pioneira da aviação brasileira Anésia Pinheiro Machado realizou, em 05 de setembro de 1922, o primeiro voo interestadual pilotado por uma mulher no Brasil, vindo de São Paulo para o Rio de Janeiro em quatro dias⁹⁸.

No aspecto cultural, é possível localizar ao menos dois significativos marcos realizados dentro das celebrações do Centenário: o início da radiodifusão no Brasil, com a transmissão do discurso do Presidente Epitácio Pessoa durante a inauguração da Exposição Internacional; e a criação, em 02 de agosto de 1922, do Museu Histórico Nacional, esforço de integração e tradição, de pensar e contar o Brasil, instalado no antigo Arsenal de Guerra (prédio do século XVIII que abrigou o Palácio das Indústrias durante a Exposição do Centenário), sob a

94) JÚNIOR, Manuel Cambeses. A primeira travessia aérea do Atlântico Sul. Palestra proferida no XI Congresso Internacional FIDEAHE. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2030059-A-primeira-travessia-aerea-do-atlantico-sul.html>. p. 3.

95) Ibid. p. 10.

96) Ibid. p. 11.

97) Ibid. p. 22.

98) Sítio digital da Força Aérea Brasileira, página Personalidades. Acesso em: 23/04/2022. Disponível em: www.fab.mil.br/personalidades



Presidente Epitácio Pessoa assinando o Decreto nº 4.120, de 3 de setembro de 1920, revogando o banimento da Família Imperial Brasileira.

coordenação do intelectual Gustavo Barroso (que em 1956 se tornaria o primeiro civil eleito para o IGHMB). Nas palavras da historiadora Marly da Motta, “o museu nascia com a aspiração de ser a ‘casa do Brasil’, seu ‘lugar de memória’ por excelência”⁹⁹.

Nesse mesmo contexto criador e modernizador havia sido fundada em 1920 (também no dia 07 de setembro) a Universidade do Rio de Janeiro (transformada em Universidade do Brasil em 1937 e na atual Universidade Federal do

99) MOTTA, Marly Silva da. A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1992, p. 73.

Rio de Janeiro em 1965)¹⁰⁰, primeira universidade brasileira, reunindo faculdades e institutos de educação já existentes. São alguns duradouros, atuais e fundamentais marcos, originados nestes momentos de celebração, afirmação e reflexão, voltados para a educação como passado mas também, e fundamentalmente, como o futuro do país, “concebendo a memória como ingrediente básico na configuração das identidades”¹⁰¹, diz a historiadora Cláudia Mesquita.

Sesquicentenário (1972)

Segundo o historiador Adjovanes de Almeida, as Forças Armadas foram “o ator político proeminente das festividades dos 150 anos”¹⁰², realizadas durante o auge político, econômico, repressivo e popular do Regime Militar, que buscou enfatizar nas celebrações oficiais os aspectos militares do processo de Independência e as características de D. Pedro I como imperador-soldado, além do tradicional enaltecimento da união e da integração nacional: povo e território.

Um primeiro movimento para as celebrações oficiais ocorre em setembro de 1971, quando é aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Emílio Médici a nova Lei dos Símbolos Nacionais¹⁰³, bastante detalhada e ainda hoje em vigor, organizando a estrutura de representação simbólica da Nação, com artigos prevendo não apenas as características técnicas e materiais da composição de cada um dos quatro símbolos, com extensos anexos, mas também as ocasiões de suas apresentações e utilizações, o cerimonial e o respeito a ser demonstrado e até as penalidades aplicáveis no caso de violação das disposições. A Bandeira Nacional e o Hino Nacional, bastante discutidos aqui quando falamos do Centenário, não sofreram alterações conceituais: foram reafirmados. Podemos observar esse movimento legislativo, oficial e estatal como uma espécie de preparativo para as

100) Sítio digital da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acesso em: 22/04/2022. Disponível em: <https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/historia/>

101) MESQUITA, Cláudia. Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965). Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009, p. 34.

102) ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/PP. HIS, 2009, p. 12.

103) BRASIL. Lei nº 5.700, de 01 de setembro de 1971. Sítio digital do Palácio do Planalto. Acesso em: 11/04/2022. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm

celebrações do Sesquicentenário da Independência, no ano seguinte, em que tais símbolos seriam largamente utilizados, reforçados, atualizados e ritualizados.

O ponto alto das celebrações do Sesquicentenário da Independência foi, sem dúvida, a transladação, em 1972, dos restos mortais de D. Pedro I, trazidos de Portugal e sepultados no Monumento à Independência, no bairro Ipiranga, às margens do imortal riacho homônimo, em São Paulo-SP.

O Monumento à Independência fora inaugurado em 1922, justamente como parte das celebrações do Centenário¹⁰⁴, como vimos, mas só ficou pronto definitivamente em 1926. Em 1954, durante as celebrações do quarto centenário de fundação da cidade de São Paulo, outro momento de celebração da memória, foram transladados para a cripta do Monumento (hoje chamada Capela Imperial, construída dentro da estrutura original em 1952¹⁰⁵) os restos mortais de D. Leopoldina, primeira esposa de D. Pedro I e primeira imperatriz do Brasil, com atuação de destaque no processo político que culminou em nossa Independência.

A Imperatriz Leopoldina foi a única soberana brasileira a falecer em nosso território durante todo o período monárquico, sendo sepultada em 1826, três dias após sua morte, no Convento de Nossa Senhora da Ajuda, no Centro do Rio de Janeiro-RJ, então sede da Corte¹⁰⁶. Demolido o prédio do convento em 1911 para dar lugar à atual Cinelândia, os restos mortais da imperatriz foram transladados para o Convento de Santo Antônio, no Largo da Carioca, também no Rio de Janeiro-RJ. Dali partiram, talvez definitivamente, para o Monumento à Independência em 1954. A ela juntou-se o imperador em 1972. Os restos mortais da segunda esposa de D. Pedro I, a Imperatriz Amélia, falecida em 1873 em Lisboa e sepultada no Panteão dos Bragança, se juntariam ao Monumento dez anos após o Sesquicentenário, em 1982. Curiosamente, o Monumento à Independência e “os três remanescentes humanos que lá jazem estão sob a responsabilidade da Municipalidade de São Paulo”¹⁰⁷, e não sob administração federal.

Em 1972, o traslado do imperador revestiu-se de grande cerimonial no país, após acordo diplomático com Portugal. D. Pedro I faleceu em 1834 no Palácio de Queluz, em Portugal, no mesmo quarto em que nascera em 1798, e foi sepultado também no Panteão dos Bragança, em Lisboa. Conforme desejara, seu coração foi enviado para a Igreja de Nossa Senhora da Lapa, no Porto, onde

104) AMBIEL, Valdirene do Carmo. O novo grito do Ipiranga. São Paulo: Linotipo Digital, 2017. p. 112.

105) Ibid.

106) Ibid. p. 29-61.

107) Ibid. p. 113.

até hoje é conservado¹⁰⁸. Durante as celebrações do Sesquicentenário, seus restos mortais foram exumados e partiram de Portugal rumo ao Brasil que tornou independente em um comboio com navios de ambas as marinhas, chegando ao Rio de Janeiro em abril de 1972. A urna funerária foi entregue pelo presidente português, Américo Thomaz, ao presidente brasileiro, Emílio Médici, em 22 de abril (aniversário da chegada de Pedro Álvares Cabral à Bahia), no Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, em grande cerimônia. Dali, “nos meses seguintes, os despojos [...] peregrinaram pelas capitais de todos os estados e territórios brasileiros”¹⁰⁹ até chegarem ao Monumento à Independência, na cidade de São Paulo, onde foram sepultados em um evento apoteótico, ponto culminante das celebrações, com a presença de dezenas de autoridades brasileiras e estrangeiras, acompanhados por milhares de espectadores às margens do Ipiranga.

Outros importantes esforços de memória e história foram empreendidos pelo Governo Federal, que reservou para a programação do Sesquicentenário um orçamento total de trinta milhões de cruzeiros, despendidos ao longo de todo o ano de 1972¹¹⁰. Mais uma vez teve importante atuação o IHGB, seguindo como uma “instituição quase oficiosa”¹¹¹ mesmo na República, pela terceira vez editando e reeditando livros clássicos da história do Brasil, agora reunidos na “Biblioteca do Sesquicentenário”, e promovendo um curso sobre a Independência chancelado pelo Ministério da Educação¹¹². Em 05 de setembro de 1972, no contexto das celebrações oficiais, o Presidente da República participou da inauguração da nova sede do IHGB, no Rio de Janeiro, erguida com o auxílio de verbas federais e do antigo estado da Guanabara¹¹³. Segundo o historiador Adjovanes de Almeida, “o IHGB legitimava a comemoração do Sesquicentenário” enquanto procurava “manter sua preponderância no âmbito dos estudos sobre o passado brasileiro”¹¹⁴.

108) Ibid. p. 90.

109) ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/PP. HIS, 2009, p. 10.

110) Ibid. p. 204.

111) CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 62.

112) ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/PP. HIS, 2009, p. 18.

113) Ibid. p. 65.

114) Ibid. p. 20.

Símbolo artístico e cultural das celebrações foi a composição e grande difusão do Hino do Sesquicentenário (criação do publicitário Miguel Gustavo, também autor da música “Pra frente Brasil”, que faleceu antes das celebrações do Sesquicentenário, em janeiro de 1972¹¹⁵), cantado por importantes artistas como Elizete Cardoso e Ângela Maria, lançado em disco e entoado nas escolas primárias, enfatizando que “esse Brasil faz coisas que ninguém imagina que faz”.

Mas certamente o mais importante, impactante e duradouro produto cultural produzido para as celebrações do Sesquicentenário da Independência foi o filme *Independência ou Morte* (direção de Carlos Coimbra e produção de Oswaldo Massaini), que estreou em 04 de setembro de 1972 “em 20 capitais brasileiras, e, na semana seguinte, em Portugal”¹¹⁶, com apoio do Ministério das Relações Exteriores e do então Ministério da Guerra. Nos papéis principais, Tarcísio Meira (como D. Pedro I) e Glória Menezes (como Marquesa de Santos). A escolha do casal estelar das telenovelas brasileiras evidencia grande capacidade de identificação popular, mas, na distribuição dos papéis, vemos a ênfase na amante do imperador em detrimento de um papel mais ativo da figura da imperatriz, D. Leopoldina (interpretada por Kate Hansen, atriz então pouco conhecida), conforme era bastante comum na historiografia da época. A obra cinematográfica reforçava a chamada “história oficial”, inclusive na centralidade da figura temperamental de D. Pedro I, em detrimento de personagens como José Bonifácio e José Clemente Pereira, e praticamente ignorando a Guerra de Independência, mais uma vez sustentando o mito do processo “pacífico”. Com um orçamento estimado em dois milhões de cruzeiros¹¹⁷, o filme foi a produção mais cara do cinema brasileiro até então¹¹⁸ e teve cerca de três milhões de espectadores em 1972¹¹⁹.

Também no campo cultural, destacando o Brasil como o “país do futebol” após a conquista do tricampeonato mundial dois anos antes, fato intensamente celebrado também nos meios oficiais do Estado, organizou-se a Taça Independência, disputada em doze estádios espalhados pelas cinco regiões do país, nos meses de junho e julho de 1972, com seleções representantes de vinte países amigos. “A grande final foi entre Brasil e Portugal, pejeia disputada no Estádio do Maracanã [Estádio Jornalista Mário Filho, no Rio de Janeiro]; a seleção brasileira

115) Ibid. p. 158.

116) Ibid. p. 22.

117) Ibid. p. 85.

118) Ibid. p. 21.

119) Ibid. p. 54.



Monumento à Independência, no Parque do Ipiranga, em São Paulo-SP, onde repousam os restos mortais de D. Pedro I (desde as celebrações do Sesquicentenário, em 1972), de D. Leopoldina (desde 1954) e de D. Amélia (desde 1982). Fotografia de 2015.

sagrou-se campeã [...]”¹²⁰. O evento “recebeu financiamento privado, através da União de Bancos Brasileiros”¹²¹, além de verba do Governo Federal, e foi organizado pela Confederação Brasileira de Desportos (atual Confederação Brasileira de Futebol - CBF), sendo televisionado ao vivo no país e no exterior.

Ainda na seara esportiva, além de diversos torneios regionais (incluindo as cerimônias do Encontro Cívico) e outras competições com equipes estrangeiras convidadas, foi realizado o Grande Prêmio Brasil de Fórmula 1, no autódromo de Interlagos, em São Paulo-SP, integrando as comemorações oficiais do Sesquicentenário e “constituindo-se na primeira corrida de Fórmula 1 realizada em território brasileiro”¹²². No mesmo ano de 1972 o piloto Emerson Fittipaldi havia se tornado o primeiro brasileiro campeão mundial de Fórmula 1.

120) *ibid.* p. 17.

121) *Ibid.* p. 105.

122) *Ibid.* p. 130.

Neste breve levantamento, procuramos sempre enfatizar as iniciativas oficiais nacionais, isso é, encampadas pelo Governo Federal (que organizou a Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência, presidida pelo General de Exército Antônio Jorge Correia), particularmente as de maior relevância e duração. Mas é possível localizar diversas ações de governos estaduais e municipais, bem como de empresas privadas e organizações como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Alguns exemplos a destacar seriam o Departamento de Trânsito do Estado da Guanabara (DETRAN-GB), que passou a gravar nas “plaquetas de licenciamento” dos veículos no ano de 1972 a imagem de D. Pedro I a cavalo proclamando a Independência, “em relevo”¹²³; e o governo estadual do Ceará, que inaugurou em Fortaleza, como parte das celebrações oficiais, o mausoléu do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, ex-Presidente da República falecido em 1967¹²⁴.

Conclusão

Reforçamos a ideia de Michael Pollak de que “a memória é um fenômeno construído”¹²⁵, criado (ainda que seja a criação do esquecimento) a partir de conjunturas pessoais e políticas do momento. O esquecimento pode ser “resultado de um verdadeiro trabalho de organização.”¹²⁶ Assim, no processo de rememoração empreendido em cada marco temporal da Independência, é possível observar como o Estado brasileiro procurou construir a narrativa oficial sobre essa história comum a cada brasileiro, de ontem e de sempre, marco fundador da própria nacionalidade. Em diferentes épocas e períodos políticos, as celebrações oficiais destacavam unidade nacional, integração social, desenvolvimento econômico, identidade comum, passado e futuro. Escolhas claras sobre o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido neste longo processo. Já que “a memória constitui uma forma de expressão discursiva”¹²⁷ e “necessariamente

123) Ibid. p. 174-175.

124) Ibid. p. 179-180.

125) POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992, p. 204.

126) Ibid.

127) SANTOS, Ricardo Augusto dos; MORAES, Nilson Alves de. A construção da identidade nacional: a educação higiênica nos anos 20. *In*: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de. (orgs). *Memória, Identidade e Representação*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000, p. 102-103.

seletiva”, torna-se “um campo de lutas simbólicas”, uma disputa e uma construção constantes e mutantes. E essa visão de conjunto, ao longo de duzentos anos, nos expõe a inconstante trajetória de um projeto de Nação ainda em discussão.

As duas comemorações republicanas, no século XX, se tornaram grandes festas nacionais, emblemáticas, com duradouras criações e transformações. No Bicentenário da Independência não percebemos a mesma movimentação e o mesmo interesse no Governo Federal em promover grandes celebrações e eventos marcantes. Mais uma vez caindo a efeméride em ano de eleição presidencial, com menos de trinta dias os separando, as celebrações e reflexões, que deveriam ser gerais e da Nação, parecem, uma vez mais, contaminadas pela polarização político-partidária que vivemos.

Já concluindo o primeiro semestre do ano de 2022¹²⁸, quase nada se comenta publicamente sobre o marco, com exceção de eventuais iniciativas particulares ou discretas movimentações públicas, como emissão de selos, realização de ciclos de palestras e publicação ou reedição de livros alusivos. Em que pese a importância acadêmica e difusora de tais ações, não reúnem as mesmas qualidades de grande evento, de apoteose cívica e, particularmente, de uma monumentalização perene, de uma construção pública de memória coletiva.

Um dos poucos eventos divulgados na programação é a reinauguração do Museu Paulista, administrado pela Universidade de São Paulo (USP) e também chamado de Museu do Ipiranga, edifício-monumento erguido às margens do Riacho do Ipiranga no final do século XIX como um marco do local da proclamação da Independência por D. Pedro I (ainda que não no ponto exato, como vimos). Fechado para reformas desde 2013, deve ser reaberto ao público em 07 de setembro de 2022, com a presença do Presidente da República e outras autoridades.

É preciso mais. O momento nos remete à mensagem do Papa Paulo VI, enviada ao povo brasileiro por ocasião das celebrações do Sesquicentenário da Independência: “[...] a Independência não é algo perfeito, alcançado de uma vez e para sempre: é de vir, aquisição a renovar cada dia. Nesse processo vital, todos os interessados [...] têm um papel, que não podem declinar [...]”¹²⁹.

O Grito do Ipiranga não é um fato isolado e autônomo, mas sim o momento que vai coroar (literalmente) um longo processo político e social, nacional e

128) O texto deste artigo foi concluído em maio/2022.

129) PAULO VI. *apud* ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972). Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/PP. HIS, 2009, p. 227.

mundial, de independência, liberalismo e constitucionalização, movimento extenso que ali não começa nem termina, mas avança. Aqui, hoje, ainda o estamos construindo. Trata-se, ao fim e ao cabo, de discutir, sempre e ininterruptamente, o que é o Brasil e o porquê de sua existência. Trabalharmos agora para que em cem anos ainda exista um Brasil unido e independente, a celebrar seu Tricentenário.

Referências

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O regime militar em festa: a comemoração do Sesquicentenário da Independência brasileira (1972)**. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: UFRJ/PP. HIS, 2009.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (coord). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

AMBIEL, Valdirene do Carmo. **O novo grito do Ipiranga**. São Paulo: Linotipo Digital, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. R. Janeiro: Cia das Letras, 2008.

BRASIL. **Falas do trono: desde o ano de 1823 até o ano de 1889**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2019.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Therezinha de. **José Bonifácio e a unidade nacional**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. **De volta à terra pátria: o traslado dos restos mortais de D. Pedro II e Thereza Cristina para o Brasil**. Artigo apresentado no XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

FIORAVANTI, Carlos. **Erros e acertos de antigos caminhos da serra**. Revista Pesquisa FAPESP, n. 315, ano 23. Maio de 2022. p. 82-86.

GOMES, Laurentino. **1822**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da Humanidade**. P. Alegre: L&PM, 2018.

JÚNIOR, Manuel Cambeses. **A primeira travessia aérea do Atlântico Sul**. Palestra proferida no XI Congresso Internacional FIDEAHE. Disponível em: <https://docplayer.com.br/2030059-A-primeira-travessia-aerea-do-atlantico-sul.html>.

KNAUSS, Paulo; HENDRIK, Kraay. **A inauguração da estátua de José Bonifácio na visão de um correspondente estrangeiro, em 7 de setembro de 1872**. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, a.171 (447): p. 279-289, abr./jun. 2010.

LE GOFF, Jacques. **A Idade Média explicada aos meus filhos**. R. Janeiro: Agir, 2007.

_____. Verbete Memória. In: **Enciclopédia Einaudi I, Memória-História**. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de. (orgs). **Memória, Identidade e Representação**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

LIMA, Manuel de Oliveira. **O reconhecimento do Império: história da diplomacia brasileira**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Topbooks, 2015.

LUZ, Milton. **A história dos símbolos nacionais**. Brasília: Senado Federal, 1999.

MENCK, José Theodoro Mascarenhas. **A imprensa no processo de Independência do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

_____. **Primeiras eleições gerais no Brasil (1821)**. Brasília: Edições Câmara, 2021.

MESQUITA, Cláudia. **Um museu para a Guanabara: Carlos Lacerda e a criação do Museu da Imagem e do Som (1960-1965)**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2009.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas - CPDOC, 1992.

NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**.

Revista Projeto História, São Paulo. v. 10, dezembro de 1993.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A questão nacional na Primeira República**. SP: Brasiliense, 1990.

PAIVA, Clotilde Andrade. et al. **Publicação crítica do Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872**. CEDEPLAR/UFMG, 2012. Acesso em: 22/04/2022. Disponível em: www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wpcontent/uploads/2013/02/Relatorio_preliminar_1872_site_nphed.pdf.

PAIXÃO, D. Gregório. **A Catedral de Petrópolis**: guia ilustrativo. Petrópolis: Catedral de Petrópolis, 2021.

POLLAK, Michael. **Memória e identidade social**. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992.

PRIORE, Mary del. **As vidas de José Bonifácio**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.

REZZUTTI, Paulo. **D. Leopoldina**: a história não contada. São Paulo: LeYa Brasil, 2017.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Nelson. **Só os profetas enxergam o óbvio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2020.

SCHMIDT, Paulo. **Guia politicamente incorreto dos presidentes da República**. São Paulo: LeYa, 2016.

SILVA, Hélio. **Os presidentes**: Epitácio Pessoa. São Paulo: Grupo de Comunicação Três, 2004.



**NA ROTA DO PAÇO DE SÃO
CRISTÓVÃO AO IPIRANGA**

**FÉ, RELIGIOSIDADE E BRASILIDADE
(14 DE AGOSTO A 7 DE SETEMBRO
DE 1822)***

Prof Dr Manuel Rolph De V. Cabeceiras**

* Esta pesquisa é resultado parcial do Projeto A Cruz, a Espada e os Trajetos da Identidade Nacional no Hub do Ipiranga financiado pelo Edital 34/2021 – Apoio a Projetos no Âmbito do Bicentenário da Independência do Brasil –2021 (FAPERJ-Fundação Biblioteca Nacional).

** Titular emérito do IGHMB (cadeira 89: patrono Olavo Bilac), Professor do Instituto de História da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Introdução: O Sete de Setembro

Muito se debate sobre a data da independência brasileira, a despeito da tentativa de “saída à francesa” do imbróglio com o argumento que a independência é um processo. Convenhamos, uma afirmação tautológica, em nada acrescentando ao estudo, pois assim é toda independência de um país ou nação. Um processo. Embora, é verdade, haja alguma serventia em alertar ter a nossa independência sido um processo (como tantas outras), dada a simplificação vulgarizada de se lançar os holofotes apenas sobre um único ato, o Grito do Ipiranga: “final feliz” a dar termo a uma sucessão de escaramuças e rusgas que vinham se avolumando. Apaga-se então a guerra, da qual, silenciada, a imensa maioria dos brasileiros nem mesmo se dá conta de, bem antes do memorável ato, já ter sido já desencadeada¹. Ou, quando não, descontados esforços pontuais em manter uma memória local, o que se tem disseminado é uma névoa em torno dos conflitos subsequentes reduzindo-os ao episódio baiano, tratado de modo sumário.

Mas e a data? Entendendo-a como um marco, dotada, pois, de caráter simbólico, qual escolher? Qual a mais adequada? Desde o início imperou

1) A Guerra da Independência teve início com a rebelião na Província de Pernambuco quase meio ano antes do Fico de Dom Pedro ocorrido em 9 de janeiro de 1822 e às manobras dele decorrentes no Rio de Janeiro, que culminaram com a expulsão das tropas leais às Cortes de Lisboa sob o comando do General Jorge de Avilez, as quais zarparam em 15 de fevereiro para Portugal. Já Pernambuco tinha se levantado em armas contra o General Luís do Rego, governador da Província, em 29 de agosto de 1821, obtendo a capitulação das tropas portuguesas em 5 de outubro de 1821.



01. *Aclamação de D. Pedro I imperador do Brasil no Campo de Santana, Rio de Janeiro de Jean-Baptiste DEBRET. Paris [França] Firmin Didot Frères, 1839. 1 grav, litografia, col, 22 x 35 cm em f. 52,6 x 34,6. Acervo Digital Fundação Biblioteca Nacional.*

certa tergiversação a seu respeito, com o Sete de Setembro sofrendo a concorrência da chegada da Família Real, da elevação a Reino Unido, do Fico, da Aclamação, da Coroação, da Abdicação e outras mais. Cada qual com a sua relevância e simbolismo. A tal ponto se chegou o embate pela preferência que se passou a pôr em dúvida o ocorrido às margens do Córrego do Ipiranga. Uma falsificação, inventada cerca de dois anos depois, havendo até quem admitindo tal possibilidade, Machado de Assis, prefira a lenda aos fatos². Mas é o

próprio Dom Pedro quem desde cedo nos oferece evidências sobre o Grito e manifesta a sua afeição pelo Sete de Setembro no afã de preservar a sua memória.

2) Machado de ASSIS [sob o pseudônimo de Manassés], Crônica de 15 de setembro de 1876 *In*: “Obras Completas”, <https://machadodeassis.ufsc.br/obras/cronicas/CRONICA,%20Historia%20de%20quinze%20dias,%201876.htm>

Grito do Ipiranga? Isso era bom antes de um nobre amigo, que veio reclamar pela Gazeta de Notícias contra essa lenda de meio século.

Segundo o ilustrado paulista não houve nem grito nem Ipiranga.

[...]

O caso do Ipiranga data de ontem. Durante cinquenta e quatro anos temos vindo a repetir uma coisa que o dito meu amigo declara não ter existido.

Houve resolução do Príncipe D. Pedro, independência e o mais; mas não foi positivamente um grito, nem ele se deu nas margens do célebre ribeiro.

Lá se vão as páginas dos historiadores; e isso é o menos.

Emendam-se as futuras edições. Mas os versos? Os versos emendam-se com muito menos facilidade.

Minha opinião é que a lenda é melhor do que a história autêntica. A lenda resumia todo o fato da independência nacional, ao passo que a versão exata o reduz a uma coisa vaga e anônima. Tenha paciência o meu ilustrado amigo. Eu prefiro o grito do Ipiranga; é mais sumário, mais bonito e mais genérico.

Ainda em outubro de 1822, mês no qual (por ocasião de seu aniversário, dia 12) é aclamado da sacada do Palacete do Campo de Sant'Anna³, pelo povo e pela tropa em festa, Dom Pedro I Imperador do Brasil, a recém-criada Marinha Imperial incorpora as duas primeiras fragatas: a Real Carolina e a União, apreendidas de Portugal e rebatizadas, respectivamente, com os significativos nomes de Paraguaçu e de Piranga⁴, a nascente, digamos assim, do povo brasileiro⁵ e do Estado independente do Brasil. Piranga é como nos registros da época aparece grafado o nosso Ipiranga. E cerca de três meses depois, está documentado⁶, em 29 de janeiro de 1823, o Governo Provisório da Província de São Paulo já tinha

-
- 3) O topônimo se deve aos negros da Irmandade de Santana que, devotos da Mãe de Maria, trouxeram para o local em 1710 a imagem da santa e iniciam em 1735 a construção de uma capela a ela dedicada no sítio onde hoje se acha a Central do Brasil, fazendo com que se designasse todo aquele entorno de Campo de Santana até que, em 1822, passa a atender pelo nome de Campo da Aclamação (PIMENTEL, M. Campo de Santana: o lugar que viu o Império e a República nascerem [Série Online “Ruas do Rio”]. 22nov2017):

A praça hoje é da República, mas o fato é que foi um dos lugares onde a monarquia mais se fez popular entre seus súditos. Foi lá que uma multidão entusiasmada, embalada pelo repique dos sinos das igrejas, aclamou D. Pedro I como imperador do novo país. O local da aclamação não foi escolhido à toa, pois, desde as melhorias realizadas no final do século XVIII, havia se tornado cenário das festas mais populares da cidade, a começar pelas comemorações do Império do Divino Espírito Santo – promovidas pela Irmandade de Santana –, que, em algumas ocasiões, chegavam a durar três meses.

- 4) CABRAL, R. A criação da 1ª Esquadra da Marinha Imperial. In: *História Militar em debate* [Online]. Artigo posto 28nov2021.
- 5) Paraguaçu, da tribo dos Tupinambás, filha do morubixaba, esposou Diogo Álvares Corrêa, o Caramuru, português naufrago achado em 1510 em uma das praias da futura Salvador, na Bahia. Deles nasceram os “primeiros brasileiros”. Quando em 1528 passou pelo litoral uma nau francesa, seguiu o casal para a Europa. Lá, Paraguaçu recebeu o batismo em 30 de julho adotando o nome de Catarina Alves ou Álvares e uniram-se, também no ultramar, em matrimônio o primeiro casal do Brasil, primeira família cristã, vindo a se tornar na matriarca e no patriarca da nação brasileira. Caramuru faleceu em 5 de outubro de 1557 e Catarina em 26 de janeiro de 1583, em torno de 80 anos, sendo sepultado o seu corpo na capela de N. Sra. da Graça.
- 6) A intenção manifestada naquela data em levantar o monumento e já se possuir a autorização do soberano para lhe dar consecução são atestados em documento sob a custódia do Museu Paulista, assinado por José Bonifácio em 20 fevereiro de 1823. Cf. CINTRA, J. P.; CINTRA, A. P. O sítio da Independência no Ipiranga: as vicissitudes de um local histórico. In: *Anais do Museu Paulista* (Nova Série). São Paulo, v. 29. 2021: p. 7.

obtido a anuência do Imperador e a devida licença para erigir um monumento no Ipiranga em memória do Sete de Setembro. Iniciadas, enfim, as gestões em 22 de julho de 1824 para a sua construção, é desse momento que mais evidências da historicidade do Grito veem se juntar.

Ocorre que, aos poucos, o presidente da Província passa a julgar mais prático erigir o monumento em outro local, consultando o Imperador a respeito, que rejeita prontamente tal proposição, insistindo que deveria ser instalado no local exato onde tudo se deu. Pois bem, para atender esta exigência em torno de um ano transcorreu: já é 29 de agosto de 1825, quando o presidente da Província determina à Câmara Municipal reconheça a área e identifique o ponto exato do ocorrido fixando uma baliza.

De modo surpreendente a Câmara, ainda em 2 de setembro, expedida, promove no próprio sítio uma sessão extraordinária, conduzindo a todos para o local. Ainda não será desta vez que a obra se erguerá. Será preciso esperar o último quartel do século XIX para tal. Todavia, será produzido um meticuloso documento, tanto quanto possível, exato do local do Grito: com tantas e abalizadas testemunhas, contou “*o processo de medição com diversas outras pessoas que conheciam o lugar exato, ainda fresco na memória, estando entre eles o já mencionado Francisco de Castro do Canto e Melo, que conhecia bem o local, já que seu pai tinha chácara e casa à beira do caminho [...]. A ata lavrada pelo escrivão em campo e por todos assinada*”⁷.

1. O propósito do Percorrido: estamos em guerra!

A Viagem que, tendo como destino a cidade de São Paulo e o porto de Santos, culmina no 7 de setembro às margens do riacho do Ipiranga e chega de volta ao Rio em 14 de setembro, um sábado à noite, iniciou um mês antes, em 14 de agosto de 1822, uma quarta-feira. Idêntica duração teve a Viagem rumo

7) Ibid., p. 8.

à Vila Rica (at. Ouro Preto), capital da Província de Minas⁸, realizada no arco entre 25 de março e 25 de abril.

Antes, porém, de avançar para a Viagem de São Paulo, não se pode deixar de mencionar o efeito “virada de chave” que a Viagem a Minas exercera sobre o espírito do então Príncipe Regente do Estado do Brasil no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Dom Pedro nascera em 12 de outubro de 1798, ao embarcar em Portugal para o Brasil (27 de novembro de 1807), não fazia tanto tempo assim que completara 9 de idade. Desde então já tinha mais tempo de Brasil que de Portugal, porém restrito à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e seus arredores, entre o recôncavo guanabarinense e a sua baía, ultrapassados pela vez primeira com essa viagem. Ao que parece foi Varnhagen (1816-1878) quem primeiro atentou para essa mudança. Citando-o, vejamos que mudança se está a considerar nas palavras do biógrafo do imperador, Otávio Tarquínio de Sousa:

[...], vira um Brasil que não era apenas o Rio, e lograra, através das largas terras percorridas e das gentes que conhecera, diversas mas parecidas, uma imagem caleidoscópica do vasto reino em cuja regência o deixara o pai. Penetrando o interior do país, do qual até então só tivera vagas noções, deslumbrara-se ante a sua grandeza e percebera a razão do desvanecimento dos que nasceram aqui. Sentia-se também brasileiro, ligado ao Brasil, sua segunda pátria, sua pátria desde a infância. [...] Até princípios de março de 1822, terminava todas as cartas a D. João VI com uma fórmula quase invariável, em que dizia: Deus guarde a preciosa saúde de Vossa Majestade como todos os portugueses o hão mister. Depois, passou escrever – “[...] os portugueses e nós brasileiros havemos mister”. “Nós brasileiros.”. Adquirira, ainda antes de 7 de Setembro, a nacionalidade brasileira.¹⁰

8) A 28 de fevereiro de 1821, por deliberação das Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa (ou simplesmente, Soberano Congresso ou as Cortes de Lisboa) foram extintas no Reino do Brasil as Capitânias Gerais, criando-se em seu lugar as Províncias Reais Ultramarinas.

9) Cartas de D. Pedro a D. João VI, de 19 de março, 26 e 28 de abril, 19 e 22 de junho, 26 de julho, 4 e 6 de agosto de 1822 (SOUSA, O. T. de. História dos Fundadores do Império do Brasil, v. II: A Vida de D. Pedro I: Tomo 1º [Col. “Edições Senado Federal”, v. 209-A]. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015: p. 344 n. 380).

10) Ibid.: p. 344.

Nos meses seguintes ao retorno de Minas, novas nuvens surgem no horizonte e o quadro deteriora-se rapidamente. Dez anos após esses eventos, eis o testemunho de uma das personagens mais próximas a Dom Pedro e que o acompanhou durante toda a Viagem a São Paulo:

[...] a viagem de S. M. a São Paulo. Esta viagem o Imperador a empreendeu com o fim de ver por seus próprios olhos o estado em que se achava a cidade, e a Província. Uma e outra eram representadas como costuma dizer-se, sobre um vulcão. Afirmava-se que as tropas, e parte do povo estavam dispostos a negar obediência ao governo que S. M. exercia então, uma vez que se não declarasse de logo a independência. No Rio de Janeiro corriam notícias de grande importância, vindas desta e de outras províncias, porém mui contraditórias: em fim S. M. tomou a resolução de partir, fazendo uma viagem ligeira, e para assim dizer puramente militar [sic].¹¹

Assim, podemos arrolar cinco objetivos: 1. Averiguar com a sua presença (mostrando-se) os ânimos da sociedade paulista; 2. Assegurar a lealdade das autoridades locais ao Príncipe Regente; 3. Constituir um governo provincial confiável; 4. Recompôr a sua Guarda de Honra; 5. Vistoriar o sistema defensivo do porto de Santos. Nos três primeiros, os da Viagem a Minas se repetem. Não obstante, urgia prevenir-se de ataques externos vindos do mar, impedir o desembarque de tropas invasoras e estar pronto para o combate tanto a quem fosse contrário à soberania do Reino do Brasil como a quem pretendesse disputar internamente o poder. Daí os dois últimos a darem um caráter eminentemente militar à viagem.

Avalia José Honório Rodrigues que, na Província de São Paulo, como anteriormente na de Minas, “*não existem praticamente divergências entre portugueses e brasileiros – não há grandes interesses econômicos – e não há forças portuguesas que possam resistir à independência. As divergências são internas, na luta pelo poder independente. Havia então a ameaça de guerra civil*”¹². Situação diversa é o Rio de Janeiro, o qual, por constituir-se como polo de poder concorrente ao de Lisboa, congrega grandes interesses atritantes e daí também a importância no estreitamento de laços com essas províncias limítrofes de modo a poder contar com esses apoios em eventuais conflitos externos ou internos.

11) CHALAÇA, F. G. da Silva dito. Memórias oferecidas a Nação Brasileira. Londres: L. Thompson, 1831: p. 22/23.

12) RODRIGUES, J. H. Independência: Revolução e Contra-Revolução. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002: p. 177.

Por diferentes caminhos e trilhas constituem, Rio-Minas-São Paulo, desde a descoberta do ouro, como um tripé tornam-se um eixo estratégico conectando-se às demais áreas da América portuguesa integrando-as através dos sertões em um mercado interno nada desprezível. Voltando-nos para os pés do tripé, em relação ao Rio, Minas e São Paulo ainda podiam vir a servir seja como elemento dissuasório seja como reservas no enfrentamento eventual aos partidários das Cortes na cidade do Rio. Daí o quão importante era mensurar a receptividade popular ao Príncipe nessas províncias. Na verdade, em área tão extensa como a da América lusa, diante da iminência de conflitos bélicos, impossível conceber mantê-la íntegra e unida sem um forte e entusiástico apoio popular. De tal sorte que, nos dias que antecedem a Viagem a São Paulo, a título de demonstrar o comprometimento de Dom Pedro à causa da independência (mesmo que ainda pensada no âmbito do Reino Unido) e reconhecendo já estarmos com uma guerra em curso, embora ainda em seus lances iniciais são preparados e lançados dois manifestos a empolgar os ânimos compartilhando como se teria chegado a tal estado de coisas. São duas peças de propaganda. Eis trechos da primeira,

PROCLAMAÇÃO DE 1º DE AGOSTO DE 1822¹³

Esclarece os **Povos do Brazil** das **causas da guerra travada contra o Governo de Portugal**.

BRAZILEIROS.

Está acabado o tempo de enganar os homens. Os Governos que ainda querem fundar o seu poder sobre a pretendida ignorancia dos Povos, ou sobre antigos erros, e abusos, têm de ver o colosso da sua grandeza tombar da fragil base, sobre que se erguera outr'ora. [...] Cumpre portanto, ó BRAZILEIROS que Eu vos diga a verdade; ouvi-Me, pois.

O Congresso de Lisboa arrogando-se o direito tyrannico de **impôr ao Brazil** um artigo de nova crença, firmado em um juramento parcial, e promissorio, e que de nenhum modo podia envolver a approvação da própria ruina, e compelliu a examinar aquelles pretendidos titulos, e a conhecer a injustiça de tão desasistadas pretenções. [...]

Via com dór a marcha desorientada, e tyrannica dos que tão falsa, e prematuramente haviam tomado os nomes de Pais da Patria, saltando de Representantes do Povo de Portugal a Soberanos de toda a vasta Monarchia Portuguesa.

13) CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada [Online na íntegra] - Proclamação de 1º de Agosto de 1822 - Publicação Original: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1/8/1822, v. 1, p. 125.

Julguei então indigno de Mim, e do Grande Rei, de Quem Sou Filho, e Delegado, o desprezar os votos de Subditos tão fieis; que, sopeando talvez desejos, e propensões republicanas, desprezaram exemplos fascinantes de alguns Povos vizinhos, e depositaram em Mim todas as suas esperanças, salvando deste modo a Realeza, neste grande Continente Americano, e os reconhecidos direitos da Augusta Casa de Bragança.

Accedi a seus generosos, e sinceros votos, e **conservei-Me no Brazil**; dando parte desta Minha firme resolução ao Nosso Bom Rei, Persuadido, que este passo devera ser para as Côrtes de Lisboa o termometro das disposições do Brazil, da sua bem sentida Dignidade, e da nova elevação de seus sentimentos, e que os faria parar na carreira começada, e entrar no trilho da justiça, de que se tinham desviado. [...]

[...] De certo, Brasileiros, lacerava-se o Brazil; esta grande peça da benefica Natureza, que faz a inveja, e a admiração das Nações do Mundo; e as vistas bemfazejas da Providencia se destruiam, ou, pelo menos, se retardavam por longos annos.

[...] Resolvi-Me portanto, **Tomei o partido que os Povos desejavam**, e Mandei convocar a Assembléa do Brazil, **afim de cimentar a Independencia Politica desde Reino, sem romper comtudo os vinculos da Fraternidade Portugueza**; harmonisando-se com decóro, e justiça todo o Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, e conservando-se debaixo do mesmo Chefe duas Familias, separadas por immensos mares, que só podem viver reunidas pelos vinculos da igualdade de direitos, e reciprocos interesses.

BRAZILEIROS! [...] **A historia dos feitos do Congresso de Lisboa a respeito do Brazil, é uma historia de enfiadas injustiças, e sem razões**, seus fins eram paralyzar a prosperidad do Brazil, consumir toda a sua vitalidade, e reduzil-o a tal inanição, e fraqueza, que tornasse infallivel a sua ruina, e escravidão.

[...] Apresentou um projecto de relações commerciaes, que, sob falsas apparencias de chimerica reciprocidade, e igualdade, monopolisava vossas riquezas, fechava vossos portos aos Estrangeiros, e assim destruia a vossa Agricultura, e Industria, e **reduzia os Habitantes do Brazil outra vez ao estado de pupillos, e colonos**;

[...] Que vos resta, pois, BRAZILEIROS? Resta-vos **reunir-vos todos em interesses, em amor, em esperanças**; fazer entrar a Augusta Assembléa do Brazil no exercicio das suas funcções, para que **maneando o leme da razão**, e prudencia, haja de **evitar os escolhos**, que nos mares **das revoluções** apresentam desgraçadamente França, Hespanha, e o mesmo Portugal; para que

marque com mão segura e sabia, a partilha dos Poderes, e firme o Codigo da vossa Legislação na sã Philosophia, e o applique ás vossas circumstancias peculiares.

[...] Não se ouça pois entre vós outro grito que não seja - UNIÃO DO AMAZONAS AO PRATA - não retumbe outro écho, que não seja - INDEPENDENCIA. - **Formem todas as nossas Provincias o feixe mysterioso, que nenhuma força póde quebrar.** Desappareçam de uma vez antigas preoccupações, substituindo o amor do bem geral ao de qualquer Provincia, ou de qualquer Cidade.

[...] Ilustres Bahianos, [...] Valentes Mineiros, intrepidos Pernambucanos [...] Habitantes do Ceará, do Maranhão, do riquissimo Pará, Vós todos das bellas e amenas Provincias do Norte, [...] Sou Vosso Compatriota, Sou Vosso Defensor; encaremos, como único premio de nossos suores, a honra, a gloria, a prosperidade do Brazil. Marchando por esta estrada ver-Me-heis sempre á vossa frente, e no lugar do maior perigo. A Minha Felicidade (convenci-vos) existe na vossa felicidade: é Minha Gloria Reger um Povo brioso, e livre. Daí-Me o exemplo das Vossas Virtudes, e de Vossa União. Serei Digno de vós. Palacio do Rio de Janeiro em o 1º de Agosto de 1822.

PRINCIPE REGENTE. [sic, destaques nossos]

Adiante o preâmbulo da segunda:

MANIFESTO DE 6 DE AGOSTO DE 1822¹⁴

Sobre as relações politicas e commerciaes com os governos, e nações amigas. Desejando Eu, e os **Povos**, que Me reconhecem como Seu Principe Regente, Conservar as relações politicas, e commerciaes com os Governos, e **Nações** Amigas deste Reino, e continuar a merecer-lhes a aprovação e estimação, de que se fez credor o **caracter Brasileiro**; Cumpre-Me expôr-lhe succinta, mas verdadeiramente a série dos factos emotivos, que Me têm obrigado a annuir á vontade geral do **Brazil**, que **proclama á face do Universo a sua Independencia politica**; e quer **como Reino Irmão**, e como **Nação grande e poderosa**, conservar illesos e formes seus imprescriptiveis direitos, contra os quaes Portugal sempre attentou, e agora mais que nunca, depois da decantada Regeneração politica da Monarchia pelas Côrtes de Lisboa [...] [sic, destaques nossos]

Entre as várias acepções de povo ou povos¹⁵, à época ainda estava em voga "povos" significando povoados (não importa sob qual estatuto: aldeia, freguesia, vila etc.). Tais como, basicamente, são as acepções do latim *populus*. Contudo, o

15) Vide PINTO, Luiz Maria da. Dicionario da língua brasileira. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832, p. 847.

que viria a ser o povo brasileiro? Existia então um? Algo que pudesse ser designado como "Nação". É muito frequente imaginar o povo como forjado a partir de ação do Estado ou de um projeto de identidade nacional. E isso é mais verdade, ainda mais, entre nós, onde o Estado brasileiro assumiu uma feição patrimonialista, com os detentores do poder dele se utilizando como fonte de privilégios e direitos. Todavia, tal entendimento está longe de corresponder à dinâmica dos fatos sociais ou da realidade cultural. Para haver um povo, um grupo social que detenha uma identidade étnica, que se veja como Nação, é necessário haver um etnônimo, um mito de origem para esse povo e que esse povo se veja como partícipe de uma comunidade imaginada. E como todo fenômeno identitário é de natureza relacional, isto é, depende de um outro. Só há um nós diante do eles, digamos assim.

É sempre útil uma visita aos Antigos sobre os quais o pensamento político e os Estados Modernos foram edificados, seja quando ainda nos deparamos com os vestígios de seus usos e apropriações, seja quando não para contrastá-los. Inescapável, aqui, a *Política* (*Πολιτικά*) de Aristóteles ao assentar a sua pedra fundamental “*Vemos que toda cidade [Estado] é uma espécie de comunidade e toda comunidade se forma [reunindo] com vistas a algum bem*” ([1252a] §1)¹⁶. E mais adiante, Livro III, Capítulo 4, afirma: “*É óbvio, então*”¹⁷, que as *constituições*

16) No original: Ἐπειδὴ πᾶσαν πόλιν ὁρῶμεν κοινωνίαν τινὰ οὖσαν καὶ πᾶσαν κοινωνίαν ἀγαθοῦ τινος ἕνεκεν συνεστηκυῖαν [http://remacle.org/bloodwolf/philosophes/Aristote/politique1.htm]. Eis quatro palavras a destacar: *πόλις* (cidade enquanto sociedade política ou comunidade de cidadãos, Estado, “República”); *κοινωνία* (comunidade, comunhão); *ἀγαθόν* (bem tanto no sentido moral quanto no de algo, “um bem”, a que haja interesse, nesse caso um bem ou um interesse comum, partilhado); *συνεστηκυῖαν* (formada ou constituída a partir de uma reunião, agrupamento ou agregação). Nos manuscritos antigos, na forma de rolos, a indicação, em vez de ano e página, é dada pela passagem da obra, como é o caso dos textos bíblicos, de modo a que, independente da edição, uma passagem será facilmente achada se reproduzida tal enumeração.

17) Entre os oito livros da *Política*, a passagem em questão está no III quando, após examinar no Livro II as mais relevantes teorias sobre a cidade ideal e as constituições vigentes mais comentadas, Aristóteles busca aqui identificar o elemento central que faz de uma cidade a melhor.

cujos objetivos são o **bem comum** são corretamente estruturadas, de conformidade com os princípios essenciais de **justiça**” ([1279a] §7)¹⁸.

Não é outra a compreensão de Cícero, trazendo-a do mundo helênico para Roma e dando-lhe desenvolvimento na *República* (*De Re Publica*, I, XXV, 39): “a república [**Estado**] é coisa do povo, contudo **povo** não é todo ajuntamento de homens congregado de qualquer modo, mas ajuntamento do vulgo associado [**reunido**] por consenso do direito e por **comunhão de interesse**”¹⁹. De tal modo que, estando entre as comunidades elementares, grupos étnicos ou povos são anteriores ao Estado. E em meio a essa comunidade de interesses são também partilhados entre eles valores tidos como comuns e caros, sendo transmitidos intergeracionalmente. Mas também crenças, representações, práticas, experiências, jogos, saberes...

Um nome? Brasileiro. Um mito de origem? Paraguaçu e Caramuru ou Cabral ou os Índios, não importa. De fato, nenhum deles corresponde à realidade histórica. Nem o nome então havia e nem uma comunidade que só veio a surgir depois, entre encontros e desencontros e miscigenações²⁰. Então já não se é mais temiminó, tupinambá, português, sudanês, banto ou qualquer outro grupo étnico anterior, mas brasileiro. Bem provável tenha se expressado como povo pela primeira vez em meio ao século XVII, vá saber. Como disse Machado de Assis, nesse caso cai muito bem, fiquemos com a lenda. Paraguaçu foi por nós escolhida faz tempo. Apesar de hoje sabermos que o seu nome nativo era

-
- 18) No original: Φανερόν τοίνυν ὡς ὄσαι μὲν πολιτεῖαι τὸ κοινῆ συμφέρον σκοποῦσιν, αὗται μὲν ὄρθαι τυγχάνουσιν οὔσαι κατὰ τὸ ἀπλῶς δίκαιον, com os respectivos destaques. O termo πολιτεῖα (constituição, Estado, “República”) é proveniente de πόλις (vide nota 8); “τὸ κοινῆ συμφέρον” (o que é de interesse comum ou o bem comum), observando que συμφέρον pode ser traduzido como utilidade, benefício, proveito ou interesse; δικη (justiça).
- 19) No original: *res publica res populi, populus autem non omnis hominum coetus quoquo modo congregatus, sed coetus multitudinis iuris consensu et utilitatis communione sociatus. Ao lado da fórmula essa comunhão em torno de um interesse, um “bem comum”, como em Cícero, a presença de um quinto elemento na equação: o povo como sinônimo dessa comunidade que antecede e suporta o Estado, de um Estado que lhe é dependente. Ao reproduzir este trecho na *Cidade de Deus* (*De civitate Dei*, XXIX, 21, 1-2 apud GILSON, 2018: p. 47), Santo Agostinho conclui que reconhecer o direito (*ius*) ou aceitar submeter-se a ele é submeter-se à Justiça (*Iustitia*) e que não há Estado digno desse nome se não é cimentado pela virtude da Justiça e que esse Estado pertence ao povo e o pressupõe.*
- 20) Sobre identidade étnica (povo), vide: ANDERSON, B. Comunidades Imaginadas. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2008; DETIENNE, M. A identidade nacional, um enigma. Belo Horizonte: Autêntica, 2013; POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998.

outro, Guaibimpará. Sendo relacional, o modo dessa brasilidade se manifestar é multifacetada. A depender de nosso interlocutor será um determinado aspecto que será realçado e não outro, sendo constantemente reinventado, pois, criaturas culturais, somos híbridos. Brasilidades embaladas pela Fé Católica, que em meio às contradições históricas possibilitou a cada qual assumir o seu protagonismo a partir do encontro com o Cristo.

Os topônimos evidenciam o papel aglutinador de ermidas, capelas e igrejas, dando origem aos mais diversos povoados. Já passamos pelo Campo de Santana e, na Bahia, Salvador. No trajeto da Independência a começar pelas residências da Família Real (Paço de São Cristóvão, Fazenda de Santa Cruz) e, na sequência do percorrido: São Francisco Xavier de Itaguaí, São João Marcos, Fazenda Santo Antônio de Olaria, Bom Jesus do Bananal, São José do Barreiro, São Miguel de Areas (antes Sant'Ana), N. Sra. da Conceição de Silveiras, Santo Antônio do Porto da Cachoeira, N. Sra. da Piedade de Lorena (daí o nome Caminho Novo da Piedade), N. Sra. da Piedade de Roseira, Nossa Senhora do Bonsucesso de Pindamonhangaba, São Francisco das Chagas de Taubaté, N. Sra. da Conceição do Rio Paraíba de Jacareí, Sant'Ana de Mogi Das Cruzes, N. Sra. da Penha de França, São Paulo e Santos.

Seja em busca de apoio e luzes, seja para aprofundar uma conexão estreita com o povo, atestado, Dom Pedro no trajeto visita, reza ou assiste missa nos seguintes templos: Capela de São José, Igreja de N. Sra. do Rosário dos Homens Pretos, Capela de N. Sra. da Conceição Aparecida, Igreja de São José, Igreja N. Sra. do Pilar, Capela N. Sra. da Escada, Igreja de Sant'Ana, Igreja N. Sra. da Penha de França, Igreja N. Sra. da Penha do Carmo possivelmente, onde pousou, naqueles sítios que contavam com capela ou oratório, a exemplo da Fazenda de Santa Cruz²¹ (Santa Bárbara), no Solar do Capitão Mor Domingos Moreira (Sant'Ana) e da Fazenda Pau d'Alho.

21) Onde se junta à comitiva, vindo de Minas, Pe. Belchior, primo de José Bonifácio.



02. Mapa inglês do Brasil em 1822²².

- 22) Acesso ao mapa <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/docannexe/image/1094/img-1.jpg>. O autor tece as seguintes considerações a respeito deste registro cartográfico (DE BIAGGI, E. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira: Os mapas como um meio de delimitar o território. *In: Terra Brasilis* [Online], n. 4, 2015, São Paulo: p. 3):

[Este] mapa inglês de 1822, mesmo apresentando vários erros de representação como a localização do Trópico de Capricórnio a 18° de latitude sul, demonstra bem o amplo contato existente entre os dois países: fala-se de “Brasil” (escrito sem *z* em um mapa onde as legendas são todas em inglês); apresenta-se a fachada atlântica sem insistir nos limites ocidentais nem setentrionais da capitania geral do Pará (questões problemáticas tanto para os novos vizinhos, como para as antigas metrópoles). Utiliza-se limites naturais como rios e montanhas desenhados de maneira bastante esquemática para delimitar as “capitanias gerais” do Pará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco (imensa, no extremo noroeste do país) e Bahia (guardando ainda as capitanias de Ilhéus e Porto Seguro, portanto já extintas); o governo do Rio Grande do Sul engloba também o território de Santa Catarina, enquanto os governos de Piauí e Sergipe aparecem delimitados. De maneira geral, o mapa dá a impressão dos grandes traços e articulações internas de um território único, consolidado, longe da série de revoltas e resistências internas que vão aparecer no momento da independência.

2. A rede urbana e os caminhos: uma nova perspectiva

A historiografia sobre o processo de urbanização no Brasil no período colonial pautou-se, em geral, pelo estudo das vilas e cidades em detrimento dos demais núcleos de povoamento que pontuavam territórios cumprindo diferentes papéis. Lugares, arraiais, capelas, freguesias, julgados, bairros rurais, aldeias indígenas, aldeamentos missionários, pousos, registros, passagens, barreiras, fazendas, sítios, currais e fortalezas ficaram obscurecidos em meio à rarefeita rede de vilas e cidades. A historiografia tampouco deu atenção à natureza da multifacetada teia de comunicação que articulava esses núcleos – rios, córregos, veredas, trilhas, caminhos e calçadas – que permitiam ou dificultavam fluxos e contatos interregionais, em meio à difícil e plural geografia física e humana que até hoje caracteriza as nossas diversas paisagens culturais.²³

É preciso romper com a ideia do espaço como algo imóvel e em unidades estanques. As sociedades humanas não só o transformam ao longo do tempo, mas também ao sabor do seu trânsito regular pelo ecúmeno: fluxos humanos constituem rotas, trilhas, caminhos e envergam o espaço em torno de nós (ou nodos) urbanizadores que pode assumir configurações diversas como em teia, árvore ou rede. Um olhar assim a capturar o espaço como um sistema em movimento, a imiscuir-se no tempo e vice-versa foi assim imaginado de forma pioneira por Fernand Braudel, aplicando tal modelo ao Mediterrâneo²⁴. Voltada essa mirada para a América Lusitana, Beatriz Piccolotto Bueno descobre que “*uma série de mapas presta-se de maneira exemplar à reconstituição de uma trama perdida no tempo, por meio de recursos de informática contemporâneos*” emerge uma nova realidade a qual não se pode negar. A questão agora é entender “*em que medida*

23) BUENO, B. P. S. Por uma Arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. In: Labor & Engenho, Campinas [SP], v. 11, n. 3, Jul.-Set. 2017: p. 242.

24) Desde 1949 com *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II* (3 vols.) a História nunca mais foi a mesma, embora até hoje não tenha sido total e adequadamente assimilado, sujeito à sorte variada em virtude da adesão a modismos historiográficos, por um lado, e, por outro, a resistências epistemológicas. Entre as obras que sucederam a esse avançando nessa pesquisa e alargando o seu horizonte é importante citar, como referência para Beatriz Bueno, de BRAUDEL *Civilisation Matérielle, Économie et Capitalisme, XV^e-XVIII^e siècle* (1979), 3 v., no Brasil: *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*, 3 v., São Paulo, Martins Fontes, 1995.)

a colonização do Brasil foi mais urbana e menos arquipelágica do que parecia à primeira vista”²⁵.

Na **Figura 3**²⁶, adiante, a Carta Geral do Brasil de 1797 elaborada pela Direção da Arma de Engenharia, Beatriz Bueno a faz acompanhar das seguintes observações²⁷,

Visto de longe, esse mapa representa um emaranhado de rios; de perto, revela a urdidura de um Brasil articulado de Norte a Sul e de Leste a Oeste por farta rede hidrográfica articulada a uma nada desprezível rede de caminhos terrestres. Um *zoom* nos pormenores da *Nova Lusitânia* permite ver a trama das articulações. Por exemplo, no que tange à Capitania de São Paulo (que nessa altura envolvia o Paraná), revela a interdependência entre as bacias dos rios Grande, Tietê, Paraná e Paraguai, e assim as interfaces entre São Paulo e Assunção e dali com o circuito platino e andino, tanto por terra como por água.

Via sertões do Ivay, acessava-se por terra Assunção do Paraguai e as Missões Jesuíticas ali existentes, envolvendo grandes núcleos de povoamento jesuíticos como Ciudad Real e Vila Rica, igualmente devotados à mineração e ao criatório. Não por acaso, a região foi alvo da política de definição de fronteiras encabeçada pelo Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antonio Botelho de Souza e Mourão — o Morgado de Mateus (1765-1775) — durante o consulado pombalino, e objeto de inúmeras expedições de reconhecimento e legitimação de posse (KOK, 2004)²⁸.

Em termos metodológicos, para realizar a “arqueologia da paisagem” proposta no presente artigo, interessante é cotejar os mapas à documentação que lhe vinha anexa — sem a qual a cartografia não se explica —, bem como dar-lhes vida por meio dos fluxos e dinâmicas dos viandantes que percorreram esses dilatados sertões. Nesse sentido, os relatos das expedições analisados por Glória Kok, no livro *O sertão itinerante* (2004), são fundamentais, dentre eles

25) BUENO, B. P. S. Por uma Arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana. In: Labor & Engenho, Campinas [SP], v. 11, n. 3, Jul.-Set. 2017: p. 242. O artigo é um balanço das pesquisas e da produção bibliográfica a respeito. Desta autora, consulte nas referências outras duas obras.

26) Ibid.: p. 248.

27) Ibid.: p. 248.

28) KOK, Maria da Glória Porto. *O sertão itinerante: expedições da Capitania de São Paulo no século XVIII*, São Paulo, Hucitec / Fapesp. 2004 [apud BUENO, B. P. S. Por uma Arqueologia da Paisagem: p. 248].

especialmente os relacionados às expedições ao Ivaý e ao Iguatemy. Sobre a última, incontornáveis são os relatórios dos engenheiros militares Teotônio José Juzarte e José Custódio de Sá e Faria (BUENO, 2009)²⁹.



03. [Carta Geral do Brasil] [1797]. Escala [ca. 1:2 600 000], 5 graus de latitude = [21.7 cm] — 1 mapa em 16 folhas coladas: ms., color.; 199 x 202 cm; Direção da Arma de Engenharia.

29) B. P. S. BUENO, “Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo” In: *Anais do Museu Paulista* (Nova Série), v. 17, n. 2, São Paulo, p. 111-153, Jul.- Dez. 2009 [apud BUENO, B. P. S. Por uma Arqueologia da Paisagem: p. 248].

Conclusão: O Encontro com Cristo e a Brasilidade



04. Placa pela passagem de Dom Pedro em Aparecida.

Foto: Daniel Mata Roque, 31/05/2022.

19 de agosto, vindo de Lorena, Dom Pedro e comitiva, chegam à Vila de Guaratinguetá no mesmo dia, e é recebido pelo Capitão-Mor Manoel José de Mello, em cuja residência irá pernoitar. Como de costume, instala-se no Paço da Câmara Municipal para despachar, emitir decretos e portarias³⁰, recebendo a delegação de Taubaté e um emissário de Pindamonhangaba.

No dia seguinte, após lavrar uma última portaria, pela manhã, antes de sair da Vila em direção à Pindamonhangaba, não podia deixar de passar em Aparecida, pelo que D. Pedro ia tomando conhecimento. Então era apenas uma capela, no Alto do Morro dos Coqueiros, no limite urbano da Vila (**Figura 5**³¹). Encontrada miraculosamente (aparecida) durante uma pesca, do fundo do rio Paraíba Sul, a cabeça separada do corpo, na segunda quinzena de outubro de 1717. Não tardam a ocorrer vários milagres associados ao seu nome, levando-se a erigir uma capela para a santa por volta de 1734 e autorizada pelo bispo a sua visitação pública em 26 de julho de 1745. Mas tal o afluxo de gente a buscá-la, que menos de 25 anos após a visita esse espaço acanhado dará lugar à igreja hoje chamada de Basílica Velha, pois também

30) Acompanham D. Pedro desde a partida, dia 14, como militares, o Chalaça e o Canto e Mello a formarem o núcleo de sua Guarda de Honra, a qual vai recebendo adesões à medida do seu avanço, um secretário, Saldanha da Gama, a quem cabe formalizar os atos do Príncipe, e dois criados de São Cristóvão, João Carlota e José de Carvalho.

31) No complexo do Santuário, anexo à Basílica Nova há o Memorial da Devoção Nossa Senhora Aparecida, inaugurado em 2016 resultante das pesquisas em torno do evento, composto do Museu de Cera e do Cine Padroeira. Nele, logo na entrada, área externa, a reprodução ampliada da imagem da estatueta, sem os adereços do manto e da coroa. Já a reconstituição da Capela à época da visita de D. Pedro em 20 de agosto de 1822 é um episódio do Museu de Cera. A Capela foi construída pelo vigário de Guaratinguetá auxiliado pelo filho de Filipe Pedroso, pescador que custodiou a “santa” em sua casa desde o achado e discordava pela distância do local escolhido para a Capela. Domingos Garcia e João Alves são os outros dois presentes na prodigiosa pesca.

acabou ultrapassada. Conduzidos, portanto, foram o Príncipe e sua comitiva pelo anfitrião, o Capitão-Mor, à popular Capela.



05. Reconstituição da capela de N. Sra. Aparecida visitada por D. Pedro.
06. Reprodução ampliada tridimensional da imagem de N. Sra. Aparecida.
Fotos: Daniel Mata Roque, 31/05/2022.

José Luiz Pasin, citando *Peregrinação pela Província de São Paulo* (1860) do jornalista português Emílio Augusto Zaluar, nos diz que o Príncipe D. Pedro, na Capela, “*prostrado em fervorosa oração, junto ao altar, implorara a Santíssima Virgem, a co-redentora [sic] do gênero humano, a sua poderosa intercessão, o auxílio divino, sobrenatural, para o feliz êxito da missão que ele tinha a desempenhar*”³². Não obstante tratar-se de um registro tardio, até mesmo diante das circunstâncias, a atitude reverente e piedosa do então Príncipe Regente é bastante plausível³³ sem deixar de ser irrelevante. O fato social da crescente popularidade da devoção, a qual não poderia passar despercebida, e o significado da imagem com a qual os devotos se identificam são o que há de relevante aqui, devendo ser ressaltados.

32) *Apud* PASIN, José Luiz. A jornada da Independência: a viagem histórica do Príncipe Regente Dom Pedro pelo Vale do Paraíba em Agosto de 1822. Guaratinguetá: [s. e.] (Aparecida: Vale Livros), 2002: p. 37.

33) O que já não ocorre com a notícia, bastante inverossímil, da promessa não cumprida feita por D. Pedro de tornar Nossa Senhora da Conceição Aparecida padroeira do Brasil se o movimento pela independência fosse bem-sucedido.

É reconhecido hoje como o autor da imagem recolhida do rio Paraíba do Sul o beneditino Frei Agostinho de Jesus (1600?-1660), carioca de nascimento, residiu a maior parte de sua vida no mosteiro de Santana de Parnaíba, atual Grande São Paulo. É um dos precursores a confeccionar as “paulistinhas”, imagens de arte sacra em terracota de 10 a 18 cm dotadas de um estilo próprio, afeiçoado à gente da terra, à cultura que por cá vinha se desenvolvendo.

A iconografia de base remete à Nossa Senhora da Conceição como referenciada na descrição a abrir o capítulo 12 do livro bíblico do Apocalipse³⁴. A ela D. João IV, o Bragança que devolveu Portugal aos portugueses dando fim à União Ibérica em 1640, seis anos após restaurar a independência, reunidas as Cortes em 26 de março, proclamou Nossa Senhora da Conceição Rainha de Portugal e a verdadeira Soberana do país. E dê então, não mais rei ou rainha voltou a usar a coroa, sendo sempre representados com ela ao lado sobre uma almofada.

De volta a examinar a imagem, não escapa a olhares atentos a singularidade de ser esculpida com três flores a enfeitar os seus cabelos, um delicado atavio comum entre os povos nativos quando da chegada dos portugueses, lidas como alegoria à Santíssima Trindade pela disposição em delta com a base para baixo. No limite da técnica empregada essas flores parecem remeter às flores do maracujá, cujo nome vem do tupi *mara kuya*, significando “fruto que se serve” ou “alimento na cuia”.

Ao aqui chegarem, os primeiros religiosos missionários impressionados com a beleza da flor do maracujá logo a associaram à Paixão de Cristo: os três estigmas são os três cravos usados a prender Cristo na cruz; as cinco anteras, as cinco chagas; as gavinhas, os açoites; o roxo, o sangue derramado; no próprio formato da flor, a coroa de espinhos. E, por fim, de policromada, como as pesquisas apontaram, a terracota em contato com ambientes precários (o tempo passado no fundo do rio, o modo como foi conservada, a fumaça das velas) se fez negra, híbrida e mestiça, forjada na luta e nas intempéries, batalhadora, sensível

34) Apareceu no céu um grande sinal: uma Mulher revestida do sol, a lua debaixo dos seus pés, e na cabeça uma coroa de doze estrelas. ²Estava grávida e gritava de dores, sentindo a angústia de dar à luz. ³Depois apareceu outro sinal no céu: um grande dragão vermelho com sete cabeças e dez chifres, e nas cabeças sete coroas. ⁴Varria com sua cauda uma terça parte das estrelas do céu, e as atirou à terra. Esse dragão deteve-se diante da Mulher que estava para dar à luz, a fim de que, quando ela desse a luz, lhe devorasse o filho. ⁵Ela deu à luz um Filho, um menino, aquele que deve reger todas as nações pagãs com cetro de ferro. Mas seu Filho foi arrebatado para junto de Deus e de seu trono. ⁶A Mulher fugiu então para o deserto, onde Deus lhe tinha preparado um retiro para aí ser sustentada por mil duzentos e sessenta dias.

e resiliente como o povo que ergueu a nossa civilização nesses trópicos: DNA, ou melhor, ADN brasileiro³⁵.



07. Reprodução ampliada tridimensional da imagem de N. Sra. Aparecida [detalhe].

Foto: Daniel Mata Roque, 31/05/2022.

08. A flor do maracujá.

Fonte: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Flor_do_maracuj%C3%A1.jpg.

35) Agradeço à historiadora da arte, especialista em arte sacra, Zenilda Cristina da Cunha, Secretária Municipal de Turismo de Aparecida, pelo alerta ao caráter miscigenado da Nossa Senhora da Conceição Aparecida.

Referências

- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada [Online] - **Proclamação de 1º de Agosto de 1822** - Publicação original: Coleção de Leis do Império do Brasil - 1/8/1822, v. 1, p. 125. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/procla_sn/anterioresa1824/proclamacao-41282-1-agosto-1822-575736-publicacaooriginal-99010-pe.html.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Legislação Informatizada [Online] - **Manifesto de 6 de Agosto de 1822** - Publicação original: Coleção de Leis do Império do Brasil - 6/8/1822, v. 1, p. 132. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/manife_sn/anterioresa1824/manifestosemnumero-41437-6-agosto-1822-576171-publicacaooriginal-99440-pe.html.
- CHALAÇA, Francisco Gomes da Silva dito. **Memórias oferecidas a Nação Brasileira**. Londres: L. Thompson, 1831.
- PINTO, Luiz Maria da. **Dicionário da língua brasileira**. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.
- ALVAREZ, Rodrigo. **Aparecida**. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas** (trad. Denise Bottman). Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2008.
- ARISTÓTELES. **Política** (trad. Mário da Gama Kury). 2ª ed., Brasília: UnB, 1988.
- BARREIROS, Eduardo Canabrava. **Itinerário da Independência** (Col. “Documentos Brasileiros”, v. 151; “Biblioteca do Sesquicentenário”). Rio de Janeiro: José Olympio, 1972.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. **Por uma Arqueologia da Paisagem: mobilidade e enraizamento em perspectiva americana**. *In*: Labor & Engenho, Campinas [SP], v. 11, n. 3, p. 242-262, Jul.-Set. 2017.
- _____. **Desenho e desígnio: o Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)**. São Paulo: Edusp / Fapesp. 2011.

_____. **Dilatação dos confins:** caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). *In:* Anais do Museu Paulista (Nova Série). São Paulo, v. 17, n. 2, p. 251-294. Jul.- Dez. 2009.

CABRAL, Ricardo. A criação da 1ª Esquadra da Marinha Imperial. *In:* **História Militar em debate** [Online]. 28/11/2021. Disponível em: <https://historiamilitaremdebate.com.br/a-criacao-da-1a-esquadra-da-marinha-imperial/>.

CAMPOS, Jurandyr Ferraz de. **Suma histórica da Venerável Ordem Terceira do Carmo de Mogi**. Mogi das Cruzes: Murc, 2004.

CÍCERO, Marco Túlio. **De Re Publica** (trad. Juvino Alves Maia Jr.). João Pessoa: Coord. De Letras Clássicas da UFPB/Ideia, 2016.

CINTRA, Jorge Pimentel; CINTRA, Alexandre Pimentel. O sítio da Independência no Ipiranga: as vicissitudes de um local histórico. *In:* **Anais do Museu Paulista** (Nova Série). São Paulo, v. 29, p. 1-48, 2021.

DE BIAGGI, Enali. Tradições cartográficas e fixação de fronteiras na independência brasileira: Os mapas como um meio de delimitar o território. *In:* **Terra Brasilis** (Nova Série) Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica [Online], n. 4, 2015, São Paulo: Laboratório de Geografia Política da USP. 12/02/2015. Acesso em: 18/10/2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/1094>.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma** (trad. Fernando Scheib). Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ETZEL, Eduardo. **A Arte Sacra Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos, 1984.

GILSON, Étienne. **A Metamorfose da Cidade de Deus** (trad. João Camillo de Oliveira Torres). São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. **O Ano da Independência** [1822-1922]. Col. “Edições Senado Federal”, v. 138. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2010.

LEITE, Edgard. **Predadores:** repensando o Brasil nos seus fundamentos morais. Rio de Janeiro: Jaguatirica, 2019.

LUZ, Rogério Ribeiro da. **5 Cidades Paulistas**: uma pequena viagem. São Paulo: KMK, 2002.

MAIA, Thereza; MAIA, Tom. **O Vale Paulista do Rio Paraíba**: Guia Cultural. Rio de Janeiro: Documenta Histórica, 2005.

NADER, Karoline Rodrigues. **O Paço de São Cristóvão Revelado**: contribuição para a história da Arquitetura no Brasil (Dissertação de Mestrado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

PASIN, José Luiz. **A jornada da Independência**: a viagem histórica do Príncipe Regente Dom Pedro pelo Vale do Paraíba em Agosto de 1822. Guaratinguetá: [s. e.] (Aparecida: Vale Livros), 2002.

PIMENTEL, Márcia. **Campo de Santana**: o lugar que viu o Império e a República nascerem (Série “Ruas do Rio”). 22nov2017. Disponível em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/13262-campo-de-santana,-o-lugar-que-testemunhou-o-nascimento-do-império-e-da-república>.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. **Teorias da Etnicidade** (trad.: Élcio Fernandes). São Paulo: UNESP, 1998.

RODRIGUES, José Honório. **Independência**: Revolução e Contra-Revolução. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. História dos Fundadores do Império do Brasil, v. II: **A Vida de D. Pedro I**: Tomo 1º (Col. “Edições Senado Federal”, v. 209-A). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

_____. História dos Fundadores do Império do Brasil, v. II: **A Vida de D. Pedro I**: Tomo 2º (Col. “Edições Senado Federal”, v. 209-B). Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2015.

TOLEDO, Francisco Sodéro. **Em busca das raízes**. Identidade Cultural do Vale do Paraíba: Ação e Reflexão. Aparecida, SP: Santuário, 1988.



**SALÃO VIRTUAL DE ARTES
“PRINCESA LEOPOLDINA”**

SVA 2022

OBRAS PREMIADAS





*Palácio de São Cristóvão. Quinta Bonfina. Julia Pretto
11/5/2022*

PALÁCIO SÃO CRISTOVÃO

Galvão Preto



MARIA FELIPA

Angela Rangel



PRINCESA LEOPOLDINA

Ana F. Godoy



A INDEPENDÊNCIA

Denise Alcantara

MENÇÕES HONROSAS

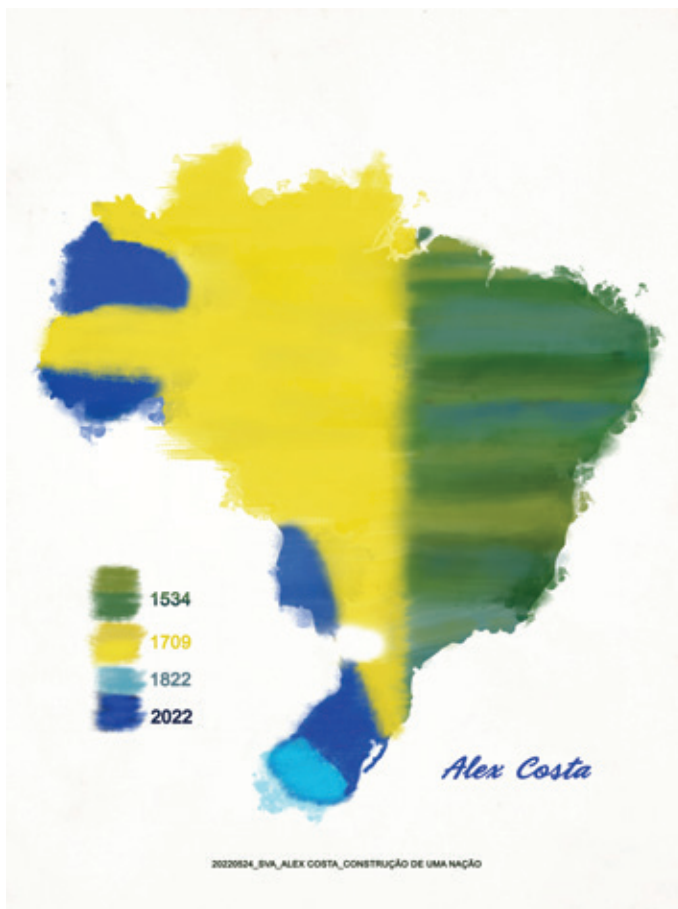
**DESENVOLVIMENTO NACIONAL
200 ANOS**



Caís da Imperatriz. Regias do Yalongo. RJ. Galvão Preto MS. 2022

CAIS DA IMPERATRIZ

Galvão Preto



CONSTRUÇÃO DE UMA NAÇÃO

Alex Costa



O TÚNEL DO TEMPO

Denise Alcantara



TUPINAMBÁ E A RESISTÊNCIA

Angela Rangel

MENÇÕES HONROSAS

**VULTOS RELACIONADOS
À INDEPENDÊNCIA**



ALVORECER DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

Plínio Tavares



DOIS PEDROS

Ana F. Godoy



DOM PEDRO II e PRINCESA ISABEL

Ana F. Godoy



PRINCESA LEOPOLDINA

Angela Rangel



CAMINHOS DA INDEPENDÊNCIA

DE SANTOS A SÃO PAULO

Obras de Cristiane Carbone*

Fotos de Cecília Camargo

Texto de Jorge Cintra**

* Artista Plástica, Arte Educadora, Membro Titular e Diretora de Cultura do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, Membro Correspondente no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Membro Correspondente no Instituto Histórico e Geográfico de São Vicente, pertence a Sociedade Veteranos de 32 MMDC, ocupa a cadeira nº16 na Academia Cristã de Letras, Membro do Comitê de Civismo e Cidadania – COCCID (ACSP). Autora dos projetos “Pátria Amada Brasil”, “Tributo à São Paulo”, “Memória Paulistana”, “Patrimônio Histórico”, “Brasil... Forte Abraço!”, “Retrato Mauá – Arte e História”, “Polícia Militar 190 Anos Protegendo a Sociedade” e “Caminhos da Independência – Santos à São Paulo”.

** Professor e pesquisador do Museu do Ipiranga, atuando principalmente na Curadoria das Coleções Cartográficas. Doutor (1985) em Engenharia Civil e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Professor Titular na Área de Informações Espaciais (Topografia, Geodésia e Cartografia), na Escola Politécnica da USP. Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP).



PORTO DE SANTOS
(Baseada na obra de William Burchell)
Óleo sobre tela, 30 x 40 cm
2022

Ao amanhecer do dia 7 de setembro, D. Pedro embarcou no porto de Santos, que se estendia da altura do convento de Santo Antônio do Valongo à atual Bolsa do Café. Não poderia ter ido por terra pois ainda não existiam nem o aterrado de Cubatão nem as grandes pontes. A embarcação deveria parecer-se com uma dessas que se veem na gravura de Burchell.



**CRUZEIRO QUINHENTISTA
(CUBATÃO)**

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

Em 1920, Washington Luís encomendou a Victor Dubugrás, renomado arquiteto, a feitura de monumentos na estrada da serra. O primeiro era esse Cruzeiro, que ficava no entroncamento de caminhos antigos: Caminho do padre José, Calçada do Lorena e Estrada da Maioridade, hoje Estrada Velha do Mar.



CALÇADA DO LORENA

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

Essa Calçada, uma melhoria e empedramento do trecho na Serra, entre Santos e São Paulo, foi obra de Bernardo Jose Maria de Lorena, governador da Capitania. Ficou pronta em 1792 e permitiu o trânsito de cavaleiros e tropas de mula transportando o açúcar e o café, nos inícios da produção paulista.



PADRÃO DO LORENA

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

Esse monumento da serra situa-se no cruzamento Estrada da Maioridade com a Calçada e homenageia o impulsionador desse caminho empedrado. Conta a história do transporte de mercadorias em azulejos de José Wash Rodrigues.



MONUMENTO DO PICO

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

Colocado no final da subida, esse monumento possuía uma pedra com os dizeres: Omnia vincit amor subditorum. Essa expressão latina, tirada de Virgílio, informa que o amor dos súditos tudo vence e refere-se à rainha D. Maria I, avó de D. Pedro. No lugar do monumento primitivo de 1792 construiu-se esse, inaugurado em 1922.



**CAPELA DE NOSSA SENHORA DA BOA VIAGEM
(SÃO BERNARDO DO CAMPO)**

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

D. Pedro e sua comitiva passaram por essa capela, em São Bernardo, no atual largo da Matriz, que já existia desde 1814. A invocação é bastante pertinente para aqueles que estão descendo a serra, e vão enfrentar uma viagem transoceânica.



**FIGUEIRA DAS LÁGRIMAS
(BAIRRO DO IPIRANGA - SÃO PAULO)**

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

Essa árvore, que existe até hoje, situa-se na Avenida das Lágrimas. Seu nome deve-se a que os parentes dos viajantes que iriam embarcar em Santos despediam-se nesse ponto. A estadia e a ausência prometiam ser longas e assim se explicam os choros na despedida



MUSEU DO IPIRANGA

Óleo sobre tela, 30 x 50 cm

2013

Depois de São Bernardo e da Estrada das Lágrimas, D. Pedro passou pelo atual terminal Sacomã e subiu a colina do Ipiranga, onde recebeu as cartas de Portugal e decidiu-se a proclamar a Independência e foi ao encontro da guarda de honra para comunicar esse fato. Aí se construiu o Museu, também pela vista e pela topografia.



MUSEU DO IPIRANGA

Óleo sobre tela, 50 x 80 cm

2008



MUSEU DO IPIRANGA

Óleo sobre tela

2005



IGREJA DOS REMÉDIOS

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

D. Pedro atravessou o riacho e seguiu pelo Cambuci, rua da Glória e chegou à Igreja dos Remédios, hoje transferida para o bairro do Cambuci. Aí, com muita probabilidade cantou-se um Te Deum ao repicar dos sinos.



IGREJA DE SÃO GONÇALO

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

A população, que já havia sido avisada, aclamava o imperador, de suas janelas e saindo as ruas. D. Pedro passou em frente à Igreja de São Gonçalo, existente até hoje, desceu pela rua de mesmo nome e virou à direita na rua de Santa Teresa, na parte de baixo do largo da Se.



**IGREJA DA ORDEM TERCEIRA DO CARMO
(SÃO PAULO)**

(Baseada na obra de Benedito Calixto)

Óleo sobre tela, 30 x 40 cm

2022

Da rua de Santa Teresa D. Pedro dobrou à esquerda da antiga rua do Carmo, hoje Roberto Simonsen e passou em frente à Igreja da Ordem do Carmo, que também se conserva até nossos dias.



MONUMENTO À INDEPENDÊNCIA

Óleo sobre tela, 40 x 60 cm

2022

Esse monumento, de Ettore Ximenes, erigidos às margens do riacho, foi feito e inaugurado em 1922, para celebrar o centenário da Independência. Além da alegoria em seu topo, representa a cena máxima do Ipiranga e diversas outras manifestações e combates relativos a nossa separação de Portugal.



PALÁCIO DO GOVERNO 1827

(Baseado na obra de Jean Baptiste Debret)

Óleo sobre tela, 20 x 40 cm

2010







